# *Sumário dêste número*

**EDITORIAL DO MÊS:** Boletim Geográfico — CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pg. 4).

**COMENTÁRIO DO MÊS:** A Carta do Brasil ao milionésimo — Ten. Cel. ADIR GUIMARÃES (pg. 5).

**TRANSCRIÇÕES DO MÊS:** Nordeste do Brasil — I — Prof. SÍLVIO FRÓIS DE ABREU (pg. 9) — O Rio da Borracha — Um relato do surgimento e do colapso do surto amazônico — JOHN F. MELBY (pg. 26).

**RESENHA:** O Vale do Paraíba (pg. 35) — A Geografia do Brasil, no início do século, vista por Capistrano de Abreu (pg. 36) — A Geografia começa em casa (pg. 37) — A Teoria de Maltus (pg. 38) — Distribuição Geográfica da Carnaúba (pg. 39) — Nossas riquezas minerais e a guerra (pg. 39).

**OPINIÕES:** A Ciência Geográfica e as realidades nacionais — BENEVAL DE OLIVEIRA (pg. 41) — A proclamação do Embaixador Macedo Soares aos geógrafos brasileiros (pg. 42) — Revista Brasileira de Geografia (pg. 42) — Vazios demográficos e ocupação econômica (pg. 43) — Localização, idéia fundamental da Geografia moderna (pg. 44).

**CONTRIBUIÇÃO DIDÁTICA:** Geografia das línguas — DELGADO DE CARVALHO (pg. 45) — Relêvo do Brasil — FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES (pg. 63) — Programas de Geografia — Casa do Estudante do Brasil (pg. 73).

**TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Oitava tertúlia semanal (pg. 81) — Nona tertúlia semanal (pg. 85) — Décima tertúlia semanal (pg. 89) — Undécima tertúlia semanal (pg. 96).

**NOTICIÁRIO:** DA CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pg. 99) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 100) — Ministério da Agricultura (pg. 101) — Ministério da Educação e Saúde (pg. 102) — Ministério da Fazenda (pg. 103) — Ministério da Justiça (pg. 103) — Ministério da Marinha (pg. 103) — Ministério do Trabalho (pg. 104) — Ministério da Viação e Obras Públicas (pg. 104) — Prefeitura do Distrito Federal (pg. 104) — Academia Brasileira de Ciências (pg. 105) — Academia Brasileira de Letras (pg. 107) — Centro Transmontano (pg. 108) — Clube de Engenharia (pg. 108) — Instituto de Estudos Portuguêses (pg. 109) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pg. 109) — Instituto Nacional de Ciência Política (pg. 110) — Touring Clube do Brasil (pg. 111) — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pg. 111) — II Conferência Americana de Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual (pg. 111) — DAS UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pg. 112) — Amazonas (pg. 112) — Baía (pg. 114) — Espírito Santo (pg. 118) — Goiaz (pg. 119) — Mato Grosso (pg. 119) — Minas Gerais (pg. 119) — Paraíba (pg. 121) — Paraná (pg. 122) — Pernambuco (pg. 122) — Piauí (pg. 123) — Rio de Janeiro (pg. 124) — Rio Grande do Norte (pg. 125) — Rio Grande do Sul (pg. 125) — Santa Catarina (pg. 127) — São Paulo (pg. 127) — Sergipe (pg. 133) — DOS MUNICÍPIOS — Alfredo Chaves (pg. 133) — Alto Rio Doce (pg. 134) — Anápolis (pg. 134) — Aracajú (pg. 134) — Araras (pg. 134) — Araxá (pg. 134) — Bandeirantes (pg. 134) — Belo Horizonte (pg. 134) — Bom Jesús do Itabapoana (pg. 134) — Campinas (pg. 135) — Campo Largo (pg. 136) — Conquista (pg. 136) — Garça (pg. 136) — Ipameri (pg. 136) — Iraí (pg. 136) — Júlio de Castilhos (pg. 137) — Jundiaí (pg. 137) — Leopoldina (pg. 137) — Lindóia (pg. 137) — Livramento (pg. 137 — Lorena (pg. 138) — Macaé (pg. 138) — Magé (pg. 139) — Manáus (pg. 139) — Matias Barbosa (pg. 139) — Natal (pg. 139) — Pelotas (pg. 146) — Petrolina (pg. 146) — Pinhal (pg. 146) — Piratini (pg. 146) — Pôrto Alegre (pg. 147) — Ribeirão Preto (pg. 147) — Rio Grande (pg. 148) — Santo André (pg. 148) — Santo Ângelo (pg. 148) — Santos (pg. 148) — São Borja (pg. 148) — São João da Boa Vista (pg. 149) — São Luiz (pg. 149) — São Paulo (pg. 149) — Teresina (pg. 149) — Tupã (pg. 149) — Uruguaiana (pg. 149) — Vacaria (pg. 150).

**BIBLIOGRAFIA:** Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos — Ministro Francisco José de Oliveira Viana (pg. 151) — Registos e comentários bibliográficos — sôbre livros (pg. 159) — sôbre periódicos (pg. 166) — sôbre mapas (pg. 168) — Contribuição bibliográfica especializada. Achegas para uma bibliografia sôbre climatologia — III (pg. 170) — Retrospecto geográfico e cartográfico — "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" — índice dos autores — II — (anos de 1855 a 1941) (pg. 177) — A Cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros — IV (1910-1926) (pg. 185) — Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil — IV — (1828-1841) (pg. 189) — Mapoteca central do C.N.G. — catálogo geral — IV (mapas de ns. 301 a 400) (pg. 191) — Publicações entradas durante o ano de 1942, na Biblioteca central do C.N.G. — IV (pg. 195).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixados no mês de junho de 1943 (pg. 199) — íntegra da legislação de interesse geográfico (pg. 204) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Amazonas (pg. 216) — Baía (pg. 216) — Minas Gerais (pg. 216) — Paraná (pg. 216) — Sergipe (pg. 217) — Território do Acre (pg. 217) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico — Bandeirantes (pg. 218) — Belém (pg. 218) — Cerro Azul (pg. 218) — Magé (pg. 218) — Recife (pg. 219) — Salvador (pg. 219) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das Resoluções ns. 111 a 162 aprovadas no ano de 1939 (pg. 220) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das Resoluções ns. 85 a 103 aprovadas no ano de 1940 (pg. 222) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das Resoluções ns. 65 a 106 aprovadas no ano de 1941 (pg. 223) — íntegra das Resoluções ns. 9 a 11 (pg. 224) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das Resoluções ns. 74 a 88 aprovadas no ano de 1941 (pg. 227) — íntegra das Resoluções ns. 8 a 11 (pg. 227) — DIRETÓRIOS REGIONAIS — AMAZONAS — íntegra das Resoluções ns. 6 a 10.

**INFORMAÇÕES:** QUADRO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — Administração federal (pg. 231) — Administração regional (pg. 241) — Administração municipal (pg. 252).

# Boletim Geográfico

| Ano I | JULHO, 1943 | N.º 4 |
|---|---|---|

## Editorial do mês

# Boletim Geográfico

*Depois de circular, por três meses, com o título de "Boletim do Conselho Nacional de Geografia", surge agora o quarto número dêste mensário ostentando o nome de* Boletim Geográfico.

*Mudança tão rápida, exatamente naquilo que tanto aprêço merece — o nome próprio —, não reflete no caso volubilidade de direção do* Boletim; *que, ao contrário, tôda envolta na preocupação de realizar obra duradoira, não se move senão diante dos fatos de permanência.*

*Significa antes a mudança uma lídima vitória, que se regista com legítimo orgulho: com tal amplitude e presteza se deu no país a aceitação do* Boletim, *que continuar a chamá-lo do* Conselho *seria limitar de muito o seu ambiente, porque êle já é de todos os brasileiros ávidos por melhor conhecerem a sua terra.*

*Demais, de tal modo se difundiu e se generalizou o* Boletim, *que merecia um designativo adequado, a lhe dar, a bem dizer, nome próprio, ao envés do indicativo do editor — proprietário, que a não ser por indução lhe denunciava o objeto.*

*Agora não, no título de* Boletim Geográfico *está dito por inteiro o seu programa de divulgação, o seu objeto, enquanto que, no subtítulo "mensário do Conselho Nacional de Geografia", se evidenciam o ritmo e a responsabilidade da elaboração, conjugando título e subtítulo as características fundamentais do periódico mensal.*

*E há no novo título mais propriedade, porque o periódico, aliás desde o surgir, não se ateve exclusivamente à divulgação das atividades dos órgãos — centrais, regionais e municipais — do Conselho, mas estendeu suas notícias, informações, contribuïções e comentários a todos os fatos da geografia nacional, além de oferecer dados valiosos de interêsse geral.*

*Efetivou-se a mudança do nome, tal qual se deu na criação do* Boletim, *por deliberação do órgão competente do Conselho, no caso, o seu Diretório Central que, para isso, baixou a Resolução n.º 134, de 9 de junho último.*

*Doravante, fácil de retenção, figurará nas bancas, nos balcões e nas estantes a nova legenda, a encobrir alentada responsabilidade do Conselho Nacional de Geografia, a qual, na solicitude crescente do público ledor, dia a dia se agiganta.*

*Empenhar-se-à o Conselho, na medida das suas fôrças, por manter o* Boletim, *na sua expressão cultural, na sua apresentação material e no seu ritmo de aparecimento, segundo as condições atuais e, se possível, quem sabe, as melhorando num ponto ou noutro.*

*Em tal afirmativa se espelha um propósito claro e firme, inspirado em construtivo ideal e conduzido por inabalável entusiasmo; porque, não fôsse isso, ressaltariam as dificuldades tremendas da hora presente em que definham as possibilidades, de tôda ordem, no entrechoque dos efeitos da guerra universal.*

*Mas, na tarefa que lhe é difícil, a direção do* Boletim *conta com o concurso valioso dos interessados nos assuntos geográficos, seus ledores tão numerosos, não só no estímulo do acolhimento, como também no refôrço dos conselhos e sugestões.*

*Rio de Janeiro, Julho de 1943.*

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário Geral do Conselho
Nacional de Geografia.

"RESOLUÇÃO N.º 134, DE 7 DE JUNHO DE 1943.

*Dispõe sôbre o Boletim mensal do Conselho.*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuïções;

Considerando as conveniências da edição do Boletim mensal, cujo número inaugural saiu em abril último;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Boletim mensal do Conselho passa a receber o título de "BOLETIM GEOGRÁFICO".

Art. 2.º — As questões relativas à organização do Boletim serão resolvidas pelo Secretário do Conselho, ouvida a Comissão da Biblioteca Geográfica Brasileira.

Art. 3.º — O Chefe da Carteira de Intercâmbio e Publicidade servirá de Secretário da Comissão, na parte relativa ao Boletim, cabendo-lhe a vantagem prevista na Resolução n.º 123, dêste Diretório."

*Comentário do mês*

# A Carta do Brasil ao milionésimo

Tenente-Coronel ADIR GUIMARÃES
Membro da Comissão Executiva de Atualização da Carta do Brasil ao Milionésimo.

A resolução n.º 39, aprovada pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em 1938, criou a Comissão Executiva Central de atualização da Carta do Brasil ao milionésimo.

No que diz respeito à Carta do Brasil, de modo geral, a situação anterior àquela resolução era a do mais triste abandono. No entanto, todos sentíamos sua necessidade. Ela é contingência que assinala nossa vida desde o nascedouro. No descobrimento, em 1500, o bacharel em artes e medicina, Mestre João, escrevia ao mui católico e sereníssimo príncipe el rei Dom Manuel aconselhando sua alteza a: "mandar trazer um mapa-mundi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver vossa alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-mundi não certifica si esta terra é habitada ou não; é mapa antigo..." Por êsse documento verificamos que já na época do seu "descobrimento oficial" estava o Brasil representado em "mapa antigo". Êsse mapa a que se refere Mestre João, como estando em poder do infame Bisagudo é, ainda, desconhecido. Portugal procurava defender-se da cobiça das outras nações ocultando suas descobertas. Isso não impediu, antes foi incentivo, a que astutos estrangeiros conseguissem obter informes seguros, por meio de mapas, hoje conhecidos, e que marcam o início da nossa cartografia.

O famoso planisfério do piloto espanhol, companheiro de Colombo e Hojeda, Juan de la Cosa, trazendo a data 1500, assinala o feito de Cabral, embora vagamente.

O italiano Duque de Ferrara obteve, por intermédio do finório Alberto Cantino, em 1502, um precioso mapa que é tido como o mais antigo do Brasil. Nêle, nossa costa se desenha com mais amplitude e já aparecem os papagaios, que por largo período hão de decorar nossas cartas, em algumas das quais se lê a expressão pitoresca "Terra Papagalli". A toponímia nacional tem, também, aí, sua primeira representação cartográfica e, com ela, suas primeiras dúvidas e confusões.

No planisfério de Jerônimo Marini, desenhado em 1511, e cujo original se encontra no Itamaratí, por aquisição de Lauro Müller, lêmos, pela primeira vez, o nome *Brasil* como designativo de extensão territorial.

Os mapas de Maiollo (1515), Diego Ribero (1529) e Gaspar Viegas (1534) são fases interessantes da cartografia brasileira, que mostram como nossa costa ia sendo representada, com relativa verdade, nas suas linhas gerais.

Os mapas de Nicolas Desliens (1543) e Sebastião Cabot (1544) ostentam a costa de tôda a América do Sul.

No fim do século XVI, começam a transparecer nos nossos mapas, as influências dos sonhos dos exploradores de pedras e metais preciosos. Os cartógrafos, associando-se à essa febre extraordinária que abalava o mundo de então, assinalam, como realidades, fantasias e lendas.

O mapa de Hondius (1598) representa Manoa, o el Dorado, às margens do fantástico lago Parima, mar interior imenso, que a imaginação de exploradores mal avisados colocou ao norte do Amazonas e que durante mais de uma centúria aparece, quase permanentemente, nos mapas do Brasil.

Lugar de grande destaque merece o mapa de Nicolas Sanson (1650), onde nossas fronteiras estão representadas, bem com as das capitanias, ao lado de diversos acidentes físicos e políticos, de que sobressaem as missões jesuíticas do sul.

A *Carta Geral da América Meridional* de M. Bonne (1781) mostra-nos o Brasil com suas lindes (tratado de Santo Ildefonso de 1777) e as dos governos gerais, perfeitamente delimitadas.

Em 1798, Pontes Leme imprime seu famoso mapa *A Nova Lusitânia,* que serviu de base à Carta do Clube de Engenharia (1922).

Buchon, vinte e sete anos mais tarde (1825), presenteia-nos com uma carta, onde se vêm em côres diferentes, as diversas províncias do jovem Império.

O ano de 1846 está ligado a memorável acontecimento da cartografia brasileira, com o aparecimento da *Carta Corográfica do Império do Brasil,* dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, desenhada e impressa no Rio de Janeiro, naquele ano.

Em 1874, o Brasil envia à Exposição Universal de Viena uma *Carta Geral do Brasil,* organizada pelo Visconde de Beaurepaire Rohan, carta, que gravada e impressa no Rio de Janeiro, foi durante muitos anos, a melhor que se conheceu.

Seria injustiça olvidar, nesta resenha sumária, os excepcionais esforços de Cândido Mendes de Almeida e do Barão Homem de Melo, organizando ambos, em épocas diversas, atlas geográficos do Brasil, precisos e bem apresentados.

Citação especial merece o Barão do Rio Branco, o "Patrono da Nacionalidade", pela coleção soberba de mapas, até então, quase desconhecidos, ou, mesmo, inteiramente desconhecidos, que reüniu e divulgou, interpretando-os com tanto saber, que a cartografia se tornou, em suas mãos, arma poderosa, argumento irretorquível, diante do qual as pseudo-razões dos nossos vizinhos baqueavam fragorosamente.

Em 1922, surge luminosa, nova era, magnífica, para a nossa cartografia: o Clube de Engenharia, tendo à frente as figuras excepcionais de Paulo de Frontin e Francisco Bhering concretiza, com a melhor carta geográfica que o Brasil possue, o sonho do grande Morise. Com efeito Henrique Morise, no brilhante parecer apresentado, em 1908, se batia pela construção da carta do Brasil na escala de 1:1 000 000, concatenando regras para sua execução, que constituem fulgurante prova da arguta visão daquele eminente sábio, pois até os processos fotogramétricos são aí preconizados.

Entretanto, só em 1916, o Dr. Bhering organiza as instruções para a construção daquela carta, de acôrdo com o que fôra resolvido pela Comissão Internacional do Mapa do Mundo, em suas reüniões de Londres (1909) e Paris (1913).

As 52 fôlhas de que se compõe essa excelente Carta do Brasil ao milionésimo foram gravadas e impressas em Berlim, e constituem, em seu conjunto, trabalho verdadeiramente grandioso. Jamais nossos encômios serão supérfluos, em se tratando da figura proeminente de Bhering, a cuja atividade ininterrupta, de 1916 até 1923, deve o Brasil essa obra prima inconfundível da sua cartografia.

## II

Verifica-se que, lamentàvelmente, não se cogitara no Brasil, de um trabalho contínuo e sistemático, não só de coleta, guarda, catalogação e conservação dos levantamentos cartográficos de natureza variada, efetuados no território nacional, como o do não menos interessante esfôrço, no sentido de interpretar e comparar os elementos recolhidos, procedendo, também, à sua compensação e desenho uniforme, visando apresentar, quando oportuno, esclarecimentos atualizados e perfeitos acêrca da nossa cartografia. Desaparecido Bhering, o arquivo precioso que sua pertinácia conseguira reünir, ficou esquecido na Repartição dos Telégrafos até que, vindo fortuitamente as minhas mãos, deligenciei no sentido de recolhê-lo, condignamente, ao Arquivo Nacional onde hoje se encontra.

O decreto lei n.º 311, de 1938, estabelecendo as bases da divisão territorial do país, até então anárquica, obrigou os municípios a depositarem no Conselho Nacional de Geografia, no prazo de um ano, o mapa do seu território. Crítica superficial poderia julgar curto o prazo ou parcos os recursos de alguns dos municípios, para que essa determinação fôsse cumprida com êxito. Regulamentação adequada, esclarecia, entretanto, que o decreto visava, não a execução do levantamento topográfico do respectivo território, mas uma compilação dos levantamentos já efetuados, onde a toponímia fôsse atualizada, e a divisão territorial rigorosamente definida.

O resultado, foi verdadeiramente, surpreendente pela maneira coesa e, em geral, brilhante, com que se apresentaram os municípios brasileiros. Entretanto, alguns houve, cujos mapas constituem deplorável índice, do desconhecimento com-

pleto de levantamentos anteriormente feitos em seu próprio território, em vários casos, impressos e fartamente conhecidos. A lei 311 foi, para êles, um incentivo a despertar-lhes a conciência cartográfica.

Diante de tais exemplos, a necessidade de um órgão central, capaz de sistematizar os levantamentos cartográficos, efetuados em todo nosso vasto país, fazendo seu aproveitamento racional, parece se impor, pela evidência. Quando nos referimos a levantamentos cartográficos, queremos aludir a tudo que possa melhorar as cartas existentes; isto é, mapas, cadernetas, caminhamentos, coordenadas, direções, altitudes, nivelamentos, declinações, fotografias, aéreas ou não, informações várias, etc.

Com a criação da Comissão Executiva Central de Atualização da Carta do Brasil ao milionésimo ficou satisfeita aquela necessidade.

Devemos registar, entretanto, e o fazemos bem a contragosto, que depois da publicação da carta do Clube de Engenharia, foram divulgados dois mapas que demonstram haver, nos países onde foram executados, um trabalho de coleta de dados cartográficos mundiais, que lhes permitiu conhecer nossa cartografia, em seu conjunto, melhor que nós a conhecíamos. Referimo-nos à décima edição do *Grande Atlas Stielen*, alemão, ainda incompleto, mas já com o mapa do Brasil atualizado e em escala de 1:5 000 000; e à *Carta Internacional do Mundo*, ao milionésimo, editada nos Estados Unidos, pela *American Geographical Society* e da qual se acham prontas as fôlhas relativas ao Brasil.

## III

Vejamos, agora, o que já tem feito a Comissão da Carta do Brasil.

Empossada em maio de 1939 tinha à sua disposição os mapas municipais, a carta de 1922, a edição americana, mais moderna, além do material que ia, e continua sendo coletado nos diversos órgãos especializados. Os 1 574 mapas municipais — tantos são os nossos municípios — apresentavam-se sob variado aspecto, quanto à escala, precisão e riqueza de minúcias. Além disso, não traziam, salvo poucas exceções, nenhuma indicação sôbre sua situação geográfica. Via de regra, os municípios das regiões mais povoadas organizaram seus mapas em escalas maiores de 1:500 000, enquanto que, os pertencentes aos estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiaz, fizeram-no em escala de (1:1 000 000)

Sendo finalidade da Comissão, a obtenção da carta ao milionésimo, mas tornando-se, por outro lado, desaconselhável, fazer uma redução tal, nos mapas municipais, que acarretasse impossibilidade do aproveitamento de elementos julgados interessantes, ficou assentada a organização de uma edição preparatória, cujas fôlhas, sendo as mesmas da carta internacional relativas ao Brasil, apareceriam em escala de 1:500 000, exceção feita da zona compreendida pelos municípios dos referidos estados, que apresentaram mapas em escala de 1:1 000 000. Esta edição preparatória, que, para facilidade de impressão, aparecerá sem curvas de nível, será largamente distribuída a pessoas ou instituïções capazes de poder dar informes sôbre suas falhas, que serão corrigidas em impressão definitiva.

Na edição preparatória, a Comissão poderá usar um sistema de convenções mais adequado às condições da nossa cartografia e mais atualizado, que o aprovado na 2.ª Conferência Internacional de Geografia, reünida em Paris, em 1913. Em virtude disso, foi estudado um sistema de convenções para cartas geográficas de acôrdo com as necessidades brasileiras e tendo em vista a classificação dos tipos de localidades nacionais, fixada pela resolução n.º 99, da Assembléia Geral do Conselho.

Ao mesmo tempo foram modificados os nomes de oito fôlhas da Carta do Mundo. Assim, Parima, Tumucumaque, Belém, Contamanas, Rio Branco, João Pessoa, Salvador e Goiânia, substituíram, respectivamente, Rio Branco Alto Trombetas, Pará, Ucaiali, Acre, Paraíba, Baía e Paranaíba.

Depois de sagradas pelo uso, ou com as modificações por êle impostas, serão essas convenções submetidas à aprovação da nossa Assembléia Geral, para usança em todo o Brasil.

Quanto a coordenadas geográficas, o material existente abundava na linha de fronteiras e na costa, mas o relativo a pontos do interior era precário, não só pela exigüidade, como porque na sua maioria se referia a origem duvidosa e

a pontos que não mais poderiam ser reconstituídos, tudo acrescido da falta de precisão oriunda das deficiências de antanho. As determinações do norte verdadeiro, eram quase inexistentes. Por tudo isso ficou assentada a organização de uma verdadeira campanha, a que se denominou, abreviadamente, "Campanha das Coordenadas".

Inicialmente, foram tôdas as coordenadas de pontos do país examinadas através dos respectivos relatórios, quando encontrados, e divididas em três categorias: boas, aceitáveis e inaceitáveis. As boas e aceitáveis foram tôdas catalogadas, referidas a Greenwich, com seu ponto precisamente descrito, de modo a poder ser restabelecido em qualquer época. Dentre um total de 13 960 examinadas, sòmente 2 136 foram consideradas boas ou aceitáveis. Destas, 736 referem-se à fronteira, 140 à costa e 1 260 ao interior.

A "Campanha" preparou engenheiros, adestrando-os num curso especializado, espalhando-os, em seguida, pelo país inteiro onde já determinaram 653 posições.

Tôdas essas posições ficam convenientemente descritas e assinaladas no terreno, bem como a direção da linha Norte-Sul. Os marcos que se colocam em tôdas as localidades são uniformes e ficam confiados à guarda dos respectivos prefeitos, geralmente, em praça pública.

As linhas divisórias dos diversos municípios, bem como as interestaduais constituem assunto palpitante, cujo estudo tem merecido especial carinho. Pondo de lado conhecidas questões de limites, foram constatadas numerosas e acentuadas discrepâncias entre aquelas linhas, tornando impossível o mosaico dos mapas municipais, sem levantamentos locais.

Curioso é, por exemplo, o caso do território do Acre que define seus limites com o Amazonas, pela famosa linha Cunha Gomes (Mapa de Plácido de Castro, setembro de 1907), constituída de um único alinhamento. A determinação de coordenadas geográficas, entretanto, mostrou que localidades acreanas estão para mais de 30 quilômetros a dentro do território que, pela definição matemática da linha divisória pertenceria ao Amazonas. Assim, a prevalecer a posse atual, a linha se quebrará em diversos alinhamentos, impondo nova descrição dos limites entre aquelas duas unidades brasileiras.

Outro caso interessante é o dos limites entre Baía e Goiaz percorridos, em 1942, por uma das nossas expedições anuais. Essa expedição verificou, com surpresa, que os citados limites se desviam de 30 e, em alguns pontos, perto de 80 quilômetros para oeste. A Baía passará, talvez, a limitar-se com o Maranhão.

A organização de expedições científicas, onde a prioridade geográfica não exclue a possibilidade de diversas pesquisas, é outra Campanha destinada a grande sucesso a julgar pelos resultados que, embora em fase inicial, já nos tem proporcionado.

Para que o desenho das fôlhas, seja feito com rigorosa perfeição e beleza foi organizado um curso de especialização, com o objetivo de instruir nossos antigos desenhistas cartógrafos e criar outros, aumentando nosso quadro e tornando-o em condições de poder desenhar as 152 fôlhas da edição provisória, acrescidas das 52 da edição definitiva.

Diversas questões correlatas têm surgido e vão tendo estudo e solução. A sistematização da toponímia, à possibilidade de reduzir as linhas sêcas, nos limites intermunicipais, configuração mais conveniente para os municípios, nomenclatura normalizada para os acidentes geográficos, evitando-se que rios sejam afluentes de riachos ou córregos, são exemplos de questões que se têm apresentado.

Mas... o comentário é para um mês e não para um ano.

*

*Transcrições do mês*

# Nordeste do Brasil

Prof. Sílvio Fróis Abreu

Membro da Comissão Diretora da "Biblioteca Geográfica Brasileira" e Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia.

*Tese apresentada para inscrição no concurso à cadeira de Geografia Geral, especialmente do Brasil, da Escola Normal do Rio de Janeiro — Papelaria Melo — Rio de Janeiro, D.F. — 1929.*

## I

## GEOLOGIA

As rochas do complexo brasileiro, no Nordeste, são principalmente, gnais, granitos xistos e calcáreos cristalinos.

São bem conhecidas suas áreas de ocorrência e, particularmente nalguns pontos, elas têm sido bem estudadas, v.g. na Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, onde as observações locais de Luciano de Morais são completadas pelos estudos microscópicos de Djalma Guimarães.

O gnais, a rocha mais disseminada, é geralmente de tipo normal, com quartzo, ortose e biotita, e granadas almandinas como mineral acidental. Muitas vêzes, ocorre também a hornblenda. Algumas vêzes o gnais se apresenta tão laminado que pode ser considerado um horblanda-xisto, quando ocorre êsse mineral, ou um micaxisto quando predomina a mica.

No N.E. os gnais foram injetados por veios de pegmatito, de rochas básicas, e sofrera intrusões graníticas que originaram tipos de rochas metamórficas (haleflintos, milonitos, etc).

Os granitos ocupam grandes áreas no centro do Ceará; suas intrusões deram origem aos morros centrais e muita vez pertubaram profundamente os gnais, criando os traços gerais da topografia atual.

O estudo das formações granito-gnáissicas da serra da Borborema e outros pontos da Paraíba e Rio Grande do Norte indica que as rochas do N.E. sofreram grandes efeitos dinamo-metamórficos. Êsses fenômenos dinâmicos não são muito antigos (Serra e Montanhas, vol. II, pg. 46), pois as serras do Martins, do Cuité e outras têm no tôpo restos de sedimentos terciários.

Os gnais porfiróides, com grandes feno-cristais de ortose, são comuns e os calcáreos cristalinos que formam bolsas nas rochas arqueanas contêm quase sempre minerais acidentais (tremolita, palhetas de mica) e são ricos em carbonato de magnésio.

Um caráter geral às rochas cristalinas do N.E. é o efeito de ações dinâmicas, — principal responsável pelo modelado do solo.

*

De idade imediatamente superior aos gnais e granitos arqueanos, encontram-se as rochas consideradas algonquianas. São os xistos da chamada série do Ceará, criada por Roderic Crandall e Horace Williams, e posteriormente confirmada e reconhecida sua importância no Nordeste por Eusébio de Oliveira e Luciano de Morais.

---

NOTA DA REDAÇÃO: — Ao rever, depois de paginado, o presente trabalho, escrito há 14 anos, o Professor Sílvio Fróis Abreu fêz interessantes anotações destinadas à sua atualização. Essas notas, que vão indicadas nos lugares respectivos, serão publicadas com a parte final da tese, que compreende o estudo da *flora*, da *fauna*, do *povoamento*, das *fontes de energia*, das *vias de comunicação*, da *divisão política*, da *fisionomia das cidades* e informações finais, no próximo número do BOLETIM, referente ao mês de agôsto.

A série do Ceará, que seria mais pròpriamente denominada série do Nordeste, abrange xistos argilosos metamorfizados mica-xistos, calcáreos, quartzitos e skarnitos, encontrados primeiro no vale do rio Salgado, no Ceará, mais tarde observados na serra da Borborema e noutros pontos do Nordeste.

Essa série jaz em discordância sôbre as rochas do complexo arqueano e parece constituir uma província setentrional da série de Minas.

Tal hipótese é admitida por Eusébio de Oliveira e Luciano de Morais, que tiveram oportunidade de estudar as ocorrências em Minas e no Nordeste.

Em Alagoas, próximo a Traipú e na serra de São José, não longe do rio de S. Francisco, o autor desta tese encontrou xistos e quartzitos que devem ser referidos a êsse horizonte.

Ao norte do Ceará, certos quartzitos que contêm camadas de itabiritos semelhantes aos da zona sidérica de Minas Gerais, também devem ser considerados pertencentes ao horizonte correspondente à série de Minas.

A serra de Itabaiana, em Sergipe, de estrutura monoclinal, formada por quartzitos que repousam sôbre as rochas arqueanas, e algumas serranías abruptas do norte da Baía, na região de Canudos, Geremoabo, etc. desprovidas de fósseis, são consideradas por Branner como algonquianas.

*

De indiscutível importância geográfica, depois das antigas camadas paleozóicas, deparam-se as camadas cretáceas que formam bacias importantes, sem grande relêvo sôbre o sólo, ou chapadas que determinam uma feição topográfica muito característica.

Segundo a ordem cronológica de formação, vamos tratar primeiro das camadas areníticas que formam extensos chapadões no Piauí, em seguida falaremos das camadas da serra Grande ou Ibiapaba, das camadas do Araripe, e das bacias do rio do Peixe, na Paraíba, de Estância, em Sergipe.

As camadas do Piauí foram estudadas por Arrojado Lisbôa que considerou permiana a série que aflora no Parnaíba; Small, depois dele, estudando a região oriental do Piauí, conservou a classificação permiana, sem hesitação, para o arenito de Jabotí, bem exposto em Campo Maior, colocou no permiano, com dúvida, as camadas superiores ao arenito, de Jabotí, expostas em Perí-Perí e, finalmente, considerou cretáceos, com dúvida, os sedimentos das serras Grande, Pedro II, que Branner colocou no permiano inferior (Mapa Geológico do Brasil, 1919), fundado nas próprias idéias posteriores de Small. Muito recentemente, Morais Rêgó estudou as formações do Maranhão e Piauí e preferiu incluir as camadas permianas que Lisbôa chamou da série do Parnaíba, na época mesozóica atribuindo-lhe idade jurássica, por supô-las em inferioridade imediata às camadas do centro do Maranhão, consideradas cretáceas, análogas aos sedimentos da chapada do Araripe.

A fauna fóssil da série do Parnaíba é assaz restrita e, ao que se conhece, restringe-se a alguns peixes do gênero *Semionotus* encontrados nos xistos betuminosos que ocorrem perto de Floriano. A flora é mais abundante; caracteriza-se pela presença de fetos silificados do gênero *Psaronius* estudados por paleontologistas reconhecidamente notáveis, como Brogniart, Zeiller, Laubach, Derby e outros.

Assim, tôda a grande área ocupada no Estado do Piauí pelo terreno permiano de Lisbôa, passará a jurássico, consoante os modernos estudos de Morais Rêgo.

A idade exata dêsses sedimentos não tem importância no ponto de vista das formas topográficas que êles originam; cretáceas, jurássicas ou permianas, as camadas areníticas com camadas de calcáreos, atuadas pela erosão, manifestam um fácies topográfico semelhante.

As camadas da serra Grande ou Ibiapaba são formadas de arenitos com falsa estratificação, geralmente de côres claras, amarelo, cinzento ou branco, encerrando folhelhos calcáreos e calcáreos compactos. Essas camadas não contêm fósseis nem mostram indícios de perturbações. Mergulham de 4° a 7° para oeste; na parte oriental, ao norte, repousam sôbre xistos metamórficos (série do Ceará?), no boqueirão do Potí (lat. 5°S) e mais ao sul, assentam sôbre as rochas arqueanas; a oeste repousam sôbre as camadas arenosas de Perí-Perí.

A falta de fósseis só permite determinação da idade dessa série, baseando-se em aparências litológicas e na posição relativamente a outras camadas. Como elas repousam sôbre arenitos considerados permianos e depois jurássicos, são consideradas cratáceas pelos geólogos brasileiros — (Gonzaga de Campos, Eusébio de Oliveira, Betim Pais Leme).

As camadas da serra Grande formam um alto paredão quase a pique, no lado oriental; a oeste vão diminuindo de altitude gradativamente.

As camadas da chapada do Araripe, ao sul do Ceará, são sedimentos areníticos onde se acha intercalada uma possante camada de calcáreo conhecida na literatura geológica nacional por calcáreo de Santana.

Nesse horizonte calcáreo há muito foram descobertos peixes fósseis que, classificados por especialistas — Agassiz, em 1841, A. Smith Woodword em 1887 — 1890, Jordan e Branner em 1908, foram referidos ao período cretáceo.

A fauna de foraminíferos das camadas do Araripe é abundante e todos os caracteres indicam que se trata de depósitos marinhos.

No xisto betuminoso encerrado no arenito inferior da série, o autor desta tese encontrou grande número de pequenos crustáceos, tidos como *esterias* pela semelhança macroscópica com os que se encontram nos xistos de riacho Doce, em Alagoas. O prof. Bertrand, na Europa, estudou êsse material e classificou os crustáceos no gênero Cypris. Em 1887 os profs. Rupert Jones e Sherbor, do Museu Britânico, estudaram êsses crustáceos e os clasificaram no gênero *Cytheridea,* o que foi confirmado em 1910 pelo Dr. Ulrich.

*Cypris* indicaria depósitos de água doce, o que estaria em desacôrdo com a abundante fauna marinha das camadas logo superiores; *Cytheridea* acusa também um depósito marinho para o arenito inferior do Araripe.

A estrutura geral da chapada do Araripe foi revelada pelos trabalhos de Horatio Small. Consta duma camada de arenito conglomerático, assentando nuns pontos sôbre xistos cristalinos metamórficos e muito dobrados, e noutros diretamente sôbre gnais e granito.

Sôbre êsse arenito conglomerático, há uma camada do chamado "arenito inferior", sôbre ela repousa a camada do "calcáreo de Sant'Anna" a que se sobrepõem os "arenitos superiores", vermelhos pelo alto teor de óxido férrico que cimentam os grãos de quartzo. A espessura dessas camadas varia de 700 metros na extremidade oriental até 200 apenas, na escarpa ocidental.

A chapada tem cêrca de 180 km de comprimento por 25 a 60 de largura, os sedimentos são pràticamente horizontais e terminam em paredões e talhados abrutos, mais desenvolvidos na escarpa oriental.

Rochas da bacia do rio do Peixe — no extremo oeste do Estado da Paraíba, na região entre as cidades de Sousa e S. João do Rio do Peixe, há uma bacia de arenitos o folhelhos alternados, com espessura superior a 200 m, referida modernamente ao cretáceo inferior.

As dimensões dessa bacia são, aproximadamente, cêrca de 100 km no sentido E.O., largura cêrca de 20 quilômetros.

Encontra-se aí um xisto betuminoso que levou Luciano de Morais a admitir uma antiga ligação dêsses sedimentos com as camadas inferiores da chapada do Araripe.

Nas argilas dessa bacia o referido geólogo encontrou pègadas de *Dinosauros* que dão uma idade mesozóica a essas camadas atribuídas por Branner ao eoceno.

Em Sergipe, entre a serra de Itabaiana e o litoral, nas vizinhanças de Larangeiras e Maroim, acham-se camadas cretáceas que mergulham levemente em direção ao mar e perto da costa são encobertas por formações terciárias.

Foi encontrada nelas uma rica fauna fóssil, composta de lamelibrânquios, gasterópodos, cefalópodos e equinodermes descritos pelo Dr. C. A. White.

*

As rochas de formação cenozóica ocupam uma importante faixa ao longo do litoral do norte-brasileiro. A região Nordeste, por inteiro, tem seu litoral nessa formação, salvo pequenos trechos onde as rochas cristalinas chegaram junto ao mar, v.g., no Ceará, ao norte de Fortaleza e na cidade do Salvador.

O terreno terciário da costa constitue a chamada "formação das barreiras", descrita por Eusébio de Oliveira, e considerada de idade pliocênica. Sob essa formação encontram-se arenitos, folhelhos e calcáreos com xistos betuminosos, em Alagoas, por exemplo, perturbados nalguns pontos e mergulhando em direção ao mar. O estudo da fauna fóssil (peixes e crustáceos) determinou a idade eocênica para essas camadas.

Sôbre elas repousam arenitos pouco consolidados e argilas de côres vivas — vermelhas, roxas, amarelas, formando morros de altura geralmente compreendida entre 20 e 100 metros.

Essa formação ocupa uma faixa de 20 a 30 quilômetros ao longo da costa, espraiando-se muito para o interior nalguns pontos, como no Maranhão. Aí se encontram freqüentemente um arenito grosseiro muito ferruginoso, algumas vêzes, verdadeiros pisolitos ferruginosos e cangas que chegam a conter cêrca de 30% de óxido férrico. As barreiras não têm dado fósseis, de modo que a idade plocênica é beseada na posição estratigráfica e em raros especimens da flora fóssil encontrados em Ouriçanguinhas, no Estado da Baía.

Na barra do rio Jucú, no formação terciária da costa, o autor desta tese colheu amostras dum arenito com moldes de pequenos crustáceos. Remetidas a D. Carlota Maury, nos Estados Unidos, não foi possível classificar um briozoário que o dr. Bassler identificou como *Steganoporela*, animal existente desde o terciário. A eminente paleontologista escreveu: "Litològicamente o espécime não parece muito antigo e sugere que o especime de Barra do Jacú (aliás Jucú) pode bem ser Pliocênio".

O terreno terciário, com suas barreiras vermelhas, nalguns pontos solapadas pelo mar, noutros, protegidas pelo cordão de alvas dunas, imprime aspectos muito típicos ao litoral do Nordeste.

*

As formações quaternárias subdividem-se em pleistocênicas e holocênicas.

As primeiras têm no NE um valor muito restrito, limitam-se a depósitos argilosos em depressões da área cristalina, onde se têm encontrado ossadas de mamíferos, do gênero *Mastodon*. Uma formação que pode ser atribuída a êsse período são os depósitos coralígenos da costa. Formam uma fita de recifes, mais ou menos paralela ao litoral, desde o Ceará até a costa baïana.

As formações holocênicas são as várzeas dos rios, os deltas e os mangues ou apicuns. Cumpre salientar, pela importância para o homem, as formações de vasantes ou várzeas dos rios S. Francisco e Jaguaribe. Êsses terrenos vem sendo acrescidos com as enchentes dos rios, que trazem limo e aí depositam. Formam-se assim planícies de sólo rico em humus, dotadas de notável fertilidade.

Os mangues são extensões, junto ao litoral, de vaza inundada periòdicamente por águas salinas. Devido ao cloreto de sódio que as impregna, nesses trechos só vinga uma vegetação halófila. Explica-se a formação dêsses depósitos de argila finíssima, pela ação precipitante das águas salinas sôbre a argila conduzida pelas águas doces em suspensão coloidal.

*

Esboçada, em linhas gerais, a estrutura geológica do N.E, resta dizer algumas palavras sôbre os movimentos tectônicos que modificaram as formas primitivas do território.

As rochas do complexo arqueano, no N.E., apresentam-se quase em tôda parte bastante perturbadas. Houve, então, movimentos diastróficos que dobraram as camadas de xistos cristalinos e os gnais, imprimindo o relêvo ondulado que hoje se observa.

Alguns morros graníticos, emergindo abruptamente da planície cristalina feição aliás muito comum no Nordeste, denotam intrusões graníticas posteriores ao período arqueano.

No início do paleozóico, em período posterior à formação da série do Ceará, deram-se fenômenos de metamorfismo dinâmico, com intrusões de rochas eruptivas básicas nessa série.

O câmbrio-siluriano marcou uma época de intensas perturbações, com a formação de grande parte do relêvo atual, por dobramentos e injeção de magmas que formaram os veios de pegmatitos, os greisen, laurviquitos, etc.

As rochas cretáceas mostram claramente períodos de calma, os sedimentos até hoje conservam-se muito levemente inclinados.

No Rio Grande do Norte, os calcáreos dêsse período (andar turoniano) foram cortados por eruptivas. Luciano de Morais pôs em evidência êsse fato, que mostra uma fase de erupções no fim do cretáceo. Até então as erupções diabásicas eram consideradas sempre triássicas.

A fase de diastrofismo câmbrio-siluriano, chamada fase caledoniana, teve papel assaz importante na produção do relêvo do Nordeste e na formação de sua riqueza mineral.

No período terciário houve relativa calma, que se vem mantendo até nossos dias.

*

Para chegarmos a compreender a morfologia atual do N.E, precisamos, depois de ter apreendido, pelo estudo da geologia, o modo por que se formaram as rochas e os terrenos, — conhecer as ações que se têm exercido sôbre êles. Umas foram determinadas por movimentos da crosta e por ações metamórficas — ja foram referidas em traços gerais. Agora vamos tratar das ações subordinadas ao clima, conhecidas pela denominação de ações metassomáticas.

## Clima

Não é fácil encontrar uma definição sintética e perfeita de clima. Para Hipócrates era o estudo das "águas, ares e lugares". Para Ptolomeu e os antigos gregos a palavra clima designava as faixas de terra do equador ao polo. Clima é o resultado das condições mais freqüentes da atmosfera, ou, como definiu Afrânio Peixoto, é o conjunto de condições físicas particulares a um local.

O estudo dos climas constitue a climatòlogia que Ward definiu, com muito acêrto: — meteorologia geográfica.

O clima duma região é a resultante dum conjunto de fenômenos e a simples variação de um dos componentes faz modificar a resultante. Daí a grande diversidade de climas e a conseqüente dificuldade de classificá-los.

Geralmente dividem-se os climas em continentais e marinhos ou ainda em constantes, variáveis e excessivos.

A primeira divisão admite sub-divisões tais como climas de montanhas, de planaltos, desérticos, litorâneos, etc. Como se sabe, são classificações arbitrárias e bastante imprecisas. Não se póde estabelecer rigorosamente as condições dum clima de montanha e de litoral, de modo a poder distinguir precisamente os climas de regiões diversas. São divisões "grosso modo".

Os principais fenômenos que caracterizam o clima duma região são: a temperatura do ar e sua variação, a quantidade e a freqüência das precipitações pluviosas, o grau de umidade atmosférica.

Daí os qualificativos — quente ou frio, chuvoso ou sêco, com que o povo caracteriza os lugares.

O clima atua sôbre as cousas inanimadas e sôbre os seres vivos; daí, tornar-se indispensável o estudo do clima para bem se compreender a topografia, a flora, a fauna e a vida humana nos diversos pontos do ecúmeno.

Regiões extensas e de forma heterogênea dificilmente têm climas iguais, porque a proximidade de grandes massas de água, a altitude, a posição relativa a montanhas e vales, etc., fazem variar as condições atmosféricas locais.

O Nordeste pode ser considerado um conjunto bastante homogêneo, no sentido geográfico, de modo que se pode apresentar um conjunto de dados que representam o clima nordestino. Faz exceção a êsses dados a faixa litorânea, influenciada diretamente pelo mar e pequenas áreas no interior de alguns Estados, que por sua posição elevada em serras dotadas de vegetação higrófila, têm condições que mais se aproximam das regiões temperadas do sul do Brasil.

Observações geológicas, têm feito supor condições semi-áridas, em antigos períodos geológicos. Branner supõe que a causa da extinção dos grandes mamíferos pleistocênicos foi uma longa estiagem que fêz secar todos os mananciais do Nordeste. A base de tal hipótese é o encontro das grandes ossadas sempre junto aos "caldeirões", que de certo foram os últimos depósitos dágua de que dispuseram aqueles animais.

Não se tem ainda farto material de observação para determinar com precisão as condições atmosféricas mais freqüentes do Nordeste.

No Ceará, o venerando senador Tomaz Pompeu, em longos anos de observação, conseguiu dados que representam uma contribuïção valiosa ao conhecimento do clima do Nordeste.

Mais tarde, O. Weber, em Quixeramobim, fêz uma série grande de observações.

A' Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas deve-se muito nesse sentido e a Diretoria de Meteorologia do Ministério da Agricultura tem aumentado o número de postos de observação.

A região de que nos ocupamos acha-se quase totalmente incluída na zona tórrida, tropical ou equatorial que vai do Equador ao paralelo de 10.º. Esta se subdivide em três outras: uma compreendendo o vale do Amazonas, outra o interior dos Estados do N.E. e finalmente o litoral do N.E.

A região que mais nos interessa, nestas notas, — o sertão do Nordeste — tem como característica fortes chuvas no outono e verão e pequenas oscilações de temperatura.

O conjunto de dados sôbre o clima do N.E. mostra que o sertão caracteriza-se por chuvas em geral escassas e sujeitas a variações acentuadas, baixa porcentagenm de umidade na atmosfera e temperatura média anual superior a 25.º, salvo nalguns pontos do sertão baïano e pernambucano, onde é inferior a êsse número.

**1 9 2 1**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) Temperatura média anual..... | 27.5 | 26.4 | 23.1 | 23.4 |
| 2) Porcentagem de unidade atmosférica..... | 64,6 | 74.5 | 74.3 | 73.9 |
| 3) Milímetros de chuva..... | 1 324.7 | 1 029.7 | 869.2 | 933.4 |

**1 9 2 0**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) ..... | 28.0 | 26.7 | 23.4 | — |
| 2) ..... | — | 71.0 | 71.7 | — |
| 3) ..... | 71.2 | 623.3 | 736.0 | 852.2 |

**1 9 1 9**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) ..... | 28.4 | 26.6 | 23.5 | 24.1 |
| 2) ..... | 64.3 | 71.6 | 70.0 | 70,1 |
| 3) ..... | 195.3 | 436.3 | 440.0 | 548.4 |

**1 9 1 8**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) | 27.7 | 25.9 | — | — |
| 2) | 75.2 | 75.3 | — | — |
| 3) | 876.5 | 818.2 | — | — |

**1 9 1 7**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) | 27.4 | 26.1 | — | 23.1 |
| 2) | 68.0 | 74.3 | — | 71.8 |
| 3) | 1 538.5 | 930.6 | — | 494.7 |

**1 9 1 6**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) | 27.5 | 25.8 | — | 20.9 |
| 2) | 68.0 | 71.9 | — | 83.7 |
| 3) | 1 106.3 | 779.8 | — | 848.2 |

**1 9 1 5**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) | 28.6 | 26.0 | — | 24.1 |
| 2) | 60.1 | 71.6 | — | 72.2 |
| 3) | 212.5 | 493.1 | — | 339.3 |

**1 9 1 4**

| ESPECIFICAÇÃO | Quixadá | Nova Cruz | Pesqueira | Monte Santo |
|---|---|---|---|---|
| 1) | — | 25.4 | — | 20.5 |
| 2) | — | 75.6 | — | 85.4 |
| 3) | | 1 551.2 | — | 777,4 |

A variação de temperatura durante o ano em diversos pontos do N.E. mostra que o clima se enquadra na divisão — climas constantes.

No ano de 1920 em Quixadá a temperatura média, no verão, foi 27.8 e no inverno 26.7; em Teresina foi, respectivamente, 28.0 e 26.1; em Natal, 27.1 e 24.7; em Pesqueira, 23.8 e 19.9; em Aracajú, 26.9 e 25.0. O regime de chuvas do

N.E. é diverso do das outras regiões do Brasil. Na faixa costeira as precipitações não são irregulares, em geral caem perto de 2 000 milímetros.

No interior, a anos secos em que as águas não chegam a umedecer a terra, sucedem-se estações muito pluviosas que avolumam sobremodo os cursos dágua.

Um simples ribeiro que num ano é apenas um filete dágua transforma-se uma caudal num ano de bom "inverno".* Êsse regime, tem conseqüências desfavoráveis ao homem. Sendo a maior parte do sub-solo nordestino composto de rochas impermeáveis, e sendo geralmente pequena a camada de terra arável, êsse regime torrencial implica na desnudação de grandes áreas que passam a expôr lajeados de rocha viva.

Essa feição do solo é muito comum em quase todo o N.E.

A falta de grandes variações de temperatura e a pequena umidade atmosférica dificultam as ações metassomáticas sôbre os componentes das rochas; daí a pequena proporção de trechos onde as rochas estão profundamente decompostas.

As serras do N.E., via de regra, são pedregosas.

Se fôssem outras as condições climáticas, ao envés de pedregulho, de saibro, teríamos barreiras produzidas pela decomposição das rochas feldspáticas e micáceas.

Nas serras do cordão central do Ceará, ao norte, (Baturité, Maranguape, Aratanha), as ações metassomáticas foram intensas, graças às condições climaticas, e originaram uma funda camada de argila, sempre úmida e coberta de vegetação luxuriante.

A erosão atuando sôbre as rochas graníticas as tem descascado, produzindo formas que tendem para a esfera.

As formas angulosas recebem mais calor durante os dias e se resfriam mais depressa durante as noites, tendem assim a se desagregar devido às dilatações e contrações sucessivas.

O clima, pois, faz com que o sertão nordestino seja pedregoso; do mesmo modo, é o responsável pelos lamaçais e pelos barreiros das estradas de Minas e do Rio de Janeiro, na região da serra do Mar.

A ação mecânica das chuvas manifesta-se de modo acentuado sôbre as camdas areníticas, desagregando-as no sentido vertical e criando formas abruptas e escalvadas.

Também sôbre as rochas graníticas observam-se êsses efeitos mecânicos; são um exemplo típico os montes sieníticos de Quixadá, com raias e caldeirões originados pela erosão pluvial.

A porosidade das rochas areníticas permite que absorvam grande parte da água precipitada, dando origem a lençóis subterrâneos que vertem nas encostas sob a forma de fontes perenes.

As serras areníticas são, assim, um regulador de águas; absorvem grandes porções na época de chuvas e vertem, lentamente, nas épocas de estiagem.

Só as grandes sêcas têm feito diminuir o débito das fontes ou "olhos dágua" no dizer regional, das encostas das serras areníticas. Fica, assim, bem em evidência a influência do clima sôbre o relêvo e sôbre os recursos naturais da região.

Constituïção geológica e clima, por conseguinte, criam não sòmente feições físicas como também antropogeográficas.

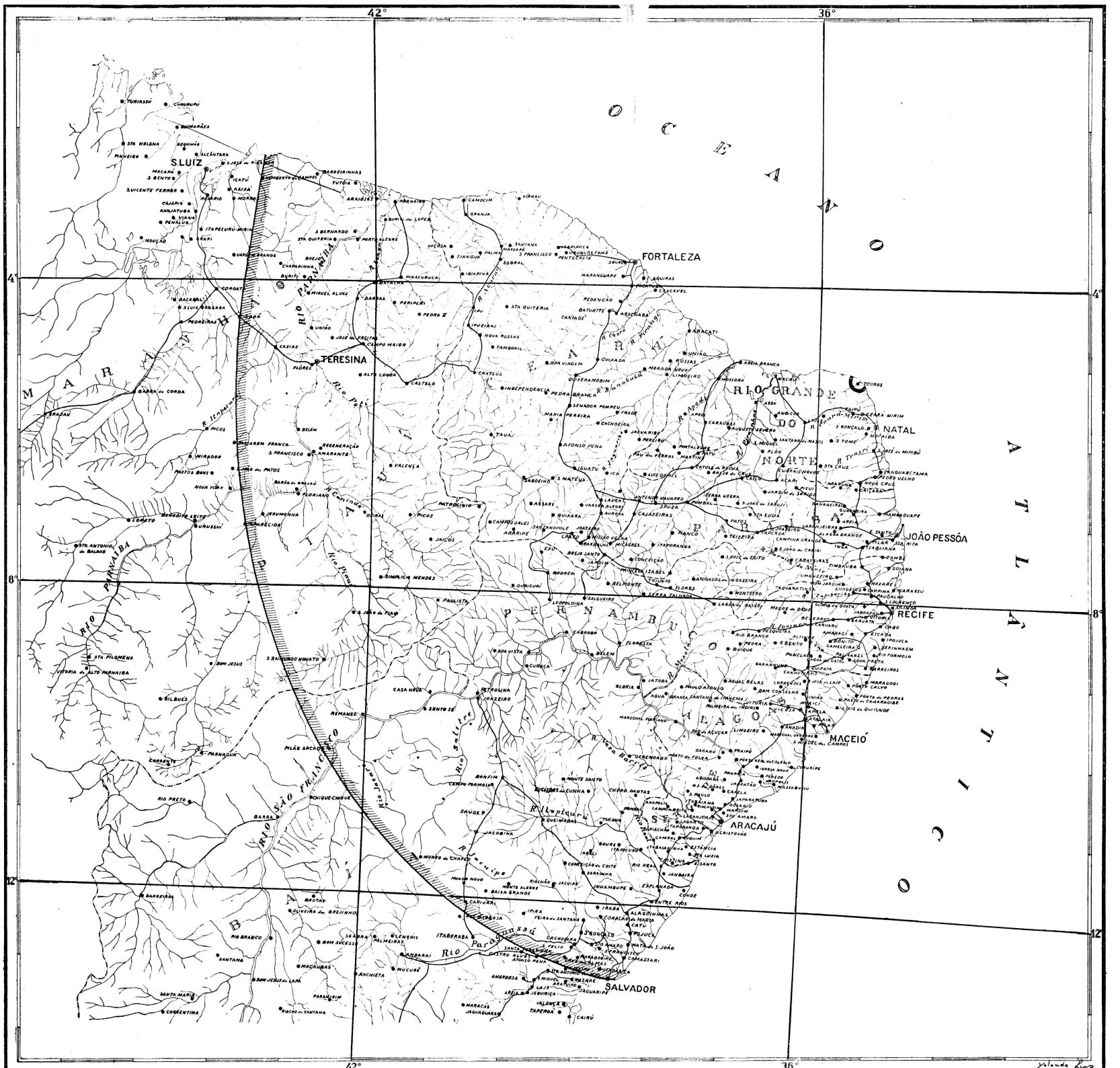
Foram os movimentos tectônicos antigos caledonianos e mais modernos que ondularam o Nordeste, fazendo emergir intrusões graníticas, dobrando as camadas paleozóicas.

Foi o clima que completou a obra, modelando as formas atuais. Cobrindo algumas serras com um espêsso manto argiloso, capeando o solo com pequena camada de terra, esbarrancando as barreiras do litoral, atuando de preferência sôbre anfractuosidades, as ações provocadas pelo clima fizeram dos maciços arqueanos e das camadas paleo, meso e cenozóicas o quadro fisiográfico que hoje observamos.

A irregularidade das precipitações pluviais é freqüentemente causa de grandes flagelos para a vida no N.E. do Brasil.

---

* — No N.E. — chama-se inverno a época das chuvas. Começa em fevereiro ou março e distende-se até setembro.




*A região nordestina considerada pelo autor da tese, em 1929, foi limitada por um arco de círculo passando pelo Salvador e pela costa maranhense, tendo o centro em Touros. Foi um critério geométrico e não geográfico, mas em linhas gerais abrangeu quase a totalidade da área que tem os caracteres nordestinos.*

*A resolução n.º 72, de 1941, do Conselho Nacional de Geografia fixou o quadro da divisão regional do Brasil, cujos limites em parte diferem dos que foram conside-*

Lá não há, pròpriamente, grande escassez de água; se houvesse regularidade, a média anual de precipitações seria por volta de 1 000 milímetros.

O mal provém da irregularidade, da carência extrema em certos anos, chamados anos de "sêca".

Há muito-se procura prever êsses períodos de estiagem; Capanema e o senador Tomaz Pompeu, em meiados do século passado, dedicaram-se muito ao problema que ainda não está esclarecido. Graças a pacientes e metódicas pesquisas do ilustre senador cearense, poude-se avaliar a lei de freqüencia das sêcas no Ceará, e, conseqüentemente, generalizá-la para o N.E.

Em 216 anos a história registrou cinco grandes sêcas — em 1723, 1724 — 1777, 1778 — 1790, 1794 — 1824, 1825 — 1877, 1879, oito intensas, de graves prejuízos para a lavoura, criação e para o homem, e sete parciais, de menores conseqüências.

Juntando aos dados do senador Pompeu outros mais recentes, mostra o dr. Tomaz Pompeu que as sêcas ocorrem numa periodicidade decenal.

Tem-se notado que nas épocas de sêca no N.E. brasileiro também se dão estiagens prolongadas na África oriental e na Austrália; segundo o prof. Quelle, da Universidade de Bonn, êsses fenômenos são produzidos por deslocamentos de áreas de alta pressão

No N.E. as conseqüências das sêcas são agravadas pela constituïção geológica. Formado quase na totalidade pelas rochas cristalinas, o solo nordestino não armazena as águas das chuvas; chegadas ao solo, só uma pequena parte é absorvida pela camada de terra, tudo mais se evapora e desliza em torrentes pelas ribeiras.

Se o solo fôsse de rochas porosas, armazenaria grande quantidade dágua que poderia ser rehavida com a abertura de poços tubulares e cacimbas.

A Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas tem feito inúmeras sondagens em busca dágua, mas o meio só é eficaz nas áreas de rochas sedimentárias ou onde o gnais está decomposto, e conseqüentemente tem maior porosidade.

Os poços tubulares do N.E. não são poços artesianos, porque as águas não chegam à superfície por si mesmas; é necessário elevá-las por meio de bombas.

Os aparelhos empregados são os cataventos, acionados pelas correntes aéreas, constituídos em metal ou singelamente fabricados com a carnaübeira.

As sêcas são o maior flagelo do povo nordestino.

Nessas quadras dolorosas, a vida social desorganiza-se por completo, os habitantes do sertão ficam reduzidos à miséria, porque as lavouras se perdem e o gado morre à míngua de água e de alimento.

As pastagens desaparecem por completo, a caatinga perde as fôlhas e fica transformada numa floresta de galhos secos. Poucas plantas que resistem, suculentas, como o juazeiro (Ziziphus joazeiro, Mart.) e as cactáceas, são aproveitadas para servir de alimento à numerosa população bovina e caprina, mas dentro de pouco tempo nada mais há que comer e o gado vai morrendo. Os rios ficam reduzidos a estradas arenosas e pedregosas onde o homem cava cacimbas para aproveitar um pouco dágua subterrânea.

Secam as cacimbas e pequenos açudes, reduzidos a um local verde que depois seca e deixa vêr a terra umífera gretada em tôdas as direções.

Quando já não pode mais resistir à inclemência do meio, o sertanejo abandona aquelas terras em busca de outras, onde haja água e verdura.

Lá permanece enquanto dura o flagelo ou pouco tempo mais.

A' notícia de chuva na sua terra, se tem dinheiro, regressa embarcado, radiante de alegria, dissipando os últimos níqueis a ostentar grandeza.

Se não tem, volta a pé, sacos às costas, a família atrás, através das estradas pedregosas, também alegre e a contar grandezas das terras onde esteve.

O quadro se repete de dez em dez anos... e, fato curioso — nem o homem abandona a terra ingrata, nem os poderes públicos tomam uma providência decisiva para melhorar a sorte do Nordeste.

Se um govêrno compreende a necessidade de acudir a êsse pedaço do Brasil e inicia as obras que a técnica aconselha, outro govêrno — que não compreende essa necessidade, manda sustá-las e não pensa mais no povo nordestino.

Em 1909 criou-se a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, destinada, especialmente, a combater os efeitos das sêcas do Nordeste. Sua atuação tem sido aleatória, sujeita, como tôdas as repartições públicas, aos caprichos dos governantes.

Tal como o regime de chuvas do Nordeste, a I.F.O.C.S. se caracteriza pela irregularidade de ação...

Felizmente, nas épocas de bonança, o pessoal técnico tem produzido trabalhos de valor, tais como açudes, estradas de rodagem, abertura de poços.

E' também assaz valioso o concurso da Inspetoria com relação ao conhecimento da Geografia do Nordeste.

Com um plano de estudos, moldado nas modernas idéias sôbre Geografia, a I.F.O.C.S., tem tratado pormenorizadamente de todos os assuntos relacionados como o solo e o homem no N.E.

No que se refere diretamente ao combate às sêcas, entre as obras de maior vulto, citam-se a perfuração de numerosos poços tubulares em diversos Estados (cêrca de 764) a construção de 121 açúdes e 5 271 km de estradas de rodagem.

No período presidencial Epitácio Pessoa, sob a direção de Arrojado Lisbôa, iniciou-se uma fase de obras vultosas, entre as quais, além da extensa rêde rodoviária no interior e do aparelhamento dos portos de Fortaleza, Paraíba, Cabedelo e Natal, sobressaía a construção de açudes de grande capacidade como o de Orós (3 600 000 000 mc), de Quixeramobim (1 000 000 000 mc) e outros menores.

As grandes obras foram paralisadas quando já estavam em andamento adiantado, causando desta arte gravíssimos prejuízos ao erário e deixando a desditosa população do Norte, sujeita ao indescritível flagelo da sêca.

*

O estudo da geologia regional, além de explicar a fisionomia do terreno, também nos dá informes muito valiosos quanto ás ocorrências de jazidas minerais úteis ao homem.

A geologia da região em aprêço já foi esboçada nas páginas anteriores.

Foi mostrado que o N.E. é uma região onde predominam as rochas cristalinas, que nalguns trechos têm sôbre si sedimentos cretáceos e terciários.

Isso já nos dá uma indicação a possibilidade da ocorrência de combustíveis minerais. Fica banida a esperança de depósitos de hulha, já que as formações cretáceas são de origem marinha, como indicam os peixes do "calcáreo de Sant'Anna" e as *Citeridéa* do folhelho betuminoso. Resta a possibilidade, nas camadas da Serra Grande, que aliás, só poderá ter um combustível moderno, da sua própria idade (cretáceo) e não o vero carvão de pedra das clássicas camadas da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Nas bacias cretáceas e terciárias é possível a ocorrência de xistos betuminosos de origem lagunar e marinha e linhitos nas de formação estuarina.

Na chapada do Araripe ao nivel do arenito inferior, encontram-se folhelhos betuminosos que produzem muito óleo, quando destilados destrutivamente; porém, as ocorrências até agora conhecidas são destituídas de valor comercial.

O autor desta tese procedeu a estudos no material colhido na fazenda Santa Rosa, perto da cidade do Crato, publicando o resultado das investigações em folheto citado na bibliografia desta tese.

Na bacia cretácea do rio do Peixe, Luciano de Morais encontrou um folhelho que não parece representar importância econômica.

Na bacia cretácea de Jatobá tem-se encontrado fragmentos de madeira carbonizada, também destituídos de interêsse econômico.

Quanto á possível ocorrência de petróleo, a geologia nos ensina que na maior parte da região — em tôda a área cristalina — é impossível sua existência.

Os xistos de Alagoas já despertaram muita atenção como possível fonte de óleo, quando destilados destrutivamente. Sabe-se entretanto, que essa indústria não resiste á concorrência do produto importado da América do Norte.

As próprias bacias selimentárias, em sua maioria, por sua constituïção não acusam condições muito favoráveis ao armazenamento de combustível líquido e gasoso.

Contudo, alguns trechos da formação da costa têm condições favoráveis; assim em Alagoas, onde já foram feitas pesquisas infrutíferas, em Sergipe, etc.

As camadas sedimentárias podem conter depósitos de grande valor, *verbi gratia* sais de potássio, fosfatos, enxofre e outras substâncias de grande importância para o país.

Nas lapas da Serra Grande ou Ibiapaba, ao N. do Ipú, encontram-se carbonato de sódio e de potássio, associados a cloretos, nos calcáreos das estalactitas e estalagmitas.

Os habitantes da região colhem certa quantidade para o fabrico de sabão, mas as jazidas representam apenas indícios que autorizam pesquisas acuradas.

Nas chapadas do Araripe e do Apodí há depósitos de gipsita.

No Araripe as jazidas ainda não estão em exploração efetiva por dificuldade de transporte, principalmente pelo custo do transporte. As amostras provenientes dessas jazidas são muito puras; parece que o mineral ocorre em bacias lagunares, semelhante ao que se verifica no Maranhão, nas formações dos rios Mearim e Grajaú.

As jazidas da chapada do Apodí, no Rio Grande do Norte já são exploradas há vários anos.

O mineral é bastante puro e o produto com êle fabricado é de boa qualidade. Segundo Luciano de Morais essa jazida provém da alteração de calcáreos, produzida por águas sulfatadas, provenientes da decomposição de piritas. Essa hipótese, aliás, é lançada com hesitação.

Outro produto importante, encaixado nas rochas sedimentares, são os calcáreos. No N.E. êles se encontram tanto nas formações sedimentárias, como nas cristalinas.

São aproveitados em tôda parte no fabrico de cal.

As rochas cristalinas e as metamórficas podem conter valiosas jazidas minerais; as filonianas são geralmente a sede de grande número de pedras coradas e minerais metálicos.

Os gnais do N.E. têm veios de pegmatito com mica explorável, turmalinas, águas marinhas, berilos, etc.

Os xistos cristalinos também nalguns lugares foram injetados por magmas, ácidos e alcalinos, que trouxeram ouro, cobre e estanho.

Segundo Eusébio de Oliveira, os pegmatitos de Pedra Branca, na Paraíba, foram injetados em seguida à época de diastrofismo conhecida por caledoniana, que deve ter ocorrido entre o algonquiano e o siluriano.

O magma trouxe chalcopirita, pirita, ouro e os elementos de vários minerais de contacto, como estaurolitas, turmalinas, etc., em seguida, as águas descendentes foram atuando, dando origem a minerais carbonatados e hidratados, como malachita e azurita.

Supõe-se que nessa mesma época formaram-se as jazidas auríferas e cupríferas no vale do rio Salgado, no Ceará, e no rio Bruscas, na Paraíba.

As rochas da série do Ceará, quase sempre muito perturbadas e injetadas de pegmatitos, são bem mais favoráveis à ocorrência de jazidas minerais, que as rochas cristalinas arqueanas, onde ocorrem jazidas de segregação magmática.

Nas linhas abaixo vamos nos referir às principais ocorrências do N.E., sòmente àquelas que já representam ou podem representar interesse econômico.

*

**Minérios de ferro**

— Em Itaúna, ao N.O. do Ceará, encontram-se itabiritos muito puros, em jazidas cuja possança ainda não é bem conhecida. Algumas amostras, analisadas pelo autor desta tese, tinham de 94 a 98% de oxido férrico ou 65.8 a 69.6 de ferro metálico.

Amostras de minério titanífero do município de Quixadá (Ceará) continham:

| | |
|---|---|
| Óxido de titânio ($TiO^2$) ..... | 22.9 % |
| Ferro ..... | 59.7 % |
| Manganês ..... | 0.4 % |

Em Santa Quitéria (Ceará) há magnetitas puras. Uma amostra chegada às mãos do autor tinha 65% de ferro.

A 12 km ao sul de São João de Sabugí, no Rio Grande do Norte, há uma jazida de itabirito, próximo a uma faixa de calcáreo cristalino, assentando sôbre granitos e gnais. E' uma jazida pequena.

Próximo a Arapiraca, em Alagoas, há minérios de ferro titaníferos, numa área relativamente grande. E' uma jazida de segregação magmática

Ao N.O. da Baía, na zona cortada pelo S. Francisco, há também algumas ocorrências de itabiritos.

### Minérios de cobre

— No flanco da serra da Ibiapaba ou Serra Grande, os xistos paleozóicos da base da serra, no lugar Pedras Verdes, estão impregnados de malachita, com pequenos buchos de cuprita e cobre nativo. Há mais de meio século a jazida está em demanda judiciária O teor médio do minério visível, segundo avaliações do autor desta tese, é cêrca de 3% de cobre.

Na fazenda Coxá, no vale do rio Salgado, também se encontram xistos impregnados de minérios de cobre. Aí o teor médio é apenas 1%, segundo Teophilus Lee.

Na zona de Picuí, ao N. da Parnaíba, há ocorrências estudadas por Eusébio de Oliveira. As jazidas são do tipo de contacto metamórfico, onde se encontram minérios de cobre sulfurados e hidroxidados. O cobre está disseminado no pegmatito, no cornubianito e em buchos de quartzo. O teor médio é 3%.

No sertão da Baía, entre Carnaíba e Curaçá, há jazidas onde o cobre se apresenta sob a forma de malachita, calcosina e chalcopirita, impregnando o gnais.

A aridez da região e a falta de comunicações são obstáculos à exploração dessas jazidas, já estudadas pelo geólogo Francisco de Paula Oliveira.

Dada a relativa proximidade da cachoeira de Paulo Afonso, é possível que no futuro essas jazidas criem um centro de indústria eletro-metalúrgica.

### Minérios de manganês

— No Ceará, um pouco ao N. de Quixadá, há ocorrências de minério de manganês, de relativa possança. As jazidas são formadas pela decomposição de rochas ricas em espessaritita; o minério não é miuto puro. Várias amostras colhidas na jazida, de modo a representar a composição média, tinham de 42 a 45% de manganês, segundo as pesquisas do autor.

Nas zonas de Bomfim e Jacobina, no Estado da Baía, há depósitos de psilomelana, relativamente pura, encaixados nos xistos metamórficos.

São depósitos semelhantes aos depósitos sedimentares de Minas Gerais, e, como êsses, acusam freqüentemente altos teores em bi-óxido.

Essas jazidas foram exploradas intensamente no período da conflagração européia; ùltimamente, faz-se exploração em pequena escala.

### Minério de estanho

— Na zona de Picuí, a cassiterita foi trazida nas injeções de pegmatitos. As ocorrências conhecidas são pequenas, mas as condições geológicas admitem a possibilidade de outras maiores.

### Minério de cromo

— Nos arredores de Santa Luzia e em Campo Formoso, no Estado da Baía, há ocorrências de cromita. O minério vem acompanhado de minerais magnesianos e titula apenas 40% de sesqui-óxido de cromo.

A jazida de Santa Luzia, a 303 quilômetros da cidade do Salvador, pela via férrea, já foi explorada durante a guerra européia; depois foi abandonada, pelo excessivo custo do transporte.

### Ouro

— Já foi explorado intensamente no Ceará, nos séculos XVII e XVIII.

No vale do rio Salgado, o ouro era encontrado sob a forma de aluvião nas areias dos rios e encravados nos xistos cristalinos da série do Ceará. O exgotamento dos aluviões e a pobreza das impregnações na rocha, de par com a carência

de água, foram as causas do abandono da mineração. Próximo a Ipú, o ouro ocorre num gnais escuro, rico em biotita, acusando algumas amostras alto teor metálico. Mais ao N., nas cabeceiras do riacho Juré, êsse metal já foi explorado. Na zona do rio Bruscas, na Paraíba, o ouro ocorre numa área de filitos e gnais injetados por sienitos e granitos.

Williamson, que estudou essas jazidas, encontrou vários minerais metálicos, inclusive pequenas porções de platina. Essas jazidas foram exploradas em 1865 por uma companhia inglêsa — Tasso Brazilian Gold Mining Co. Ltd., sem grande êxito, pela carência de água e pobreza dos vieiros.

No Rio Grande do Norte, cêrca de 18 km N.O. de Pau dos Ferros, já houve também pequenos trabalhos de mineração numa ocorrência de itacolumitos auríferos.

Na Baía, na serra do Assuruá e na zona de Jacobina, nos tempos coloniais, houve intensa exploração de ouro; nos dias que correm, não há mineração em grande escala nessas regiões.

### Gipsita

— As pricipais jazidas dêsse mineral, no N.E., são as da chapada do Araripe e da chapada do Apodí.

Essa última já é explorada.

### Amianto

— Em vários pontos do N.E. há ocorrências de amianto, geralmente de pequeno porte e de má qualidade.

No Ceará, são conhecidas as ocorrências dos municípios de Aurora e Quixadá; Na Paraíba, em Soledade e Santa Luzia; no Rio Grande do Norte, em Santana do Mato. Geralmente são provenientes de decomposições locais de anfibólios dos gnais e dos xistos e contém muitas impurezas, sendo a principal, o óxido férrico. Em Pernambuco, tem-se explorado certa porção no lugar Xililí no município de Alagoa de Baixo.

### Pedras coradas

— Nos veios de pegmatito encontram-se freqüentemente turmalinas pretas (afrisita), muitas vêzes acompanhadas de rubelitas, esmeraldas do Brasil (turmalina verde), águas marinhas e berilos. No município de Quixeramobim há uma jazida em exploração.

### Mica

— Tem sido lavrada no município de Picuí, em Quixadá e nalguns pontos no interior de Alagoas. Via de regra, as ocorrências são pequenas.

### Nitratos

— Já houve exploração de salitre no Ceará, em Tatajuba, no centro do Estado e na região setentrional da Ibiapaba. No tempo do primeiro governador do Ceará — Bernardo de Vasconcelos — foi contratado o naturalista João da Silva Feijó para descobrir salitre.

Êsse, depois de pesquisar as nitreiras do Ceará, instalou uma fábrica de salitre em Tatajuba e depois em Pindoba, na zona de Granja.

O mineral era retirado de grutas calcáreas e transformado, por meio duma lixivia de cinzas, em nitrato de potássio. A produção da fábrica oficial em Tatajuba, no período de Novembro de 1799 a Dezembro de 1803, foi pouco mais de 5 toneladas e meia.

E' comum encontrar-se nitrato nos solos das grutas calcáreas. São geralmente pequenas ocorrências, destituídas de interêsse econômico e provenientes de decomposição de materias azotadas de origem animal. No Estado de Pernambuco, já foi explorado salitre na zona de Buique; na Baía, em vários pontos da zona

atravessada pelo São Francisco, e na serra do Chuquê, a N.E. do Estado, há ocorrências de nitratos, referidas por von Martius, Gonzaga de Campos, Luetzelburg e outros.

No alto Parnaíba e no vale do rio Gurgueia, no Piauí, há ocorrência de terras salitrosas.

### Águas minerais e termais

— Fontes de águas termais ou simplesmente mineralizadas brotam em vários Estados, sob a forma de pequenos "olhos dágua", que ainda não foram devidamente estudados. No Maranhão, próximo a Caxias, há uma fonte termal (27°C.) muito mineralizada; no Ceará é conhecida a fonte do Pagé (35°C.); na Paraíba, as águas de Brejo das Freiras (11 km N.O. do rio do Peixe) foram estudadas por Lafaiete Rodrigues Pereira; as águas são termais (temps. de 24° a 35°6), rádio-ativas e contêm poucos sais em solução.

Em Arapiraca, Alagoas, há uma fonte de água muito mineralizada, contendo cêrca de 23,gr5 de sais por litro, com altas doses de cloreto de sódio (12,gr8 por litro), bicarbonato de magnésio (2,gr4 p.l.) e fosfato acido de cálcio (1,gr2 p.l.). Na Baía, no vale do Itapicurú, estão situadas as conhecidas fontes do Cipó, termais (37°C. as da fonte Cipó), rádio-ativas e calcáreas. As da fonte Moriçosa têm 3,gr98 de sais, por litro, sendo 1,18 de cálcio, expresso em CaO. A radioatividade das águas da fonte Cipó é de 27,36 maches por litro ou 10,94 milimicrocuries, segundo os estudos do dr. Adriano Pondé.

### Calcáreos

— Estão disseminados em quase todo o N.E. Ocorrem nas formações arqueanas, encaixados nos gnais (Acarape, Itapaí, zona do rio S. Francisco), nos xistos algonquianos (Orós, Borborema, etc.), nas séries sedimentárias, cretáceas e terciárias e nas formações quaternárias. Atualmente, são utilizados apenas para o fabrico de cal e como pedra de construção.

Alguns são muito magnesianos, aproximando-se da composição das dolomitas, são os mais comuns. Muitos sofreram metaforfismo e ações hidrotermais, transformando-se noutras rochas (cornubianitos, escarnitos).

Os calcáreos de Itapaí e Acarape, no Ceará, têm geralmente 30 a 40% de carbonato de magnésio; os que se acham encravados nos xistos paleozóicos são em geral, menos magnesianos (5% a 6% de Mg CO3); são relativamente raros os que só têm vestígios de magnésio.

Em Pernambuco, os calcáreos das serras Negra, Mandacarú e Campo Formoso têm menos de 4% de cabornato de magnésio; ao N. da Baía, há uma grande área de calcáreos pleistocênicos com menos de 2% de carbonato de magnésio. Os calcáreos pobres em magnésio são indicados para o fabrico de cimento.

Na formação cretácea do litoral de Paraíba e Pernambuco os calcáreos são pobres em magnésio e prestam-se para o fabrico de cimento. Em João Pessoa e Maria Farinha funcionam agora as fábricas Dolaport e Poty.

### Argilas

— Nas bacias de alguns rios há depósitos de argilas, aproveitáveis na indústria cerâmica, bem como nas regiões úmidas, onde as rochas cristalinas estão decompostas. As camadas sedimentárias têm geralmente leitos de argilas; em tôda a costa, dispõe-se do material acumulado na formação das barreiras. Aí ocorre o que os habitantes chamam giz; são caolins compactos àvidamente procurados pelos viciados em comer argila. No Nordeste, o povo usa a expressão "comer vício" ao envés de "ter vício de comer argila". E' comum ouvir-se: — *Vige! como êsse menino está magro de comê vício!...*"

### Cloreto de sódio

— Não se conhece pròpriamente nenhuma jazida de sal gema no Nordeste; contudo, aparecem eflorescências salinas em vários pontos da nossa região semiárida.

São ocorrências destituídas de interêsse comercial; são apenas úteis à pecuária, porque fornecem sal ao gado, que lambe as terras.

Na região do S. Francisco, entretanto, as ocorrências têm maior importância, e noutras épocas, a exploração do sal foi uma indústria importante nessas regiões. O sal corria como moeda e dalí se exportava o produto para todos os pontos dos sertões de Goiaz, Piauí e Minas Gerais.

Hoje essa indústria está quase extinta; contudo, ainda se fabrica sal nas proximidades de Juazeiro, do rio São Francisco.

Uma certa porção, fabricada em Recreio, comprada pelo autor desta tese, no mercado de Juazeiro, tinha a seguinte pureza:

Sal fino — 92% de cloreto de sódio.

Sal grosso — 95.4% de cloreto de sódio.

Atualmente a maioria do sal consumido no N.E. provém das salinas da costa. O principal centro produtor de sal, no Brasil, é o litoral do Rio Grande do Norte e Mossoró, cuja produção orça em mais de 16 mil contos anuais. Na costa do Ceará, do Maranhão e de Sergipe, há centros salineiros de menor importância.

A indústria do sal é a mais característica do Rio Grande do Norte; êsse pequeno Estado do Nordeste é o maior produtor de sal no Brasil. O sal de Macau e de Mossoró, tipo para xarqueada, é bem fabricado e contém pouco sal magnesiano, rivalizando assim com o tipo de Cadiz, importado da Espanha.

*

Visto em conjunto, o solo do N.E. se afigura uma planície cristalina de moderada altitude, baixando, gradativamente, à medida que se aproxima do mar.

Nessa vasta planura, de solo pouco acidentado (as serras e chapadas da Ibiapaba, Araripe, Borborema, Baturité, Saúde e outras menos importantes constituem os principais acidentes do terreno.

As alturas superiores a 900 metros estão restritas às serras citadas. O N. da Baía, o O. de Pernambuco e grande parte do Ceará estão numa altitude variando de 350 a 500 metros.

Numa faixa de 100 quilômetros ao longo da costa a altitude do solo não chega a 300 m, e nas bacias dos rios Assú ou das Piranhas, Mossoró, Jaguaribe, Parnaíba e Itapecurú, no Maranhão, é muito inferior a essa cota.

Em todo o N.E. observa-se o efeito da erosão produzida pelas águas correntes. Os sienitos de Quixadá, já referidos, encerram caldeirões e acanaladuras; em diversos pontos do N.E. deparam-se boqueirões que são pequenos *canions* resultantes da ação erosiva dos rios sôbre as serras. Os mais expressivos são os boqueirões do Potí onde êsse rio atravessa a serra da Ibiapaba, e o boqueirão de Lavras, onde o Salgado, afluente do Jaguaribe, corta uma pequena serra quartzítica.

Os boqueirões constituem um acidente de muita importância no Nordeste do Brasil, porque são lugares propícios à construção de barragens para represar água. O curso superior do rio Assú é notável por essa particularidade.

Nem sempre o boqueirão é rigorosamente uma abertura cavada na rocha por efeito de erosão; boqueirões há que são gargantas entre serrotes isolados.

A barragem iniciada no boqueirão de Orós, no Estado do Ceará, na administração Epitácio Pessôa, iria dar ensêjo à formação dum lago de área superior à da Baía de Guanabara, contendo cêrca de 3 600 milhões de metros cúbicos dágua.

Os freqüentes lajedos de granitos e gnais que afloram ao longo das estradas e dos riachos, indicam que a maior porção do Nordeste é uma peneplanície cristalina.

Os principais rios do Nordeste são: o Itapecurú, no Maranhão; o Parnaíba e seus tributários, no Piauí; o Acaraú e Jaguaribe, no Ceará; o Mossoró e o Assú, no Rio Grande do Norte; o Paraíba, na Paraíba; o Capiberibe, Ipojuca e Una, em Pernambuco; o Camaragibe, o Mundaú, o Paraíba, o Coruripe, em Alagoas; o Japaratuba, o Sergipe, o Vaza-Barris, o Piauí e o Real, em Sergipe; o Itapicurú, o São Francisco e seus tributários, na Baía.

Em geral, os rios do Nordeste são de regime torrencial; por isso alguém já disse que no Ceará não há rios, mas, simplesmente, ravinas.

No curso alto, os rios têm grande declividade, correm, muitas vêzes, sôbre um leito rochoso; cessa o movimento da água, no verão, ficando o rio reduzido a uma sucessão de pequenos lagos que tendem a secar.

São perenes só no curso baixo e a alguns quilômetros próximo à foz, são navegáveis por lanchas e barcos de vela.

Escapam a êsse tipo os rios Itapecurú, no Maranhão, o Parnaíba e seus grandes afluentes e o S. Francisco. O Itapecurú, de curso superior a 1 200 km., atravessa, desde as nascentes, regiões pouco acidentadas; em Caxias tem pouco mais de 40 metros de largura e já pode ser navegado pelos vapores do Loide Maranhense. No curso baixo, alguns afloramentos graníticos formam obstáculos à navegação nas épocas de poucas águas. O rio é pouco sinuoso, corta sempre planícies argilosas e tem uma calha funda; não forma várzeas extensas, à semelhança do Jaguaribe e do Mossoró.

O Parnaíba nasce a cerca de 70 ms. de altitude e faz um percurso de mais de 1 500 km. até lançar-se no oceano. No curso alto tem grande declive; das nascentes à foz do Urussuí vermelho, o declive é 4,5m por quilômetro, daí até Teresina é 0,21 e de Teresina até a foz, apenas 0,14.

A natureza dos terrenos que atravessa — camadas sedimentárias pouco perturbadas — e seu volume dágua o tornam apto a navegação por vapores até Floriano, a 600 km. da foz.

O Parnaíba lança-se no Atlântico por cinco bocas; a mais ocidental é a barra de Tutoia, no Maranhão, e a mais oriental a de Amarração, no Piauí.

A bacia hidrográfica do Parnaíba abrange uma grande área de rochas sedimentárias, onde a água das chuvas se infiltra e vai depois alimentando os formadores e afluentes do grande rio.

O São Francisco é o rio mais importante do Nordeste.

Nascendo na região montanhosa de Minas Gerais, percorre mais de 3 000 quilômetros e lança-se no oceano, sem formar delta como o Parnaíba.

Seu curso tem cinco secções bem caracterizadas.

A primeira compreende o trecho das nascentes até a cachoeira de Pirapora, nessa cidade; a segunda — daí até a cachoeira do Sobradinho; a terceira fica entre essa cachoeira e a cidade de Jatobá; a quarta, entre Jatobá e Piranhas; a quinta, de Piranhas até a foz.

O quarto trecho se caracteriza pelo grande desnível; em 128 quilômetros o rio desce 198 metros.

Numa faixa duns 30 a 40 quilômetros, paralelamente à costa, na formação terciária, deparam-se tabuleiros arenosos, sucedendo-se e entremeiando-se com as barreiras argilosas.

A zona dos tabuleiros quase não tem relêvo; o solo é arenoso, mas, como está na área de grandes precipitações que se reproduzem com normalidade, cresce aí uma vegetação de capoeiras e aí se pratica a pequena lavoura de mandioca e cereais, nos pontos de solo mais rico em humus.

Nessa área estão encravados alguns trechos, também planos ou levemente ondulados, de solo formado pela decomposição de folhelhos cretáceos e terciários, no tàvelmente propícios à cultura da cana de açúcar, pelas condições do solo e do clima.

A costa em geral é emoldurada por lençóis de areia alva que formam dunas movediças.

Nalguns pontos, particularmente no Ceará e no Piauí, o movimento das dunas tem prejudicado os portos. Impõe-se sua fixação por meio do plantio de vegetais, como já lembrara o barão de Capanema, quando no Ceará em 1859.

Acompanhando o contôrno da costa, estende-se um cordão de recifes, que se prolonga desde o Ceará até o sul da costa baïana. Forma como que uma muralha, interrompida em muitos pontos, dando entrada nos portos.

Em Recife, a cidade tomou o nome do acidente que serviu de quebra-mar, formando, destarte, um pôrto natural, sem haver reentrância da costa.

Os recifes são de arenito, isto é, de areia cimentada pelo carbonato de cálcio ou completamente de coral, tendo, nesse caso, uma origem orgânica.

Os polipos são animais do grupo dos Radiados ou Coelentérios que vivem em colônias, em pequena profundidade, nos mares tropicais, formando os bancos de coral. Como êsses animais só podem viver numa profundidade variável entre limites estreitos, um abaixamento da costa faz com que êles se reproduzam acumulativamente, uns sôbre outros, de modo a ficarem sempre num nível favorável à sua vida.

Pela altura dos recifes de coral, os geólogos calculam o abaixamento dos continentes.

Tôda a costa nordestina tem contornos pouco acentuados, reproduzindo a simplicidade do *hinterland;* — "tal sertão, tal praia", escreveu notável pensador brasideiro, em perfeita harmonia com um princípio geral enunciado por Martonne — os contornos do litoral são determinados pelo relêvo do continente.

Entre o gôlfo maranhense e a bacia de Todos os Santos são muito raros os golfos e baías; quando muito, há enseadas pouco abrigadas, como as de Jaraguá e Mocuripe.

Os portos, geralmente, estão no estuário dos rios — como o de Aracajú, o de Cabedelo, Natal, Macau, Camocim, Amarração e Tutoia.

Os rios não formam deltas, com exceção do Parnaíba.

Sendo formada de rochas de igual consistência, a abrasão atua uniformemente, daí as direções gerais S.O. — N.E. e S.E. — N.O. que tem a costa em largos trechos.

As principais direções da costa são: NO-SE do gôlfo maranhense até a foz do rio Mossoró, E.-O. daí até a ponta do Calcanhar, N. NO.-S. SE daí á barra do rio Goiana, depois toma a direção NE.-SO. até a baía de Todos os Santos.

A feição mais freqüente da costa é a praia com dunas de areia muito branca e, mais no interior, outeiros de argila e grés vermelho; no mar, o cordão de recifes acompanha a direção da costa.

Em Amarração, no Piauí, nos vales dos rios Jaguaribe, Assú e Mossoró, no Ceará e no Rio Grande do Norte, a terra estende-se, quase ao nível do mar, vários quilômetros para o interior, circunstância a que se deve a formação das salinas.

Nalguns trechos, *verbi gratia,* na costa cearense, entre a foz do Curú e do Ceará, e na costa alagoana, entre Maceió e a foz do S. Francisco, há muitas lagoas próximo do litoral. Nesse último trecho, a ocorrência deu origem à denominação do Estado.

Nem tôdas se formaram por uma mesma causa.

No Ceará, muitas são o resultado da represagem dalguns rios da costa. Quando as dunas fecham as barras, surgem lagoas que perdem a importância quando as barras tornam a ficar livres da areia. Outras são o resultado do movimento eustático positivo de que se têm indícios.

Ainda outras são afloramentos de lençóis dágua subterrâneos.

As principais lagoas do NE. são Jiquiá, Manguaba, Norte ou Mundaú na faixa litorânea de Alagoas; Guaíras, Guajirú, no Rio Grande do Norte, no litoral, e Piató, Ponta Grossa, e Apodí, no interior; Filipa e Iguatú, no interior do Ceará; Parnaguá, no sul do Piauí.

Nos vales do S. Francisco, Jaguaribe e outros, as enchentes do rio formam laogas, em geral rasas, tendo comunicações com o rio; secam no verão, e são chamada ipueiras.

As saliências da costa nordestina são muito pouco acentuadas: os próprios cabos de S. Roque, no Rio Grande do Norte, Branco, na Paraíba, e Santo Agostinho, em Pernambuco, o segundo formando a ponta mais oriental da América do Sul, são acidentes pouco perceptíveis nas cartas em escala pequena.

Há poucas ilhas costeiras. A principal delas é a da Itamaracá, entre as barras do Iquarassú e Cantuama, separada da Iguassú terra firme pelo rio Salgado ou Itapiçuma.

Afastados da costa ficam o grupo de Fernando de Noronha, formado de rochas efusivas, e as ilhas Roca, de origem coralínea, formando um atol.

*(Continua)*

# Rio da Borracha

## Um relato do surgimento e do colapso do surto amazônico

*Trecho da dissertação apresentada à Faculdade da Divisão de Ciências Sociais, da Universidade de Chicago, para obtenção do grau de doutor em Filosofia*

"THE HISPANIC AMERICAN REVIEW,"
vol. XXII, N.º 3, August, 1942.

JOHN F. MELBY

A viagem de Francisco de Orellana descendo o Amazonas em meiados do século XVI foi o prelúdio de um longo e emocionante período da história sul-americana que culminou com os febris setenta e cinco anos do grande surto da borracha, que finalmente teve colapso em 1910. Os primeiros trezentos anos desta história foram cheios de aventuras; intrépidos padres jesuítas e carmelitas penetraram nos mais longínquos recessos do vale amazônico em busca dos seus objetivos missionários. A expulsão das batinas pretas de tôdas as colônias portuguesas pelo Marquês de Pombal, em 1757, terminou a firme mas pacífica influência que êles tinham exercido sôbre as dispersas tribos indígenas. Ademais, êles tinham prestado uma outra contribuïção ao poder lusitano. Pela sua assistência na tarefa de consolidar longe para oeste os domínios de Lisboa, êles puseram um obstáculo ao desejo da Espanha de penetrar tão fundo quanto lhe era possível no coração do continente. O século seguinte à partida dos jesuítas assistiu a um regular, embora comparativamente calmo, desenvolvimento da agricultura. Os principais aspectos dêsse período foram a transição de um estado colonial para um independente, e a subseqüente década de violência e desordem.[1]

### I

Até a descoberta de Charles Goodyear de que a borracha podia ser utilizada por meio da vulcanização, a substância elástica tinha sido mais uma curiosidade. Os índios do Amazonas estavam desde muito tempo familiarizados com ela e a usavam para impermeabilização de tecidos e para fazer brinquedos primitivos. Alguns esforços também foram feitos para exportá-la sob a forma de sapatos de borracha, mas o progresso através de linhas comerciais era limitado porque o produto natural era muito fàcilmente afetado pelas condições do tempo.

A vulcanização abriu uma nova era para a borracha; e a vida começou a despertar no vale depois de 1850.

O primeiro sinal de atividade foi a organização da Companhia de Navegação do Amazonas, que obteve um contrato de monopólio do govêrno brasileiro para explorar a navegação a vapor através do Amazonas e seus afluentes. A distância e a dificuldade de transporte sempre foram fatos inexoráveis na história do rio. A Companhia do Amazonas, como era conhecida, foi um passo corajoso para a solução do problema. O serviço que a companhia prestava era ao mesmo tempo bom e extenso. Só por intermédio das suas facilidades a borracha podia ser transportada prontamente e em grande quantidade, para os grandes mercados de Belém e Manaus.

---

[1] Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (2.ª ed., São Paulo, 1935), págs. 184-196; J. Fred Rippe e Jean Paul Nelson, *Crusaders of the Yungle* (Chapel Hill, 1936).

NOTA DA REDAÇÃO: Êste trabalho, que se intitula no original *"Rubber river: An account of the rise and collapse of the Amazon Boom"*, foi impresso em separata destinada à distribuïção privada feita pela "THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARIES, CHICAGO — ILLINOIS.

A tradução para a língua portuguesa foi feita pelo prof. Orlando Valverde, secretário assistente do Conselho Nacional de Geografia.

Financeiramente, a companhia era aproveitável. O seu contrato previa um subsídio substancial do govêrno federal, com a condição de que êle seria pago enquanto os dividendos não excedessem de vinte por cento. Não se passou muito tempo até que os lucros foram além dêsse limite. Afim de manter o subsídio, a companhia aumentava o valor aparente do capital inicial de maneira que, dentro de doze anos, os dividendos atuais dêsse capital subiram a trinta ou quarenta por cento anualmente. Assim foi possível aos acionistas iniciais tirar todos os proveitos e ao mesmo tempo continuar a receber um subsídio desnecessário. Tais práticas foram às vêzes criticadas por funcionários concienciosos do govêrno, mas o ataque contra elas nunca foi feito com sucesso.

Em 1874 todos os bens foram comprados por um grupo inglês que reorganizou o negócio com o nome de *Amazon Steam Navigation Company,* com um capital de seiscentas e vinte e cinco mil libras. O inglês só fêz sentar-se e gozar os proveitos, enquanto o real trabalho pioneiro e o desenvolvimento tinha sido feito pelos brasileiros. A firma inglêsa nada mais fêz do que manter e expandir as facilidades de navegação existentes, mas se deve dizer que o fornecimento de bom transporte fluvial foi só por si uma contribuïção vital para o florescimento da indústria da borracha.[2]

O segundo sinal dos tempos mudados foi o esfôrço para atrair a imigração. A borracha exigia grandes quantidades de trabalho barato e árduo. Tudo o de que se dispunha eram os índios nativos, cujo número era entretanto pequeno demais para fornecer o que lhes era pedido. Além disso, o índio com a sua docilidade não era bastante forte para resistir à monotonia do emprêgo regular, aos sofrimentos físicos com a coleta da borracha ou à brutalidade do trabalho forçado. Conseqüentemente, ou êle perecia no seu trabalho ou se retirava para terras virgens afim de escapar à servidão. A única solução era a importação de trabalho.

No decurso da prosperidade da borracha numerosas tentativas foram feitas para atrair colonos em grande escala. Todos os projetos terminaram em falência. Diversos esforços foram feitos para assegurar o trabalho japonês, mas poucos japoneses apareceram. Outros envolviam europeus, mas a grande maioria dos poucos que lá chegaram morreu nas devastações causadas pela doença e pela desnutrição.

Uma das experiências extremamente interessantes foi a dos exilados Confederados. Havia sulistas arruïnados com a Guerra Civil (dos Estados Unidos) e desgostosos com a Reconstrução. De preferência a continuar a viver em tais condições, vários milhares deles fizeram planos para começar uma vida nova em outras partes do mundo. A maioria daqueles que foram para o Brasil se estabeleceram na parte meridional do país, mas um grupo se fixou em Santarém, no rio Tapajoz. As coisas foram mal desde o início. Os colonizadores de Santarém chegaram sem um conhecimento adequado do país para onde êles vinham. Ademais, êles não tinham dinheiro, tinham pouco equipamento e não falavam português. Alguns deles, nunca tinham feito trabalho físico e muitos do grupo eram velhos demais para começar a vida nos trópicos. Em pouco tempo, a maioria dos colonos estava clamando para voltar para os Estados Unidos, convencidos de que a Reconstrução era preferível aos sofrimentos de uma experiência pioneira. A despeito da sua total falta de recursos, muitos dos desgostosos exilados conseguiram ser repatriados.[3]

Por outro lado, alguns americanos ficaram; e os seus descendentes podem ainda ser encontrados, embora raramente falem inglês ou tenham apenas uma apagada lembrança da sua origem. Alguns prosperaram, e os dois filhos de um primitivo colono têm uma das poucas plantações coroadas de êxito no vale. A falência geral, contudo, foi uma fonte de grande desapontamento para aqueles que esperavam que a sorte estaria no início de uma imigração branca em larga escala dos Estados Unidos, que forneceria os braços exigidos pela indústria da borracha.

A situação do trabalho parecia desesperadora até que a Natureza interpôs a sua solução levando a sêca ao Ceará. O canto nordeste do Brasil era desde

---

[2] William R. Manning, *Diplomatic Correspondence of the United States, Inter American Affairs,* 1831-1860, (Washington, 1932), pág. 455; A. C. Tavares Bastos, *O Vale do Amazonas* (2.ª ed., S. Paulo, 1937), págs. 176-195 (a primeira edição foi publicada em 1866); *Relatório do Ministro de Obras Públicas,* 1866 (Rio de Janeiro, 1866) págs. 133 e seguintes.

[3] Ver Laurence F. Hill, *The Confederate Exodus to Latin America* (Columbus, 1936); William R. Manning, *op cit.*, pág. 510; e *Dados estatísticos e informações para os Immigrantes* (Pará, 1866), pág. 480.

muito tempo conhecido pelas suas sêcas, mas nenhuma foi tão severa quanto aquela célebre de 1879. Os habitantes tinham que enfrentar a escolha entre a morte e a emigração, e, como resultado, dezenas de milhares de pessoas partiram para o Amazonas. Os cearenses morriam quase logo que chegavam, mas os recrutadores de trabalho eram persuasivos, e cada cessação das chuvas no Ceará era seguida de um novo êxodo para o Amazonas para substituir aqueles que tinham perecido. Esta rápida e desastrosa torrente de trabalhadores foi uma perene fonte de negócio, mas assim como alguma espécie de socorro foi vantajosa, a coleta da borracha em grande quantidade foi possível. A borracha tinha enfim assegurado o seu trabalho.[4]

A terceira indicação de nova vida foi a controvérsia sôbre a abertura do Amazonas ao tráfego mundial. A grande via líquida brasileira foi o último dos principais rios do mundo que se manteve fechado. Mesmo depois da abertura do Rio da Prata antes de 1850, um acontecimento que poderia servir de precedente, o Brasil resolutamente recusou seguir o exemplo dos seus vizinhos do sul. Graças à persuasão do Tenente Matthew Fontaine Maury, os Estados Unidos desempenharam um papel primordial no movimento para internacionalizar o Amazonas. Maury foi um hidrógrafo de sólida reputação e os seus esforços chamaram a atenção e foram elogiados pelo Congresso americano.

O público americano estava também grandemente intrigado com as possibilidades do vale do Amazonas, especialmente no Sul, onde os portos sulistas aguardavam a oportunidade para a expansão do seu comércio marítimo. Por tôdas essas razões, o Departamento de Marinha ordenou aos Tenentes William L. Herndon e Lardner Gibbon que entrassem no vale do Amazonas pelo lado do continente que dá para o Pacífico, seguissem o curso do rio até a sua foz e relatassem o que vissem. Os resultados da emprêsa convenceram os proponentes da abertura do rio de que os seus sonhos sôbre a riqueza do vale eram verdadeiros.

Possìvelmente alarmado ante as exuberantes manifestações de interêsse por parte do público americano, o Brasil continuou a ser cauteloso. Apesar de tôdas as negociações diplomáticas, êle continuou firmemente recusado a ceder. Por outro lado, durante a última parte do ano de 1850, com a abertura do Oeste à colonização e o aparecimento daquelas dificuldades que formam o segundo plano da Guerra Civil, o interêsse dos Estados Unidos começou a relaxar. Em conseqüência, a questão foi adiada até 1864. Por êsse tempo tinha havido uma mudança na opinião brasileira, que a visita do Professor Louis Agassiz e o interêsse do Imperador pelo seu trabalho, poderosamente ajudaram. O resultado foi o decreto de 7 de dezembro de 1866 abrindo o rio e certos tributários à navegação mercante do mundo. O terceiro elemento vital para a plena expansão da indústria da borracha foi assim provido.[5]

## II

Até a queda da monarquia em 1889, o comércio da borracha foi caracterizado por um constante e razoável crescimento. A produção tendia a aumentar em volume, e os preços igualmente. A prosperidade parecia uma condição normal da vida dos grandes centros de Belém e Manaus e suas redondezas. Os preços das comodidades subiram e alguns homens tornaram-se ricos, mas o surto mal tinha começado. A borracha não era ainda suficientemente procurada; o consumo do produto na Europa era ainda limitado. Um impetuoso progresso econômico no vale tornou-se logo aparente com o repentino aparecimento da mania da bicicleta nos Estados Unidos em 1890 e a conseqüente procura de pneus de borracha. Isto coincidiu com o grande incremento do uso da borracha para muitos outros artigos. O toque final veio com a invenção do automóvel.[6]

Os anos do grande surto pode-se dizer que se estenderam de 1890 a 1910. Não se pode, entretanto, afirmar que estas duas décadas assistiram a um progresso ininterrupto da borracha até o alto nível de três dólares nos primeiros

---

[4] Êste relato foi reünido de artigos e comentários esparsos no *India Rubber World de Nova York* e na *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, de Manaus.

[5] *House Miscellaneous Documents*, 33 Cong., 1 Sess. n.º 22 (Free Navigation of the Amazon); *House Executive Documents*, 32 Cong., 2 Sess., n.º 43 (Exploration of the Valley of the Amazon. Part I, Lieutenant Herndon); *House Executive Documents*, 33 Cong., 1 Sess., n.º 53 (Exploration of the Valley of the Amazon. Part II, Lieutenant Lardner Gibbon); *House Reports*, 33 Cong., 2 Sess., n.º 95 (The Amazon River); A.C. Tavares Bastos, *op. cit.*, pgs. 24 e seguintes.

[6] *India Rubber World, passim.*

meses do último ano. O processo foi antes uma sucessão de ondas que elevava os preços a novos planos, cada subida sendo precedida por uma repentina queda que levava o mercado à beira da ruína. Tais declínios teriam demonstrado à indústria da borracha que um fator estabilizante estava faltando na sua organização econômica. Cada período provocava explosões entre os prejudicados, mas nunca houve em qualquer tempo um reconhecimento dos problemas básicos envolvidos.

O primeiro declínio sério coincidiu com o pânico de 1893 nos Estados Unidos e gerou considerável inquietação. Posteriormente houve vários declínios menores. Contudo todos êles não foram nada mais do que um prelúdio da violenta queda de 1907-1908. Os meiados de 1907 testemunharam a subida do preço da borracha a tal altura que muitos negociantes esperavam receber tanto quanto dois dólares por libra pelo seu produto. Perderam-se as esperanças quando os preços foram reduzidos à metade na última parte do ano. Esta condição permaneceu até os primeiros meses de 1908 e deu origem a intermináveis remorsos pelos erros passados. Antes de que algo de construtivo fôsse feito, a maré voltou mais uma vez, e resoluções ingênuas abriram caminho a um desenfreado otimismo. Isto marcou o início da vertiginosa espiral que culminou em 1910. Com o frenesí que os contínuos preços elevados criaram, tudo o mais foi esquecido, e houve quem tivesse ouvido exprimir-se a crença de que os preços continuariam a subir eternamente. Em maio de 1910 o preço máximo ultrapassou três dólares e a tensão tornou-se quase insuportável. Então, com um repentino esboroamento, a débil estrutura ruiu. Num mergulho desesperado, os preços foram reduzidos à metade e logo após continuaram a cair.[7] Infelizmente, todos os futuros esforços para reconstrução foram frustrados pelo espetacular desenvolvimento das plantações asiásticas, que desempenharam um papel saliente na terminação da hegemonia do Amazonas.

## III

Não menos interessante aspecto do período do surto e do colapso foi a vida dos homens que ficaram no vale e nele se mantiveram para aproveitar ou perder com as flutuações do mercado. O pessoal da indústria da borracha estava organizado numa pirâmide na base da qual estavam os seringueiros, ou trabalhadores, que de fato penetraram nas florestas para juntar o latex. Êles foram trazidos em grande quantidade do Ceará, e, no isolamento das selvas, nunca ficaram livres das doenças, da miséria e da exploração. A sua vida era estreitamente controlada. Êles levavam os seus estoques de borracha ao patrão — o arrendatário da área trabalhada pelos seringueiros — e dele recebiam crédito, não em dinheiro, que era empregado na aquisição de suprimentos necessários. Como o seringueiro não podia satisfazer de outro modo os seus desejos, estes suprimentos lhe eram vendidos por preços que apenas lhe bastavam para a subsistência.

Em troca de suprimentos, o patrão dispunha dos estoques de borracha por intermédio dos aviadores, ou agentes que faziam visitas periódicas aos centros de produção. O primeiro estava muito sujeito ao mesmo sistema vicioso que o seringueiro. O agente tomava a borracha para os príncipes mercadores dos grandes centros de Belém, Manaus e Iquitos, de onde ela achava o seu caminho para os principais mercados consumidores do mundo. No fim as firmas dirigentes e o govêrno, que cobrava taxas *ad valorem* que regulavam em vinte por cento, tiravam a maior margem dos lucros.[8]

Gastava-se dinheiro règiamente. Largas avenidas começaram a enfeitar as cidades coloniais e construíram-se enormes edifícios do govêrno, obras hidráulicas, parques, docas e teatros.[9] Vivia-se no esplendor da riqueza que trouxe uma grande variedade de luxos. Mesmo em Iquitos, duas milhas a montante do Amazonas, podiam ser adquiridos em abundância artigos manufaturados do exterior.

Quando os preços da borracha caíram de três dólares para um, a vida econômica do vale não era capaz de suportar o choque. Edifícios foram deshabitados, casas bem cuidadas foram deixadas vazias, parques e avenida foram abandonados

[7] Ver *Política Econômica, Defesa da Borracha*, 1906-1914 (Rio de Janeiro, 1915): *Relatório da Comissão da Praça do Comércio do Pará*, 1868-1900 (Pará, n.d.); *Revista da Associação Comercial do Amazonas* 1903-1918; e *India Rubber World*.

[8] Consulte-se Henry C. Pearson, *The Rubber Country of the Amazon* (New York, 1911).

[9] Lauro B. Bittencourt, *The State of Amazonas* (Chicago, 1893), *passim*.

e o capim cresceu de novo em muitas ruas. É desnecessário dizer que a situação do seringueiro era especialmente má. Não mais capaz de comprar mesmo os mais magros alimentos, êle não teve outra alternativa a não ser ficar nas selvas e fiar-se na sua própria iniciativa. Outras classes da sociedade foram também afetadas pela *débâcle*. Infelizmente, nenhuma parte significativa dos lucros tirados do comércio da borracha foi empregada produtivamente no vale mesmo. Em última análise, os verdadeiros lucros foram auferidos pelos industriais, embora o trabalho do seringueiro fôsse grandemente responsável pela prosperidade da indústria da borracha.[10]

Um dos aspectos desconhecidos da vida do Amazonas durante o apogeu da borracha refere-se a diversos pioneiros eminentes que com uma brutal determinação, procuraram as mais longínquas raias do vale em busca do precioso látex. Entre os mais famosos dêsse número estavam Funes em San Fernando de Atabapo, Júlio César Araña no Putumayo e Nicolás Suárez do rio Beni.

Em resumo, a história de Suárez foi a história de sete irmãos que cruzaram os Andes em 1872 da parte oeste do continente para ver o que havia do outro lado das montanhas. Mas Nicolás era indiscutìvelmente o chefe da família, e teve a previsão de apreciar a futura importância da borracha. Primeiro conseguiu um monopólio do comércio do transporte no rio Madeira; êle supria então de provisões a população local. As suas operações com borracha começaram cedo a prosperar. Numa vez êle levou mais de dez mil empregados à sua custa, incluindo quatrocentos que se dedicaram exclusivamente ao trabalho de transporte em volta das cachoeiras do Madeira.

Os seus centros de ação estavam em Cachuela Esperanza, mas êle mantinha ramificações por tôda a parte do vale do Amazonas, no Acre, em Manaus, Belém e Londres. Os detalhes dos negócios da firma eram deixados aos seus irmãos; o próprio Nicolás era sempre encontrado nas florestas, supervisionando o trabalho efetivo. Com um capital nominal de quatro milhões de bolivianos, êle controlava, pelo menos cinco milhões de hectares de terras produtoras de borracha, áreas onde pastavam um quarto de milhão de cabeças do seu próprio gado, um engenho de açúcar produzindo dez mil arrobas de açúcar anualmente, uma usina de energia elétrica, uma fábrica de gêlo e todo o negócio de aprivisionamento de uma vasta superfície. As suas posses valiam em um certo tempo, entre noventa e cem milhões de bolivianos. Em 1912 êle recusou doze milhões de libras que uma companhia inglêsa ofereceu só pelos seus bens em borracha.

Dez anos mais tarde, a borracha no Beni estava pràticamente sem valor, mas Suárez estava longe de desistir. Êle tinha tido a previsão de variar as suas emprêsas. Apesar da ruína no mercado da borracha, êle foi capaz de manter a sua posição predominante na região.[11]

## IV

Seria na verdade surpreendente se, em algum tempo no decurso do surto da borracha, não tivesse surgido um conflito entre as nações amazônicas, tendo-se em vista especialmente a situação indeterminada de muitas fronteiras. O homem da borracha não era um respeitador de linhas imaginárias, e onde êle podia encontrar o produto cubiçado lá ia êle indiferente à soberania política.

A mais notável controvérsia do período envolveu o Território do Acre. Pràticamente inabitado durante muito tempo e sujeito ao contrôle da Bolívia, o Acre entrou em evidência quando imigrantes do Ceará finalmente penetraram na região e descobriram enormes reservas de borracha. Em 1900 os colonos brasileiros, que formavam a maior parte da população, se sentiram bastante fortes para contestar a autoridade boliviana, mas a revolução, por falta de apôio, foi prontamente sufocada.

Ansiosa para evitar a recorrência à violência e conciente de sua fraca posição, a Bolívia arrendou então tôda a área a um sindicato internacional ao qual ela garantia privilégios de monopólio e direitos de soberania, incluindo o poder de

---

[10] Uma riqueza de material sôbre êste aspecto do surto se pode achar espalhado entre as publicações do *India Rubber World*. Também de muito interêsse são as passagens ocasionais dos relatos de muitos viajantes. Os documentos oficiais preferiram passar por alto sôbre esta fase da história amazônica.

[11] Ciro Torres López, *Las Maravillosas Tierras del Acre* (La Paz, 1930), págs. 277-276; Henry G. Pearson, *op. cit.*, pág. 148; *India Rubber World*, abril de 1903 e abril de 1905; *United States Commercial Reports*, 20 de março de 1918.

policiar o Acre e coletar impostos. A reação no Brasil foi instantânea e acarretou um forte protesto do govêrno.[12] O Rio de Janeiro insistia que a Bolívia tinha cometido um ato ilegal entregando a sua soberania sôbre a região a uma companhia privada, e fêz sentir que êsse ato constituía uma ameaça ao Brasil. A Bolívia, entretanto, recusou revogar a concessão.

Quando, em 1902, os brasileiros do território disputado se levantaram de novo em revolta, êles declararam a independência da região e pediram a união com o Brasil. Quando o govêrno do Rio ameaçou então ocupar o território pela fôrça das armas se a Bolívia se recusasse a vendê-lo, a Bolívia escolheu a última alternativa. Pelo tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903, o Acre foi cedido ao Brasil em troca da soma de dois milhões de libras. Muito irônicamente, o colapso da borracha privou a vitória brasileira de muita significação econômica, e depois de 1910, o Brasil perdeu muito do seu interêsse em desenvolver a região.[13]

## V

Durante os anos de proeminência da borracha, e especialmente durante os períodos de depressão, fazia-se freqüentemente a acusação de que o govêrno brasileiro não tomava medidas construtivas para melhorar as condições da indústria da borracha. O interêsse oficial pela nova fonte de riqueza foi desde logo limitado à cobrança de taxas. Durante todo o império os governos provinciais e central participaram dos lucros. Com a promulgação da constituïção republicana de 1890, às autoridades estaduais e municipais foi atribuída a prática exclusiva da taxação sôbre a borracha. As taxas foram ràpidamente aumentadas; num período de anos, elas regularam mais ou menos em vinte por cento *ad valorem,* um pêso considerável, na verdade, sôbre a indústria e um fonte perene de queixas.[14] Raro foi o ano em que os impostos sôbre a borracha não constituíram pelo menos três quartos de tôdas as rendas do Estado na região amazônica.

Antes de 1907 o interêsse do govêrno na indústria se concentrava principalmente na taxação. Alguns indivíduos em cargos elevados, sem dúvida sabiam que existiam más condições de natureza perigosa, mas as suas palavras de admoestação foram desprezadas. Algumas tentativas isoladas se fizeram para introduzir uma legislação suavemente remediadora, mas aí também todos os esforços abortaram. O sentimento popular foi na maioria indiferente enquanto os preços continuavam a subir; as quedas periódicas não duraram o bastante para fazer o povo vitalmente côncio dos males. De tempos em tempos era baixada uma legislação para fomentar a plantação da borracha ou estimular melhoramentos na técnica do cultivo da variedade silvestre. Estes esforços não produziram resultados e o velho método de coleta da borracha nativa continuou. De fato, geralmente fazia-se queixa de que se o govêrno estivesse realmente interessado na indústria, baixaria as taxas e cessaria de dar conselhos.

O violento declínio de 1907-1908 criou um sério alarme no mercado e deu origem a diversos esquemas de valorização mal sucedidos. A verdadeira torrente de legislação veio depois de 1910, quando era evidente que uma definitiva mudança tinha havido na indústria da borracha. Foram feitos suplicantes apelos ao Rio, que resultaram na lei de defesa da borracha de 1912, uma das mais belas peças de legislação sôbre borracha jamais baixada. Os elaboradores da lei compreenderam que a única solução para o Amazonas era competir efetivamente com a plantação de borracha asiática.

Algumas vozes tinham desde muito tempo tentado chamar a atenção do Brasil para os perigos da competição estrangeira, mas a maioria dos homens

---

[12] Deve ser consultado o seguinte material do Departamento de Estado (agora no The National Archives (Archivo Nacional): Notas diplomáticas da Legação boliviana em Washington ao Departamento, 1900-1904; Despachos diplomáticos da Bolívia, 1900-1904; Despachos diplomáticos do Brasil, 1899-1904; Notas diplomáticas da Legação brasileira em Washington ao Departamento, 1900-1904. Ver também *The Acre Terirtory, Documents concerning the Controversy between Brazil and Bolivia over a Contract Made with American Citizens* (Rio de Janeiro, 1903).

[13] Ver John Bassett Moore, ed. *"Brazil and Bolivia, Boundary Settlement, — Treaty for the Exchange of Territories and Other Concessions Signed at Petropolis,* November 17, 1903. *Together with the Report of Baron Rio Branco, Minister of Foreign Relations"* (New York, 1904); *"Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Dr. Olyntho de Magalhães"* (Rio de Janeiro, 1902).

[14] *India Rubber World,* 1889-1907; *Relatório da Comissão da Praça do Comércio do Pará,* 1868-1900 (Pará, n.d.); *Política Econômica, Defesa da Borracha,* 1906-1914 (Rio de Janeiro, 1915); *Laws for the Protection of the Rubber Industry* (New York, 1912).

da borracha recusou acreditar que o método de plantação baixaria o custo de produção ou supriria o mercado com estoques suficientes. A verificação de que isto poderia ser feito produziu o colapso brasileiro. O país, entretanto, acordou tarde demais.

A lei de defesa de 1912, na tentativa de fazer da Amazônia um centro de plantação, oferecia concessões vantajosas aos plantadores, encorajava a agricultura, especificava melhoramentos no transporte, provia para a organização de hospitais e facilidades médicas e procurava atrair imigrantes. Era concedida uma redução de cinqüenta por cento no imposto de exportação à borracha plantada. Embora fôsse excelente a medida, ela não obteve resultados. Foram impedidas apropriações adequadas, e a administração não compreendeu inteiramente as oportunidades ao seu alcance. Além disso, o Extremo Oriente desfrutava a grande vantagem de duas décadas de atividade preliminar. Antes que a Amazônia pudesse estar em condições de competir no mercado, as plantações inglêsas teriam controlado com êxito o consumo. Em face destas vantagens, nenhuma plantação projetada foi empreendida.[15]

Entrementes, foram experimentados esquemas de valorização. O Banco do Brasil se arrastou à vertigem da bancarrota comprando borracha e retendo-a para uma subida dos preços que nunca ocorreu. Diversos outros bancos foram organizados com o mesmo propósito, com a assistência de capital estrangeiro. Organizações de produtores combinaram reter estoques fóra do mercado. Foi mesmo proposto sèriamente que o govêrno, em vista dos seus maiores recursos, comprasse a safra inteira e a retivesse até que o consumidor viesse fazer pedidos ao Brasil. O que os homens da borracha aparentemente não compreenderam foi que a Amazônia nunca mais controlou em proporção suficientemente grande da produção mundial para ter a mais leve influência sôbre os preços.[16]

## VI

A indústria de borracha do Extremo Oriente deve as suas origens a Henry A. Wickam, um plantador inglês de Santarém. Em 1876, êle contrabandeou vários milhares de sementes de borracha do Brasil e plantou-as em Kew Gardens, em Londres. Daí as mudas foram mandadas para o Ceilão, onde começaram logo a desenvolver. Por muito tempo o interêsse dos plantadores do Extremo Oriente pela borracha foi pequeno, mas os revezes no mercado do chá, os lucros dados pelo novo produto e o descontentamento dos industriais com a borracha natural encorajaram um número de indivíduos a persistir no cultivo das árvores do látex. Em 1900, um pequeno embarque de borracha em lâminas cultivada, da Malásia, foi oferecida em Leilão, em Londres. Em 1905 ela começou a aparecer com regularidade; depois de 1910 o fornecimento do Oriente aumentava com fantástica rapidez.

No inútil esfôrço para competir no estrangeiro, foram organizadas corporações em grande escala no Brasil para o incremento do cultivo da borracha. O número de falências era desanimador. A "Orton Rubber Company", estabelecida por volta do ano de 1897, achou finalmente que era impossível continuar. De perto de duzentos colonos bascos expressivamente convencidos do negócio no Brasil, sòmente seis atingiram a propriedade da companhia com vida. A "Amazon Rubber Estates, Limited", perdeu todo o seu capital de trezentas mil libras sem ter colhido sequer um quilo de borracha. O "Comptoir Colonial Français", que tomou posse de uma propriedade brasileira, perdeu um milhão de dólares. A mais ambiciosa tentativa foi a da "Rubber Estates of Pará, Limited", formada em 1898 com um capital de trezentas e cinqüenta mil libras para trabalhar uma propriedade na ilha de Marajó com um número de árvores estimado em um milhão e trezentas mil. Apesar de um prévio *record* de produção, a nova companhia, durante o primeiro ano de operação, colheu exatamente oitenta toneladas e três quartos de borracha; durante o segundo, cinqüenta e oito. A reorganização do negócio foi ajustada, mas a aventura não prosperou. Ao contrário, a "Rubber Estates" chegou ao extremo de oferecer as suas propriedades para um arrendamento anual de duzentas e cinqüenta libras.

Um número de esquemas francamente exequíveis foi também oferecido ao público simples. Um tipo de fraude foi a "Peru Pará Rubber Company", com

[15] *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 1903-1918.

[16] C. E. Akers, *Relatório sôbre o Vale do Amazonas* (Rio de Janeiro, 1913), págs. 97 e seguintes.

um reputado capital de três milhões de dólares e um ilimitado número de árvores de látex em alguma parte não revelada da América do Sul, que anunciava procurando capitalistas nos jornais de Chicago de 1905. Aos contribuintes eram prometidos dividendos de setenta e cinco por cento para tôda a vida.[17] Obviamente, tais trapaças feitas pelos agentes estrangeiros não eram encorajadoras para aqueles que desejavam inverter capitais em emprêsas legítimas.

Os verdadeiros obstáculos para a plantação da borracha na Amazônia foram muito mais formidáveis do que muita gente supõe. O maior problema foi o do trabalho, porque a coleta lucrativa do látex dependia de um grande fornecimento de braços muito eficientes e por pouco preço. Sem dúvida, a população utilizável do vale ascendia a cêrca de um milhão de pessoas, mas a maioria delas era de índios que não conseguiram adaptar-se às condições da indústria da borracha. Os cearenses, por outro lado, eram muito mais satisfatórios, mas pereceram em grandes quantidades. Por sua vez, o govêrno repelia o trabalho oriental e africano; e os europeus não chegaram em número apreciável. Nenhuma solução prática foi achada então para o problema, nem foi ela achada ainda hoje.

O segundo obstáculo foi a decadência da agricultura nativa. Nos tempos coloniais, o Pará tinha sido auto-suficiente em artigos básicos de consumo e tinha, de fato, produzido um excesso exportável. A concentração causada pela borracha forçou a dependência a artigos de alimentação importados que eram eventualmente vendidos por preços de três a seis vêzes maiores do que o normal. Êste foi o infeliz resultado da tentação irresistível de uma colheita de dinheiro altamente valiosa. O seringueiro achou assim mais vantajoso abandonar a sua pequena horta e contar sòmente com artigos importados. Tal suprimento de trabalho dificilmente teria sido barato. Realmente, uma respeitável margem de lucros do comércio da borracha foi provàvelmente dedicado à manutenção dos trabalhadores que não obstante viviam perigosamente limitados à subsistência.[18]

O problema do saneamento era igualmente importante. Os seringueiros estavam espalhados, na maioria, em áreas em que o saneamento era inteiramente desconhecido, e estavam assim expostos às devastações das febres selvagens e das infecções intestinais. Em muitas regiões, a produtividade baixava pelo menos um têrço por causa das doenças. A comissão brasileira que inspecionava o Estado do Pará relatou que as condições eram más, exceto em certas partes de Belém. Além disso, só se podiam encontrar facilidades médicas nas áreas urbanas. Nesta inspeção, feita de acôrdo com a lei de defesa de 1912, o Dr. Osvaldo Cruz ficou chocado com as condições que viu, mas êle não olhou o futuro com pessimismo. Embora o trabalho envolvesse um tremendo dispêndio de dinheiro e esfôrço, êle acreditou que o saneamento do vale não era impraticável.[19]

O problema da dieta foi o resultado natural da decadência da agricultura. O colono nativo da Amazônia tinha originalmente desenvolvido uma dieta que lhe proporcionava os elementos básicos necessários à saúde. Com o desenvolvimento da indústria da borracha a dependência das importações acarretou, em muitos casos, desastrosas conseqüências. Devido aos altos preços, a quantidade de alimento que o seringueiro médio consumia foi dràsticamente reduzida a uma quantidade apenas suficiente para manter a existência presente. O beri-beri, por exemplo, tornou-se um terrível flagelo. Os efeitos da desnutrição não sòmente se revelaram espantosamente no indivíduo como também constituíram um forte dreno na indústria da borracha.[20]

O custo do transporte foi também um pesado ônus. As distâncias eram enormes. Umas duas mil milhas de rio separavam Belém de Iquitos. O Putumaio estava ainda mais longe.[21] Um outro fator no comércio da borracha amazônica foi o caráter especulativo da indústria. O surto pode-se dizer que foi uma vasta

---

[17] *India Rubber World*, outubro de 1902; novembro de 1903, março, junho de 1940; fevereiro, maio de 1905.

[18] Ver *Questionários sôbre as condições na Agricultura dos Municípios do Estado do Pará inspecionados em 1910-1912* (Rio de Janeiro, 1913), publicado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil. Muito material sôbre êsse assunto pode achar-se também em *Política Econômica, Defesa da Borracha* — 1906-1914 (Rio de Janeiro, 1915); e em Manuel Barata, *A Antiga Produção e Exportação do Pará* (Belém, 1915).

[19] Ver o relatório do Dr. Osvaldo Cruz, citado em *Política Econômica, Defesa da Borracha*, 1906-1914 (Rio de Janeiro, 1915).

[20] As fontes indicadas na nota 18 dão também informação sôbre êste ponto.

[21] Ver The Amazon Steam Navigation Company, Ltd., *Notes on the Amazon and its Tributaries and Steamer Services* (Londres, 1904).

especulação em borracha, gêneros alimentícios, trabalho e trocas com o estrangeiro. Parte da incerteza pode ser imediatamente compreendida. Os estoques de borracha vinham de vastas e muitas vêzes desconhecidas regiões. Ademais, o fluxo de látex variava conforme a chuva. Era, portanto, impossível prever com razoável grau de precisão qual seria a produção num dado ano.

Os diversos obstáculos tratados nos parágrafos precedentes tornam impossível à Amazônia competir com o Extremo Oriente no comércio da borracha. Em tempo algum pareceu haver no Brasil um esfôrço genuíno para achar uma solução esperançosa para os muitos problemas que a indústria enfrentava. Os brasileiros compreenderam talvez que dificilmente a Amazônia oferecia as condições necessárias à plantação da borracha.

Nesta conexão, é bom observar-se que o melhor exemplo das oportunidades que se podem achar na produção da plantação da borracha, e também das grandes dificuldades que o problema envolve, é a experiência de Henry Ford no Brasil. Consistindo de dois e meio milhões de acres, cento e dez milhas a montante do Tapajoz desde a sua junção com o Amazonas, a propriedade de Ford foi inicialmente obtida em 1927. A produção das plantações de Fordlândia e Belterra estão agora começando numa bela escala. Para atingir os seus fins, Ford foi obrigado a construir uma cidade moderna e realizar outros melhoramentos extensivos. Êle não pôde resolver satisfatòriamente o problema do trabalho; só muito dificilmente conseguiu o número de braços necessários aos seus projetos. Ford demonstrou ainda a possibilidade de extirpar as várias moléstias que atacam as plantas na Amazônia e de produzir um látex que pode competir com a borracha asiática em custo e qualidade. Êle demonstrou também que os obstáculos para uma vida saudável e para o saneamento do vale não são de modo algum insuperáveis.

## VII

A praticabilidade de plantações e a situação presente da borracha silvestre na Amazônia assumem hoje uma grande importância. A perda das fontes asiáticas de suprimento voltaram, naturalmente, a atenção dos Estados Unidos para os potenciais do rico vale do Brasil; e lá os negociantes de borracha se estão esforçando para atender, tanto quanto possível, a uma grande parte da procura. A borracha silvestre abrangerá a maior parte, porque as plantações requerem anos de cuidado e preparação antes que possam atingir um estado de produtividade satisfatória. É improvável, entretanto, que o rejuvenescimento da indústria da borracha silvestre seja acompanhado dos erros do passado. As duas lições dos dias idos foram aprendidas bem demais para que possam dar lugar a um falso otimismo. As presentes indicações são que a nova fase do comércio seguirá diretrizes econômicas e construtivas.

Naturalmente, está sendo dada a devida atenção aos problemas que o possível amplo desenvolvimento da borracha sintética criará. Parece não haver dúvida de que o produto sintético é, sob muitos aspectos. comparável ao natural.[22] Se o primeiro puder ser fabricado a preço razoável, a procura de borracha natural ficará consideràvelmente reduzida, embora uma certa quantidade de látex continuará muito provàvelmente a ser utilizada.

Mesmo no caso do completo êxito da borracha sintética, a vida econômica da Amazônia não sofrerá obrigatòriamente. Além da borracha, os recursos naturais do vale mal foram experimentados. Uma boa linha de ação parece ser plantas. Já foi dado um princípio a essas coisas com o cultivo do timbó, uma erva má empregada na fabricação de inseticida.[23] Várias investigações rápidas demonstraram que as possibilidades em semelhantes métodos são grandes e necessitam apenas de estudos ulteriores para frutificarem em resultados positivos. Indubitàvelmente, uma economia extrativa diversificada, baseando-se num sólido alicerce agrícola, proporcionaria à Amazônia um desenvolvimento muito mais razoável do que o que ela poderia ter sob o império único da borracha.

---

[22] *The New York Times*, 11 de fevereiro de 1940.

[23] Desmond Holdridge, *The Awakener of the Amazon, This Week*, 14 de abril de 1940.

*

# Resenha

## O Vale do Paraíba

Não sendo um dos grandes rios brasileiros, fazendo mesmo, quanto à sua grandeza, figura modesta dentre as nossas gigantescas artérias fluviais, alinha-se contudo o rio Paraíba do Sul entre os que exerceram papel mais decisivo na evolução da civilização brasileira. As simples palavras "Vale do Paraíba" são suficientes para despertar evocações que nos são muito caras, por lembrar-nos um dos capítulos mais brilhantes da nossa história cultural e econômica. Não é, contudo, o rio em si mesmo que mais importa, mas sim o vale, pois poucos cursos dágua terão tido tão pequena utilização pelo homem como o Paraíba. O rio foi sempre mais temido do que amado, mas as terras por êle drenadas foram queridas como nenhumas outras, aproveitadas sôfregamente até ao excesso.

Outro aspecto interessante é que não são pròpriamente as características do vale, as quais não oferecem vantagens excepcionais em relação a tantos outros análogos, mas sobretudo a sua posição, relativa aos maiores centros da economia brasileira, que explicam a sua fortuna.

Nascendo no planalto da Bocaina, a uns 1 800 metros de altitude, corre a princípio o rio com o nome de Paraitinga, até a confluência com o Paraibúna, onde passa a denominar-se Paraíba. Dirigindo-se para sudoeste, paralelamente à costa, muda bruscamente a sua direção em Guararema, efetuando uma deflexão de 180 graus, e segue daí para diante no rumo nordeste. Seu vale estende-se, desde então, como longa depressão entre os dois maiores degraus do planalto brasileiro — a serra do Mar e a Mantiqueira —, até que, pouco abaixo de São Fidélis, contornando o obstáculo da serra do Mar, o Paraíba rola as suas águas sôbre ampla planície aluvionar, até despejar-se no Oceano, ao norte do cabo de São Tomé, após mais de mil quilômetros de curso.

Sôbre o planalto, o relêvo do vale apresenta em geral o aspecto duma peneplanície arqueana, com seus gnaisses e granitos fortemente atacados pela erosão, em típicos morros com a forma de "meias laranjas", constituindo o que de modo expressivo se chama um "mar de morros". Contrastando, porém, com tal aspecto geral, há também importantes planícies sedimentares elevadas, apenas com ligeiras ondulações.

O perfil longitudinal do Paraíba apresenta peculiaridades interessantes. O seu exame permite dividí-lo nitidamente em quatro partes. O primeiro trecho — o alto Paraíba —, das nascentes até Guararema, apresenta forte declividade de quase 5 metros por quilômetro. O segundo, que podemos chamar de trecho médio superior, de Guararema a Cachoeira, apresenta-se quase plano, com a declividade de 35 centímetros por quilômetro. O Paraíba comporta-se aí como um típico rio de planície com seus inúmeros meandros, numa várzea inundável. Novamente, de Cachoeira a São Fidélis, temos um trecho, que chamamos médio inferior, com rápida descida, de mais de 1 metro por quilômetro. Enfim, já na baixada de Goitacazes, o baixo Paraíba desliza numa planície quase horizontal. Temos assim um rio que, apesar do seu forte trabalho de erosão ainda não conseguiu regularizar o seu perfil; é um rio que "ainda não terminou o seu serviço", no dizer expressivo de Everardo Backheuser.

A gênese do Paraíba ainda necessita de estudos mais profundos. O segundo trecho do seu vale, uma planície sedimentar, revela certamente um antigo logo terciário. A brusca inversão da direção do seu curso, em Guararema, sugere a hipótese de ser o alto Paraíba um antigo formador do Tietê, tendo-se dado aí uma "captura". E' êste um dos mais interessantes problemas para os geógrafos modernos.

Os dois primeiros trechos, e parte do terceiro, beneficiam-se da altitude para a amenização do clima. A bacia é tôda favorecida ainda por grande abundância de chuvas, mercê das quais densa floresta virgem cobria os seus flancos, antes da intervenção do homem civilizado. Solo florestal e clima ofereciam ótimas condidições para a cultura do cafeeiro.

O trecho médio superior foi sempre magnífica zona de passagem. Por sua larga estrada os bandeirantes iniciaram a sua epopéia, saindo dos campos de Piratininga e ganhando por uma garganta de fácil acesso o vale, que percorriam até Lorena, a antiga Guaipacaré. Evitando prosseguir pelo íngreme trecho médio inferior, daí se desviavam para transpor a Mantiqueira, e atingir as teras altas de Minas Gerais. As cidades aí se enfileiraram, originadas de primitivos pousos.

No outro extremo, no baixo Paraíba, uma civilização rural se desenvolvia tendo por base estável a cultura da cana de açúcar e Campos como centro regional.

Entre os dois, o trecho médio inferior constituia um obstáculo às comunicações longitudinais, obstáculo êsse agravado pela densa floresta. Só no início do século XVIII Garcia Rodrigues Pais, filho do "Caçador de Esmeraldas", abria o famoso "caminho novo" que, passando pela atual cidade de Paraíba do Sul, ligava Minas Gerais à Guanabara: era a "estrada do ouro", que trouxe a hegemonia ao Rio de Janeiro. Daquela cidade para montante, efetuou-se nesse século um povoamento escasso, de origem paulista, a chamada "Paraíba Nova", com núcleos que deram origem às cidades de Resende, Barra Mansa e outras. A parte a jusante continuava, porém, inteiramente abandonada aos indígenas.

Enquanto, no altiplano mineiro, se desenvolvia a brilhante civilização do ouro, o vale do Paraíba era modesta zona de trânsito que se reservava para um grande papel no século seguinte: a "civilização do café".

Já no último quartel do século XVIII as primeiras culturas cafeeiras se faziam em Resende, daí começando a sua rápida difusão para jusante e para montante. O Paraíba era um quase vazio do povoamento, uma reserva deixada para trás pelos bandeirantes. Deu-se então o refluxo do povoamento, o movimento dos mineiros para o sul, passada a "febre do ouro". Partindo do baixo vale os campistas iniciaram também a marcha rio acima. Era já a "febre cafeeira", um verdadeiro "rush" de paulistas, mineiros e fluminenses, a derrubar apressadamente a mata e lançar os fundamentos duma grande riqueza. E o vale cobriu-se de cafezais por tôda a parte. Cidades surgiam ràpidamente, Estradas eram rasgadas em múltiplas direções.

O meio do século XIX marcou o fastígio da riqueza. O vale era o eixo da prosperidade econômica baseada no café. Os Teixeira Leite, os Nova Friburgo, os Sousa Breves e tantos outros pioneiros, tornaram-se verdadeiros senhores feudais, troncos duma brilhante aristocracia rural.

Tôda essa riqueza era porém instável. A cultura do café altamente esgotante a forte erosão decorrente da devastação das matas, traziam em germe a decadência. A abolição da escravidão acelerou a queda e a partir do fim do século a economia entrava em declínio. O café emigrava para as ricas zonas paulistas de "terra roxa", em sua marcha de "fazedor de desertos" A fixação do homem ao solo já estava porém assegurada e uma nova economia deveria surgir.

Os tristes morros pelados, cobertos de capim-gordura encontravam agora na pecuária o seu aproveitamento. A proximidade de grandes centros consumidores, como o Rio de Janeiro, permitiu que uma vida econômica mais modesta, encontrasse sua base na indústria dos laticínios. O afluxo dos antigos escravos para os núcleos urbanos, trazendo a abundância da mão de obra, propiciou o início duma economia industrial. As vias de transportes, que encontravam no vale o seu caminho obrigado, vinham ainda em favor dessa nova atividade. Nas cidades a montante de Entre Rios, até Guararema, favorecidas pelas comunicações ferroviárias entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, fábricas diversas se foram fundando.

Uma nova era, um novo ciclo se abre agora com a ingente construção da usina siderúrgica de Volta Redonda. Curto terá sido o melancólico período de decadência, tão fortemente descrito por Monteiro Lobato, em seus capítulos sôbre as "cidades mortas".

Se no século XIX o Paraíba foi o rio do café, será agora o rio da grande indústria, o rio da siderurgia nacional. A sua posição geográfica, o seu caráter de corredor natural numa região de tão grande pujança econômica, onde justamente o problema das comunicações é tão grave em virtude dos obstáculos do relêvo, asseguram ao vale do Paraíba uma nova era de grandeza. (*Palestra feita pelo professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, ao microfone da P.R.A.-2 — Rádio do Ministério da Educação, como contribuição do Conselho Nacional de Geografia ao Curso de férias aos Professores Primários, organizado pela Associação Brasileira de Educação.*)

*

## A Geografia do Brasil, no início do século, vista por Capistrano de Abreu

Não há estudioso de formação brasileira que desconheça as obras de Capistrano. Todos aqueles que, hoje, desejam saber qualquer coisa sôbre o processo histórico de nossa civilização, procuram nos livros do Mestre, aqueles ensinamentos de que estão repletos. Entretanto, é peculiar aos espíritos de escol não se deixarem enclausurar no espaço limitado de uma especialização exclusivista. Os grandes homens têm sempre uma visão ampla dos fatos, uma compreensão onímoda dos fenômenos, que lhes conferem autoridade para discorrer sôbre outros assuntos, outras ciências. Dêste modo é que reputamos interessantíssima uma página intitulada "A Geografia do Brasil", publicada no *Almanaque Brasileiro Garnier*, vol. de 1904. Neste trabalho realizou o notável historiador uma sinopse do que se fizera até aquela época, em matéria de estudos geográficos, concluindo com um trecho magistral alusivo àquilo que deverá ser empreendido futuramente.

Inicia Capistrano, dizendo que as duas primeiras décadas do século XVI deixaram bem conhecido o litoral do Brasil em suas linhas fundamentais: um trecho pequeno entre Alagoas e Rio Grande do Norte, onde o continente mais se alonga pelo mar e menos se afasta do velho mundo; outro, desde a ponta do Calcanhar até ao Amazonas, arrumado de S.E. a N.O.; outro, mais longo, onde demoram os melhores portos e é mais pitoresca a linha costeira, arrumado em média de N.E. a S.O.

Os conhecimentos adquiridos neste período foram representados em cartas. Os documentos originais perderam-se, mas não fazem grande falta, porque o costume permitia e autorizava as cópias servís, de modo que um mapa datado, digamos, de 1530 pode representar meramente outro de 1502. Além disso as escalas pequenas não permitiam a inscrição de minúcias. Si por feliz casualidade surgissem à luz as cartas de Vespucci, Gonçalo Coelho, João de Lisboa ou Cristovão Jacques, só lucraria com isso a História, que poderia então decifrar dizeres corruptos e por isso agora impossíveis de interpretar-se.

Temos notícias vagas de roteiros desde os primeiros tempos redigidos — continua Capristano — Nem um escapou à destruição do tempo. O mais antigo, atribuído a Gabriel Soares de Sousa, impresso mais de 200 anos depois de terminado, era provàvelmente o mais completo, e a isto deveu talvez sua conservação. Enquanto esteve manuscrito foi largamente aproveitado. Contém notícias abundantes: descrição mais ou menos completa do litoral, as conhecenças, as sondagens, informações sôbre plantas e animais, sôbre os índios. A propósito da baía de Todos os Santos e seu recôncavo é sobretudo de valor inestimável.

Da zona, que sempre inquietos e inquietados ocuparam quase 30 anos, os Holandeses procuraram tornar-se conhecedores. Mapas vulgarizados desde logo pela imprensa, outros que existem inéditos, itinerários, estudos botânicos e zoológicos, coleções ou observações etnológicas, dão a medida da sua atividade. Muitos pontos do rio de S. Francisco ou Maranhão foram mais exatamente representados na primeira metade do século XVII do que na metade correspondente do século XIX, quem sabe mesmo se na segunda.

Depois da expulsão dos Holandesses estagnou o progresso da Geografia afirma o Mestre. Em geral os livros impressos não adeantam ao que deixou escrito Gabriel Soares. Viagens pelo interior não faltaram; mas, ou os bandeirantes eram incapazes de se interessar por questões geográficas, ou incapazes de solvê-las, ou um ou outro escrito, acaso redigido, a censura da metrópole impedia que viesse à luz. Um dêstes, perdido talvez definitivamente, seria documento de valor excepcional. Por ordem de Gomes Freire de Andrade, governador do Maranhão, João Velho do Vale abriu um caminho entre aquela capitania e a da Baía. O fato em si é um dos mais importantes da História do Brasil: significa a vitória sôbre os ventos alíseos, durante metade do ano soprando numa só direção, por conseguinte estorvando a constância de comunicações marítimas recíprocas. Como seria agradável conhecer a narrativa de tal emprêsa feita por quem a realizou, principalmente se, como assegura um cronista, João Velho do Vale observou posições astronômicas, descreveu os índios por cujo território passou, e deu notícia das terras atravessadas!

Nas correspondências oficiais encontramos notícia de cartas desenhadas no fim do século XVII por Jesuítas. Se não se extraviaram, devem existir em Lisboa.

Descobertas as minas, espalhada a população por vastas extensões do interior, mesmo o govêrno português sentiu necessidade de representações gráficas da região povoada para dele poder formar idéia. A isto deve-se a vinda de

alguns astrônomos. Dentre êles cumpre particularizar-se o nome do padre Diogo Soares, jesuíta curioso a quem devemos alguns mapas, e sôbretudo uma coleção, em grande parte inédita, de notícias sôbre os primeiros tempos da mineração. Terá escrito alguma cousa? Seus escritos seriam dos mais instrutivos. Feliz quem os encontrar. Maior número de astrônomos, geógrafos e naturalistas para aquí trouxeram os tratados de limites de 1750 e 1777. Eram homens competentes e trabalhadores; por desgraça, seus escritos ficaram vedados ao público, e apenas algumas das cartas foram comunicadas a geógrafos estrangeiros. Duma grande zona da nossa terra ainda a representação deriva de Ricardo Franco, Lobo de Almada, Lacerda, Pais Leme e outros comissários de limites.

Citando o célebre livro de Manuel Aires de Casal, diz o seguinte: O que os Brasileiros e Portuguêses tinham feito até ao princípio do século XIX apurou-se no belo livro de Manuel Aires de Casal, a *Chorographia Brasilica* impressa em 1817. Da vida dêste benemérito pouco ou nada sabemos. Era natural da freguesia de São Pedrogão o Grande, estava no Rio de Janeiro em 1796, deve ter viajado diversos pontos do nosso território, pois muitas de suas informações estão indicando a observação direta; sabe-se que tornou para a metrópole, em companhia de D. João VI; devia ter consultado os documentos da Biblioteca Nacional e do Arquivo Militar. Tudo mais ignora-se. Não há dúvida porém, que tinha a intuïção de geógrafo, sabia que os terrenos têm uma fisionomia, lia a ação da natureza em fenômenos da natureza descurados por outros, como por exemplo a persistência de certos ventos na inclinação das árvores do sertão da Paraíba. Ainda hoje em nossa língua não saiu obra original que se lhe avantajasse.

Quando Aires de Casal entregava seu livro à publicidade, estavam em nossa terra sábios estrangeiros empregados em conhecê-la. Dêles devem ser singularizados dois, talvez três. O Barão de Eschwege lançou sôbre a estrutura de nosso país olhares penetrantes e chegou a conclusões tão importantes e originais, que os contemporâneos, não só aqui, também na Europa, não estavam à altura de compreendê-las: só depois de Agassiz, Hartt e Derby se foi reconhecendo o lugar eminente que deve ocupar. Martius apreendeu a divisão geográfica natural, fundada sôbre a Flora, a Fauna, o homem, e tem páginas de que só podemos medir todo o alcance depois que Ratzel há uns vinte anos lançou as bases da antropogeografia. Plano inferior a estas sumidades, ocupa A. de Saint-Hilaire, a quem entretanto a Corografia do Sul deve bons serviços. A tarefa de fundir os elementos geográficos condensados por Aires de Casal e os colhidos pelos viajantes das primeiras décadas do século XIX coube a Guts-Muts, cujo livro infelizmente nunca foi traduzido no Brasil, não poude pois influir sôbre os geógrafos indígenas e também não influiu muito sôbre os de lá de fora.

Da independência até à era de 60 não faltaram viajantes, acrescenta Capristano, o govêrno mandou fazer explorações de rios, das quais a mais completa e concienciosa foi a do rio S. Francisco realizada por Halfeld. Houve também o episódio sério-cômico de uma comissão científica, exclusivamente composta de brasileiros para explorar provincias do Norte; mas a *Geografia* de Pompeu, única publicada neste tempo, não se compara à de Aires de Casal ou de Guts- Muts. O Instituto Histórico deu também à luz textos importantes, que a muitos respeitos vieram completar noções lacunosas.

Na era de 60, veio dos Estados Unidos uma comissão científica dirigida por Agassiz. O ilustre chefe, colhido logo pela morte, não poude fazer muito; mas seus discípulos americanos levaram por diante a sua obra. Dentre todos avulta por seu espírito genial Carlos Hartt, a quem se devem a primeira *Geografia física do Brasil*, a inauguração da Arqueologia brasileira, estudos das línguas indígenas. Colhido prematuramente pela morte, deixou-nos o melhor de seus discípulos em Orville A. Derby, geólogo de profissão, mas que não separa a Geologia da Geografia e a quem, além de monografias preciosas sôbre diversas regiões do país, se deve um quadro geral da estrutura do Brasil, fiel transunto do que a ciência sabia ao tempo em que foi traçado, e em que a sua quota pessoal não foi das menores.

Em 1871 foi publicada a *Geografia* de Wappoeus, incontestàvelmente o melhor, mais completo e mais conciencioso livro sôbre o assunto, estampado até então. Só em 1884 foi traduzido em parte, trazendo o estudo de Derby já referido. Se não sasonou frutos abundantes, em todo caso sua influência foi incostestável: pelo menos a alguns espíritos mostrou que à Geografia não era simples estudo de memória, simples enfiada de nomes, sem ligação, podendo ser recitados em qualquer ordem, contanto que fôssem numerosos.

De 1884 para cá tem-se trabalhado regularmente; foram explorados rios, de algumas partes do litoral há trechos mais exatos, certos pontos do interior estão agora conhecidos; a Geologia, a Geografia botânica e geológica, a distribuïção das tribos indígenas são melhor conhecidas.

O de que se está agora precisando é de um trabalho, senão sintético, pelo menos sinóptico resume o Mestre, com grande propriedade.

O ideal seria uma só pessoa se encarregar de tudo, de modo a apresentar uma Geografia una, em que o aspecto do céu, a circulação atmosférica, e estrutura do subsolo e do solo, a vegetação que o veste como a animalidade que o cobre e o homem que domina sôbre a creação, aparecessem, todos, nas correlações que os prendem e penetram.

Como isto seria impossível hoje, conclue, resta o recurso da colaboração de muitos, embora o defeito insanável de distribuir por capítulos isolados como espécimes mortos de museus, o litoral, o relêvo, o clima, a vegetação, a vida econômica, etc.

★

### A Geografia começa em casa

Com a preocupação de assumir um novo e mais importante papel nos assuntos mundiais, — escreve o Sr. A. E. Parr, diretor do Museu Americano de História Natural — a nossa nação se está voltando, com renovado interêsse, para o estudo da geografia. Os vários ramos deste vasto assunto estão assumindo preeminência espetacular nos currículos de tôdas as instituïções de ensino superior. São grandes e insistentes as exigências de nossas fôrças armadas. Exige-se que se acrescente o "G" da geografia aos três "RR" da educação elementar.[1]

Esse despertar de um grande povo, na plena compreensão das responsabilidades perante si mesmo e perante o mundo, é um esplêndido fruto que nasce da decadência mundial que

---

[1] O autor se refere aos vocábulos "Reading", "Writing" e "Reckoning", (leitura, escrita e contas), vulgarmente conhecidos, nos países de língua inglêsa, como "the three R's") (os tres RR), embora um deles comece por "W", (N. do T).

proporcionou o solo para sua semente e a nutrição às suas raízes. Tôdas as instituïções educacionais se podem reünir de corpo e alma em um esfôrço para satisfazer este novo anhelo de conhecimento de um assunto até aquí muito abandonado. Evidentemente, os museus de história nautral têm uma grande contribuïção a fazer neste sentido.

Tendo fixado como nosso objetivo um entendimento recíproco, melhor e mais amplo, do mundo e de nós mesmos, temos também que encontrar o atalho que nos conduza mais ràpidamente ao nosso destino. Êsse atalho nos foi assinalado há longos anos, em um cartaz que dizia "conhece a ti mesmo, para que possas conhecer os outros".

Há um duplo significado nesta velha peça de sabedoria. Ela não nos diz apenas que jamais poderemos esperar atingir uma compreensão real dos problemas e dos atos de outros indivíduos e povos, sem que aprendamos a traduzí-los nos têrmos de nossa própria experiência nacional. Ela nos deve lembrar, também, que o nosso conselho encontrará escasso reconhecimento no estrangeiro, além do agradecimento por alguns presentes que possam acompanhá-lo, enquanto nos mantivermos inconcientes ou ignorantes a respeito de nossos próprios problemas, em nosso país, e portanto incapazes de lançá-los à discussão no sentido de um intercâmbio de pareceres. Ninguém ouvirá por muito tempo os conselhos de quem não conhece bem seus próprios assuntos nem deseja que estes sejam discutidos enquanto está aconselhando a outrem.

Criticando o desinterêsse pelo estudo da Geografia do país, assim se expressa o diretor do Museu Americano de História Natural:

Em nossa negligência educacional quanto à geografia, o abandono da geográfia americana tem sido talvez maior e mais espantoso que a nossa falta de interêsse pelos problemas geográficos do resto do mundo. Sem dúvida, não existe outro país de igual nível de educação que tenha exigido de seus alunos e cidadãos tão diminuto conhecimento da geografia natural e cultural de sua própria terra.

Como resultado, o nosso bem intencionado interêsse quanto aos problemas dos outros povos tende a se manifestar por uma voz que não provém de corpo algum, falando do vácuo, sem problemas que lhe interessem diretamente. Encontramo-nos em um estado de inocente inconciência quanto aos nossos próprios problemas nacionais e às nossas experiências porque não fomos educados para conhecê-los. Somos incapazes de estabelecer um terreno comum para a discussão com os filhos de outras nações, pois que não conhecemos o terreno em que nós mesmos pisamos. Apenas podemos aconselhar, e aconselhar "ad nauseam", até aborrecê-los.

Portanto, não é sòmente no próprio interêsse nacional, como também no interêsse daquilo com que pudermos contribuir para o mundo inteiro, que é de tão extrema importância nos lembrarmos de que a geografia começa em casa.

Concluindo, afirma o Sr. A. E. Parr:

Quando nós, também, houvermos finalmente aprendido o bastante a respeito de nossa própria terra para estarmos habilitados a comentar os poblemas de outras nações comparando-os com os nossos próprios, no Maine ou no Mississipi, em New York ou no Oregon, — então, só então desaparecerá de nossas vozes o tom da oficiosidade, e afinal será bem recebido nos tribunais do mundo o nosso parecer, pelo valor intrínseco.

(Comentário inserto na revista *Natural History*, de Junho de 1943, traduzido para o vernáculo por Edison Guerra Dias).

*

### A Teoria de Maltus

O Prof. Donald Pierson é um sociólogo norte-americano que vem dando suas melhores energias ao desenvolvimento dos estudos sociais em nosso País. Através de sua cátedra, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, empreendendo investigações ao redor de nossos problemas, animando discípulos de todo o Brasil, enriquecendo a bibliografia sociológica indígena com a tradução de obras úteis — de múltiplas maneiras, enfim, tem concorrido para aumentar o gôsto pelos estudos de sociologia entre nós.

No n.º 2, vol. V, de *Sociologia*, revista especializada que se edita em São Paulo, o citado Mestre publicou mais um substancioso trabalho, intitulado *"Competição e conflito"*. Neste trabalho existe um trecho que interessa de perto aos geógrafos; refere-se à célebre teoria maltusiana.

Começa o sr. Donald Pierson dizendo que Maltus concluiu de seus estudos sôbre a população inglêsa que as espécies biológicas tendem sempre a aumentar numa progressão *geométrica*, ao passo que os recursos alimentícios aumentam apenas em progressão *aritmética*. Decorre daí uma tendência constante para esgotar o abastecimento de provisões disponíveis.

Maltus, esclarece o Sr. Pierson, formulou, então, a teoria, subdividida em três partes 1) a população é limitada pela quantidade disponível de gêneros alimentícios; 2) a população não só aumenta com o aumento da provisão de víveres, mas tende a aumentar mais ràpidamente do que essas provisões (é êste o *coração* da teoria, nota o prof. Pierson); 3) portanto, afim de manter o equilíbrio entre a população e as provisões de víveres, é necessário que haja certas limitações positivas da população, como por exemplo a guerra, a fome e a peste.

Maltus concluiu, pois, o seguinte, sôbre a população inglêsa: 1) a não ser que um grupo, deliberadamente adote medidas preventivas, certas limitações positivas naturais (como guerra, peste, fome, etc.) inevitàvelmente se desenvolverão para reduzir a população; 2) se o grupo quiser evitar o desenvolvimento destas limitações positivas naturais, os nascimentos terão de ser limitados: a) pelo casamento em idade mais tardia que a usualmente verificada; b) pela abstenção de relações sexuais; 3) tôda tentativa para reduzir, por meio de rendas maiores, a ângustia devida à superpopulação, só proporcionará alívio temporário e portanto não satisfatório, pois que rendas maiores significam maiores posisbilidades de dispôr de gêneros alimentícios e desde que existe uma tendência constante para que a população cresça à medida que os abastecimentos crescem, ou mais rápidamente do que êstes, o problema ficaria portanto muito mais agudo em vez de resolvido.

Pondera, então, o prof. Donald Pierson, que embora encontre algumas limitações, a fórmula de Maltus parece ser a melhor teoria de população, especialmente quanto à natureza quantitativa, de tôdas as que foram até agora formuladas. A fórmula maltusiana adapta-se particularmente bem, aos fatos das comunidades vegetais e animais e de comunidades humanas como as que se encontram no Oriente e na África. Mas parece que não descreve de maneira

exata as populações da Europa e de outros pontos do mundo ocidental .Em relação a estas populações, parece ser verdade justamente o contrário à terceira conclusão de Maltus: isto é, nas populações ocidentais, a elevação do padrão de vida tende a resultar num decréscimo da taxa de natalidade.

Acrescenta, a seguir, uma segunda crítica à teoria, notando que ela não considera a possibilidade de aumento das provisões de víveres por meio de: 1) invenção e descoberta; 2) melhores métodos de distribuïção. Na civilização ocidental, por exemplo, tornou-se possível, durante o último século, aumentar as provisões disponíveis de gêneros alimentícios a ponto de acompanhar ou mesmo ultrapassar o aumento da população. Por exemplo, os Estados Unidos atravessam de algum tempo para cá, um período em que possue, por assim dizer, uma *pobreza feita de riquezas,* pois tem acumulado, desde há alguns anos, sobras enormes de certos produtos agrícolas.

Maltus — pondera o prof. Pierson — provàvelmente responderia a esta crítica dizendo que afinal, com o tempo, a população sempre ultrapassará os meios de sustento; em outras palavras, que a condição atual de sobras de gêneros alimentícios nos Estados Unidos é apenas *temporária.* Mas só os acontecimentos futuros poderão determinar a exatidão dêste enunciado.

Outra crítica à teoria maltusiana é que o seu creador parece não ter previsto o recente dsenvolvimento, nas nações ocidentais, do movimento de "birth control", de limitação de natalidade, que em vários países já vem abrandando consideràvelmente o aumento de população.

Nota que um dos mais interessantes estudos de poulação feitos nos Estados Unidos (o de Walker), verificou que a entrada de milhões de imigrantes nos Estados Unidos aparentemente não resultou em aumento proporcional da população. Walker descobriu que depois da década 1840-1850 (isto é, a era em que o vasto movimento imigratório para os Estados Unidos começou a tomar vulto) o aumento da população não foi superior ao que normalmente seria de esperar-se ùnicamente pelos nascimentos de crianças de pais nativos, tomando por base as taxas anteriormente dominantes.

A verificação dêstes fatos — continua a exteriorizar-se o articulista — indicou que a imigração tinha produzido, na população uma mudança mais qualitativa que quantitativa. A entrada de milhões de imigrantes tinha estabelecido rigorosa competição entre os nativos de um lado, e os recém-vindos de outro. Afim de manter um elevado padrão de vida em face dêstes milhões de pessoas que entravam e que eram portadoras de um padrão de vida baixo, os nativos norte-americanos viram-se forçados a reduzir o tamanho de suas famílias. Tendo de escolher entre as duas alternativas, de um lado baixar o padrão de vida próprio e de seus filhos, de outro lado limitar o número de filhos, escolheram a última. O que afinal se deu foi a substituïção, sem violência e sem conflito armado, de um grupo de população (os norte-americanos nativos) por outro grupo de população (os imigrantes).

Encerrando, escreve o prof. Donald Pierson: "Existe na sociedade ocidental moderna uma tendência constante para uma substituïção interna de certas partes de população por outras provenientes de classes diferentes; isto é, as classes econômicas e sociais *mais baixas* tendem a extinguir-se sendo forçadas a renovar-se recrutando seus membros em outras classes".

★

### Distribuïção Geográfica da Carnaúba

No *Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo,* n.º 9, ano 1, saído a 26 de junho do corrente ano, o Sr. R. P. Castelo Branco publicou um trabalho intitulado "A Carnaúba — Uma Fortuna a explorar", bastante informativo sôbre essa planta brasileira.

Começa o Sr. Castelo Branco notando que a carnaúbeira parece indiferente aos acidentes de terreno. Sua resistência é extraordinária. Viceja em vales e açudes, como em serrotes ou chapadões ressequidos. Desconhece moléstias. Respeitam-na os parasitas. Sua semente tem vitalidade extraordinária: atravessa, às vêzes, um ou dois anos sem apodrecer.

Graças a isto talvez, — prossegue o articulista — ela é encontrada nas mais diversas categorias geográficas: nos baixios aluviais do Araguaia e do Parnaíba, nos capoeirões saarizados do Ceará, nos planaltos de Mato Grosso e de Goiaz, ou nas terras baixas do Paraguai e da Bolívia.

Se a palmeira, entretanto, é assim fácil, o mesmo não sucede com sua cêra. Porque esta é um processo natural de que seu organismo se vale, para auto defesa, nas zonas sêcas. Assim, ao mesmo tempo que suas raízes procuram água no sub-solo para manter a exsitência, suas fôlhas segregam um pó cinzento, que se deposita em tôda a sua superfície, em fina camada, obstruindo os poros e evitando a transpiração da água, pela impermeabilização da fôlha. Tanto maior seja a sêca, maior é a secreção do pó e sua ação protetora. Ao contrário, nos climas úmidos, a transpiração se atenua e, conseqüentemente, a palmeira não sente a necessidade de proteger suas reservas dágua, pela secreção da cêra.

Esclarece o Sr. Castelo Branco que isto explica o motivo pelo qual a formação da cêra é pràticamente insignificante nos imensos carnaubais da Amazônia, do Chaco e do Planalto Central, ao mesmo tempo que atinge o seu máximo no semi-árido Nordeste brasileiro.

Deste modo, conquanto a carnaúba seja encontrada em outros Estados do Brasil, e mesmo fora do país, a única zona cerífera realmente produtiva em todo o mundo está circunscrita no Nordeste, principalmente à zona que vai do Piauí ao Rio Grande do Norte.

A situação geográfica da palmeira não se limita a influir na quantidade de sua produção. Vai além, condicionando, também, a própria qualidade. Verifica-se assim que, mesmo dentro da zona cerífera nordestina, há terrenos mais ou menos propícios à indústria extrativa da cêra. Os melhores são os chamados *tesos,* lugares altos, duros e compostos de uma mistura de areia e detritos aluviais. Nos carnaübais dêstes terrenos se obtem uma média de uma arroba de cêra para cada 1 000 palhas, enquanto nos demais são necessárias no mínimo 1 800 palhas, para a extração de idêntica quantidade.

Diz ainda o Sr. Castelo Branco que por outra lado, a cêra dos *tesos* apresenta qualidade superior, ao ponto de se confundir a *cêra da palha,* dessas zonas, com a *cêra dos olhos* — o melhor dos tipos — tirada de carnaübais de outra natureza de terreno.

★

### Nossas riquezas minerais e a guerra

E' muito antigo o hábito brasileiro de nos orgulharmos dos tesouros da terra. Talvez a tradição venha de longe, do próprio Vaz de Ca-

minha, o deslumbrado repórter cabralino. O fato é que aquele hábito encerrava uma crença, u'a maneira de conceber o Brasil, uma quase religião. Vivíamos com o cérebro cheio de esmeraldas, montanhas de ferro, ouro —e as mãos vazias. Sim, eramos um povo pobre, vivendo num dos cenários mais opulentos do mundo. Enfim, quebrou-se o rotinismo de uma simples atividade agrícola, combateu-se o imaginantismo — e compreendemos que o narcisismo geográfico é tão pernicioso quanto o outro, o individual.

Hoje, em vez das atividades retóricas, procuramos, sèriamente, conhecer — para melhor possuir o patrimônio físico nacional. Êste, pelo menos, é o pensamento básico das nossas modernas elites dirigentes. Agora, com a guerra, adquiriu êsse problema um aspecto mais importante ainda. Possuindo em nosso território, reservas materiais de valor inestimável, tornou-se inadiável esclarecer o povo, dar-lhe uma conciência dessa riqueza que, afinal, é sua — porque é do Brasil.

Entre outras instituïções, a Legião Brasileira de Assistência estabeleceu normas gerais, destinadas a orientar quaisquer atividades educativas neste sentido. Seguindo essa orientação. o sr. Jonas Correia, Secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, acaba de resolver que se imprima uma feição pedagógica às atividades do Museu Central Escolar, juntando: "com uma orientação prática, quanto à aplicação das nossas riquezas minerais em relação à economia de guerra. Recomenda ainda a promoção de palestras semanais, no "auditorium", e a organização de documentários, com o objeto técnico de demonstrar como serão superintendidas pelo Departamento de História e Documentação daquela Secretaria.

**Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.**

## A Ciência Geográfica e as realidades nacionais

O evento da geografia explicativa é recente. Talvez, por isso mesmo perdure, ainda, entre nós, um ceticismo, e por que não dizer mesmo, uma lamentável negligência a respeito dos problemas geográficos em geral, no que êles têm de preciso, objetivo e científico.

Explica-se o fato pelo velhíssimo unilateralismo tão próprio da infância do pensamento humano, que nunca vislumbrava a geografia além de simples matéria de utilidade imediata disposta tão sòmente para servir de guia ou de elmento informativo, digamos melhor, tudo a reduzir-se pela representação ou pela nomenclatura.

Daí por certo a generalização no tempo, entre a grande massa dos indiferentes da geografia, desta tendência muito cômoda de espiá-la como mero abedecedário, como um catálogo de acidentes da superfície terrestre sem a preocupação de querer ver ou mesmo de reconhecer na geografia um campo vasto e aberto para a especulação intelectual.

Por isso mesmo quando insensìvelmente são levados a ela, não nos surpreendemos com as suas deduções irreais com as suas analogias e interpretações errôneas, seja quando soletram as cartas e os mapas, ou peor, quando se projetam afoitamente no livre campo da natureza espacial sem os fundamentos e os pontos de apôio essenciais. Se trabalham em sociologia, por exemplo, não são de se extranhar as omissões e impressões no estudo de um determinado quadro social, pois quando pretendem estabelecer relação com o meio não sabem precisá-lo convenientemente, e daí, por certo, um ensáio sociólogico subjetivo e apriorístico sem conformação com a realidade natural. Se militam em política, não raro acariciam planos de realizações públicas, sem levar em muita conta a natureza do ambiente em que pretendem realizar êsses empreendimentos. Quantos malôgros, quantos projetos abandonados, quantas obras perdidas. Achamos que seria demais exemplificar aquí fatos e ocorrências de pouca ou nenhuma explicabilidade pela percepção geográfica.

Tudo isso, porém, não é outra cousa senão a indiferença para a compreensão das relações de interdependência entre o solo, o clima e o homem, ações e reações que êstes fatores exercem entre si, e que só a geografia explicativa pode dar curso.

Tarefa deveras penosa tem sido esta, da qualificação científica da geografia, elaborada através dos tempos com longas interrupções é verdade, mas retomada sempre com vigor crescente, quando os progressos das ciências naturais têm permitido o conhecimento meticuloso dos elementos constitutivos da massa terrestre, e ainda nisto que as conexões existentes entre a natureza inanimada e a natureza vivente nos aparecem como tochas para alumiar os roteiros.

Mas são ainda essas conexões que se esbatem, nos lineamentos da geografia geral, quando particularizados os estudos numa dada região e num dado tempo (geografia regional) novos elementos de análise entram em jôgo.

Fato único na história das ciências, como tão bem assevera Camille Vallaux, pois isso não se passa em nenhuma outra parte.

Escreve a êste respeito o autor de *Les Sciences Géographiques*: — "Plus vous découvrez de variétés florales, plus la botanique se fortifie et se complète. Plus vous inventoriez d'espèces animales, plus la zoologie parait former un tout coordenée. Plus vous trouvez de fossiles et de divisions stratigraphiques, plus la geólogie elle même, malgré sa complexité, impose à l'esprit l'idée d'une suite sans hiatus et presque rationelle. Pour la géographie, c'est le contraire. Plus vous décrouvez et plus vous précisez de détails, moins l'ensemble apparaît. Tel est au moins, et très nettement, le stade actuel de la science".

E' o clássico retôrno do geral ao particular, que por seu turno vai exigir novas tentativas, novos esforços de condensação e agrupamento no afã de tornar inconfundíveis as identidades da natureza espacial. Mas se essas dificuldades são assim palpáveis, nem por isso se podem negar à geografia os foros de ciência autônoma que conquistou, seja no terreno descritivo como nos terrenos explicativo e dedutivo. E não são apenas as cartas com suas simples apresentações que nos podem precisar o conteúdo científico Mais do que elas, impõe-se sem dúvida o conceito da païsagem geográfica ou para alongar mais do ecúmeno geográfico, como diria Ratzel, com todos os seus fatores interdependentes; — solo, clima, homem. Pois é no estudo meticuloso das ações e reações entre êsses fatores, num determinado tempo, como tão bem nos ensina Everardo Backheuser, que a geografia se impõe definitivamente como ciência e com suas fronteiras delimitadas indiscutìvelmente.

Dito isto não é preciso muito esfôrço, para demonstrar a relevância que a geografia adquiriu no nosso tempo como ciência prática de primeira grandeza seja na explicação dos fenômenos verificados nas áreas de cada país ou de cada região, seja no próprio comportamento humano deante dos quadros naturais como resultado da interação que há entre o homem e o clima ou entre o homem e o solo.

E', assim, inquestionável o papel atribuído a essa ciência tão promissora na vida futura dos povos.

Sem dúvida é a geografia que nos dá a medida exata da realidade do meio em que vivemos, é ela que nos faz compreender as razões das dissimelhanças dos aglomerados humanos, seus modos de proceder no ecúmeno, suas possibilidades, seus progressos e suas deficiências. E assim, a divagar, nesta curta peregrinação mental somos levados naturalmente a estender o nosso pensamento para o Brasil, tão nosso, possuidor de um território tão vasto, cheio de tantas diferenciações e de tão largos espaços deshabitados, para concluir que mais de que qualquer outro país, o Brasil precisa de desenvolver cada vez mais a sua cultura geográfica, que já conta com tantas figuras exponenciais.

País novo, que se conquista cada dia, na posse lenta e efetiva do seu vasto "hinterland", precisa lògicamente de uma ciência que lhe permita o conhecimento objetivo e científico da terra, para que esta possa ser superiormente ocupada e racionalmente administrada. Com efeito, como proceder-se a um plano de colonização ou de imigração sem o conhecimento prévio do espaço que se pretende ocupar? Suponhamos vários espaços. Entre êsses, por exemplo, há sempre um mais aconselhável por sua topografia, por seu clima, pela qualidade de seu solo. Mas não é só isso.

Como compreender as interdependências regionais, as peculiaridades físicas e humanas das diferentes zonas do país, todo êsse cenário maravilhoso onde se adensa e se rarefaz uma so-

ciedade civilizada e progressista disposta a manter no espaço e no tempo a pátria una, indivisível?

Se não nos falha a memória foi o velho Estrabão que referindo-se à geografia, disse que ela deve ser escrita para o Estado.

Sem dúvida alguma, antes que qualquer outra ciência, a geografia é a ciência do Estado. A nosso ver, nenhum homem público deve iniciar-se na vida política de um país sem ter os conhecimentos indispensáveis da ciência geográfica. Não é o poeta, ou o artista, ou o filósofo, ou o bizantino discursador o indicado para as difíceis e ingratas tarefas da governança, mas aquele que amadureceu no estudo e no exame das realidades do seu país, e que por sua vez sabe como apresentar e solicionar-lhe os problemas.

No Brasil, nestes últimos tempos, o estudo da geografia tem tomado um grande e animador impulso. E isso, deve-se em grande parte ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que correspondendo amplamente aos fins para que foi criado, vem realizando uma fecunda obra de patriotismo e brasilidade.

No sentido de estudar cientificamente o território e o homem brasileiros e de fazer conhecer o Brasil a todos os brasileiros de boa vontade tem-se mostrado incansável o Conselho Nacional de Geografia através das suas já inumeráveis e acertadas iniciativas como a vitoriosa campanha das coordenadas geográficas, a organização de expedições científicas a várias regiões do país, as monografias municipais, a realização das tertúlias na sua sede onde são ventilados e debatidos os assuntos mais atraentes da geografia nacional, o Museu Geográfico, as edições da *Revista Brasileira de Geografia*, uma das mais preciosas publicações que conhecemos e que honra sobremaneira a cultura nacional, sem falar de tantas outras iniciativas de profunda significação e alto interêsse cultural.

Nesta hora de soerguimento nacional em que se procura dar um cunho objetivo e pragmático à solução dos nossos problemas é para a geografia que devemos olhar com todo carinho e com todo interêsse. Eis porque ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está reservado um relevante papel, na construção e no futuro do novo Brasil. — *Beneval de Oliveira.*

★

### A proclamação do Embaixador Macedo Soares aos geógrafos brasileiros

A proclamação que o Embaixador José Carlos de Macedo Soares dirigiu aos Geógrafos brasileiros, logo após o Brasil declarar guerra aos países totalitários é um dêsses documentos que a História registrará como peça reveladora de cultura e de senso das realidades nacionais.

Ainda recentemente o escritor Clóvis de Gusmão, em artigo assinado, que foi divulgado em todo o país, opinando sôbre os têrmos em que foi lançada a proclamação, acentuou:

"Mais do que nunca o Brasil precisa de se conhecer em todos os seus aspectos. E essa tarefa, penosa e bela ao mesmo tempo, mais do que nas épocas felizes precisa ser encarada em tôda a sua extensão. A geografia é uma valiosa ciência, auxiliar da estratégia; o plano de manobras táticas depende muito do monhecimento preciso do terreno em que se hão de desenvolver. Se essa proposição é verdadeira em países de tamanho reduzido, — argumentou o escritor — muito mais verdadeira se torna num país como o nosso, onde a diversidade do terreno e o relativo desconhecimento dos meios de comunicação podem se tornar, de um momento para outro, numa forma nítida de vantagens contra qualquer inimigo. As vitórias dos chineses e dos russos, são dois exemplos flagrantes das afirmativas que vimos de fazer, desenvolvendo o pensamento do grande estudioso da ciência geográfica que é o Embaixador Macedo Soares. Ainda recentemente surpreendiam-se os técnicos nazistas da ofensiva russa em Stalingrado, fora das linhas de estradas de ferro e por caminhos completamente desconhecidos. As ofensivas de inverno dos exércitos nacionais russos baseiam-se, do mesmo modo, no desconhecimento que os alemães têm de certos caminhos que êles propositadamente jamais permitiram que se fixasse em mapas. No caso chinês, a vitória tem sido também grandemente auxiliada pelo conhecimento geográfico da terra. Desde que, vencendo algumas dezenas de milhares de quilômetros, a indústria de Cantão foi transportada para Chug-King, através de mil peripécias e aventuras, que a extensão geográfica do país se tornou como que o fulcro de tôda a resistência. País imenso, semelhante em grandeza aos dois a que nos referimos, o Brasil só terá a lucrar usando da experiência por êles realizada e as palavras do Sr. Macedo Soares constituem, em última análise, um apêlo aos estudiosos da nossa geografia para que se mobilizem espiritualmente em benefício da prática, casando os seus conhecimentos quaisquer que êles sejam, aos dos nossos geógrafos militares. Do mesmo modo que o radiotelegrafista e o médico, o engenheiro e o operário de indústrias bélicas, — comentou o Sr. Clóvis de Gusmão — o geógrafo também tem uma missão a cumprir. Que essa tarefa é grande e magnífica, é o próprio Embaixador Macedo Soares quem nos mostra nesta sua proclamação.

★

### Revista Brasileira de Geografia

"Boas e más revistas" é o título de um recente artigo da lavra do Sr. Permínio Asfora, inserto no *Jornal de Alagôas*.

Nesse trabalho o escritor nordestino estendeu-se em interessantes observações àcêrca do movimento cultural brasileiro, fazendo com agudeza, um sucinto relato sôbre o que ocorre no País, quanto ao seu desenvolvimento literário.

Com referência às boas revistas — assevera o Sr. Permínio Asfora — que hoje em dia o Brasil conta com algumas delas: revistas sociais ou revistas de estudos, como é o caso (para citar um só exemplo) da *Revista Brasileira de Geografia*, órgão do Conselho Nacional de Geografia.

Quatro anos de circulação ininterrupta, tem essa Revista, depõe o escritor — e quatro anos de labor em prol da cultura do Brasil, é a sua história.

Com uma tiragem de vulto, essa publicação leva de três em três meses aos mais longínquos pontos do país, seu vasto repositório de informações geográficas e artigos, condensando o pensamento e a cultura das nossas maiores autoridades no assunto.

De cidades próximas ou de distantes localidades, chegam aplausos como êste do prefeito do município paulista de São João da Boa Vista.

"O magnífico estudo da Amazônia, a que é dedicado o exemplar acima referido, proclama, com segurança, não só o louvável empenho a que se propôs o Instituto, o valor e a idoneidade do seu documentário como, ainda, a capa-

cidade cultural dos ilustres membros dessa notável Corporação, que vem realizando, através de pesquisas pacientes, obra de sadio patriotismo".

Também o Padre Eurico Maria, de Altamira, no Estado do Pará, Alto Xingú, proclamou, depois de lêr um dos seus números dedicados à Amazônia, a excelência dessa publicação, como órgão informativo da geografia da própria região onde habita.

Como esta, algumas mais, como dissemos são as revistas que se editam hoje no Brasil, não se devendo esquecer o *Observador Econômico e Financeiro* e a *Revista Brasileira de Estatística*, conclue o escritor.

*

### Vazios demográficos e ocupação econômica

O Instituto de Estudos Brasileiros é uma de nossas associações culturais que mais procura no seu programa de realizações servir ao Brasil. Sustenta-o, em atividade ininterrupta, uma plêiade brilhante de intelectuais patrícios, homens que romperam definitivamente com a tradição bacharelesca e, sem complicações retóricas, sem veleidades literárias, com um máximo de realismo e de objetividade científica discutem e sistematizam os problemas nacionais. Sim, o "por que me ufanismo" áj passou de época; vivemos o momento de Alberto Tôrres, do patriotismo conciente — do patriotismo que seja mais uma *vontade*, do que um *entusiasmo*. Êste é, de fato, o estado de espírito que caracteriza os membros do I.E.B. Espêlho dessas discussões lúcidas, dessas conversas patriótica, é a publicação bimestral *"Estudos Brasileiros"*, editado por êle.

Pois bem, no 7.º volume desta revista, correspondente ao 2.º semestre de 1942, foi publicado um substancioso comentário subscrito pelo Sr. Edgar Teixeira Leite, sôbre o Cartograma da Densidade Demográfica do Brasil, editado pelo I.B.G.E.

Dissemos substancioso porque o Sr. Teixeira Leite feriu o assunto, no ponto crucial, defendendo a tese de uma "ocupação econômica do território pátrio".

Escreveu um dos nossos maiores sociológos que a impressão mais forte trazida pelo viajante de uma excursão pelo interior é a sensação de *vácuo*, de ausência humana; o território ainda é grande demais para sua população Extensões ubérrimas permanecem abandonadas, rios navegáveis subsistem inavegados, potenciais hidráulicos, vegetais, minerais, ainda esperam — intactos — o Fernão Dias Pais Leme que há de surgir — para garimpá-los. E é um problema nacional povoar essa imensidade, mobilizar essas riquezas. Judicioasamente considera o Sr. Teixeira Leite, de início:

Representando no mapa do país, por várias colocações, a distribuição de sua população, tem-se, de um golpe, idéia bem exata da desocupação demográfica do nosso território.

Manchas mais escuras, em certos pontos do litoral, e depois, em côres cada vez mais esbatidas, o grande Brasil, desocupado, a espera de homens e de capitais, para promover o desenvolvimento de suas riquezas.

Da densidade máxima do Distrito Federal, com 1 500 habitantes por quilômetro quadrado, passamos a 0,7 no Pará, a 0,5 no Acre, a 0,3 no Amazonas e também 0,3 em Mato Grosso, justamente as regiões, que reünidas representam mais de 50% do nosso território *

| | | |
|---|---|---|
| Acre ..... | 148 027 kls. | 81 326 habs. |
| Amazonas ..... | 1 825 997 kls. | 453 233 habs. |
| Pará ..... | 1 362 966 kls. | 956 870 habs. |
| Mato Grosso .. | 1 447 041 kls. | 434 265 habs. |
| Goiaz ..... | 661 140 kls. | 832 869 habs. |
| | 5 445 171 kls. | 2 758 563 habs. |

Há, num dos Estados acima mencionados, um município —Altamira, nas margens do rio Xingú, que tendo uma extensão de 283 000 quilômetros quadrados, conta apenas 175 habitantes. Cento e setenta e cinco habitantes!

Êste município tem a mesma superfície do Rio Grande do Sul. Imagine-se, para se ter idéia da situação, o grande Estado sulino com 175 habitantes apenas!

Êste vazio demográfico, se, econômicamente poderia representar reservas para o futuro, de terra e matérias primas, caso fôssem trechos bem delimitados do território nacional, deliberadamente reservados para êste fim, e em mãos de nação forte militarmente, constitue, sem sombra de dúvida, para nós, uma ameaça e um perigo.

Nessa época, de angústia de espaço vital, e alta industrialização, em que a procura das matérias primas é geratriz de conflitos e lutas, são extremamente perigosos os vazios demográficos, atraindo, e até certo ponto justificando, o apetite e cobiça dos imperialismos agressivos.

Mais adiante prossegue o articulista:

O que urge — quer para os territórios já habitados, quer para os que ainda estão vazios — é efetuar a "ocupação econômica", que é a única verdadeiramente eficiente, fazendo de cada habitante um instrumento criador de riqueza.

Cumpre na verdade modificar a situação da maior parte de nossa população, que vive à margem de nossa economia, numa existência de sub-consumo, próxima da miséria.

Só assim, será identificada com a terra, não como hóspede de passagem, desinteressada de sua sorte, explorando-a "à moda tapuia" — pela queima e exgotamento e depois pelo abandono, convertendo-se em tapera e sapesal.

Então é que terá razões para defendê-la, quando vir periclitando o seu destino, esforçando-se pela melhoria de suas condições.

Adquirirá, com a posse real do solo, *o sentido profundamente nacionalista que devemos incutir ao nosso povo: a sua integração no ecúmeno, que os nossos maiores nos legaram e não apenas um patriotismo imaginoso, de símbolos e palavras, cujo fulgor literário, não encontra na realidade o seu complemento eficaz que é o da ocupação real da terra que cultiva, e que trabalha.* (o grifo é nosso).

O desequilíbrio, tantas vêzes citado e repetido entre a vida dos grandes centros demográficos e a hinterlândia, precisa desaparecer.

Mas, não se realiza isso apenas, com as palavras, cartazes e irradiações.

Cumpre dar a tôda propaganda, para que se torne eficaz "pontos de apôio", de caráter econômico, que sirvam de ação a dois movimentos que é preciso incentivar.

O primeiro — e talvez o mais importante — é deter a "marcha para este" isto é, das populações da hinterlândia, atraídas pela vida

* O quadro abaixo é de acôrdo com os dados preliminares do Censo de 1940.

dos centros urbanos, situados no litoral, que vai se processando de um modo tão evidente, que se patenteia aos olhos menos atentos.

O outro — é o encaminhamento para o interior das "populações marginais" das grandes cidades, que vivem numa situação precaríssima, de quase parasitismo e de que temos, nos milhares de "mocambeiros" do Recife, talvez o exemplo mais frisante, em todo o país.

A recente crise de combustível veio demonstrar, à evidência, que o problema de transporte está situado como talvez o mais importante, entre os de ordem econômica.

Com razão a distância foi classificada como inimigo número um da economia nacional. Em qualquer dos instrumentos de que a vida moderna dispõe para combatê-la, comunicações rodoviárias, ferroviárias, aéreas, fluviais ou marítimas, a nossa deficiência é patente.

Em 1940, informam estatísticas oficiais, trafegavam nas cidades e estradas brasileiras, assegurando a vida de relação, do nosso debilitado e incipiente organismo econômico, cêrca de 230 000 veículos automóveis. Dentre êles, cêrca de 90 000 caminhões. Vastas regiões, onde existem centros importantes de produção e distribuïção, dependem, inteiramente, do transporte automóvel e sua vida de relação está sob a ameaça de colapso deante da crise de combustível.

Estradas em que antes trafegavam 800 a 1 000 veículos, por dia, estão quase desertas e isso apenas no início da crise.

Declara, então o Sr. Teixeira Leite:

"Daí, a necessidade urgente de se dar ao problema do transporte rodoviário, sob o asdecto de combustível, soluções nacionais, dentre as quais se destacam a do alcool carburante e o gasogênio e que precisam ser organizadas, não apenas, como situação de emergência mas com caráter permanetne e definitivo".

★

### Localização, idéia fundamental da Geografia moderna

O que nos ensina a Geografia? indagou recentemente o *Boletim del Serviço de Informacion Pedagogica, do Mexico*. Eis uma pergunta que a muitos parecerá talvez supérflua, continua o referido periódico. Desde tempo imemorial, a Geografia escolar se tem dividido em astrônomica, física e política, conforme descreve a Terra considerada como astro, como corpo físico, cenário de diversos fenômenos e como morada do homem. Os fatos de que a Geografia parece ocupar-se de acôrdo com essa divisão, pertencem a diversas ciências — (A Astronomia, a Geologia, a Meteorologia, a Etnologia, etc.) e nenhuma delas, sob nenhum de seus aspectos parece ter justificada sua classificação nesta ciência complexa chamada pelos gregos *geografia* querendo significar com esta palavra *descrição da Terra*.

A forma mesma de apresentação de tais fatos nos tratados de Geografia serve de motivo para confusão, uma vez que a descrição de determinados fenômenos das categorias indicadas só se faz precindindo-se do fato fundamental geográfico, isto é, de sua referência a determinado lugar do planeta. A falta desta consideração nos tratados escolares, levou muitos autores a acrescentar às partes citadas mais uma a que deram o nome redundante e absurdo de *geografia descritiva*, como se o próprio nome desta ciência não encerre, em sua composição etimológica, a idéia de descrição.

Tem havido, não obstante necessidade de se encontrar justificativa para inclusão desta ciência nos planos escolares e ainda mais forçar a filosofia positivista moderna a fazer uma classificação acertada das ciências pelos fatos enquadrados dentro dos limites privativos de seu estudo; chegou-se quase até a exclusão da mesma por não encontrar fatos especiais que pudessem caber dentro do campo pròpriamente geográfico sem que fôssem objetos de outros ramos do saber. Pensou-se, então, com grande acêrto, que não eram os fatos por sí mesmos que caracterizavam uma ciência, mas o *ponto de vista*, do qual esta as considerava. A História, por exemplo, se ocupa dos fatos, não como tais, simplesmente mas como acontecidos em época determinada, o mesmo poderia ser atribuído à Geografia; não são os rios, nem as montanhas, nem os meteóros, nem as raças, nem os costumes humanos, nem as plantas, nem os animais, etc., o que interessa em sí à Geografia, mas o fato de que tais fenômenos radicam ou se produzem em determinado lugar de nosso planeta. A idéia de *localização* é precisamente a que serve de ponto de referência para a caracterização privativa dos fatos geográficos, isto é, dos fenômenos tanto naturais como humanos, de que se ocupa a Geografia.

**Colabore com êste "Boletim" que é bibliográfico, enviando-lhe livros de sua autoria ou disponíveis em duplicatas, e que ofereçam interêsse geográfico.**

*Contribuïção didática*

# Geografia das linguas *

DELGADO DE CARVALHO
Professor da Faculdade Nacional de Filosofia e membro do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia e da "Biblioteca Geográfica Brasileira".

## I — Definições prévias

"Geografia das línguas" e "Geografia linguística" não me parecem ser expressões equivalentes. Ambas são do domínio da Geografia Humana, que abrange tôdas as manifestações culturais diferenciadas pelos meios geográficos. Mas geografia das línguas supõe a história da formação da área geográfica de certas línguas, independentemente dos fenômenos linguísticos pròpriamente ditos, enquanto que geografia linguística se aplica antes às influências geográficas que modificam as palavras, os têrmos, as expressões e alteram, no espaço, o seu uso, sua significação ou sua intonação. "A geografia linguística, diz Albert Dauzat, tem por fim essencial reconstituir a história das palavras, das flexões, dos agrupamentos sintáxicos, segundo a distribuïção das formas e dos tipos atuais. Esta distribuïção não resulta do acaso; é função do passado e também das condições geográficas e do meio, com o qual o homem é solidário". E como exemplo cita a palavra *abelha,* chamada, segundo a região francesa considerada, "mouche à miel", "avette", "abelho" ou "essette". O escopo da geografia das línguas é antes o estudo da distribuïção geográfica atual, determinada pela expansão dos idiomas e resultante de condições mesológicas as quais, aliás, não ficam alheias à geografia linguística.

Uma sugestiva e interessante pesquisa de *Geografia Linguística* foi feita, entre nós, pelo Comandante Eugênio de Castro, em 1941. Numa primeira parte de seu trabalho, procurou no vocabulário tecnológico da marinha brasileira, as palavras e os têrmos provenientes das três fontes principais que estuda: os *Vikings,* navegantes escandinavos do VIII° e do IX° séculos; os *Normandos* no X° século; os *marinheiros do Mediterrâneo* do XIII° ao XVIII° séculos. Na segunda parte da obra, examina o autor o *Litoral,* fator de mestiçagem da língua portuguesa onde cada núcleo apresenta suas caracteristicas, segundo a natureza das influências sociais predominantes. Examina em seguida o *Sertão,* onde distingue focos linguísticos determinados: a "geografia do gado", com irradiação do vale do São Francisco, a "geografia das bandeiras", com irradiação paulista principalmente e a "geografia da canoa ou montaria", penetrando pelo Maranhão e pela Amazônia. Ao pesquisar a linguística do Sertão, determina Eugênio de Castro, as influências que cabem à vida no *engenho,* à vida nas *minas,* à vida nos *cafezais,* à vida dos *praieiros,* dos *tropeiros* e *boiadeiros.*

Duas *línguas* pertencem à mesma família quando são diferenciações de uma mesma língua anteriormente falada .

O *latim,* por exemplo, foi a língua falada e usada pelas classes cultivadas do Império Romano ocidental, nos centros mais importantes. Em cada uma das províncias, Gália, Espanha, África, ela se achou em situações diversas. Foi evoluindo insensìvelmente em cada região.

Quando no IX° século foi tentada a restauração dos estudos clássicos, perceberam os francos que a língua que falavam não era mais o latim correto, mas o românico (juramento de Strasburgo em 842).

---

* N. R. — O presente estudo e os que serão publicados nos números seguintes do *Boletim,* constituiram temas de aulas proferidas pelo professor Carlos Delgado de Carvalho, na extinta Universidade do Distrito Federal.

A passagem do latim para o italiano, o francês, o espanhol, o português e o rumaico foi insensível, pois continuavam os provincianos a julgar que falavam a mesma língua.

Mas nem sempre pode ser traçada a origem e a formação de uma língua.

A *família eslava* é um exemplo da dificuldade que há em demonstrar històricamente a existência de uma língua eslava comum. O russo, o polonês, o tchéco, o servo-croata e o búlgaro levam, pelas suas semelhanças, a supôr que existiu uma *língua eslava comum*, anterior ao IX° século de nossa era. Apesar das diferenças de pronúncia, de gramática, de vocabulário, há tais concordâncias que não se pode deixar de admitir um original, desconhecido de nós, porque escapou muito tempo à influência da civilização mediterrânea.

Do mesmo modo, deve ter existido até o IV° ou V° século antes de Cristo uma *língua germânica comum* da qual saíram o alemão, inglês, o flamengo-holandês, o suéco e o dinamarquês-norueguês. (Durst, thirst, törst = sêde).

É, em geral, nas formas mais antigas destas mesmas línguas diferenciadas que se encontram os pontos de contacto. O caso do anglo-saxônio, com suas declinações é típico. Quando faltam êstes elos, a demonstração histórica é mais difícil.

Como, porém, certas línguas do grupo indo-europeu começaram a ser escritas sete séculos antes da era cristã, as formas arcaicas fixadas na grafia permitiram traçar a prehistória do grupo (textos védicos, o iraniano de Dario, os textos do zoroastrismo, língua homérica).

Daí o fato de ser o grupo mais conhecido e estudado; daí também uma tendência de quererem os filólogos traçar origens arianas a muitas línguas como o *etrusco*, o *basco*, que não se prestam a semelhante filiação.

Não concordam com o indo-europeu primitivo comum o grupo *semítico*, nem o *fino-ugriano*.

No estado atual dos conhecimentos, não se pode dizer que tôdas as línguas faladas sejam continuações de uma mesma língua.

As condições geográficas atuam sôbre a evolução das línguas e sua diferenciação do seguinte modo: quando elas se conservam muito tempo semelhantes com poucas alterações, é porque as populações que as usam sofreram poucas misturas, como é o caso das línguas da Polinésia. Quando, ao contrário, falta homogeneidade às populações, os idiomas se juxtapõem e muitos são levados por necessidade a adotar nova língua. O mesmo se dá quando há época de grandes alterações sociais, como foi, por exemplo, o caso do latim, do III ao IX° século. Há pois períodos em que as línguas mudam muito e ràpidamente e outros de alteração lenta. O caso de Caxton é típico: já não entendia mais, quando velho, a língua de sua infância.

## II — Língua e Raça

Não há necessàriamente uma ligação entre *língua* e *raça*. O inglês, por exemplo, é o resultado de elementos bretões, anglo-saxões, escandinavos e franco-normandos. A língua entretanto é germânica. A juxtaposição do francês é interessante e leva a reimportações curiosas (*bougette*, pequeno saco de couro, deu *budget* em inglês e foi reimportado, em França, com o vocabulário parlamentar).

Muitas vêzes, certas línguas ficam isoladas num meio, formando ilhotas (francês no Canadá).

Seria pouco acertado agrupar as línguas faladas segundo o tipo físico dos grupos que as falam, mas existem entretanto algumas concordâncias. Estas concordâncias resultam da evolução divergente de um pequeno número de línguas mais antigas sôbre as quais influíram fatores históricos e geográficos, que também determinaram diferenciações nos grupos humanos. Mas nunca coincidem perfeitamente os limites de uma língua com os limites de um tipo somático.

Fala-se com insistência numa raça judaica; entretanto não há língua judaica própria. Os israelitas falam as línguas dos grupos em que vivem. O *hebreu* que alguns falam ou cultivam foi aprendido por êles por nacionalismo, desejo de manter uma tradição; como na Idade Média, usava-se o latim, o hebreu é também uma língua morta.

Quanto ao *Yiddish*, a língua mais corrente entre os judeus, a sua origem é alemã e medieval. Foi a língua falada pelos israelitas da Renânia emigrados para a Polônia. Durante as primeiras cruzadas, no fim do século XII principalmente, as comunidades judaicas alemãs formaram uma corrente migratória para Cracôvia, Posen, Kalisch e a Sibéria. Pelo seu número e pela sua superioridade intelectual ocuparam, aos poucos, os judeus uma situação social e econômica intermediária entre os nobres e os servos. O comércio israelita transplantou assim um *ramo do baixo-alemão* de vocábulos e construções germânicas, com expressões hebráicas e aquisições eslavas, o *zhargon*. Êstes elementos, geogràficamente segregados, constituíram tôda uma literatura de lendas e orações, sem gramática nem regras fixas, mas rica em suas fontes. Foi no princípio do século XIX que se iniciou, em Berlim, um movimento renovador, o Haskalah, para tornar a língua literária por meio de boas traduções (Moses Mendelssohn). Na Rússia, também, depois de 1880, houve um renascimento do *Yiddish*: contos (Spektor), poesias (Frug) e romances foram então escritos. Nos Estados Unidos, tornou-se língua jornalística e teatral. Êste caso linguístico do *Yiddish* é um exemplo típico da dispersão geográfica do povo israelita e marca um dos episódios de suas migrações pelo mundo.

As diferenças sociais não constituem um obstáculo à perfeita unidade de língua. A Gália, a Espanha são pouco latinas de raça e entretanto aceitaram o latim como veículo da civilização latina.

Do mesmo modo é inexato afirmar a existência de uma *raça ariana*, simplesmente porque existiu uma língua comum, o ariano, língua indo-européia da qual procedem línguas atuais, entre as quais o sânscrito é das formas mais antigas. (Ariano hoje é, com justiça, um indú do N.O. da Índia ou um persa, pensa Meillet).

No correr da história, não há povo que não tenha, mais de uma vez, alterado sua língua; as variações se operam de uma geração para outra, embora, nos últimos séculos, a imprensa tenha influído para uniformização, fixação e duração das línguas literárias.

## III — Língua e Nação

Em compensação existe uma relação entre a *língua* e o *povo*, ou grupo nacional. O império austríaco tinha em si elementos de decomposição que evidenciavam línguas diferentes: alemão, tchéco, esloveno, italiano, húngaro, rumaico, polonês.

Quando numa região o espírito nacionalista ou separatista alcança uma certa fôrça, êle procura refugiar-se em uma língua nacional: é o que tenta fazer a Irlanda; mas é custoso reviver uma língua que morre.

Ao contrário, o bretão, o procençal, em França, conservam as suas línguas dialetos, mas isso não enfraquece o seu nacionalismo. O mesmo se dá na Suíça e na Bélgica. Isso porque, exatamente, além do conceito de povo, há a entidade de Nação que é mais precisa, mais elevada.

Os povos se misturam, as nações não. A língua não é indispensável ao querer-viver juntos, embora de grande auxílio; a vontade é que faz a nação; a língua, quando muito, como a religião, os costumes e as tradições, constitue os povos. Onde se atenuam as diferenças linguísticas atenuam-se também as diferenças outras e consolida-se o espírito nacional.

A língua caracteriza um povo e não forçosamente uma nação, porque a língua falada e escrita é que determina a unidade de cultura. O próprio império romano só era latino de língua, na sua parte itálica e ocidental; o Oriente conservou-se grego, apesar da perda de independência política.

Uma cultura mal pode sobreviver às condições que a criaram; daí a dificuldade de manter artificialmente a língua que a representou: é o caso do *Yidish* nos Estados Unidos. A língua vale o que vale ainda a civilização que representa. Em França, por exemplo, o provençal foi no XIII$^{o}$ século a língua de uma cultura brilhante; o latim era então a língua sábia; mas quando o francês do norte se constituiu também em língua sábia, a cultura própria do sul entrou em decadência. Dela hoje só subsistem vestígios e obras poéticas.

Pelas mesmas razões decaíram o egípcio e o armênio e continua a viver o arabe.

Quanto mais extensa a sua área geográfica, mais útil é uma língua e as populações que vivem no isolamento geográfico regional, se querem participar da civilização de seu tempo e conservar a sua língua, precisam ser bilingues. É o caso de grande número de grupos nos países de cultura antiga, como a França e a Alemanha.

Nestes países são agentes unificadores da língua, a escola, o exército, a administração e os negócios em geral que só usam a língua nacional. A língua comum é a única que os habitantes de regiões diferentes possam utilizar para comunicar entre si.

A unidade linguística, no império romano, foi o resultado de vias de comunicações relativamente rápidas, de bôas estradas principalmente.

O crescimento das cidades, pelos seus negócios, pelo afluxo de populações de regiões diversas, pelos seus múltiplos contatos são centros de formação de língua comum. As regiões rurais escapam mais fàcilmente à ação do Estado e dos negócios, por isso, conservam mais tempo o seu linguajar.

As grandes vias comerciais que ligam cidades são também elementos de unificação linguística. As regiões que ficam afastadas conservam mais tempo os dialetos locais. Pouco a pouco, entretanto, as diferenciações vão se apagando. Algumas porém, quando o seu vocabulário se afasta mais do da língua comum, apresentam maior resistência porque não sofrem tão fàcilmente a influência de uma língua parecida.

Para que uma língua comum possa se superpor às línguas locais e se tornar universal, isto é, compreendida também no estrangeiro, é indispensável que se torne rígida e fixa; qualquer desvio nela é incorreção.

No Império Romano, o uso do latim resultou da necessidade dos habitantes de regiões afastadas, não dotadas de língua comum, se entenderem e comunicarem. Onde existia uma língua comum, no caso, o grego, não foi tomado emprestado o latim que ficou sendo mais usado na parte ocidental do Império. As colônias romanas foram pontos de difusão; a aristocracia gaulesa adotou o latim para conservar seus privilégios e cultura. Já na Grã-Bretanha e nos Pirineus, onde Roma efetuou uma ocupação menos completa, subsistiram o céltico e o basco. O francês do Norte foi mais diretamente influenciado pelo latim por causa da ocupação militar da linha defensiva do Reno. O mesmo se deu na Ilíria e na Dácia, onde as legiões do Danúbio implantaram o latim, hoje rumaico.

A êste propósito, diz o professor Ernesto Faria, em livro recente:

"Com a expansão romana, tendo o latim sido levado pelos legionários a grande parte da Europa Ocidental, até a Bética e a Lusitânia, e também a boa parte da Europa Oriental, o idioma do Lácio deveria tornar-se a língua oficial de todo o Império Romano, que formaria assim uma grande unidade linguística, igual à unidade política.

Entretanto, não se deu isto. Se o latim era implantado com facilidade no ocidente, não conseguia no oriente, pela vizinhança do grego, língua de uma civilização superior à de Roma, ser adotado pelas populações locais. "Tudo o que no Império Romano era de civilização grega permaneceu fiel ao helenismo, exceto as cidades gregas das costas meridionais da Itália, e das costas da Sicília; a separação do Império, em Império do Oriente, de língua grega, e Império do Ocidente, de língua latina, corresponde a uma realidade" (citado de A. Bain).

Uma vez aceito, pelos povos do Ocidente, o latim, que era a língua de uma grande civilização, em breve se tornava em fator decisivo de romanização. Centros notáveis de cultura criavam-se nas províncias, do que dá prova o número de poetas e prosadores latinos delas oriundos.

O que V. Chapot diz das cidades da Espanha pode estender-se a grande parte das do Ocidente: "As cidades amalgamavam uma população cosmopolita, da qual o latim foi forçosamente a língua comum".

Com o tempo, completando-se êste trabalho de romanização, as línguas indígenas iam cedendo inteiramente, refugiando-se nas montanhas, dominando inteiramente o latim sob a sua dupla forma: "o sermo nobilis", língua literária das obras de literatura, dos tratados e das escolas e o "sermo rusticus", "plebeius" ou "castrensis", a linguagem dos legionários e colonos e falada pelas populações locais. Isto aconteceu não porque essas línguas deixassem inteiramente de ser

empregadas, mas porque, como observa Bourciez, "não atendiam mais às necessidades de uma nova civilização, nem às relações que se tornavam mais freqüentes entre as diversas partes do Império e sobretudo com a metrópole".

Com a queda e o desmembramento do Império Romano pelo Vº século, o latim, não tendo mais o poder centralizador e revitalizador de Roma, nem a influência das escolas, entrou a se desenvolver independentemente em cada província, originando além das grandes línguas românicas um sem número de dialetos.

Explica-se ainda esta diferenciação por outros fatores como o histórico, o etnológico e o político-comercial.

Meyer-Lübke não dá grande importância aos primeiros dois fatores pois do histórico afirma: "a diferente antiguidade do latim nos diversos países pode explicar diferenças dentro das línguas românicas, mas não a própria diferença destas línguas entre si". Do segundo acrescenta: "até agora só em limitadíssimos casos se conseguiu provar a influência etnológica". Do terceiro ao contrário faz grande cabedal, pois acha que: "um aspecto importante, talvez o mais importante, é-nos subministrado pelas "relações comerciais". Brugmann emite a mesma opinião em sua gramática comparada das línguas indo-européias. Bourciez, ao contrário, insiste no aspecto etnológico: "por outro lado, os diversos países estando ocupados por invasores distintos e submetidos a regimes políticos particulares, os povos não comunicaram mais entre si, como haviam feito nos tempos do Império: seguiu-se daí que a diferenciação que já estava feita em germen nas diversas partes da România se acelerou ràpidamente", etc.

Êste era o fato geral. Contudo individualmente continuava o latim a ser estudado, lido e escrito. Sendo a língua do direito, era-o dos tabeliães, que, se pelo abaixamento do nível cultural apenas usavam de um latim, que não era nem clássico nem popular, já então romance, mas bárbaro, pela intenção procuravam aproximar-se das boas normas da linguagem dos juristas romanos. Aliás, é sabido que com Carlos Magno, Alcuino, encarregado da restauração do ensino, provocou uma pequena renascença dos estudos latinos. Por outro lado, nos mosteiros, continuou-se a escrever em latim aproximadamente clássico.

Enfim, com a criação das universidades, ia o latim voltar a ter numerosos cultores, sendo, desde então, a língua da ciência, e como tal, se prolongando até princípios do século passado.

Ora, o predomínio do latim durante vinte séculos na Europa Ocidental, não poderia deixar de ter conseqüências apreciáveis.

E de fato: "tôdas as línguas modernas da Europa Ocidental estão cheias de latim, mesmo aquelas que mais parecem dele estar inteiramente independentes". (Ernesto Faria — *O Latim e a cultura contemporânea,* págs. 86 a 88).

Assim serviu a língua de Roma de núcleo ao redor do qual se organizaram as diferentes línguas que o afastamento geográfico, as dificuldades de comunicação, determinadas pela decadência da civilização romana fizeram brotar nas diferentes províncias do Império. A implantação de uma língua comum é antes o resultado de um interêsse dos indivíduos do que de uma imposição política e a duração desta língua se acha ligada à persistência dêste interêsse, dos serviços políticos, do prestígio cultural e social que representa. É assim que vai resistindo o árabe, principalmente como língua religiosa e de cultura.

A história parece demonstrar que o comércio não impõe tão completamente uma língua, apesar de auxiliar na sua difusão: na Antiguidade, o fenício não venceu o grego, apesar de sua expansão geográfica; na Idade Média, a Hansa não defendia o baixo-alemão, que se conservou como dialeto.

As tendências sociais do homem à imitação levam, de outro lado, ao estudo das línguas de cultura, reservando às línguas locais as relações privadas. Não só estas últimas línguas ficam influenciadas, no seu vocabulário pelas línguas de cultura, como tendem mesmo a desaparecer quando, às gerações *bilinguais* sucedem gerações que desprezam o linguajar local.

Ilhotas de línguas em via de extinção se encontram freqüentemente; nas regiões montanhosas, nos Alpes, na Calábria, nos Balcans, em certas ilhas persistem pequenas enclaves linguísticas. O mesmo se dá com pequenos grupos imigrados num país novo. Tendem, durante algum tempo ainda, a conservar a língua particular.

Há pois, no decorrer da história, alternativas marcadas de unificação e de diferenciação das línguas. As línguas crescem, alcançam um apogeu, decaem e morrem.

## IV — Influências do meio

Pondo de lado os caracteres gerais que as feições topográficas podem dar a uma língua, a própria área ou superfície do território já tem por si só uma influência sensível sôbre a língua nela falada.

A extensão da área permite a formação de numerosos dialetos e, quando deles resulta uma língua, acha-se ela consideràvelmente enriquecida: foi o que se deu com o alemão, resultado de várias línguas faladas por várias tribus germânicas. No caso da Inglaterra, as línguas faladas pelas diferentes nações: anglos, saxões, jutas, foram ainda enriquecidas pela superposição de uma língua inteiramente diversa: o francês, língua dos conquistadores normandos. Daí a riqueza notável da língua de Shakespeare, que é, de fato, uma língua dupla.

Com a extensão do território se criam novas relações, novos interêsses e novas necessidades que se refletem em novos têrmos. As línguas evoluem e só se cristalizam quando há estagnação nacional; a expansão e o movimento continuam a língua.

A contribuïção americana ao inglês atual é considerável. O mesmo se dá com o "brasileiro", em relação ao português. Estas influências, é verdade, agem sôbre línguas mais perfeitas sob forma de "slang, "gíria" ou "calão, argot", mas a crudez é marca de juventude e não deixa de enriquecer quando acaba sendo reconhecida.

Uma língua implantada numa área afastada, num "Novo Mundo", se transforma até certo ponto no novo meio, mas fica ao abrigo das alterações que sofre no país de origem. Temos exemplos disso em nossa língua. O francês dos canadenses de hoje é o francês do século XVII, com têrmos indianos, palavras inglêsas e incorreções fonéticas e gramaticais. O mesmo atraso sôbre a língua fundamental se nota no holandês dos boers, na África do Sul. O *taal* é uma língua deteriorada, formada de holandês antigo, hotentote e kaffir. Um dos seus sintomas de deterioração é a impossibilidade de exprimir idéias abstratas.

Uma das relações do território e da língua é o uso político que o soberano do território procura fazer da língua para a unificação. Citemos apenas as tentativas, às vêzes violentas, de "russificação" feitas no tempo do czares, na Polônia e na Finlândia. De fato, a língua é um elemento de resistência e de vitalidade nacional: foi o obstáculo passivo que opuseram a Polônia à Rússia, a Boêmia à Áustria, o Schleswick à Prússia, a Flândria à Bélgica.

Mas a fôrça geográfica que representa o território, na distribuïção das línguas é profundamente natural e resiste às soluções artificiais. A unificação da língua italiana acabou com as línguas faladas nos diferentes distritos italianos da antiguidade, mas hoje, na própria língua unificada, destacam-se novos dialetos, e topogràficamente, acham-se distribuídos como as línguas anteriores à unificação. O mesmo fato verificou-se nos dialetos da Grécia moderna.

As influências do meio são complexas, como o próprio meio. Porém a do meio espiritual e moral, se já existe um, é mais forte do que a influência do meio físico. É o caso das línguas de países invadidos. A vitória, sob o ponto de vista intelectual e linguístico, pertence ao mais adiantado, seja êle conquistador ou conquistado. As tribus germânicas que invadiram a Itália (Ostrogodos e Lombardos) tornaram-se italianas; as tribus francas e celtas, em França, ficaram francesas; na Prússia, os Wendes são alemães.

O meio físico tem pronunciada influência sôbre o vocabulário humano. As idéias abstratas sempre dependem, para a sua expressão, do estado de civilização, mas as palavras concretas estão em relação com as necessidades e os recursos do ambiente. É assim que os criadores herreros, da África, e os criadores dinkas, do Nilo Branco, possuem uma terminologia riquíssima para designar os seus animais. Na Sibéria Setentrional, os samoiedos, populações bárbaras superiores, têm mais de dez têrmos para descrever os matizes castanhos e cinzentos de seus renos. O vocabulário malaio, devido à vida marítima das populações insulares da Malásia, é especialmente rico em têrmos náuticos. Os pastores kirghizes do

Tian-Chan têm nada menos de quatro têrmos para designar desfiladeiros e colos. No têrmo acha-se, além disso, incluída a indicação da dificuldade relativa de passá-lo: daban" é um desfiladeiro difícil e rochoso; "art" é desfiladeiro muito alto e perigoso; "bel" é baixo e fácil a passar; "kuktal" é abertura larga entre colinas baixas.

As diferentes partes do relêvo do solo têm influência mais ou menos intensas sôbre as línguas. Os rios, por exemplo, muito raramente constituem uma linha divisória de línguas. O baixo-Danúbio talvez constitua uma exceção, mas o fato se acha històricamente explicado por ter sido escolhido como fronteira militar e artificialmente colonizado por Trajano.

As montanhas não são mais eficazes como limites, mas produzem curiosos efeitos de isolamento sôbre as línguas. A montanha dá asilo e protege os grupos sociais destacados por uma razão ou por outra. Quando, por seus desfiladeiros e passos, dá passagem às migrações, reina nela grande complexidade étnica e linguística. Mas quando um grupo se destaca num de seus vales e se isola, fica aí como que preso e se cristaliza ao abrigo de influências exteriores, durante séculos. Os costumes e as línguas são conservados de modo mais ou menos perfeito, mas os vizinhos acabam por se tornar ininteligíveis uns aos outros. Verifica-se isto no Caucásio, no Nepal, no Hindu-kuk, nos Alpes ,etc. O Afganistão, região de passagem entre a Índia e a Mesopotâmia, armazenou, no seu relêvo complicado, pequenas unidades sociais que ainda hoje traduzem as suas variadas origens étnicas por idiomas diferentes.

Nos Alpes, o fenômeno acha-se mais completamente estudado: na Suíça, por exemplo, três correntes linguísticas se acham representadas nos seus 41 000 quilômetros quadrados (superfície do Rio Grande do Norte), mas os seus vales formaram 35 dialetos diferentes do alemão, 16 dialetos do francês e 5 dialetos "romanches" ou do latim degenerado. No Tirol verifica-se o mesmo fato, sendo o francês substituído por slavônico.

Nas montanhas de Formosa, onde se refugiaram os malaios diante da invasão chinesa, os vales também criaram dialetos malaios.

As planícies exercem influências diametralmente opostas: trabalham à unificação das línguas. É assim que na imensidade russa, só existem dois dialetos principais (Grande Rússia e Rússia Pequena) entre as populações slavas, bem entendido. Mas quando a planície é desértica, as unidades se dispersam, formam "ilhas" e a língua se diversifica em dialetos.

Verdadeiras fronteiras contra a expansão das línguas são os pântanos: devido a êles se conservaram, nas províncias bálticas e na Lituânia, dialetos ou mesmo línguas que muito mais se aproximam do sânscrito original do que as outras línguas arianas. Por isso também nas ilhas holandesas da Frísia, o dialeto aproxima-se do antigo anglo-saxônico, que emigrou para as ilhas britânicas.

O mar é um poderoso agente de propagação das línguas como de tôdas as outras instituições humanas. Mas o destino de uma língua transplantada depende muito, como já vimos, das facilidades posteriores que oferecem a navegação e o estado de adiantamento para as comunicações regulares. Assim tornam-se as ilhas e às vêzes as penínsulas fócos de isolamento cuja influência sôbre as línguas é profunda.

Os povos insulares têm notável propensão a formar dialetos distintos. Nas ilhas da Mancha, encontram-se hoje variantes da "langue d'oil" da França medieval, isto é, do francês do norte, anterior à unificação da língua. No seculo XIV, notavam viajantes portugueses que os naturais das Canárias tinham dialetos distintos e, devido à falta de comunicações fáceis, não se entendiam de ilha para ilha. Hoje mesmo, nas Filipinas, os indígenas de Visaia não entendem os indígenas de Cebú.

O japonês tem afinidades com as línguas altáicas, como o inglês tem afinidades com as línguas germânicas; entretanto, a insularidade desenvolveu em ambos os casos línguas distintas, abandonando o Japão as formas aglutinantes e abandonando a Inglaterra as formas inflexionais.

A sobrevivência das formas arcaicas da linguagem é uma das notáveis conseqüências da insularidade. Já citamos o caso das ilhas da Mancha. No caso da Sardenha encontramos duas séries de vestígios: inflexões que as línguas latinas

já perderam e palavras espanholas, legadas pelo domínio espanhol. Nas ilhas Baleares, também, a língua catalã conservou-se mais pura do que na Espanha oriental. Na Islândia atual o puro norueguês do século IX ainda deixou vestígios.

As extremidades das penínsulas, especialmente quando são montanhosas, servem de abrigo às populações diante dos invasores. Aí se conservam línguas e se formam dialetos. As populações de língua céltica se acham por isso tôdas repelidas para os maciços montanhosos ocidentais da Europa (Bretanha, Cornualha, País de Gales, Irlanda, Escócia). Forma hoje o antigo *celtico* dois grupos de dialetos: o grupo "gáelico" (islandês, manx e escocês) e o grupo "cymrico" (welsh, cornish e bretão).

O isolamento insular resultante da insuficiência do aparelhamento náutico produz, às vêzes, fenômenos curiosos. Em Madagascar, por exemplo, uma população, africana em maioria, adotou dialetos malaios. Os Hovas são malaios é verdade, e ocupam a parte oriental da ilha, mas os Sakalaves são africanos na sua parte ocidental. A língua malaia predomina porque os malaios são navegantes e porque os africanos ficaram definitivamente separados do continente africano pela velocidade da corrente de Moçambique, que não souberam vencer. Daí o predomínio, em tôda a ilha, do malaio arcáico.

Em virtude de sua posição geográfica, algumas ilhas se prestam a um certo internacionalismo na linguagem. As ilhas do Mediterrâneo fornecem bons exemplos de populações poliglotas: Chipre, Creta, Malta, Corfú e a Sicília são típicas. Interessaram grande número de conquistadores e mercantes. Chipre, por exemplo, foi sucessivamente fenícia, grega, assíria, persa, romana, bisantina, venesiana, turca, egípcia, e finalmente britânica (1878). Em Malta fala-se indiferentemente qualquer língua do Mediterrâneo. O maltez é formado de palavras fenícias, árabes e italianas. Na Córsica, o francês e o italiano são igualmente falados. Em Formosa, o japonês, o chinês e o malaio estão sôbre o mesmo pé.

O internacionalismo linguístico das ilhas é também refletido sôbre as costas. Às vêzes, o cosmopolitismo comercial determina a formação de uma língua especial. Assim nasceu, no Levante do Mediterrâneo, a "língua franca" (italiano, grego, árabe e turco), no tempo da supremacia comercial das cidades italianas. Ainda hoje é falada em Smyrna.

Pelo mesmo motivo, tornou-se o *swahili* de Zanzibar a língua da costa ariental africana. Na costa ocidental da África, prevaleceu o "inglês negro" que no Extremo-Oriente sofreu variantes, constituindo o chamado "pidjin english", adaptação chinesa de palavras inglesas, portuguesas e malaias.

No Brasil, o mesmo se deu com a língua *tupí* que se tornou *língua geral* de comunicação com o indígena. A vida periférica do Brasil colonial, dependendo essencialmente de comunicações marítimas, preservou o português de alterações sensíveis: a isto devemos a notável unidade de nossa língua, apesar da grande extensão territorial.

## V — Constituïção e área geográfica das línguas

Um linguista alemão que estudou a distribuïção das línguas indo-germânicas, em 1872, Johann Schmidt, emitiu uma "teoria das ondas" para explicar a propagação dos fenômenos linguísticos *(Wellentheorie)* segundo a qual os fatos se sucedem em ondas sem limites perceptíveis. Existem assim linhas "isoglosses" como há isotermos e isobaras.

As línguas comuns se superpõem aos dialetos e estes últimos se distinguem das línguas especiais.

Uma língua especial é uma gíria empregada por um grupo de indivíduos em circunstâncias especiais. Desenvolve-se sôbre o fundo comum de uma língua viva. Às vêzes são, não gírias, mas línguas técnicas ou mesmo línguas diferentes faladas, lado a lado. É assim que entre os caraibas, os homens falavam caraiba e as mulheres aruác; entre os Masai do Oeste africano, segundo a idade, são empregados têrmos diferentes para os mesmos objetos. Em certas religiões existem também tabús linguísticos. São dualismos que segmentam a língua.

Os dialetos se criam espontâneamente, diz J. Vendryes, pelo jôgo natural das ações linguísticas. Não é fácil definir um dialeto; são necessários vários critérios para fixar-lhe os limites geográficos: são verdadeiras regiões naturais. Tornam-se mais precisos quando coincidem com uma divisão política, à qual, aliás, freqüentemente sobrevivem.

A língua comum adotada num país se impôs por um certo número de condições especiais. Resulta de um dialeto que prevaleceu.

A história do *francês* comum está muito ligada, na sua expansão geográfica, à história política e econômica do país. É da capital que partiu o movimento e foi o dialéto da Ile-de-France adotado, à medida que iam sendo reünidas ao Reino as províncias vizinhas. E foi o francês de uma certa classe social, isto é, da burguesia, que prevaleceu. Fixada no XVIII°: século, na "cidade", foi aceita pela Côrte e pela Província. Foi o Grande Século que pelos seus escritores impôs definitivamente a língua; ficou livre das outras influências dialetais.

O *espanhol* constituiu-se anteriormente ao francês. A península apresentava três grupos de dialetos: galego a oeste, catalão a leste e um grupo central. Prevaleceu um dialeto do Norte, o da Castela Velha que se tornou o espanhol comum, estendendo-se pelo sul em forma de leque e separando o grupo central que se encontra hoje, em vestígios, no Leão e no Aragão, afastados mas semelhantes.

O castelhano tornou-se língua literária no século XIII, em parte graças a Afonso X; só não absorveu Portugal, onde o velho português que se confundia com o galego foi renovado e fixado no século XVI, com Lisboa como centro.

O *inglês* se distingue do francês e do espanhol pela sua característica de ter sido influenciado por vários dialetos. Explica-se isso geogràficamente, por ter sido Londres, onde a língua comum se constituiu, o ponto de encontro de imigrados de tôdas as procedências. É por isso também que, desde o século XVIII, era tão diversificada a pronúncia do inglês; daí talvez a sua atual dificuldade. A posição de Londres, sob o ponto de vista dos intercâmbios, explica a extensão de sua língua.

O *alemão* não encontrou uma capital para centro de irradiação geográfica. Não foi a unidade política que lhe deu o seu valor. O fato que explana o fenômeno é de ter sido o alemão uma língua escrita por causas de religião e de colonização. Prevaleceu o alemão de Lutero, utilizando a língua que vinham usando as chancelarias urbanas e principescas. Evitadas as particularidades dialetais que eram muitas, desde o tempo de Carlos IV, no XIV° século, o alemão foi afastando para leste as línguas eslavas, à medida que se colonizavam as marcas. A imprensa fixou definitivamente estas conquistas.

O russo pertence ao grupo oriental das *línguas eslavônicas,* abrangendo o *ukraniano* e o *russo-branco.* A língua primitiva decaiu fonèticamente e simplificou-se morfològicamente sob a influência do *velho-búlgaro,* linguagem litúrgica que teve sôbre a formação do russo a mesma influência que tinha tido o latim sôbre o francês ou o inglês. Mas de tôdas as línguas eslavas foi o russo que recebeu mais elementos estranhos. Suas letras procedem das alterações dos três alfabetos grego, latim e cirílico. A vogal *a* tem características *finesas* quando substitue o *o* primitivo eslavo. O *tártaro* deixou vestígios na construção da frase. A linguagem científica é salpintada de *palavras alemãs.*

A formação do russo data, pode-se dizer, do XVIII° século apenas, quando estabeleceu-se um compromisso entre o eslavônico e o linguajear popular: foi escrita a língua como era falada. Daí duas conseqüências: a fixação de uma língua emancipada e a adoção de uma *língua falada* idêntica à *língua literária.*

Uma das características do russo, língua relativamente nova, é de ser *língua de colonização,* isto é, que se estende geogràficamente com as migrações e a ocupação do solo, sem admitir corrupções provinciais, apenas com dois dialetos, que aliás pouco diferem. É notável a uniformidade linguística em tão extensa área, embora cêrca de 60 línguas diferentes sejam faladas por minorias étnicas.

O *italiano* é uma língua comum de origem diferente: é puramente literária e data do XIV° século, resultado do prestígio de escritores como Dante, Petrarca e Bocácio. A língua que se impôs foi o toscano por causa da posição geográfica

de Florença, elo na cadeia que liga Roma a Bolonha, de sua prosperidade, de seus escritores e também pela sua semelhança com o latim, facilitando assim a transposição de outros dialetos para a língua comum.

Foi principalmente o XIX° século que viu se constituírem definitivamente e fixarem as línguas nacionais. À medida que vai tomando conciência de si uma nação, sua língua escrita, sendo língua de cultura, aparece como elemento essencial.

A primeira língua que assim se fixou e formou um povo, se não uma nação, foi a Grécia, quando ao *iônio* sucedeu o *ático*.

A utilidade de uma língua comum cedo aparece no Estado, quando a língua de um número restrito de privilegiados difere da língua vulgar das classes inferiores. À medida que a democracia vai caminhando, impõe a utilidade do conhecimento da língua das elites, para os cidadãos não se acharem, politicamente, diante da administração, em condição de desigualdade. Para o emprêgo público, para o concurso, para os exames, é indispensável a língua comum. Na Noruega o dano-norueguês ainda é a língua da velha burguesia e o *landsmal* ou norueguês puro é a língua popular.

No Oriente, a difusão de línguas comuns, como o *pali*, teve como causa determinante a propaganda religiosa, por textos traduzidos.

No Ocidente, o papel religioso foi menos importante na fixação das línguas. Foi durante a Idade Média que as línguas nacionais do Ocidente passaram a ser escritas. A literatura e as chancelarias, isto é, o fator leigo, as difundiu. No XVI° século, a imprensa lhes deu uma nova fôrça de expansão e de independência, principalmente quando foi afastado o latim, como língua erudita.

O uso de uma língua morta como língua erudita oferece grandes inconvenientes porque só uma língua viva pode evoluir e acompanhar as ciências que estão em perpétua evolução. Se em vez de pretender ficar clássico e correto, o latim se tivesse adaptado às necessidades de um mundo em mudança, teria talvez resistido como língua erudita internacional. Mas a preocupação do ciceronismo foi a sua fatalidade: interpunha-se entre o pensamento e a realidade nova que só com esforços e imperfeitamente sabia interpretar, em ciências naturais principalmente. Criava um embaraço pelas perdas de contacto: daí a vitória das línguas vivas, no campo científico.

## VI — Distribuïção das línguas

A língua mais falada é provàvelmente o chinês, mas nem por isso é considerada como um dos veículos da civilização.

Entre as línguas modernas de valor comercial e de utilidade prática nos negócios internacionais citemos as seguintes:

o inglês, falado por cêrca de 225 milhões de pessoas;
o russo, falado por cêrca de 160 milhões de pessoas;
o alemão, falado por cêrca de 80 milhões de pessoas;
o espanhol, falado por cêrca de 80 milhões de pessoas;
o francês, falado por cêrca de 62 milhões de pessoas;
o português, falado por cêrca de 50 milhões de pessoas;
o italiano, falado por cêrca de 40 milhões de pessoas.

Êstes algarismos aproximados não traduzem exatamente o valor real de cada uma das línguas, porque, além das línguas "faladas", convém lembrar as línguas "entendidas". O francês, por exemplo, é falado apenas por 62 milhões de franceses, belgas, suíços, canadenses, haitianos, etc., mas, sendo a língua diplomática e possuindo uma literatura muito vulgarizada e de valor científico considerável, é entendida por uma boa parte das elites de grandes países (América Latina, Rússia, Espanha, etc.). O alemão não tem a vulgarização que a sua produção científica merece. O inglês tem penetrado ùltimamente na América do Sul e vai conquistando lugares que pertenciam ao francês, na formação universitária.

A nossa língua é pouco conhecida além dos círculos estrangeiros que nela estão diretamente interessados.

## VII — A língua portuguesa

Dois séculos antes de Cristo, fôra romanizada a península ibérica e o latim, importado pelos conquistadores, tornado popular e bárbaro, passou a ser a língua das populações célticas da chamada Lusitânia. Isolado na costa ocidental no século II, separou-se do hispano-romano e formou o "dialeto portugalense", que se tornou língua, no século XII, ao constituir-se a nacionalidade portuguesa. Há dois mil anos pois que vem se operando a dialetação, isto é, o desdobramento da língua-mãe em suas derivadas, das quais é o "português" uma delas. Obedeceu a língua, nas suas lentas transformações, aos três princípios que enumera Eduardo Carlos Pereira: o princípio do mínimo esfôrço (abrandamento, síncope, queda da consonância final, obliteração da declinação com persistência do acusativo, etc.); o princípio da persistência da sílaba tônica e o princípio da análise com sua tendência regularizadora. Duas correntes são notáveis dos séculos V ao XIII, a "corrente popular", ação inconciente do povo na evolução do léxico latino, obedecendo ao ritmo e à analogia e, do século XIV em diante, a "corrente erudita", ação conciente dos latinistas em suas traduções, que reage contra as alterações populares. Daí um vocabulário duplo, às vêzes triplo ou mesmo quádruplo, que faz a riqueza da língua. (Ex.: "ministerium", ministério, mister; "fratrem", frade, freire, frei; "maculam", mácula, mágua, malha, mancha).

O hispano-romano tendo-se porém cindido em vários dialetos, o português não pôde ficar alheio às influências do que se falava nas margens do rio Minho, o galécio-português ou "gallego", com o qual apresentava grande semelhança. Mais tarde, o convívio com os árabes também veio influir na linguagem de Portugal, principalmente na toponímia e nas falas de certas províncias meridionais.

A unidade da língua portuguesa, que data, pode-se dizer, do reinado de Afonso III (1248-1279), não deixou entretanto de permitir a persistência de "dialetos", ainda hoje usados e classificados em três grupos:

1. Os dialetos "continentais" (transmontano, interamnense, beirão, meridional).
2. Os dialetos "insulares" (açoriano, madeirense).
3. Os dialetos "ultramarinos" (indo-português).

O português, trazido ao Brasil pelos descobridores e colonizadores, constitue hoje a "língua brasileira", que é um codialeto do português do século XVI. Sob o influxo de fatores mesológicos, vai-se diversificando da língua de Portugal, no léxico, na prosódia e na sintaxe.

O Brasil recebeu de Portugal a sua língua quando já estava terminado o período de sincretismo vocabular em que se multiplicavam as formas de um mesmo vocábulo pela incerteza e pelas oscilações prosódicas: o Brasil colheu a "língua clássica" dos quinhentistas sob o influxo do renascimento das letras, num período de disciplina gramatical. Daí a regularização e a uniformização relativa de nossa língua.

Certas tendências, entretanto, não deixaram de se manifestar nestes quatro séculos; entre tôdas, a mais característica, segundo Clóvis Monteiro, foi a simplificação do sistema flexional, isto é, a "tendência analítica". "No falar do povo, diz o sábio linguista pátrio, é que se patenteia, a cada momento, a fôrça com que, no plano da sintaxe, se expande a tendência analítica que da origem trouxe a nossa língua. Nem a escola, nem o trato dos bons autores tem conseguido, no Brasil, que o espírito popular se familiarize com certas formas pronominais, derradeiros vestígios das declinações latinas". Mas o autor nos justifica do seguinte modo: "É preciso se atente em que não é senão em solecismos do latim do povo, em vícios de linguagem vulgar, que assenta hoje a sintaxe literária das línguas românicas".

A propósito da expansão geográfica de nossa língua, diz Jacques Raimundo:

> "Em São Vicente, ao sul, como no Recife e nas adjacências dêste, ao norte, e na Baia, ao centro, era já bastante numeroso o gentio que dela se utilizava nas suas relações com o branco....
>
> A vida que se movimentava à beira do mar e ao longo do litoral, na terra dos arredores, ou, penetrando, nas vizinhanças ou nas devesas da mata, tinha já sido a causa imperiosa de avolumar-se o

vocabulário entre os colonos, atestando-se até nos documentos oficiais e nos relatos remetidos à côrte.

Eram nomes de árvores, de animais, de objetos e de quanto dizia respeito aos costumes, às abusões, à indústria, ao comércio e as demais atividades do natural; mas tudo, como ouvira ou entendera, mal ou imperfeitamente, o colono ou o agente da administração, moldando-se ao tipo fonético e entrando no uso freqüente, segundo a índole mórfica da língua invasora. Os vocábulos novos maleavam-se, ora ajustando-se analògicamente ao gênero, ora fletindo-se com o aforamento que os ilustrava, ao número e até ao próprio grau. ..

A aquisição dos novos elementos operava-se, como no Oriente e na África, pela necessidade de capitular idéias para as quais não havia denominações próprias ou capazes, incluindo-se materialmente o vocábulo como têrmo, às vêzes com duas ou mais formas. Já desde então se registavam as variantes ou divergentes tupís, numerosas, criando-se dificuldades quanto à inteligência das mesmas por se diversificarem bastante no aspecto. Afora as mutilações freqüentes, ocorria entre outras causas relevantes a transliteração indecisa do *i* gutural do selvagem, duvidoso entre *i* e *u* português...."

Em relação às contribuïções indígenas e africanas, diz o mesmo autor:

"O quinhão americano acrescentou-se imediata, rápida e prodigiosamente. Do *brasilíndio,* o maior contribuidor, o geonomástico de animais, plantas e acidentes já era um patrimônio precioso e apreciável, riquíssimo, inegualável. No tocante aos topônimos cumpre advertir que não foi êle o seu principal agente, senão o missionário e o entrador do sertão, ou o que procedia ao resgate, ou o que se arriscava à busca de riquezas. À diligência do bandeirante, cujo vocabulário conviria investigar, reünindo-se como subsídio comprovante das suas atividades, animosas e infatigáveis, é que sem dúvida mais se tenha devido a guarda ou conservação dos nomes gentios dos acidentes, confirmando-os aquí, dando-os alí, inventando-os acolá, renovando-os mais adiante. Porém, mais preciosos, inigualàvelmente mais preciosos, foram os têrmos que, infiltrando-se e aforando-se na fala quotidiana, produziram outros obedientes aos moldes típicos da mórfica portuguesa, ou os que, incrustando-se em frases-feitas, como que cristalinizaram significações que se perenizariam, avivando matizes locais e reconfirmando a étnia de uma raça".

Quanto à influência espanhola, acrescenta Jacques Raimundo:

"A intromissão de *castelhanismos* fêz-se notar, escassamente descendo pelo vale amazônico ou insinuando-se pela região raiana de Mato Grosso, com abundância expandindo-se pelas planuras pampeanas do Rio Grande do Sul, mas, antes considerados platinismos, regionalizaram-se alí na sua maioria, conformando-se em geral ao tipo do português, que era a língua vitoriosa. Dêste a influência caracterizou-se tão fortemente que, sobretudo hoje, numa cidade da fronteira como Santa Ana do Livramento, que se separa de Rivera, cidade uruguaia, apenas por uma rua, se ajusta o exato limite do lado brasileiro pelo uso extremo da língua portuguêsa".

As línguas africanas também fizeram seus legados:

"A introdução do escravo negro, trazido antes a São Vicente em 1532, e carreado em seguida a tôda a colônia, criou uma nova fonte de enriquecimento.

Vieram *negros da Guiné Superior* e êsses parece que foram os primeiros; eram do grupo étnico dos guinéus e sudaneses, mas em levas mais numerosas traficaram-se iorubas, daomés e hauçás. Da Guiné Inferior foram transportados congueses e angolanos: da Contra-

-Costa, posteriormente, aportaram os moçambicanos. Foram os de raça bântica os que ministraram a mais apreciável porção de palavras, algumas das quais já de uso na metrópole com bons foros nas obras dos melhores autores, como "zombar e zombaria", de um tema "izomba", plural de "kizomba", brincadeira, divertimento, rapaziada; dêle teria provindo "zomba", que não vingou, a não ser que o fôsse efêmeramente na linguagem das classes inferiores do povo"....

"Dos *guinéo-sudaneses,* em razão do seu feitio assim moral que social, orgulhosos de suas tradições e costumes, briosos e esquivos nas atitudes, profundamente acondiçoados à sua religião nacional e ritos, nuns o animismo e noutros o maleismo ou muçulmismo, contrafação do islamismo, muito pouco influiu e restou na linguagem das relações imediatas. Dos *hauçanos* o que havia e ficou, de todo restrito a êles são palavras em sua maioria de procedência arábica. Dos *mandingas,* aliás raros, nos poucos lugares em que estiveram, é de crer que fôsse o têrmo "bá", tratamento afetivo dado à mãe-preta, o qual se generalizou ràpidamente; quanto à *banana,* palavra também comum no ualofo e no pulo, por sua antiguidade entre portuguêses sabe-se que êstes foram os seus introdutores, dando aquí ensêjo a vários compostos híbridos"....

"Dos *iorubanos* um copioso número de vocábulos se empregou, mas entre êles próprios, por serem atinentes à religião e ao culto da mesma; a culinária ficou-lhes devendo vários nomes de iguarias e condimentos, muito de excitar o apetite, bem como os de algumas bebidas"....

Pode-se concluir com o citado autor:

"O domínio da língua portuguesa acentuou-se desde o início da colonização, impondo os seus vocábulos, o seu modêlo fonético, a sua índole morfológica, o seu gênio sintático. Não se trasmutou ela, mantendo as suas características essenciais: a mesma prosódia ou exatidão quanto ao acento tônico, afora minúcias atinentes à ortoepia, como o não distinguir-se à duração entre as vogais tônicas e as átonas, estas hoje absorvidas ou elididas além-mar, ao contrário do que se observava no século de quinhentos; a prevalência mórfica, com a guarda inalterada do tipo flexional de número, gênero e grau, ou com o apercebimento regular do processo de derivação por afixos ou deverbalismo, tanto que recolhia ou adotava os vocábulos ameríndios ou afronegros; o respeito ao padrão construcional da frase, com os seus giros e boleios originais, a não ser pela intervenção uniformadora da analogia, certas inobservâncias no uso, das partículas de regência. De um modo geral, não se deparam diferenciações que autorizem a pensar-se na existência de um ramo dialetal no Brasil: há grupos que, por umas tantas minudências ou particularidades, são como *gírias* graduadas em *linguagens regionais,* como os falares amazônico, nordestino, central (o caipira, o capiau, o goiano), sul-rio-grandense ou gaúcho. Referem-se apenas os que teem merecido maior atenção, mencionados em livros especiais, em artigos de revistas, em notas e apêndices de obras de ficção e cunho regional"... (Jacques Raimundo — *A Língua Portuguêsa no Brasil* — 1941).

Hoje, o português, falado por 8 milhões de portuguêses, entendido por cêrca de 9 milhões de coloniais de Portugal, é a língua de 43 milhões de brasileiros. Somos pois, os depositários de uma língua única, falada na América em 8 e meio milhões de quilômetros quadrados, sem dialetos locais, apenas com ligeiras alterações de pronúncia e de intonação. Como língua viva vai se enriquecendo de têrmos não sòmente indígenas, tupís principalmente, como de têrmos estrangeiros que se vão impondo com o evoluir da civilização ocidental à qual pertencemos.

No próprio Brasil, a língua portuguesa vai influindo sôbre a linguagem dos colonos estrangeiros que nele se estabelecem. O "alemão" dos teuto-brasileiros, por exemplo, vai sofrendo alterações, segundo a zona em que é falado. Em certos pontos de Santa Catarina, o alemão dos imigrados conserva-se relativamente mais puro. Nestes oitenta anos, entretanto, apesar do contacto literário ou espiritual conservado com a Alemanha, a linguagem dos colonos vai adotando palavras de uso corrente nossas, mas germanizadas (tabeljong-tabelião; pushen-puxar; kapinen-capinar; kashir-caixeiro; carnesek-carne sêca; reemen-remar; sem contar têrmos geográficos: barre, devolutes land, pikade, riberong, pantanne, etc.). Em outros pontos, como em Petrópolis, a decadência da língua alemã é mais marcada, tende mesmo a desaparecer. O fator geográfico da interação não atuando para perpetuar a língua, o convívio com os luso-brasileiros é mais íntimo e a resistência menor, o contacto com a Alemanha está quase perdido, tanto mais que não há afluxo de imigrantes alemães para manter os laços espirituais. No Rio Grande do Sul, a assimilação resulta de um esfôrço sistemático dos poderes públicos do Estado.

O caso do alemão no Brasil se repete para o português nas Índias. É uma idêntica influência do meio geográfico sôbre a língua de uma comunidade de portuguêses e de indígenas convertidos pelos portuguêses que se acham mergulhados num meio indiano, onde existem outras línguas maternas, como o guzerate de Damão e o concani de Gôa. São vários os dialetos, sendo distantes umas das outras as colônias portuguesas: creoulo norteiro de Bombaim, damaense de Damão e Diu, macaista de Macáo, goano, etc. Em Damão, é língua materna e doméstica da população católica; já em Gôa o português é língua da escola e estranha.

A decadência do português nas Índias, que contrasta de modo tão frisante com a sua vitalidade no Brasil, é marcada pela supressão de fonemas, em diversas posições (curção-coração; boc-bôca; caz-casa; palau-palavra; imbúl-embrulho). Não há vogais surdas no indo-português (butá-botar; tucá-tocar). Não há, em regra, distinção formal de gênero nem de número (port jinél-portas e janelas; dois criad-dois criados ou duas criadas). No dialeto macaista, o plural é, por vêzes, feito com a reduplicação do substantivo (fifio-filhos e filhas); é influência das línguas indígenas. O artigo definido é pouco usado; o verbo perde a consoante final, etc. São suficientes êstes exemplos para mostrar que a imprecisão crescente de indo-português, o seu esfacelamento pelas diversas colônias, perdidas num mundo indígena, não estão levando a língua de Camões a um maior aperfeiçoamento e a destinos mais altos, apesar das influências profundas que, no passado, teve esta língua sôbre as línguas indígenas da Ásia.

A língua brasileira é una, e poucas línguas estendem-se sôbre uma área tão vasta sem consideráveis alterações. É evidente que temos, nesta área, formas dialetais, linguajar local, expressões regionais, mas as comunicações mais rápidas, a educação, o rádio, a imprensa, o avião estão cada dia aproximando mais a linguagem popular da língua literária.

Sob estas várias influências, num meio tão distante da Metrópole, em condições geográficas tão diversas, formou-se uma língua com sotaque diferente, mais brando, alterando o valor das vogais protônicas, diferenciando a sintaxe pela colocação dos pronomes pessoais oblíquos, mudando a fraseologia, mas conservando uma notável unidade.

Antenor Nascentes, tomando como base um total de 100 000 vocábulos para a nossa língua, calcula que 80% é formado pelos elementos latinos, 16% pelos elementos gregos, 2% pelos elementos europeus e 2% pelos elementos asiáticos, africanos, americanos e outros. Do árabe, calcula êste autor, recebemos 609 elementos, do francês 657, do espanhol 400, do italiano 383, etc. (A. Nascentes — *Dicionário Etimológico*).

O fenômeno atual da diversidade linguística regional nos permite estudar uma geo-linguística brasileira em que o fator geográfico ainda influe de modo marcado. "É assim que a continuidade territorial, a facilidade de comunicações terrestres, marítimas, ou fluviais, a dosagem, enfim, de elementos étnicos da população das diversas unidades da Federação, é que nos podem e devem explicar o fenômeno, de que ora nos ocupamos", diz Rodolfo Garcia, a propósito dos "brasileirismos".

Em certas zonas predominou a influência de um dos elementos étnicos: no extremo-norte foi o índio; em outras foi o elemento africano que desaparece no sul diante da variedade de culturas européias que lá são representadas pelos imigrantes.

Um mapa dialetológico foi esboçado por Antenor Nascentes, dividindo o país em cinco regiões dialetais: o Norte, o Nordeste, o Fluminense, o Sul, e o Sertão. "Se é palpável, como observa Nascentes, diz Renato Mendonça (*O Português no Brasil*), a diferença entre o falar cantado do nortista e o falar descansado do sulista, não menos palpável é a diferença entre o falar de um cearense e de um baïano, entre a linguagem de um paulista e a de um gaúcho. Para êste autor, além destas divisões principais, devem ser observadas zonas de transição no norte, o Maranhão e oeste do Piauí e, no sul, o Paraná e norte de Santa Catarina.

A fragmentação linguística seria, segundo Renato Mendonça: 1) "amazônica"; 2) "maranhense-piauïense" de transição; 3) "cearense"; 4) "nordestina", até Alagôas; 5) "baïana", com Sergipe; 6) "fluminense"; 7) "caipira" com São Paulo e a fronteira de Minas; 8) "mineira" e do São Francisco baïano; 9) "paranaense" com o norte de Santa Catarina; 10) "gaúcha"; 11) "sertaneja", Goiaz e Mato Grosso.

Acredita êste autor que a zona de transição maranhense "conserva bem acesa a chama do lusismo" e "se caracteriza pela ausência de traços dialetais". Julga que o traço linguístico mais notável no vocabulário paranaense é a presença de têrmos guaranís, muitos dos quais relativos à indústrias do mate e correntes no Paraguai". Acrescenta que a Amazônia se destaca, à primeira vista por uma porcentagem de cêrca de 50% de têrmos e expressões tupís na linguagem corrente e o Rio Grande apresenta 60% do palavreado platino no seu vocabulário de gasto diário.

As denominações zoológicas peculiares são significativas em nossas diferentes regiões linguísticas, porque refletem a vida de todos os dias. É assim que por meio delas podemos seguir as ondas linguísticas de propagação, marcando seu ponto de origem. Num estudo de Rodolfo von Ihering vemos que as regiões amazônicas, nordestina e meridional têm denominações peculiares que têm afinidades.

É assim que o "marimbondo" é "caba" na Amazônia e o "sabiá carachué". No nordeste, a "gambá" do Sul é "timbú" e "micura" na Amazônia. A "tainha" do norte é "paratí" no sul e o "bacurau", "curiango". Há, em terminologia zoológica, uma sub-região do Recôncavo baïano onde ressalta forte influência africana (caxinguelê, congolo, sarné). Em conclusão, pensa Ihering, a preferência pelas denominações indígenas é de 50% no sul, de 70% no nordeste e de 87,5% na Amazônia.

## VIII — A difusão da língua francesa

Quando uma língua comum se integra na região que ocupa um grupo social, ela toma corpo material e tem uma extensão geográfica. Em um de seus volumes da *História da Língua francesa, das origens a 1900*, Ferdinand Brunot estuda a propagação da língua e as condições geográficas que a condicionaram. Mais do que qualquer outro linguista, êle considera a língua como um fenômeno geográfico que se prende às feições do solo e à evolução econômica do país.

No XVIII$^{o}$ século, enquanto o francês se tornava a língua da diplomacia e da cultura das elites européias, estava longe de se propagar do mesmo modo na própria França. A centralização monárquica, eficiente como processo de unificação política e nacional, não fêz progredir tanto a unidade linguística quanto poderia parecer, à primeira vista. Neste XVIII$^{o}$ século, a administração pouco se preocupava de estabelecer a unidade moral dos franceses sôbre as bases de uma "língua do Rei"; a questão de língua não existia, continuavam os "patois" em tôdas as províncias, e só lentamente ganhava terreno a língua comum.

Foi a criação de uma rêde de estradas no XVIII: século que teve profunda influência sôbre a propagação da língua. Diz Brunot que os "engenheiros das pontes e calçadas serviram mais os interêsses da língua do que muitos membros da Academia". Vencendo as grandes dificuldades de comunicações e estabelecendo, pela ordenação régia de 1775, a periodicidade dos transportes de passageiros, o govêrno muito contribuiu para a unificação linguística do país. As estradas nem tôdas irradiavam de París como centro, como tinha sido o caso no século anterior; foram estabelecidas estradas transversais, entre cidades principais.

Estas estradas permitiram o estabelecimento de contatos diretos entre a capital e as cidades da província, passando por extensas zonas rurais. Provocaram, além de tudo, uma certa mobilidade da mão de obra operária, num país em via de industrialização.

O correio constituía uma vantagem que cada um podia apreciar, mas ninguém se lembrava de escrever cartas em dialéto local. O próprio "escrivão público" era agente de difusão da língua comum. Já desde o século XVI as ordenações e os atos administrativos tinham deixado de ser redigidos em latim, mas o comércio das estradas fêz com que, além disso, o idioma nacional fôsse também falado. Diz um documento de 1793, citado por Brunot: "O que torna os bretões menos selvagens, é a sua mais freqüente comunicação com as cidades, e as grandes estradas construídas na Bretanha nestes últimos trinta anos são uma das causas desta comunicação."

É essencial lembrar que a rêde rodoviária da época constituía uma das formas do movimento industrial. A circulação dos trabalhadores precipitou o desaparecimento dos dialetos. Onde se congregavam, para grandes obras, os operários de províncias diversas, prevalecia cedo o uso do francês. Os montanheses da Arvérnia e dos Alpes emigravam, no inverno, para os centros urbanos, e voltavam para o torrão natal afrancesados. A população flutuante é pois um veículo poderoso de propagação geográfica da língua.

Nem por isso, entretanto, deixaram de resistir certos dialétos em determinadas regiões. E aí se impõe uma distinção capital que faz Demangeon em seus estudos de geografia humana. O *habitat* pode ser, pensa êle, disperso ou concentrado. Ora, no caso da difusão do francês a aplicação dêste critério é significativo; o filólogo Brunot não deixou de salientar êste contraste.

O linguajar local persiste onde a situação geográfica e a estrutura social se opõe às influências externas. Nas aldeias agrícolas, de cultivadores ou vinhateiros, onde vivem aglomerados os habitantes, há comunicação e intercâmbio, há contactos que não se notam numa comunidade de criadores, ocupando casas afastadas, vivem mais ou menos isolados.

Foi o *habitat* disperso que auxiliou as regiões basca, bretã, flamenga marítima e outras a conservarem os seus dialetos. O isolamento geográfico também atua da mesma forma quando o fator mesológico a insularidade ou da peninsularidade atua: é ainda o caso da Bretanha e da Córsica.

## IX — Formação da língua inglêsa

A língua inglêsa não é de origem britânica, isto é, não foi a primeira língua falada pelos habitantes das Ilhas Britânicas: foi, pelo contrário, para lá importada por invasores, emigrados do continente europeu.

Antes do *Inglês*, duas línguas foram faladas na Inglaterra atual: o *Céltico*, e, até certo ponto, o *Latim*. O inglês foi introduzido, na Ilha, em 449 (A.D.).

O *Teutônico* ou *Germânico* era a língua falada, no século Vº de nossa era pelas populações que habitavam as bôcas do Reno, o rio Weser, o rio Elba e o atual Schleswig. Eram Saxões, Jutas e Anglos que possuíam um vocabulário rude e gutural de cêrca de duas mil palavras.

Como tôdas as línguas, o teutônico evoluiu, e nas suas migrações, diferenciou-se, formando três grandes grupos de línguas:

*a*) o Alto-Germânico: alemão antigo, alemão medieval e alemão moderno;
*b*) o Escandinavo: norueguês antigo (morto), islândico, dinamarquês, sueco, etc.
*c*) O Baixo-Germânico: no qual figura o inglês.

Verifica-se, dêste modo, que o inglês pode ser definido e classificado: "uma língua do grupo baixo-germânico, que pertence ao sub-ramo teutônico da família ariana".

O inglês é o mais "baixo" de todos os dialetos do baixo-germânico. Já o baixo-germânico é a língua alemã da Baixa-Alemanha, das planícies setentrionais da Europa. O futuro inglês, então simples dialeto, desceu ainda os rios, desceu ao nível do mar, nos Países Baixos, tornou-se holandês e frísio, e, atravessando o Mar do Norte, deu o Inglês.

Na grande ilha britânica, estabeleceram-se os *Jutas* ao suleste, em Kent e na ilha de Wight. Os *Saxões* ocuparam a parte central e meridional, formando três reinos: Essex, Wessex, Middlesex e Sussex (a terminação "sex" marca a origem saxônica). Quanto aos *Anglos* formaram dois "povos" no nordeste: o povo do norte ou North Folk (Norfolk atual) e o povo do sul ou South Folk (Suffolk atual) que, reünidos, constituíram a monarquia da Ânglia Oriental (East Anglia). Eram pois três grupos teutônicos formando sete monarquias com Mercia (a "Heptarchia", que aliás nunca existiu de fato), falando diferentes dialetos teutônicos, que pouco a pouco, passando a proeminência política de um grupo para outro, foram se confundindo para formar a língua inglêsa.

Insistimos sôbre o sub-ramo teutônico, do qual saiu o inglês, porque é notável o fato de ter sido sempre a ilha conquistada pelas raças do mesmo grupo, anglo-saxões em primeiro lugar, dinamarqueses e noruegueses em segundo lugar e, por fim, "normandos", os únicos que falavam uma língua que não era a de sua raça, o francês.

Quando o decadente império romano foi invadido e conquistado pelos bárbaros, as tribus germânicas ocuparam a Europa ocidental: os francos venceram os celtas romanizados da Gália e os anglos, saxões e jutas submeteram os celtas romanizados da Britânia. Mas enquanto que os francos abandonavam a sua língua primitiva para adotar a língua latina, falada pelos vencidos, os jutas, saxões e anglos impunham o seu idioma germânico às fracas populações subjugadas.

Os territórios gauleses provaram assim possuir, no momento da invasão, uma cultura intelectual mais forte do que os vencedores. O fato repetiu-se, no X° século, quando os conquistadores normandos, imitando os francos, abandonaram a sua língua para adotar a língua latina que era então falada em França.

Nos territórios britânicos, ao contrário, foi sempre o invasor que conseguiu impôr a sua língua e a sua cultura. Eis a diferença fundamental que se nota nos contactos sociais da idade média, na Europa norte-ocidental, tais como se acham revelados pelas suas conseqüências linguísticas.

Estas diferentes invasões repeliram para as montanhas de leste e do norte e para a Irlanda os elementos célticos da população primitiva; por isso na Irlanda atual, no país de Gales e na Cornualha, falam-se ainda hoje línguas célticas: o welsh, o gaelico, o manx e o irlandês (erse). Nos mosteiros e nos centros intelectuais como em York, na Northumbria, refugiou-se o latim, que os anglos chamavam "laeden", enquanto que a sua própria língua qualificavam de "aenglisc".

O terreno perdido no continente europeu belo baixo-germânico foi reconquistado, com vantagem além-mar. Hoje, cêrca de cento e cinqüenta milhões de pessoas falam o "inglês" moderno. O alto-germânico, ou "alemão", posterior ao baixo-germânico, tem se desenvolvido no continente, à custa das outras línguas teutônicas. Por isso é a língua mais falada da Europa Central, devido a esta expansão geográfica.

## X — Os atlas linguísticos

A aquisição de dados geográficos modificou profundamente, nestes últimos anos, os estudos sôbre linguagem. Marca uma reação contra a escola dos neo-gramáticos alemães, que tinham triunfado no fim do século XIX, segundo diz Albert Dauzat.

A obra principal neste sentido é talvez o *Atlas linguístico da França,* obra de Gilliéron. O autor ao empreender o trabalho não sonhava nas conseqüências inesperadas que ia ter a sua tentativa colossal de geografia linguística. Já era conhecida a importância dos dialetos, dos calões, dos "patois" e já algumas monografias locais tinham sido preparadas com proveito. Mas a sistematização dos inquéritos, para o país inteiro, a adoção de um processo científico desta ordem estavam para serem tentadas.

Gilliéron preparou um questionário de duas mil palavras usuais e de expressões. Uma profunda erudição linguística presidiu à escolha das palavras velhas, dos neologismos, das flexões e das combinações diversas para cada uma das quais era organizado um mapa especial. Foram estudados 638 "patois" franceses, de 1897 a 1901 coligindo os autores o material necessário à organização dos mapas. Foram feitos verdadeiros instantâneos da língua, diz Dauzat. Todos os obstáculos do inquérito foram previstos: respostas extorquidas, "francizações" do linguajar local, psicologia dos indivíduos, psicologia das localidades, isto é, sua posição em relação aos grandes centros e às estradas. Êste material geográfico, pacientemente acumulado e trabalhado, serve de repositório precioso e de ponto de partida para uma série de monografias locais: também não faltavam a Gilliéron discípulos e continuadores.

Em outros países foram ainda organizados mapas linguísticos; em regra, são estudos locais *Alemanha do Norte* de G. Wenker, em parte publicado; *Atlas do Dialeto suábio- — Atlas da Dinamarca, da Holanda do Norte,* etc. Um dos maiores trabalhos neste gênero é o *Idiotikon* da *Suíça alemã,* de Staub e Tobler.

Muitos outros estão em organização como o da *Suíça Romanda,* principiado em 1899, o *A. Linguístico da Itália do Norte* e o *A. Linguístico da Catalunha,* que terá 3 500 mapas.

O assunto, porém, já sai da geografia das línguas, como dissemos, para entrar na geografia linguística.

*

Em suma, a geografia das línguas é uma das partes da geografia humana à qual parece destinado um desenvolvimento particularmente rápido e decisivo, pelo fato de constituir um estudo de fenômenos reveladores do *substratum* humano das sociedades atuais, nas diferentes regiões; de ligar mais lògicamente o presente ao passado; de salientar as influências que se exerceram e as diretrizes seguidas. É menos complexa do que a geografia das etnias e mais significativo do que a geografia das religiões. Num país como o nosso, em que todos os processos que estudamos estão em pleno trabalho, em que os elementos já sedimentados em outros países, se acham em ativa movimentação, torna-se mais útil e mais oportuno o estudo da geografia das línguas.

*

# Relêvo do Brasil *

Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES
Chefe da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica

## ASPECTOS GERAIS

Um país de tão grande extensão territorial, como o Brasil, apresenta certamente aspectos variados quanto ao relêvo. Se nos limitarmos, porém, aos traços mais gerais, pode êste ser assim caracterizado, em poucas palavras: "planaltos", dispostos em patamares sucessivos, circundados por "planícies" sedimentares.

Não é, realmente, o Brasil um país de altas montanhas: nenhum ponto atinge 3 000 metros de altitude. O quadro da distribuïção da área do país por zonas hipsométricas, evidencia que apenas 3% do território ultrapassam a altitude de 900 metros, ao passo que as terras baixas, com altitude inferior a 200 metros, correspondem a 40% da área total. Aproximadamente, pode o território brasileiro ser assim distribuído, quanto ao relêvo: 3/8 são planícies e 5/8 são planaltos de média altitude.

O mapa esquemático do relêvo mostra que no Brasil existem três planícies distintas: "planície amazônica, planície do Paraguai-Paraná e baixadas litorâneas". Os planaltos, por sua vez, compreendem dois grupos: o "planalto guiano", ao norte da planície amazônica, e o "planalto brasileiro", de grande extensão, rodeado pelas três planícies.

## AS PLANÍCIES

Na Região Norte encontra-se a maior extensão de terras baixas e planas no Brasil: a "Planície Amazônica". Tendo por eixo o rio Amazonas, estende-se na direção leste-oeste, com uma declividade mínima: Tabatinga — ponto em que o rio penetra no Brasil e a mais de 3 000 quilômetros para o interior — está apenas a 65 metros sôbre o nível do mar. Relativamente estreita a leste no Baixo-Amazonas, a planície alarga-se cada vez mais para oeste, estendendo-se para as repúblicas vizinhas da Colômbia, Perú e Bolívia, indo terminar no sopé da cordilheira dos Andes. Para o sul e para o norte seus limites são assinalados pelas primeiras cachoeiras, que se encontram ao subir-se pelos afluentes do Amazonas, e não por acidentes notáveis do relêvo. Além dêsses limites, os terrenos constituem já as encostas dos dois planaltos — guiano ao norte e brasileiro ao sul — bastante aplainados pela erosão, em subida suave, apenas notada pelas cachoeiras e corredeiras que se sucedem.

Na imensa embocadura do Amazonas, a planície alarga-se novamente e a parte norte do Maranhão pode ser considerada como o seu prolongamento, pela semelhança das formas e pelos terrenos que a constituem.

A planície amazônica, a maior planície sedimentar do mundo, ultrapassando 2 milhões de quilômetros quadrados só em território brasileiro, é de formação recente, constituída por terrenos terciários e quaternários. Recobre-a a mais densa e pujante formação florestal da Terra — a Hiléia.

Da **planície platina** apenas uma parte, a pertencente à bacia do Paraguai, se estende ao Brasil. É o chamado "pantanal", no Estado de Mato Grosso. Essa planície, formada de sedimentos quaternários, eleva-se suavemente para o norte,

---

* O presente trabalho da lavra do Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da Secção de Estudos Geográficos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, está publicado sob a epígrafe "Geologia e Relêvo", no Capítulo I — Situação Física —, do *Brasil 1942*, editado pelo Ministério das Relações Exteriores.

até cêrca de 200 metros de altitude, unindo-se à planície amazônica nas regiões banhadas pelos rios Guaporé e Mamoré, sem que nenhum acidente orográfico aí marque a divisa entre as duas bacias — do Amazonas e do Prata.

São por isso freqüentes as chamadas "águas emendadas" entre afluentes do alto Paraguai e do Guaporé. Para leste e nordeste, a grande baixada é, porém, nìtidamente delimitada pelas escarpas que constituem a borda ocidental do planalto brasileiro.

A denominação "pantanal" pode dar a impressão errônea de ser essa região coberta de brejos e pântanos permanentes. Na realidade ela é sujeita apenas a inundações periódicas do Paraguai e seus afluentes, que se dão com regularidade na época das chuvas, ao passo que no período da estiagem acha-se drenada em boas condições. É uma das regiões ricas de Mato Grosso, onde a pecuária se desenvolve em situação próspera.

Tal como se dá na planície amazônica, os rios que percorrem o pantanal são navegáveis, sendo o pôrto fluvial de Corumbá o seu grande centro regional.

Situada em zona de clima tropical das savanas, a sua cobertura vegetal é constituída principalmente de campos cerrados associados a outras formações vegetais constituindo o chamado "complexo do Pantanal".

As **baixadas litorâneas** estendem-se em longa e estreita faixa do norte do Piauí ao extremo sul do país. Até o sul do Espírito Santo, são formadas principalmente por sedimentos terciários da formação das "barreiras", dispostas em tabuleiros pouco elevados, que em certos trechos se alargam um pouco para o interior (no norte da Baía atingem a cêrca de 100 km de largura); a sua delimitação, para o interior, não é feita por notáveis acidentes orográficos, fazendo-se a subida para as terras altas por encostas relativamente suaves.

A partir do rio Paraíba do Sul, o aspecto muda bastante em virtude da proximidade da alta escarpa da serra do Mar. Daí para o sul, a planície costeira, de sedimentos quaternários, reduz-se a pequenas baixadas descontínuas, pois que em muitos trechos o mar toca diretamente a Serra. As mais importantes são as baixadas Fluminense, da Ribeira de Iguape, de Paranaguá e do Itajaí e a grande faixa arenosa que constitue o litoral do Rio Grande do Sul.

A metade meridional dêste Estado, ao sul dos rios Jacuí e Ibicuí, embora constituída de terrenos mais antigos e apresentando mesmo um afloramento do velho "escudo" arqueano, é uma região de terras relativamente baixas, com ondulações ("coxilhas") — a chamada "campanha gaúcha". É uma peneplanície que, pela sua altitude pequena, pode ser considerada à parte, em relação ao planalto brasileiro.

O **planalto guiano** — Limitado pelas planícies do Amazonas, ao sul, e do Orenoco, a oeste, o planalto guiano assemelha-se ao brasileiro. Como êste, é constituído fundamentalmente por rochas do arqueano (gnais e granito), formando um sólido bloco que os geólogos denominam um "escudo"; sua altitude máxima é aproximadamente a mesma do planalto brasileiro, mas a sua área é incomparàvelmente menor.

Apenas as encostas meridionais do planalto guiano se estendem em território nacional, servindo suas linhas de cumiadas de limites entre o Brasil e a Venezuela e as Guianas. Por essas encostas descem os afluentes da margem esquerda do Amazonas, em cachoeiras sucessivas.

As serras, que delimitam ao norte a bacia amazônica, podem ser divididas em dois trechos: o ocidental, mais elevado, com as serras Parima e Pacaraima, entre o Brasil e a Venezuela; e o oriental — mais baixo, poucas vêzes ultrapassando mil metros e apresentando lombadas às vêzes mal definidas — com a serra de Tumucumaque e outras, entre o Brasil e as Guianas. No trecho ocidental, encontra-se a parte mais alta do planalto, o monte Rorimã, grande plataforma de arenitos cuja borda meridional é uma grande escarpa cortada a pique. Seu ponto culminante atinge 2 875 metros de altitude. Nesse monte encontra-se o ponto de trijunção das fronteiras do Brasil, da Venezuela e da Guiana Inglêsa. Um pouco a leste, situa-se o ponto extremo setentronal do país, na serra do Caburaí.

A oeste da serra Parima, o planalto se acha bastante desgastado pela erosão e transformado numa peneplanície relativamente baixa, na qual apenas alguns montes isolados se apresentam como vestígios do antigo planalto, por serem constituídos de rochas que resistiram melhor à erosão. Exemplo dêsses "monadnocks" é a Pedra de Cucuí, próximo à fronteira com a Venezuela. Por essa peneplanície corre o rio Negro e seus afluentes. A peneplanização foi tão intensa que se formou afinal uma comunicação entre as bacias amazônica e orenoquense — o famoso canal de Cassequiare, que estabelece a ligação entre o Negro e o Orenoco, em terras venezuelanas.

O **planalto brasileiro** — Mais da metade do território nacional é constituída por um grande conjunto de serras e planaltos, chamado comumente de "maciço" ou, melhor, de "planalto brasileiro". É um extenso "escuro" de rochas arqueanas (gnais e granito principalmente) parcialmente coberto por camadas sedimentares, uma das superfícies emersas mais velhas do globo. Por ser tão antigo, não apresenta cordilheiras elevadas, comparáveis ao Himalaia, aos Andes ou aos Alpes.

Trata-se, com efeito, de "um dos territórios mais estáveis, mais rígidos e menos deslocados que existem no mundo", em que as antigas elevações, provenientes dos dobramentos pre-devonianos, foram grandemente desgastadas pela erosão. Os grandes dobramentos do período terciário, que deram origem às altas cordilheiras atuais, não abrangeram a região brasileira; sua repercussão limitou-se à formação de fraturas, com desabamentos e formação de escarpas abruptas — "falhas" — importantes sobretudo na parte sul-oriental do país. Daí as feições predominantes do relêvo, que chamam a atenção de todos que percorrem o interior do Brasil: elevações pouco acentuadas, com perfís em linhas aproximadamente horizontais, cujos recortes resultam do trabalho da erosão ou do entalhamento produzido pelas falhas.

Podemos dizer que, de modo geral, o relêvo do Brasil é muito mais de planalto do que de serras pròpriamente. Os desnivelamentos que se observam no Brasil e que vulgarmente recebem o nome de "serras" são, na realidade, simples bordas de planaltos e chapadas: não são geralmente elevações com declives acentuados de um e outro lado, mas sim escarpas, que dão a impressão de serras aos que as contemplam dum nível mais baixo. Galgada, porém, uma dessas escarpas, chega-se a um planalto, com relêvo pouco acentuado e declive geral suave. Por essa razão, já foi proposto o curioso nome de "semi-serras" às serras brasileiras. Em duas palavras podemos sintetizar as formas de relêvo no Brasil: "degraus e patamares", ou, melhor, "escarpas e planaltos".

Quanto às altitudes, o planalto brasileiro apresenta as seguintes características: as maiores elevações a este, relativamente próximas ao oceano, ao passo que as altitudes vão baixando à proporção que se vai para o norte e para o oeste. É um vestígio da antiga disposição dos oceanos e continentes, em que a linha de costa estava muito mais a leste que a atual e a drenagem geral se fazia para um mar ocidental, que ocupava grandes extensões das atuais planícies platina e amazônica, antes do levantamento dos Andes. A descida para noroeste não se faz, porém, continuamente. A cada patamar que descamba suavemente para o interior, segue-se um outro, a princípio mais elevado e que por sua vez vai descaindo aos poucos. Para finalmente descer-se, é necessário ter-se subido várias vêzes. É o que acontece, por exemplo, na travessia leste-oeste do Estado do Paraná, ou no percurso em linha reta do Rio de Janeiro a Goiânia.

Quanto ao aspecto e à situação — levando-se também em conta a estrutura geológica e a origem do relêvo — pode ser assim dividido o planalto brasileiro:

1) as serras orientais;
2) as peneplanícies nordestinas;
3) as peneplanícies centro-orientais;
4) os degraus e patamares meridionais;
5) as escarpas e chapadas centrais.

**As serras orientais** — Formadas de rochas cristalinas do arqueano e do algonquiano, as elevações orientais têem como origem remota os antigos dobramentos laurencianos e huronianos. As cadeias então formadas, foram, contudo, posteriormente desgastadas e aplainadas pela erosão, até que as "falhas" produzidas no fim do cretáceo e no terciário esculpiram fortemente um novo relêvo em escarpas, orientadas, porém, pelas direções das antigas dobras. Os desnivelamentos

que disso resultaram tiveram como conseqüência uma nova acentuação da erosão que, atacando as partes menos resistentes, deu origem a vales profundos separados por elevadas cristas ("rejuvenescimento" do relêvo). Daí o aspecto montanhoso que apresenta a fachada oriental do Brasil, que contrasta com a monotonia do relêvo do interior.

Serras do Mar, da Mantiqueira, de Paranapiacaba e do Espinhaço, Chapada Diamantina e encosta da Borborema são os principais grupos de serras orientais.

Paralelo à costa, e chegando mesmo a ter contacto com o oceano em diversos trechos, o primeiro degrau do planalto recebe o expressivo nome de "Serra do Mar", desde o Paraíba do Sul até a parte meridional de Santa Catarina. Seu aspecto geral é de uma alta muralha, 1 000 metros de altura em média, bastante abrupta, que constituiu sempre um grande obstáculo à penetração para o interior. Tal obstáculo foi ainda acentuado pelo fato de estar a serra coberta de densa floresta tropical.

Seu trecho mais elevado acha-se justamente ao norte da baía de Guanabara, onde recebe o nome local de serra dos Órgãos. É nessa serra que se encontra o seu ponto culminante — a Pedra do Sino — com 2 245 metros de altitude. Recebe inúmeros outros nomes locais em seus diversos trechos, como sejam: Cubatão, entre Santos e São Paulo; Graciosa, entre Paranaguá e Curitiba, etc. Não é uma muralha inteiramente contínua, pois sofre interrupções, como no sul de São Paulo, onde dá passagem ao Ribeira de Iguape, que aí forma uma baixada.

Até o norte de Santa Catarina, mantém o seu aspecto típico, de grande paredão mas, ao sul do Itajaí, esfacela-se em diversas cristas isoladas, das quais a última, com o nome outra vez de Cubatão, estende-se às vizinhanças de Laguna e Tubarão. Mais para o sul, é a Serra Geral que se aproxima da costa, em lugar da serra do Mar.

Ao sul de Pôrto Alegre, reaparecem elevações de rochas cristalinas (serras do Erval, dos Tapes, etc.) que são consideradas por muitos como a continuação da serra do Mar. Sòmente a estrutura geológica vem a favor dessa filiação, pois as formas são aí bem diversas: elevações arredondadas, de pequena altura, que se salientam numa peneplanície rebaixada pela erosão.

Diversas serras isoladas, como as montanhas do Rio de Janeiro, e ilhas montanhosas ao longo da costa, como a ilha Grande, a de São Sebastião, a de Santa Catarina, etc., são consideradas como pertencentes ao grupo da serra do Mar, constituindo uma crista exterior parcialmente submersa.

Ao norte do importante sulco que é o vale do Paraíba, ergue-se o segundo degrau do planalto, como um paredão análogo ao da serra do Mar: é a "Serra da Mantiqueira", que se estende desde o norte da cidade de São Paulo até o sul do Espírito Santo. Nela se encontram os pontos mais altos de todo o planalto brasileiro. Nas divisas de Minas Gerais com o Espírito Santo, na Serra do Caparaó (nome local), ergue-se o Pontão da Bandeira, ponto culminante do Brasil a 2 890 metros de altitude. Nas divisas também de Minas com o Estado do Rio de Janeiro, outro ponto elevado é o pico das Agulhas Negras, na serra do Itatiaia (2 787 metros de altitude).

Nas vizinhanças da cidade de São Paulo, algumas serras isoladas (serra da Cantareira e outras) constituem o prolongamento sul-ocidental da Mantiqueira, mas já bastante atacadas e rebaixadas pela erosão. Mais para sudoeste, porém, a "Serra de Paranapiacaba" constitue uma imponente linha de elevações, com a escarpa mais íngreme voltada para o vale do Ribeira do Iguape, indo terminar no Estado do Paraná, no planalto de Curitiba.

Além da Mantiqueira, pouco ao sul da cidade de Ouro Preto, erguendo-se abruptamente da peneplanície elevada, a serra do Ouro Branco marca o início de uma longa série de elevações que se estendem no rumo geral sul-norte, dividindo as águas do São Francisco das que correm diretamente para o Atlântico: é a "Serra do Espinhaço" (que os mineiros denominam Serra Geral de Minas) cujo prolongamento para o norte, até as vizinhanças de Joazeiro, na Baía, é a "Chapada Diamantina". Espinhaço e Chapada Diamantina constituem um grupo de serras dispostas em cristas paralelas e de altas peneplanícies, cujas rochas são principalmente micaxistos e quartzitos, do período algonquiano. A erosão ataca diferentemente as rochas de resistências diversas, formando geralmente os quartzitos longas arestas salientes; daí o aspecto bastante acidentado do relêvo.

As altitudes são, porém, menores do que nas serras do Mar e da Mantiqueira, não atingindo 2 000 metros. O pico do Carapuça (1 995 metros), na serra do Caraça, ao norte de Ouro Preto, é o ponto culminante do Espinhaço, e o pico das Almas (1 850 metros) domina a Chapada Diamantina.

Entre os vales, bastante atacados pela erosão, dos rios que demandam o Atlântico, como o Mucuri, o Jequitinhonha, o Pardo, etc., diversos contrafortes servem de divisores de águas na direção geral de sudoeste-nordeste.

Ao norte do São Francisco, o rebordo oriental do planalto da "Borborema" constitue um degrau, que se estende desde o norte de Alagoas até o Rio Grande do Norte, paralelamente à costa, com certa analogia com a serra do Mar. As altitudes são, porém, bem menores (500 a 600 metros em média) e a encosta não chega a ser abrupta.

**Peneplanícies nordestinas** — Do Ceará ao norte da Baía, uma vasta área do escudo arqueano se acha desnudada e aplainada pela erosão, estando agora reduzida a típicas peneplanícies de média e pequena altitude. Êste trecho do território tinha sido recoberto por um capeamento de rochas sedimentares, principalmente arenitos cretáceos, o qual foi depois quase inteiramente removido pela erosão. As porções do capeamento que foram poupadas constituem pequenas chapadas residuais, restos do velho chapadão, que testemunham uma antiga superfície mais elevada. São assim, dentre outras, as chapadas do Araripe e do Apodi, verdadeiras montanhas-testemunhas *(buttes-témoins)*.

Outro gênero de elevações é representado pelos trechos do embasamento cristalino formados de rochas mais duras (granitos, sienitos, quartzitos) que resistiram melhor à erosão e hoje formam pequenas serras que se elevam sôbre o nível geral das peneplanícies. Dentre êsses *monadnocks* são notáveis as serras de Baturité, de Uruburetama e de Meruoca, no Ceará.

A parte oriental, nos Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, recebe o nome de planalto da Borborema, cujo ponto culminante é o pico do Jabre (1 200 metros) na Paraíba.

As peneplanícies nordestinas estendem-se também ao sul do São Francisco, pelo nordeste da Baía, até o rio Paraguaçú. Para oeste, são nitidamente delimitadas pela alta escarpa sedimentar que é a serra do Ibiapaba, borda das chapadas piauienses.

**Peneplanícies centro-orientais** — Sôbre o grande degrau da serra da Mantiqueira estende-se um vasto patamar ondulado, como um grande "mar de morros" arredondados, em forma de "meias laranjas", com altitudes próximas a 1 000 metros: é o planalto do Alto Rio Grande, também chamado de Sul de Minas ou de planalto da Mantiqueira. As formas arredondadas dos morros são típicas da erosão em clima tropical úmido.

Limitada ao sul pelo abrupto paredão da Mantiqueira, apresenta a peneplanície encostas de forte declividade a leste, onde está situada a "frente de erosão" dos afluentes do Paraíba (Paraibuna, Pomba, Muriaé) e do rio Doce, tributários diretos do Atlântico. Para oeste, é também íngreme a encosta, que descamba ràpidamente até ser recoberta pelos sedimentos permianos do planalto paulista. Aí se destaca pela sua altura o maciço de Poços de Caldas (cêrca de 2 000 ms de altitude) formado de rochas duras mais resistentes à erosão (sienitos nefelínicos).

Nìtidamente assim delimitada ao sul, a leste e a oeste, a peneplanície do Alto Rio Grande estende-se para o norte prolongando-se para a bacia do Alto São Francisco, sem que nenhum acidente orográfico importante marque tal passagem. A chamada serra das Vertentes não passa, aí, dum simples dorso abaulado, de 1 200 a 1 300 metros de altitude, onde se situa o divisor de águas, não merecendo o nome de serra; por isso Hartt incluiu-a dentre as que chamou "cordilheiras míticas", como são tantas outras que se encontram nos mapas do país.

Continuando-se para o norte, a peneplanície cristalina passa a ser recoberta pelos sedimentos silurianos do médio vale do São Francisco, que se estendem numa faixa estreita, entre o Espinhaço e a Chapada Diamantina, a leste, e as chapadas centrais, a oeste, até atingirem a peneplanície nordestina.

Na direção noroeste levanta-se um novo degrau de 300 a 400 metros de altura: é a serra da Canastra que continua ao norte com a da Mata da Corda e outras. Sôbre êste degrau, um novo patamar se estende para o noroeste até o centro de Goiaz, na região de Goiânia, indo terminar por encostas íngremes que descem para os vales dos afluentes do Araguaia e do Tocantins: é a peneplanície cristalina do Alto Paranaíba. Semelhante à do Alto Rio Grande, essa peneplanície apresenta contudo um maior grau de aplainamento; sôbre ela, chapadas residuais isoladas, de arenitos cretáceos, testemunham um antigo capeamento que a recobria em grande extensão. O degrau que a termina a noroeste recebe vários nomes locais, como a serra Dourada, próxima à antiga capital de Goiaz, e a serra dos Pirineus, com um pico que se eleva a 1 386 metros de altitude.

**Os degraus e patamares meridionais** — Além do estreito planalto de rochas cristalinas, que apenas se alarga um pouco em São Paulo e em Curitiba, — delimitado a sudeste pela serra do Mar e a noroeste pelos prolongamentos da Mantiqueira e pela Paranapiacaba, — estendem-se as camadas aproximadamente horizontais de rochas sedimentares que cobrem a maior parte dos Estados sulinos, o Triângulo Mineiro, o sudoeste de Goiaz e o sudeste de Mato Grosso. Daí as feições do relêvo do Brasil Meridional, em altas planuras suavemente onduladas.

Enquanto em São Paulo a passagem do planalto cristalino para o planalto sedimentar é apenas assinalada pelos saltos e corredeiras dos rios (como o salto de Itú, no Tietê), levanta-se no Paraná um pequeno degrau, a Serrinha, que é uma simples escarpa de erosão ("cuesta") nos arenitos devonianos. Mais além dêsses acidentes, estende-se uma estreita e longa faixa de terrenos permianos, muito pouco acidentados, desde o norte de São Paulo (vizinhanças de Mococa) até o norte de Santa Catarina: é o Segundo Planalto, que em São Paulo recebe dos geólogos modernos o nome de "Depressão Periférica", e no Paraná é chamado "Planalto dos Campos Gerais" ou de Ponta Grossa.

A oeste dessa estreita faixa, levanta-se um novo degrau, longa série de escarpas de erosão ("cuestas") que se estendem desde o norte de São Paulo até o centro do Rio Grande do Sul: é a Serra Geral, uma das mais interessantes feições orográficas do Brasil.

Êsse degrau é a borda oriental e meridional do vasto planalto de arenitos triássicos, capeados pelos extensos lençóis de lavas basálticas chamadas "trapes", que se estendem do sudoeste goiano ao norte rio-grandense. Êsse capeamento de rochas resistentes à erosão é o responsável pela existência da escarpa.

A Serra Geral não é um divisor de águas, em conseqüência mesmo de sua origem. Nos trechos menos resistentes, em que falta a proteção dos lençóis de "trapes", abrem-se estreitos "vales conseqüentes", por onde passam encachoeirados, em longos "canions", os grandes afluentes do Paraná: Tietê, Paranapanema, etc.

No sul de Santa Catarina, e a nordeste do Rio Grande do Sul, a Serra Geral apresenta-se como imponente paredão próximo ao Oceano. Aí se situa o seu ponto culminante, o Morro dà Igreja, a 1 870 metros de altitude. Seu aspecto em "aparados" cortados a pique, e sua posição litorânea tornam-na, aí, semelhante à serra do Mar, da qual se distingue apenas pela estrutura geológica (camadas sedimentares, ao invés de rochas cristalinas) e pela origem (escarpa de erosão e não escarpa de falha). Para o interior do Rio Grande do Sul, a escarpa toma a direção leste-oeste e vai-se tornando cada vez menos proeminente até esbater-se nas proximidades do rio Uruguai.

Êsse Terceiro Planalto, que no Paraná tem o nome local de "Planalto de Guarapuava", e que poderia receber a denominação geral de "planalto basáltico", pelo seu clima temperado, conseqüente à latitude e à altitude, e pela fertilidade dos seus solos (um dos quais é a famosa "terra rôxa") é uma das regiões brasileiras mais ricas e mais propícias a um denso povoamento.

Em sua parte setentrional, é recoberto, em grandes trechos, pelos arenitos cretáceos, em geral menos férteis, mas onde se desenvolvem boas pastagens como no Triângulo Mineiro, em Goiaz e em Mato Grosso. Seus rebordos ocidentais, para a bacia do Paraguai (serra de Maracajú, em Mato Grosso) e setentrionais, para a bacia amazônica (serra de Caiapó, em Goiaz) têm um aspecto menos abrupto que a Serra Geral, da qual são, aliás, morfològicamente diversos, pois não são "cuestas". Pela sua semelhança maior, serão estudadas juntamente com as escarpas do Brasil Central.

**As chapadas e escarpas centrais** — Nas regiões centrais brasileiras, uma das feições mais típicas do relêvo é a presença de grandes chapadas, extensões quase absolutamente planas, em que os únicos acidentes do relêvo são os vales dos rios, sulcos profundos limitados por escarpas abruptas. Tudo leva a crer numa vasta sedimentação, sobretudo cretácea, que cobrira a peneplanície cristalina.

A intensa erosão atual tem desbastado grandes porções dêsse capeamento sedimentar, pondo a nú a peneplanície fóssil, mas muitos trechos permanecem relativamente intactos. Os bordos dessas chapadas são geralmente escarpas íngremes, nas quais o trabalho da erosão é extraordinàriamente rápido. Rios que têm as suas nascentes no alto das chapadas, descem pelas escarpas entalhando-as profundamente. Daí o verdadeiro rendilhado de saliências e reentrâncias, os restos do capeamento que ficam como "montanhas-testemunhas" ilhadas na peneplanície e as estranhas muralhas ruiniformes. Para quem se acha em nível inferior, na peneplanície, ou viajando pelos rios, o horizonte é limitado por linhas de elevações recortadas que dão a impressão de que aí existem serras. Chegando-se, porém, ao alto das chapadas, observa-se que a altura dessas elevações é mais ou menos a mesma, sendo o horizonte uma linha quase perfeitamente horizontal.

Entre o São Francisco e o Tocantins, estende-se um dêsses grandes chapadões, no rumo geral sul-norte, com mais de 100 quilômetros de largura, e cujo topo está a cêrca de 900 metros de altitude: é o chamado Espigão Mestre. Suas bordas são escarpas íngremes, sobretudo a ocidental, voltada para território goiano, com uns 300 metros de altura. Os habitantes da bacia do Tocantins denominam de Serra Geral de Goiaz a essa escarpa que lhes limita o horizonte, ao passo que os baianos que habitam a chapada não lhe dão nome especial, pois dela não podem ter clara noção.

O nome "Espigão Mestre" pode dar a falsa impressão de que aí existe, não uma chapada, mas uma cadeia de montanhas, com uma elevada crista. É necessário, porém, atender-se a que o homem das regiões centrais denomina "espigão" a todo divisor de águas, mesmo que êle seja pouco sensível, correndo sôbre uma chapada como é alí freqüentemente o caso. O têrmo "espigão" liga-se à noção de "topo" e não à de "crista". Os divisores são muitas vêzes imprecisos, as nascentes de rios que correm para vertentes opostas são próximas e não são raras as "águas emendadas". É interessante que as estradas sigam freqüentemente pelo "espigão" para evitar os desnivelamentos do terreno. Quando se trata dum divisor entre dois rios importantes, é usual chamá-lo de "espigão mestre". Cabe, portanto, à chapada entre os dois grandes rios São Francisco e Tocantins o nome de "Chapada do Espigão Mestre". Aí o divisor está muito próximo da escarpa ocidental, pois a planura descamba suavemente para leste, até a escarpa oriental.

Para o sul, no noroeste de Minas Gerais, o Espigão Mestre continua por uma chapada bastante atacada pela erosão dos grandes afluentes do São Francisco (Carinhanha, Urucuia, Paracatú) e sua escarpa oriental se divide em vários alinhamentos descontínuos.

Em território goiano, entre o Paranã e o Maranhão, formadores do Tocantins, estende-se um chapadão análogo ao Espigão Mestre: é a chapada dos Veadeiros, onde se encontra o ponto culminante do Brasil Central, a 1 678 m. de altitude.

Entre as duas chapadas, o Paranã e seus afluentes cavaram uma larga e profunda depressão, o chamado "vão" do Paranã.

Para o norte da Baía, o Espigão Mestre apresenta uma curiosa depressão — o Jalapão — onde se acha a lagoa do Varedão, da qual fluem águas para as vertentes amazônica e sanfranciscana. Mais além, no chamado "Meio Norte" (Estados de Piauí e Maranhão) dominam ainda as feições das regiões centrais, recebendo aí as chapadas sedimentares mais comumente o nome de "taboleiros". Ao sul do Maranhão, encontra-se a Chapada das Mangabeiras. As serras do Piauí, de Dois Irmãos e outras, ao sul do Piauí, assim como as diversas serras maranhenses (Penitente, Itapecurú, Valentim, Alpercatas, Negro, etc.) são bordas de chapadas ou taboleiros isolados como "montanhas-testemunhas". No planatlo piauiense predominam as camadas permianas, cuja borda oriental é a serra de Ibiapaba, grande paredão que descamba para o Ceará, com mais de 1 000 metros de altitude máxima. É uma "cuesta" que apresenta grande seme-

lhança com a Serra Geral do sul do Brasil, abstração feita do capeamento de lavas, aí inexistentes; nela se encontra uma notável depressão, o "boqueirão" do Potí percorrido por êste rio, que vem do Ceará.

Em plena região central, em Goiaz e Mato Grosso, encontram-se ainda muitos outros planaltos tabulares, ainda mal delimitados. Não são ainda bem conhecidas as áreas que correspondem às chapadas e às peneplanícies cristalinas. As chamadas serras dos Chavantes e do Estrondo, entre o Tocantins e o Araguaia, do Roncador, entre êste e o Xingú, e tantas outras, são simples escarpas de pequena altura ou longas chapadas residuais. A mais importante é a chapada dos Parecís, no noroeste matogrossense, que descamba bruscamente para o vale do Guaporé, numa escarpa íngreme. Mais para o sul, o degrau que desce para o "Pantanal" recebe, dentre outros, o nome de serra de São Jerônimo. A escarpa dos Parecís e a serra de São Jerônimo de um lado, e as bordas ocidentais e setentrionais do planalto meridional (serras de Maracajú e de Caiapó), de outro, formam um gigantesco Y no relêvo do Brasil centro-oeste.

Para o norte, a descida do grande planalto se faz gradualmente, marcada pelas numerosas cachoeiras dos afluentes da margem direita do Amazonas, até chegar-se à grande planície, sem que nenhuma serra transversal assinale essa passagem.

No extremo oeste brasileiro, entre o Território do Acre e a República do Perú, a Serra de Contamana (ou, melhor, serra do Divisor, como propõem os geólogos que têm estudado modernamente a região) constitue a única tímida manifestação dos dobramentos andinos em território nacional, com uns 600 metros de altitude. É uma elevação inteiramente à parte em relação aos planaltos guiano e brasileiro.

**Distribuição da área do Brasil e suas unidades federadas por zonas hipsométricas**

a) Números absolutos

| UNIDADES FEDERADAS | AREA SEGUNDO AS ALTITUDES (Km2) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0 a 100 (metros) | 100 a 200 (metros) | 200 a 300 (metros) | 300 a 600 (metros) | 600 a 900 (metros) | 900 em diante | Total |
| Acre | — | 31 735 | 93 233 | 23 059 | — | — | 148 027 |
| Amazonas | 990 294 | 633 777 | 165 107 | 23 087 | 11 213 | 2 519 | 1 825 997 |
| Pará | 507 498 | 303 488 | 372 869 | 179 111 | — | — | 1 362 966 |
| Maranhão | 115 993 | 135 887 | 60 022 | 23 725 | 10 590 | — | 346 217 |
| Piauí | 18 868 | 52 762 | 57 277 | 95 963 | 20 652 | 60 | 245 582 |
| Ceará | 34 776 | 22 534 | 25 203 | 54 009 | 11 649 | 420 | 148 591 |
| Rio Grande do Norte | 18 415 | 12 955 | 11 841 | 7 636 | 1 564 | — | 52 411 |
| Paraíba | 5 456 | 4 720 | 9 036 | 25 708 | 10 953 | 47 | 55 920 |
| Pernambuco | 6 196 | 2 879 | 4 558 | 61 931 | 23 505 | 185 | 99 254 |
| Alagoas | 11 076 | 6 335 | 7 209 | 3 770 | 181 | — | 28 571 |
| Sergipe | 7 338 | 5 207 | 5 898 | 3 071 | 38 | — | 21 552 |
| Baía | 35 682 | 30 271 | 41 101 | 241 530 | 143 935 | 36 860 | 529 379 |
| Espírito Santo | 17 130 | 9 221 | 5 989 | 6 971 | 4 135 | 1 238 | 44 684 |
| Rio de Janeiro | 16 328 | 5 106 | 4 139 | 9 321 | 4 584 | 2 926 | 42 404 |
| Distrito Federal | 913 | 84 | 61 | 85 | 23 | 1 | 1 167 |
| Minas Gerais | 780 | 9 242 | 27 473 | 215 217 | 237 871 | 102 280 | 592 863 |
| São Paulo | 7 024 | 2 623 | 11 041 | 128 648 | 80 594 | 17 309 | 247 239 |
| Paraná | 2 241 | 2 928 | 15 309 | 74 443 | 80 612 | 24 364 | 199 897 |
| Santa Catarina | 10 282 | 5 099 | 6 783 | 24 125 | 29 286 | 19 423 | 94 998 |
| Rio Grande do Sul | 82 775 | 69 922 | 48 228 | 54 117 | 25 469 | 4 778 | 285 289 |
| Goiaz | 1 679 | 33 531 | 101 524 | 234 389 | 151 305 | 48 712 | 661 140 |
| Mato Grosso | 5 700 | 192 523 | 390 454 | 752 337 | 131 898 | 4 129 | 1 477 041 |
| **Brasil** | **1 896 444** | **1 572 829** | **1 464 355** | **2 332 253** | **980 057** | **265 251** | **8 511 189** |

## Distribuição da área do Brasil e suas unidades federadas por zonas hipsométricas

b) Números relativos

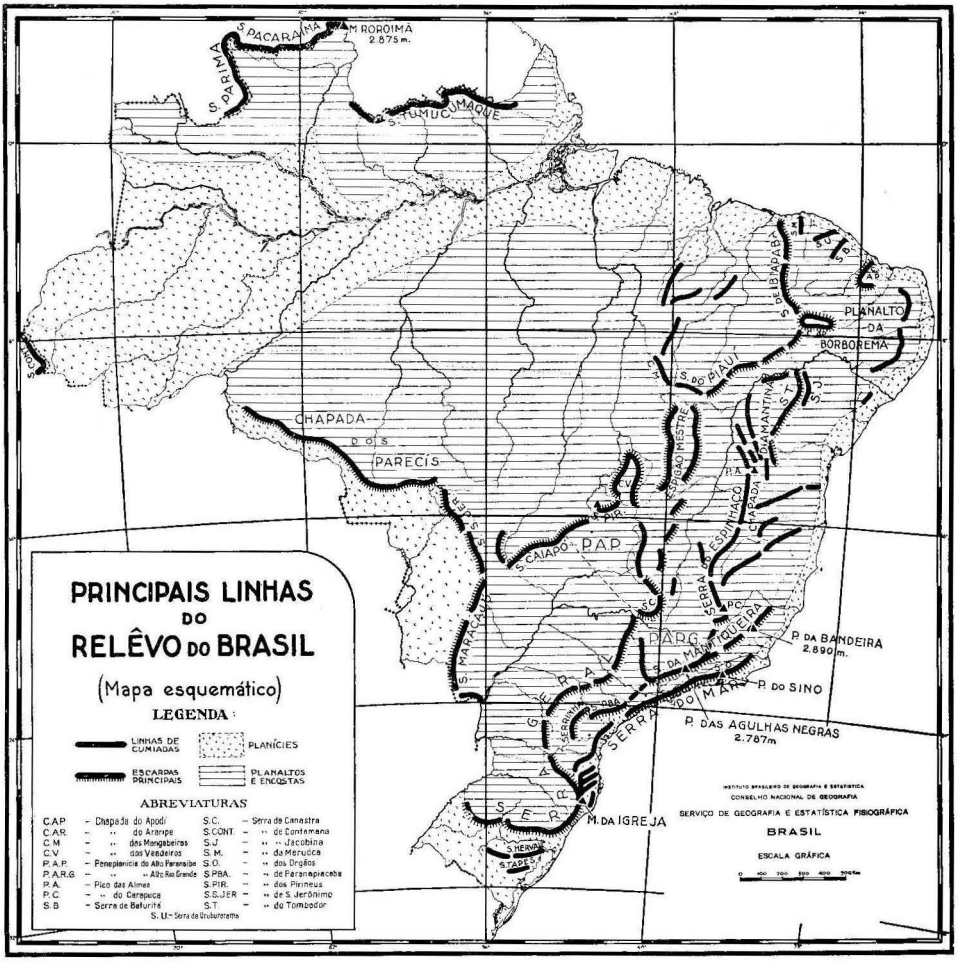
| UNIDADES FEDERADAS | AREA SEGUNDO AS ALTITUDES | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Das Unidades Federadas | | | | | | |
| | 0 a 100 (metros) | 100 a 200 (metros) | 200 a 300 (metros) | 300 a 600 (metros) | 600 a 900 (metros) | 900 em diante | Total |
| Acre | — | 21,44 | 62,98 | 15,58 | — | — | 100,00 |
| Amazonas | 54,24 | 34,71 | 9,04 | 1,26 | 0,61 | 0,14 | 100,00 |
| Pará | 37 23 | 22 27 | 27 36 | 13 14 | — | — | 100,00 |
| Maranhão | 33,50 | 39,25 | 17,35 | 6,86 | 3,06 | — | 100,00 |
| Piauí | 7,69 | 21,49 | 23,32 | 39,08 | 8,40 | 0,02 | 100,00 |
| Ceará | 23,41 | 15,16 | 16,97 | 36,35 | 7,83 | 0,28 | 100,00 |
| Rio Grande do Norte | 35,14 | 24,72 | 22,60 | 14,56 | 2,98 | — | 100,00 |
| Paraíba | 9,75 | 8,44 | 16,16 | 45,98 | 19,59 | 0,08 | 100,00 |
| Pernambuco | 6,24 | 2,90 | 4,60 | 62,40 | 23,68 | 0,18 | 100,00 |
| Alagoas | 38,77 | 22,17 | 25,23 | 13,19 | 0,64 | — | 100,00 |
| Sergipe | 34,05 | 24,17 | 27,37 | 14,24 | 0,17 | — | 100,00 |
| Baía | 6,74 | 5,71 | 7,77 | 45,63 | 27,19 | 6,96 | 100,00 |
| Espírito Santo | 38,34 | 20,63 | 13,40 | 15,60 | 9,25 | 2,78 | 100,00 |
| Rio de Janeiro | 38,51 | 12,04 | 9,76 | 21,99 | 10,81 | 6,89 | 100,00 |
| Distrito Federal | 78,28 | 7,19 | 5,21 | 7,27 | 1,97 | 0,08 | 100,00 |
| Minas Gerais | 0,13 | 1,56 | 4,64 | 36,30 | 40,12 | 17,25 | 100,00 |
| São Paulo | 2,84 | 1,06 | 4,46 | 52,04 | 32,60 | 7,00 | 100,00 |
| Paraná | 1,12 | 1,46 | 7,66 | 37,24 | 40,33 | 12,19 | 100,00 |
| Santa Catarina | 10,82 | 5,37 | 7,14 | 25,39 | 30,83 | 20,45 | 100,00 |
| Rio Grande do Sul | 29,02 | 24,51 | 16,90 | 18,97 | 8,93 | 1,67 | 100,00 |
| Goiaz | 0,25 | 5,07 | 15,36 | 49,06 | 22,89 | 7,37 | 100,00 |
| Mato Grosso | 0,39 | 13,03 | 26,43 | 50,94 | 8,93 | 0,28 | 100,00 |
| **Brasil** | **22,28** | **18,48** | **17,20** | **27,41** | **11,51** | **3,12** | **100,00** |
| | Das Zonas Hipsométricas | | | | | | |
| Acre | — | 2,02 | 6,37 | 0,99 | — | — | 1,74 |
| Amazonas | 52,23 | 40,30 | 11,28 | 0,99 | 1,15 | 0,95 | 21,45 |
| Pará | 26,76 | 19,30 | 25,46 | 7,68 | — | — | 16,01 |
| Maranhão | 6,12 | 8,64 | 4,10 | 1,02 | 1,08 | — | 4,07 |
| Piauí | 0,99 | 3,35 | 3,90 | 4,11 | 2,10 | 0,02 | 2,88 |
| Ceará | 1,83 | 1,44 | 1,72 | 2,32 | 1,18 | 0,16 | 1,75 |
| Rio Grande do Norte | 0,97 | 0,82 | 0,81 | 0,33 | 0,16 | — | 0,62 |
| Paraíba | 0,29 | 0,30 | 0,62 | 1,10 | 1,12 | 0,02 | 0,66 |
| Pernambuco | 0,33 | 0,18 | 0,31 | 2,65 | 2,40 | 0,07 | 1,17 |
| Alagoas | 0,58 | 0,40 | 0,49 | 0,16 | 0,20 | — | 043 |
| Sergipe | 0,39 | 0,33 | 0,40 | 0,13 | — | — | 0,25 |
| Baía | 1,88 | 1,92 | 2,81 | 10,35 | 14,69 | 13,90 | 6,22 |
| Espírito Santo | 0,90 | 0,59 | 0,41 | 0,30 | 0,42 | 0,47 | 0,52 |
| Rio de Janeiro | 0,86 | 0,32 | 0,28 | 0,40 | 0,48 | 1,10 | 0,50 |
| Distrito Federal | 0,05 | 0,01 | — | — | — | 0,00 | 0,01 |
| Minas Gerais | 0,04 | 0,59 | 1,88 | 9,23 | 24,27 | 38,56 | 6,98 |
| São Paulo | 0,37 | 0,17 | 0,75 | 5,53 | 8,22 | 6,53 | 2,90 |
| Paraná | 0,12 | 0,19 | 1,05 | 3,19 | 8,22 | 9,18 | 2,35 |
| Santa Catarina | 0,55 | 0,32 | 0,46 | 1,03 | 2,99 | 7,32 | 1,12 |
| Rio Grande do Sul | 4,35 | 4,44 | 3,30 | 2,32 | 2,60 | 1,80 | 3,35 |
| Goiaz | 0,09 | 2,13 | 6,93 | 13,91 | 15,44 | 18,36 | 7,76 |
| Mato Grosso | 0,30 | 12,24 | 26,67 | 32,25 | 13,46 | 1,56 | 17,35 |
| **Brasil** | **100,00** | **100,00** | **100,00** | **100,00** | **100,00** | **100,00** | **100,00** |

## Os pontos mais altos do Brasil

| DESIGNAÇÃO | SITUAÇÃO | | Altitudes em metros |
|---|---|---|---|
| | Acidentes orográficos | Unidades federadas e países limitrofes | |
| Pico da Bandeira | Serra do Caparaó | Minas Gerais-Eepirito Santo | 2 890 |
| Pico do Monte Roraimã | Sistema Guiano | Amazonas - Venezuela - Guiana Inglesa | 2 875 |
| Pico do Cruzeiro | Serra do Caparaó | Minas Gerais.-Espírito Santo | 2 861 |
| Pico do Cristal | Serra do Caparaó | Minas Gerais | 2 798 |
| Pico das Agulhas Negras | Serra da Mantiqueira | Minas Gerais-Rio de Janeiro | 2 787 |
| Cêrro Masiati | Sistema Guiano | Amazonas-Venezuela | 2 506 |
| Pico de Martins | Serra da Mantiqueira | São Paulo | 2 422 |
| Pedra Furada | Serra da Mantiqueira | Minas Gerais Rio de Janeiro | 2 323 |
| Pico de Itaquaré | Serra da Mantiqueira | Minas Gerais-São Paulo | 2 308 |
| Pedra do Sino | Serra dos Orgãos | Rio de Janeiro | 2 245 |
| Pedra Açú | Serra dos Orgãos | Rio de Janeiro | 2 232 |
| Mitra do Bispo | Serra da Mantiqueira | Minas Gerais | 2 195 |
| Morro da Boa Vista | Serra da Bocaina | São Paulo | 2 070 |
| Pico da Carapuça | Serra do Caraça | Minas Gerais | 1 955 |
| Pico do Itambé | Serra de Itambé | Minas Gerais | 1 876 |
| Pico das Almas | Serra do Juazeiro | Baía | 1 850 |
| Pedra Branca | Serra da Pedra Branca | Minas Gerais | 1 800 |
| Pico de Itacolomí | Serra de Ouro Branco | Minas Gerais | 1 797 |
| Pico da Piedade | Serra de Piedade | Minas Gerais | 1 783 |
| Frade de Macaé | Serra de Macaé | Rio de Janeiro | 1 750 |
| Pico do Burití Quebrado | Chapada Diamantina | Baía | 1 707 |
| Dedo de Deus | Serra dos Orgãos | Rio de Janeiro | 1 695 |
| Chapada dos Veadeiros | Chapada dos Veadeiros | Goiaz | 1 678 |
| Pico do Tinguá | Serra do Tinguá | Rio de Janeiro | 1 650 |
| Pico do Itabira do Campo | Serra do Cavalo de Pedra | Minas Gerais | 1 573 |
| Pico do Taió | Serra do Espigão | Santa Catarina | 1 500 |
| Morro do Marumbí | Serra da Graciosa | Paraná | 1 430 |
| Pico de Belo Horizonte | Serra do Curral d'El Rei | Minas Gerais | 1 390 |
| Pico de Itabira do Mato Dentro | Serra de Itabira | Minas Gerais | 1 380 |
| Pico sem nome | Serra dos Pirineus | Goiaz | 1 386 |
| Pico de São Sebastião | Ilha de São Sebastião | São Paulo | 1 307 |
| Pico de Paratí | Serra de Paratí | São Paulo - Rio de Janeiro | 1 260 |
| Monte Iolang-Paro | Sistema Guiano | Amazonas | 1 253 |
| Morro do Chapéu | Chapada Diamantina | Baía | 1 200 |
| Morro do Lobo | Serra da Mantiqueira | Minas Gerais - São Paulo | 1 200 |
| Pico de Itacambira | Serra do Grão Mogol | Minas Gerais | 1 200 |
| Morro de Jaraguá | Serra da Cantareira | São Paulo | 1 100 |
| Pico sem nome | Serra dos Parecís | Mato Grosso | 1 080 |
| Pedra Branca | Serra do Bangú | Distrito Federal | 1 024 |
| Pico da Tijuca | Serra da Tijuca | Distrito Federal | 1 021 |
| Pico sem nome | Serra de Ibiapaba | Ceará | 1 020 |
| Morro Mestre Alvaro | Morro Mestre Alvaro | Espírito Santo | 980 |
| Pico do Papagaio | Serra da Tijuca | Distrito Federal | 975 |
| Pico de Gericinó | Serra do Mendanha | Distrito Federal Rio de Janerio | 887 |
| Pedra da Gávea | Pedra da Gávea | Distrito Federal | 842 |
| Corcovado | Serra da Carioca | Distrito Federal | 704 |

# Principais linhas do relêvo do Brasil

[Mapa esquemático]




*O mapa é apenas uma esquematização das linhas mais importantes do relêvo. Com a convenção de planícies estão também representadas as pene-planicies baixas, como, por exemplo, a região de rochas cristalinas a sudeste do Rio Grande do Sul. As escarpas fortemente acentuadas, geralmente bordas de planaltos vulgarmente chamadas "Serras", estão figuradas com uma convenção especial, na qual o denteado indica o lado para o qual há descida, com forte declive.*

# Programas de geografia *

## CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL

A Casa do Estudante do Brasil promove, anualmente, sob a orientação de seu Departamento Cultural, uma série de cursos denominados "Cursos de Inverno".

Para reger o curso dêste ano, sôbre Geografia, foi convidado o Professor Pierre Monbeig, da Universidade de São Paulo, que organizou o programa que publicamos a seguir, conforme anunciou o número de Junho do *Boletim*.

### As ciências geográficas modernas

1. *Desenvolvimento moderno e tendências das ciências geográficas modernas.*
   a) aviso inicial: esta série de aulas não se dedica a pessoas que já têm uma formação geográfica, nem a estudantes que já estão em mãos de mestres qualificados.

   b) do determinismo ao possibilismo: de Darwin a Bergson o florescimento da geografia em todo o mundo, mas principalmente em três focos: Alemanha, França, Estados Unidos.

   c) as atitudes de cada escola:
   Alemanha: antropos-geopolítica
   França: a história — a cultura — as colônias de povoamento antigo.
   Estados Unidos: empirismo econômico

   ( fisiografia, climatologia, geo-economia
   ( as novas tendências de James e Sauer

   d) os pontos de vista que unem essas escolas e que são as verdadeiras aquisições da Geografia moderna:
   ações e interações dos meios humanos e naturais
   papel do homem como agente geográfico

2. *A amplitude da Geografia, sua crítica e sua unidade.*
   a) a Geografia, ciência de síntese — mas ou ela é imperialista ou se dispersa.

   b) a Geografia e seus inúmeros ramos — a subdivisão e seus perigos.

   c) a crítica da Geografia com Davenson: ela está ligada à Etnografia — a etiquetagem estéril.

   d) o valor intelectual da Geografia
   contacto com o real
   unidade da Geografia Física e da Humana
   uma ligação entre as ciências naturais e as do homem.

---

* O *Boletim*, nos seus números 1, 2 e 3 divulgou, respectivamente, os programas da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e da Faculdade Católica de Filosofia.

3. *A geografia no ensino primário.*

a) Ciência e ensino — a importância particular do ensino da Geografia no Brasil.

b) os alunos do curso primário — sua pouca idade e as conseqüências: dificuldade de generalização, dificuldade de "embutir" os conhecimentos. As crianças raramente têm um apôio intelectual em suas casas.

c) o ensino da Geografia deve ser uma lição de cousas: fazer sem cessar apêlo à observação direta, abrir os olhos para o mundo.

d) uma nomenclatura é sempre indispensável
ela pode ser aprendida sem muita dificuldade com a ajuda de mapas simples e concretos e de gravuras. Mapa e gravuras são documentos.

e) Da observação à imaginação.
não ser ambicioso.

4. *A Geografia no ensino secundário.*

a) o material de trabalho: a capacidade limitada de abstração dos alunos, a evolução dos adolescentes, o meio familiar e a vida social; o ensino secundário não tem por fim a formação de geógrafos

b) os três princípios que devem dirigir o ensino do professor secundário:

( a Geografia localiza
( a Geografia descreve
( a Geografia compara

c) a aplicação dêsses princípios deve permitir

( aumentar os conhecimentos dos alunos
( desenvolver neles qualidades do espírito:
( a observação
( a reflexão
( o sentido do complexo (progressivamente)

d) o método de ensino
da nomenclatura de ontem à lição magistral de hoje e à escola ativa de amanhã

e) a vaidade dos conselhos metodológicos

5. *A Geografia no ensino superior.*

a) os objetivos do ensino da Geografia nas Faculdades.

( a posição do futuro professor secundário
( as outras carreiras possíveis

b) não sòmente aprender Geografia, mas saber como se trabalha em Geografia:
o andamento da ciência
o perpétuo dinamismo da natureza e das sociedades

c) a possível organização da seção de História e Geografia
a *licencia docendi*
a especialização

d) a Geografia fora da secção de Geografia

6. *O papel da Geografia no ensino. Conclusão.*

a) seu lugar como elemento de formação intelectual

( senso do concreto
( se presta ao raciocínio sôbre o concreto
( se presta a abstrair do concreto

b) a formação do cidadão:
conhecer seu país

( sua fôrça
( suas fraquezas

conhecer os outros países
conhecer os problemas atuais

( História
( Geografia

união dos países e dos povos

c) a indissolubilidade das ciências
no ensino superior, formar um espírito de colaboração

7. *A Geografia e a vida prática.*

É a Geografia sòmente uma matéria para ensinar ou uma ciência pura?

a) A Geografia e as realidades
a Geografia e a economia nacional

( utilização dos solos *(land utilization)*
( o caso das zonas pioneiras

a Geografia e a política internacional

( as fronteiras e os povos, a Geopolítica
( os problemas de matérias primas

b) a Geografia e as escolas técnicas

( agrícolas
( industriais
( jornalismo
( finanças

c) os serviços técnicos e políticos

8. *Como trabalhar em Geografia.*

a) o mapa: começar do mapa e acabar no mapa.

b) as viagens e excursões.

c) a bibliografia geográfica.
manuais
revistas
as coleções especializadas ou correlacionadas.
os atlas e as bibliografias.

9. *A situação da Geografia no Brasil.*

a) Porque a Geografia não tem ainda no Brasil o lugar a que tem direito?

( ensino deficiente
( estudos que, erradamente, parecem ter resultados mais imediatos
( concurrência de outras ciências do homem

b) o que já foi feito:

( o que se conclue de uma bibliografia geográfica brasileira
( os esforços recentes: as Faculdades e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

c) o que ainda se pode fazer:

( no ensino
( nas pesquisas — os estudos regionais.

**Estudo dos gêneros de vida**

1. *A noção do gênero de vida.*

a) Os pontos de vista das ciências sociais sôbre as atividades humanas

( a ausência da base territorial nos sociólogos
( os problemas técnicos e as áreas culturais dos etnógrafos
( as considerações particulares dos economistas

b) As atividades humanas e o condicionamento natural

( as influências relêvo-clima-vegetação-meio biológico
( a base territorial: a Geografia estuda os modos de ocupação do solo

2. *A noção do gênero de vida.*

a) Evolução *in loco* das relações entre os grupos humanos e os meios naturais; o fator histórico e o homem como fator geográfico.

b) O homem satisfazendo suas necessidades (as necessidades vitais de Jean Brunhes)

c) Os grupos humanos agem no quadro dos hábitos herdados dos ancestrais (Vidal de la Blache).

d) As influências políticas, econômicas e sociais nos gêneros de vida

e) Definição da expressão "gênero de vida" (modo de vida)

3. *A escolha dos quadros para o estudo dos gêneros de vida.*

( com maiores referências sôbre os gêneros de vida rurais (maior nitidez da ocupação do solo)

a) As grandes unidades geográficas e a sua utilização pelos geógrafos norte-americanos

b) As possíveis unidades climato-botânicas

c) Os gêneros de vida na grande floresta equatorial

( o homem aniquilado pela natureza: coleta, caça, pesca
( a fragilidade da agricultura semi-nômade
( a penetração da economia capitalista

4. *A escolha dos quadros para o estudo dos gêneros de vida: o gênero de vida e a produção.*

a) A fórmula corrente: uma civilização de .....

( um produto, um tipo de trabalho, um gênero de vida

b) O exemplo da civilização do arroz

( os camponeses do delta do Tonkin
( um quadro físico bem delimitado
( uma monocultura
( uma civilização baseada sôbre um produto

c) A relatividade da noção de "uma civilização do ....."

d) Exemplos brasileiros

5. *A escolha dos quadros para os estudos dos gêneros de vida: a herança do passado.*

a) Os gêneros de vida superpostos aos quadros naturais por influência histórica — Gênero de vida e païsagem

b) O exemplo da païsagem rural francesa

( uma extrema variedade física — as nuances complexas das païsagens rurais
( entretanto, há a possibilidade de encontrar traços fundamentais comuns às diferentes païsagens que são fisicamente opostas
( duas grandes tradições agrícolas: germânica e romana

c) Os países novos têm um passado.

( Conclusão geral: é impossível estabelecer de um ponto de vista rígido as delimitações dos quadros dentro dos quais se pode fazer o estudo dos gêneros de vida rurais.

6. *O estudo geográfico da cidade.*

a) Um capítulo clássico da Geografia Humana ainda pouco desenvolvido no Brasil

b) Os elementos geográficos de formação: a posição e a situação

c) As tentativas de classificação das cidades segundo os elementos constitutivos geográficos

7. *O estudo geográfico das cidades.*

a) A evolução do organismo urbano, seus aspectos e representações geográficas

b) A païsagem urbana, seus elementos (*habitat,* quarteirões)

c) As funções urbanas, sua complexidade

d) A cidade de São Paulo através dos estudos de Caio Prado Júnior

8. *A região, base e coroamento do estudo geográfico.*

a) As dificuldades encontradas para definir o que é uma região, os tipos possíveis, o problema das delimitações

b) Uma região natural: a depressão periférica paulista

( delimitação, unidade, subdivisões físicas
( os modos de ocupação do solo
( o papel histórico

9. *A região, base e coroamento do estudo geográfico.*

a) As falsas unidades regionais: as ilhas de Jean Brunhes

b) As ilhas Baleares

( unidade pela posição
( diversidade pela estrutura, as formas do terreno e o clima
( diversidade pela história do povoamento

c) A necessidade de estudos de Geografia Regional no Brasil

( a tentativa oficial de subdivisão regional
( as possibilidades de trabalho

**A geografia das indústrias**

1. *O ponto de vista do geógrafo em relação às indústrias.*

a) a história da palavra, seu sentido acadêmico, seu significado usual

b) da influência limitada dos fatores naturais

( na localização e desenvolvimento
( o ponto de vista de Simiand (curso de economia política)

c) o que pode ser uma Geografia das indústrias

( a païsagem industrial
( os gêneros de vida ligados à indústria

2. *As formas de indústria.*

a) os quadros estudados devem estar correlacionados com os fatores econômicos e sociais — A classificação adotada por Raoul Blanchard

b) a indústria doméstica, produto do isolamento

c) suas formas passadas e presentes

d) a indústria complementar e a indústria autônoma, filhas do comércio

3. *As formas de indústria.*

a) as modalidades de indústria complementar: variando com as estações e permanente

b) a indústria autônoma, sua forma dispersa e a sobrevivência atual

4. *A grande indústria moderna, forma essencial de indústria autônoma*
   a) a indústria concentrada no passado
   b) a fôrça motriz, a distância em relação às matérias primas e aos mercados consumidores, os transportes e a mão de obra; fatores geográficos da indústria concentrada
   c) as migrações das indústrias e o exemplo dos Estados Unidos

**As zonas pioneiras**

1. *Os "fronts" de colonização.*
   a) definição de Bowman: ontem e hoje *(pioneering, modern style)*
   b) alguns aspectos típicos das zonas pioneiras
      ( o *stock* humano
      ( a terra
      ( a rodovia e a estrada de ferro
      ( o *habitat*
   c) importância do estudo das zonas pioneiras no Brasil, país pioneiro — a imigração — povoamento e zonas pioneiras

2. *As zonas pioneiras atuais.*
   a) localização
      ( zonas tropicais
      ( regiões circumpolares
   b) as zonas pioneiras russas (Sibéria)
   c) as zonas pioneiras americanas
      ( evolução do deslocamento
      ( os fracassos
      ( a nova atitude americana em relação às zonas pioneiras

3. *A marcha do povoamento no Estado de São Paulo.*
   a) a distribuïção do povoamento em inícios do século XIX
   b) as fases da marcha para o interior
      ( o período do café, o colono livre e a via férrea
      ( a crise de 1928
      ( o atual período do algodão, do sitiante e do caminhão
   c) a distribuïção geográfica das diferentes fases
      ( o eixo tradicional da penetração
      ( a terra roxa e a floresta
      ( o esgotamento dos solos e o baixo rendimento do café

4. *Aspectos atuais das zonas pioneiras paulistas.*
   a) localização no Estado e influências fora do Estado
   b) o gênero de vida rural das zonas pioneiras
      ( a païsagem pioneira
      ( a economia pioneira

c) as cidades pioneiras

d) os diferentes elementos étnicos

5. *São as possibilidades ilimitadas?*

a) diferenças entre a marcha da população para o interior em São Paulo e nos Estados Unidos

b) a questão da *hollow frontier*

( mapas de população
( economia pastoral

c) complexidade das direções das migrações internas

( o movimento de retôrno
( o centro centrífugo de Minas
( o movimento de tenazes para o Paraná

d) os perigos do *laissez-faire*

e) o problema das zonas pioneiras paulistas considerado em relação aos quadros nacionais e internacionais.

**Se quiser receber as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira", escreva à Secretaria do Conselho Nacional de Geografia.**

## *Tertúlias geográficas semanais*

### OITAVA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 2 DE MARÇO DE 1943

Dando início à sessão, o Eng.º Cristóvão Leite de Castro, lembrou que o assunto a ser tratado referia-se à expedição organizada pelo C. N. G. à região do Jalapão.

Passou a palavra ao Prof. J. C. Junqueira Schmidt que fôra designado para falar sôbre *Observações meteorológicas*.

O Prof. Alírio de Matos solicitou informações sôbre o que poderia fazer a expedição quanto à altitude. Mostrou ser difícil de se fazer a determinação de altitudes, visto, os aneroides não serem, sempre, muito exatos e que, além disso, iríamos contar com os da Baía.

O Eng.º G. Simas Pereira informou que se levaria dois aneroides do Rio de Janeiro.

O Prof. A. de Matos pediu, para que se levasse um barômetro de mercúrio que estivesse comparado com o padrão, por sua vez, comparado com o da Argentina e êste, com o internacional. Assinalou a necessidade de se determinar a altitude por meio de nivelamento topográfico. Êste é feito, em geral, por ocasião das instalações de estradas de ferro, mas, nem sempre, merece muita confiança; há exemplos de levantamentos ferroviários com diferenças de 3, 4 e 5m. Fêz vêr, assim, a dificuldade de se encontrar um ponto de referência seguro.

O Prof. Alírio de Matos disse que, além do barômetro se deveria instalar um barógrafo. Na impossibilidade de se ter uma estação meteorológica, declarou ser melhor levar, daquí, os instrumentos necessários.

O Prof. Schmidt, tomando a palavra, abordou a questão do *programa de trabalho*, assinalando a conveniência de se fazer as observações diárias às mesmas horas que o nosso Observatório, isto é, respectivamente às 9, 15 e 21 horas, além de outras, para se verificar qual o nível de diferença.

Quanto ao clima da região, disse que o Dr. Augusto de Miranda, nas várias viagens que fêz à região, constatou que o clima, de um modo geral, obedece ao mesmo ritmo das regiões circunvizinhas. As máximas de temperatura atingem a 38º e 39º C e as mínimas descem a 10º e a 11º C. Observa-se, quanto à precipitação, duas estações definidas: chuvosa, de setembro a abril e sêca, de abril a setembro.

As chuvas são produzidas pela marcha do Sol para o hemisfério sul; são chuvas tropicais, acompanhando o môvimento do sol.

O vale do Rio S. Francisco oferece coisas muito interessantes. Os afluentes da margem direita, "cortam" na época sêca; os da margem esquerda, são perenes.

Os ventos, de um modo geral, são de E e NE. Os de E são dissecantes; os rios que correm para Goiaz, que deveriam secar, são perenes e alimentados pelas águas que se infiltram no arenito.

A observação da formação das nuvens, poderá ser útil para a verificação da circulação aérea, desde que se constate a direção e a velocidade das mesmas.

A palavra foi dada ao Prof. Alírio de Matos que opinou que a expedição deveria ser acompanhada de um competente nivelamento barométrico. A seu ver, a leitura de um barômetro nada significa na determinação de altitudes, mas, serve para determinar a diferença de altura entre os dois pontos vizinhos, entre si, e sob condições atmosféricas semelhantes.

Fêz ver que se tratava de uma região desconhecida e que se partiria de um ponto, de altitude também desconhecida. Nesse ponto de partida, dever-se-ia procurar obter a altitude e no caso de se encontrar estrada de ferro essa poderia servir.

Pediu o Prof. Schmidt que trouxesse a relação das estações meteorológicas da região que já tenham altitudes determinadas o que permitiria que, pouco a pouco, se determinassem as outras altitudes. O Prof. Schmidt alegou que infelizmente, os dados não poderiam servir como ponto de referência básico, visto, não ter havido levantamento e, conseqüentemente, as cotas não mereceram confiança.

O Prof. Alírio de Matos visou, então, como ponto de partida, Sta. Rita do Rio Preto. O Prof. Schmidt informou que as séries aí, eram interrompidas e que o Observatório não era bom. Mostrou, em seguida, um mapa do Dr. Miranda contendo cotas.

O Eng.º Simas Pereira disse que êste, se baseara na determinação oficial que era um pouco arbitrária.

O Prof. Schmidt declarou que em Barra do Rio Grande as séries, também, não eram boas, visto, ser preciso cinco anos seguidos, de observação.

Tratou-se de saber se foi feito o levantamento topográfico do Rio S. Francisco e no caso positivo o Serviço Geológico deveria possuí-lo. O Prof. Backheuser disse que julga ter visto o nivelamento do S. Francisco. O Prof. Valverde declarou que havia um levantamento aerofotográfico do trecho Baía confrontante com Pernambuco, feito pelo Eng.º M. Fragoso. O Prof. Schmidt acrescentou que o ponto a esclarecer consiste em saber se há levantamento topográfico do rio S. Francisco, partindo do nível do mar.

O Prof. A. de Matos apresentou a seguinte sugestão: Para se evitar grande êrro, isto é, êrro de mais de 30 m. poder-se-à atingir o rio Preto por meio de três degraus.

1.º — Ver uma estação antes de Barra e aí fazer observações contínuas, durante 3 dias, com um barógrafo registrador, juntamente, com as observações feitas, pelo menos, três vêzes por dia noutro lugar.

2.º — Supondo que a segunda estação seja em Barra e a outra em Pontal deverão os observadores, localizados nas respectivas cidades, fazer novas observações, durante outros três dias.

Alegou que para não gastar muito tempo poder-se-à tomar uma distância entre as estações, de 50 a 60 km em reta, embora teòricamente, essa distância não deva exceder de 30 km.

3.º — Finalmente, deverá ser atingido rio Preto e confrontadas as observações feitas nessa cidade com as de Barra, servindo a primeira, de ponto de partida.

Depois, será combinado um futuro ponto, para o qual, será levado o barógrafo e onde deverá fazer, pelo menos, observações durante dois dias.

Concluindo, observou que êsse era um meio de se fazer o nivelamento do terreno o qual, a seu ver, seria quase insignificante. Pediu fôssem apresentadas sugestões, no sentido de melhorar ou simplificar a sua proposta.

O Dr. Agenor Machado sugeriu, então, que se destacasse uma turma para fazer um nivelamento a taquiómetro ou a teodolito o que consumiria, talvez, o espaço de 3 mêses.

O Prof. Alírio de Matos, alegou que o processo é aplicado com rendimento quando há estradas.

O Dr. Agenor Machado indagou se o campo era descoberto, se a visibilidade era boa, sem exigir a cobertura de picadas. O Cel. Lísias Rodrigues informou que a região é um planalto que sobe docemente do S. Francisco e vem morrer no Jalapão.

O Prof. E. Backheuser lembrou que se tomasse, por exemplo, Barra, como ponto 0 (zero). O Prof. A. de Matos retrucou que já havendo erros, poderia levar a erros maiores. O Prof. Backheuser disse que as observações poderiam ser feitas lá e os cálculos revistos aquí. O Prof. A. de Matos frisou que a questão consiste em encontrar um processo que garanta os resultados futuros.

O Prof. Alírio de Matos pediu ao Cel. Jaguaribe que emitisse a sua opinião, a respeito da proposta que fizera, do nivelamento barométrico.

O Cel. Jaguaribe de Matos declarou já ter lidado com cálculo de barógrafo e acentuou que tudo consistia em fazer o testemunho barográfico. Mostrou que das 40 000 observações, que teve em mãos para o seu trabalho sôbre

Mato Grosso, muitas foram perdidas, porque se deixava de registar o número dos aparelhos. Lembrou, então, a necessidade de se instalar um observatório central, onde deverão ser feitas as leituras.

Continuando disse que no seu trabalho, uma vez espalhados os barômetros, constatava a variação diurna e fazia uma compensação mais grave, no espaço de um ano para ver a curva anual, em relação à latitude; mais tarde, verificou que êsse mesmo processo fôra empregado por von den Steinen em 1884.

Uma leitura isolada do barômetro serve como média. Deve haver uma correção diurna e uma correção anual.

O Cel. Lísias Rodrigues lembrou a fundação de um posto meteorológico. O Prof. A. de Matos opinou que fôssem levados os instrumentos.

O Cel. Lísias Rodrigues perguntou se não se poderia fazer uma interpolação entre duas estações.

O Cel. Jaquaribe de Matos observou que o barômetro variava com a latitude.

O Cel. Lísias Rodrigues disse que sendo o clima do interior muito homogêneo seria possível fazer-se as observações sem grande êrro.

O Prof. Alírio de Matos pediu ao Prof. Schmidt que esclarecesse quanto à pressão da chapada. O Prof. Sshmidt, em resposta, disse que nas chapadas havia o que se chama "efeito de planalto", isto é, um super aquecimento que vai incorrer numa queda de pressão, que por sua vez, resultará numa avaliação exagerada da altitude.

O Eng.º Leite de Castro constatou haver duas correntes: uma, a favor do nivelamento barométrico, outra, a favor do nivelamento taquiométrico de precisão.

O Prof. Backheuser, procurando interpretar a proposta do Prof. A de Matos, declarou que êste desejava fazer um trabalho mais rigoroso, na primeira parte. Acrescentou que a discussão estava se processando, aèreamente, sendo, portanto, necessário procurar dados que ofereçam melhor base. Perguntou, então, se havia nivelamento mais seguro de Barra.

O Prof. A. de Matos solicitou um mapa que abrangesse uma região mais extensa, permitindo assim, maior orientação.

Tomando a palavra o Prof. Francis Ruellan, após elogiar a discussão que se desenrolara em tôrno de um assunto essencial à expedição, assim se expressa: Não se sabe grande coisa sôbre o relêvo da região. E' preciso ter bases aceitáveis. As bases que poderão ser tomadas são: Rio Preto, citada pelo Prof. A. de Matos e Pedro Afonso, citada pelo Cel. Lísias Rodrigues.

Quanto a Pedro Afonso o Prof. Schmidt consultado pelo Prof. Ruellan, informou que as observações tiveram início há pouco tempo.

Prosseguindo, o Prof. Ruellan declarou que, o método preconizado pelo Dr. Alírio de Matos lhe parece o mais prático e ao mesmo tempo o melhor, cientìficamente, e, em apôio ao que disse o Cel. Jaguaribe de Matos, lembrou que há tal diferença no regime dos aparelhos que deve ser levada em consideração, pois do contrário estará tudo perdido. Insistiu sôbre a necessidade de se estudar o regime dos barômetros, antes da partida e de se ter, quando possível, alguém do Serviço Metereológico para assegurar o contrôle durante a expedição.

Previu que em muitos casos poderá falhar a série de observações e será necessário determinar a altitude relativa para se ter o relêvo por comparação.

O Prof. Schmidt referiu-se novamente ao mapa de Agenor Miranda contendo cotas. O Prof. A. de Matos alegou que aquelas altitudes não são fidedignas.

O Eng.º Leite de Castro declarou que o problema não oferece tão difícil solução como parece e que a decisão caberá menos à técnica que à administração. Disse, tudo estar dependendo da questão orçamentária.

Acrescentou ser a verba diminuta e que em topografia a tarefa mais cara é a altimetria.

A solução do problema consistirá em enquadrar, no plano da expedição, nivelamentos expeditos sem grandes despesas.

Fêz ver que o Prof. A. de Matos indicava que o seu método não importaria em grandes gastos e garantiria investigações com êrro inferior a 30m, o que demonstra a sua grande vantagem.

O Eng.º Leite de Castro estabeleceu que será, portanto, adotado o sistema barométrico, mas, notou que faltava a parte executiva. Dirigiu, então, um apêlo do C. N. G. ao Prof. Schmidt para que solicitasse ao Serviço Meteorológico, instrumentos e um técnico.

Dando por terminada a questão da determinação de altitudes, da região do Jalapão, o Eng.º Leite de Castro, dedicou os últimos trinta minutos da Tertúlia, aos debates em tôrno do formador principal de um rio.

Participou que a Secção de Estudos havia feito pesquisas referentes ao assunto.

Pedindo a palavra, o Cel. Jaguaribe assim se expressou: a questão do formador principal de um rio é de interêsse profundo; presumo ter um conceito feito sôbre o assunto. Tenho a impressão geral que a questão está mal colocada; parece uma questão de filosofia, mas, às vêzes, é uma questão de direito, apenas.

O problema comporta duas partes; não abordarei, logo, o problema antropogeométrico preferindo ver, primeiramente, o problema de filosofia que consiste em saber qual a nascente principal de um rio totalmente desconhecido.

Há leis estabelecidas em fisiografia, das quais, destacaremos o princípio recordado por Larminat, na sua *Topografia,* que é o seguinte: "qualquer gota dágua caída em qualquer lugar da terra, se abstrairmos a quantidade evaporada e a infiltrada, chegará ao oceano".

A molécula dágua chegaria ao oceano e atingiria até a região abissal se não houvesse, por exemplo, uma dobra; nada há de fixo no universo, assim, um rio principal poderá deixar de sê-lo.

Um ponto qualquer da terra pode ter escoamento para o mar. E as bacias fechadas? São transitórias. O trabalho geral da erosão é de nivelamento.

Segundo o Prof. Backheuser dever-se-á atender à maior bacia para se determinar o formador principal de um rio.

Um rio apresenta duas partes: 1) região mais baixa (próximo do perfil de equilíbrio): 2) região mais alta (perto da nascente).

O rio principal seria aquele que apresentasse o maior vale, sendo êste, o vale mais baixo e o rio coletaria as águas de tôda a região para levá-las ao mar, que é o nível de base. Conforme o que disse o Prof. Ruellan a determinação da nascente de um rio deve ser feita subindo o rio. Deve-se tomar, pelo menos, um rio e ver quais são os concorrentes. Os que apresentarem a média do volume dágua, pelo menos, igual à metade do volume da do rio devem ser examinados.

Em geral, não se indica o critério que deve ser obedecido na investigação do formador principal. Ferreira Filho, num seu trabalho, trata dêsse assunto.

Deveremos ver a altitude do vale. As medições dentro do rio, não satisfazem porque os barômetros tomam um sentido inverso. Essa perturbação é devida à evaporação. Convem que se afaste um pouco do leito do rio.

Se entramos por dois ou três concorrentes, veremos os de vale mais baixo que terão um valor a favor do formador principal. Devemos ver a extensão e voltar ao estudo da cabeceira.

Dá-se em geral como nível de base o rio principal.

A determinação da caudal principal, bem como, da cabeceira principal de um rio é uma questão, puramente, geográfica.

Analisando, em seguida, o rio da Prata, o Cel. Jaguaribe, opinou que o rio principal seria o rio Paraguai, pois, foi o mar que recebeu o rio Paraná, não importando que hoje esteja aterrado.

Quanto ao rio Ucaiale sua cabeceira deverá ser também a cabeceira do Amazonas, pois, isso é indicado pela vegetação que o acompanha e por ter o vale mais baixo que o rio Maranhão.

Fêz ver que a principal questão concernia à altitude. Assim, os rios: Paraguai, Mississipe e Araguaia seriam formadores principais, respectivamente, dos rios: da Prata, Missurí e Tocantins por terem os vales mais baixos e constituirem fossas de escoamento, embora, hoje mais aterradas. Portanto, os principais argumentos são relativos à altitude.

Finalmente, o Cel. Jaguaribe de Matos, referiu-se à representação gráfica do fenômeno que acabara de expor, por meio do sistema de coordenadas.

O Eng.º Leite de Castro, louvando a contribuïção do Cel. Jaguaribe, ao estudo do formador principal de um rio, pediu que a transformasse em um esquema, afim de juntá-lo aos já apresentados, sôbre o mesmo assunto, nas reüniões anteriores.

O Sr. Pedro Geiger, pedindo a palavra, declarou que nos perfís que tivera oportunidade de traçar, na Secção de Estudos, havia verificado que o rio Tocantins, da confluência com o Araguaia para a montante, apresenta o vale mais baixo.

Referindo-se, em seguida, aos rios Pardo e Mogiguassú lembrou a questão da estrutura, assinalada pelo Prof. F. Ruellan no seu esquema.

O Mogiguassú, afluente do Pardo é de perfil mais baixo, mas, tem menor volume dágua.

O fato pode ser explicado pelo relêvo, pois, confrontando-se o Pardo com o Mogiguassú, a partir da confluência para a montante, verifica-se que: o primeiro, dirige-se para leste atingindo, logo, a Mantiqueira; o segundo, dirige-se mais para o sul vindo a alcançá-la mais adiante.

Concluindo, disse que a prova de que o Mogiguassú é afluente do Pardo está no maior degrau que apresenta no nível da serra, tendo sido portanto, menos trabalhado pela erosão.

Em seguida, o Eng.º Leite de Castro encerrou a reünião.

*

## NONA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 16 DE MARÇO DE 1943

Abrindo a sessão, o Sr. Presidente, Dr. Leite de Castro notificou a assistência que foi inaugurado na sede do Conselho Nacional de Geografia um Museu geográfico. Fêz ainda um convite, para que todos os interessados visitassem o Museu e apelou para os mesmos, no sentido de que trouxessem suas contribuïções, particularmente no que se refere à Geografia Humana.

Em seguida, deu a palavra ao Prof. Ruellan que estudou alguns perfís de rios franceses, afim de mostrar a complexidade e a dificuldade em estabelecer um critério para fixação de rios principais.

O Prof. Ruellan mostrou que, se o problema teòricamente parece ser resolvido mais ou menos fàcilmente, por um encadeiamento lógico de causas a efeito, o mesmo não se dá na prática, onde se reveste de grande complexidade. Fêz em seguida o exame de alguns rios franceses: 1 — o Loire trouxe uma confirmação às leis que se tentou estabelecer nas tertúlias anteriores. O seu perfil é mais doce do que o de seus afluentes, a descarga é maior e a extensão da bacia também é a maior. O único rio que com êle concorre é o Allier, mas é vencido como já se viu. No entanto, os dois rios estão sujeitos a condições morfológicas análogas, ambos correm em "grabens", ou seja, fossas tectônicas, logo morfològicamente um não tem mais vantagem do que o outro. A bacia do Loire é sensìvelmente do mesmo valor que a do Allièr. Porém no que concerne ao perfil e à descarga o Loire leva vantagem. O Loire está consagrado como rio principal desde a Gália romana, portanto, é, um rio principal que justifica perfeitamente a regra.

2 — Rodano — é um rio cujo perfil é claramente mais exaltado do que o do Saône. O Rodano tem um curso muito mais atormentado, atravessando o Lago Léman, isto pode ser explicado *a priori* pela conformação tectônica. Quando à descarga média; em tempos normais o Rodano tem uma descarga maior do

que o Saône, embora o seu perfil seja mais abrupto. É uma anomalia igual à que se apresenta na bacia Paraná-Paraguai; e é esclarecida pelo fato do Saone percorrer um vale tectônico.

Quanto à extensão da bacia de alimentação, a do Saône é superior à do Rodano. Isto complica a questão, a descarga do Rodano é maior do que a do Saône, no entanto a bacia de alimentação é menor; é uma contradição que se explica pela diferença de *regime fluvial*. O curso do Rodano é enriquecido por geleiras. Daí a importância da descarga média e do conhecimento do regime particular de alimentação. Concluindo, apesar do Rodano ter o perfil mais abrupto, recebeu o nome de rio principal, pois foi o que mais impressionou pela sua descarga média.

3 — Sena — seu caso é complicado, pois tem um afluente, que lhe faz concorrência, o Yonne. O Yonne corre em terreno impermeável, tem uma bacia de alimentação maior do que a do Sena, sua descarga também é maior. Aproximando-se da confluência o Yonne tem perfil mais abrupto do que o Sena; logo neste caso, o perfil foi considerado como fator essencial na escolha do rio principal. Ora, isto está em contradição com o que se viu nos casos anteriores. O nome de rio principal, talvez tenha sido dado ao Sena devido ao fator histórico; desde os primórdios da história da França o vale do Sena foi um centro de civilização, o Yonne, ao contrário, percorre uma região montanhosa cujos habitantes, ainda hoje, estão atrasados em relação ao progresso geral. Além disso, o Yonne só dá a impressão de ter maior descarga no período das cheias, enquanto que o Sena mesmo no verão parece ser mais largo, mais tranquilo e navegável.

4 — Garonne — é o caso em que o nome de rio principal foi dado mais arbitràriamente. Vários de seus afluentes têm perfil mais doce do que o seu. A questão complica-se quando se examina a descarga, o Garonne tem descarga média maior do que a do Lot, porém menor do que a do Tarn, que igualmente é considerado seu afluente. Logo, a escolha foi puramente de Geografia Humana.

Concluiu o Prof. Ruellan, que quando se procura fixar regras, os elementos mais seguros são: a descarga média, o perfil e às vêzes a extensão da bacia de alimentação, contudo não se deve desprezar a estrutura e o tipo de alimentação fluvial a que está sujeito o rio. Não se trata de uma regra estrita, é apenas uma diretriz a ser seguida.

O Cel. Lísias Rodrigues foi de opinião de que é impossível fixar regras para determinação de um rio principal, daí ser interessante o sistema de um conjunto de fatores considerados, anteriormente, poderiam ser acrescentados a descarga média e a bacia de alimentação.

O Prof. Backheuser acentuou a importância do fator humano; as regras físicas falham diante da decisão histórica, que faz com que os rios tenham um determinado título. Desde que haja um nome já consagrado pelo uso popular, êsse nome não pode ser mudado.

O Cel. Lísias Rodrigues disse porém, que se está exatamente diante de rios cujos nomes não foram consagrados, como por exemplo, o rio das Almas, o Paraná, e o Maranhão; nenhum deles tem o nome de Tocantins, cabe aos geógrafos escolher qual deles merece êsse nome.

Falando em seguida, disse o Dr. F. de Macedo Soares Guimarães, que, conforme tinha sido deliberado, a Secção de Estudos foi encarregada de traçar perfís de rios brasileiros e, se possível, estrangeiros, afim de que se pudesse ter uma idéia dos critérios que conduziram à escolha de rios principais. Nos casos dos rios franceses como o Garonne e o Tarn, por exemplo, a dificuldade é muito grande; no caso do Sena e do Yonne também há dificuldades. Se a situação é esta no que se refere aos rios europeus, em relação aos nossos é muito mais difícil. No Brasil seriam antes de tudo necessárias boas cartas; é o que nos falta; a carta do centenário e a americana têm curvas muito espaçadas, aparecem nos perfís mudanças bruscas que não correspondem à realidade. Apenas na parte de São Paulo e sul de Minas é possível um estudo mais ou menos exato.

No que se refere às descargas, há pouco tempo que o Serviço de Águas começou a fazer êsse estudo. O conhecimento da área da bacia também depende das cartas.

Procurou-se na secção de estudos organizar o perfil, a descarga e extensão da bacia dos seguintes rios: bacia Paraná-Paraguai, Tocantins, Doce, São Francisco e Paraíba.

Em alguns rios como no Grande e afluentes notou-se mudanças bruscas da declividade. O rio Paraguai tem perfil mais suave do que o Paraná; na área da bacia, acima da confluência, também é maior a do Paraguai; a descarga média maior é a do Paraná, logo é o único fator no qual êste leva vantagem. Os rios Mogí-Guassú e Pardo têm perfil mais suave do que o rio Grande, são porém, incomparàvelmente menores.

No caso do Tocantins-Araguaia, o Tocantins ganha quanto ao perfil, porém tem uma área inferior à do Araguaia.

O Dr. F. Guimarães deu a palavra a seus colaboradores que estudaram mais detalhadamente certos perfis.

A Prof.ª Maria da Penha Bastos Mendes resumiu as conclusões a que chegou no estudo do perfil do rio Doce. "Em igualdade de condições o rio principal é, por definição, aquele que tem a maior descarga média em cada confluência, da rêde, considerados à medida que se avança da jusante para montante" segundo o Prof. Ruellan.

O rio Doce tem perfil mais abrupto do que o seu afluente o rio Ipiranga; talvez a causa seja o fato dos dois rios terem seus leitos em terrenos de estrutura diferente, o fato, porém, é que o Ipiranga é o principal.

Segundo parecera-lhe ter dito o Cel. Jaguaribe o rio principal seria o que tivesse a nascente mais alta. No caso do rio Doce, o Carmo e o Ipiranga nascem aproximadamente na mesma altitude.

O Prof. Backheuser procurando interpretar as palavras do Cel. Jaguaribe, disse que êste considerava como rio principal aquele que apresentasse declive mais suave à montante do ponto de confluência.

O Major Adir Guimarães declarou que o Cel. Jaguaribe se colocara num ponto de vista mais objetivo, o do explorador que é obrigado a escolher na confluência, qual dos dois rios deve subir. E' uma escolha que muitas vêzes incorre em êrro, como no caso clássico do Barão de Tefé.

Em resposta o Cel. Lísias Rodrigues esclareceu que não é êste o caso do Tocantins. Conhece-se os seus formadores, trata-se de fixar qual deles é o Tocantins.

O Prof. Backheuser foi de opinião que o Cel. Jaguaribe tivera intensão de colocar a questão cientìficamente, argumentando com o plano tangente no desaguadouro de um rio. Tomou como exemplo o Amazonas e o Paraguai, que são casos de retração do oceano. Estendeu êste fato aos outros casos. Ora, um rio correndo sôbre uma rocha dura e outro sôbre rochas friáveis, têm, forçosamente, um perfil muito diferente.

Falou, em seguida o Eng.º Virgílio Correia Filho que citou um exemplo de consagração de nomes, em Mato Grosso. Subindo uma expedição o rio Paraguai, penetrou no rio São Lourenço passando em seguida para o Cuiabá onde se estabeleceu — fato antropogeográfico —. O nome de São Lourenço deveria estender-se ao Cuiabá que era o rio mais importante do ponto de vista humano, porém, tal não se deu. Posteriormente, abriu-se uma bôca entre o São Lourenço e o Cuiabá deslocando parte das águas daquele para êste, a qual recebeu o nome de Tarigara. Esta sangria fêz com que secasse um trecho do São Lourenço, o trecho que fica entre a foz do Piquirí e para montante desta, até a bôca do Tarigara. O trecho inferior do São Lourenço que deveria passar a chamar-se Piquirí, continúa, porém, a ser conhecido como São Lourenço.

Quanto à questão política há o caso do rio Apa entre o Paraguai e o Brasil. Os demarcadores subiram o rio Apa encontrando duas bocas. Qual era o principal formador do rio Apa? Os paraguaios achavam que era o afluente do norte e os brasileiros que era o do sul. A questão ficou em suspenso, tendo-se mais tarde convencionado que o rio Apa seria o do sul.

O Sr. Pedro Geiger procurou explicar alguns fatos esclarecidos pela construção do perfil da bacia do Paraná-Paraguai. O perfil do Paraná é mais abrupto; observa-se a existência de vários degraus. No que concerne às palavras do Cel. Jaguaribe nota-se que o Paraná não desemboca no oceano. O degrau na região de 7 Quedas é muito interessante porque indica o recuo do degrau de jusante para montante. O degrau pode ser índice de um novo nível de erosão.

Considerando-se êste fato, é importante notar que implica com uma questão de estrutura; o Paraná é um rio de planalto, enquanto que o Paraguai é essencialmente um rio de planície.

Quanto à descarga, não se dispõe de dados.

Drenagem — o Paraguai tem uma bacia maior do que a do Paraná.

O rio Grande percorre uma região de estrutura apalachiana, os rios que compõem a sua bacia são numerosos e dividem-se naturalmente.

No Paraguai a região é plana e o terreno é quaternário e devoniano, daí a facilidade em se constituir uma grande bacia. Os afluentes do Paraná são interessantes pela diversidade de condições que apresentam, por um complexo jôgo de condições naturais.

O estudo do critério para estabelecer um rio principal, serve, em última análise, de pretexto para o estudo dos rios.

A grande diferença entre o Paraná e o Paraguai, são certos desníveis rápidos do Paraná.

O perfil do Tocantins é excêntrico, a princípio é mais baixo, em seguida se cruza com o Araguaia e êste passa a ser mais baixo. Na geologia também há aspectos interessantes a considerar, a erosão é mais fácil por parte do Araguaia, daí a explicação de seu nível ser mais baixo à montante. Quanto ao perfil dos afluentes é o Paraná que leva vantagem. Os outros formadores são mais extensos mas o curso do Paraná é o mais regular e mais baixo.

O estudo da extensão da bacia dos rios brasileiros, reveste-se de grandes dificuldades por absoluta falta de dados. O perfil e a estrutura têm sido os fatores mais considerados. O clima também deveria ser estudado.

O Prof. F. M. S. Guimarães terminou as exposições dizendo que não se chegara à conclusão pelo estudo dos perfís. Não se conhece a descarga média nem a extensão da bacia, e como já dissera o Major Adir Guimarães não foi pelo conhecimento numérico que se deu nome aos rios principais e sim por uma estimação popular.

O Cel. Lísias Rodrigues procurando tirar uma conclusão pelo estudo do histórico da bacia do Tocantins, disse que em 1610-12 foi o Tocantins descoberto pelos franceses; em 1664 já era navegado até Pôrto Nacional; o Araguaia apenas foi navegado em 1720. A tribo que habitava as margens do Tocantins é mais importante do que a do Araguaia e o trânsito se fazia todo pelo rio que é tido como principal.

O Prof. F. Guimarães foi de opinião que pelo estudo dos elementos conhecidos não se poderia chegar a uma regra, tendo-se com isto apenas a vantagem de estudar os rios. Nos casos de limites, em geral as comissões mistas reünem-se prèviamente resolvendo sôbre o critério a seguir.

O Major Adir Guimarães disse que as comissões mistas, em geral, consideram como mais importantes os fatores planimétricos e não o perfil.

O Prof. Backheuser aconselhou que se acrescentasse aos trabalhos a obra do Almirante Ferreira da Silva, que também trata do problema em questão. Em seguida, mostrou o perigo que havia em tomar uma decisão e publicá-la, resolução esta que pode ser contrária aos interesses da Nação.

O Prof. Ruellan procurou tirar uma conclusão estatística dos rios franceses de que já tratara, vendo para isto em que casos levavam vantagens os rios tidos como principais.

| | Bacia | Descarga | Perfil |
|---|---|---|---|
| Loire | = | + | + |
| Rodano | — | + | — |
| Sena | — | — | + |
| Garone | — | — | — |

O estudo a respeito dos rios principais não tem como objetivo saber se os nossos ancestrais erraram ou não ao denominar de principal um rio. Isto seria de pouco interêsse científico, o que interessa do ponto de vista científico e prático é fazer uma série de estudos da descarga, do regime, do perfil etc., sistemáticos dos rios, isto é, baseados sôbre a geografia física.

O Prof. Ruellan citou então, comentando-as, as conclusões de seu primeiro esquema: "Se o nome de um rio principal é consagrado pelo uso popular, é preferível conservá-lo porque persistirá malgrado os geógrafos. Se o uso popular emprega numerosos nomes ou se se trata de uma região pouco povoada em via

de colonização, os critérios acima, que dão maior importância à descarga *média* e aos fatores que são sua causa (extensão da bacia de alimentação) o efeito (perfís longitudinais) permitem aos geógrafos fazer uma escolha cientificamente estabelecida.

O Conselho Nacional de Geografia pode, neste caso, intervir ùtilmente por intermédio de seus conselheiros experimentados, seu pessoal científico e os meios de que dispõe. Seria particularmente interessante empreender, sob a direção do Cel. Lísias Rodrigues, ao qual devemos uma notável comunicação e a iniciativa dêstes debates, um inquérito detalhado sôbre a rêde do Tocantins. Mesmo se os nomes do rio e de seus afluentes principais não forem todos modificados segundo os resultados destas pesquisas, suas conclusões terão um grande valor científico e prático (navegação, irrigação, utilização hidroelétrica) sem falar das precisões que trazem ao conhecimento cartográfico do Brasil Central".

O Cel. Lísias Rodrigues acrescentou que a fotografia aérea poderia ser aplicada com grande êxito nestes estudos.

Antes de encerrar a sessão o Dr. Leite de Castro expôs algumas idéias para as próximas tertúlias: o Cel. Lísias falará sôbre geografia aeronáutica. Discutir-se-á o tema "Conceito de Museu geográfico". Há um projeto do Prof. Ruellan no sentido de que, em cada tertúlia, seja considerada uma região do país para a troca de idéias. O Prof. Guimarães falará sôbre a bacia terciária de Resende e o Itatiaia.

O Prof. Backheuser lembrou que deveria ser discutido com urgência o tema proposto pelo Embaixador Macedo Soares: a ortografia geográfica e a transcrição de nomes geográficos.

O Sr. Presidente organizou a ordem do dia da próxima sessão do seguinte modo: *a* — questão da ortografia; *b* — comunicação sôbre a "fotografia aérea" feita pelo Engº M. Fragoso.

*

## DÉCIMA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 23 DE MARÇO DE 1943

Como presidente da sessão, na ausência do Dr. Leite de Castro, o Prof. Fábio Macedo Soares Guimarães deu às 17 h. por iniciados os trabalhos. Na ordem do dia, estava inscrito em primeiro lugar o tema da ortografia dos nomes geográficos, em seguida a comunicação do Engº Marcolino Fragoso sôbre a utilidade da fotografia aérea na expedição do Veredão.

Falou em primeiro lugar o Engº Virgílio Correia Filho, que como único representante da comissão especialmente organizada para estudar a ortografia dos nomes geográficos, composta pelo Prof. Backheuser, Engº Leite de Castro e Engº Virgílio Correia Filho, fêz uma introdução ao estudo do problema da ortografia.

O Engº Virgílio Correia Filho declarou que a questão resultara de uma visita do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A Academia Brasileira de Letras estava elaborando um vocabulário que chega agora à sua última fase, havia pois grande conveniência na contribuïção dos geógrafos na parte referente aos nomes geográficos.

Há necessidade em estabelecer uma grafia para nomes brasileiros e estrangeiros, que quando transcritos devem guardar a maior fidelidade possível.

O Embaixador pediu que fôsse organizada uma relação dos nomes que já têm sua fórmula vernácula correspondente. Como a comissão encarregada ainda não tivera ocasião de se reünir, o Engº Virgílio Correia Filho apenas fêz uma exposição do problema. Para começar, leu o seguinte comunicado do Conselho Nacional de Gegrafia:

"Comissão nomeada pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador José Carlos de Macedo Soares para apresentar sugestões a respeito da grafia de nomes geográficos, tanto derivados da técnica respectiva, como da toponímia, solicita a colaboração dos sabedores do assunto, como V. Excia., afim de bem desempenhar a sua incumbência.

A nomenclatura usual abrange nomes de procedência estrangeira, que se grafam, ora como em seu país de origem, ora aportuguesados.

Exemplo: *faleise*. Qual é a forma, em sua opinião, que deve prevalecer *faleise, falésia,* ou alguma outra?

Assim, quanto aos demais têrmos de aplicação corrente na geografia que lhe ocorrerem.

Em relação aos topônimos, preceituou a Resolução 98, de 25 de julho de 1941, homologatória de outra, n.º 63, de 20 de maio de 1940, do Diretório Central:

Art. 1.º — Para a grafia dos nomes geográficos estrangeiros, o Conselho adota integralmente as regras da Conferência de Geografia de 1926, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; nessas condições fica resolvido que:

1) — Os nomes geográficos estrangeiros sejam grafados de acôrdo com a forma que lhes é dada no país de origem, em caracteres latinos, predominando nos países dependentes a forma usada na língua dos países influentes, de acôrdo com o que já é observado no *Dictionnaire de Bureaux de Poste* e no índice Alfabético do *Atlas de Stieler*.

2) — Os nomes geográficos estrangeiros que já adquiriram forma vernácula por tradução ou corrutela, em uso corrente, desde remotas épocas até os tempos hodiernos, continuam a ser grafados na forma portuguesa, convindo, porém, que nos compêndios e dicionários sejam, igualmente indicadas as formas próprias ou originais, as quais devem ser escritas entre parênteses.

Exemplo: Inglaterra (England), França (France) Londres (London), etc.

Além dêstes citados, quais são, em seu parecer, os topônimos estrangeiros que já se abrasileiraram pela grafia?

Outras quaisquer considerações, que V. Excia. queira acrescentar, a respeito da grafia de nomes geográficos estrangeiros, serão tomadas na devida consideração pela Comissão que se vale do ensêjo para lhe testemunhar a sua mais alta admiração e aprêço".

Referiu-se, ainda, a um vocabulário que vem realizando, especializado nos têrmos de Mato-Grosso, aí figuram também, além dos têrmos técnicos geográficos, os topônimos mais interessantes; o Engº Virgílio Correia Filho deu vários exemplos interessantes. Respondendo a uma pergunda do Cel. Lísias Rodrigues, declarou que o vocabulário a ser elaborado dará apenas a grafia dos nomes geográficos, não se preocupando com o seu significado.

O Major Adir Guimarães propôs que a coleta de nomes geográficos fôsse feita tendo como base os mapas municipais. O Engº Virgílio Correia Filho foi de opinião que a grafia dos mapas municipais sendo muito falha, não deveria servir de modêlo a trabalhos de caráter definitivo. A essa objeção o Major A. Guimarães respondeu que do mapa municipal tirar-se-ia, apenas, a expressão e não a grafia. O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães achou que conquanto interessante, obter os nomes das cartas municipais é um trabalho muito demorado e o vocabulário deve ser feito o mais breve possível.

A pedido do Prof. J. Veríssimo da Costa Pereira foi esclarecido o objetivo do debate, isto é, se se tratava do significado ou da ortografia dos nomes geográficos. O objeto da discussão é a organização de uma lista (sem o significado) de têrmos, lista esta que irá figurar no vocabulário da Academia Brasileira de Letras.

A questão foi submetida à tertúlia, afim de que o referido vocabulário fôsse feito na base de uma cooperação mútua. O Presidente da reünião, Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, pediu para êsse fim a contribuïção de todos os freqüentadores das tertúlias.

O Prof. Ruellan, falando em seguida, declarou que achava interessante que ao lado de uma lista dos têrmos geográficos fôsse feita uma tentativa de definição, como fizera o Engº Virgílio Correia Filho para o Estado de Mato-Grosso. Acrescentou, que diante da impossibilidade de todos os têrmos geográficos constarem do vocabulário, fôsse feita uma escolha, segundo o critério de maior ou menor extensão territorial em que cada têrmo é empregado. Outro trabalho interessante seria a verificação da freqüência com que cada têrmo é utilizado dentro de uma determinada área.

O Major Adir Guimarães foi de opinião que se deveria encarar imediatamente, o problema de um dicionário geográfico, as coletas que fôssem feitas para o vocabulário deveriam também ter como objetivo o dicionário, cuja elaboração se torna cada vez mais necessária.

O Prof. Junqueira Schmidt fêz notar as diferenças regionais no emprêgo dos têrmos; assim por exemplo, o tipo de erosão conhecido como *vossoroca* recebe diferentes nomes, embora o sentido sempre se mantenha o mesmo.

Passou-se a examinar alguns nomes estrangeiros que foram trazidos, alguns conservaram o seu sentido primitivo e outros sofreram uma leve deformação; foram discutidos têrmos como *morena, falésia* e o Eng.º Virgílio Correia Filho fêz ver que era lógica a tradução dêsses nomes, uma vez que muito se aproximam do original. O Prof. Ruellan declarou que antes de traduzir um têrmo é necessário verificar exatamente o seu sentido e que para definir melhor certos fenômenos é preferível conservar nomes estrangeiros; a própria escolha da ortografia é difícil quando se desconhece o sentido. Citou o exemplo da palavra "côte", designando um relêvo dissimétrico, que apresenta escarpamento originado por erosão fluvial; é um nome puramente francês, mas como dá idéia de erosão marinha, o seu emprêgo foi abandonado pela Escola Nova e em seu lugar adotado o têrmo espanhol "cuesta", querendo dizer, precisamente um escarpamento de relêvo dissimétrico talhado pela erosão fluvial em camadas que mergulham no sentido do declive do rio mais ràpidamente do que a inclinação da vertente oposta, que é doce. Quis com isso acentuar o que já anteriormente dissera de que em primeiro lugar vem o significado e, apenas, depois, a ortografia.

O Comte. Oliveira Belo mostrou a grande dificuldade em unificar os nomes geográficos, dada a grande extensão do nosso território e propôs a organização de uma comissão que se encarregasse de procurar associar os diferentes nomes regionais aos acidentes geográficos.

Continuando na ordem do dia, falou o Engº Marcolino Fragoso sôbre "A Fotogrametria e especialmente a Aerofotogrametria na exploração e sua utilização pelas Expedições Científicas".

"Organiza o Conselho Nacional de Geografia, atualmente, uma expedição científica de exploração da região da lagoa do Veredão nos limites de Baía, Goiaz e Piauí, disse o orador.

Sabedor de tal iniciativa sugerí imediatamente, o emprêgo da aerofotogrametria pela expedição e, nesta despretenciosa palestra, procuro mostrar as vantagens dele decorrentes, abordando o assunto em tese geral, exclusivamente com o fito de colaborar para o maior resultado da expedição referida.

Em rápida introdução mostrarei o vasto campo de ação da fotogrametria, para chegar, finalmente, à exploração e à utilização, especialmente da aerofotogrametria, pelas expedições científicas dêstes últimos tempos.

O hidrógrafo francês Beautemps-Beaupré no ano de 1791 por meio de dois desenhos perspectivos, tomados de pontos diferentes, conseguiu representar parte da Tasmânia e da ilha de Santa Cruz, em planta métrica. Laussedat prosseguiu, desenvolvendo o processo, por meio de câmaras claras, realizando, entre outros, o levantamento do forte de Vincenes.

Logo que foi divulgada a descoberta de Daguerre, relativa à Fotografia, o grande Arago, na Câmara dos Deputados da França, e Gay-Lussac, na Câmara dos Pares, fizeram sentir o valor da descoberta com as seguintes palavras textuais: E' de grande alcance a sua aplicação pelos arquitetos e engenheiros para "restituição", com as dimensões exatas, das partes as mais elevadas, as mais inacessíveis dos edifícios e, além disso, quantos novos meios rápidos de investigação o topógrafo poderá retirar da Fotografia!

Laussedat, já encaminhou no método das perspectivas, foi o primeiro a ampliar a Fotografia à obtenção das plantas, por ser pràticamente a fotografia uma projeção central ou perspectiva. Realizou planta completa com as curvas de nível de 2 metros de equidistância, no primeiro trabalho feito, em escala de 1:2 000. Estava creada a "Metrofotografia", posteriormente chamada "Fotogrametria".

No Canadá, Deville, em 1895, idealizou processos para, de modo idêntico, obter das fotografias do terreno, pela "restituïção perspectiva", a construção da carta.

A Estereocospia foi, porém, a descoberta que mais impulsionou a Fotogrametria. Pulfrich foi o mais destacado pioneiro.

Centenas de cientistas, inventores e construtores aplicaram-se, em quase todos os ramos do saber humano( ao desenvolvimento de novos métodos e a abrir novos campos de ação à Fotogrametria, desde Laussedat até hoje, e de tal sorte que só os podemos citar nesta palestra, de forma esquemática e breve.

Assim, a Fotogrametria, segundo classicação de N. Barlad pode ser assim esquematizada:

Fotogrametria Geral
- I Grupo — Analítico-científico
  - Fotogrametria a curta distância.
  - Microfotogrametria.
- III Grupo — Levantamento da superfície terrestre.
  - Geofotogrametria.
  - Aerofotogrametria.
- II Grupo — Cósmico
  - Fotogrametria cósmica.

Os vários grupos abrangem os seguintes ramos:

I Grupo
1. Física
2. Pesquisa técnica
3. Medicina
4. Balística
5. Criminalística

II Grupo
1. Cartografia
2. Estudo das florestas
3. Pedologia
4. Cadastro
5. Loteamento, Urbanismo
6. Trabalhos de Engenharia (Obras Públicas)
7. Técnica Militar
8. Ciência e Ensino

III Grupo
1. Astronomia
2. Metereologia

Segundo Roussilhe, em enumeração relativa ao Congresso de Fotogrametria de 1938, em Roma, temos a seguinte distribuïção das aplicações:

A Fotogrametria aplica-se à Geografia Geral, à Arquitetura e à Arqueologia, à Medicina e Criminalística, à Agricultura e Agronomia, ao Urbanismo e Cadastro, à Aerotécnica, às Artes Militares e às Obras Públicas, comportando estas várias aplicações os seguintes desbobramentos:

*Geografia geral* — Vistas terrestres e aéreas descritivas; Geografia humana; explorações e cartas de reconhecimento, levantamentos expeditos nas colônias; reconhecimento hidrográficos, marítimos e pluviais.

*Arquitetura e Arqueologia* — Resistência dos materiais; arquivos de plantas e elevações de monumentos existentes; conservação de monumentos históricos; inscrições; projetos de escavações; traços de ocupação antiga, locais de cidades desaparecidas.

*Medicina e Criminalística* — Controle dos resultados obtidos em educação física; diagnóstico médico e cirúrgico pelos raios X; ortopedia; ginecologia, descrição de locais de crimes ou acidentes, e identificação judiciária.

*Agricultura* — Contrôle de melhoramento das raças, vigilância das grandes explorações florestais e agrícolas; estado das culturas, etc.

*Urbanismo e Cadastro* — Planos de cidades; planos de alinhamentos, de embelezamento e extensão; loteamento; estabelecimento, revisão e conservação dos planos cadastrais.

*Aerotécnica* — Estudo dos fenômenos mecânicos (combustão interna dos motores) ou aerodinâmicos (deformação das pás de hélices e das células em vôo, escoamento do ar). Altitude e inclinação do avião em vôo; contrôle de aparelhos estabilizadores e das perfomances e formação de pilotos.

*Artes militares* — Missões de reconhecimento; estabelecimento e revisão das cartas de Estado-Maior e dos planos diretores de operações; contrôle do tiro; estudos de balística exterior; trenamento de bombardeio aéreo.

*Obras Públicas* — Regime das costas marítimas e fluviais; estudos dos portos; pesquisa dos perigos à navegação, cadastro ostreícola: abastecimento dágua e irrigação; carta geológica, prospecção de minas, glaciologia; ante projetos de instalações hidroelétricas e de vias de comunicação terrestre fluvial ou férreas; estudos de hidrodinâmica e estabelecimento de canais e rios canalizados; planos de estações e obras e de desapropriações.

Referidos assim, de modo sucinto os vastíssimos campos de aplicação da Fotogrametria passemos aos que de mais perto nos podem interessar e que têm estreita relação com a exploração: A Arqueologia, a Geografia, a Geomorfolologia e, simultâneamente, estudemos os trabalhos das várias expedições de que conseguimos informações:

*Na Arquelogia*. Os cientistas desenvolveram extraordinàriamente o emprêgo da Fotogrametria à Arqueologia, podendo ser citados ràpidamente os trabalhos mais conhecidos.

Em 1887, o Dr. Gustav Le Bon aplicou a fotografia terrestre à medição dos monumentos da Índia e seu exemplo foi seguido por Andréas e Stoltz na Pérsia, Jordan na Líbia e Le Tournesu na Lessália, Albânia, Mecadnia e Epiro.

Faltava no entanto a êsses trabalhos o "ponto de vista" elevado que fornece fàcilmente o avião, o que só foi obtido após a chamada Grande Guerra, apesar de durante esta terem sido feitos ensáios e alguns trabalhos.

Assim o Dr. Wiegand aplicou a fotogrametria aérea a ensáios que fêz na Palestina e Região do Sinai.

O coronel inglês Baezelay pesquisou a Mesopotâmia e o Serviço de Arqueologia do Exército Francês trabalhou em Salonica.

Poidebard, na Síria, empregando as fotografias "à contre jour", poude evitar a bruma de areia e obter ótimos resultados descritos no trabalho *"La trace de Rome dans de lesert de Syrie"* e em que se apresentam fotografias que mostram as antigas vias romanas das caravanas, os campos romanos de Tell Muezzar e de Tell Braq, além de outros.

Na Inglaterra, em 1922, o Comodoro do Ar Clark Hall observou em fotografias aéreas verticais, tomadas em Hampshire, curiosas marcas não observáveis de terra. Comunicou o fato aos Arqueologos Willans Freeman e O. G. S. Grawford que de há muito desejavam fotografias aéreas do solo inglês e que satisfeitíssimos começaram logo a pesquisar.

O resultado notável a que chegaram é mostrado pelas fotografias folheando as páginas 172, 173, 176 e 177 da obra de Winchester e Wills, *"Aerial Photography"* de 1928.

Vários campos da conquista romana datando provàvelmente de 500 A. C. foram descobertos e estudados, em Hambledon Hill, Cawthorn Yorks, em Hod Hill, Dorset e em Windmill Hill, Hants, sendo neste último local fixada também a situação de um campo céltico.

*Na Geografia*. No campo da Geografia a imensa extensão já levantada da superfície terrestre, por meio da Fotografia, bastaria para colocá-la como um dos meios mais eficientes e rápidos de levantamento e, portanto, como um dos grandes propulsores do progresso dessa ciência.

M. E. De Martonne, em uma conferência feita em fevereiro de 1923, estabeleceu magistralmente o vasto campo de aplicação da Fotografia à Geografia e de tal forma essa conferência é conhecida que basta citá-la, para memória.

Pierre Lyantey em estudo publicado em *"La Geographie"*, n.º 3 de 1935, mostra a utilidade da aerofotografia nos estudos comparativos da Geografia Geral, no tempo (Arqueologia, Urbanismo) e no espaço (Aspecto das cidades e culturas das diferentes regiões).

*Na Geomorfologia*. A fotografia aérea é um elemento, hoje, indispensável à geomorfologia.

*A Geographical Review* (Vol. 32 — pág. 177 — 1942) assim a define:

"Uma poderosa ferramenta nova ... nas mãos dos geomorfologistas. — (H. T. V. Smith).

Vistos assim, em rápida análise, êstes campos de ação que de mais perto nos interessam, passemos pròpriamente a exploração e às expedições respectivas.

*Na exploração*. Empregaram a Fotogrametria com sucesso e mesmo em alguns casos como única solução possível, dados os meios de que dispunham e a maior ou menor dificuldade de operação os seguintes exploradores;

Deville, no Canadá, nas Montanhas Rochosas.
Thicle, na Transbalkalia, na Transcaucásia e na Pérsia.
Os irmãos Vallot no Monte Branco.
Helbronner nos Alpes Franceses .
A S. A. B. E. P. A. no Congo Belga.
O Zepelin no Spitizbergo.
O Capitão Vauthier a região do Hoggar na África Central.
Ottolenghi à Valtelina e Karakorum, no Himalaia.
Finstarwalder na Ásia Central, no Altai-Pamir, e nos Alpes alemães, ao "Glockner" e em 1934 ao Nang-Perbat no Himalaia.
Troll na Cordilheira Real no Perú.

A expedição do Almirante Byrd ao Polo Sul, fixou os aspectos vários de vasta área do Continente Antártico, por meio de fotografia aérea e poude, posteriormente, fazer as cartas respectivas.

O Cap. Ashley C. Mc. Kinley fotógrafo da expedição e autor de um bom livro sôbre *"Fotografia aérea aplicada"*, datado de 1929, declarou textualmente:

"O vôo sôbre as Montanhas Rockefeller demonstrou definitivamente o valor da câmara aérea na exploração. Ela não só mostrou a disposição como a relação entre os picos, porém as fotografias revelaram, depois, muito mais do que a nossa observação e memória puderam fixar. Elas provaram haver muito mais picos na cadeia do que nós guardamos contando. Apesar da vista poder fixar com grande precisão, a memória torna-se confusa quando o campo da visão aumenta, como no ar, e quando o cenário está mudando à razão de 100 milhas (161 Km) por hora".

"A câmara aérea conquistou seu lugar como os olhos e a memória do explorador aéreo. (*National Geographical Magazine* — Out. 1932).

Em seu livro já referido encontram-se, às páginas 292 e 293 mapas dos rios Negro e Uraricuéra, no Brasil, feitos por meio de aerofotografias, e, para comparação, junto, um antigo mapa oficial do mesmo rio Negro, que evidencia a vantagem e perfeição do levantamento fotogramétrico, no caso feito pela Expedição Hamilton Rice ao Amazonas em 1924-25.

À página 303 há outro notável exemplo de vantagem da fotogrametria, no mapa da ilha Lake, no Canadá.

A expedição Shippe, Johson ao Perú descobriu a "Grande muralha do Perú", atribuída aos Incas, descobriu o "Vale dos 40 vulcões" e explorou o vale do Coloca que havia sido esquecido há séculos. Fêz, ainda, o levantamento aerofotogramétrico da antiga cidade de Chan Chan, capital do "Chimus" do Antigo Perú.

A descoberta em 1932 de uma colônia humana, isolada, no vale do Coloca ou Colca, foi descrita por Robert-Shipper no antigo *"Os vales perdidos do Perú"*, publicado às páginas 562 a 581 de *"The Geographical Review"*, vol. 22-1923.

O Dr. Erwin Raisz, do Instituto de Expedições Geográficas, em seu trabalho de 1938, *"Cartografia Geral"*, apresenta notáveis fotografias aéreas e particularmente oblíquas, de regiões montanhosas, que utiliza magistralmente, na feitura de mapas fisiográficos.

Empregaram, também, a aerofotogrametria às expedições:

Da Universidade de Pensilvânia ao Yucatan, na América Central.

A expedição Wilken ao Polo Norte.

A expedição de levantamento do Alaska, que fotografou nada menos de 33 700 km² de região inhóspita, tendo sido organizado pelo Bureau of Aeronautica U. S. Navy.

A expedição Forbes-Grenfell ao norte do Labrador em 1931-32 e 35 que utilizou o método de Hugershoff e Cranz das fotografias oblíquas com 10° de inclinação sôbre o horizonte, sendo a restituïção feita pelo aparêlho de Miller. (A. Forbes. *"Northermost Labrador Mapped from the air"*. *Amer. Geo. Soc. Spec. Publ.* n.° 22-38).

A expedição Wood-Yukon que, financiada pela "American Geographical Society" nos anos de 1935-36-39 e 41 realizou vastos levantamentos obtendo cêrca de 1000 fotografias aéreas e terrestres, fêz grande rêde de triangulação, realizou estudos geológicos, glaciológicos e botânicos além de numerosíssimas observações meteorológicas. (*Geog. Review* Vol. 26-1936 e vol. 32-1942.)

A expedição do Instituto norueguês "Norges Svalbard og Ishavs un dersokelser" em 1932, ao oeste da Groenlandia, usando o avião "Quarrtsiluni".

A expedição do Graf Zeppellin L. Z 127 no vôo polar de 1931 ao Polo Norte e ilhas próximas (Nova Zembla, etc.).

A Expedição dos aviões do recenseamento do Perú que, em 1940, descobriu uma colônia de habitantes de raça branca, desconhecida dos cartógrafos e que há 30 anos tinham perdido o contacto com o resto do Mundo, na região do alto Madre de Dios, na confluência dos rios Manú e Pinquen, em 24 de junho de 1940. Os aviadores que tinham ligações com a expedição de Wenner-Gren, estabelecida com campo de base na embocadura do Colorado, também tributários do Madre de Dios, deram-lhe a notícia e em agôsto a expedição visitou a colônia, composta de 24 casas com boas condições higiênicas, havendo uma média de 3 a 4 creanças em cada uma desconhecendo-se a malária e a disenteria.(*The Geographical Review* — jan. 1942, pág. 19 e 162).

Outra descoberta interessante é a referida por Roy E. Pickerson: As fotografias aéreas da Florida permitiram descobrir os traços de correntes de oceano pleistoceno, de maneira perfeita. (*Geog. Review* pág. 135 — jan. 1942).

Ja vai longa a enumeração de tantos e tão notáveis resultados e, portanto, vamos finalizar com as referências ao trabalho de James W. Bagley do Instituto de Exploração Geográfica da Universidade de Harvard em seu ótimo tratado: *Aerofotografia e Aerofotogrametria* datato de 1941.

À página 260 encontra-se a fotografia 118, tomada ao ar, no Amazonas e que fixa uma interessante morada cilíndrica com cobertura cônica de selvagens da tribo Maku, situada em Tokixima-huaite no Rio Parima na latitude de 3º45' N e longitude de 63º 45' W, que evidencia ainda o valor da aerofotografia.

No prefácio da obra referida Bagley tem as seguintes palavras textuais, que terminando esta palestra, fazemos também nossas:

*"O levantamento aéreo é indispensável na exploração. Hoje nenhuma expedição está satisfatòriamente equipada sem uma câmara, um aeroplano utilizável para fotografia e um aparêlho de rádio de ondas curtas".*

"A importância da aerofotografia e da rádio comunicação em regiões tropicais remotas e difíceis teve sua fatibilidade demonstrada pela expedição Hamilton Rice ao Amazonas em 1924 e 1925. As posições geográficas que foram fixadas por observações feitas com o astrólábio de prismas, ao longo da viagem, deram estações de contrôle adequadas para a "mapeação" de vastas regiões que, de outra maneira não poderiam ser controladas de forma segura".

Depois de examinadas as fotografias apresentadas pelo Engº Marcolino Fragoso, o Prof. Ruellan tomou a palavra e comentando a exposição que acabava de ser feita mostrou a importância da fotografia aérea, não só para a geografia física como também para a geografia humana. Acrescentou que a fotografia aérea era muito mais completa quando acompanhada por cartas.

O Major Adir Guimarães, diante da comprovada importância da fotografia aérea, sugeriu que no Conselho fôsse instalado um gabinete com um aparêlho esterioscópico. Em favor dêsse ponto de vista, o Engº Agenor Machado declarou que em São Paulo os trabalhos com auxílio da fotografia aérea já estão bem difundidos mesmo para a elaboração de certos mapas municipais.

O major Adir Guimarães citou ainda o exemplo da ratificação do curso do Tietê, realizada em 1935 com auxílio dêsses novos elementos. Referiu-se também à fotografia estereoscópica do antigo morro do Castelo.

O Engº Marcolino Fragoso apresentou ainda um mapa da região dos Canudos, que permite com auxílio da descrição de Euclides da Cunha, uma perfeita reconstituïção histórica.

Encerrando a sessão, o Eng. Leite de Castro declarou que na próxima tertúlia o Engº Marcolino Fragoso desenvolveria a aplicação prática da fotografia aérea. Além disso, continuaria na ordem do dia, o problema do vocabulário ortográfico.

*

## UNDÉCIMA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 30 DE MARÇO DE 1943

Abriu a sessão o Sr. Presidente, Dr. Leite de Castro. O primeiro assunto a ser tratado foi o problema do vocabulário de nomes geográficos. Foi lida a circular do Conselho Nacional de Geografia que apresenta o problema.

Tendo pedido a palavra, o Prof. Backheuser perguntou ao Sr Presidente a quem seria enviada esta circular. Acrescentou que a sua experiência lhe permitia dizer que ninguém a responderia. Propôs que se fizesse uma reünião de professores, independente da tertúlia, afim de que se fixassem certos pontos essenciais.

A circular fixa três pontos:

1 — os têrmos técnicos.
2 — topônimos que vamos conservar em língua estrangeira.
3 — os nomes geográficos estrangeiros que vamos abrasileirar.

Lendo-se a resolução da Conferência de Geografia de 1926 realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico brasileiro vê-se que esta apresenta falhas e irresoluções, logo não deve ser aceita integralmente.

A Academia também tem um vocabulário, seria interessante possuí-lo afim de evitar contradições. O vocabulário a ser feito constará apenas de uma lista de nomes, sem significado e sem a pronúncia.

O Histituto Histórico e Geográfico não foi feliz em algumas de suas resoluções, por ex., quando mandou que se traduzissem todos os nomes que significassem posição, como este, norte, e tempo, como novo, velho, etc. Ora, isto na prática nem sempre foi possível pois há certos nomes já consagrados internacionalmente e que traduzidos perdem seu valor.

Respondendo ao Prof. Backheuser o Dr. Leite de Castro declarou que uma das finalidades da circular era solicitar a colaboração dos tertulianos. Será uma contribuïção interessante embora não solucione a questão. Aprovou a proposta do Prof. Backheuser, e disse que seria convocada uma reünião de professores; enquanto isto seriam feitos estudos preliminares, talvez mesmo elaborado um esquema básico.

O Cel. Lísias Rodrigues falando sôbre a grafia dos nomes indígenas disse que seria recomendável que se conservassem a maneira tradicional de escrevê-los para evitar confusões.

O Engº Virgílio Correia Filho apresentou à mesa uma lista de nomes para o vocabulário, elaborada pelo Dr. Kingston.

O Prof. Ruellan encarou o problema da ortografia dos nomes geográficos do ponto de vista da cartografia internacional. E' um problema que tem sido discutido nos Congressos internacionais de Geografia, que representam para todos uma autoridade, pois todos os Conselhos Nacionais de Geografia estão aí representados. Seria desejável que na transcrição de nomes estrangeiros se afastassem o menos possível da carta internacional do mundo a 1:1 000 000. Houve grande dificuldade em solucionar o problema com os povos do Extremo Oriente, porque diante da multiplicidade de modos pelos quais os nomes em caractéres ideológicos são transcritos em letras latinas, cada povo do extremo oriente se achou no direito de escrevê-los como melhor entendessem. Ora, como existe a carta internacional ao milionésimo, seria conveniente procurar aproximar-se dela.

Aceitando a ortografia que cada nação extrangeira adotou para seus nomes geográficos na carta do mundo a 1:1 000 000, o Conselho Nacional de Geografia do Brasil terá uma posição muito mais forte, para fazer adotar a ortografia que terá decedido para os nomes brasileiros, pelos geógrafos estrangeiros que participarão do Congresso Internacional de Geografia que seguirá a guerra.

O Prof. Backheuser considerou muito oportuna esta ponderação. A reünião do Instituto Histórico e Geográfico procedeu a reformas da ortografia, manteve, por ex., os grupos consonantais inglêses e alemães, ora, essa exceção não se compreende. Há palavras de todos idiomas cuja tradução não deve ser feita.

Concluindo o Dr. Leite de Castro disse que a maior dificuldade está em distinguir as palavras que estão, e as que não estão aportuguesadas.

A segunda parte da reünião foi destinada ao estudo de "Fotografias aéreas e sua aplicação às pesquisas geográficas" feita pelo Engº Marcolino Fragoso.

O Engº Marcolino Fragoso esclareceu que se tratava de uma continuação das referências feitas na tertúlia anterior. Era mais uma divulgação do emprêgo da fotografia aérea. Segundo a inclinação do eixo da câmara fotográfica, a fotografia aérea pode ser vertical ou oblíqua. Vertical é quando o eixo da câmara está vertical e o plano horizontal.

Mostrou em seguida uma série de fotografias obtidas segundo ângulos diferentes.

Quando numa fotografia aparece o horizonte, esta tem o nome de "alta oblíqua". Uma fotografia é panorâmica quando além da inclinação do horizonte há uma grande abertura da câmara.

Mostrou em seguida uma fotografia que data de 1935 obtida a 200 mil pés e abrangendo 200 milhas. Foi na época, a fotografia abrangendo a maior área e obtida com a maior câmara.

As fotografias oblíquas são as que mostram mais o relêvo por causa das sombras.

Em seguida fêz demonstrações com fotografias estereoscópicas; mostrou também uma série de fotografias formando um mosaico.

Nas fotografias é importante conhecer a natureza do material empregado, pois o efeito varia segundo o material como exemplificou o Engº M. Fragoso. As fotografias têm a vantagem de às vêzes ver pormenores que não se distingue normalmente, como mostrou numa fotografia do Campo dos Afonsos em que são distinguidos os antigos canais de drenagem.

A fotografia em côres é muito importante, está sendo usada atualmente nos exércitos. Os exemplos citados não são, porém, aéreos.

O emprêgo da fotografia aérea na geografia e no ensino da geografia não é uma novidade, ja é antes um fato. Numerosas revistas tratam do assunto, tais como: *Sociedade Geográfica de Cuba, Journal of Geography, Revista Brasileira de Geografia etc.* Do mesmo modo autores acreditados a ela se referem: Déffontaines, Barbosa de Oliveira, Jerônimo Cavalcante, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Virgílio Correia Filho.

O Dr. Leite de Castro declarou que tendo aprovado a proposta do Major Adir Guimarães para a instalação de um gabinete com aparêlho estereoscópico, esperava a colaboração do Engº Marcolino Fragoso.

O Eng.º Marcolino Fragoso ofereceu parte do material que mostrara e que contém elementos preciosos, ao Conselho Nacional de Geografia.

Tomando a palavra o Prof. Ruellan estudou a carta da Cachoeira de Itaparica obtida por meio de um levantamento aerofotogramétrico.

A fôlha traz o trecho do S. Francisco que vai da cidade de Itaparica até os primeiros rápidos. Examinando-se o rio nota-se que êste forma um meandro. As grandes profundidades estão a princípio nas proximidades da cidade onde termina uma margem côncava do meandro, na margem oposta, as profundidades maiores estão para jusante quando esta margem torna-se côncava, é uma primeira constatação de acôrdo com a disposição clássica dos meandros.

Examinando a disposição da margem côncava encontra-se um abismo; as curvas de nível vão de pouco menos de 265 até mais de 300 q. é o ponto trigonométrico de Umarí.

Conclue-se que é uma margem côncava de um meandro encaixado. Avançando para montante nota-se que sempre ao longo do rio há uma ligeira desnivelação de 15 a 20m. Isto leva a crer que não se trata simplesmente de um meandro encaixado.

Na margem esquerda, perto de Itaparica, ou seja na margem convexa, encontram-se os mesmos abruptos, que variam de 15 a 20m.

Conclue-se que se trata de um terraço que se desenvolve ao longo do rio e independente do movimento geral do mesmo que forma um dóbulo de meandro encaixado. E', portanto, um meandro que acentuou o seu encaixamento, isto não é extraordinário porque a região para montante de uma queda dágua, que *apriori* sempre provoca um afundamento do leito do rio.

O terraço da margem esquerda tem cêrca de 280m.; na margem direita mais ou menos a mesma coisa. Ora, se a causa do afundamento do leito para montante dos rápidos e conseqüente formação do terraço fôsse a queda dágua,

o terraço deveria interromper-se onde começam os rápidos. Isto, porém, não se dá, para jusante, o rio também está muito mais encaixado e formando terraços que continuam os da montante. Logo, não se trata de influência direta da queda, é antes um nível de erosão que pode ser reconstituído por uma série de perfis transversais. A variação que existe entre os terraços está em relação a algo mais geral.

Outro ponto a observar neste levantamento aerofotogramétrico é como se modifica o leito do rio depois que começam as quedas. Em certo ponto está sendo construída em ambas as margens uma barragem natural, que é verdadeiramente extravagante. Isto leva a crer que à medida que o Sr. Francisco se afunda vai revelando a estrutura do seu leito, em conseqüência de um fenômeno epigênico. Isto não é uma novidade, Derby e Teodoro Sampaio já assinalaram que no S. Francisco a região de arenitos cretáceos repousa sôbre o arqueano.

Algumas das fotografias do Engº Fragoso represenavam esta ponta rochosa, e mais para jusante outras formações alongadas com altitudes de cêrca de 270 ms. correspondendo ao terraço assinalado.

O exame da carta topográfica nos conduz a uma dedução, confirmada por discrições de autores como Teodoro Sampaio: é pelo reajustamento recente que são descobertas as rochas duras.

No estudo da superfície, Tedoro Sampaio diz literalmente que aí se está sôbre uma superfície plana, parece um nada devido a sua regularidade, inteiramente recoberto por seixos e blocos de quartzitos arredondados. Enfim, procurou definir embora sem conhecer o têrmo, um peneplaino. Acima de superfície plana estão os depósitos cretáceos que formam a serra de Itaparica que é de arenito, atribuído por muitos como Jaques de Morais, Morais Rêgo e Fróis de Abreu ao cretáceo que se estende até a serra Araripe. Logo a geologia e a geomorfologia da região é idêntica à de todo o Nordeste.

A descoberta por Fróis de Abreu de sedimentos de linito na base do arenito leva a crer que a região tenha depósitos continentais. Porém, nas vizinhanças foram encontrados depósitos marinhos da série de Santana. A paleageografia cretácea é uma questão que ainda está em discussão.

No todo das formações cretáceas da serra de Itaparica, as curvas se espaçam formando "replats" (patamares) irregulares a cêrca de 440m, é talvez uma superfície estrutural, para comprová-lo as camadas precisariam ser horizontais o que exige verificação, porém, a pequena distância as camadas mergulham até 30º o que leva a crer que não se trata de uma superfcie estrutural e sim de uma superfície de erosão, que seria portanto mais antiga.

O Prof. Ruellan passou em seguida a estudar a Geografia Humana da região.

O Engº Fragoso esclareceu que as divisões que se viam no levantamento eram cêrcas, com finalidade de represar a água.

Continuando o Prof. Ruellan disse que tôdas as construções dêste gênero são perpendiculares ao meandro. A cidade de Itaparica é um dêstes núcleos e dispõe graças ao terraço de bons portos naturais preparados pelo afundamento do rio.

O terraço entalha o leito do rio, deixando à mostra rochas que o rio tem dificuldade de atravessar e que poderiam ser utilizadas como fundamento para construção de barragens, se julgassem útil elevar o nível do rio.

A via férrea está afastada dos xistos numa região vizinha ao terraço.

Os cursos dos pequenos rios se adaptam a estas excavações do S. Francisco; na sua foz êles são obrigados a se lançarem bruscamente no S. Francisco, nota-se, então, um adensamento das curvas de nível.

O Eng.º Fragoso acrescentou que, efetivamente, os pequenos afluentes têm um nível diferente em relação ao leito do rio principal e como conseqüência a água corre na profundidade, distante da terra. Daí a pobreza da região, os habitantes não têm meios para elevar a água, esperam o período de cheia. Seria necessário criar um sistema de irrigação.

Encerrando a sessão o Engº Leite de Castro comunicou que na próxima reünião continuaria a ser estudado o rio São Francisco.

**Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.**

# Noticiário

## Da Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MÊS NACIONAL DA BORRACHA — Instituindo o Mês Nacional da Borracha, o Sr. Presidente da República dirigiu a todos os Prefeitos Municipais, a seguinte circular:

Senhor Prefeito:

Dentro do espirito de mútua colaboração com que se resolvem todos os problemas do Govêrno, venho, pessoalmente, concitar-vos a dar todo o vosso entusiasmo em prol de uma obra de decisiva influência sôbre a presente guerra.

Povo pacífico, fomos, entretanto, arrastados a esta luta sangrenta pela audácia de nossos inimigos, na defesa de nossa honra e de nossa liberdade. Dessa forma, a nossa contribuïção aos Aliados é total. Devemos prover-nos a nós mesmos do material indispensável à Vitória final. E tanto quanto precisamos do cristal de rocha, mica e outras matérias primas, temos necessidade urgente, inadiável, de borracha.

A borracha existe em nossa terra, em uma reserva astronômica. Falta, apenas, extraí-la, transformá-la, industrializá-la. Nossa missão é colher esta seiva, o "latex", que corre nos troncos da "hevea brasiliensis", da maniçoba, da mangabeira, espalhados, por vários pontos de nosso fértil solo.

Em minha viagem ao Rio Amazonas, em outubro de 1940, tive ocasião de apontar aos brasileiros o problema nacional da borracha, que era, nessa data, apenas o de industrialização. Sugeri então, que com o deslocamento de nossas indústrias para as proximidades dos centros de matérias primas, em breve, a produção não bastaria para as fábricas já instaladas entre nós ou em via de instalação. Hoje, o problema se apresenta incomparàvelmente mais grave. Não mais se trata de uma industrialização para as nossas necessidades pacíficas, mas de produzir para o consumo gigantesco de uma guerra mundial. E' o problema nosso e de nossos Aliados, aos quais devemos fornecer a borracha, sôbre a qual rodarão as armas vitoriosas da Liberdade. Requerem-se medidas extraordinárias, para as quais, mais uma vez, conto com o espírito de compreensão de todos os brasileiros. Ides, pois, Senhor Prefeito, mobilizar vossos concidadãos para esta grande campanha da borracha. Eis porque resolví proclamar o próximo mês de junho o *Mês Nacional da Borracha*, como marco de uma vigorosa campanha que durará até que atinjamos os nossos derradeiros objetivos.

Convido-vos a contribuir, pràticamente, para o complexo êxito do *Mês Nacional da Borracha*, a que se dedicará todo o mês de junho próximo.

Junto a esta, segue o plano, segundo o qual será orientada esta campanha e através de cuja leitura vos convencereis da importância de vossa colaboração. A campanha conclama todos os brasileiros disponíveis a extrairem o "latex", onde se encontrar, por métodos técnicos e racionais. A vossa operosidade saberá acrescentar outras iniciativas de valor, tendentes, tôdas à consecução dêste único fim: *Mais Borracha!* Crêde que, ao trabalhardes, juntamente com vossos munícipes, estareis não só acelerando a marcha de nossa Vitória, mas realizando obra civilizadora, de fixação do homem brasileiro ao seu solo. Repito o que já afirmei, uma vez: "vemos abrir-se agora, à exploração sistemática um *hinterland* dos mais férteis e promissores, apenas desbravado e onde deverão expandir-se a energia, a perseverança e o trabalho de numerosas gerações". Extrair, agora, a nossa borracha, é um imperativo do presente e um compromisso com o futuro. (a) GETÚLIO VARGAS.

☆

### Conselho de Imigração e Colonização

"BASES DE UM PLANO DE COLONIZAÇÃO" — Na sessão realizada no dia 14 de junho pelo Conselho de Imigração e Colonização o respectivo presidente, Embaixador Frederico de Castelo Branco Clark, fêz comentários em tôrno das "Bases de um Plano de Colonização", apresentadas pelo Conselheiro José de Oliveira Marques, assunto de que vem se ocupando o Conselho, e, ao concluir, fêz entrega de sua "Contribuïção para o Estudo do Problema de Imigração e Colonização no Brasil", cujo texto consta dos arquivos do Conselho.

☆

### Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

DISPONDO SÔBRE O PRONUNCIAMENTO DO CONSELHO — O Sr. Presidente da República assinou, no dia 14 de junho, na pasta da Agricultura, o Decreto-lei n.º 5 573, dispondo sôbre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica nas matérias de sua competência. O referido decreto-lei está publicado, na íntegra, na secção competente dêste *Boletim*.

☆

### Coordenação da Mobilização Econômica

EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGÚ — O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, considerando a necessidade de se criar vias de comunicação com o Amazonas através do interior do país e a de se explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões cebeceiras do Xingú, pela Portaria n.º 77, de 3 de junho, publicada no *Diário Oficial* do dia seguinte, organizou a expedição Roncador-Xingú, fixando-lhe os objetivos.

REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO DE MATERIAL ÓTICO, CIENTÍFICO E DE FOTOGRAFIA — O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica, considerando que agentes inimigos estão interessados na aquisição de todo o material ótico, científico e de fotografia existentes no país em poder de particulares, à venda no comércio e em penhores nas Caixas Econômicas, com o objetivo de salvaguardar, no interêsse da segurança nacional, o estoque dos referidos intrumentos que são utilizados pelas fôrças armadas, baixou, no dia 25 de junho, a Portaria n.º 94, instituindo o registo e regulamentando o comércio do mesmo material.

Às Fôrças Armadas Nacionais cabe a prioridade quanto à utilização, aquisição e requisição dos instrumentos de precisão que especifica e com as seguintes finalidades:

*a*) para fins cronométricos e meteorológicos;

*b*) para fins goniométricos, topográficos e geodésicos, tanto terrestres, como marítimos e aéreos;

*c*) para fins de observação, terrestre, marítima e aérea;

*d*) para fins topográficos, micro e macrofotográficos e fotogramétricos;

*e*) para fins científicos em geral ligados ao atual esfôrço de guerra, especialmente de contrôle biométrico e de contrôle industrial — físico, químico e físico-químico.

☆

### Departamento Administrativo do Serviço Público

CURSO DE PREPARAÇÃO E SELEÇÃO — DESIGNADOS OS PROFESSORES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA BRASILEIRA E DE EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL — O Sr. Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, pela Portaria n.º 142, de 9 de junho, publicada no *Diário Oficial* de 11 do mesmo mês, criou nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento do referido Departamento, um Curso de Preparação e Seleção para os candidatos viagem ao estrangeiro, aprovando, ainda, as instruções reguladoras do seu funcionamento.

Pelas portarias ns. 144 e 147, o Presidente do DASP designou Fernando Segismundo Esteves e Aluísio F. de Lima Campos para professores, respectivamente, de História e Geografia Brasileira e de Evolução Econômica do Brasil no aludido Curso.

CURSO DE BIBLIOTECONOMIA — O Sr. presidente do DASP, pela Portaria n.º 184, de 26 de junho, publicada no *Diário Oficial* de 28 dêste mês, criou, no mesmo Departamento, um Curso de Biblioteconomia, cujas instruções ficaram aprovadas, sendo fixado em 70 o número de matrículas.

★

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

### Comissão Censitária Nacional

PRORROGADO O MANDATO DA COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL — O Sr. Presidente da República, pelo decreto-lei n.º 5 561, de 9 de junho, considerando o que propôs o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à vista de uma representação da Comissão Censitária Nacional, prorrogou até 31 de dezembro de 1944 o mandato da mesma Comissão, mantida a sua atual composição, nos têrmos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938.

☆

### Conselho Nacional de Estatística

DIA DA IMPRENSA — A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovou um voto de congratulações, pela passagem do "Dia da Imprensa". Neste sentido, o Sr. Embaixador J. C. Macedo Soares dirigiu o seguinte ofício à presidência da A.B.I.:

> "A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, em sessão hoje realizada, aprovou, com expressiva unanimidade, um voto de calorosas congratulações com a Associação Brasileira de Imprensa e por ser assim, com os jornalistas de todo o país, pela passagem do Dia da Imprensa, data festiva ocorrida na véspera e assinalada, por uma feliz iniciativa do Govêrno da República, com a promulgação da lei federal que instituiu o curso de jornalismo no sistema nacional de ensino superior.
>
> Juntamente com aquelas expressões congratulatórias, o referido Colégio dirigente do Instituto fêz consignar em ata os louvores que a imprensa brasileira efetivamente merece pela atuação patriótica que vem desenvolvendo em face dos interêsses superiores da nação em guerra.
>
> Aproveito a oportunidade para renovar a vossa excelência os protestos de meu alto aprêço e distinta consideração".

Em resposta, o Sr. Herbert Moses dirigiu o seguinte agradecimento ao presidente do I.B.G.E.:

> "Teve a mais simpática acolhida na Associação Brasileira de Imprensa o ofício que lhe dirigiu a Junta Executiva Central dêsse Conselho, comunicando o voto aprovado de congratulações com a A.B.I. e com os jornalistas de todo o país pelo transcurso do "Dia da Imprensa", fazendo constar em ata louvores à imprensa brasileira pela atuação patriótica que vem desenvolvendo em face dos interêsses da nação em guerra.
>
> Agradecendo, pois, as expressões do Conselho Nacional de Estatística para com a A.B.I., e para com a imprensa, a que daremos conhecimento dos têrmos do ofício recebido, sirvo-me do ensejo que se me oferece para renovar os protestos de minha mais alta estima e consideração".

☆

### Conselho Nacional de Geografia

BREVE NOTÍCIA DE SUAS ATIVIDADES

A — *Trabalhos de Campo*

1. *Campanha de Coordenadas*. Iniciada em 1940, em caráter temporário, para atender às necessidades mais prementes do preparo da Carta Geral do Brasil, já produziu cêrca de 600 coordenadas. Agora, o Conselho resolveu manter a campanha em caráter permanente, reservando-lhe uma verba que permite a produção anual média da ordem cem (100) coordenadas (latitude, longitude e direção NS verdadeira).

2. *Expedições científicas*. Com a colaboração decisiva do Conselho, houve em 1941 uma expedição importante ao longo do Estado do Mato Grosso, e em 1942 outra à região da divisa Baía x Goiaz, ambas em cooperação com a Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura.

Em 1942 ainda o Conselho empreendeu uma excursão científica à região da divisa Goiaz x Minas.

Em 1943, já agora em caráter anual, o Conselho está realizando a sós uma expedição importante à região do Jalapão, onde ficam a lagoa do Veredão e as divisas entre os Estados da Baía, Goiaz, Maranhão e Piauí. Dagora em diante, o Conselho realizará cada ano uma expedição científica para reconhecer, levantar e estudar a região do País, que no momento fôr julgada de maior interêsse.

3. *Aerofotogrametria.* E' a chave do problema da Geografia brasileira. Cumpre ao Conselho implantá-la no País, a pleno efeito, sobre-tudo como medida de economia, pois êsse moderno método de levantamento permite um trabalho, em relação aos métodos clássicos terrestres, muito mais rápido (da ordem de 1/10) e mais barato (da ordem de 1/5). O Conselho previu verba em sua proposta para 1944, afim de iniciar, instalando, êsse importante serviço, o que por todos os motivos é absolutamente necessário.

B — *Trabalhos Culturais.*

1. *Publicações.* Prossegue o Conselho no seu programa fecundo de editar publicações, que permitam uma divulgação mais adequada do conhecimento atualizado do território nacional. A *Revista Brasileira de Geografia* continua, com os seus números trimestrais, a despertar grande interêsse científico, no País e no estrangeiro, possibilitando ao Conselho um considerável movimento de intercâmbio cultural. O *Boletim Geográfico* mensal, lançado em abril, teve uma aceitação acima da espectativa permitindo prevêr-lhe uma crescente e notável repercussão. A "Biblioteca Geográfica Brasileira" já iniciou o aparecimento dos seus livrios e folhetos como o trabalho *A conquista do Brasil pelos brasileiros* do Cel. Lima de Figueiredo, estando muitos outros em processo de exame pela respectiva comissão diretora, composta de eméritos professores e geógrafos.

2. *Documentação.* Alenta-se dia a dia a documentação geográfica coligida pelo Conselho, que dispõe de órgãos próprios para a guarda racionalizada e sistemática dos documentos: Biblioteca, Mapoteca, Filmo-fototeca, Arquivo Corográfico. O material reünido é da seguinte ordem: 5 000 livros, 4 000 mapas, 18 000 fotografias, 80 000 documentos.

Há ainda a incluir nêsse setor o *Dicionário Geográfico* que está sendo elaborado pelo Conselho, em plano progressivo e parcelado, estando já prontos 10 *Vocabulários* totalizando cêrca de 52 000 verbetes.

3. *Reüniões culturais.* Afim de estabelecer contacto com os geógrafos, professores, profisionais e técnicos de geografia, possibilitando-lhes conhecer as atividades e campanhas que empreende, o Conselho deliberou em dezembro de 1942 realizar reüniões culturais e tertúlias semanais, que repercutiram ôtimamente, congregando os elementos interessados em grande número, que vêm debatendo questões geográficas de interêsse e oportunidade.

4. *Estudos.* Mantém o Conselho uma Secção de Estudos, que vem realizando valiosas pesquisas. Estudou-se o movimento das populações brasileiras, mediante o confronto dos dados demográficos municipais oferecidos pelos Recenseamentos de 1920 e 1940. Fixou-se, em critério mais geográfico, o agrupamento dos Estados em grandes regiões brasileiras.

Instruiram-se a *Revista* e o *Boletim* com dados, informações e comentários cuidados. Ressalta a pesquisa alentadamente efetuada para estabelecer um plano de divisão regional do Brasil, pelo qual o País se divide sucessivamente em 5 grandes regiões, 21 regiões, 65 sub-regiões, 124 zonas fisiográficas, compostas estas de agrupamentos de municípios. Representa o primeiro passo para a interpretação científica dos fatos sociais, econômicos, que em via de regra devem ser examinados em face das condições ambientais. Por outro lado, de acôrdo com a moderna e fecunda orientação da escola geográfica americana — de sentido essencialmente prático — é aquele quadro regional um ensaio de fundamento para a prática, que cumpre ao Conselho introduzir com palestra, das "análises regionais", pelas quais as diferentes unidades geográficas são estudadas segundo um programa de larga padronização, servindo a um tempo ao geógrafo, ao cientista e ao administrador.

C — *Trabalhos Cartográficos*

1. *Carta Geral.* Prosseguem ativamente os trabalhos do preparo das fôlhas dessa Carta. Resolveu o Conselho preparar primeiro uma edição preparatória de fôlhas na escala de .... 1:500 000, antes da definitiva na escala de ..... 1:1 000 000. Isso para apressar o aparecimento das fôlhas e posibilitar maior enriquecimento das fôlhas definitivas. Já estão prontas quinze fôlhas preparatórias em condições de serem impressas. Entretanto, há dois anos, desde 1942 a verba para impressão das fôlhas tem sido cortada pela comissão do orçamento. Há nisso um inconveniente, além do retardamento da publicação das fôlhas. E' que os pedidos de mapas ao Conselho são constantes e inúmeros: em 1942 o Conselho forneceu 8 000 cópias de mapas, e nesse ano já vai por 6 000 o número delas. Essas cópias são tiradas pelo processo heliográfico, em papel sensível, redundando cópias caras e não perfeitas. E' pois medida de economia provêr o Conselho de recursos para impressão das suas cartas.

2. *Trabalhos outros.* Mapas dos Estados com a malha municipal atualizada, mapas dos Estados para serem impressos e de utilidade prática embora esquemáticos, e tantos outros se preparam no Conselho.

O Conselho editou o mapa demográfico do Brasil segundo o Recenseamento de 1940, o mapa da Faixa de Fronteiras, recentemente. Anteriormente, editára o mapa do Brasil cujos 150 000 exemplares foram distribuídos gratuitamente às escolas brasileiras, para figurar em cada sala de aula; e o mapa de Araxá, que serviu de modêlo na campanha notável dos mapas municipais, empreendida com surpreendente êxito nos anos 1938/39.

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

EQUIPARAÇÃO DE EMPRÊSAS DE LAVRA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE FOSFATOS NATURAIS — O Sr. Presidente da República, pelo Decreto-lei n.º 5 555, na pasta da Agricultura, determinou que as emprêsas, que têm por objeto a lavra e a industrialização de fosfatos naturais para transformá-los em fosfatos solúveis, destinados à lavoura nacional, ficam equiparadas às de que trata o decreto-lei n.º 3 553, de 25 de agosto de 1941, para poderem ser autorizadas a admitir sócios ou acionistas estrangeiros por decreto do Presidente da República.

☆

### Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA MANDIOCA — Na sessão levada a efeito pela Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, no dia 30 de junho, foi lido, no expediente, o

processo n.º 447-43, em que o Serviço de Economia Rural presta informações sôbre cultura, produção e distribuïção geográfica da mandioca no Brasil.

☆

**Conselho Florestal Federal**

RECUSADA UMA SUGESTÃO DE DISPENSA DE REFLORESTAMENTO — No *Diário Oficial* de 30 de junho está publicado o parecer apresentado ao Conselho Florestal Federal pelo conselheiro Humberto Gotuzzo a propósito do processo enviado pela Divisão de Caça e Pesca e originado por um memorial do Sr. Avelino Alves Palma, em que êste fazendeiro de Ribeirão Preto (Estado de São Paulo), sugere ao Sr. Presidente da República uma alteração no art. 7.º do decreto-lei n.º 1 631, de 27 de agôsto de 1939, o qual reza: "E' vedada a destruïção de matas, e a derrubada de árvores numa faixa de 20 metros das margens dos rios". "Os proprietários ribeirinhos ficam obrigados a promover o reflorestamento dessa faixa, plantando nos barrancos as árvores indicadas pela Divisão de Caça e Pesca". O expositor entende, ao contrário, que essa vegetação alta à beira dos rios pode favorecer o desenvolvimento dos mosquitos transmissores da malária, pelo que alvitra "permitir-se que a uma distância de um quilômetro, pelo menos, de qualquer moradia às margens do rio seja facultativo o saneamento completo (como assim considera a derrubada da mata) com dispensa do reflorestamento".

Depois de fazer referência aos pareceres que sôbre o assunto emitiram a biologista Sra. Helena Pais de Oliveira, na Divisão de Caça e Pesca, e o Sr. H. Sousa, no Conselho Nacional de Caça, o Sr. Humberto Gotuzzo conclue tambem contràriamente à sugestão proposta.

DESFLORESTAMENTO NO RECÔNCAVO BAÏANO — Na sessão levada a efeito pelo Conselho Florestal, no dia 7 de maio, o conselheiro Adrião Caminha Filho fêz uma exposição detalhada de sua visita ao recôncavo do Estado da Baía onde esteve visitando usinas e propriedades agrícolas. Disse que é lamentável o estudo de desflorestamento naquela zona e que no relatório que apresentou ao Instituto do Açúcar abordou esta questão, bem como, a falta de operários. Teve oportunidade de conversar com o secretário da Agricultura do Estado, mostrando-lhe a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para o reflorestamento. Finalmente, por sugestão do Sr. Presidente, o referido conselheiro ficou de apresentar uma representação escrita sôbre o que teve oportunidade de observar naquele Estado no que diz respeito a questão florestal. O mesmo conselheiro deu conhecimento ao Conselho de que a lei de proteção ao cajueiro no Nordeste está sendo cumprida.

☆

**Departamento Nacional da Produção Mineral**

AUTORIZAÇÃO PARA DESPESAS COM A INDÚSTRIA DO QUARTZO — Por despacho exarado, em 19 de junho, na exposição de motivos n.º 1 814, do DASP, o Sr. Presidente da República autorizou realize o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, despesas urgentes relacionadas com o desenvolvimento que tomou a indústria do quartzo, uma vez que as mesmas tenham de ser levadas a efeito longe de qualquer estação pagadora.

PARA OS ESTUDOS DO POTENCIAL HIDRO-ELÉTRICO DA BACIA DO RIO PRETO — O Sr. Presidente da República, por despacho de 22 de junho em exposição de motivos do Sr. Ministro da Agricultura, autorizou o dispêndio da importância de Cr$ 200 000,00 para os estudos do potencial hidro-elétrico da bacia do rio Preto, de acôrdo com o "Plano Quinquenal", ficando a referida importância no Banco do Brasil à disposição do Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral.

CONSIDERADAS PÚBLICAS — DE USO COMUM — AS ÁGUAS DE QUATRO CURSOS — A Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, em editais publicados no *Diário Oficial* de 30 de junho, levou ao conhecimento dos interessados, que considera públicas, de uso comum, respectivamente do domínio dos Municípios de Barreiras e Lençóis, na Baía, e Bonsucesso, Minas Gerais, os cursos dágua denominados "Ondas", "Lençóis" e "Babilônia", ao longo da sua extensão, tendo os mesmos cursos determinados partindo de jusante para montante, e considerando nas confluências, como principal o de maior bacia hidrográfica. A idêntificação dos cursos foi feito segundo os mapas municipais organizados em observância ao decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

No *Diário Oficial* de 24 daquele mês foi publicado o edital sôbre o curso denominado "São João", ao longo de tôda a sua extensão, cujas águas foram consideradas públicas de uso comum, do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

☆

**Serviço de Meteorologia**

CONCURSO PARA A CARREIRA DE METEOROLOGISTA — Pela Portaria n.º 150, de 9 de junho, o Sr. Presidente do DASP aprovou as instruções do concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS DE LOCOMOÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS — O Sr. Presidente da República, por despacho de 23 de junho, na exposição de motivos n.º 1 031, do Ministério da Fazenda, autorizou sejam atendidas por meio de adiantamentos as despesas decorrentes da locomoção, inclusive as de transportes das respectivas bagagens, dos técnicos do Serviço de Meteorologia comissionados para inspecionarem as Estações Meteorológicas disseminadas no território nacional.

★

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**

ARTICULAÇÃO DO ENSINO NORMAL COM O DAS FACULDADES DE FILOSOFIA — No processo n.º 34 665-43 (Parecer n.º 232-43 do C.N.E.) — (Proposta do prof. Isaias Alves) — o sr. Ministro da Educação proferiu o seguinte despacho:

— Uma das diretrizes que me parece conveniente dar à educação nacional é a de não considerar o ensino secundário como única via para a universidade. Haja visto o disposto na lei orgânica industrial (art. 18). A articulação do ensino normal com o das faculdades de filosofia, é, pois, em princípio uma diretriz já estabelecida. Não é porém, possível adotar desde logo a medida. Sòmente depois de decretada a lei orgânica do ensino normal e depois que o ensino normal estiver inspecionado pelo Ministério da Educação é que se tornará possível a articulação. Na situação presente,

em que o ensino normal não se regula pela lei federal, não poderia a simples exigência de seis anos de estudos bastar à admissão às faculdades de filosofia.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1943. — *Capanema*.

SUBVENÇÕES A INSTITUÍÇÕES ASSISTENCIAIS E CULTURAIS — Pelo decreto n.º 12 503, de 1.º de junho, na pasta da Educação e Saúde, o Sr. Presidente da República concedeu sub-venções no total de Cr$ 22 000 000,00 às instituïções assistenciais e culturais no Distrito Federal, nos Estados e Território do Acre constantes da relação anexa ao mesmo decreto.

COMBATE À MALÁRIA — O Sr. Presidente da República assinou no dia 8 de junho, na pasta da Educação e Saúde, atendendo a uma solicitação do respectivo titular em exposição de motivos publicada no *Diário Oficial* de 14 do mesmo mês, o decreto-lei n.º 5 559, estendendo ao Serviço Especial de Saúde Pública, o regime estabelecido pelo decreto-lei n.º 3 672, de 1.º de outubro de 1941, relativamente ao combate à malária.

"GENEALOGIA DOS INCONFIDENTES" e "GENEALOGIA DE FAMÍLIA MINEIRA" — Por despacho de 10 de junho exarado na exposição de motivos n.º 1 629, do DASP, o Sr. Presidente da República autorizou, conforme solicitação do Ministério da Educação e Saúde, a aquisição dos diretos autorais das obras de Samuel Soares de Almeida, intituladas *Genealogia de família mineira* e *Genealogia dos Inconfidentes*, pela importância de Cr$ 8 000,00.

LEGALIDADE DAS MATRÍCULAS INICIAIS — O Sr. diretor da Divisão de Ensino Superior expediu aos inspetores a circular n.º 8 43D.E. Su. 17-6-43, publicada no *Diário Oficial* de 29 de junho, fixando normas afim de possibilitar o estudo da legalidade das matrículas iniciais e de remover dificuldades no processamento do registro de diplomas.

☆

**Biblioteca Nacional**

REGISTRO DE LIVROS — Entre os livros registrados durante o mês de junho, na Biblioteca Nacional, figuram os seguintes:

— *A História da República e a Tríplice Aliança*. — De autoria de Augusto Acioli Carneiro.

— *A Energia Elétrica no Direito Brasileiro*. — De autoria de José de Paiva Azevedo.

☆

**Escola Nacional de Minas e Metalurgia**

DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA O CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO — O Sr. Ministro da Educação e Saúde, pelas Portarias ns. 366 e 367, designou os professores Francisco Assiz Magalhães Gomes e Rômulo Soares da Fonseca para exercerem a função de membros do Conselho Técnico-Administrativo da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil.

COLAÇÃO DE GRAU — Realizou-se no dia 20 de junho, a solenidade da colação de grau dos engenheiros de minas e civís de 1943 pela Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, da Universidade do Brasil.

O programa das solenidades foi assim organizado: às 9 horas, missa solene em ação de graças, pelo revmo. monsenhor João Castilho Barbosa, na matriz de Nossa Senhora do Pilar. Às 15 horas, sessão solene e compromisso pelos engenheirandos; discurso do orador da turma, engenheirando Cássio Elísio de Figueiredo Damásio; discurso do paraninfo, engenheiro Américo René Giannetti e encerramento. Em seguida, baile.

São os seguintes os novos engenheiros: Antônio Júlio de Almeida, Cássio Elísio de Figueiredo Damásio, José de Lima Barcelos, Justo Pinheiro da Fonseca, Nabor Vanderlei Nóbrega e Resk Frayha.

☆

**Museu Histórico Nacional**

OFERTAS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA — Enriquecendo com algumas peças de súbido valor histórico, as coleções da "Casa do Brasil", o Sr. Presidente da República vem de fazer mais uma valiosa oferta, contando a doação dos seguintes objetos:

uma placa de prata — homenagem da terra de Casimiro de Abreu; uma chave e placa, ambas de ouro — homenagem do município de Campos; um cofresinho contendo uma medalha de ouro com o efígie do presidente Vargas, e uma moeda de prata da época imperial (ano de 1888), homenagem da cidade de Maricá.

★

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA NO NOVO PRÉDIO — O Sr. Ministro da Fazenda, por Portaria de 15 de junho, designou uma comissão composta das bibliotecárias auxiliares, Helena Soares Brandão, Silvia Goulart de Andrade, Francisca Buarque de Almeida, Classe *E*, e Cecília Taunay Leite Guimarães, Maria de Lourdes Pôrto d'Ave e Maria Lígia Parreira da Fonseca, classe *F*. tôdas do Quadro Permanente, para sob a presidência da primeira e orientada pela Comissão de Instalação do Edifício dêste Ministério, promover os estudos e tomar as providências necessárias à organização e instalação definitiva da biblioteca do novo prédio.

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais**

ANTE-PROJETO DE DECRETO-LEI SÔBRE AGRUPAMENTOS DE MUNICÍPIOS — Na sessão extraordinária de 8 de junho, o Sr. Oto Prazeres apresentou declaração de voto sôbre o ante-projeto de decreto-lei, acêrca do agrupamento de Municípios, de autoria do Sr. Luiz Simões Lopes (proc. 3 759-41) e pediu fôsse dada vista do processo ao Sr. Francisco Sá Filho, no que foi atendido.

★

## MINISTÉRIO DA MARINHA

CRIADO O SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO — Pelo decreto-lei n.º 5 558, de 8 de junho, foi criado no Ministério da Marinha, diretamente subordinado ao Ministro o Serviço de Documentação que compreenderá: Secção da História Marítima do Brasil; Biblioteca da Marinha; Arquivo Histórico; e Revista Marítima Brasileira; ficando extinta a 4.ª Divisão (EM-4) do Estado Maior da Armada.

★

## MINISTÉRIO DO TRABALHO

### Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

EXECUÇÃO DE TRABALHOS TOPOGRÁFICOS — Na sessão realizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, no dia 24 de maio, terminada a parte relativa ao expediente, entrou em discussão a exposição de motivos e a proposta de resolução apresentada pela comissão designada pelo C.R.E.A., para estudar a situação dos estudantes de engenharia e de arquitetura em face do decreto número 23 569. Discutido e apreciado, ponto por ponto, o Conselho resolveu aprovar por unânimidade a seguinte proposta ao Conselho Federal de Engenharia, consignando em ata um voto de louvor à respectiva comissão, constituída dos senhores conselheiros Paulo de Camargo e Almeida, Otávio Reis de Cantanhede Almeida e João Cordeiro da Graça Filho:

Proposta: — O C.R.E.A., da 5.ª região usando de atribuïções que lhe conferem o decreto n.º 23 569 e a resolução n.º 2 do C.R.E.A., e considerando a falta de profissionais habilitados que se dediquem particularmente aos trabalhos de um modo geral;

Considerando a extinção em 1933 do curso de engenheiros geógrafos, o que trouxe em conseqüência o desaparecimento do professional de que tratou o art. 35 do decreto n.º 23.569.

Considerando existirem poucos profissionais licenciados para os trabalhos topográficos nas grandes capitais, onde em geral estão localizadas as escolas de engenharia e arquitetura;

Considerando a recente e louvável resolução do Conselho Federal de 18 de março do corrente ano, e que tomou o n.º 25;

Considerando ser de grande utilidade para os acadêmicos de engenharia e arquitetura a posibilidade de executarem trabalhos na profissão;

Resolve: — propor ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura que permita aos acadêmicos das escolas de engenharia e arquitetura, oficiais ou equiparadas, que satisfaçam as condições abaixo enumeradas, a execução dos serviços técnicos discriminados nesta proposta.

Art. 1.º Os acadêmicos de engenharia, regularmente matrículados nas escolas de engenharia oficiais ou equiparadas e que tiverem sido aprovados nas cadeiras de Topografia e Astrônomia de Campo e Geodésia, terão como atribuïções, com as regalias, garantias e punições asseguradas pelo decreto número 23 569 e 3 995 de 11 de dezembro de 1933 e 31 de dezembro de 1941, respectivamente;

a) execução de trabalhos topográficos sem restrições.

b) direção de trabalhos topográficos, excetuando-se os levantamentos cadastrais, levantamentos planimétricos de áreas superiores a .... 300 000m² e as explorações para projetos técnicos.

c) direção de levantamentos planimétricos de propriedade rurais, qualquer que sejam as suas áreas.

d) execução e cálculo de triangulações topográficas e geodésicas.

Execução e cálculo de determinações de coordenadas geográficas.

Art. 2.º Os acadêmicos de arquitetura, regularmente matriculados nas escolas de arquitetura oficiais ou equiparadas que tiverem sido aprovados na cadeira de "Topografia", terão como atribuïções, com as regalias, garantias e punições asseguradas pelos decretos ns. 23 569 e 3 995 de 11 de dezembro de 1933 e 31 de dezembro de 1941, respectivamente:

a) execução de trabalhos topográficos sem restrições.

b) direção de trabalhos topográficos, excetuando-se os levantamentos cadastrais, levantamentos planimétricos e altimétricos de áreas superiores a 300 000m² e as explorações para projetos técnicos.

c) direção de levantamentos planimétricos de propriedades rurais, quaisquer que sejam as suas áreas.

Art. 3.º Aos acadêmicos de que tratam os arts. 1.º e 2.º serão fornecidas pelo C.R.E.A., licenças especiais, válidas por 3 anos.

Parágrafo único — Êste prazo poderá ser dilatado por mais um ano, improrrogável, a critério do C.R.E.A.".

★

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### Comissão de Marinha Mercante

SUB-COMISSÕES CRIADAS — Pelo decreto-lei n.º 5 533, de 7 de junho, assinado na pasta da Viação, foram criadas na Comissão de Marinha Mercante, onze sub-comissões sediadas em São Luiz, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracajú, Salvador, Vitória, Paranaguá, São Francisco e Corumbá sendo determinadas pela Comissão de Marinha Mercante os portos marítimos, fluviais ou lacustres sôbre os quais terão jurisdição.

DISTANCIA ENTRE OS PORTOS DO RIO ITAPECURU' — A Comissão de Marinha Mercante, conforme o Boletim n.º 26, publicado no *Diário Oficial* de 23 de junho, resolveu aprovar a seguinte tabela de distância em milhas entre os portos do rio Itapecurú:

| PORTOS | DISTÂNCIAS | |
|---|---|---|
| | Entre Portos | A São Luiz |
| São Luiz | — | — |
| Rosário | 115 | 115 |
| São Miguel | 8 | 123 |
| Itapecurú | 40 | 163 |
| Coroatá | 65 | 228 |
| Monte Alegre | 26 | 254 |
| Codó | 13 | 267 |
| Gameleira | 13 | 280 |
| Caxias | 40 | 320 |

★

### Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

MODIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE MINAS — Na sessão realizada em 20 de maio, pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, o sr. Juvenal de Queiroz Vieira, presidente da Câmara Sindical da Bolsa de Fundos Públicos, convidado a comparecer ao Conselho, para apresentar sugestões em tôrno do projeto do decreto-lei, modificando e ampliando disposições do Código de Minas, tendente à regularização do funcionamento das companhias que utilizam matérias primas minerais, expôs o seu ponto de vista em relação ao assunto, prometendo apresentar um relatório consubstanciando a sua opinião, afim de ficar o Conselho habilitado a adotar uma medida de caráter geral para a solução do problema.

★

## PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

### Secretaria de Educação e Cultura

DIVISÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL — O Sr. Jonas Correia, Secretário Geral de Educação e Cultura, do Distrito Federal, expediu

uma circular a todos os departamentos de sua Secretaria, chamando a atenção para a observância da divisão do território pátrio, segundo a fôrma elaborada pelo I.B.G.E.

Essa forma, que o Sr. Presidente da República já tivera oportunidade de aprovar e recomendar em quaisquer estudos ou trabalhos procedidos pelo Ministério Público, consiste no seguinte:

I — Região Norte: Território do Acre e Estados do Amazonas e Pará;

II — Região Nordeste, dividida em duas partes: Nordeste Ocidental: Estados do Maranhão e Piauí e Nordeste Oriental: Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

III — Região Leste, dividida em duas partes: Leste Setentrional: Estados de Sergipe e Baía e Leste Meridonal: Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal;

IV — Região Sul: Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

V — Região Centro-Oeste: Estados de Goiaz e Mato Grosso.

★

# Instituïções particulares

## ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

SAMBAQUÍS DE ITAJAÍ — TEORIA ANALÍTICA DA EROSÃO — NEMERTINOS DÁGUA DOCE — No dia 25 de maio último, reüniu-se a Academia Brasileira de Ciências, em sessão ordinária, na sala da congregação da Escola Nacional de Engenharia, sob a presidência do Prof. Melo Leitão. Na ordem do dia, o acadêmico Oliveira Castro comunicou três novas técnicas de colaboração: 1.ª, com o emprêgo do fenol-ácido nítrico para colorir a quitina, fazendo reaparecer a pigmentação e o desenho; 2.º, uso do verde cristal como fundo de contraste para permitir mais facil contagem dos cromosomas no processo do carmim acético; 3.º, preparação de um novo tipo de hematoxilina férrica, que permite coloração em massa, aplicável aos protozoários de vida livre e à coloração dos núcleos nos tecidos. A comunicação foi comentada pelo acadêmico Olímpio da Fonseca.

Em seguida, o acadêmico Carlos Chagas em seu nome e dos seus colaboradores, J. Moura Gonçalves e H. Meyer apresentou um trabalho sôbre "Potenciais rítmicos de culturas de mocardio — I — Técnica de registro" e outro sôbre "Potenciais rítmicos de culturas de miocardios — II — Caracteristicos de potências de ação do miocardio em cultura". No primeiro trabalho são analizados a técnica do registro oscilográfico de potências de ação de miocárdio em cultura, tendo sido estudadas as características elétricas do ampliador ectrônico usado, assim como o modo de preparação dos electrodos e o de contrôle das experiências. No segundo trabalho os autores mostram as características gerais dos potenciais de culturas de embriões de ovos de 48, 72 e 96 horas de incubação. Os potenciais que podem ser monofásicos ou difásicos são constituídos de um complexo rápido e de um potencial retardado extremamente lento. A medida que a cultura evolue, parece que o desenvolvimento do tecido uniformiza os potenciais observados. Os autores mostram o interêsse que a presente técnica pode ter, quer no conhecimento de eletrogênese no músculo cardíaco, como na eletrogênese de um modo geral, e na determinação de ações farmacodinâmicas. As pesquisas ainda permitem a análise da ação de culturas de protozoários no metabolismo celular. O acadêmico Carlos Chagas fêz passar um filme sôbre as pesquisas em aprêço.

O acadêmico Oton Leonardos fêz uma comunicação sôbre os sambaquis de Itajaí, Santa Catarina. Tendo o grande naturalista Fritz Muller, que viveu 34 anos no vale do Itajaí, afirmado que o lamelibrânquio "Erodona mactroides" encontrado nos sambaquis dessa região não vive mais na costa catarinense, o que foi confirmado por Wiener, a espécie foi classificada por Martens como variedade pleistocênica que denominou "Azara labiata prisca". Diante disso os naturalistas passaram a admitir os concheiros afastados da costa como depósitos marinhos antigos, o fato sendo tomado como argumento para provar o levantamento recente na costa meridional brasileira. O Sr. Leonardos verificou entretanto: 1) que os concheiros de Itajaí são todos construções indígenas; 2) que são recentes e não antigos; 3) que todos os sambaquis situados longe do mar são constituídos de Erodona mactroides Daudin; 4) que êsse molusco é fluvial e não marinho; 5) que o mesmo vive ainda nas águas do Itajaí e seus afluentes; 6) que é um marisco comestível, o que havia sido posto em dúvida pelo Dr. Alberto Carcelles que reviu a espécie em 1941; 7) que não conseguiu encontrar em Santa Catarina evidência maior de levantamento recente da costa. O acadêmico Matias Roxo comentou a comunicação.

O Sr. Álvaro Alberto comunicou à Academia haver recebido do Sr. Prof. Afonso P. de Toledo Piza, da Escola Politécnica de São Paulo, uma interessante solução para a equação de derivados parciais do Fourier, a que conduz o problema de Vieille, da propagação da erosão cilíndrica, produzida pelos gases e combustão das pólvoras.

Recordou que dos *Anais* da Academia, de 31 de dezembro último, consta o estudo dêste problema, que Vieille propuzera em têrmos diferenciais, sem abordar a integração.

Mostrou que, ao retomar o problema, apresentou uma solução para um caso mais geral, qual o da propagação bi-dimensional e inspirando-se em Fourier, que fizera recair sua equação diferencial ordinária, depois chamada de Bessel, ao passar à propagação radial e, portanto, unidimensional — utilizou a solução normal de Weber, isto é, recorreu às funções de Bessel de ordem zero e de primeira e segunda espécie $J_0$ e $Y_0$ tratando-se no caso em aprêço, de pequenos valores da variável independente $r$, para maior comodidade e simplicidade adotou a solução logaritmica inculcada pela teoria.

A solução finita encontrada pelo Prof. Toledo Piza se distingue por dois aspectos salientes. Primeiro, é uma solução finita, não sob forma de séries. E' verdade que as séries que representam $J_0$ e $Y_0$ são, uma, uniformemente convergente em qualquer intervalo finito, para todos os valores de $r$, reais ou complexos; e outra, absolutamente convergente para todos estes valores. Segundo, ao passo que a solução adotada é independente do tempo, a de Afonso de Toledo Piza conserva esta variável.

Ora, o fator tempo intervém necessáriamente no fenômeno da erosão, e, anotando-o no trabalho puplicado nos *Anais*, buscou-se adaptar as condições físicas preliminares ao problema em causa e ausência daquela variável

por isso que, admitida a igualdade de *t*, fica-se mais próximo da condição de comparabilidade das medidas do poder erosivo.

A solução Toledo Piza, em que a variável *t* aparece multiplicada por um parâmetro *m*, é uma solução mais geral.

Conquanto menos simples, será aplicada logo que sejam conseguidos valores suficientemente precisos dos tempos de combustão correspondentes a diversas medidas de poderes erosivos.

A solução Toledo Piza seria, para os cálculos correntes do poder erosivo, um pouco mais laboriosa, mas a sua elegância e utilidade são incontestáveis.

O Sr. Alvaro Alberto, registrando-o, agradeceu ao Sr. Prof. Piza a valiosa contribuïção para o aparelhamento matemático necessário à teoria analítica da erosão devida aos gases das pólvoras.

Pelo acadêmico Melo Leitão foi apresentada a comunicação do acadêmico corespondente Ergasto H. Cordeiro sôbre a ocorrência, na America do Sul, de duas espécies de Nemertinos dágua doce do gênero Prostoma, por êle encontradas nos arredores de Montevidéo, e Buenos Aires, nos açúdes do Nordeste do Brasil e nos arredores de Caracas.

*Artur Neiva — História Física da Terra — Biologia do Telenomus polymormorphus sp. n. — Convulsoterapia — Funções lineares analíticas — Poder erosivo das pólvoras* — No dia 8 de junho,realizou a Academia Brasileira de Ciências mais uma sessão ordinária, no salão da Congregação da Escola Nacional de Engenharia.

Na hora do expediente, o presidente Melo Leitão, ao abrir a sessão, disse: "Sejam as minhas primeiras palavras para comunicar à Academia Brasileira de Ciências o falecimento, na manhã de ante-ontem, de nosso emérito companheiro Artur Neiva. A Academia enviou uma coroa de flores e fêz-se representar no enterramento pelo presidente e pelos acadêmicos Artur Moses e Olímpio da Fonseca, e êste último foi o intérprete de nossa saüdade, dando as nossas despedidas junto à sepultura. Estiveram presentes numerosos acadêmicos. Em menos de três meses perde a secção de Biologia dois de seus maiores nomes: Antônio Cardoso Fontes e Artur Neiva, ambos companheiros de Oswaldo Cruz nas primeiras horas de Manguinhos. Aurtur Neiva foi dos nossos fundadores. Sua vasta e prestimosa carreira científica não pode ser estudada em poucos minutos, sob a impressão tão acerba dessa enorme perda. Lembremos apenas, como pontos de referência, de sua brilhante trajetória a campanha antimalárica do Xerem, a criação da secção de Parasitologia do Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, a direção dos Serviços de Saúde Pública do Estado de S. Paulo, a diretoria do Museu Nacional, a criação do Instituto Biológico de São Paulo, a atuação na segunda Constituinte, a interventoria da Baía. Foi ele quem descobriu a existência de raças quínino-resistentes dos plasmódios da malária, fato do maior valor, tanto higiênico como biológico; foi dos pioneiros no estudo de nossos Culicidas, o descobridor do ciclo evolutivo completo de berne, primeiro a fazer a sistemática de nosso Hemípteros hematólagos. No número jubilar do seu sexagésimo aniversário, catalogou a *Revista de Etomologia* 183 memórias de escritos seus: Faço minhas as palavras de hoje do *Jornal do Comércio;* "As faculdades que Neiva exercitou e externou no ambiente privilegiado de Manguinhos, êle as trouxe para fora do laboratório, para o campo largo da vida, para todos os terrenos onde sua atividade fecunda procurou servir. Porque servir, o Brasil e servir os seus semelhantes, foi o rumo pelo qual pautou a sua trajetória". Coberta de luto, lança a Academia um voto de profundo pesar na ata da sessão de hoje. Oportunamente será estudado o perfil dêsse eminente morto".

Comunicou o Presidente em seguida, à Academia que naquela sessão a família do acadêmico Alberto Betim Paes Leme, iria fazer entrega de seu livro póstumo *História Física da Terra*. Em nome da viúva D. Silva Gilhobel Betim Paes Leme, falou o acadêmico Meneses de Oliveira que fêz o histórico do livro e ressaltou a grande importância para as letras da ciência nacional do aparecimento dessa magnífica obra.

O presidente Melo Leitão, agradecendo a oferta em nome da Academia, disse:

"A Academia Brasileira de Ciências recebe com a mais viva e saudosa gratidão a obra — *História Física da Terra* — do nosso sempre lembrado confrade Prof. Alberto Betim Paes Leme. E' a primeira vez que se guarda em nossa Biblioteca livro de um acadêmico, com o nome do autor entre duas datas assinaladas pela estrêla e pela cruz.

"Minha Senhora: Vossa presença hoje, nesta casa, é um confôrto e um símbolo, pois exprime que a nossa Academia contínua a ser lembrada no lar dos que contribuiram para o seu renome e o seu prestígio, e que nesta magnífica oferta traduzis o sentir e a vontade de vosso ilustre espôso. O quanto êle prezava a Academia bem o demonstra ter-nos trazido as primícias de seus memoráveis trabalhos de crítica à hipótese de Wegener e da descoberta do "Processo cinemático de análise espetral quantitativa, apresentados a seguir nos seus dois brilhantíssimos cursos realizados na Sorbonne. Vozes mais autorizadas falarão à Academia do valor intrínseco dêste grande livro; quero dizer-vos, porém, da minha emoção, companheiro de Alberto Betim Paes Leme no Museu Nacional, ao receber, como presidente da Academia, tão valiosa oferta. Era Betim e exemplo eloqüente de que não é preciso submeter-se às estreitezas do regimem burocrático para engrandecer uma instituïção, contribuindo com o seu labor para dar-lhe renome e prestígio. Que valem muito mais as longas horas de meditação e vigilia do que as consumidas em trabalhos de rotina, provam bem as descobertas a que há pouco me referi e êste Tratado, fruto de muitas horas dedicadas, fora do expediente, ao Museu Nacional. Tem as velhas instituïções uma alma, e a do Museu Nacional, do nosso Museu, posso assim dizer-vos paira hoje nesta sessão. Quando choramos o desaparecimento de um dos nossos mais conspícuos companheiros, seu ex-diretor, é um sucessor de Artur Neiva que vem, no que há de mais vivo e mais eloqüente num homem de ciência, a sua obra, incorporar-se definitivamente ao nosso patrimônio. E o espírito da velha casa centenária paira sôbre nós, que lá vivemos e que nunca a esquecemos, nem mesmo depois da morte, e, presente a esta cerimônia, traz a segurança e a fé ao nosso jovem sodalício. Em nome da Academia Brasileira de Ciências agradeço a dádiva que lhe trazeis e a honra de vossa presença".

O acadêmico Matias Rôxo, como geólogo e antigo companheiro do acadêmico Alberto Betim Paes Leme, pronunciou uma oração, estudando aspectos da vida e da obra de Alberto Betim Paes Leme.

O acadêmico Sílvio Fróis Abreu discorreu, em seguida, sôbre o livro e a vida de Alberto Betim Paes Leme, ressaltando as principais feições do livro, a maravilhosa harmonia entre a geologia e a geografia física e a profunda expressão que o mesmo tinha como uma alta representação da escola francesa, onde o autor bebera os fundamentos de sua cultura.

O acadêmico Glycon de Paiva referiu-se ao livro como uma grande obra, definitiva, que deveria ser intitulada daquí por diante: "Suma geológica do Brasil".

Passando-se à ordem do dia, o acadêmico Costa Lima apresentou uma comunicação: sôbre um micronimonóptero com fêmeas de uma só aparência fenoptipica (negras, de asas longas) e machos de 3 tipos diversos: homeomórficos e homeocrômicos, isto é; aparentemente semelhantes às femeas e também de côr negra: homeomórficos, porém, heterocrômicos, ruivos, e heteromórficos e heterocrômicos, isto é, ruivos, de asas vestigiais e cabeça esférica. Nas experiências até agora efetuadas, mediante cruzamentos de machos dos 3 tipos com as fêmeas monotipicas e observando o aspecto dos machos oriundos de fêmeas seguramente partenogenéticas, poude confirmar as observações que apresentou o ano passado à Academia sôbre o inseto, já publicadas na revista "Agronomia", 1:113-116. O inséto em questão, nova espécie do gênero *Telenomus, T. polymorphus,* que descreve, cria-se em ovos de um hemipterô. Reduvida (*Heza insignis*). Prosseguindo nas suas investigações, Costa Lima apela para que os estudiosos em genética se interessem pela questão da determinação do sexo no inseto, como o fizeram com o *Telenomus fárial,* espécie parasita de ovos de barbeiro, que há tempos descreveu, estudando-a também sob o ponto de vista etológico.

O acadêmico Oscar d'Utra e Silva apresentou, em seguida, a sua comunicação sôbre a aplicação da corrente elétrica e convulsoterapia. Depois de breve histórico sôbre a origem, estudo e prática do método no estrangeiro e dos trabalhos pessoais sôbre o assunto, fêz uma síntese das partes relativas aos meios de estudo de física e de fisiologia normal e patológica, referindo-se aos fatos já conhecidos e aos problemas ainda obscuros, alguns dos quais, exigem esclarecimentos para o melhor conhecimento do assunto, mostrando sua contribuïção pessoal, e fazendo demonstrações experimentais.

O acadêmico Francisco de Oliveira Castro, apresentou um trabalho do Sr. Leopoldo Machbin sôbre a representação dos funcionais aditivos continuos no campo complexo por meio de funcionais lineares analíticos de Fantappié, onde é demonstrada uma fórmula que representa um funcional aditivo e contínuo por meio de dois funcionais lineares analíticos de Fantappié que dá um complemento a uma nota anteriormente publicada nos Anais pelo Prof. Candido Dias.

O acadêmico Alvaro Alberto, continuando a tratar do poder erosivo, das pólvoras, aborda a anomalia registrada com a pólvora negra, de que certos tipos apresentam elevadas temperaturas de combustão, da ordem mesmo das temperaturas das pólvoras mais "quentes", ao passo que o poder erosivo orça pela ordem de grandeza dos porrespondentes às pólvoras "frias". Assim, entre os casos estudados por Vieille, cita-se o de uma pólvora de caça, com uma temperatura, segundo Sarrau, de 3 500°C, e um poder erosivo de 4,5m3 por g de pólvora e outra pólvora, F3, com cêrca de 2 900°C e 2,2m3/ g. Embora os poderes erosivos, à escala de Vieille, sejam expressos por algarismos mais altos que os padrões suecos adotados neste trabalho, a título de comparação. Lembrou que o poder erosivo correspondente à pólvora B.F.A.M. é, à dita escala francesa, 6,4, sendo a temperatura 2 460°, e a da notroguanidina, 2,3 para temperatura de 2 100°; a cordite I, com 3 320°, de 18,1; mostrou, pois, como é anómalo o resultado apresentado pelas pólvoras mecânicas. Atentando, porém, para a circunstância de ser o volume gasoso específico destas de ordem de 280 litros por k, ao passo que o das pólvoras coloidais é de perto de 900 l, encontra-se a razão do desvio assinalado. E' possivel encontrar números normais levando em conta a variável em aprêço.

★

## ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HOMENAGEM A MEMÓRIA DE FRANCISCO RODRIGUES MARIN — Sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, reüniu-se, no dia 17 de junho, a Academia Brasileira de Letras. Após a leitura do expediente, falou o Sr. Manuel Bandeira declarando que "tinha o prazer de apresentar à Academia, em nome do autor, duas obras do Professor Morales de los Rios. Uma delas trata do *Ensino Artístico,* no período compreendido de 1816 a 1889. Escrito como tese do 3.º Congresso de História Nacional, aquí realizado em 1938, êsse trabalho aparece agora em grosso volume de mais de quatrocentas páginas. Nêle traça o autor um vasto panorama da evolução do ensino das belas artes, procede à análise minuciosa dos atos governamentais, aprecia as obras dos artistas que influíram no ensino, discrimina os discípulos que assim foram formados e apresenta conclusões curiosas e bem justificadas. Assinala como particularmente interessante tudo quanto está dito sôbre a Missão Artística Francesa e sôbre um dos patronos da Academia Brasileira: Manuel de Araújo Pôrto Alegre. Vasta bibliografia, muito dela de primeira mão, enriquece o trabalho. Nele, como em *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira* se revela o pesquisador paciente e probo, que trás à luz coisas e homens mergulhados até agora na penumbra.

O outro trabalho do Professor Morales de los Rios tem por título *Consolidação das leis e atos oficiais de exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura.* E' a segunda edição muito ampliada de obra feito pelo autor por incumbência do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, que ele preside, com dedicação e competência, há longos anos.

Com estes dois livros aumenta o Professor Morales de los Rios a reputação de digno sucessor daquele que foi seu mestre e do orador: o ilustre arquiteto e historiador Adolfo Morales de los Rios y Garcia de Pimentel".

Depois falou o Sr. João Luso dizendo que

"com grande prazer e muita honra era portador para a Biblioteca da Academia, do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa"* quarta edição. Esta obra, organizada pelos srs. Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, revista pelos Srs. Manuel Bandeira e José Batista da Luz, tem realmente logrado a larga aceitação que merece, e não só pelo seu valor fundamental, mas também porque de cada vez nos aparece mais rica e esmerada. Cumpre notar que nas sucessivas edições preciosamente colaboraram ainda eruditos e especialistas como os Srs. Antenor Nascentes, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, C. Delgado de Carvalho, Carlos del Negro e outros prestigiosos homens de letras. E o Sr. João Luso concluiu declarando que possuídor dêste dicionário desde a sua primeira edição, resolveu, diante, da segunda, adquirir quantas fôssem aparecendo".

O Sr. presidente comunicou que:

"a Academia Brasileira acaba de receber a infausta notícia da morte do Sr. Francisco Rodriguez Marin, nosso confrade, ocupante da cadeira 18, dos membros correspondentes, que fora anteriormente ocupada pelo ilustre Paul Groussac, e de que é patrono Silva Alvarenga. Rodriguez Marin era membro da Academia Espanhola, exercendo no momento a presidência. O nosso Anuário de 1942 indica na notícia bibliográfica do eminente confrade 127 obras. Êle publicou muitas outras ainda. Rodriguez Marin fez notabilíssimos estudos especializados sôbre a obra de Cervantes, notadamente, o "Dom Quixote"; o eminente confrade faleceu aos 83 anos de idade. De acordo com o Regimento Interno da Academia, declarou aberta,

pelo prazo de dois meses, a apresentação de nomes para substituir Rodriguez Marin na cadeira n.º 18".

Por último, o Sr. Antonio Austregésilo pediu um voto de saudade pela morte da senhora viuva Mário de Alencar, "digna espôsa, amantíssima genitora, amiga e colaboradora do grande Mário, que foi uma das moléculas da alma da Academia, incomparável companheiro, fino artista, escritor corretissimo, irmão de todos nós".

CENTENÁRIO DO ALMIRANTE JACEGUAI — Realizou-se no dia 19 de junho, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a sessão pública com que a Academia Brasileira de Letras celebrou o centenário do nascimento do seu glorioso confrade, Almirante Barão de Jaceguai, sucessor de Teixeira de Melo na cadeira número 6, de que é patrono Casimiro de Abreu e na qual foi posteriormente sucedido por Goulart de Andrade e pelo Sr. Barbosa Lima Sobrinho, atual ocupante.

Tomaram lugar à mesa da diretoria, entre outros, os Srs. Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha; Tomás Elio, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia; Martinho Nobre de Melo, Embaixador de Portugal. Na assistência destacavam-se numerosas senhoras e oficiais de todas as patentes da Armada.

Aberta a sesão pelo presidente da instituïção, foi dada a palavra ao Sr. Barbosa Lima Sobrinho, que ocupou a tribuna para fazer uma longa conferência acêrca da vida e obra do saüdoso escritor e grande vulto da Marinha Brasileira.

Usou depois da palavra o Sr. Ministro da Marinha que pronunciou a seguinte oração:

"O dia de hoje, reunindo-se a Academia Brasileira de Letras especialmente para comemorar o centenário do nascimento do Almirante Artur Silveira da Mota, Barão de Jaceguai, é um dos dias felizes da Marinha de Guerra do Brasil.

A Academia, nesta expressiva reünião dos seus membros, em sessão a que comparecem tantos compatriotas, mais uma vez consagra a figura e exalta a memória de um dos seus nomes ilustres, também um dos bravos da Armada, um daqueles que engrandeceram, com inteligência e valor, a nossa história militar.

Acabamos de ouvir a oração de abertura desta reverente solenidade, proferida pelo Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, atual e eminente Presidente da Casa de Machado de Assiz, e a formosa peça oratória do brilhante acadêmico Barbosa Lima Sobrinho. Ouvimos, sob o teto desta casa consagrada à arte e à beleza espiritual, uma e outra das duas orações, com a satisfação e a emoção que o fundo e a forma das obras d'arte teem o privilégio de despertar.

Neste sodalício, já de poderosa e bela tradição, brilhando como uma flama cada vez maior e mais ardente, vem sendo erguida e lavrada uma das faces do monumento nacional, uma das belas e sugestivas de tantas faces da nossa grandeza. Os que aquí, compondo o sodalício, teem estado, estão e vierem a estar, conquistaram foros de eleitos da pátria nas letras, na cultura e na inteligência, oriundos de várias classes e de vários pontos do Brasil, como se cada um deles, em trajetória feliz, convergisse para um ponto, trazendo uma centèlha de núcleos humanos e de regiões diferentes do país, a preservar, perpetuar e engrandecer o patrimônio cultural e artístico da nação.

Ao fundar-se esta gloriosa Academia, foi Casimiro de Abreu, poeta fluminense, um dos seus quarenta patronos, e Teixeira de Melo, com a sua obra e o seu talento, médico, poeta e historiógrafo de renome, poude sentar-se nesta casa. Desaparecido, foi seu sucessor o Almirante Artur Silveira da Mota, grande oficial de Marinha, escritor naval e historiador, valoroso combatente na maior das nossas campanhas guerreiras, celebrando em prosa e verso ao tempo em que ecoava no Brasil o estrondo da batalha e a galhardia brasileira na inolvidável passagem de Humaitá. Recebido Jaceguai pelo ilustre Afonso Arinos, ecoam desde então as palavras lapidares e magníficas que êsse grande mineiro proferiu, especialmente as passagens buriladas e felizes sôbre o mar, onde Jaceguai andou e se fêz notável. Morto o marinheiro ilustre, preencheu-lhe a vaga o grande poeta e escritor Goulart de Andrade. Com a sua faculdade de admirar, êsse ilustre acadêmico fêz um elogio inesquecível de Jaceguai, êsse "Barão assinalado", que cumpriu "a missão de ser forte dentro da fé", e que nós da Marinha temos como expressão legítima de intelgência, cultura e valor guerreiro.

A Goulart de Andrade sucedeu o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, o acadêmico que acaba de encantar o auditório, dando-nos momentos felizes, porque nós outros marinheiros, dentro dos muros desta casa consagrada à beleza intelectual e aos milagres da vida interior, estamos sentïndo que há alguma coisa da Marinha de Guerra, da sua história de sacrifícios pela nossa Pátria e dos feitos dos seus homens. O Almirante Barão de Jaceguai teve o mérito e a fortuna de representar a Marinha nesta instituïção de expoentes da nossa cultura. Fê-lo com tanta propriedade e brilho que os marinheiros de hoje o relembram e cultuam agradecidos.

Aos ilustres membros da Academia Brasileira, agradeço sensibilizado, em nome da Marinha de Guerra, a participação que lhe proporcionou nesta homenagem à sua egrégia figura. Creia o nobre sucessor de Jaceguai, Sr. acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, que o seu belo discurso, dedicado ao Almirante, foi ouvido com todo o recolhimento cívico e há-de ecoar na Armada como ecoam os sons das trombetas do triunfo".

Por último proferindo também algumas palavras entremeadas de aprovações da assistência, o presidente da Academia, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, encerrou a sessão.

★

## CENTRO TRANSMONTANO

A PRIMEIRA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO — No dia 17 de junho, no Centro Transmontano, o Coronel-Aviador Dias Costa pronunciou uma conferência, comemorando o aniversário da primeira travessia aérea do Atlântico.

★

## CLUBE DE ENGENHARIA

"O PLANO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGENS" — *Constituïção de três divisões técnicas* — No dia 17 de junho realizou o Conselho Diretor do Clube de Engenharia, a sua 4.ª sessão ordinária, sob a presidência do engenheiro Édson Passos.

Antes de dar início aos trabalhos o presidente fêz a apresentação do engenheiro Yedo Fiuza, diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens que havia sido convidado, pela Diretoria do Clube, para proferir uma conferência sôbre "O Plano Nacional de Estradas de Rodagens". O engenheiro Yedo Fiuza, na tribuna faz uma detalhada exposição técnica dos trabalhos que veem sendo executados pelo Departamento que dirige, demonstrando o progresso brasileiro no setor da técnica rodoviária. Referiu-se, também, a várias obras congêneres de países sul-americanos que veem adotando a mesma política administrativa do seu

Departamento. Assinalando as vantagens dos Congressos, realizados em nossas capital, sôbre estradas de rodagens, concluiu com a afirmativa de que o ponto de vista mais debatido dêsses Congressos, que era o de estabelecer para o nosso país um plano nacional de estradas de rodagens, continuava a ser, ainda, a maior preocupação do Govêrno e aproveitava, então, o ensêjo para declarar que era seu desejo submeter à apreciação do Clube de Engenharia, o trabalho sôbre êsse plano que estava sendo elaborado pelo seu Departamento. A conferência do engenheiro Yedo Fiuza foi muito aplaudida e mereceu a maior atenção dos presentes, principalmente por se tratar de um dos assuntos mais relevantes do momento que atravessamos. Terminada a conferência, falou o Sr. Presidente sôbre a segnificação e complexidade dos nossos problemas rodoviários e agradeceu ao engenheiro Yedo Fiuza a oportunidade que ofereceu aos demais colegas presentes, de ouvirem a sua autorizada palavra.

Após a leitura do expediente, na órdem do dia, que tratou de vários assuntos, foi aprovada a constituïção de tres divisões técnicas, denominadas respectivamente: "Preparação e Orientação Profissional", "Transportes" e "Indústria Mineral".

★

## INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUÊSES

CURSOS DE GEOGRAFIA FÍSICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL E DE PORTUGAL — *A solenidade de sua instalação* — No Liceu Literário Português, realizou-se, no dia 5 de julho, corrente, a solenidade da instalação do Instituto de Estudos Portuguêses (Portugal, Brasil e Países de Língua Portuguêsa) (Fundação José Gomes Lopes) recentemente fundado nesta capital.

As aulas instituidas pela nova entidade cultural serão inteiramente gratuitas e públicas.

O Instituto de Estudos Portuguêses manterá cursos anuais, de abril a setembro, de geografia física, política e econômica do Brasil e de Portugal e de História antiga e moderna da civilização e da literatura portuguêsa, compreendendo ainda várias lições especializadas durante as atividades de semestre, inclusive um curso especial sôbre grandes vultos da história dos dois países.

A sessão inaugural do Instituto foi presidida pelo Embaixador de Portugal, Sr. Martinho Nobre de Melo, que encareceu a dedicação portuguêsa à cultura manifestada em criações que proeminentes portuguêses do Brasil veem criando. Era agora a vez do Sr. Comendador José Gomes Lopes, no Liceu Literário Português, iniciativa dessa instituïção e do Professor Afrânio Peixoto, "cultor emérito do idioma camoneano" dando a primeira aula o Professor Pedro Calmon, "o eterno menino e moço de nossas duas literaturas".

A assistência aplaudiu calorosamente o trecho do discurso em que o Professor Nobre de Melo antevia, na criação de hoje, um Instituto Universitário completo, uma "Universidade livre", como era capaz de fazer a benemerência dos brasileiros e portuguêses reunidos pelo Liceu Literário Português.

Em seguida, o Sr. Afrânio Peixoto historiou a criação do novo Instituto, réplica da instituïção na Universidade de Lisboa, da cadeira de "Estudos Camoneamos".

Finalmente, o Sr. Pedro Calmon, professor de Direito Constitucional e historiador consagrado, dissertou sôbre "A primeira Constituïção do Brasil, as instruções de D. João III a Tomé de Sousa", estudando o Regimento que trouxe Tomé de Sousa, 1.º governador geral, em 1549, para mostrar a importância dêsse documento na história das instituïções do Brasil, o qual equivale ao primeiro esboço constitucional que se deu à América de lingua portuguêsa. Nêle, figuram providências, distribuïção de funções, indicação de medidas econômicas e sociais, intervenção da autoridade em bem do povo, que atestam as culturas políticas e o sentimento jurídico da sociedade que criou o Brasil, devendo no Regimento de Tomé de Sousa ser estudado o esplêndido diploma dêsse idealismo jurídico, em que havia, entretanto, senso de realidades e largos projetos de civilização.

★

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

CENTENÁRIO DO DESEMBARGADOR MIGUEL CALMON — Encerrando as homenagens tributadas à memória do desembargador Miguel Calmon du Pin e Almeida, cujo centenário de nascimento transcorreu em abril próximo findo, o Sr. Edgard Ismael da Silveira pronunciou uma conferência sôbre o ilustre brasileiro no dia 12 de junho, no salão Varnhagen, do Instituto Histórico e Geográfico.

CENTENÁRIO DO ALMIRANTE JOSE' CÂNDIDO GUILHOBEL — No dia 25, realizou-se, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo, uma sessão especial em homenagem ao centenário do nascimento do Almirante José Cândido Guilhobel.

Abrindo a sessão, o Sr. Presidente Macedo Soares fêz algumas considerações sôbre a personalidade do Almirante Guilhobel dando, em seguida, a palavra ao orador oficial do Instituto Histórico, sr. Pedro Calmon, que saüdou o conferencista Capitão de Fragata Carlos da Silveira Carneiro, sócio benemérito do Instituto Histórico, que especialmente convidado para tratar da efeméride, pronunciou eloquente discurso.

Falou, por último, o Sr. Almirante Aristidès Guilhen, para agradecer em nome da Marinha, a homenagem prestada pelo Instituto Histórico à memória do Almirante José Cândido Guilhobel.

Entre a numerosa assistência viam-se, além da família do Almirante Guilhobel, os Almirantes Gilherme Rieken, Dodsworth Martins, Contra-Almirante Artur de Freitas Seabra, Tosta da Silva, General Francisco de Moura, Comandantes Didio Costa, Apio Couto, Capitão Silveira, representando o Sr. General Odylo Denys; o representante do sr. Chefe de Policia; Drs: Gonzaga de Castro, representando o Gabinete de Identificação; Professor Nolasco de Almeida, pelo Clube de Engenharia. A Escola Naval fez-se representar por uma grande comissão de aspirantes.

*Dados bio-bibliográficos do Almirante Guilhobel:*

Feitos os seus estudos preparatórios José Cândido Guilhobel, que desde muito creança sentia acentuado pendor para a carreira militar, entrou para o serviço da Marinha de Guerra, depois de fazer um curso brilhante na Escola Naval. Quando da guerra entre o Brasil e o Paraguai, em 1865, contava o Almirante Guilhobel vinte e dois anos e já era segundo tenente. Fêz tôda a campanha, desde o seu início, tomando parte em vários combates, inclusive o de Curuzú, como Capitão Tenente, tendo assumido nessa ocasião o comando da unidade em que servia como imediato. Na batalha do Riachuelo

estava embarcado no vapor de guerra "Ipiranga", como comandante da artilharia, portando-se também com bravura.

Terminada a guerra, voltou ao Brasil no pôsto de Capitão de Corveta, passando a exercer importantes comissões, tanto no regime monárquico como na República. Nos Governos de Prudente de Morais e de Campos Sales, desempenhou as funções de Chefe do Estado Maior da Armada, tendo em um dos quadrienios da República, recusado a pasta da Marinha, sob a alegação de desejar sòmente o exercício de cargos públicos.

Foi Chefe da Comissão encarregado de acompanhar na Europa a construção de várias unidades da nossa Marinha de Guerra, sendo por fim nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar, cargo em que faleceu.

O Almirante Guilhobel, quando nomeado ministro da mais alta Corte da Justiça Militar do País, era o mais moço dos membros dêsse Supremo Tribunal, do qual, ao falecer, era o decano.

Durante mais de vinte anos, colaborou como técnico nas soluções de tôdas as nossas questões de limite. Fêz parte das comissões de limites do Brasil com a Venezuela, com o Perú, com a Colômbia e com a Guiana Inglêsa, exercendo nas mesmas vários cargos de grande confiança.

Foi um dos maiores colaboradores do Barão do Rio Branco na questão de Missões, tendo feito os estudos precedentes à defesa dos direitos do Brasil no próprio local em litígio.

Em seguida foi escolhido para fazer parte da triplice comissão de enviados Extraordinários da Missão Rio Branco em Washington para solução do referido conflito de limites.

Quando da solução da pendência secular que mantinhamos com a França, por motivo da contestação do território da Amapá, o Almirante Guilhobel achava-se na Europa, fazendo parte da Comissão fiscalizadora da construção de unidades para a nossa armada.

Foi também o Almirante Guilhobel, um dos mais notáveis colaboradores do *Dicionário de História e Geografia*, publicado em comemoração do Centenário da Independência pelo Instituto que hoje lhe presta merecida homenagem. Membro honorário de várias Associações científicas nacionais e estrangeiras, era o Almirante Guilhobel titular de quase tôdas as Ordens do Império — Aviz, Cruzeiro, Cristo e Rosa, possuindo doze condecoração da guerra do Paraguai, das quais algumas conferidas pelos governos da Argentina e do Uruguai.

Escreveu o Almirante Guilhobel vários trabalhos para a Marinha de Guerra, destacando-se o *Tratado de Geodesia*, que contém em apêndice uma descrição minuciosa do basimetro de Brunner editado em 1879; *Viagem de Manaus ao Apapóris* que lhe deu ingresso em 1881, no Instituto Histórico e Geográfico e o *"Código de Sinais da Armada e Código Tático de evoluções"*, obras de grande valor, adotadas nas Escolas Superiores do País.

## MOVIMENTO DAS DIVERSAS SECÇÕES EM MAIO:

Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto, no mês de maio próximo findo:

Biblioteca — Obras oferecidas 61; Revistas Nacionais e estrangeiras recebidas, 56; Encadernações e reencadernações, 15; Catálogos de bibliotecas nacionais e estrangeiras, recebidos, 2

Arquivo — Documentos consultados, 263.

Mapoteca — Mapas consultados 18.

Museu Histórico — Visitantes, 38.

Sala Pública de Leitura — Consultas, 422.

Secretaria — Ofícios, cartas e telegramas recebidos, 413; Ofícios, cartas e telegramas expedidos, 535.

Realizaram-se no mês de maio duas sessões, uma ordinária a 3 de maio, para comemorar o centenário natalício de Pedro Américo, conferência do Dr. Argeu Guimarães; outra especial a 21 do mesmo mês comemorativa do centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai falando o Sr. Cláudio Ganns.

*Movimento em junho* — Foi o seguinte o movimento das diversas secções do Instituto, no mês de junho findo:

Biblioteca — Obras oferecidas, 11; Encadernações e reencadernações, 10; Catálogos, 5; Revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 4. Arquivo — Documentos consultados, 120; Mapotéca — Mapas consultados 27; Museu Histórico — Visitantes, 45. Sala pública de leitura. Consultas 345. Secretaria, Ofícios, cartas e telegramas recebidos, 270; ofícios, cartas e telegramas, expedidos, 348.

Realizou o Instituto, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, uma sessão especial comemorativa do 1.º centenário do nascimento do Almirante José Cândido Guilhobel, falando o sócio benemérito Comandante Carlos Carneiro, e ainda, agradecendo o Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha.

★

## INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

"O ESTADO NACIONAL E A GEOGRAFIA" "A EVOLUÇÃO DO PRESIDENCIALISMO NOS ESTADOS UNIDOS" — "O ESTADO NACIONAL E O RECENSEAMENTO" — "A BASE ESTATÍSTICA NA OBRA DE RECONSTRUÇÃO DO PAÍS" — Mais uma de suas sessões culturais realizou, no dia 5 de junho, no salão do Conselho da A. B.I., o Instituto Nacional de Ciência Política, a qual alcançou expressivo êxito pela importância dos asuntos alí proficientemente focalizados pelos oradores inscritos e de palpitante interêsse para a cida sócio-econômica do país.

Abriu os trabalhos o Sr. Pedro Vergara, que convidou para presidir a sessão o Sr. Mário Augusto Teixeira de Freitas e para fazerem parte da mesa o ministro Viriato Vargas, coronel Amadeu Suzini Ribeiro, Sr. José Carneiro Felipe, Sr. Virgílio Correia Filho, Sr. João de Lourenço, coronel Arí Maurel Lobo, Sr. Alexandre Plemont e coronel Dilermando de Assis.

Inicialmente, sôbre o tema "O Estado Nacional e a Geografia", falou o Sr. Virgílio Correia Filho, que, em seu trabalho, frisou como o Conselho Nacional de Geografia aflorou com o viço das criações predestinadas a polarizar energias construtivas, que o Estado Nacional despertou, ao propiciar-lhes ambiente e meios garantidores de sua eficaz expansão; mostrou o papel relevante que aquele órgão vem exercendo na vida nacional, proporcionando ao govêrno os elementos necessários para a boa divisão territorial dos municípios brasileiros e sua importância na obra de reconstrução nacional sàbiamente empreendida pelo presidente Getúlio Vargas.

Ocupou a tribuna, em seguida, o coronel Arí Maurel Lobo, brilhante oficial do Exército e conhecido escritor, que discorreu sôbre o tema "A evolução do presidencialismo nos Estados Unidos".

O orador fêz um estudo completo sôbre a situação política dos Estados Unidos nos últimos quatro anos, mostrando a evolução do presidencialismo na grande nação amiga, na qual se evidencia a tendência para o fortalecimento cada vez maior do poder executivo em detrimento do poder legislativo. Apoiado em dados estatísticos e nos resultados de numerosos

inquéritos alí realizados, mostrou como a opinião pública americana está se tornando contrária à morosidade do parlamentarismo para resolver os mais importantes problemas da defesa nacional e, por outro lado, cada vez mais a favor do aumento dos poderes do executivo, bem como da introdução de novas modificações no sistema de govêrno que o orador chamou de democracia americana.

Sôbre o tema "O Estado Nacional e o Recenseamento" discursou o Sr. José Carneiro Felipe que fêz um brilhante apanhado dos recenseamentos realizados até hoje no Brasil, para ressaltar o grande êxito alcançado pelo recenseamento geral de 1940, que foi o mais completo até agora realizado em nosso país, graças à alta visão de estadista do presidente Getúlio Vargas, que dotou a nação de um serviço perfeito de geografia e estatística.

Finalmente, o Sr. João de Lourenço discorreu sôbre "A base estatística na obra de reconstrução do país", em que estudou a enorme importância da estatística na grande obra de reconstrução nacional em que está empenhado o presidente Getúlio Vargas.

Ao encerrar a sessão, o Sr. Teixeira de Freitas, em brilhante improviso, comentou os discursos proferidos, destacando-lhes as principais passagens e evidenciando mais uma vez, o grande valor que a Geografia e a Estatística desempenham na vida dos povos, fornecendo-lhes os elementos necessários para qualquer empreendimento que se deseje realizar.

★

## TOURING CLUBE DO BRASIL

EXCURSÃO A SÃO JOÃO DEL REI — Aproveitando a época dos festejos joaninos, o Touring Clube do Brasil proporcionou a grande número de pessoas, uma excursão a São João Del Rei, uma das tradicionais cidades mineiras e que, graças às tradições locais e ao desenvolvimento progressista, apresenta aspectos totalmente opostos, que refletem a vida de duas cidades distintas: a de ontem e a de hoje. São João Del Rei foi visitada por duas caravanas, uma procedente da capital da República e outra de São Paulo, tendo a Municipalidade organizado interessante programa de festas de São João, que são, na cidade, das mais curiosas e típicas do Brasil.

*Excursão às cataratas do Iguassú* — Promovida pelo Turing Clube do Brasil, foi levada a efeito, nêste mês, uma excursão às cataratas do Iguassú, tendo a viagem abrangido interessantes regiões turísticas dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, inclusive um percurso fluvial em navio da Companhia Mate Laranjeira, pelo rio Paraná.

★

## SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA — Realizou-se, no dia 3 de junho, sob a presidência do ministro Raul Tavares, a quarta sessão ordinária da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Após a leitura da ata da sessão anterior, do expediente e das propostas de inscrição ao quadro social, o Sr. Francisco Sousa Brasil ofereceu à Sociedade o trabalho de autoria do engenheiro João Augusto Mac Dowell intitulado *O centenário* natalício do conselheiro Samuel Walace Mac Dowell. Em seguida, o almirante Raul Tavares propôs que fôsse inserido em ata um voto de saüdade, pelo centenário do nascimento do almirante Artur Jaceguai.

Usaram da palavra o comandante Oliveira Belo e o Sr. João Ribeiro Mendes, que comunicou estar o prof. Basílio de Magalhães pronto a fazer a bibliografia das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira, bem como a colaboração do Sr. Artur Reis, que ofereceu seus préstimos, enviando de Belém tudo que possa interessar para a materialização dessa tarefa. O presidente nomeou os srs. comandante Luiz Oliveira Belo, Herbert Canabarro Reichardt e Francisco de Souza Brasil, para fazerem parte da comissão encarregada de elaborar o programa das comemorações do sexagésimo aniversário da instalação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que terá lugar a 16 de setembro próximo. A seguir, o general José Vieira da Rosa pronunciou a sua conferência intitulada: "Bacias, Vales e o Homem do Brasil Meridional". O presidente anunciou que, no dia 17 de junho, o prof. Arnaldo Claro S. Tiago fará uma conferência intitulada "Geografia paisagista" — trechos da orla meridional do Brasil.

*"Geografia paisagista" — Conferência do prof. Arnaldo S. Tiago* — No dia 17 de junho, em sessão presidida pelo ministro Raul Tavares, o prof. Arnaldo S. Tiago pronunciou uma conferência intitulada "Geografia Paisagista", trechos de orla meridional do Brasil. A mesa estava constituída pelos Srs. almirante Raul Tavares, sr. Taciano Acioli Monteiro e general Uchôa Cavalcanti.

★

# Certames

## II CONFERÊNCIA AMERICANA DE COMISSÕES NACIONAIS DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL

A Comissão Cubana de Cooperação Intelectual, em cumprimento a um compromisso assinado perante a II Conferência Americana das Comissões Nacionais de Cooperação Intelectual, realizada durante o mês de novembro do ano de 1941, acaba de editar um volume contendo os atos e os documentos da importante reünião panamericana.

O aparecimento dêsse valioso repositório, artisticamente impresso, veio ensejar aos intelectuais do continente a oportunidade de tomarem conhecimento de quantas deliberações foram adotadas no Congresso, tôdas essas, estudadas e discutidas dentro das realidades do momento.

★

# Das Unidades Federadas

## ALAGOAS

### Instituto Histórico

MUDANÇA DE NOMES DE RUAS — Sob a presidência do Sr. Ezechias da Rocha, vice-presidente em exercício, reüniu-se no dia 31 de maio, em sessão ordinária, o Instituto Histórico de Alagoas.

No expediente, foi lida, entre outras, uma carta do Sr. José Maria de Melo, agradecendo sua eleição para sócio efetivo do Instituto.

Na ordem do dia, o Sr. Téo Brandão lembrou que, à maneira do que acontece em Pernambuco cujo Instituto Histórico é sempre ouvido, no caso de mudança de nomes de ruas, não sejam mudados os nomes tradicionais das ruas, a não ser em casos especialíssimos. Sugeriu que o Instituto entrasse em entendimento com o Sr. Prefeito da capital sôbre o assunto. Submetida a votos, foi aprovada a sugestão.

Por proposta do Sr. Diégues Júnior, unânimemente aprovada, foi lançado na ata da sessão um voto de congratulações pelo 5.º aniversário de fundação do *Jornal de Alagoas,* o mais antigo em circulação no Estado.

Com a palavra, o Sr. Abelardo Duarte referiu-se à passagem, em 27 do pretérito, da data do nascimento do general João Severiano da Fonseca, patrono do Serviço Médico do Exército e que fêz parte do quadro social do Instituto, propondo a inserção, na ata, de um voto de reverência à memória do saüdoso alagoano.

★

## AMAZONAS

### Interventoria Federal

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO — O Interventor federal no Amazonas, no dia 2 de fevereiro dêste ano, assinou o decreto-lei n.º 984, alterando o decreto-lei n.º 441, de 1.º de julho de 1940, que dispõe sôbre a organização judiciária do Estado.

CRIADA A DIRETORIA DO ARQUIVO E BIBLIOTECA PÚBLICA — O sr. Interventor federal no Amazonas, pelo decreto-lei n.º 998, de 31 de março dêste ano, desanexou da Imprensa Pública as secções do Arquivo e Biblioteca, constituindo-as em Diretoria subordinada à Secretaria Geral do Estado. Como órgão coordenador dos serviços de biblioteconomia, ficou instituído o Conselho Bibliotecário, que será integrado *ad honorem,* da seguintes forma: 1 representante da Academia Amazonense de Letras, 1 representante do Instituto Histórico e Geográfico; o diretor do Departamento de Educação e Cultura, como presidente e o Diretor da Biblioteca.

### Departamento Administrativo

APROVADAS AS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS DE 27 PREFEITURAS MUNICIPAIS — Pelo Departamento Administrativo do Estado do Amazonas, foram aprovadas, sem alterações, as propostas orçamentárias de 27 Prefeituras Municipais do interior para o corrente exercício de 1943, estando assim distribuídas a Receita e Despesa, conforme foi publicado no *Diário Oficial* local, de 24 de fevereiro.

| ESPECIFICAÇÃO | Receita | Despesa | Superavit |
|---|---|---|---|
| 1 Barcelos | 118 100,00 | 114 608,00 | 3 492,00 |
| 2 Barreirinha | 88 220,00 | 87 888,00 | 331,40 |
| 3 Benjamin Constant | 125 500,00 | 124 982,00 | 518,00 |
| 4 Boa Vista do Rio Branco | 203 000,00 | 202 150,00 | 850,00 |
| 5 Borba | 266 000,00 | 257 540,00 | 8 460,00 |
| 6 Canutama | 160 744,00 | 160 744,00 | — |
| 7 Carauarí | 243 370,00 | 238 993,00 | 4 477,00 |
| 8 Coarí | 205 000,00 | 205 000,00 | — |
| 9 Codajaz | 125 600,00 | 124 718,00 | 882,00 |
| 10 Fonte Boa | 180 000,00 | 175 170,00 | 4 830,00 |
| 11 Humaitá | 170 257,60 | 169 847,00 | 410,60 |
| 12 Itacoatiara | 515 000,00 | 514 676,00 | 324,00 |
| 13 Itapiranga | 35 630,60 | 33 002,60 | 2 628,00 |
| 14 João Pessoa | 214 000,00 | 213 576,00 | 424,00 |
| 15 Lábrea | 245 025,00 | 245 025,00 | — |
| 16 Manacapurú | 195 220,00 | 195 220,00 | — |
| 17 Manicoré | 218 150,00 | 217 837,50 | 312,50 |
| 18 Maués | 202 750,00 | 196 072,00 | 6 678,00 |
| 19 Moura | 110 000,00 | 109 363,00 | 637,00 |
| 20 Parintins | 330 600,00 | 330 600,00 | — |
| 21 Pôrto Velho | 210 000,00 | 210 000,00 | — |
| 22 Santa Maria da B. do Acre | 247 986,00 | 247 986,00 | — |
| 22 São Gabriel | 100 000,00 | 84 220,00 | 15 780,00 |
| 24 São Paulo de Olivença | 103 500,00 | 103 395,00 | 105,00 |
| 25 Tefé | 178 887,00 | 178 435,40 | 451,60 |
| 26 Urucará | 50 600,00 | 47 272,00 | 3 328,00 |
| 27 Urucurituba | 56 400,00 | 55 043,00 | 1 357,00 |

IMPRESSÃO DA CARTA GEOGRÁFICA DO ESTADO — Na edição do dia 20 de maio, do *Diário Oficial* do Amazonas, foi publicado o parecer aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado e datado de 8 de abril, aprovando o projeto de decreto-lei da Interventoria federal, que abre no orçamento em execução o crédito especial de Cr$ 25 000,00 para ocorrer às despesas com a confecção e impressão, em três côres, pelo Conselho Nacional de Geografia, de cinco mil exemplares da carta geográfica do Estado.

### Diretório Regional de Geografia

RELATÓRIO DE SUAS ATIVIDADES — O professor Agnelo Bitencourt, secretário do Diretório Regional de Geografia remeteu à Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte relatório das atividades daquele Diretório, no período de 10 de junho de 1942 até o corrente mês de julho:

*Membros do Diretório.* Constituiam êste Diretório, naquela ocasião (10 de junho), os seguintes membros:

Presidente — Dr. Rui Araújo (Secretário Geral do Estado)

Secretário — Prof. Agnelo Bitencourt (Presidente do Instituto Geográfico e Histórico).

Membros — Eng.º Lourival Alves Muniz, Diretor dos Serviços Técnicos do Estado; Dr. Temístocles Pinheiro Gadelha, Diretor do Departamento de Educação e Cultura; Eng.º Antônio de Matos Grangeiro, Chefe do Cadastro Territorial do Estado; Prof. Júlio Benevides Uchôa, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, Eng.º Raul Antoni, Cartógrafo.

— No interregno, em aprêço, deram-se as seguintes alterações:

— Por motivo de ausência do Dr. Rui Araújo, em viagem ao Rio de Janeiro, assumiu a Secretaria Geral do Estado, e com esta, a Pre-

sidência do Diretório, o Sr. Raimundo Nicoláu da Silva, de 21 de fevereiro a 16 de agôsto de 1942.

Faleceu o Eng.º Antônio de Matos Grangeiro, a 9 de abril do corrente ano, sendo substituído pelo Eng.º Jatír Pucú de Aguiar, por ato de 5 de junho último, do Sr. Interventor Federal.

Faleceu o Eng.º Lourival Alves Muniz, a 4 de julho próximo, o qual vinha servindo desde a instalação dêste Diretório. Ainda não foi nomeado o seu substituto.

Desde o dia 10 de julho recem-findo, se acha na Presidência dêste órgão, o Sr. Raimundo Nicoláu da Silva, na sua qualidade de secretário Geral, interino, do Estado.

*Diretórios Municipais* — Estas corporações não têm compreendido a sua utilíssima e oportuna finalidade. São entidades que não se manifestam, não trabalham. Não consta que sofressem alterações, de junho de 1942 a esta parte. São os mesmos vogais constantes da lista registrada em meu Relatório daquele ano. Dou aquí a relação dos respectivos Presidentes (Prefeitos Municipais), ora em exercício: 1 — *Barcelos*: Ris Ricardo França das Neves; 2 — *Barreirinha*: Vicente Corrêia Lima; 3 — *Benjamim Constant*: Nélson Noronha; 4 — *Bôca do Acre*: Atílio Neri; 5 — *Boa Vista*: Temístocles H. Trigueiro; 6 — *Borba*: Oséas Martins; 7 — *Canutama*: Teofilo Mesquita; 8 — *Carauarí*: Alfredo Marques da Silveira; 9 — *Coarí*: Alexandre Montoril; 10 — *Codajaz*: Almir Rodrigues da Fonseca; 11 — *Fonte Boa*: Francisco Barnabé Gomes; 12 — *Humaitá*: Francisco Fiúza de Lima; 13 — *Itacoatiara*: Dr. Francisco Couto Vale; 14 — *Itapiranga*; Perseverando da Trindade Garcia; 15 — *João Pessoa*: Florentino de Almeida; 16 — *Lábrea*: João Lopes da Silva; 17 — *Manacapurú*: Dr. Enoque Reis; 18 — *Manicoré*: Dr. José T. de Alencar Dias Pinto; 19 — *Maués*: Raimundo G. de Albuquerque; 20 — *Moura*: Leónidas Pimental; 21 — *Parintins*: Pedro Ferreira de Sousa; 22 — *Pôrto Velho*: Cap. José Marques Galvão; 23 — *São Gabriel*: Roldofo Lopes Gonçalves; 24 — *São Paulo de Olivença*: Alcides Câmara; 25 — *Tefé*: Cleto Praia; 26 — *Urucará*: Omar Rodrigues Bento; 27 — *Urucurituba*: Teodoro Monteiro dos Santos.

*Representação do Diretório em Goiânia* — Ainda ecoam, em todo o Brasil, as retumbâncias das festas realizadas, pelo Conselho Nacional de Geografia, em Goiânia, a 1.º de julho de 1942, quando da instalação dos trabalhos da Assembléia Geral do mesmo Conselho.

Na impossibilidade de o abaixo assinado comparecer àquele brilhante certame, em conseqüência da falta de transporte, foi nomeado representante dêste Diretório o Dr. Ulisses Uchôa Bitencourt, então no Rio de Janeiro, mas grande conhecedor do Amazonas, sua terra. Escusa dizer que o nosso Delegado se desempenhou cabalmente do seu mandato, fazendo alí uma conferência, sôbre êste Estado, e apresentando Relatório dos principais trabalhos e resultados do Congresso. A referida conferência está publicada no *Diário Oficial* dêste Estado.

*Atividades de* 1942-1943. *Convênio de estatística Municipal* — Um dos maiores acontecimentos realizados nêste Diretório, no interregno em aprêço, foi, sem dúvida, a assinatura do Convênio de Estatística Municipal levado a bom têrmo, entre as partes interessadas, de um lado o Govêrno da República, por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que me outorgou credenciais de seu Delegado nêsse assunto, e, do outro, o Govêrno dêste Estado e das Prefeituras Municipais. Efetuou-se a cerimônia no salão nobre da antiga Assembléia Legislativa, repleto de autoridades e dos Prefeitos Municipais, no dia 11 de junho de 1942, retificando-se assim o Decreto-lei estadual da mesma data, baixado em virtude do Decreto-lei federal n.º 4 181, de 16 de março do mesmo ano (1942).

Foi publicado êsse Decreto estadual no *Diário Oficial*, do Estado, de 16 de julho seguinte.

*Concurso anual de Monografias* — Nada realizamos nêste particular. Foram baldados, em 1942, todos os nossos esforços, no sentido de uma colaboração, por parte das Prefeituras Municipais ou dos seus jurisdicionados. Não acreditamos que o pleito êste ano tenha resultado auspicioso: 1.º, porque persiste o velho indiferentismo ou falta de gôsto pelos estudos da geografia local; 2.º, porque chegaram bastante tarde, um tanto fora do tempo, os papéis (Editais e Instruções) relativos ao concurso.

Apesar dêsses entraves, fizemos publicar no *Diário Oficial*, do Estado, aquele Edital, e imprimir, em avulsos, para a necessária distribuïção, a Resolução n.º 118, de 6 de julho de 1942, do Conselho Nacional de Geografia, tudo acompanhado de uma Circular enaltecendo as vantagens do certame (Anexo n.º 1).

A propósito dêste assunto, não é demais que repitamos as palavras do nosso Relatório do ano passado: *"O estudo dos aspectos municipais*, sôbre tudo no interior, não é obra para os nossos dias; o homem da *hinterlândia*, entre os quais rareiam os de cultura, vivem absorvidos pelos seus negócios, Juízes, professores e outros funcionários públicos, em geral, não têm gôsto pelas letras geográficas.

Passam-se anos sem que se leia, em jornais desta capital, um artigo sôbre êsse motivo. Tamanho é o indiferentismo, nesse particular que vale notar a inexistência de periódicos, mesmo nas cidades mais importantes". Acreditamos porém nos efeitos da persistência da propaganda e nos estímulos dos prêmios, para vermos o Amazonas ao lado de outras Unidades da Federação, num futuro próximo, também concorrente com as suas *Monografias de aspectos municipais*.

*Proclamação aos geógrafos Brasileiros* — Fizemos distribuir, pelo interior do Estado, a vibrante Proclamação dirigida aos geógrafos brasileiros, pelo Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, estimulando-lhes os brios pátrios, no sentido de observar e denunciar os "quinta-colunistas", bem assim guardar a devida reserva, quanto às informações geográficas solicitadas por pessoas suspeitas.

*Situação e auxílio à secretaria do diretório* — Atualmente esta Secretaria não tem funcionário remunerado, desde 14 de junho, quando a normalista Clementina Melo Bitencourt, datilógraia, deixou o magistério público para ingressar noutro quadro do funcionalismo do Estado. Achava-se até então ao serviço dêste Diretório. Estando nós numa fase de maiores trabalhos, por motivo da revisão da Divisão territorial do Estado, vamos solicitar ao Sr. Interventor Federal uma outra funcionária.

Para ocorrer às despesas de expediente e correio aéreo, solicitamos e obtivemos do Govêrno da Interventoria a importância de Cr$ 1 000,00, recebida e escriturada em 8 de julho último.

*Revisão do quadro da divisão territorial do Estado*. A Comissão nomeada para rever as linhas lindeiras desta Divisão está integrada, de acordo com o art. 2.º da Resolução n.º 118, de 6 de julho de 1942, do Conselho Nacional de Geografia, dos Senhores: Professores Agnelo Bitencourt, pelo Diretório Regional de Geografia; Júlio Benevides Uchôa, pela Junta Executiva Regional de Estatística, e Dr. Marcionilo Lessa, pelo Departamento das Municipalidades.

Já foram iniciados os respectivos trabalhos. Preliminarmente, a Comissão enviou às Prefeituras Municipais os papéis relativos a êsse empreendimento, acompanhados de uma Circular (Anexo n.º 2), rogando que lhes remetessem sugestões sôbre a divisão em aprêço, para servirem de base e de esclarecimento àquela incumbência.

A coletânea das observações feitas pela Secretaria Geral do Conselho, constantes do ofício de V. Excia., n.º S/10 778, resultantes do estudo da legislação estadual, que fixou a citada divisão para o qüinqüênio de 1938-1943, será levada em muita consideração.

O encargo, que nos foi dado, é dos mais difíceis, pois não possuímos, até agora, um mapa potamográfico, esclarecedor das linhas de limites intermunicipais e interdistritais, traçadas ou a traçar. A terra é tôda recortada de rios e paranás; é pontilhada de lagoas. Na sua maior parte não constam dos mapas ora existentes. Como da outra vez, a Comissão está precisando indagar, sôbre tudo dos "práticos dos rios", algo de informativo referente à rêde fluvial, verdadeiro labirinto que se ensinua em todos os quadrantes da planície.

Em fins de outubro próximo, espera ter concluída sua espinhosa e árdua tarefa.

*Décimo Congresso Brasileiro de Geografia* — — O Diretório Regional levou muito em conta o interêsse que o IBGE tem tomado pelo êxito dêste Congresso.

O signatário destas linhas teve a honra de ser distinguido com a nomeação de Delegado Regional da Comissão Organizadora Central, nesta Unidade do país. Vai empregando todos os seus esforços, no escopo do mais brilhante êxito do certame, cuja instalação foi transferida agora para setembro de 1944.

Devemos a respeito informar a V. Excia. o resultado das nossas atividades.

Acham-se inscritos, até hoje, 107 adesistas, sendo:

| | |
|---|---|
| Membro Protetor (o Govêrno do Estado) | 1 |
| Ditos Cooperadores ..... | 34 |
| Ditos Comuns ..... | 72 |
| TOTAL ..... | 107 |

Em virtude do adiamento do Congresso, muitos Boletins de Adesão ainda não foram recolhidos, dando assim esperança de aumento daquele número.

Quanto ao movimento de quotas, foi êste o resultado de que também está ao par a Comissão Organizadora Central:

| MESES | Quantias arrecadadas | Despesas | Saldos |
|---|---|---|---|
| Janeiro e Fevereiro... | Cr$ 2 565,00 | 685,00 | 1 881,00 |
| Março..... | Cr$ 3 695,00 | — | 3 595,00 |
| Abril..... | Cr$ 650,00 | 194,80 | 455,20 |
| Maio..... | Cr$ 260,00 | 54,10 | 209,90 |
| Junho..... | Cr$ 100,00 | — | 100,00 |
| **TOTAL**..... | **Cr$ 7 170,00** | **933,90** | **6 236,10** |

Êste movimento foi, mensalmente, comunicado à Comissão Organizadora Central.

Quanto ao número de trabalhos apresentados, apenas os cinco seguintes figuram na respectiva remessa:

1.º — *O caboclo como fator do progresso da Amazônia*, por Luiz Augusto Soares (15 páginas).

2.º — *Perfil do homem da Amazônia*, pelo Prof. Agnelo Bitencourt (22 páginas).

3.º — *Clima caluniado*, pelo Dr. Celso Caldas (12 páginas).

4.º — *Interpretação de têrmos geográficos, inclusive de animais e vegetais, usados pelos tupis da Amazônia*, pelo Prof. Francisco Antônio de Lima (5 páginas).

5.º — *Os cearenses na Amazônia — Inquéritos antropogeográficos de um tipo de imigrante*, por Samuel Benchimol (91 páginas).

Registrando as principais atividades da Delegacia Regional a meu cargo, quanto ao citado Congresso, devo acentuar a valiosíssima cooperação do Sr. Interventor Federal, Dr. Álvaro Maia, que, não sòmente inscreveu o Estado na qualidade de MEMBRO PROTETOR, como ainda ordenou que tôdas as Prefeituras amazonenses aderissem como MEMBROS COOPERADORES.

*Necessidade Urgente* — Tomamos vênia em insistir sôbre a necesidade da criação, neste Estado, como em outros que ainda não o tenham de um Departamento de Geografia e Cartografia, provocada por um Decreto-lei federal sugerido, pelo IBGE, ao Exmo. Sr. Presidente da República.

Algumas Unidades Federadas já possuem êsse órgão do serviço público, nos quais técnicos especializados e trabalhadores vão parcialmente realizando levantamentos cartográficos, nos têrmos ditados pelo Conselho Nacional de Geografia.

A propósito, o ano passado o Govêrno da Paraíba, por Decreto n.º 253, de 9 de julho, transformou a Carteira de Corografia, do Departamento de Estatística, em Secção de Cartografia, abrangendo sua finalidade em estudos e confecção de cartas do Estado.

Justifica-se a instalação compulsória de um serviço semelhante no Amazonas, pois encerra vastíssimas regiões atravessadas por vultosas caudais, sem que figure um único acidente potamográfico, nos seus mapas.

Por falta de elementos cartográficos suficientes, para esclarecer as linhas lindeiras entre Municípios, Distritos e Zonas Distritais, a Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado está lutando com sérios embaraços.

Estamos certos que a decretação federal do serviço cartográfico, será, no Amazonas, recebida com satisfação, pelo seu govêrno progressista, e corresponderá a um dos ansêios da República.

*Conclusão* — Eis, Sr. Secretário Geral, as principais *demarches* das nossas atividades, no período expresso no iniciar êste relato. Dentro da nossa disposição e capacidade de trabalho, tal foi o que pudemos fazer pelo Diretório, à margem das múltiplas ocupações que nos asseguram os parcos recursos da nossa subsistência.

Servimo-nos do ensêjo para agradecer-lhe as constantes provas de consideração, que nos tem dispensado, através da copiosa correspondência da Secretaria Geral do CNG.

★

## BAÍA

### Interventoria Federal

PARQUE MONUMENTO MONTE PASCOAL — Por ato do Sr. Interventor federal na Baía, foram designados o engenheiro Alfredo Amorim Coelho, Diretor do Departamento de Terras e Proteção à Natureza, o engenheiro Lauro de Andrade Sampaio, Diretor do Departamento de Geografia, o agrônomo Joaquim Seixas do Vale Cabral, Chefe da Secção de Engenharia Rural, o engenheiro Oscar Carrascosa, Assistente-Técnico do Conselho Nacional de Geografia, naquele

Estado e o engenheiro Quintino Steinback, Diretor da Diretoria de Urbanismo e Cadastro da Prefeitura, para, sob a presidência do Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, constituïrem a Comissão encarregada de elaborar o plano definitivo de organização e instalação do Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal, a que se refere o Artigo 7.º do Decreto-lei n.º 12 729, de 19 de abril de 1943.

### Comissão Revisora do Quadro Territorial

EDITAL CIENTIFICANDO O INÍCIO DE SEUS TRABALHOS — A Comissão Revisora do quadro territorial da Baía fêz publicar no *Diário Oficial* do Estado, edição do dia 9 de junho, o seguinte edital:

"Pelo presente a Comissão Revisora do Quadro Terirtorial faz cientes aos Srs. Prefeitos Municipais de ter iniciado os seus trabalhos, em obediência aos têrmos do decreto-lei nacional n.º 311 de 2 de março de 1938.

Servir-lhe-ão de normas a citada lei federal, o decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro do mesmo ano, que fixou a divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, em vigor de 1.º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, sendo êste publicado com correcões no *Diário Oficial* de 4 de abril de 1939, e também as leis suplementares de interpretações de linhas divisórias.

As prefeituras deverão apresentar à Comissão até o dia 31 de agôsto do corrente ano, memoriais com tôdas as sugestões e modificações que julguem necessário introduzir na nova divisão territorial, que vigorará no qüinqüênio a partir de 1.º de janeiro de 1944, assim como os demais elementos de que trata a seguir o presente edital, e já referidos em circular da Comissão.

1. *Limites Municipais* — Deverão ser indicadas claramente as retificacões das linhas duvidosas, elaboradas de preferência de acôrdo com os municípios vizinhos, e si possível por acidentes naturais, juntando-se-lhes planta ou croquis do levantamento feito, indicando os acidentes geográficos de cada lado da linha divisória, localidades, estradas etc. de modo a eliminar quaisquer duvidas e poderem ser verificadas caso a Comissão julgue conveniente.

2. *Alterações distritais* — As novas linhas interdistritais deverão obedecer às condicões gerais das intermunicipais quanto ao levantamento, pelo menos expedito.

A comissão recomenda a supressão dos distritos que não representem verdadeira necessidade da administração, sendo indicadas nestes casos as novas linhas divisórias.

Para a criação, extensão e transferência de sedes de distritos será apresentada justificativa sendo que no caso de criação deverá ser anexada cópia da planta da futura sede, que não poderá ter menos de 30 moradias, com a indicação das zonas urbanas e suburbanas acompanhada de projeto de ato desta delimitação, feita de acôrdo com as normas constantes dos arts. 8.º e 9.º da Resolução n.º 3 do Conselho Nacional de Geografia.

Para a delimitação das zonas muito poderá auxiliar a colaboração do agente de Estatística local.

3. *Mapas municipais e povoados* — Afim de serem corretos e melhorados os mapas municipais as Prefeituras deverão indicar os erros neles observados, figurando, si possível, em cópias dos mesmos.

Igualmente deverão ser fornecidas listas dos povoados atualmente existentes nos municípios, discriminando sua situação, importância, etc. e indicados na cópia do mapa municipal, acima referida.

O conceito de povoado será o da Resolução n.º 99, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, referido na Circular enviada às Prefeituras.

4. *Alterações dos nomes de cidades e vilas* — Nos têrmos do decreto-lei federal n.º 3 599, de 6 de outubro de 1941, deverá ser eliminada a duplicata de nomes de cidades e vilas em todo o país, para o que oportunamente a Comissão pedirá aos Diretórios Municipais sugestões sôbre as novas designações, que obedecerão às seguintes normas:

a) os nomes não serão longos nem formados de palavras compostas.

b) não serão pessoais, sendo também proïbidos os nomes estrangeiros.

c) recomenda-se a adoção, sempre que possível, de nomes indígenas com propriedade local.

d) não serão iguais aos de outras cidades ou vilas do país.

A Comissão prestará todos os esclarecimentos necessários no Departamento de Geografia da Secretaria da Agricultura, e pelo enderêço telegráfico seguinte:

DIREGEO, para Comissão Divisão Territorial.

Salvador, 8 de maio de 1943. — *Lauro Sampaio*, Presidente da Comissão."

### Diretório Regional de Geografia

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 1942 — Cumprindo disposições regulamentares, o Sr. Lauro Sampaio enviou à Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte relatório das atividades, referentes ao ano de 1942, do Diretório Regional, do qual é secretário:

*Diretório Regional* — Conservou-se com a mesma organizacão, tendo havido em novembro a substituïção de seu digno Presidente, o Dr. Joaquim da Rocha Medeiros, em virtude de mudança no Govêrno do Estado.

Veiu assumir a Secretaria da Agricultura o Dr. Paulo de Campos Pôrto, nome sobejamente conhecido nos meios científicos do País, sendo o atual presidente do Diretório.

*Expediente* — Foi o seguinte o movimento de expediente do Diretório durante o ano:

| | |
|---|---|
| Ofícios expedidos | 79 |
| Telegramas expedidos | 113 |
| Ofícios recebidos | 190 |
| Telegramas recebidos | 205 |

*Sessões realizadas* — Nas sessões realizadas, o trabalho foi conduzido de modo a não haver atrasos ou falhas nas resoluções necessárias. Nelas sempre tomou parte ativa o então Delegado do Conselho, hoje Assistente técnico, eng.º Oscar Carrascosa, sempre solícito como elemento de ligação entre o Conselho Nacional de Geografia e êste Diretório Regional.

*Resoluções* — Foram votadas as 4 resoluções abaixo:

N.º 21 — Aprova a adesão do Diretório Regional ao X Congresso Brasileiro de Geografia, como membro protetor.

N.º 22 — Aprova os pareceres apresentados sôbre as monografias municipais relativas ao concurso do C.N.G., de 1942.

N.º 23 — Apresenta solidariedade do Diretório ao Govêrno pela situação decorrente do estado de guerra e oferece os serviços dos seus membros.

N.º 24 — Congratula-se com o Conselho Nacional de Geografia e o Serviço de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura pela organização e trabalhos da exepedição Baía-

Goiaz, das quais foram regularmente enviadas cópias à Secretaria Geral do C.N.G., e a todos os Diretórios Regionais, de acôrdo com resoluções do Conselho.

*Diretórios Municipais* — Houve reorganização de alguns dêles, sendo sua atuação quase que circunscrita ao recebimento e julgamento inicial das monografias municipais do concurso instituído pelo C.N.G., para 1942.

*Concurso de Monografias Municipais* — Ao primeiro concurso de monografias municipais, organizado em virtude da Resolução n.º 88, de 1941, da Assembléia Geral do C.N.G. apresentaram-se 33 concorrentes, sendo os trabalhos julgados por êste Diretório e enviados ao Diretório Central, que em resolução n.º 119, de 4 de janeiro do corrente ano, fêz a classificação final, premiando 32 das monografias, ficando a restante, do eng.º H. Machado, para julgamento especial, por se ter afastado das condições gerais do Concurso.

*X Congresso Brasileiro de Geografia* — A êste certame, que se realizará na cidade de Belém, Pará, deu o Diretório Regional a sua adesão, como membro protetor.

Para delegado do Congresso neste Estado foi pelo Presidente da Comissão Organizadora nomeado o signatário dêste. Êste tudo fará ao seu alcance para que sejam valiosas as cooperações financeiras e intelectual ao Congresso, procurando interessar no assunto as classes governativas, liberais e conservadoras.

*Comissões de Estudos da nomenclatura das Estações Ferroviárias* — No sentido de cumprir as determinações do decreto lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, o Govêrno do Estado nomeou a seguinte comissão, por decreto de 24 de dezembro:

Eng.º Humberto Pacheco de Miranda, presidente, representante do Estado; Eng.º Tomaz de Miranda Freire de Carvalho, representante do Ministério da Viação; Eng.º Lauro de Andrade Sampaio, representante do Diretório Regional de Geografia, escolhido seu secretário.

Esta Comissão, após um trabalho minucioso apresentou, em 26 de outubro o seu relatório, no qual se encontram sugestões para mudança de denominação de cêrca de 50 estações ferroviárias, tendo em vista facilitar também o futuro trabalho de mudança de toponímia, quando se processar a revisão territorial, conforme exige o decreto citado.

*Batismo Cultural de Goiânia* — Para as comemorações realizadas em Goiânia, com esta designação geral, concorreu o Estado da Baía com uma luzida representação, assim como uma magnífica contribuïção para a exposição de Cartografia e Educação, alí realizada conjuntamente com as Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística.

Mais uma vez tive a insígne honra de ser designado representante à Assembléia Geral do C.N.G., além de fazer parte da representação do Estado nas festas da inauguração oficial da bela cidade do planalto brasileiro.

Foi incontestàvelmente uma excelente oportunidade de ser conhecido o centro do Brasil, assim como a de se apreciar o magnífico desenrolar de um programa festivo e cultural, prèviamente organizado, cuja execução muito se deve ao esfôrço e vontade do govêrno de Goiaz.

*Expedição às divisas Baia-Goiaz* — Foi com grande satisfação que êste Diretório viu a realização do levantamento das divisas Baía-Goiaz por uma expedição organizada pelo Conselho Nacional de Geografia, com a cooperação da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Ministério da Agricultura, tendo como chefe o ilustre eng.º José Lino de Melo Júnior.

Tal levantamento tornou-se uma necessidade, em virtude da grande divergência entre os mapas oficiais e as informações fidedignas que possuia o Diretório Regional, de modo a ser presumido um grande afastamento das divisas para oeste. Foi nomeado representante do Estado junto a Expedição o Eng.º Gilvandro Simas Pereira, que foi o astrônomo da mesma.

Infelizmente, em virtude da irrupção da guerra e razões outras de caráter técnico e carência de recursos, foi a Expedição obrigada a suspender seus trabalhos tendo feito levantamentos até a nascente do rio Branco, compreendendo as cidades de Dianópolis, em Goiaz, e Barreiras, na Baía.

Encarregou-se a Diretoria de Serviços Geográficos do desenho dos levantamentos, o que fêz com a grande satisfação de juntar sua cooperação à uma iniciativa de tal porte, que muito interessa aos dois Estados.

Verificou-se efetivamente um grande afastamento das fronteiras para oeste, havendo pontos em que chegou a alcançar 80 quilômetros para dentro de Goiaz.

A partir de Formosa (Goiaz) foram levantadas mais de 30 pontos de coordenadas geográficas e uma grande quilometragem de caminhamentos expeditos.

Felizmente já foi reiniciada, no corrente ano, a obra iniciada e suspensa no ano passado, esperando-se estar em breve esclarecida a verdadeira situação destas divisas, anteriormente quase desconhecidas.

E' esta mais uma grande iniciativa que se deve à atuação valiosíssima do Conselho Nacional de Geografia em prol do conhecimento mais perfeito do nosso Brasil.

*Zonas Fisiográficas do Brasil* — E' motivo de satisfação geral para os que lidam nas pugnas geográficas a adoção por parte da Presidência da República, da divisão do País em regiões naturais, de acôrdo com a Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941, da Assembléia Geral do C.N.G.

Assim é que por circular da Secretaria da Presidência foi recomendada a todos os Ministérios a adoção integral dessa divisão, assim como foi recomendada aos Governos Estaduais a mesma medida.

*Visita* — O Diretório foi honrado, no primeiro semestre, com a visita do professor Afonso Várzea, ilustre geógrafo, em viagem de estudos neste Estado e no norte do País. Ao mesmo foram dados informes que solicitou, assim como lhe foram prestados serviços compatíveis com as possibilidades locais.

*Preito de Saudade* — Este Diretório exprime aquí o seu verdadeiro sentir pelos falecimentos de Gérson Faria Alvim, José Fiúza da Rocha, Afonso de Guaíra Herberle e Valdemar Pinto, ocorridos em 1942.

Ao primeiro, membro do Diretório Central, muito deve o Conselho Nacional de Geografia pelos serviços inestimáveis e colaboração que lhe prestou e isso foi realçado pelas páginas da sua *Revista*.

O segundo, afeiçoado da Geografia, foi incansável obreiro e membro da Comissão Organizadora do X Congresso.

Os dois últimos, obreiros mais humildes da grande obra de revelação do Brasil, mas nem por isso menos dignos da nossa admiração, deixaram a vida nos campos goianos, no afan do levantamento da zona limítrofe Goiaz-Minas Gerais, vitimados por insidiosa enfermidade.

A todos o preito sincero de admiração e saüdade, repassado do mais profundo sentimento dêste Diretório.

*Recebimento de Publicações* — O Diretório manifesta-se particularmente grato ao C.N.G. pela remessa de publicações, cópias de levantamentos, etc. entre as quais cumpre destacar as seguintes:

*Revista Brasileira de Geografia*
*Divisão Territorial do Brasil*
*Sinopse preliminar do Recenseamento*
*Aspectos Geográficos do Brasil*
*O Clima, a Terra e o Homem,* do Eng.º Salomão Serebrenick.

*Solidariedade ao Govêrno* — Em virtude da declaração de estado de Guerra entre o Brasil e as Potências do Eixo êste Diretório declarou sua completa solidariedade ao Govêrno, oferecendo os serviços de seus membros à Pátria, o que se fêz sentir por ofícios dirigidos ao Comandante da 6.ª Região Militar, ao Chefe do Comando Naval de Leste e ao Interventor Federal nêste Estado.

*Atividades Geográficas* — A Diretoria dos Serviços Geográficos continuou coligindo elementos para a organização da Carta Geral do Estado, continuando no preparo das fôlhas da carta preparatória, em escala de 1:500 000, desenhando-as também para êsse Conselho, a seu pedido, como colaboração à carta geral do Brasil.

Ultimados os levantamentos das divisas com o Estado de Goiaz, e parte do Piauí, poder-se-á cuidar logo da publicação de um mapa geral do Estado, cuja falta é já sentida.

*Modificações na repartição* — Em virtude do decreto estadual n.º 12 629, de 31-12-1942, que reformou a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, passou a Diretoria de Serviços Geográficos a *Departamento de Geografia,* a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

Esta modificação veiu melhorar em muito a situação daquela Repartição dando-lhe uma melhor distribuïção de pessoal e verbas, si bem que ainda em proporções modestas, mas tornando-a capaz de uma produção de trabalho mais efetivo nas pesquisas geográficas.

Para esta nova situação muito deve o atual Departamento de Geografia à ação decisiva do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística junto ao Govêrno do Estado, por intermédio do seu ilustre presidente e ativo Secretário Geral, movidos pelo louvável interêsse da melhoria dos trabalhos que interessam à Geografia nesta unidade da Federação Brasileira.

A estes ilustres patrícios o desvanecido agradecimento de quem subscreve êste simples relato, como interessado direto nesta transformação de serviço, de benefício geral.

*Concluindo* — Cabe-me aquí congratular-me com o Conselho Nacional de Geografia e seus ilustres dirigentes por haver vencido mais um ano de labor intenso em prol de um Brasil maior, com melhor conhecimento de sua Geografia, vendo assim coroados de êxito mais algumas etapas de seu grandioso programa.

### Escola Politécnica

NOMEAÇÃO E DISPENSA DE CATEDRÁTICO — O Sr. Interventor federal na Baía, por decretos de 14 de junho nomeou o professor catedrático da Escola Politécnica da Baía, engenheiro Epaminondas dos Santos Tôrres, para lecionar, provisòriamente, "Geologia Econômica e Noções de Metalurgia", dispensando dessas funções o engenheiro civil Raimundo dos Santos Paturí.

*Redução nas taxas de matrícula* — Pelo decreto-lei n.º 12 781, de 2 de junho, o Sr. Interventor federal na Baía reduziu de Cr$ 30,00 para Cr$ 10,00, a taxa de freqüência, por matéria e por período, na Escola Politécnica.

### Instituto Geográfico e Histórico

SUBVENÇÃO MUNICIPAL — Para atender às despesas com os reparos do edifício-sede do Instituto Geográfico e Histórico da Baía, o Sr. Prefeito do Salvador assinou no dia 2 de junho, o decreto-lei n.º 146, concedendo à mesma instituïção o auxílio de Cr$ 25 000,00.

### Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

CRIADOS OS DEPARTAMENTOS DE TERRAS E PROTEÇÃO À NATUREZA e DE GEOGRAFIA — Para melhor atender às necessidades criadas pela situação excepcional em que se encontra o país e visando, ampliar as fontes de produção do Estado, o Sr. Interventor federal na Baía, pelo Decreto-lei n.º 12 629, de 31 de dezembro do ano próximo findo, publicado no *Diário Oficial* do Estado, de 2 de janeiro dêste ano, reorganizou a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, dando-lhe um caráter mais objetivo, de resultados imediatos. Vários Departamentos foram criados, ampliando-se, ainda, outros, para melhor eficiência dos seus serviços.

Entre os novos Departamentos, figuram o de Terras e Proteção à Natureza e o de Geografia, cabendo ao primeiro, que constituia, antes a Diretoria de Terras e Minas, além do que diz respeito à discriminação, medição e demarcação de terras devolutas, a função relativa à Proteção à Natureza, isto é, à flora, fauna e monumentos naturais procurando, educacionalmente, cumprir as disposições dos Códigos Florestal, de Caça e Pesca e demais leis em vigor, evitando, o abandono das florestas, o desvirtuamento do solo, o desperdício de espécimens preciosos, a exploração irracional, de pequenos lucros imediatos, resultando em desfalques ao patrimônio coletivo.

Ao Departamento de Geografia caberá as seguintes e importantes funções, como acentua a exposição de motivos do Secretário da Agricultura, Sr. P. Campos Pôrto ao Sr. Interventor federal naquele Estado, justificando os motivos da reforma da Secretaria a seu cargo, a qual foi publicada no *Diário Oficial* local, de 5 de janeiro dêste ano:

O Departamento de Geografia, que substituirá a Diretoria, terá como principais tarefas o levantamento e organização da carta do Estado e seu contínuo aperfeiçoamento.

E' esta uma emprêsa, incipiente na Baía, que exige pela sua vasta área, um grande lapso de tempo, com dispêndio de enormes somas, mas que deverá ser realizada.

Para sua execução há necessidade de organização de serviços técnicos de monta eficientes, a seguir:

a) triangulação geodésica, b) serviço astronômico, de levantamento de coordenadas geográficas; c) levantamento topográfico intensivo, expedito e de precisão;

d) serviço de cartografia, com o encargo de examinar e dispôr os dados de campo e fazer desenhar as várias cartas geográficas ou topográficas; e) altimetria e nivelamento de precisão, para determinação das altitudes; f) estudo e determinação das linhas divisórias estaduais e municipais; g) cadastro territorial; h) aero-fotogrametria, com seus processos de levantamentos precisos e rápidos, mas de elevado custo; i) administração, nela incluída a ação do Diretório Regional, do Conselho de Geografia, em ligação com o Departamento; j) serviços auxiliares inversos.

Uma organização econômica para o Departamento de Geografia nêste Estado, sem elevar as verbas orçamentárias existentes, poderá dividir os seus múltiplos serviços em duas grandes secções técnicas, além da direção.

Esta organização poderá iniciar os trabalhos de campo, especialmente triangulação geodésica e topografia, que deverão ser aumentados e intensificados gradativamente, não devendo haver nêles solução de continuïdade.

Inicialmente ter-se-á: 1) Secção de cartografia e topografia. 2) Secção de Geodésia e astronomia.

Ficarão adiados, pela sua impossibilidade momentânea de execução pelo Estado, os serviços de levantamento aero-fotogramétrico, nivelamento de precisão, etc., ficando enquadrados nas duas secções técnicas aqueles de possibilidade de execução imediata.

O Departamento de Geografia ficou assim constituído: Diretor — Lauro de Andrade Sampaio — (em comissão). Escriturário de 1.ª Classe — Edgardo Alvares Guimarães. Escriturário de 3.ª Classe — Durvília da Silva Guimarães. Escriturário de 4.ª Classe — José de Sousa Lemos. Datilógrafo — Maria Deográcia Mendes Ribeiro. Contynuo — Elói José da Silva. Servente de 1.ª Classe — Pedro dos Reis Silva. Servente de 1.ª Classe — Manuel Teles dos Santos.

O Departamento de Terras e Proteção à Natureza está organizado com os seguintes funcionários: Diretor de 1.ª Classe — Rodolfo Pereira Guedes. Escriturário de 1.ª Classe — Frederico Benjamin de Viveiros. Escriturário de 1.ª Classe Antônio Maurício do Amaral. Escriturário de 1.ª Classe — José Augusto de Seixas. Escriturário de 2.ª Classe — Epifânio Goes Barreto. Escriturário de 2.ª Classe — José Vieira da Silva. Escriturário de 2.ª Classe — Pedro Augusto de Queiroz. Escriturário de 3.ª Classe — Armando Gahagem Pessoa. Escriturário de 3.ª Classe — Antônio Simplício de Barros Leite. Escriturário de 3.ª Classe — Bernardete Baleeiro. Escriturário de 4.ª Classe — Gracília Bernardete Ângela Magalhães. Escriturário de 4.ª Classe — Aldo Dorea de Mendonça. Escriturário de 4.ª Classe — Antônio Conceição Paranhos. Escriturário de 4.ª Classe — Lourival Novais de Filgueiras. Datilógrafo — Ana Teixeira Neto. Datilógrafo — Maria Bernardete Pinto de Sousa. Porteiro de 2.ª Classe — Aloísio de Barros Leite. Auxiliar de 1.ª Classe — Oscar da Cunha Pimentel. Contínuo — Jámerson Orlins Bacelar. Porteiro de 3.ª Classe — Antônio Graciliano dos Santos. Servente de 1.ª Classe — Durval Cassiano Silva. Servente de 1.ª Classe — Olegário Leal de Santana.

*Pessoal Técnico* — Chefe — Engenheiro de 1.ª Classe Ajudante — Valter Pimentel Bittencourt. Engenheiro de 1.ª Classe. Cons. Tec. — Alexandre Lopes da Costa. Engenheiro de 1.ª Cl. Cons. Tec. Alcides Moreira Benjamin. Engenheiro 1.ª Cl. Cons. Tec. — Almiro Newton de Lemos. Engenheiro de 3.ª Classe — Consultor Jurídico — Afonso de Castro Valente. Auxiliar de Consultor Jurid. — Osvaldo de Sá Menezes. Inspetor Técnico — Fernando Moreira de Viveiros. Inspetor Técnico — Custódio Ferreira Viana Bandeira (interino). Inspetor Técnico— Inspetor de 1.ª Classe — Delegado de Terras — Edgardo da Silva Freire. Desenhista de 1.ª Classe — Custódio Ferreira Viana Bandeira.

*

## ESPÍRITO SANTO

### Instituto Histórico

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE DOMINGOS JOSE' MARTINS — Em homenagem à memória do herói espírito-santense Domingos José Martins, no dia 12 de junho, data de sua morte, realizou uma sessão solene o Instituto Histórico do Espírito Santo.

A sessão foi aberta pelo Sr. Fernando Rabelo, vice-precidente do Instituto, que depois de compor a mesa com o Sr. Interventor Federal e Presidente do Tribunal, deferiu o compromisso à nova Diretoria eleita, passando a presidência ao Sr. Artur Primo, presidente, que proferiu um discuso alusivo à data, salientando a figura do herói e a missão do Instituto como guarda das nossas tradições mais caras. Em seguida deu a palavra ao Sr. Eurípides Vale que fêz uma síntese dos trabalhos e atividades do Instituto no biênio passado.

Falou depois o Sr. Jair Dessaune que fêz o elogio dos sócios falecidos, recordando as figuras de Arquiminio Matos, Batalha Ribeiro e Freitas Barbosa.

Encerrada essa primeira parte das comemorações, convidou o presidente a assistência a acompanhar o Instituto até o monumento do grande espírito-santense, à praça João Climaco. Falou, então, à mocidade das Escolas alí formadas, em nome do Instituto, o Dr. Nélson Almeida.

Pelas mãos do Sr. Interventor Federal o Instituto depositou aos pés do monumento uma corôa de flores naturais. Um aluno do Colégio Salesiano recitou uma poesia sôbre a data e encerrando a cerimônia, os alunos dêsse estabelecimento cantaram uma canção patriótica.

*Reconstrução das igrejas de Nova Almeida e Sta. Luzia* — No dia 17 de junho, realizou o Instituto Histórico do Espírito Santo a sua primeira sessão ordinária dêste ano. Após a leitura do expediente, o presidente, Sr. Araújo Primo, anunciou que graças aos bons ofícios do Interventor Santos Neves, virá pròximamente à capital do Estado, o Sr. Paulo Barreto, do Departamento de Serviço do Patrimônio Histórico-artístico Nacional afim de dar início às obras de reconstrução das igrejas de Nova-Almeida e Sta. Luzia desta Capital. Salientou a importância do acontecimento, afirmando que o Instituto recebia com especial agrado essa notícia determinando em seguida que a Comissão de Arqueologia desse tôda a sua assistência àquele cientista.

### Secretaria do Interior e Justiça

ESCLARECIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE ENSINO — No *Diário Oficial* do Espírito Santo, edição do dia 11 de junho, está publicado o Aviso n.º 23, da Assistência Técnica, contendo os seguintes esclarecimentos para melhor execução do Plano de Ensino em vigor, com referência à Geografia e História:

*Geografia* — 2 e 4.º anos.

*Texto do Plano*:

2.º ano — Denominações dadas às terras e às águas. Dificuldades e vantagens trazidas pelos acidentes geográficos.

4.º ano — Montanhas, planaltos, ilhas, cabos, lagos, baías e portos do Brasil. Influência dêsses acidentes nas atividades humanas.

A menção dos acidentes geográficos deve ser feita simultâneamente com as considerações oportunas em tôrno dos efeitos que tais acidentes acarretam à vida humana. Assim, mencionando cabos, pontas e promotórios, o professor dará logo faróis, por exemplo.

Tratará do desenvolvimento do comércio pela navegação, interna e externa, quando se referir aos mares, rios e lagos; aludirá ao desenvolvimento da indústria, falando nas cachoeiras, que fornecem fôrça para usinas elétricas.

Os rios e lagos lembram a pesca meio de subsistência, possibilidade de indústria de conservas).

As praias lembram as estações balneárias.

Também não devem ser esquecidas as desvantagens que às vêzes acarretam os acidentes geográficos, como, por exemplo: impedimento de navegação (cachoeiras), dificuldade de construção de estradas de ferro e rodovias (montanhas, pântanos, etc); perigo para entrada de navios (recifes, baixios, ilhas, bancos de areia, etc.

No 4.º ano, o campo ainda pode ser mais vasto. Uma simples ilha pode lembrar muitas cousas: posto fiscal depósito de inflamáveis, ponto estratégico, isolamento para doenças infecciosas, necessidade de boias para proteger a navegação, etc. etc.

*História — Alguns dados sôbre Antônio Felipe Camarão*

Antônio Felipe Camarão era filho do Rio Grande do Norte e descendente dos índios potiguazes. Entre os índios, era conhecido por Potí que significa Camarão.

Depois de convertido ao cristianismo recebeu o nome de Antônio ao qual juntou os de Camarão e Felipe (êste último em homenagem a D. Felipe IV).

Era casado com dona Clara.

Sobressaiu-se na batalha de Pôrto Calvo (1637), auxiliado por sua espôsa, que se encontrava à frente de um verdadeiro batalhão de mulheres.

Em 1638, na defesa da Baía, sitiada por Maurício de Nassau, portou-se com grande valentia. Pelos seus serviços foi agraciado por D. Felipe IV com o título de Dom e recebeu o hábito de Cristo.

Continuou com denodo combatendo os holandeses até 1648, quando morreu por ocasião da 1.ª batalha dos Guararapes (abril).

Em virtude de carta régia, possuia brazão de armas e recebia 40$000 de soldo. Tinha, também, direito ao título de capitão-mór, não só de sua tribu como de todos os índios do Brasil.

*Geografia* — 3.º ano.

*Limites sem minúcias*

Esta expressão significa *sem especificações exageradas de confrontação,* principalmente quando complicadas.

Dizer-se que Sergipe se limita com Alagoas pelo rio São Francisco, é fácil e é certo, porque êsse rio é o único acidente em tôda a extensão do limite entre os dois Estados.

O mesmo se dá com São Paulo e Mato Grosso separados pelo Rio Paraná em tôda linha de confrontação.

Isso, porém, é muito raro de modo que, para evitar que se decorem páginas de linhas divisórias, recomenda-se "limites sem minúcias".

Essas minúcias pertencem ao Curso Secundário.

Não se exija, pois, que a criança ao invés de dizer simplesmente: "o Espírito Santo limita-se ao Norte com a Baía", diga, sem tomar fôlego: "Limita-se ao Norte com a Baía pela talweg do riacho Doce, a partir de sua foz até a confluência do córrego das Areais; daí pelo talweg do córrego das Areais até a confluência do córrego Grande, de onde seguido por uma reta vai até a confluência do Palmital com o Barreado; daí pela talweg do Palmital acima até suas nascentes e, daí por uma reta até Santa Clara".

Isto seria pedir de mais a quem, com 9 ou 10 anos apenas, mal pode compreender estas coisas".

★

## GOIAZ

### Comissão Revisora do Quadro Territorial

11.ª REÜNIÃO — No dia 7 de maio, realizou a Comissão a sua 11.ª reünião, no Gabinete do Diretor do Departamento de Geografia e Cadastro, em Goiânia, presentes os membros Humberto Ludovico de Almeida, Antônio Juruena Di Guimarães e Abél Soares de Castro, sob a presidência do primeiro.

Aprovada a ata da reünião anterior, tomou-se conhecimento no expediente de um ofício da prefeitura de Jataí, apresentando alterações para os limites do município.

Foram revistos e fixados os limites do município de Pilar, continuando em estudo a transferência da sua sede para o distrito de Floresta, sendo o respectivo processo distribuído ao membro Abél Soares de Castro.

13.ª *reunião* — Na dia 27 de maio efetuou a Comissão a 13.ª reunião, presentes os srs. Humberto Dudovico de Almeida, Abél Soares de Castro e Antônio Juruena Di Guimarães. Na ordem do dia foram revistos e fixados os limites dos municípios de Caldas Novas, Goiatuba, Pires do Rio e Pontalina, com o que se deu por encerrada a reünião.

★

## MATO GROSSO

### Secretaria Geral do Estado

LOCAÇÃO DE SERVIÇO PARA PRODUÇÃO DE BORRACHA — No *Diário Oficial* do Estado de Mato Grosso, edição do dia 30 de junho, está publicado o seguinte despacho do Sr. Secretário Geral do Estado, com data de 23 de junho na petição da firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda:

De acôrdo com a responsabilidade verbal que me foi dada pelo Sr. Abelardo Coimbra Bueno, sócio gerente da firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda., em cumprimento ao despacho retro, do Exmo. Sr. Interventor Federal, concedo a locação do serviço para a produção de borracha proposta, que deverá alcançar a 4 000 toneladas em 1946, nos seguintes rios: rio Sacre, desde a sua foz no rio Papagaio até o lugar onde recebe o rio Verde na sua margem esquerda; rio Papagaio desde a foz do rio Burití (exclusive) até a foz do rio Primeiro de maio (exclusive); rio Burití, desde a foz do ribeirão Água Quente até as suas nascentes; Rio do Sangue, desde as suas nascentes até a sua foz no rio Juruena, excluindo 1 500 metros de cada margem, na foz do rio Cravarí; rio Ponte de Pedra, desde a foz no rio Sangue até a cabeceira Flaviolovunina, na sua margem esquerda; rio 13 de Maio, desde a sua foz no rio do Sangue até a sua cabeceira; rio Tte. Noronha, desde a sua foz no rio Sangue até a sua cabeceira; rio Juruena, desde a foz do rio Papagaio até a foz do rio Sangue; rio Arinos, da foz do rio Marape (exclusive) até a foz do rio Mestre Falcão (exclusive); contando-se 1 500 metros para cada margem dos rios mencionados, inclusive os trechos de seus afluentes e sub-afluentes compreendidos nessa faixa de 1 500 metros de cada margem e excluídos os demais trechos dos mesmos e os especificados. A' Diretoria de Terras e Obras para minutar o contrato a ser lavrado".

★

## MINAS GERAIS

### Comissão Revisora da Divisão Territorial

EMPOSSADA A COMISSÃO — Pelo Governador do Estado, foi empossada, oficialmente, no dia 16 de junho, a comissão encarregada da

elaboração do novo projeto do quadro territorial de Minas Gerais, bem como da nomenclatura das cidades e vilas. O ato realizou-se no salão de honra do Palácio da Liberdade, quando alí compareceu a comissão, composta do Sr. Dermeval Pimenta, secretário da Viação e seu presidente, e dos srs. Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico, Hildebrando Clark, diretor do Departamento de Estatística, bacharel Orlando de Oliveira Vaz, engenheiro Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, Joaquim Ribeiro Costa e Hélio Linhares. Após haver dado posse à comissão, o Governador Benedito Valadares demorou-se em palestra com os presentes, com os mesmos tratando dos diversos problemas e novos aspectos da divisão territorial, administrativa e judicial do Estado, bem assim como os trabalhos com que se ultimará a demarcação definitiva dos limites de Minas com os outros Estados. O presidente da comissão expôs ao Chefe do Govêrno Mineiro os propósitos de firme cooperação, através de bem elaborada divisão territorial , com os problemas do desenvolvimento econômico, social e administrativo de cada município mineiro.

1.ª *reünião ordinária* — Sob a presidência do Sr. Hildebrando Clark, realizou a Comissão a sua primeira reünião ordinária no dia 18 de junho, no gabinete do Diretor do Departamento Geográfico. Na ordem do dia foram tratados os assuntos referentes à distribuïção de atribuïções dos componentes da Comissão e dias e horas das reüniões. O Sr. Hildebrando Clark comunicou que já se encontram em elaboração no Departamento que dirige, quadros contendo dados estatísticos sôbre as rendas, tendo o Sr. Hélio Linhares alvitrado fôsse solicitado da Secretaria das Finanças o quadro completo das arrecadações municipais, por Município, e, se posível, por distrito. A seguir, são distribuídas aos membros da Comissão as atribuïções principais de cada um dos seus membros, ficando o Sr. Hélio Linhares encarregado da apresentação do projeto da parte judiciária, cabendo ao Sr. Eduardo S. Monteiro de Castro o trabalho atinente às retificações supervenientes à reforma decretada pela lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938; ao Sr. Hildebrando Clark estará afeto o estudo da parte econômico-financeira dos Municípios e das vilas; ao Sr. Benedito Quintino dos Santos, os estudos das novas alterações, particularmente o exame da criação dos novos Municípios nas zonas limítrofes do Estado; ao prof. Ribeiro Costa caberá a missão de relatar, bem como a parte toponímica, prevista no decreto-lei federal n.º 31 990. O sr. Orlando Vaz ficou encaregado dos serviços gerais da Secretaria, coordenando os diversos trabalhos distribuídos aos demais membros da Comissão, e orientando as partes interessadas no encaminhamento das pretensões que forem apresentadas à Comissão. Os srs. José de Oliveira Vaz e Manuel Leme Dias auxiliarão os trabalhos da Secretaria. O cartógrafo Joaquim Moreira Barbosa auxiliará o Sr. Eduardo Schmidt na parte de preparo dos mapas municipais, bem assim organizar um mapa de conjunto da Carta Geral, nas escalas necessárias. Os srs. Antônio Lobato e Copérnico Pinto Coelho ficarão incumbidos dos levantamentos de campo necessários aos trabalhos da Comissão. Resolveu ainda a Comissão que serão recebidas as pretensões dos interessados até o dia 1.º de outubro, reservando o tempo restante para a conclusão de seus trabalhos.

2.ª *reünião ordinária* — No dia 29 do mesmo mês, teve lugar a 2.ª reünião ordinária da Comissão. Pelo secretário assistente foi lido o seguinte expediente:

Jequerí — Prefeito, pedindo a criação do têrmo judiciário no município. Representação de habitantes do município no mesmo sentido.

Ouro Fino — Autoridades judiciárias da comarca, pedem a elevação da mesma à 4.ª entrância. Advogados do foro local, idem.

Resende Costa — Prefeito, solicitando elevação do têrmo à categoria de comarca.

Inhapim — Prefeito, pleiteando a elevação do têrmo à comarca.

Manga — Prefeito, pedindo a criação do têrmo judiciário no município.

Campestre — Pedido de elevação do têrmo à categoria de comarca, feito pelo prefeito. O mesmo, idem, idem.

Botelhos — Elevação do têrmo à comarca. Solicitação do prefeito.

Tombos — Prefeito, pleiteando a criação da comarca de Tombos, com a anexação do têrmo de São Manuel.

Fortaleza — Elevação de entrância da comarca, pedido do prefeito.

Perdões — Prefeito, solicitando elevação à comarca do têrmo judiciário de Perdões.

Capelinha — Elevação do têrmo à categoria de comarca, solicitação do prefeito.

Dores de Campos — Prefeito, sugerindo várias alterações nas divisas do município.

Aiuruoca — Prefeito, considerando possíveis alterações no "statu quo" municipal.

Virginópolis — Prefeito, juiz municipal e outros, pedindo elevação do têrmo à comarca.

Santa Catarina — Pedido de criação do têrmo, dirigido pelo prefeito.

Carrancas (Lavras) — Sr. Rozendo de Sousa Andrade, pleiteando a emancipação do distrito.

Brasília — Criação da comarca no têrmo, pedido do prefeito.

Poços de Caldas — Juiz de direito, sugerindo a elevação da comarca á 3.ª entrância.

Lavras — Prefeito, encaminhando abaixo-assinado de habitantes de Itutinga, que não desejam seja o distrito desmembrado de Lavras.

Elói Mendes — Prefeito, sugerindo modificações nas divisas com Paraguassu'.

Monte Sião — Emancipação judiciária do município, feito o pedido pelo prefeito.

Garimpo de Canoas (Ibirací) — Emancipapação do distrito, pedido dirigido pela comissão encarregada do movimento.

Guaraciaba (Pitanga) — Dr. Jaime Marinho, solicitando a criação do município de Guaraciaba.

Bicas do Meio (Itajubá) — 2.º tenente Luiz Gonzaga Marques, pedindo uma solução para problemas que vêm afetando a localidade.

A presidência recomenda à secretaria que faça constar do resumo da ata a ser publicada, nota solicitando das pessoas interessadas nos estudos da reforma administrativa e judiciária do Estado sejam tratados os assuntos na parte judiciária e administrativa, em separado, para melhor distribuïção da matéria nos processos respectivos.

Em seguida, foram amplamente ventilada a questão da elaboração do Regimento Interno da Casa, trocando os membros presentes idéias pontos de vista sôbre o método dos trabalhos da Comissão, ficando, ao final, o secretário da Comissão encarregado de elaborar aquele regulamento, coordenados os resultados a que chegou a Comissão sôbre a matéria.

Tratou-se, longamente, dos critérios e normas à respeito de criação de municípios, distritos, têrmos e comarcas; mudanças ou simplificação de nomes de municípios e vilas; mudanças de nomes de estações de estradas de ferro; das modificações que devem sofrer os municípios, por iniciativa da Comissão e outros problemas relacionados com o assunto.

Na parte toponímica, após demorados estudos da lei 3 599, de 6 de setembro de 1941, o professor Ribeiro Costa ficou encarregado de elaborar quadros que contenham: 1) nome da Vila; 2) município a que pertence; 3) nome idêntico ou parecido: a) em Minas; b) em outros Estados; 4) Estações de estradas de ferro

existentes: a) nome; b) distância da vila. Feito isto, apresentar à Comissão suas sugestões e estudos sôbre a matéria.

Deliberou-se seja enderecada circular aos prefeitos e presidentes dos Diretórios Municipais de Geografia, da qual conste notícia da orientação dos trabalhos da Casa e a colaboração que devem dar aqueles órgãos aos estudos da Comissão.

Ao Dr. Hélio Linhares coube organizar um estudo do plano da futura organização judiciária do Estado, valendo-se dos elementos de que dispõe o D.O.J. e os da própria Comissão.

Terminado o trabalho, e presente a uma das reüniões o Dr. Alcides Gonçalves, serão discutidas as bases finais das sugestões que se encaminhará ao Sr. Governador do Estado, para ulteriores orientações.

O Dr. Benedito Quintino dos Santos, sôbre o expediente da Comissão, disse que até então vinha acusando, aos interessados, pelo Departamento Geográfico, o recebimento dos documentos a ela enderecados, porém uma vez que já se acham normalizados os serviços internos da Comissão, e de acôrdo com os interêsses do serviço, doravante será publicado no *Minas Gerais*, juntamente com a sinopse das atas das reüniões, um suscinto resumo dos papeis que forem presentes à Comissão. Recomendou ainda à Secretaria que desse publicidade, naqueles resumos, dos documentos existentes no arquivo da Comissão e que porventura ainda não foram acusados seus recebimentos.

### Diretório dos Estudantes de Arquitetura

ELEITA A NOVA DIRETORIA — Em reünião realizada em 8 de maio último, foi eleita a diretoria que regerá os destinos do Diretório dos Estudantes de Arquitetura no período abril 1933-44, assim constituída: Presidente, Carmine Vorcaro Porcaro — Vice-Presidente Valter Fróis — Secretário geral, Robespierre Gomes — Segundo secretário, Aloísio Fróis, — Tesoureiro, Ramiro Pinto — Com. social, José Luiz Andrade — Com. beneficente, Jéferson Lodi — Com. cultural, Alfeu Brina — Com. científica, Jorge Parra — Com. esportiva, Paulo Vialet.

### Sociedade Mineira de Agricultura

CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DE MINAS GERAIS — Prosseguem os preparativos para a próxima realização do Congresso das Associações Rurais do Estado de Minas, promovido pela Sociedade Mineira de Agricultura, sob os auspícios do Govêrno Estadual, para estudo do Ante-Projeto do Código Rural.

Participarão do Congresso as Associações Rurais do interior do Estado, as quais serão representadas por cinco membros cada uma. No conclave serão ventiladas, entre outras, as medidas que visam assegurar o regime de exploração agrícola, as relações entre o proprietário e o colono, estabelecendo-se normas e definindo direitos, achando-se reünida em constantes estudos sôbre os problemas aludidos a comissão composta dos srs. Cândido Gomes de Freitas, dr. Flávio de Sales Dias, dr. Donato de Andrade, dr. Roberto Werneck e dr. Benedito de Azeredo Coutinho.

Em nome das classes produtoras, o Sr. Donato de Andrade saüdará o Sr. Governador do Estado, por ocasião da inauguração do Congresso.

### Sociedade Mineira de Arquitetos

ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA — Em reünião realizada no dia 28 de junho, foi eleita a nova diretoria da Sociedade Mineira de Arquitetos, que ficou assim constituída: presidente, Celso José Werneck; vice-presidente, Luiz Pinto Coelho; secretário, Rafael Hardi Filho; tesoureiro, João Gonçalves Chaves; bibliotecário, Edgar Tavares Barbosa.

Empossada a nova diretoria, assumiu a presidência da sessão o Sr. Celso José Werneck, que se dirigiu aos presentes, no sentido de que todos os arquitetos de Minas Gerais se congregassem em tôrno da Sociedade Mineira de Arquetetos, para a defesa de seus interesses.

### Sociedade Mineira de Engenheiros

"ESTUDO RETROSPECTIVO DA ENGENHARIA NO BRASIL" — Na Sociedade Mineira de Engenheiros, em Belo Horizonte, o prof. Morales de los Rios, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, pronunciou, no dia 24 de junho, uma conferência sôbre "Estudo retrospectivo da Engenharia Nacional". Em nome do Conselho Regional de Engenharia e da Sociedade de Engenheiros fêz uma saüdação ao conferencista o prof. Gil Morais de Lemos.

No mesmo dia o prof. Morales de los Rios foi recebido em sessão solene do Conselho Regional, sendo saudado pelo prof. Carlos Alberto Pinto Coelho. No dia 25, o Conselho ofereceu-lhe um banquete no Minas Ténis Clube.

### Universidade de Minas Gerais

"FILOSOFIA DA ARQUITETURA" — Foi recebido na Universidade de Minas Gerais, no dia 23 de junho, o prof. Morales de los Rios, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, sendo saudado, em nome da Universidade, pelo prof. João Kubitschek de Figueiredo. A seguir, o prof. Morales de los Rios pronunciou uma conferência sôbre o tema: "Filosofia da Arquitetura".

★

## PARAÍBA

### Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

A DATA DO NASCIMENTO DE PEDRO AMÉRICO — MONOGRAFIA SÔBRE O CARRO DE BOIS — No dia 23 de maio, reüniu-se o Instituto Histórico e Geográfico paraíbano, sob a presidência do cônego Florentino Barbosa. Iniciado os trabalhos o presidente falou sôbre o aniversário, no dia seguinte da Batalha de Tuiutí.

Em seguida, usou da palavra a sra. Lilia Guedes, que exibiu um "carnet" de notas, pertencente a miss M. C. Fierz, solicitando uma investigação do Instituto Histórico no sentido de apurar o dia exato do nascimento de Pedro Américo, visto como naquele "carnet" existe um autógrafo do renomado pintor paraíbano, marcando a data do seu natalício como sendo o dia de São Pedro, ou seja 29 de junho. Discutido o assunto, o presidente resolveu designar uma comissão composta daquela consócia, o Sr. Horácio de Almeida e Sr. J. Veiga Júnior para dar parecer. Falou, depois, o padre Luiz Santiago, comunicando a conclusão de uma monografia de que é autor versando sôbre o carro de bois e solicitando seja a mesma editada pelo IHGP, tendo o presidente prometido incluir o referido trabalho num dos próximos números da Revista do Instituto.

★

## PARANÁ

### Museu Paranaense

NOMEADO O DIRETOR DA SECÇÃO DE ETNOGRAFIA E ANTROPOLOGIA — O Sr. Interventor federal no Paraná por decreto de 22 de junho, nomeou, por proposta do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, o Dr. José Loureiro Fernandes para exercer o cargo de diretor da Secção de Etnografia e Antropologia, ficando exonerado, a pedido, das funções que ocupara no referido estabelecimento.

★

## PERNAMBUCO

### Junta Executiva Regional de Estatística

COMISSÃO REVISORA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Reüniu-se, no dia 5 de maio, no Departamento Estadual de Estatística a Junta Executiva Regional de Estatística. No impedimento do Sr. secretário de Agricultura, presidente da Junta, presidiu, a sessão, o dr. Paulo Pimentel, e secretariou-a a senhorinha Neusa Cardim, funcionária do D.E.E.

Os assuntos principais da reünião foram a escolha do representante da Junta para compôr a Comissão Revisora da Divisão Administrativa do Estado que fixará o novo quadro Territorial a vigorar durante o qüinqüênio de 1.º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948, bem como a leitura do relatório do chefe da Secção de Estatística Militar do D.E.E. acêrca dos trabalhos realizados de acôrdo com o previsto na resolução n.º 126 de janeiro de 1942, anexo ao decreto-lei n.º 4 181.

Quanto ao primeiro, por proposta do Sr. Augusto Neto de Mendonça Sobrinho, a Junta Regional, designou, por unanimidade o dr. Paulo Pimentel para seu representante na citada Comissão e com referência ao segundo, foi dada a palavra, ao Sr. Mardônio Coelho que procedeu o relato dos serviços da Secção a seu cargo dando miunciosos detalhes àcêrca dos trabalhos realizados e os que se acham, no momento, em curso. Finalizando, salientou o prestígio e a colaboração que tem recebido no desempenho das suas funções por parte do diretor do Departamento Estadual de Estatística, colegas e representantes militares, pedindo que fôsse registado na ata o seu agradecimento.

### Secretaria de Viação e Obras Públicas

EXCURSÃO A 15 MUNICÍPIOS DO SERTÃO E ALTO SERTÃO. A PLANTAÇÃO DE MANIÇOBA — O Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco levou a efeito, em junho, uma excursão ao interior do Estado, visitando 15 Municípios do sertão e do alto sertão, tendo percorrido 2 151 quilômetros. Em Belmonte foi informado do incremento que vai tendo a plantação de maniçoba, nativa na região, a qual está calculada em um milhão de pés no corrente ano, calculando-se em 100 000 os pés atualmente existentes. Vera Cruz e São Gonçalo apresentam minas de gesso que começam a ser exploradas, e em Boa Vista há mina de asbesto.

### Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

A REPRESENTAÇÃO DO INSTITUTO NAS HOMENAGENS A HENRIQUE DIAS E FELIPE CAMARÃO — O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco realizou uma reünião no dia 13 de janeiro, sob a presidência do professor Metódio Maranhão.

Lidas as efemérides do dia e aprovada a ata da sessão anterior o Sr. Lins e Silva ofereceu um bonus de Cr$10,00 dos emitidos pelo govêrno de São Paulo, durante a revolução constitucionalista, o Sr. Enéas de Lucena, uma cédula de Cr$ 200,00 fora da circulação, emitida pelo govêrno brasileiro, no início da República. A seguir, o Sr. Joaquim Amazonas comunicou que, como representante do Instituto, tem comparecido às reüniões que, por sugestão do Instituto, vem promovendo o govêrno do Estado, por intermédio da Secretaria do Interior, para a homenagem à memória de Henrique Dias e de Camarão, às quais estão associadas as fôrças armadas da Região. Ficou resolvido que no dia 27 deste mês, aniversário da expulsão dos holandeses, será aposta no mosteiro de São Francisco, onde está sepultado Henrique Dias, uma placa de bronze, com os dizeres sugeridos pelo Instituto, o que se fará com tôda pompa e com cerimonial militar. Posteriormente será prestada igual homenagem a "Camarão", na matriz da Várzea, onde repousam seus restos, em lugar incerto. O exército dará um orador para a solenidade e ficou combinado que o Instituto indicaria outro sendo escolhido o Sr. Mário Melo.

O presidente declara que todos os anos o Instituto realiza uma sessão cívica em sua sede, no dia 27 de janeiro. À vista da escolha dêsse dia para a festa cívica pelo mesmo motivo e também tendo em consideração os reparos na sede considera o Instituto desobrigado da sessão interna, com o que todos concordam.

O Srs. Enéas de Lucena e Mário Melo fazem, respectivamente, o elógio fúnebre de Afrânio de Melo Franco e do general Agostinho Justo, e requerem votos de pesar, que são aprovados. O sr. Joaquim Amazonas lembra que o Instituto está reünido no aniversário do arcabuzamento de Frei Caneca, que foi um dos vultos de mais relêvo da História de Pernambuco, e requer que a sessão seja levantada em homenagem à memória do grande patriota, o que é unânimemente aprovado.

*Eleição da nova Diretoria* — No dia 17 de fevereiro, reüniu-se o Instituto em assembléia geral para a eleição e posse da nova Diretoria e Comissões, sendo obtido o seguinte resultado:

Presidente, Joaquim Amazonas; vice-presidente, Metódio Maranhão; 2.º secretário, Olímpio Costa Júnior; tesoureiro, Oton L. B. Melo; bibliotecário, Célio Meira.

*Comissão de Revista e Estatutos*: Mário Melo (nato), Olímpio Costa Júnior e João Peretti. *Comissão de História e Geografia*: Metódio Maranhão, Mário Coelho Pinto e Jerônimo Gueiros. *Comissão de Arqueologia e Etnografia*: Fernando Barroca, Geraldo de Andrade e João Aurealiano. *Comissão de Fundos e Orçamentos*: Silva Rêgo, Getúlio César e Antônio Vicente. *Comissão de Sindicâncias*: Enéas de Lucena, Célio Meira e Nasson Figueiredo.

*Centenário do Visconde Taunay* — Em homenagem à memória do Visconde de Taunay, o Instituto Arqueológico levou a efeito uma sessão no dia 24 de fevereiro, sendo orador oficial o sr. Célio Meira que pronunciou uma conferência sôbre Taunay.

Ao ser iniciada a sessão, o Sr. Mário Melo, secretário perpétuo, comunicou que ao Instituto foram feitas as seguintes ofertas: do consócio professor Teodoro Kadletz: um manuscrito de 1857, com as condições de contrato com que o mestre ferreiro João Henrique Day, alemão, manda procurar em Hamburgo um ferreiro e um serralheiro, para trabalharem em Pernambuco, pelo prazo de três anos, mediante a remuneração anual de Cr$ 350,00 no primeiro, de Cr$ 375,00 no segundo e de Cr$ 400,00 no terceiro, além da passagem de segunda classe;

outro manuscrito de 1825, com o original da licença para o prussiano Jorge Gerhmann, contratado para o servico militar no Brasil, casar-se com a colona alemã Maria Dersbach, podendo a cerimônia realizar-se em qualquer parte, obrigados os nubentes a apresentar ao govêrno uma certidão do Pastor, com a declaração de legìtimamente casados, na conformidade dos Ritos a que pertencerem; e uma fotografia do plano de Fernando de Noronha, levantado por José Fernandes Portugal, em 1798.

*Uma lança do século XVII — Jorge de Albuquerque Coelho* — Na reünião realizada no dia 3 de marco, lidas as efemérides e aprovada a ata da sessão anterior, o secretário perpétuo deu conhecimento à casa duma oferta, pelo sr. José O. Melo, de uma lanca encontrada, em 1930, no sub-solo do engenho Tabocas, arma que o ofertante atribue aos invasores do século XVII. Anteriormente, foi encontrada no local e oferecida ao Instituto uma bala esférica de artilharia.

O Sr. Nasson Figueiredo comunicou depois, que se realizara antes da reünião, em presenca de alguns sócios, o plantio, pelo Sr. Getúlio César, oue é agrônomo, de um exemplar de ibirapiranga ou pau-brasil, no páteo do Instituto — árvore símbolo de nossa terra.

Com a palavra, o Sr. João Peretti lê documentado trabalho sôbre Jorge de Albuquerque Coelho, filho de Duarte Coelho e sucessor de seu irmão mais velho no govêrno da Capitania de Pernambuco, com o qual procurou demonstrar que, depois da batalha de Alcacer-Kikir, Jorge de Albuquerque não veio mais ao Brasil e, portanto, não tinha filhos brasileiros.

O Sr. Joaquim Amazonas lembrou que, a 5 de março de 1895, fôra assassinado o dr. José Maria de Albuquerque e Melo, grande abolicionista no Império e figura de notável projeção política na República, para a memória do qual pedia uma homenagem do Instituto, sendo depois encerrada a sessão.

*Frei Felipe Camarão* — Na sessão efetuada no dia 4 de maio, pelo I.A.H.G.P., após a leitura do expediente e outros assuntos de ordem interna, o Sr. Mário Melo comunicou, ter verificado que na Carta-Régia de 3 de marco de 1641, o nome do brasileiro Dom Antônio Felipe Camarão é precedido invariàvelmente do tratamento de *Frei*. Procurou estudar o assunto e verificou que a Ordem de Cristo, da qual Camarão era comendador, resultara de transformacão da Ordem dos Templários, conservando o caráter religioso desta, cujos membros eram obrigados a votos.

O Sr. Mário Coelho Pinto corrobora, dizendo que, em Portugal, êsses casos não eram raros, tanto assim que Dom Afonso Henriques e Nunálvares Pereira tinham o tratamento de Frei.

### Homenagem a Felipe Camarão

ÍNDIOS CARIJÓS EM GUARDA AO MONUMENTO — Realizaram-se no dia 15 de maio, várias homenagens do Govêrno do Estado, com a participacão das fôrças armadas, à memória de Felipe Camarão. Das comemorações também participaram numerosas tropas de escoteiros, tendo vindo especialmente do município de Águas Belas seus índios carijós, que montaram guarda ao monumento de Felipe Camarão, durante a cerimônia de aposição de uma placa que perpetua os feitos heróicos do chefe potiguar.

### Monumentos ao Vaqueiro Nordestino e ao Zebú

SERA' INICIADA BREVEMENTE A CONSTRUÇÃO — Segundo edital publicado no *Diário do Estado* órgão oficial do govêrno de Pernambuco, edição de 23 de junho, deverá ser iniciada brevemente a construção dos monumentos ao Vaqueiro Nordestino e ao Zebú no Parque da Produção Animal.

★

## PIAUÍ

### Diretório Regional de Geografia

O Diretório Regional de Geografia, pelo seu secretário, Sr. João Bastos, em abril p.p., remeteu à Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia, o seguinte relato das suas atividades, durante o ano de 1942:

*Reüniões* — Houve uma reünião, a 19 de outubro, para tomar connecimento de nossa designação para Deilegado Regional do X Congresso Brasileiro de Geografia a realizar-se em setembro de 1943, em Belém — Capital do Pará, designação essa feita pelo eminente professor Raja Gabáglia, presidente da Comissão Organizadora do referido Congresso. Esse gesto do ilustre geógrafo, foi recebido com geral e especial agrado, registrado em ata e agradecido telegràficamente, tendo igualmente S. Excia. o Sr. Interventor Federal no Estado apoiado essa designação.

A 29 de maio, em sessão conjunta com o D.E.E., comemorámos o aniversário do I.B.G.E.

*Assembléia Geral do C.N.G.* — Em julho, na bela cidade de Goiânia — moderna Capital de Goiaz — produto do tão arrojado, quão brilhante e patriótico empreendimento do grande homem público, o ilustre Dr. Pedro Ludovico Teixeira, digníssimo Interventor Federal naquele Estado, tomámos parte nos trabalhos da Assembléia Geral dêsse Conselho, tendo apresentado o "relatório" regulamentar.

*Representação* — Para representar também o govêrno do Piauí nas imponentes solenidades de inauguração oficial da nova metrópole e igualmente como Delegado da ala estatística regional, bem como da organização educacional, foi que para alí nos transportámos por terra e pelo caudaloso rio São Francisco, numa longa excursão de ida e volta em 89 dias! A viagem foi longa, deveras, mas nos proporcionou a vantagem de conhecer de *visu* uma extensa a variada faixa territorial, de constantes mudanças de acidentes geográficos, componentes, às vêzes, de um encantador panorama, principalmente em terras mineiras, secundado pelas belezas do citado rio.

Em Goiânia, como da fotografia anexa, montámos o "Stand do Piauí", na grande "Exposição", mostrando ao grande público, através de paineis, gráficos, fotografias, publicações, etc., o progresso do Estado e o conjunto de trabalhos da nossa bem regular organização de cartografia e desenho, no Departamento Estadual de Estatística, na sala "Leite de Castro", de outra fotografia também junta.

*X Congresso Brasileiro de Geografia* — Êsse já citado, próximo e grande certame, em Belém — Pará, já recebeu do Sr. Interventor Federal no Estado — dr. Leônidas de Castro Melo, em virtude de especial e interessada recomendação do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores — dr. Marcondes Filho, a garantia de absoluto apôio, esperando-se, para intensificada propaganda, uma anunciada Comissão de geográfos do sul do País, para o nordeste.

*Novo Mapa do Piauí* — Em conseqüência dos esforços do Departamento Estadual de Estatística, com a manutenção de um seu estagiário,

há dois anos, na Capital da República, no Departamento Técnico do C.N.G., com apôio dêste e do sr. Interventor Federal no Estado, para levantamento do *Novo Mapa do Piauí*, êsse acontecimento representa, em verdade, a maior atividade geográfica regional do período relatado.

E' tão grande e importante o trabalho que a Interventoria não deseja em nenhuma hipótese que a próxima revisão qüinquenal da Divisão Territorial do Estado na forma do Decreto-lei federal n.º 311 de 2-3-38, o prejudique, tendo surgido isso, confessamos, em virtude das ponderações que a respeito fizemos ao eminente dirigente do Piauí.

*Conclusão* — Com antecipadas congratulações à Assembléia Geral de 1943 do C.N.G., concluímos este despretencioso "relatório", com os seguintes dados do expediente do D.R.G., em 1942:

*Recebidos* — 91 ofícios, 21 telegramas e 254 correspondências de outra natureza.

*Expedidos* — 15 ofícios, 80 telegramas, 23 despachos coletivos (Presidente e Secretário). 38 informações, pareceres, etc. e 29 expedientes publicados no *Diário Oficial*, do Estado.

★

## RIO DE JANEIRO

### Interventoria Federal

REUNIÃO DOS PREFEITOS DA REGIÃO NORTE DO ESTADO — O INCREMENTO DA PRODUÇÃO FLUMINENSE — No dia 21 de junho, realizou-se em Campos uma reünião, sob a presidência do interventor Amaral Peixoto, dos prefeitos do norte fluminense, srs. Salo Brand, de Campos; Télio Barreto, de Macaé; Mauro Luiz dos Santos, de São João da Barra; Raul Travassos da Rosa, de Itaperuna; José de Oliveira Borges, Prefeito de Bom Jesús do Itabapoana; Ernesto Machado, de São Fidelis; José Batista de Santos, de Cambucí; Altivo Linhares, de Miracema; Otávio Denis Filho, de Pádua; e Moacír Faria Souto, de Itaocara; os Srs. Rui Buarque de Nazaré e Rúbens Farrula, Secretários de Educação e Saúde e de Agricultura; Hermes Cunha, diretor do Departamento das Municipalidades; e os técnicos agrícolas Otávio Brandão Caldas, executor do acôrdo para fomento da produção; Lopes da Cruz, diretor do Departamento de Agricultura; Henaldo da Gama Araujo, de Macaé; Murtinho Braga, de Cantagalo; Vicente Ferreira da Fonseca, de Pádua; Fontele de Araújo, de Itaperuna; e Rui Mortara, inspetor agrícola do norte fluminense. O Comandante Amaral Peixoto abrindo os trabalhos falou sôbre a necessidade de intensificar a produção de cereais em tôdo o Estado, transformando a terra fluminense em celeiro da Capital da República. Todos os prefeitos fizeram desenvolvidas exposições referentes às necessidades de seus municípios para maior incremento da produção. De acôrdo com as declarações do Interventor Federal, será prestado pelo Estado todo o auxílio que se faça necessário para que a produção seja aumentada, afim de atender às necessidades do Rio de Janeiro. Novos planos serão traçados para o fomento agrícola, os quais colocarão o Estado do Rio em situação privilegiada como abastecedor do grande centro de consumo que é a Capital da República, não só no que diz respeito a cereais, como também a outros produtos considerados como sendo de primeira necessidade. A segunda parte da Conferência foi dedicada aos problemas do ensino, devendo ser assinado em Niterói um convênio para a uniformização do ensino primário.

### Departamento das Municipalidades

ASSISTÊNCIA ÀS PREFEITURAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS. — Prosseguindo no plano de assistência direta às Municipalidades com o objetivo de proporcionar-lhes as desejáveis condições de salubridade, com a execução de serviços de água e esgotos das sedes, o sr. Interventor federal no Estado do Rio vem de conceder auxílio a várias Prefeituras. No dia 9 de junho, no Departamento das Municipalidades foram as importâncias dos auxílios entregues pelo seu diretor, Sr. Hermes Cunha, da seguinte maneira:

Itaperuna, 100 000 cruzeiros, Pádua, 50 000 cruzeiros; Cantagalo, 50 000 cruzeiros; Itaocara, 50 000 cruzeiros; São Fidélis, 40 000 cruzeiros; Vassouras, 25 000 cruzeiros; Miracema, 25 000 cruzeiros; Bom Jardim, 25 000 cruzeiros; e, finalmente, Carmo, com 20 000 cruzeiros.

O titular daquele Departamento teve oportunidade, de transmitir aos prefeitos o desejo do comandante Amaral Peixoto de manter e ativar essa íntima cooperação, prestando às células municipais tôda a assistência que se fizer necessária e, mesmo, em determinadas circunstâncias, concedendo auxílio financeiro, no caso de não comportarem os recursos municipais a realização das obras imprescindíveis.

A atuação do govêrno estadual não se limitará, no caso presente, à concessão de auxílio financeiro, por quanto se estenderá à orientação técnica, com a elaboração dos projetos e especificações para as obras de arte e com a fiscalização pelos seus técnicos, no caso de municipalidades que não disponham de uma secção de engenharia.

### Diretório Regional de Geografia

PRÊMIOS PARA AS MONOGRAFIAS DE ASPECTOS MUNICIPAIS — Conforme despacho publicado no *Diário Oficial* do Estado do Rio, o Sr. Interventor federal aprovou a sugestão do Diretório Regional de Geografia no sentido de serem instituídos três prêmios em dinheiro aos autores dos melhores trabalhos que forem enviados para o Concurso de Monografias de Aspectos Municipais.

### Serviço Técnico Florestal

O REFLORESTAMENTO E O APROVEITAMENTO DAS NOSSAS ESSÊNCIAS FLORESTAIS — Com a finalidade de ampliar o esfôrço que o Serviço Técnico Florestal vem dispendendo para convenientemente atender ao problema do reflorestamento, o Comandante Amaral Peixoto determinou a abertura de créditos que permitiram já a elaboração de planos de expansão das atividades referentes ao reflorestamento e ao aproveitamento em bases racionais das nossas essências florestais. A propaganda educativa efetuada pela Secretaria de Agricultura obteve já os primeiros resultados: os próprios lavradores fluminenses veem agora ao encontro dos fins objetivados pelos órgãos técnicos do govêrno, solicitando mudas para efetuarem em suas propriedades o reflorestamento que melhorará as condições de suas terras, valorizando a própria economia fluminense, estando sendo organizadas 40 sementeiras de eucaliptus em propriedades particulares, o que somará um total de 2 350 000 mudas.

★

## RIO GRANDE DO NORTE

### Departamento Estadual de Estatística

ORGANIZAÇÃO DO MAPA GERAL DO ESTADO — O Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte, autorizado pelo Sr. Interventor Federal, providenciou a organização de um mapa geral do Rio Grande do Norte. Foi incumbido da importante tarefa o Sr. Pedro Grande, chefe da Secção da Carta do Brasil ao milionésimo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que vem desenvolvendo esforços para o desempenho do mandato no menor prazo possível.

Em março, o Sr. Anfilóquio Câmara, Diretor do D.E.E. recebeu daquele técnico a comunicação de que está prosseguindo ativamente a coleta dos dados necessários. No mês anterior, graças a êsse interêsse devotado, foi possível óbter junto à Inspetoria de Obras Contra as Secas importantes elementos cartográficos, como sejam os estudos da rodovia Natal-Ceará-Mirim, rodovia Angicos-Cerro Corá, Planta dos Canais Delfino, Dodt e Bandeira, planta topográfica do rio Ceará-Mirim, planta do açude projetado "Caixa de Guerra", além da planta detalhada do trecho de estrada de ferro Natal-Nova Cruz.

Dentro de poucos dias, chegará a esta capital o engenheiro Honório Bezerra, incumbido de obter coordenadas geográficas de nossas cidades e outros elementos técnicos.

E', assim, de esperar que, em próximos meses esteja concluído êsse importante serviço de real utilidade para conhecimento da vida social e economica do Estado.

### Instituto Histórico e Geográfico

HOMENAGENS A FELIPE CAMARÃO — Tendo transcorrido no dia 14 de maio, o 3.º centenário da nomeação de D. Antônio Felipe Camarão para capitão-general dos índios do Brasil, o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte realizou solene sessão comemorativa, na qual foram relembrados os feitos do grande chefe indígena norteriograndense, nas lutas de expulsão dos invasores do nosso país.

O Diretor Geral do Departamento de Educação recomendou aos diretores das escolas públicas e particulares do Estado que levassem a efeito solenidades alusivas à data.

SESSÃO COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO — CONFERÊNCIA SÔBRE O FORTE DOS REIS MAGOS — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, comemorando mais um aniversário de sua fundação, realizou no dia 29 de maio uma sessão solene, presidida pelo Interventor Federal, interino, Sr. Aldo Fernandes, que de início, concedeu a palavra ao Presidente do I.H., Sr. Nestor dos Santos Lima, que procedeu à leitura do relatório das atividades da Diretoria, no último ano. Após foi concedida a palavra ao Sr. Luiz da Câmara Cascudo, que fêz a apresentação do coronel Timóteo Fernandes Machado, tendo êste produzido uma conferência sôbre o Forte dos Reis Magos. O Sr. Câmara Cascudo teve, antes, palavras de carinho para com o Sr. Alberto Maranhão, presente à reünião, o qual, por último, agradeceu, tecendo comentários sôbre a existência e finalidade do Instituto Histórico. Finalmente, o Sr. Aldo Fernandes encerrou a sessão, tendo palavras de congratulações para com a direção do Instituto e para o cel. Timóteo Machado, pela interessante palestra que pronunciara.

★

## RIO GRANDE DO SUL

### Interventoria Federal

A REÜNIÃO DE SÃO GABRIEL E DE ALEGRETE PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ASSOLADOS PELAS SÊCAS — Para tomar conhecimento das necessidades dos Municípios do Rio Grande do Sul assolados pelas sêcas e combinar medidas com os respectivos Prefeitos, o Sr. Interventor federal fêz promover um reünião dos Prefeitos de três regiões do Estado. A primeira teve lugar em São Gabriel, de 6 a 8 de maio, tomando parte, além do respectivo prefeito, os srs Antônio Coimbra Gonçalves, prefeito de São Gabriel; Pedro da Costa Lima, de Lavras; João de Farias Lima, de Caçapava; João Carlos Osório Tôrres, de São Sepé; Jerônimo M. da Silveira, de Bagé; e, Florisbal de Oliveira Jardim, de D. Pedrito.

A reünião foi presidida pelo sr. Interventor federal que se fêz acompanhar de um grupo de técnicos. Seguiu-se a Reünião de Alegrete, na qual tomaram parte os Prefeitos Eurípedes Brasil Milano, de Alegrete; Crisanto de Paula Dias, de Livramento; Francisco Maria Piquet, de Uruguaiana; Rafael Barcelos Gonçalves, de Rosário; José de Sousa Fraga de São Francisco de Assiz; Sílvio Silveira de Itaquí e Bento de Lima Junior de Quaraí.

Os trabalhos também foram presididos pelo Interventor general Cordeiro de Farias, demorando-se até o dia 10.

As medidas pleiteadas foram as seguintes: 1.º) isenção integral de direitos para importação de tôda a sorte de forragens; 2.º) prorrogação, por um ano, de todos os penhores pecuários vencidos na presente safra, com ampliação de prazo para cinco anos de todos os novos contratos para financiamento, com juros de 5% e amortização sòmente no terceiro, ano; 3.º) proibição temporária da importação de lã; 4.º prorrogação obrigatória por mais um ano de todos os contratos ou convenções de arrendamento sob as mesmas condições vigentes em 31 de dezembro do ano passado; 5.º) prorrogação por um ano para o prazo para a apresentação de emendas ao projeto do Código Rural; 6.º) prorrogação até 31 de dezembro do corrente ano do prazo fixado pela portaria que regula a matança de vacas e terneiros; 7.º) matança livre durante todo o ano nas charqueadas do Estado; 8.º) revogação temporária do decreto que regula a percentagem de carne magra para exportação para os Estados do Norte; 9.º) criação da carteira de crédito pecuário do Banco do Rio Grande do Sul para, com juros módicos, facilitar o repovoamento dos campos; 10.º) proibição da exportação de ventres de bovinos; 11.º) abatimento de 50% nas tarifas ferroviárias sôbre gados flagelados conduzidos aos frigoríficos; 12.º) suspensão da multa ex-ofício dos contribuintes do imposto de vendas mercantís, quando deixem de extrair, dentro do prazo de 45 dias, as respectivas guias.

*Reünião de Pelotas* — De 18 a 20 também de maio, reüniram-se em Pelotas os Prefeitos da região sul, tomando parte, além do Prefeito dêsse Município, os de Santa Vitória, Rio Grande, Jaguarão, Arroio Grande, Erval, São Lourenço e Cangussú.

### Diretoria das Prefeituras Municipais

COMPRESSÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS — *Circular às Prefeituras* — O govêrno do Rio Grande do Sul está orientando as administrações municipais, no sentido de realizarem uma política econômico-financeira de parcimônia nas despesas, afim de que a Fazenda pública possa precaver-se contra as flutuações decor-

rentes de uma eventual depressão oriunda do estado de guerra. Reafirmando essas determinações, o diretor da Diretoria das Municipalidades, Sr. Álvaro Batista Magalhães enviou no dia 20 de abril uma circular a todos os Prefeitos.

*Padronização dos cargos municipais* — Encontra-se em estudos na Diretoria das Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul, um ante-projeto de padronização dos cargos municipais, a qual segundo declarações do Sr. Pedro Morais Germani, presidente da União dos Funcionários Municipais, sediada em Santa Maria, trará aos municípios as seguintes garantias:

1. Certeza de que o serviço público lhes proporcionará uma carreira profissional em nada inferior às demais repartições.
2. Certeza de que terão possibilidades para progredirem proporcionalmente à capacidade de trabalhos, afim de desfrutarem uma situação social digna da função que exercem na administração pública.
3. Certeza de que perceberão uma retribuïção na altura do preço de sua subsistência.
4. Certeza de que o espírito de justiça administrativa presidirá a obra de reajustamento, afim de evitar choques e surpresas, lamentáveis àqueles que tudo têm dado em proveito do serviço público, em prol da grandeza do país.

### Diretório Regional de Geografia

COMISSÃO REVISORA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Sob a presidência do Dr. Ataliba de Figueiredo Paz, secretário da Agricultura esteve reünido, em maio último, o Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio Grande do Sul.

A' reünião, compareceram os srs. comte. Haroldo Américo dos Reis, Capitão do Pôrto; Maior Osman Plaisant, representante do Comando da Região; Drs. Léo Arruda, Caio Brandão de Melo, Egídio de Sousa, Germano Petersen Filho, Artur Ambros e João Batista Pereira Filho, membros efetivos e representantes, respectivamente, das Secretarias do Interior, da Educação e Cultura, do D. A. E. R., da Prefeitura Municipal, da Diretoria de Terras e Colonização e do Serviço Estadual de Geografia.

Aberta a sessão, foi pelo aux-secretario, eng.º João Batista Pereira Filho, procedida a leitura da ata da reünião anterior, que submetida à consideração da casa, foi unânimemente aprovada.

Após a leitura do expediente o presidente deu a palavra ao Major Osman Plaisant, para expor o andamento dos trabalhos da Comissão Revisora da Divisão Administrativa do Estado, da qual fêz parte como representante do Diretório Regional.

Iniciou o Major Osman Plaisant dizendo das dificuldades com que lutava a Comissão no sentido de obter os dados e esclarecimentos solicitados aos prefeitos municipais, necessários ao prosseguimento dos trabalhos, salientando que, apesar dos reiterados e insistentes pedidos, muitas Prefeituras ainda não atenderam às solicitações feitas já em junho de 1941, em circular dirigida a todos os prefeitos. Que, mesmo assim, os trabalhos procedidos já se acham bastante adiantados, estando prontos os estudos concernentes a 51 municípios, dos quais 49 já com as divisões distritais, e os 37 restantes em vias de conclusão.

Esclareceu ainda o Major Plaisant que, a Comissão Revisora, colocando-se imparcialmente às solicitações de interesses pessoais ou políticos, vem norteando seus trabalhos dentro do prescrito na Lei 311 e nas nórmas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Geografia, atendendo ùnicamente às conveniências de ordem econômica e social, vias de comunicações e outras, quando da necessidade de alterações em divisas municipais ou inter distritais.

Continuando, s.s. apresentou à casa uma coletanea de "Croquis", das divisas inter-municipais e inter-distritais dos municípios já estudados, onde as mesmas estão caracterizadas de acôrdo com a sua descrição sistemática, evitando, assim, quaisquer dúvidas de interpretação.

### Universidade de Pôrto Alegre

"A GEOGRAFIA DOS ESTADOS UNIDOS" — O professor Dante de Laitano, que esteve recentemente nos Estados Unidos a convite do Departamento de Relações Culturais do Departamento de Estado, realizou em maio último, um curso sôbre os Estados Unidos, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Pôrto Alegre.

As conferências foram subordinadas aos seguintes títulos gerais: I — Geografia, II — História, III — Povo e IV — Cultura. A primeira da série, sôbre Geografia, foi asism dividida: I — A Geografia — I) A Terra — a) A Flórida e a luta contra as charnecas, b) O deserto, a floresta petrificada e o Grand Cayon do Arizona, c) Texas, d) California, e) Fronteira com o México e fronteira com o Canadá e f) A "New England"; B) Os Rios — a) Mississipi, o velho rio mau, b) Quando o Mississipi se encontra com o Missouri, c) Colorado I e Colorado II, d) Um rio da linha divisória, a: rio Grande, e) Stefen Foster canta as águas do Suwanee, f) Um rio histórico :o Potomac, g) O Hudson, o Kansas e o Camberland respetivamente em Nova York, Kansas City e Nashville; C) Os Lagos — a) Um grande lago; Lake Michigan, b) Um pequeno lago: Lake Champlain c) Um lago de água salgada; Salt Laka e d) Um lago artificamente ligado ao mar; Lake Okeenchobee.

### Federação das Associações Comerciais

FIXAÇÃO DE PREÇOS E DISTRIBUÏÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS — Promovido pela Federação das Associações Comerciais do Estado e pela Comissão de Contrôle do Abastecimento Público, realizou-se nos dias 16 e 17 em Pôrto Alegre, um congresso das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, destinado a estudar novas diretrizes na fixação dos preços e distribuïção de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade consumidos no Estado.

### Instituto Histórico e Geográfico

REINÍCIO DAS ATIVIDADES — No dia 3 de abril, com a sessão da Diretoria, foram reiniciados, após o período regular de férias as atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com a presença dos srs. Manuel Duarte, vice-presidente, cel. Luiz Carlos de Morais, Mario Teixeira de Carvalho, cel. Aurélio Pôrto, cel. Gaston Hassischer Mazeron, Valter Spalding, P. Luiz Gonzada Jaeger, prof. A. G. Lima e Olinto Sanmartin. Um dos assuntos tratados foi o das sessões públicas, mensais, com finalidades culturais, ficando resolvido fôssem as mesmas realizadas, tendo-se logo, inscrito o Sr. Aurélio Pôrto que iniciará a série de conferências no dia 19 que, por ser a data natalícia do presidente Vargas, constituiu, também, uma homenagem ao chefe da Nação, que é sócio benemérito do Instituto, eleito e recebido, como foi, em 1940. A conferência do sr. Aurélio Pôrto consistiu num estudo bio-genealógico sôbre a ascendência da família Vargas.

Além do Sr. Aurélio Pôrto estão inscritos para as sessões públicas os srs. Manuel Duarte, A. G. Lima, Gaston Hasslocher Mazeron e P. Luiz G. Jaeger.

*Monumento ao Duque de Caxias* — Teve lugar no dia 22 de junho, no salão nobre da Biblioteca Pública, uma sessão extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tendo o gal. Emílio Fernandes de Sousa Doca pronunciado uma coferência, lançando a idéia da ereção de um monumento a Caxias no Estado, a exemplo do que se fêz em São Paulo e Maranhão.

Encerrando a sessão, o sr. Manuel Duarte gradeceu ao gal. Sousa Doca, a sua contribuïção à memória de Caxias, e ao gal. Benício da Silva que enumerára as fontes cooperadoras da campanha.

★

## SANTA CATARINA

### Reünião dos Prefeitos Municipais

DEBATIDOS OS PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS— *Convênio estadual do ensino primário* — Em Florianópolis, realizou-se nos dias 15, 16 e 17, sob a presidência do senhor Interventor Federal, uma reünião dos 44 prefeitos catarinenses.

Na reünião foram debatidos vários problemas administrativos e traçadas normas para a solução dos que dependem da ação conjungada dos poderes estaduais e municipais. Encarou-se a possibilidade da extinção de alguns impostos e taxas e a substituïção de outros, em maneira que não fiquem as administrações municipais privadas dos indispensáveis recursos financeiros. A uma das sessões compareceu a Presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, Sra. Nerêu Ramos, e a outra, o Sr. Nemésio Heusi, representate do Setor de Preços da Coordenação da Mobilização Econômica, tendo sido tomadas deliberações para intensificação dos trabalhos da Legião no Estado e para uma melhor articulação, entre as Comissões municipais e a Comissão estadual de preços no sentido do aperfeiçoamento dos seus serviços.

Foi também assinado um Convênio estadual do ensino primário, que será submetido ao Departamento administrativo para a sua ratificação e segundo o qual os municípios empregarão 15% da sua renda de impostos no desenvolvimento do ensino primário.

Ao término dos trabalhos, foi passado ao Sr. Presidente da República o seguinte telegrama:

"Florianópolis — Os prefeitos dos municípios catarinenses, reünidos nesta capital sob a presidência do Interventor federal, reafirmam a V. Excia. a sua irrestrita solidariedade e o seu entusiasmo patriótico pela notável obra do govêrno que vem realizando em proveito dos brasileiros, que, unidos e coesos, em tôrno do seu grande Chefe, lhe aguardam a voz de comando para a defesa do patrimônio moral e material do Brasil e do Continente.

Réspeitosas saudações. — Nereu Ramos, interventor federal. Prefeitos Municipais, Antônio de Pádua Pereira, de Biguassú; Tenente Rui Stockler de Sousa, de Araranguá; Afonso Rabe, de Blumenau; Arno Oscar Meyer, de Bom Retiro; Rodolfo Gerlach, de Brusque; Alfredo Fróis, de Caçador; Tenente Mário Fernandes Guedes, de Camboriú; Bento M. de Amorim, de Campo Alegre; Gasparino Zorzzi de Campos Novos; Alinor Vieira Corte, de Canoinhas; Dogelo Gross, de Concórdia; Elias Angeloni, de Cresciuma; Newton da Luz Macuco, de Cruzeiro; Salomão de Almeida, de Curitibanos; Rogério Vieira, de Florianópolis; João dos Santos, de Gaspar; Rodolfo Koffke, de Hamônia; Pedro Bittencourt, de Imaruí; João Maria de Araújo, de Indaial; João Francisco de Assiz, de Itaiópolis; Francisco de Almeida, de Itajaí; Tenente Leônidas Ramos Jr., de Jaguaruna; Arnaldo Moreira Douat, de Joinville; Vital Ramos Júnior, de Lages; Giocondo Tasso, de Laguna; Pedro Kuss, de Mafra; Tenente Euclides Simões de Almeida, de Palhoça; Itamar Cordeiro, de Paratí, Hironido Conceição, de Pôrto Belo; Hellmut Muller, de Pôrto União; Roberto Machado, de Rio do Sul; Sílvio Scoz, de Rodeio; Joaquim de Sales, de S. Bento. Hercílio Vieira do Amaral, de São Joaquim; Flodoaldo Nobrega, de S. Francisco; Pedro Mayvorne, de S. José; Valério Gomes, de Tijucas; Teodolindo Pereira, de Timbó; Marcolino Martins Cabral, de Tubarão; Zeferino Burigo, de Urussanga; e Licínio Córdova, de Xapecó".

### Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais

O PROGRAMA DE COROGRAFIA DO BRASIL NO CONCURSO PARA A CARREIRA DE ESCRITURÁRIO — Pelo Sr. Presidente da Comisão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, de Santa Catarina, foram aprovadas pela Portaria n.º 2, de 9 de junho, as Instruções Especiais destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Escriturário do Quadro Único do Estado.

Nas provas de habilitação figura o seguinte programa para a prova escrita de Corografia do Brasil:

1) Situação geográfica;

2) Limites;

3) Bacias hidrográficas;

4) Agricultura. Indústrias extrativas vegetais e minerais. Produtos animais e indústrias dos derivados, Indústrias manufatureiras;

5) Viação feroviária, fluvial, marítima. Principais portos;

6) Cidades principais;

7) Estado de Santa Catarina: Situação geográfica. Orografia. Hidrografia, pesografia, limnografia. Clima. Divisão administrativa e judiciária. Cidades principais, Indústrias extrativas vegetais e minerais. Produtos animais e indústria dos derivados. Indústrias manufatureiras. Viação rodoviária, ferrea, fluvial, marítima e aérea. Principais portos e aeroportos.

★

## SÃO PAULO

### Conselho Administrativo

PLANO DE REERGUIMENTO ECONÔMICO DA "ZONA BRAGANTINA" — Em sessão realizada pelo Conselho Administrativo do Estado de São Paulo, o Sr. Marrey Júnior ocupou a tribuna para justificar um requerimento que enviou à mesa, a propósito do reerguimento econômico da zona bragantina.

No seu discurso, teceu considerações em tôrno do problema, acentuando que êle poderá ser, solucionadc com a organização da produção agrícola, e, conseqüente distribuïção, da zona que abrange os municípios de Bragança, Atibaia, Juquerí, Piracaia, Joanópolis, Nazaré e Itatiba — apelidada comumente de zona "bragantina".

"Na zona rural dêsses sete municípios, todos de terras férteis, de clima ameno, muito próximos de São Paulo, servidos por excelentes estradas de rodagem, por linhas de ônibus, por ótimo serviço autorodoviário — o da C.G.T. — e ferroviário — o da São Paulo Railway — cortada por duas estradas de ferro, com inúmeras estações — nessa zona rural contam-se 7 927 sítios pequenos de menos de 25 alqueires, sôbre um total de 8 879 propriedades agrícolas".

O Sr. Marrey Júnior, depois de analisar a fertilidade e produção de cada município, terminou o seu discurso propondo que o Conselho envie ao interventor federal a seguinte sugestão:

"Nos têrmos do disposto no art. 17 letra "f" do decreto-lei n.º 1 202, de 1939 segundo sua nova redação — requeiro se oficie ao exmo. sr. Interventor, sugerindo a S. Excia. o estudo de um plano de reerguimento econômico da parte do Estado — a que se costuma dar o nome de "zona bragantina" — composta dos municípios de Bragança Atibaia, Piracaia, Joanopolis, Nazaré, Itatiba e Juquerí — onde se poderão produzir, com abundância, gêneros de primeira necessidade, que, mediante preços razoáveis, se destinem principalmente à distribuïção nesta capital. O Exmo. sr. Interventor poderá — se assim lhe parecer — nomear uma comissão que elabore o respectivo plano, tendo-se em vista a associação dos sitiantes na aludida zona localizados e o seu entendimento com os órgãos da Secretaria da Agricultura e com os respectivos prefeitos.

A comissão — ainda salvo melhor juízo — incumbir-se-ia de orientar as atividades individuais ou coletivas dêsses lavradores, tanto do ponto de vista agronômico quanto ao econômico, assistí-los em quaisquer dificuldades, para o fim de se unirem em cooperação, que lhes facilite melhor produção e conveniente distribuïção dos produtos".

### Diretório Regional de Geografia

52.ª SESSÃO ORDINÁRIA — Realizou-se no dia 5 de março a 52.ª sessão ordinária do diretório do Conselho Nacional de Geografia no Estado de São Paulo, presidida pelo engenheiro Valdemar Lefèvre e secretariada pelo sr. Luiz Narciso Gomes.

Compareceram os srs. engenheiros Alberto de Oliveira Coutinho Filho, Parísio Bueno de Arruda, Willy Fischer, Artur Moreira Tomassini, Gastão César Bierrenbach de Lima, Aristides Bueno, Nestor Aratangí, Plínio de Lima, Teodoro Knecht e Clodomiro Pereira da Silva.

Entre os assuntos de interêsse geográfico tratados, salientaram-se os relativos às divisas com o Estado do Rio, à publicação de cartas geográficas, à criação de bibliotecas dos Diretórios Municipais de Geografia e à nomeação dos consultores técnicos para o próximo biênio. Terminados os trabalhos do dia, foi marcada nova reünião extraordinária para o 24, data da criação do Conselho Nacional de Geografia órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aos presentes foram distribuídos exemplares do Boletim n.º 2, *Dicionário Geográfico do Estado de São Paulo,* da autoria do engenheiro Gastão César Bierrembach de Lima. Essa publicação que é uma contribuïção para o preparo do Dicionário Geográfico Brasileiro compõe-se de dois mapas e mais de 400 páginas.

53.ª SESSÃO — Comemorando a criação do Conselho Nacional de Geografia instituido por decreto-lei n.º 1 527, de 24 de março de 1937, realizou o Diretório Regional de Geografia no Estado de S. Paulo, a sua 53.ª sessão extraordinária. Presidiu-a o eng. Valdemar Lefèvre, secretariado pelo sr. Luiz Narciso Gomes e com a presença dos engenheiros Alberto de Oliveira Coutinho Filho, Francisco Severo San Juan, Paulo Dutra da Silva, Willy Fischer, Gastão César Bierrembach de Lima, Aristides Bueno, Nestor Aratangí, Paulo Ferraz de Mesquita, Clodomiro Pereira da Silva e Vitor da Silva Freire. Sobre aquela data falaram o presidente e o eng.º Gastão César Bierrembach de Lima.

Da leitura do expediente constou um telegrama do secretário geral do Conselho Nacional de Geografia comunicando que a sociedade promotora do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia e o Conselho mantêm integralmente o propósito de realizar o Congresso na cidade de Belém, devendo inaugurar-se em 7 de setembro vindouro, conforme entendimentos feitos com o govêrno do Pará.

Entrou em discussão depois o ante-projeto de resolução apresentado na 52.ª sessão ordinária relativo à indicação dos consultores técnicos regionais, que terão o seu mandato no biênio 1943-1945.

Apresentadas diversas propostas é finalmente aprovado o projeto que passa a constituir a resolução n.º 24, ficando constituído o seguinte corpo de consultores técnicos regionais:

I — Documentação Geográfica, Rûbens de Morais; II — Fisiografia, Teodureto de Camargo; III — Regiões naturais, Guilherme Wendel e João Pedroso Cardoso; IV — Biogeografia, Frederico Carlos Hoene e Oliverio Mario Oliveira Pinto; V — Levantamento e cartografia. Francisco Sales Vicente Azevedo e Lucio Martins Rodrigues; VI — Geografia histórica, Afonso d'Escragnolle Taunay e Nuto Santana; VII — Geografia política, Sud Menucci; VIII — Geografia da produção, Augusto Lima Pontes e Vitor da Silva Freire; IX — Geografia dos transportes, Álvaro de Sousa Lima, Benedito de Azevedo Marques e Clodomiro Pereira da Silva; Geografia das comunicações, Otavio Ferraz de Sampaio; XI — Geografia social, José Bueno de Oliveira Azevedo e Milciades Pereira da Silva; e XII — Turismo e excursionismo, Américo R. Neto.

A resolução n.º 24, de acôrdo com o regulamento do Conselho Nacional de Geografia, deverá ser submetida à aprovação do diretório central do Conselho.

Em seguida foram tratados assuntos de interêsse administrativo;

*Possibilidades de serem criados mais dois Municípios* — Por último, expôs a posibilidade da criação de dois novos municípios, afim de atender o vertiginoso progresso de determinadas regiões do Estado, dizendo que os estudos nesse particular serão apresentados dentro em breve à consideração do interventor federal, assim como no que concerne à mudança de sede de dois outros.

O Major Plaisant, aproveitando o ensêjo, apresentou diversos casos particulares, solicitando o parecer da casa, tendo sôbre os mesmos se manifestado os Srs. Léo Arruda, Germano Petersen Filho, Artur Ambros e o presidente sr. Ataliba de F. Paz.

Ao encerrar sua palestra, o Major Plaisant, comunicou, que possivelmente dentro de dois meses estariam concluídos os trabalhos da Comissão Revisora.

Em prosseguimento, o aux-secretário fêz comunicação de haver a secretaria do Diretório recebido em exemplar da *Monografia de Uruguaiana* da autoria do sr. Fortunato Pimentel e dizendo do interêsse e estudos do autor sôbre os assuntos de ordem geográfica do Estado, propôs fôsse consignado em ata um voto de louvor ao mesmo o que foi unânimemente aprovado.

Ainda com a palavra o eng.º João Batista Pereira, fêz uma breve exposição sôbre a oportunidade de providências relativas à atualização e padronização dos mapas municipais, e a conveniência de serem os mesmos confeccionados no Serviço Estadual de Geografia, mediante uma

módica contribuïção por parte das Prefeituras Municipais a exemplo dos Estados de São Paulo, Minas e outros.

Lembrando, que o Diretório Regional tinha já se manifestado, nomeando uma comissão composta do Major Osman Plaisant, sr. Germano Petersen Filho e sr. Pedro Barroso, para estudarem o assunto aproveitava o ensejo para fazer entrega à mesma de diversos documentos e dados para maior facilidades dos estudos a serem procedidos.

O presidente, fazendo uso da palavra, manifestou ao Major Osman Plaisant, sua satisfação, e dos demais membros do Diretório Regional, pelos trabalhos procedidos pela Comissão Revisora e agradecendo ao mesmo a minuciosa exposição feita.

54.ª *sessão ordinária* — No dia 19 de abril realizou-se a 54.ª sessão ordinária do Diretório, no salão da Biblioteca do Instituto Geográfico e Geológico, à rua Antônio de Godoi, n.º 122, 8.º andar, sob a presidência do Sr. eng.º Valdemar Lefèvre, secretariada pelo sr. Luiz Narciso Gomes. Compareceram os seguintes membros e consultores técnicos: engs. Willy Fischer, Gastão César Bierrenbach de Lima, Aristides Bueno, Nestor Aratangí, Plinio de Lima, Pedro Bueno, Artur Moreira Tomassini e Clodomiro Pereira da Silva.

Terminada a leitura do expediente, é franqueada a palavra para as comunicações.

O Sr. Presidente declara que no expediente do dia há um ofício do Sr. Presidente da Comissão encarregada de examinar a carta do Estado, de autoria do Sr. José Castiglione e pede que o Diretório atendendo ao que nele fôra solicitado, nomeie os peritos julgados necessários, lembrando os nomes dos Consultores Técnicos: Lucio Martins Rodrigues e Francisco Vicente de Azevedo, Frederico Herculano Gonçalves e Professor Sud Menucci.

O Sr. Gastão César Bierrenbach de Lima diz que o ofício fôra dirigido ao Instituto Geográfico e Geológico e não ao Diretório Regional de Geografia.

O sr. Presidente esclerece à casa que o assunto em estudo está a cargo do Diretório não devendo o Instituto intervir no caso, que no momento e à vista da orientação tomada, não é da sua alçada.

O Professor Clodomiro Pereira da Silva faz sentir à casa que ignorava a existência dêsse pedido da Comissão, da qual faz parte, estranhando também não lhe ter sido comunicada a data da primeira reünião.

Novamente com a palavra o sr. Gastão César Bierrenbach de Lima explica que tendo recebido do Professor Clodomiro Pereira da Silva um parecer escrito, julgara que assim o fizera, impossibilitado de comparecer à primeira reünião.

Depois de ser o assunto longamente abordado pelos srs. Clodomiro Pereira da Silva e Gastão César Bierrenbach de Lima, o Sr. Presidente submete à consideração da casa o pedido para a nomeação dos peritos.

Sôbre a conveniência dessa nomeação falam os srs. Clodomiro Pereira da Silva, Plinio de Lima, Gastão César Bierrenbach de Lima, Pedro Bueno, Nestor Aratangy Artur Moreira Tomassini, apresentando o sr. Clodomiro Pereira da Silva, o seu pedido para retirar-se da Comissão, à vista da falta de tempo para dedicar a essa questão.

Os srs. Presidente e Pedro Bueno pedem que êsse pedido seja reconsiderado, propondo o dr. Pedro Bueno a nomeação de mais um membro e que a Comissão convoque nova reünião, onde compareçam todos os seus membros.

O Professor Clodomiro Pereira da Silva expõe o seu ponto de vista e conclue propondo que os peritos sejam os próprios membros da Comissão, uma vez que vários deles são engenheiros e conhecedores de cartografia.

O Sr. Artur Moreira Tomassini diz que o quinto membro a ser nomeado, seria a resposta ao ofício do dr. Messias Junqueira.

Com êste ponto de vista concorda o Dr. Pedro Bueno que declara a sua proposta prejudicada.

Aprovada a proposta do Sr. Artur Moreira Tomassini fica a Secretaria do Diretório encarregada de oficiar ao Dr. Messias Junqueira, em resposta ao seu ofício, pedindo uma reünião conjunta de todos os membros nomeados por êste Diretório em sessão de 5 de março e que por êles seja indicado mais um perito.

O Sr. Gastão César Bierrenbach de Lima lembra que no ofício a ser encaminhado à Comissão, poder-se-ia dizer que a mesma já é entendida em cartografia do Estado.

O Sr. Presidente informa que, à Comissão, o Instituto Geográfico e Geológico poderá prestar tôdas as informações que se tornarem precisas, para que a Comissão encarregada de examinar as cartas de José Castiglione possa se desempenhar de suas atribuïções.

A seguir o sr. Presidente comunica que o Govêrno do Estado nomeou a "Comissão Revisora do Quadro Territorial". composta de um representante do Diretório Regional de Geografia, um da Junta Executiva Regional de Estatística, um do Departamento das Municipalidades e de mais dois de livre escola do Govêrno, ficando essa Comissão subordinada à Secretaria da Justiça.

Continuando na ordem do dia, o Sr. Secretário passa a ler o projeto de resolução que elege os informantes municipais de Ribeira.

Depois de alguns esclarecimentos o Sr. Presidente submete o projeto à consideração da casa que o aprova, passando a constituir a Resolução n.º 25.

Lido o segundo projeto do dia, relativo à aplicação de Código telegráfico, entra êste em discussão, manifestando-se sôbre êle os Srs. Presidente e Plínio de Lima. com as emendas apresentadas é o projeto aprovado, passando à Resolução n.º 26.

Por fim, depois de lido o 3.º projeto do dia a propósito da criação dos Diretores Municipais de Geografia de Prainha e Presidente Bernardes, é o mesmo aprovado com emendas, constituindo-se na Resolução n.º 27 de 19 de abril de 1943.

Terminada a ordem do dia o Sr. Presidente franqueia a palavra. Ninguém a pedindo o Sr. Presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a sessão.

55.ª *Sessão Ordinária* — Aos 27 de maio de 1943, realizou-se a 55.ª sesão ordinária do Diretorio Regional de Geografia no Estado de São Paulo, no salão da Bibliotéca do Instituto Geográfico e Geológico, à rua Antônio de Godoi n.º 122, 8.º andar.

A reünião foi presidida pelo Eng.º Valdemar Lefèvre, sendo secretariada pelo Dr. Cycero de Freitas.

Iniciaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros:

Alberto de Oliveira Coutinho Filho, Parisio Bueno de Arruda, — Paulo Dutra, Gastão Bierrnbach de Lima Aristides Bueno José Rosenthal, Dario Profeta, Jesuino Felicíssimo Júnior e Artur Moreira Tomassini.

Lida a ata da sessão anterior, e posta em discussão é aprovada.

Os Srs. Engs. Paulo Dutra e Alberto de Oliveira Coutinho Filho justificam as suas ausências, em sessões anteriores, alegando que os avisos para as reüniões têm lhes chegado às mãos depois do dia das sessões.

O Sr. Presidente diz que, para o futuro, providenciará também a remessa de convites aos suplentes evitando-se assim o atrazo apontado.

Depois de lido o expediente, é apresentado, à casa o primeiro número do *Boletim* mensal do Conselho Nacional de Geografia,

São também distribuidos os editais e instruções referentes ao segundo concurso de monografias municipais instituído pelo Conselho, para o ano de 1943.

A seguir o Sr. Presidente informa aos presentes que, de acôrdo com informações verbais prestadas pelo Sr. Prefeito de Presidente Bernardes, o Diretório de Geografia daquele Município da alta Sorocabana, já se acha instalado há vários meses.

O Sr. Presidente convida os presentes para comparecerem à sessão solene, a se realizar aos 28 do corrente no salão de conferências da Bibliotéca Municipal, em comemoração ao 7.º aniversário de instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A sessão será presidida pelo Exmo. Sr. Secretário da Agricultura e a ela comparecerão os membros do Diretório Regional de Geografia, da Junta Executiva Regional de Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística.

Não havendo projetos a serem discutidos e ninguém desejando fazer uso da palvra, o sr. Presidente apresenta um mapa, em relêvo, do Estado de São Paulo, elaborado pelo Sr. Frederico Herculano Gonçalves, cartógrafo aposentado do Instituto Geografico e Geológico.

Estando encerrada a ordem do dia, o Sr. Presidente diz algumas palavras a respeito do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia e pede aos presentes que colaborem com a Delegação Regional de São Paulo, fazendo propaganda e solicitando adesões para êsse certame cultural.

### Junta Executiva Regional de Estatística

"DIA DO ESTATÍSTICO" — Comemorando a passagem do "Dia do Estatístico", a Junta Executiva Regional de Estatística de São Paulo, o Diretório de Geografia e a Sociedade de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística realizaram no dia 28 de maio, no auditório da Biblioteca Municipal, uma sessão solene à qual compareceram altas autoridades e figuras de projeção nos meios intelectuais.

Assumindo a presidência da sessão, o Sr. Paulo de Lima Corrêa, Secretário da Agricultura, pronunciou um discurso, dizendo inicialmente que o conhecimento de nossa geografia e dos índices de nossa riqueza vem sobremodo auxiliar a tarefa dos dirigentes do país, que dessa forma poderão apontar o sentido exato do seu engrandecimento. Aludindo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acentuou que êsse novo órgão da administração pública brasileira conta atualmente com três alas dirigentes: 1) — a do sistema dos serviços geográficos, tendo como orgão de coordenação o Conselho Nacional de Geografia; 2) — a do sistema dos serviços estatísticos, tendo como órgão de coordenação o Conselho Nacional de Estatística; e 3) — a do sistema dos serviços censitários, ao qual está subordinada a comissão Censitária Nacional.

Prosseguindo, declarou que: "a primeira realizou, entre outros trabalhos a Campanha das Cartas Municipais do Brasil, a criação da *Revista Brasileira de Geografia*, o patrocínio de diversos congressos brasileiros sôbre o assunto, a criação do Museu Geográfico Brasileiro, da Biblioteca Geográfica, a organização dos cursos especializados para cartógrafoos e desenhistas e a determinação de mais de 400 pontos geográficos do território nacional. Ressaltou que, na ala estatística, tarefa de não menor importância foi efetivada, devendo-se a êsse setor do Instituto o sentido de aperfeiçoamento que, nêsse ramo, se observa no país. Frisou que, dentre os empreendimentos realizados, merecem destaque os do Serviço Nacional de Recenseamento, que na sua fase final de apuração, já nos forneceu, como dados provisórios, os resultados do censo demográfico. Acrescentou que, até o fim do corrente ano, conheceremos, pormenorizadamente, a posição demográfica, econômica e cultural de nossa pátria.

Finalizando, acentuou textualmente:

— "E' para mim uma grande honra presidir a esta reünião, que é o congraçamento dos homens que realizam a tarefa patriótica de coligir os elementos do nosso progresso e da nossa atividade. São os meus votos mais sinceros a sua continuïdade e que a alta significação de suas finalidades sempre se torne mais expressiva no sentimento nacional e no conceito dos nossos homens públicos".

A seguir foi dada a palavra ao Sr. João Prokowsky, da Bolsa de Mercadorias, que pronunciou interessante palestra subordinada ao tema: "Coeficiente de combatividade do Exército Brasileiro". O orador discorreu durante cêrca de hora e meia, fazendo um estudo sôbre a combatividade das fôrças brasileiras na Guerra do Paraguai e comparando-a com numerosos exércitos estrangeiros em batalhas de grande envergadura. Pôs em relevo o valor do soldado brasileiro, que demonstrou em tôdas as fases da guerra com o Paraguai, além de grande bravura, elevado coeficiente de combatividade.

Depois de agradecer a presença das atuoridades e do numeroso auditório, o Sr. Paulo de Lima Correia deu por encerrada a sessão.

### Serviço Florestal

CRIAÇÃO DE TRÊS DISTRITOS FLORESTAIS COM OS RESPECTIVOS HORTOS — O Sr. Interventor federal em São Paulo, submeteu, em maio próximo passado, à apreciação do Departamento Administrativo do Estado um projeto de decreto-lei, criando mais 3 Distritos Florestais com os respectivos Hortos Florestais que serão localizados nos Municípios de Avaré, Batatais e Casa Branca, diretamente subordinados ao Serviço Florestal do Estado.

### Associação dos Geógrafos Brasileiros

AGLOMERAÇÃO E DISPERSÃO DA POPULAÇÃO — Na reünião realizada no dia 29 de março, na Associação dos Geógrafos Brasileiros, o Prof. Eduardo Alcântara fêz uma palestra sôbre a aglomeração e a dispersão da população no Estado de São Paulo.

*Geologia do Brasil* — Em sessão levada a efeito no dia 5 de abril, a A.G.B. realizou a primeira reünião dedicada exclusivamente a assunto de geologia do Brasil. Falou inicialmente o prof. Fernando Marques, que discorreu sôbre "As séries Ordovicianas no Brasil", seguindo-se o prof. Otavio Barbosa, catedrático da Escola Politécnica, fazendo "Considerações sôbre o triássico no sul do Brasil".

*"Aspectos ecológicos da colonização alemã no sul do Brasil"* — Na sessão efetuada no dia 3 de maio, o prof. Emílio Willems realizou uma palestra sôbre o tema: "Aspectos ecológicos da colonização alemã no sul do Brasil".

### Instituto Genealógico Brasileiro

CENTENÁRIO DO DR. PEDRO VICENTE DE AZEVEDO — Comemorando o centenário do nascimento do Dr. Pedro Vicente de Azevedo, que ocupou importantes cargos na administração do país, tendo sido presidente das Províncias de Pernambuco, Pará e Minas Gerais, o Sr. Viraldi de Magalhães Castro pronunciou uma conferência, no dia 26 de junho, no Instituto Genealógico Brasileiro.

**Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**

6.ª SESSÃO ORDINÁRIA — No dia 5 de junho, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou em sua sede, à rua Benjamin Constant, n.º 152, a sexta sessão ordinária do ano, tendo comparecido os sócios srs. Artur Pequerobí de Aguiar Whitaker, Tito Lívio Ferreira, Marcelo Piza, Afonso de E. Taunay, Dácio Pires Correia, João Batista de Campos Aguirra, Enzo Silveira, Plínio de Barros Monteiro, Carlos da Silveira, Igor Dolgorukij, Roberto C. Pompílio, Fausto de Almeida Prado Penteado, Amador Bueno Machado Florence, Ernesto de Sousa Campos e Geraldo Rúfolo.

Assumiu a presidência o Dr. Aguiar Whitaker, que justificou a ausência do presidente perpétuo Sr. José Tôrres de Oliveira, bem como a do primeiro vice-presidente, sr. Nicolau Duarte Silva, e a do segundo secretário, sr. Carlos Alberto Nunes, tendo sido convidado para substituir a êste o Sr. Marcelo Piza.

Declarada aberta a sessão foi feito a leitura da ata da última sessão, tendo pedido a palavra o Sr. Carlos da Silveira, para observar que não constava da mesma, na parte referente à eleição dos novos sócios, o número de votos relativos a cada eleição. O sr. Presidente, em resposta a essa observação, determina que seja feito um adendo à ata, antes de ser assinada, no qual constem os números cuja omissão fôra notada.

A seguir, observa o sr. presidente que se achava na ante-sala, para ser recebido, o novo sócio do Instituto, sr. Ernesto de Sousa Campos, motivo por que propunha, preliminarmente, a inversão dos trabalhos do dia, afim de que fôsse êle logo recebido e pudessem os presentes ouvir a conferência que o referido sócio iria pronunciar. Aceita a proposta, foi nomeada uma comissão de três membros, a saber, os srs. Carlos da Silveira, Amador Florence e Plínio de Barros Monteiro, para introduzirem no recinto o sr. Sousa Campos, o que foi feito, mantendo-se todos os presentes de pé, até que o novo sócio houvesse assinado no livro de presença. O sr. presidente cumprimenta o Sr. Sousa Campos, tecendo considerações a respeito de sua personalidade e de sua atuação fecunda como médico e engenheiro, professor e historiador, a quem a ciência e a instrução superior tanto devem. Falando, em seguida, o Sr. Sousa Campos agradece os conceitos altamente elogiosos do sr. presidente, aproveitando a oportunidade para fazer algumas considerações sôbre a prioridade que cabe a São Paulo na instituïção do ensino médico no Brasil e sôbre a personalidade do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, falecido precisamente há vinte anos, nesta cidade. Transcrevemos as suas palavras:

> "São Paulo mereceu contar, entre seus filhos, um homem da envergadura de Arnaldo Vieira de Carvalho. Impondo-se pela magnitude de suas qualidades morais, técnicas e científicas, o fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo foi essencialmente *educador*.

"Êste seu feitio, produto de acentuada vocação natural e de cuidadosa cultura geral, evidenciou-se em tôdas suas atitudes, mesmo em atuação anterior à fundação da escola médica de São Paulo. Por êste motivo, a Santa Casa de Misericórdia, sob sua sábia orientação, foi, como é até hoje, um grande centro de educação e instrução médica.

"Na educação superior, Arnaldo plasmou novas formas que se vêm refletindo, em outras escolas do Brasil e que deram, à nossa "alma mater", posição de grande destaque de que muito justamente nos vangloriamos, nós, os antigos alunos dessa casa de ensino.

"São Paulo mereceu êste privilégio, porque São Paulo sempre deu à educação o primado entre as múltiplas e vigorosas atividades que o assinalam, de modo marcante, no cenário da nação brasileira.

"Neste aprticular, há uma zona de interferência nas diretivas que têm traçado os governantes da nossa terra, desde os tempos coloniais até à hora atual. Divergindo em outros problemas da nossa vida social e política, todos, com maior ou menor intensidade têm cooperado para manter, melhorar ou ampliar o nosso sistema educativo, que, si não é perfeito, tem, pelo menos contribuído para o renome do Estado, dentro e fora do país.

"São Paulo nasceu em tôrno de um colégio. Foi o problema da educação que atraiu Nóbrega do litoral para o planalto. Os índios do campo dificilmente podiam mandar os filhos para o Colégio vicentino. Não havia outro meio sinão atravessar a serra para formar um novo núcleo junto aos aldeamentos. Nóbrega, ao terminar a jornada, extasiou-se ante o espetáculo que se descortinou a seus olhos surpresos e curiosos. E, aquí, junto ao Tietê, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, com a ajuda de Tibiriçá e Caiubí, lançou a primeira semente, no dia da Degolação de São João Batista, a 29 de agôsto de 1553, fazendo os primeiros cinquenta catecúmenos e deixando dois irmãos para os doutrinar.

"Assim nasceu Piratininga, para onde Nóbrega mais tarde conduziu alguns irmãos, entre os quais Anchieta, grande humanista, dizendo-se a primeira missa a 25 de janeiro, dia da conversão de São Paulo.

"Mais uma vez afirmava-se a mística educativa, ficando a Igreja do Colégio sob a invocação do "Doutor das Gentes".

"Não é, pois, de admirar que a São Paulo coubessem as primícias na organização do ensino médio oficial do Brasil.

"E' uma revelação (não sei si alguém já a fêz anteriormente) fruto de pesquisas que empreendí sôbre a educação em nosso país e reservada para a data em que se prestam, anualmente, homenagens ao homem que, em todos os tempos, será o guia sob cuja égide viverá a Faculdade de Medicina de São Paulo.

"Idéia assente é que o ensino médico brotou no páteo de Jesús imediatamente à chegada de D. João VI, na cidade do Salvador.

"Hoje podemos dizer que no páteo do Colégio de São Paulo a instituïção já se organizara pelas mãos de um capitão-general. Não foi duradoura mas deu os primeiros frutos.

"Algumas tentativas precederam a estas iniciativas oficiais. Fôram, porém de ordem privada, tais como a de Antônio Mendes, em 1790, e a de Antônio José Pinto, na Santa Casa do Rio de Janeiro. Não passaram de boas intenções abortadas, no dizer de Oscar Freire.

"O empreendimento de São Paulo teve, porém, cunho oficial. Levou-a a cabo o governador da Capitania Antônio José de Franca e Horta.

"A cerimônia de terminação do curso processou-se, com todo o aparato, no próprio palácio do Govêrno, na presença das autoridades e do Governador. Estimulado pelo sucesso da emprêsa, o Governador enviou a notícia ao Visconde de Anadia, seu superior hierárquico, no Govêrno da Metrópole. O ofício faz parte dos documentos contidos no volume 32 dos Arquivos do Conselho Ultramarino, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde os compulsei. Eis um trecho desta epístola:

"Com a maior satisfação ponho na presença de V. Excia. o resultado das minhas deligências em promover conhecimentos úteis nesta capitania. Pelo documento N.º 1 verá V. Excia. que a *Aula de Cirurgia* instituída por mim no Hospital Militar desta cidade e de que foi e continua a ser Lente o físico-mor, Mariano José do Amaral, todos êles sairam aprovados

pelos examinadores com gôsto geral dos que assistiram a êste ato, celebrado, como todos os mais, em uma das salas dêste *Palácio*, o que muito me lisonjeou, porque não existindo nesta Capitania mais do que um só Cirurgião aprovado, havendo duas aulas, como pretendo, conseguirei deixar na Capitania pessoas com todo conhecimento da arte que possam socorrer as moléstias da humanidade destituída até aquí de uma tal providência".

"Note-se que no curso havia só um *Lente*. Não era muito mais numeroso o corpo docente da Academia Médico Cirurgica da Baía, instituído por D. João VI, pois esta escola possuia apenas dois professores: o Dr. José Manuel Estrêla e o Dr. José Soares de Castro, o primeiro nascido no Brasil e o segundo em Portugal.

"Até que apareçam notícias bem documentadas de acontecimentos semelhantes ocorridos em data anterior a 1803, o tenente-general Antônio José de Franca e Horta foi o instituidor do primeiro ensino medico oficial no Brasil e isto em São Paulo, no próprio Palácio do Govêrno .

"Eis o contigente que conseguí trazer à história do ensino médico na data em que se prestam as devidas homenagens à memoria de Arnaldo Vieira de Carvalho".

O orador foi muito aplaudido, depois do que passou a resumir a sua conferência a respeito do Capitão-General Antônio José da Franca e Horta, que foi governador de São Paulo e que fêz o primeiro ensaio do ensino médico do Brasil. São essas as suas conclusões:

"Em conclusão, temos o caso de um governador de São Paulo que travou porfiada luta com os Andradas, por questões inicialmente sem importância, mas que atingiram incrível *climax* pela tenacidade, obstinação orgulho e mal compreendido amor próprio de todos os contendores mas um governador que defendeu e libertou os índios, impediu o avanço sôbre as fronteiras de São Paulo, que promoveu a intensificação do comércio, da agricultura, que fêz o primeiro ensaio de ensino médico oficial no Brasil, que se preocupou com os problemas educativos, com o problema rodoviário, que restaurou a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que reviveu o mais antigo hospital da América do Sul — a Santa Casa de Misericórdia de Santos, que fundou a de Sorocaba, que construiu o primeiro leprosário, em São Paulo; que edificou o primeiro hospital militar; que instalou condignamente a Alfândega de Santos e que deixou os seus atos e seus relatórios escritos, o que não fizeram muitos dos seus colegas governadores gerais.

"Depois de tôda esta minha exposição, eu não sei si merece o vosso aplauso êsse Governador de São Paulo — Capitão-General Antônio José da França e Horta, feito Marechal, por D. João VI, ao terminar os seus serviços no Brasil — por D. João VI que estava habituado a tratar com homens de envergadura de um conde de Linhares e de um Conde da Barca.

"Posso assegurar que êste aplauso eu não regateio a quem, a meu ver, tantos benefícios prestou à nossa terra e à nossa gente".

Reatando os trabalhos do dia, foi lida pelo primeiro secretário uma carta em que a Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia pede a adesão do Instituto.

A seguir, são lidos os pareceres dos membros da Comissão de Etnologia a respeito da idéia da criação da Casa do índio. O sr. presidente propõe que, de acôrdo com um dêsses pareceres, seja o assunto submetido à apreciação do General Rondon, tendo os sócios presentes se manifestado de acôrdo. A seguir, foi posta em votação a proposta relativa ao Dr. Florêncio de Abreu, para sócio corespondente do Instituto, a qual foi aprovada.

A seguir, pede a palavra o sr. Geraldo Rúffolo, para tecer comentários a respeito da personalidade do dr. Arnaldo Vieira de Carvalho e do dr. Miguel Couto, lembrando a atuação deste tanto no ensino superior do país como na Câmara dos Deputados. A seguir, fala com mais pormenores a respeito da figura de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, vulto republicano de notável envergadura cívica e moral, cujo centenário de nascimento se comemora em 12 de agôsto dêste ano. Natural da cidade de Itú, filho do eminente varão Francisco de Almeida Prado, cognominado "o coluna de Itú", aos 21 anos partiu em viagem para a Europa, onde se abeberou dos ideais republicanos. De volta para o Brasil, fêz-se paladino dos ideais democráticos. Foi em sua residência que, em 1873, os republicanos realizaram a reünião que ficou célebre e conhecida pela denominação histórica de "Convenção de Itú". Concluindo a sua exposição, o sr. Geraldo Rúffolo diz que o Instituto não poderá ficar indiferente às solenidades que vão ser prestadas a êsse varão insigne na cidade de seu nascimento, propondo, então, que seja inaugurada uma placa de bronze, comemorativa do centenário. O sr. presidente teceu comentários a respeito da proposta do ilustre consócio, comunicando que seriam tomadas as providências necessárias para a realização de suas sugestões.

Nada mais havenda a ser tratado, foi encerrada a sessão.

PARECER DO GEN. CÂNDIDO RONDON SÔBRE A CRIAÇÃO DA "CASA DO ÍNDIO" — A propósito da criação da "Casa do índio", sugerida pelo Sr. Ciro Tassara de Padua, em sessão do Instituto, deu o general Candido Rondon o seguinte parecer sôbre a consulta que lhe foi feita:

"Ao exmo. sr. José Torres de Oliveira — M. D. presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

I — Agradecendo-vos a extrema deferência de vossa consulta e da decisão que a ditou, venho desincumbir-me da missão que me foi atribuída, embora sinta claramente que me falta autoridade para emitir parecer sôbre matéria de tão grande responsabilidade, qual a que se relaciona com a viabilidade de tomar êsse Instituto a iniciativa de promover a ereção da "Casa do índio", em São Paulo.

II — Inicialmente, cumpre esclarecer-vos de que, embora tal idéia mereça de nossa parte, dêste Conselho e do Serviço de Proteção aos índios, tôda a nossa simpatia e aprêço, colide ela com a projetada construção, nesta Capital, de outra "Casa do índio", para cuja ereção contam aquelas duas instituïções — C.N.P.I. e S. P.I. — com o apôio dos exmos, srs. presidente da República e ministro da Agricultura.

III — Mesmo já foi escolhido o local em que deva ser construída a "Casa do índio", em terreno contíguo ao do Jardim Botânico desta Capital.

IV — Apenas a situação mundial que presenciamos impede de meter mãos à obra e dar início a tão simpático projeto, em virtude de nossa participação no conflito a que foram arrastadas quase tôdas as nações do globo e das dificuldades conseqüentes para despesas desta natureza, quando outras de caráter mais urgente impõem sua primasia.

V — Quer-nos parecer que se deva deixar ao govêrno Central a organização da "Casa do índio" pròpriamente, reservando-se a instituïções como essa a ereção de secções de museu e outras, para reunir materiais de estudo e documentação.

VI — Sempre ao vosso dispôr para quaisquer outros esclarecimentos, aproveito o ensêjo para vos apresentar minhas cordiais saüdações.

Cândido Mariano da Silva Rondon, general-presidente do Conselho Nacional de Proteção aos índios".

### Rotary Clube

UNIDADE ECONÔMICA E GEOGRÁFICA ENTRE O BRASIL E PORTUGAL — Na última reunião do Rotary Clube de São Paulo, o sr. José Augusto de Magalhães proferiu interessante palestra subordinada ao tema "Por uma unidade econômica e geográfica em duas nações distintas". Iniciando sua conferência, referiu-se a um artigo do jornalista Cristóvão Dantas sôbre a política de entendimento entre o Brasil e Portugal. Em tôrno da organização do mundo de após guerra, o conferencista frisou:

"A Confederação dos povos anglo-saxonios, tendo, possìvelmente os Estados Unidos como o centro de gravidade dessa espécie de Leviatã político, de amplitude universal, é uma idéia em marcha. Também o é a de tôdos os povos de origem eslava. A França continua a lutar e, no instante adequado, pelejará com tôdas as forças ao seu dispôr afim de manter inteiriça a estrutura de seu antigo império colonial, aspirando conferir-lhe maior unidade e consistência. A China caminha igualmente para a sua unidade. Bem como a Índia. Essas constelações fundamentadas, quer em razões econômicas, políticas, lingüísticas ou culturais, serão um imperativo à estabilidade do mundo de amanhã. Até mesmo em nosso hemisfério, correntes profundas de atração e de centripetismo estão induzindo as nações americanas ao exercício e à prática de uma política de congraçamento e de boa vizinhança. Tudo parece indicar que o futuro equilíbrio de poderes no mundo revolvido pela chacina presente, basear-se-á sôbre agrupamentos regionais e não mais sôbre Estados individuais, seja qual for o seu grau de prestígio internacional".

Continuou sua palestra afirmando que se há dois povos que foram feitos para a cooperação e o perfeito entendimento, — portugueses e brasileiros, — porque "a geografia e a história se combinaram para que um fitasse eternamente o outro". Aliás, frisou o sr. Augusto de Magalhães que o Brasil já se capacitou de que o seu dever não é o de libertar-se e o de subtrair-se a essa ligação, a essa política de entendimento, mas sim o de aproximar-se dela conduzido, desta vez, por impulsos profundos e duradouros. Referiu-se depois, à época que atravessamos, demonstrando que Portugal pode oferecer ao Brasil uma base de primeira ordem em determinadas esferas de realizações. As suas colonias — declarou o conferencista — na orla atlântica constituem fundamentos valiosos para a política de transbordamento extra-americano, que teremos de levar a efeito. Por isso ,concluiu o conferencista, urge que o Brasil tome a iniciativa de um tratado de comércio e a criação de um pôrto franco em Lisboa segundo as necessidades dos dois povos irmãos.

## SERGIPE

### Diretório Regional de Geografia

*Adesão ao X Congresso de Geografia* — No dia 26 de janeiro, no salão de despachos da Secretaria Geral do Estado, realizou-se mais uma sessão ordinária do Diretório Regional de Geografia, presentes os Srs. Francisco Leite Neto, Secretário Geral do Estado e Presidente do D. R.G., João Carlos de Almeida, diretor do D.E.E. e secretário do D.R.G., Fernando Pôrto e Francisco Moreira de Sousa, diretor do Departamento das Municipalidades. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou o secretário a ler o expediente que constou do seguinte: ofício do engenheiro Cristóvão Leite de Castro ao secretário, comunicando sua eleição para delegado, em Sergipe, do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia; telegrama do Presidente do Congresso comunicando haver transmitido ao Sr. Interventor a notícia da escolha do secretário do D.R.G. para seu delegado em Sergipe; vários telegramas do engenheiro Cristóvão Leite de Castro informando que as 145 monografias apresentadas para o concurso, em 1942, do CNG, foram premiadas, comunicando a prorrogação até 30 de abril para o recebimento de teses destinadas ao Décimo Congresso de Geografia; informando sôbre a próxima remessa do segundo volume dos anais do Nono Congresso Brasileiro de Geografia; participando que o Ministro da Justiça comunicou-se com os Srs. Interventores pedindo-lhes todo o apôio para os trabalhos preliminares do Décimo Congresso de Geografia e ofício encaminhando instruções para os trabalhos do Delegado Regional. Passando-se à ordem do dia, declarou o Sr. Presidente que a sessão havia sido marcada com o objetivo principal de resolver-se sôbre a adesão do Diretório ao Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, o que submetido à consideração dos membros, foi unânimemente aprovado, ficando o Secretário incumbido de preencher o boletim de adesão. Disse o Sr. Francisco Leite Neto que estava autorizado pelo Sr. Interventor a declarar que o Estado também apresentava sua adesão. Ficou ainda deliberado que o Sr. Presidente dirigiria, por ofício, um apelo a diversos órgãos da administração e a tôdas as instituïções culturais para que se apressassem em apresentar suas adesões ao congresso, de vez que Sergipe não poderia deixar de representar-se condignamente naquele certame que marcará mais uma etapa para o aperfeiçoamento dos estudos geográficos de nosso território tão vasto e tão mal conhecido. Prosseguindo nestas considerações, o Sr. Presidente dirigiu um apêlo aos Srs. Fernando Pôrto, Jorge de Oliveira Neto e Felte Bezerra, no sentido de que preparem antes do prazo determinado — 30 de abril do ano corrente — teses sôbre um ou mais dos temas previstos nas instruções já distribuídas pelo Delegado do Congresso neste Estado.

*

# Dos municípios

### Alfredo Chaves — (Rio Grande do Sul)

CAPTAÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO DA PRATA PARA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA — O Sr. Prefeito do Município de Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul, esteve em junho último, em Pôrto Alegre, onde foi tratar de vários assuntos, entre os quais figurou o projeto de ampliação dos serviços de fôrça e energia elétrica.

Há anos, a usina local não atende às necessidades da indústria de Alfredo Chaves, motivo por que estão sendo incentivados os estudos a respeito. O projeto prevê a captação das águas do rio da Prata, no município do mesmo nome. O pontencial hidráulico dêsse rio é suficiente para atender às exigências dos municípios do Prata e Alfredo Chaves. Pretendendo alguns industriais desta última comuna instalar, por iniciativa própria, uma usina de fôrça elétrica, já

foram realizadas demarches com a Prefeitura, para que o excedente de fôrça seja fornecido ao município.

A União dos Varejistas de Bagé telegrafou ao interventor federal, bem como aos secretários das Obras Públicas da Fazenda, aos diretores dos Portos em Rio Grande, e ao diretor gerente da Companhia Sul Americana de Serviços Públicos, pedindo providências para o transporte da maquinaria existente em Rio Grande e que pertenceu à usina elétrica dali, afim de serem instaladas naquela cidade.

★

**Alto Rio Doce — (Minas Gerais)**

INSTALADA UMA AGÊNCIA POSTAL NA LOCALIDADE DE ABREUS — No dia 23 de junho, foi instalada a agência postal de Abreus, com a presença de funcionário da Diretória Regional dos Correios e Telégrafos e outras autoridades, além de elevado número de pessoas gradas da vila.

★

**Anápolis — (Goiaz)**

INAUGURADA A LINHA AÉREA PARA O RIO E ESTADOS UNIDOS — No dia 8 de junho, foi inaugurada a linha aérea entre Anápolis, o Rio e os Estados Unidos, da Emprêsa Nacional Aerovias Brasil. O ato foi festivo tendo sido a partida do primeiro avião do Rio a Miami, via Anápolis, assistida por grande número de pessoas.

*Construção de uma estrada de rodagem a São José do Tocantins* — Pelo Decreto-lei n.º 5 557, de 8 de junho de 1943, nas pastas da Viação e da Fazenda ficou autorizado o primeiro Ministério a promover, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a construção de uma rodovia no trecho de Anápolis a São José do Tocantins, no Estado de Goiaz.

★

**Aracajú — (Sergipe)**

ROTARY CLUBE — *Concurso de História do Brasil* — Conforme vem acontecendo há vários anos, o Rotary Clube de Aracajú promoveu mais um concurso de História Pátria, entre a mocidade estudiosa de Sergipe.

O Concurso realizou-se às 10 horas do dia 16 de maio, no Hotel Marozzi, sede do Clube, versando sôbre o seguinte tema: a *Bandeira Nacional*, dividido em três partes: 1. desenho da bandeira; 2. dissertação sôbre a bandeira; 3. quesitos formulados pela banca examinadora sôbre a bandeira.

Observou-se na realização e julgamento das provas o estabelecido para as provas dos cursos secundários. A organização do concurso esteve a cargo de uma comissão composta dos rotarianos srs. José Rolemberg Leite, Gentil Tavares e Tavares de Bragança, sendo o julgamento efetuado por uma comissão constituída pelos srs. Conçalo Rolemberg Leite, rotariano e professor catedrático de História da Civilização e do Brasil do Colégio de Sergipe; professor Artur Fortes, catedrático de História da Civilização e do Brasil do Ginásio Tobias Barreto e professor Napoleão Dória, catedrático de desenho do Colégio de Sergipe.

★

**Araras — (São Paulo)**

FINANCIAMENTO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTOS — No dia 9 de junho, teve lugar, no Departamento das Municipalidades, na capital do Estado, a cerimônia da assinatura de financiamento que vem de ser concedido à Prefeitura de Araras para a execução do serviço de esgotos. Falaram os srs. Gabriel Monteiro da Silva, Diretor do Departamento, Inácio Zurita Júnior, Prefeito de Araras, e o Sr. Godofredo da Silva Teles, presidente do Departamento Administrativo do Estado.

★

**Araxá — (Minas Gerais)**

VISITA ÀS OBRAS DE URBANIZAÇÃO — O Governador Benedito Valadares, acompanhado dos Secretários do Interior, Viação e Agricultura, do prefeito local, Sr. Álvaro Cardoso, esteve no dia 8 de junho em visita às obras de urbanização de Araxá, inclusive os serviços de drenagem, lagos, ajardinamentos, terraplanagem, avenidas, bosques, parques e campo de floricultura, campo de pouso, o Grande Hotel Cassino e do Balneário.

★

**Bandeirantes — (Paraná)**

MUDADO O NOME DE UM POVOADO — O Prefeito Municipal de Bandeirantes, no Paraná, assinou, no dia 31 de dezembro do ano passado, o Decreto-lei n.º 118, publicado no *Diário Oficial* do Estado, de 19 de junho dêste ano, mudando a denominação do povoado conhecido por "Galdinópolis" para "Duque de Caxias".

★

**Belo Horizonte — (Minas Gerais)**

INICIADA A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL — Iniciaram-se em junho último, os trabalhos de construção da futura Catedral de Belo Horizonte. O templo monumental será levantado na praça Cruzeiro, um dos pontos mais altos da cidade. O prefeito da capital já assinou decreto desapropriando terrenos no local em que se erguerá a igreja. O projeto é uma concepção cristocêntrica de autoria do arquiteto Clemens Holmeister, ora na Turquia.

★

**Bom Jesús do Itabapoana — (Rio de Janeiro)**

ESTUDOS DA CAPACIDADE HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA — Em Rosal, município de Bom Jesús do Itabapoana, no Estado do Rio, realizou-se em junho a inauguração do edifício construído na fazenda do Sr. José Nunes de onde serão feitos os estudos da capacidade hidrográfica do rio Itabapoana, para a montagem de uma grande usina elétrica. Foi oferecido um banquete aos inúmeros convidados, representantes das cidades circunvizinhas.

★

**Campinas — (São Paulo)**

DIRETÓRIO MUNICIPAL —*Desmembramento do Distrito de Cosmópolis* — Sob a presidência do prefeito Lafalete Álvaro de Sousa Camargo, reüniu-se no dia 11 de junho, na Prefeitura, o Diretório Municipal de Geografia de Campinas.

Foram discutidos vários assuntos, sendo dadas a conhecer ao Diretório as diretrizes ditadas pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1943.

O Diretório Municipal a seguir tomou conhecimento do memorial apresentado ao Sr. Interventor federal no Estado pelos moradores de Cosmópolis, que estão pleiteando o desmembramento dêsse distrito do Município de Campinas. A questão foi amplamente discutida, sendo analizada nos seus mais variados aspectos, ficando deliberado, que se constituïsse uma comissão para estudá-la, a qual ficou composta pelos srs.: Alberto Jordano Ribeiro, prof. Nélson Omegna e dr. Rui Barbosa de Almeida, procurador Judicial da Prefeitura.

*Contrário ao desmembramento* — No dia 18 de junho, voltou a reünir-se o Diretório para tomar conhecimento das conclusões a que chegou a comissão de membros do Diretório, que na reünião realizada no dia 11, fôra encarregada de estudar a questão levantada com o pedido de criação do Município de Cosmópolis. A comissão apresentou ao Diretório Municipal as suas conclusões, que foram discutidas e unânimemente aprovadas na reünião e foram encaminhadas ao Sr. Prefeito Municipal, para os fins de direito.

O parecer concluindo pela inoportunidade da medida pleiteada em nome da população de Cosmópolis, está assim redigido:

"Exmo. Sr. Presidente do Diretório Municipal de Geografia de Campinas.

A Comissão encarregada de estudar a conveniência do projeto suscitado entre alguns habitantes do distrito de Cosmópolis, pleiteando a emancipação daquela parte do Município de Campinas, para constituïção de um município novo, estudou detidamente a matéria e pede vênia para relatar as suas conclusões.

De saída, a Comissão confessa que não há, em princípio, o que contestar à pretensão de uma parte da população de Cosmópolis.

Na seqüência natural da evolução dos arraias, das vilas, dos povoados, dos distritos há sempre que esperar uma hora de secessão.

Tôda a nossa formação histórica está cheia dêsses movimentos naturais de cissiparidades, nos quais, de um grande município, saem com o tempo, dois, três e às vêzes mais municípios menores. O País tem lucrado com êsse regime: distribuindo órgãos de administração pela terra imensa, avizinhando êsses órgãos das necessidades do povo, mantendo o govêrno em permanente ligação vizinhal com as gentes, conseguiu-se dar à nossa política e à nossa administração feitio mais humano, programas mais completos, estruturas mais sólidas, trâmites mais rápidos.

O interêsse material de Campinas, não seria, pròpriamente, sacrificado com a separação de Cosmópolis, uma vez que o projetado município viesse a tirar apenas aquela parte territorial que o distrito compreende.

Do ponto de vista fiscal, arrecadando no distrito de Cosmópolis, em média Cr$ 90 000,00 por exercício, Campinas perderia, vigorasse o plano em questão, menos de 1% do total das suas receitas orçamentárias.

Do ponto de vista comercial, social e econômico, a emancipação de Cosmópolis não privaria Campinas da continuïdade das relações que aquela vila mantém com a nossa cidade, que são conseqüência de sua posição geográfica, e do feitio vicinário de seus meios de comunicação.

Si Campinas, pròpriamente, não tem o que perder do ponto de vista material, com a vitória daquele movimento, sentimentos que é o próprio distrito de Cosmópolis o único interessado nas decisões da causa.

Continuando como distrito de Campinas, Cosmópolis frue os benefícios da organização, e do aparelhamento, com os departamentos técnicos especializados, que só um município grande pode manter.

Continuando como distrito de Campinas, Cosmópolis poderá contar para solução dos seus problemas não apenas com a limitada arrecadação feita nas lindes distritais mas também com os recursos do erário municipal campineiro. Mais dia menos dia, como distrito ou como município, Cosmópolis terá que resolver o seu problema de água e esgôto, obras orçadas já pela D.A.E. da prefeitura de Campinas, em Cr$.... 800 000,00.

Mais dia menos dia, Cosmópolis como distrito ou como município terá que resolver o seu problema de pavimentação, já estimado pelo engenheiro diretor da D.O.V. da Prefeitura, em Cr$ 400 000,00.

Ora, si Cosmópolis para enfrentar essas obras contar apenas com o que se está modestamente arrecadando dentro do atual distrito, (média de Cr$ 90 000,00) certamente serão enormes as suas dificuldades de crédito e de amortização de compromisso. Ao passo que, continuando como distrito de Campinas, a realização daquelas obras e a liquidação daqueles futuros compromissos serão empreendimentos fáceis, possíveis (que já estão mesmo na cogitação dos departamentos técnicos da Prefeitura) uma vez que por eles responderá todo o erário municipal de Campinas.

Há uma vantagem ainda de ser o cosmopolense munícipe em Campinas; é a que deriva dos usofrutos das inúmeras organizações de assistência social, como creches, hospitais, asilos da velhice, sanatórios de dementes, que os munícipes de Campinas mantém e franqueiam sem embaraço algum aos moradores do Município, ao passo que aos habitantes dos municípios vizinhos já não se concedem tais assistências por motivo de natureza e capacidade dessas organizações.

Deixando de lado a vantagem ou desvantagem da questão, pesemos antes as possibilidades fiscais e administrativas atuais do distrito.

Dos informes colhidos na Diretoria do Tesouro de Campinas, verificam-se as seguintes arrecadações e despesas anuais.

| | Arrecadação Cr$ | Despesa Cr$ |
|---|---|---|
| 1938 ..... | 76 972,80 | 53 625,40 |
| 1939 ..... | 98 644,40 | 52 769,20 |
| 1940 ..... | 97 832,80 | 50 264,60 |
| 1941 ..... | 102 923,40 | 66 536,20 |
| 1942 ..... | 80 489,40 | 73 881,70 |

Dêsses dados, teem-se as seguintes médias:

| | |
|---|---|
| Receita ..... | Cr$ 91 372,60 |
| Despesa ..... | Cr$ 59 415,40 |
| Saldo ..... | Cr$ 31 957,20 |

Transformando o distrito em município, Cosmópolis iria ter mais as seguintes despesas anuais com a administração:

| | |
|---|---|
| Vencimento do prefeito ..... | 9 000,00 |
| Secretário e contador ..... | 4 800,00 |
| Tesoureiro ..... | 4 800,00 |
| Contribuïção para o Departamento.. | 4 000,00 |
| Contínuo ..... | 1 800,00 |
| Agente de estatística ..... | 3 000,00 |
| Papéis para expediente.. ..... | 4 000,00 |
| Eventuais ..... | 2 000,00 |

Com as despesas de administração, estaria eliminado o saldo que se denuncia nos dados acima e o município incapacitado por falta de recursos para quaisquer iniciativas, como sejam, zelar pelos 50 km de estradas de rodagem municipais estendidos em sua área, conservação e substituição de pontes, manutenção de escolas, etc.

Por tudo isso, os membros desta comissão, achando normal e natural o fenômeno da separação e divisão do município, não acreditam todavia na oportunidade, para Cosmópolis, de promover a sua emancipação transformando-se em município autônomo. (aa) *Nélson Omegna, Rui de Almeida Barbosa, Alberto Jordano Ribeiro*".

★

**Campo Largo — (Paraná)**

DOAÇÃO DE TERRAS AO INSTITUTO NACIONAL DO PINHO PARA INSTALAÇÃO DE UM PARQUE FLORESTAL — Na edição de 16 de junho, do *Diário Oficial* do Estado do Paraná, está publicado o parecer do Sr. Carvalho Chaves apresentado ao Conselho Administrativo do Estado, sôbre o projeto de Decreto-lei da interventoria federal, fazendo doação condicionalmente, de 490 hectares de terras situadas no distrito de Três Córregos, do Município de Campo Largo, para aí ser instalado um parque florestal com a obrigação por parte do Instituto, do plantio de tôdas as essencias florestais da região, nòtadamente do pinho, imbúia e cedro.

O relator nada opõe, porém ressalta que o projeto fica condicionado à aprovação do Sr. Presidente da República.

★

**Conquista — (Baía)**

REUNIÃO DOS PREFEITOS DO SUDOESTE — Em missão especial estiveram em junho último, na cidade de Conquista, os secretários da Segurança Pública e da Fazenda que promoveram uma reünião dos Prefeitos vizinhos, tomando também parte os coletores estaduais da região fronteira, delegado especial, delegado regional e municipal.

★

**Garça — (São Paulo)**

LOCALIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL — O Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, pela Resolução n.º 289, de 3 de março, aprovou, com outra redação, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Graça, que dispõe sôbre a localização da zona industrial, na qual serão permitidas construções, instalações e funcionamento de máquinas de beneficiar, serrarias, fábricas ou qualquer estabelecimento industrial nocivo à saúde ou ao sossêgo públicos.

A zona industrial fica delimitada pela seguinte linha perimétrica:

"começa no entroncamento da avenida Faustina com a rua 7 de setembro; segue por esta até a rua da Estação; por ela até a rua Pará; por esta até atingir o ponto A da planta; daí, com a deflexão de 90º à esquerda, segue em linha reta até atingir o ponto B da planta, situado no prolongamento do eixo da rua D. Leonor Mendes de Barros; por esta até a rua 3; segue por esta até a rua Campinas; por esta até a rua 15 de Novembro; por esta até a rua 5 de Maio e por esta até a avenida Brasil; segue por esta até a rua da passagem de nível da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; segue por esta até atingir a avenida Circular; por esta até a rua Prefeito Andrade Nogueira; por esta até a avenida Faustina e, finalmente por esta até atingir o ponto de partida, de acôrdo com a planta junta ao Proc. 4 193/40".

★

**Ipameri — (Goiaz)**

EXPOSIÇÃO — FEIRA DE PECUÁRIA — Na sede do Município de Ipameri, ao sul de Goiaz, teve lugar, recentemente uma Exposição-feira de Pecuária e produtos derivados, levada a efeito sob os auspícios do Govêrno do Estado em colaboração com o Ministério da Agricultura. O certame obteve completo êxito, tendo comparecido o interventor Pedro Ludovico e outras autoridades.

★

**Iraí — (Rio Grande do Sul)**

AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO HIDRO-CLIMÁTICA — Em missão do govêrno do Rio Grande do Sul, o Sr. Bonifácio Paranhos da Costa, diretor geral do Departamento Estadual de Saúde, esteve recentemente em São Paulo e Minas, onde estudou as estações hidro-climáticas. De regresso a Pôrto Alegre, em maio próximo findo, apresentou o seguinte relatório sôbre o trabalho que deverá ser levado a efeito para remodelação da Estação Hidro-Climática de Iraí:

"Exmo. Sr. General Osvaldo Cordeiro de Farias.

Desincumbindo-me das determinações que V. Excia. me deu, no sentido de estudar a ampliação e orientação técnica da Estação Hidro-Climática de Iraí, depois de observar os recursos das suas congêneres, em São Paulo e Minas, venho submeter à sua apreciação o esquema que organizei, para melhor objetivar a sua idéia de se ter, no Rio Grande do Sul, uma Estância Hidro-Climática que, recomendada pelas suas virtudes terapêuticas, faculte o confôrto que a ciência deve fazer prevalecer em ambiente de equilíbrio e recuperação da saúde.

A Estância Hidro-Climática de Iraí, graças ao auxílio do Estado, já oferece condições capazes de garantir as vantagens das suas propriedades de tratamento, mas merecem ampliação os seus recursos quanto a hotéis, parque recreativo e desportivo, meios de aferir a sua constância climática, hidrológica e resultados das modalidades de aplicação hidroterápica.

Nas estações hidro-minerais a ação do médico ainda não é exercitada na plenitude da supervisão, estudo e direção dos elementos que devem estabelecer as vantagens encontradas nesses recantos de repouso.

Os hóteis, mesmo os que apresentam confortável conjunto de instalações, não se afastam, por vêzes, de regimes alimentares que aberram das exigências técnicas quanto ao clima, estação do ano e idade, sem entrar na apreciação de dietas decorentes das indicações e emprêgo da linfa mineral, na expressão feliz de um cientista francês reproduzida no trabalho do professor Aguiar Pupo, de São Paulo, sôbre: *Águas Minerais do Brasil*.

No particular, portanto, à Iraí, julgo necessário o concurso da Diretoria de Saneamento e Urbanismo, da Secretaria de Obras Públicas, para que seja projetado o pavilhão de serviços médicos, como complemento do Balneário Cen-

tral, e o parque recreativo e desportivo, que tornarão essa nossa Estação Hidro Climática um *modêlo de organização técnica*.

Os recursos médicos previstos no esquema junto são suficientes a meu ver, para a finalidade de uma estação hidroclimática.

A instalação de aparelhamento de mecanoterapia e reeducação funcional depende de técnica de especialização mais profunda e não faz parte obrigatória de tratamento hidro-climático.

O médico que fôr contratado para dirigir a Estação Hidro-Climática de Iraí poderá, caso V. Excia. concorde, fazer um estágio no curso de nutrologia e dietologia do Instituto de Higiene, da Universidade de São Paulo, e rever o que se pratica em São Pedro, no Estado de São Paulo, e Poços de Caldas, no Estado de Minas.

Eis o que submeto à deliberação de V. Excia. — (a.) *Bonifácio Costa,* Diretor Geral."

O esquema em questão é o seguinte: Direção Técnica: Secretaria e Arquivo. Da direção técnica partem as seguintes ramificações: Parque: recreativo e desportivo. Massoterapia: parcial e geral Eletroterapia: diatermia, néo-diatermia, aplicação de corrente galvânica ou farádica. Consultórios: feminino, masculino, cardiologia e metabologia. Hidroterapia: Balneoterapia carbo-gasosa, fontes de água potável, irrigação gota a gota, irrigação sub-ácqua, balneoterapia termal e duchas. Posto Meteorológico: termo-metria, barometria, pluviometria e hidrometria. Actinoterapia: aplicação de raios ultra-violetas, aplicação de raios infra-vermelhos, banhos de luz. Laboratórios: clínico e hidrológico. Hotéis: nutrologia e dietologia.

★

**Júlio de Castilhos — (Rio Grande do Sul)**

DOAÇÃO DE TERRAS AO MUNICÍPIO — Pelo Decreto-lei n.º 5 554, de 7 de junho, na pasta da Viação, o Sr. Presidente da República autorizou a Rêde de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul, a doar ao município de Júlio de Castilhos duas faixas de terra com a área total de 22 296 70 metros quadrados.

★

**Jundiaí — (São Paulo)**

REFORMA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DÁGUA — O Sr. Presidente da República concordou com o parecer do ministro da Justiça, favorável à aprovação do projeto de Decreto-lei que a Prefeitura de Jundiaí, pretende baixar, para a realização de um empréstimo de sete milhões de cruzeiros, destinado, uma parte à ampliação e reforma dos serviços de abastecimento dágua da cidade e outra de Cr$. ..... 1 109 000,00, penas, ao resgate de empréstimo anterior contraído em 1926.

★

**Leopoldina — (Minas Gerais)**

EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA — Com a presença do ministro Apolônio Sales e do sr. Lucas Lopes secretário da Agricultura de Minas Gerais, além de outras autoridades, foi inaugurada solenemente, no dia 12 de junho, a Exposição Regional Agro-Pecuária de Leopoldina. Falaram o titular da Agricultura e o Sr. Milton Monteiro de Moura, em nome da Associação Rural de Leopoldina.

★

**Lindóia — (São Paulo)**

PROÍBIDAS CONSTRUÇÕES SEM ALVARA' DA PREFEITURA HIDRO-MINERAL — O Sr. Presidente da República, conforme despacho publicado no *Diário Oficial* de 20 de maio, aprovou, nos têrmos da resolução do Departamento Administrativo de São Paulo, o projeto de decreto-lei da Interventoria federal no mesmo Estado, proïbindo a construção sem alvará da Prefeitura Hidro-Mineral de Lindóia, em terrenos da zona rural adjacente à urbana e dispondo sôbre o respectivo processo de informação.

★

**Livramento — (Rio Grande do Sul)**

INAUGURAÇÃO DO PARQUE INTERNACIONAL LIVRAMENTO — *Rivera — Histórico dos tratados de limites entre o Brasil e o Uruguai* — No dia 25 de fevereiro, presentes a Embaixada especial do Brasil, presidida pelo Sr. Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e outra do Uruguai, presidida pelo Sr. Hector Gerona, titular da pasta do Interior, Embaixadores Batista Luzardo e Gutierres, Interventor Cordeiro de Farias, membros das Comissões de Limites, realizou-se, com solenidade, a inauguração do Parque Internacional construido na divisa das cidades de Livramento (Brasil), e Rivera, (Uruguai). O ato foi precedido de várias cerimônias, inclusive um desfile de fôrças militares dos dois países. Após ser lavrada a ata da solenidade, falaram os presidentes das comissões de Limites uruguaia e brasileira, e os prefeitos das duas cidades. O prefeito de Livramento, Sr. Crisanto de Paula Dias, pronunciou o seguinte discurso em que fêz o histórico dos tratados de limites, entre o Brasil e o Uruguai:

"A inauguração festiva da Praça Internacional, que acaba de se realizar, é uma efeméride que Livramento conservará nos seus anais como um dos acontecimentos mais gratos da vida da cidade.

Livramento vê concretizar-se, enfim, por entre os aplausos cívicos de todos os seus habitantes, essa velha aspiração, resultante de antigos tratados internacionais, e que vem estabelecer mais um élo de aproximação com a sua irmã gêmea — a cidade de Rivera.

Os velhos tratados de limites entre o Brasil e o Uruguai, de outubro de 1851 e maio de 1852, de que resultou ,em 1853, sob as chefias do Barão de Caçapava e do general Reis os primeiros trabalhos de fixação da fronteira entre os dois países, assinalam o proposito invariável de se dirimir quaisquer dúvidas supervenientes, dentro do generoso critério do entendimento pacífico e respeito recíproco pelas duas soberanias contratantes.

Foram, assim, estabelecidos os primeiros marcos divisórios após a maioridade política do Uruguai e do Brasil desde o arroio Chuí até a foz do Quaraí.

O tratado de 1909, cognominado o tratado de Rio Branco, em homenagem à personalidade emérita do chanceler brasileiro que o firmou, reconhecendo o direito legítimo que cabia ao Uruguai de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, veio demonstrar, à saciedade, a orientação elevada da política internacional do Brasil e nimbou o Ministro brasileiro com a auréola refulgente de herói a Carlyle de duas Pátrias, que cultuam a sua memória com o mesmo carinho acendrado.

A Convenção de 1916, assinada pelo Ministro Lauro Müller, por parte do Brasil e pelo Ministro Baltazar Brum, por parte do Uruguai determinando a densificação dos marcos divisórios, na longa orla da nossa fronteira sêca, de modo que de cada marco se pudesse divisar o seguinte e o anterior para melhor caracterização da fronteira brasileira-uruguaia, manteve o critério de estabelecer que os limites fôssem fixados pelo divisor de águas.

A Comissão Mista de Limites, do Brasil e do Uruguai, ao atingir a sinalização da fronteira, em Livramento, deteve-se, porém, deante dum *statu quo* que não permitia a aplicação rígida do princípio adotado, de seguir sistemáticamente o divisor de águas como demarcador de limites, sob pena de se incorrer em graves injustiças.

Assim reconhecendo, ambos os países adotaram, então, um trecho de caracterização convencional de fronteira, entre o marco Sobradinho e o do antigo Fortin, como norma para solucionar o impasse que surgira.

Foi desta forma que a ata da 5.ª Conferência, assinada em janeiro de 1923 pelo marechal Gabriel Botafogo, como representante do Brasil e pelo Ministro Virgílio Sampognáro, como representante do Uruguai dirimiu a controvérsia quanto aos limites do largo existente entre Livramento e Rivera, alvitrando a construção dum Parque Internacional, sugestão que a 6.ª Conferência ratificou.

Após várias demarches e discussões, em setembro de 1938, em Montevidéu é definitivamente assentada a construção do Parque Internacional, pelos delegados chefes do Brasil e Uruguai, Tenente Coronel Nerí da Fonseca e Coronel Frederico Hugo de Aguiar e, em março de 1942, na ata da 30.ª Conferência é aprovada a construção da atual Praça Internacional, pelos delegados chefes Coronel Sebastião Claudino de Olivéira Cruz e Coronel Frederico Hugo de Aguiar, que têm agora a satisfação consoladora de verem ultimados os trabalhos a que tanto se dedicaram, com a colaboração eficiente do Major Jacinto Dulcardo Lobato e Major Horacio Vico, delegados substitutos da Comissão Mista de Limites.

Ao rememorar, como merecida homenagem, os nomes ilustres que porfiaram na construção da Praça Internacional, seria desprimoroso esquecer o do arquitéto Modesto Pais Serê, cuja morte prematura o privou de colaborar com o engenheiro Antenor Barbosa, ajudante-técnico da Comissão, na execução da planta que seu idealismo concebera.

Não se poderia, também nesta cerimônia augusta, deixar de se referir com imperecível gratidão, ao apôio entusiástico e incançável devotamento com que batalhou pela construção da Praça Internacional o insígne embaixador Batista Luzardo, que a clarividência do preclaro Presidente Getúlio Vargas destacou para chefiar a nossa representação diplomática no Uruguai a que tem emprestado o relêvo da sua forte personalidade de escól.

Egrégios representantes do Brasil e do Uruguai, excelentíssimos senhores Ministros Marcondes Filho e Hector Gerona, Livramento, ao receber e agradecer, por intermédio de seu Prefeito, a parte da Praça Internacional, óra inaugurada, bem sabe que esta solenidade não significa apenas a incorporação ao patrimônio urbanístico da cidade do jardim que surge, encantado, diante dos nossos olhos maravilhados.

Livramento bem compreende que êste imenso retângulo florido, que ao envés de separar duas cidades mais as aproxima, tem também uma inestimável significação simbólica.

Representa esta Praça um cimo de luz, a atestar as relações fraternas de dois povos, que legìtimamente podem se orgulhar de serem os precursores e paradigmas do direito de boa vizinhança internacional".

Durante o banquete com que a Municipalidade homenageou as altas autoridades presentes em Livramento, respondendo ao discurso do ministro Marcondes Filho, falou o titular do Interior do Uruguai, Hector Gerona,

Encerrando a sua oração, o ministra Gerona disse, referindo-se à inauguração do Parque Internacional:

— "Esta Praça, estes Marcos, tôda a retificação dos limites da nossa fronteira, refletem glória imorredoura para o Brasil, por sua devoção ao Direito e para a memória ilustre do Barão do Rio Branco.

"O Uruguai não poderá esquecer jamais que o ilustre Chanceler e sua Pátria, generosamente, lhe deram mais do que reclamou durante mais de século de conversações diplomáticas, para ratificar os tratados de 1852.

"O Brasil age, nesta oportunidade, expontâneamente, obedecendo aos princípios da justiça internacional e sem sombra de compensação alguma", dizia Rio Branco quando incorporava uma página política inolvidável à tradição juridica do continente.

"Srs, representantes das cidades de Livramento e Rivera: cuidai com zêlo vigilante êsse acervo de glória, êsse patrimônio jurídico que honra o Brasil e a América. Cerrai fileira, montai guarda para que nada empane a sua pureza imaculada, seu brilho inextinguível. Como na letra do Hino de minha Pátria: que ninguém insulte a imagem do Sol".

★

**Lorena — (São Paulo)**

CENTENÁRIO DO DR. PEDRO VICENTE DE AZEVEDO — No dia 29 de junho, na cidade de Lorena, de onde era natural, foi comemorado o centenário do nascimento do Dr. Pedro Vicente de Azevedo . Na Catedral local, D. Francisco Borja do Amaral, bispo diocesano celebrou missa, seguindo-se a inauguração de uma placa de bronze, na avenida Dr. Pedro Vicente de Azevedo mandada colocar pela Prefeitura de Bananal, tendo discursado o prof. Luiz de Castro Pinto, prefeito municipal. Em seguida, no "Instituto Santa Carlota", o dr. Antônio da Gama Rodrigues ofereceu um almôço aos descendentes do dr. Pedro Vicente de Azevedo.

★

**Macaé — (Rio de Janeiro)**

A USINA HIDRO-ELÉTRICA DE MACABÚ — Para o atrazo industrial de certas zonas do norte do Estado do Rio e mesmo para regiões como a de Campos, onde a indústria açucareira tem notável destaque e conseqüênte desvalorização de suas terras em relação ao do sul, voltou sua atenção o Sr. Interventor Amaral Peixoto, constituindo uma das preocupações iniciais do seu govêrno.

Grande era a desproporção que então se verificava em matéria de energia elétrica, nas duas zonas. No norte, as usinas existentes, somavam um total de 7 000 CV assim destribuí-

dos: Tombos, 4 000 CV; Glicério, 1 000 CV (usinas do govêrno); companhias particulares, 2 000 CV. No sul do Estado, o total da energia existente e útilmente empregada nos parques industriais das cidades e vilas ascendia à respeitável cifra de 180 000 CV.

A solução do problema que se apresentou ao Govêrno fluminense, estava, portanto, no aproveitamento imediato das bacias hidrográficas do norte, principalmente as dos rios Macabú e Imbé. Foi o que o govêrno tratou de fazer.

Em 1938, o Sr. interventor Amaral Peixoto solicitou e obteve a renovação da concessão, para dar início imediatamente às importantes obras. No ano seguinte, isto é, em 1939, confiou a uma emprêsa particular, mediante concorrência pública, a construção da Usina de Macabú. Esse contrato, porém, foi rescindido em 1942, por motivos então divulgados.

Por êsse motivo o Sr. Major Hélio de Macedo Soares e Silva, secretário de Viação e Obras Públicas colocou-se à frente do empreendimento.

Todo o material elétrico e hidráulico necessário já se encontra no Brasil com exceção da tubulação de aço e das máquinas para acelerar a construção do túnel por onde se escoarão as águas de Macabú.

O aproveitamento do rio Macabú compreende, em resumo, a construção de uma barragem de 33 metros de altura, consumindo 80 000 metros cúbicos de concreto e um túnel com 5 200 metros de comprimento e 6,37 metros quadrados de secção.

A barragem e o túnel foram projetados para o aproveitamento definitivo, que será de 41 000 CV. No presente momento, a instalação já dá um aproveitamento de 13 200 CV.

A queda aproveitada é de 330 metros, obtida por meio de um desvio das águas do Macabú para o São Pedro, por meio do referido túnel. No rio São Pedro, há a usina de Glicério, com 110 metros, de queda, por onde passam as águas do Macabú que serão aproveitadas portanto num desnível de 440 metros, duplo do que seria possível no curso do Macabú, em qualquer de suas quedas. Estas importantes obras compreendem ainda 300 quilômetros de linha de transmissão, dos quais já se acham prontos 250 e 100 já em funcionamento.

A Central Elétrica de Macabú terá 9 sub-estações, das quais já estão prontas 3, sendo que duas em pleno funcionamento. Da rêde, que terá mais de 700 quilômetros de extensão, já se acham concluídos 12 e 50 em construção. Cumpre acrescentar que já se acha pronta tôda a rêde de Campos, com os postes nos respectivos lugares, aguardando apenas as cruzetas de há muito encomendadas nos Estados Unidos.

Eis aí, em rápidas linhas o histórico das importantes obras que o govêrno do Sr. Interventor Amaral Peixoto está realizando no município de Macaé e com a conclusão da qual se vai operar a redenção econômica de uma das zonas mais férteis e ricas do Estado, até então abandonada aos azares da iniciativa particular, sem a necessária assistência do poder público.

Com a normalização da Usina de Tombos e construção de uma linha para Friburgo, as despesas com essas obras atingirão à cifra de Cr$ 65 000 000.00, das quais só em Macabú serão empregados Cr$ 50 000 000,00.

Nessas obras trabalham 2 000 operários. Cêrca de 1 700 operários residem na outrara deserta região de Palmeiras, onde a Comissão de Execução dos Serviços fêz construir 300 casas, das 500 alí existentes atualmente.

★

**Magé — (Rio de Janeiro)**

LEVANTAMENTO DA CARTA CADASTRAL E CONFECÇÃO DE PROJETOS DE ABASTECIMENTO DÁGUA — Na reünião do Conselho Administrativo do Estado do Rio, realizada no dia 16 de junho, foi aprovado o parecer do Sr. Lupércio Santos, favorável ao substitutivo oferecido ao projeto de Decreto-lei da Prefeitura Municipal de Magé, abrindo o crédito especial de Cr$ 67 366,30 para atender ao pagamento devido ao engenheiro José de Campos Continentino pela execução dos serviços de levantamento da carta cadastral, confecção de projetos de abastecimento dágua e das rêdes de esgotos sanitários e de águas pluviais.

★

**Manaus — (Amazonas)**

INICIADA A CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO — Em presença de autoridades brasileiras e norte-americanas, tiveram início no dia 8 de maio os trabalhos da construção do aéroporto de Manaos. No ato, falaram os srs. Interventor Álvaro Maia e Reed Chambers, vice-presidente da *Rubber Development Corporation*.

★

**Matias Barbosa — (Minas Gerais)**

INAUGURADO O NOVO SERVIÇO DÁGUA — Na cidade de Matias Barbosa, pelo respectivo prefeito, Sr. Olívio de Albuquerque Castro, foi inaugurado no dia 14 de junho, o novo serviço de abastecimento dágua, compreendendo uma represa com 80 milhões de litros, uma tubulação adutora com 15 centímetros de diametro e um reservatório dágua com capacidade para 200 000 litros, dotado de filtro. Também a rêde de distribuição dágua foi substituida, em larga extensão, por encanamentos novos. Os serviços foram realizados com os recursos normais da arrecadação, continuando a Prefeitura sem a responsabilidade de dívidas a pagaf, exceto a dívida para com o Estado, hoje reduzida a Cr$ 22 722,00 e que tem sido amortizada com pontualidade.

★

**Natal — (Rio Grande do Norte)**

MONOGRAFIA SÔBRE O MUNICÍPIO — O Departamento Estadual de Estatística, no louvável empenho de tornar melhor conhecidos os municípios potiguares, tem elaborado alentadas monografias, que vêm sendo publicadas pelo órgão oficial do Estado *A República*. As referidas monografias serão enfeixadas em volume, sob o título "Cenários Municipais", prestes a ser editado por aquele Departamento.

O *Boletim* transcreve, a seguir, o trabalho referente a Natal.

*Situação Física* — Limites — Município da Capital, está situado na zona do litoral do Estado, tendo os seguintes limites: ao norte, o município de Ceará-Mirim; a leste, o Oceano Atlântico; ao sul, os municípios de Paparí e São José de Mipibú, e, a oeste, os de Macaíba e São Gonçalo.

Coordenadas geográficas: a) Latitude Sul — 5º 47'00"; b) Longitude W. Gr. 35º 11'36".

Altitude — 3 metros.

Área — 282,50 quilômetros quadrados.

Climatologia — O clima é excelente. A temperatura máxima, que se registrou, foi de 30,9 graus em abril de 1941, e a mínima obtida foi de 19,4 graus, em agôsto do mesmo ano.

Açudes públicos e particulares — Não há, no município açudes públicos, nèm particulares.

*Situação Demográfica* — População — Em 1.º de setembro de 1940, o total da população do município era de 55 242 habitantes, dos quais 51 897 tinham residência dentro do perímetro da Capital, sendo 37 929 no quadro urbano e 13 968 no suburbano, e 3 345 na zona rural.

A densidade era, no município, de 195,54 habitantes por quilômetro quadrado, a mais alta do Estado.

No recenseamento geral de 1920, a população era de 30 696, havendo, assim, um aumento de 24 546, ou seja de 79,96 %.

Hoje, Natal tem uma população que vai além de 60 000, devendo-se êsse rápido crescimento não só ás fôrças do Exército que aquí vieram aquartelar, como ao elevado número de operários e trabalhadores, vindos do interior e dos Estados vizinhos, atraídos pelas grandes obras que se estão realizando.

Movimento do registro civil — Em dezembro de 1941, o registro civil das pessoas naturais apresentava o seguinte movimento: a) Nascimentos — 1 635, sendo 870, inclusive 162 natimortos, de crianças nascidas nêsse ano, dos quais 470 do sexo masculino (82 natimortos) e 400 do sexo feminino (80 natimortos) e 765 (545 homens e 220 mulheres) nascidos em anos anteriores; b) Casamentos — 287, e c) Óbitos — 1 457, sendo do sexo masculino — 749 e do feminino — 708. A idade de 0 a 1 ano figurou, nêsse obituário, com 388 homens e 328 mulheres (716), ou seja perto de 50%.

*Situação Econômica* — Atividades agro-pecuárias — São de pequena monta as atividades agro-pecuárias do município de Natal. Embora sua extensão territorial apresente pequena área, ainda assim, a agricultura e a pecuária poderiam estar com melhor desenvolvimento, se realizadas com caráter intensivo. O abastecimento da cidade, por exemplo, estaria em muito melhores condições se se multiplicassem as granjas na zona suburbana e rural do município e se praticasse com maior entusiasmo a horticultura, a fruticultura e a avicultura. A cultura da mandioca se faz na zona rural em certa escala, como também a da banana e da cana de açúcar, seguindo-se-lhes o feijão e a batata doce. E' grande a quantidade de coqueirais esparsos pela própria cidade e pelo interior.

E' o município de menor criação, no Estado. Há, entretanto, alguns estábulos com excelentes tipos de gado leiteiro. No recenseamento de 1940, a pecuária apresentava 613 bovinos, 41 equinos, 101 asininos e muares, 46 suínos, 144 ovinos, 25 caprinos e 458 aves, num total de 1 428 cabeças. Acreditamos que êsses números estejam presentemente bem aumentados.

Meios de transporte — Natal está servido por todos os meios de transporte: terrestres, aéreos, marítimos e fluviais, êstes, embora sòmente até à cidade de Macaíba, pelo rio "Potengi", numa extensão de 20 quilômetros.

Em primeiro lugar, está a Estrada de Ferro Central, constituída de dois trechos: a) Natal-Nova Cruz, numa extensão de 120 600 quilômetros, passando pelos municípios de São José de Mipibú, Paparí, Arês, Goianinha, Canguaretama e Pedro Velho, e dalí prosseguindo até as capitais de João Pessoa, Recife e Maceió, pela Great Western Railwags Company of Brazil; b, Natal-Angicos ligando entre si, num percurso de 193 796 kms., os municípios intermediários de Ceará-Mirim, Taipú, Baixa Verde e Lajes. Em relação a estradas de rodagem, temos, nesta capital, o ponto extremo da Rodovia tronco do Rio Grande do Norte construída pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas, tendo sido, porém, o trecho Natal-Macaíba (20 kms.) feito pelo Estado, como o foi, igualmente, a estrada, de terra natural, que vai até à cidade de São José de Mipibú (41 kms.). A capital está ligada a tôdas as sedes municipais e distritais do interior pelo vasto sistema rodoviário que serve ao Estado, sendo necessário apenas melhorar, em muitas partes, a sua pavimentação, com a construção de algumas obras darte, afim de que o tráfego não seja interrompido nas épocas invernosas, como acontece atualmente. Devemos, ainda, destacar a magnifica estrada, tôda de asfalto, construída pela Panair do Brasil, S.A., desta capital a Parnamirim (importante Base Aérea), numa extensão de 16 quilômetros. Em 1941, foram registrados em Natal 318 automóveis, sendo 30 oficiais, 205 particulares e 83 de aluguel; 122 caminhões, dos quais 20 oficiais e 102 particulares; 17 motocicletas particulares; 1 ônibus e 2 auto-ambulâncias.

Quanto à via marítima, o município só tem um pôrto organizado, que é o desta capital, com um bom ancoradouro interno, extenso e profundo, formado pelo rio "Potengí", frequentado sempre por vapores de várias companhias nacionais e estrangeiras. As obras de prolongamento do cais estão prosseguindo, sendo o Pôrto administrado e explorado diretamente pelo Govêrno Federal. Na costa do município natalense, existem os portos de Pirangi do Norte e de Ponta Negra, mas sem nenhum benefício e sem movimento.

Mantendo linhas regulares de transporte, tanto para o norte como para o sul e estendendo-se até o estrangeiro, freqüentam, quase diàriamente, os aeroportos desta capital poderosos e grandes aviões da "Panair" e da "Cruzeiro do Sul", para passageiros e cargas, assim como aviões militares, para o serviço de correspondência postal.

Correios e Telégrafos — Nesta capital tem a sua sede a Diretorial Regional dos Correios e Telégrafos, que mantém, no Estado 36 agências postais-telegráficas, 29 postais-telefônicas, 21 postais, isoladas, e 1 sòmente telefônica. Aquí em Natal, onde os serviços de correio datam de março de 1829 e os de telégrafo a partir de 4 de agôsto de 1878, além da repartição central, em excelente prédio construído para êsse fim pelo Govêrno Federal, quando era ministro da Viação o Dr. José Américo de Almeida. Existem duas sucursais: uma na Cidade Alta e a outra no bairro do Alecrim.

Propriedade imobiliária — Em setembro de 1940 o município de Natal possuía 13 529 prédios, estando localizados na Capital 12 526, dos quais 8 687 na área urbana e 3 839 na suburbana, e 1 003 na zona rural. Atualmente, isto é, a 31 de dezembro de 1942, a capital tem os seguintes prédios: a) exclusivamente residenciais — 10 422; b) destinados à residência e outros fins, simultâneamente — 106; c) destinados à diversos fins — 2 513. Total — 13 041.

Em 1940, foram levados a registro, nos cartórios públicos, 33 inscrições de hipotecas no valor de Cr$ 1 388 292,40, e 268 transcrições de transmissões de imóveis, no valor de Cr$ ..... 2 154 346,00; em 1941, o número das primeiras elevou-se a 41 e o das transcrições de transmissões a 334, nos valores correspondentes de Cr$ 831 560,40 e de Cr$ 2 701 811,70.

Estabelecimentos bancários — Nesta capital funcionam os seguintes estabelecimentos bancários; uma Agência do Banco do Brasil, uma do Banco do Povo, que tem a sua sede em Recife, e o Banco do Rio Grande do Norte, cujo maior acionista é o Estado, mantendo, o primeiro, 18 correspondentes no interior, o segundo 14 e o último 19.

Comércio — A cidade de Natal tem tomado, nos ultimos tempos, um ritmo de progresso em escala verdadeiramente geométrica, aumentando a olhos vistos, apesar de tôda a crise climatérica, que, atingindo o sertão, se refleteria fatalmente

na Capital, não fôsse o surto de importantes e numerosas construções de tôda natureza que aquí se estão efetivando, e o extraordinário aumento de sua população. O comércio está, por isso, muito movimentado e se fazem negócios vultosos. Maior não é a troca de mercadorias, muito maior não é o movimento do seu pôrto por causa das dificuldades da navegação. Hoje, em grande parte, o avião está suprindo as deficiências dos transportes terrestre e marítimo, sendo Natal uma cidade redistribuïdora. Não obstante os óbices que, cada dia, surgem, aos meios de transporte terrestres, pela escassez de combustível, e os perigos que corre a navegação marítima, em 1942, a exportação desta capital, por via terrestre, foi de 37 409 volumes, com o pêso líquido de 1 431 670 quilogramos, no valor comercial de Cr$ 3 191 498,00; a exportação de cabotagem subiu a 96 987 volumes, pesando.... 12 477 357 quilogramos líquidos, no valor comercial de Cr$ 72 044 183,00, sendo a exportação para o exterior de 30 675 volumes com o pêso líquido de 2 830 338 quilos e o valor comercial de Cr$ 16 279 932,00.

Natal conta com boas casas exportadoras, entre as quais destacamos as das firmas Fernandes & Cia. (algodão, cêra de carnaúba, couros e peles), Wharton Pedrosa, S.A. (algodão); J. Câmara & Irmãos (algodão, tortas farelo e óleo de caroço de algodão, sabão); Whascar Purcell (couros e peles), Monte & Rebouças & Cia. Ltda. (cêra de carnaúba, borracha de maniçoba, sementes, couros e peles); Silveira, Brasil & Cia. (minérios); José de Brito & Cia. (algodão em pluma); Martins, Irmãos & Cia. (sementes paina, couros, açúcar, etc.); J. Mota & Irmãos (couros preparados e sub-produtos); como, igualmente, casas importadoras de vulto, como sejam, entre outras, João Galvão Filho & Cia. (tecidos em grosso); Gurgel, Amaral & Cia. (madeiras, cimento, máquinas agrícolas, arame, especialidades farmacêuticas); Alves de Brito & Cia. (tecidos em grosso); Cunha & Maia (estivas, bebidas e cereais); Lira de Oliveira & Cia., (tecidos em grosso), Oton Ozório (estivas e cereais); Viúva Machado, Sucessora (bebidas, estivas, cereais e querosene); Abel Viana (farinha de trigo); Severino Alves Bila (automóveis e acessórios, rádios e refrigeradores); M. Martins & Cia. (gasolina, óleo, móveis, máquinas, etc); Galvão Mesquita & Cia. (ferragens em geral).

Indústrias — O parque industrial da cidade de Natal se ressente lamentàvelmente do desenvolvimento que todos lhe desejam. Não há grandes fábricas, não há estabelecimentos que reünam avultado número de operários. O Estado é produtor de excelente algodão, e não temos uma única fábrica de tecidos. As frutas abundam, e não possuïmos uma fábrica de doces. E' de esperar que o desenvolvimento da cidade traga essas indústrias, que, sem dúvida, encontrarão amplo mercado. Presentemente, podem ser apontados, tendo, cada um deles, um movimento anual superior a Cr$ 1 000,00, os seguintes estabelecimentos industriais: 1 cortume, 2 engenhos de fazer rapadura, 3 fábricas de rêde, uma de vassouras, dez de calçados, 2 de caixões mortuários, 3 de mosáicos, 3 de sabão, uma de velas de cêra, uma de fiação e prensagem de algodão, 2 de produtos farmacêuticos, 2 de doces e bonbons, 1 de massas alimentícias, uma de manteiga, 7 de bebidas, 1 de cigarros e charutos, 1 de gêlo, 1 de fiação e tecelagem de algodão 7 tipografias, 7 torrefação de café e milho, 2 serrarias 13 marcenarias, 11 padarias, uma fundição e uma salina.

Riquezas naturais — Os recursos naturais do município não são grandes. No reino vegetal existem alguns espécimens de valor, como o pau-ferro, a catanduba, a mangabeira, da qual se extrae o leite, além de produzir saborosa fruta. Sob o ponto de vista econômico, talvez tenha a primazia o "Mangue", que existe em quantidade nos rios salgados. As riquezas minerais estão por estudar, sendo conhecido apenas o diatomito, branco, nos terrenos de lagoas, o qual vem sendo rudimentarmente explorado no fabrico de tijolos. No reino animal, a organização da indústria da pesca, dadas a abundância e a excelente qualidade dos nossos peixes, assim como, a de viveiros nas camboas, permitiria uma rendosa fonte de riquezas.

*Situação Social* — Urbanismo — Quantos vem pela primeira vez á cidade de Natal, são unânimes em lhe acentuar a beleza da topografia, com seus morros, suas praias, suas amplas avenidas, os bairros, muito bem situados, e as construções evidentemente melhorando, dia a dia, em seu padrão. O impulso maior de seu progresso data, porém de 1933; a partir de quando, na Interventoria Mário Câmara, sendo Prefeito da Capital o engenheiro Miguel Bilro, não só se intensificou a pavimentação, a paralelepípedos, da cidade, como novas artérias foram abertas, entre as quais se destaca o prolongamento da avenida "Deodoro da Fonseca". Três excelentes prédios para grupos escolares foram também construídos nessa época, ás expensas do Estado; foram êles o "Izabel Gondim", no bairro das Rocas, e o "Alberto Tôrres", no de Petrópolis, ambos inaugurados solenemente a 19 de março de 1935, e o "João Tibúrcio", no bairro do Alecrim, o maior desta capital, que teve a sua festividade inaugural no dia 14 de abril daquele ano.

Desde então, a área de pavimento a paralelepípedos cresce ano a ano, dando à cidade um aspecto agradável, tendo ainda a vantagem de corrigir os graves prejuízos decorrentes da erosão, uma vez que a cidade se acha situada sôbre um maciço arenoso. O prefeito Gentil Ferreira de Sousa, na Interventoria Rafael Fernandes, também muito fêz nêsse sentido, como se constata dos seguintes informes, além do que realizou no triênio anterior: em 1939, foram calçados perto de 26 mil metros, quadrados; em 1940, nada menos de 23 320 e em 1941, área também vultosa. As praças "Pedro Velho", "7 de Setembro", "André de Albuquerque" e "João Maria" foram totalmente remodeladas, cujos pisos, de pedras irregulares, foram substituídos. Os antigos leitos da avenida "Getúlio Vargas" e do largo do "Hospital Miguel Couto" desapareceram, dando lugar ao novo pavimento, também a paralelepípedos. Outras praças foram construídas, como a "Pedro II" e a "Gentil Ferreira", no bairro do Alecrim. Novos jardins surgiram na cidade, como sejam os das praças "Pedro Velho", "7 de Setembro", "Augusto Severo" e "André de Albuquerque", embora a sua conservação esteja a exigir melhores cuidados por parte da Prefeitura. Na praça Pedro Velho, além de um artístico corêto de um "bar" em forma de avião, de um campo de *basquet-ball* e outro de *vollei-ball*, funciona um Parque Infantil, ponto de reünião das crianças, em dias de domingo e feriados. Dois grandes e excelentes mercados públicos foram, igualmente, construídos: um na Cidade Alta e o outro no Alecrim. O Cemiterio público foi reformado pela Prefeitura, de 1938 a 1940, de acordo com um plano preestabelecido, sendo duplicada a sua área e dividido sistemàticamente as ruas retangulares, convenientemente calçadas e designadas por nomes de Santos, com as respectivas placas. Infelizmente ainda não foi possível a realização dos trabalhos finais e instalação do amplo e moderno Matadouro da Capital, em face da situação internacional que levou o prédio a ser destinado a outros misteres. Será um notável melhoramento para a cidade.

Atualmente, esta Capital tem 200 logradouros públicos, que se acham, assim, distribuídos pelos seus bairros e suburbios: *Cidade Baixa* (Ribeira) — 31: 2 esplanadas, 2 avenidas, 3 praças, 14 ruas, 1 bêco e 9 travessas; *Cidade Alta* — 58: 3 avenidas, das quais uma o "Rio

Branco", se estende até a Ribeira e outra, a "Deodoro", até Petropolis; 12 praças, 34 ruas, sendo que uma destas, a "Apodi", vai até o bairro do Tirol, e outra, a "Ocidental", até á Cidade Baixa; 2 bêcos e 7 travessas; *Petropolis* — 18: 4 avenidas, 2 praças e 12 ruas; *Tirol* — 11: 4 avenidas, todas elas se estendendo aos bairros de Petropolis e Lagôa Sêca, e 7 ruas; *Alecrim* — 35: 2 avenidas, indo a "Alexandrino Alencar" até a Lagoa Sêca; 2 praças, 28 ruas e 3 travessas; *Rocas* — 12: 1 avenida, 1 praça e 10 ruas; *Praia do Meio* — 8: 2 praças e 6 ruas, uma destas, a "Pinto Martins", alcança o bairro de Areia Preta; *Areia Preta* — 4: 1 praça, 1 rua e 2 avenidas, que veem desde a Praia do Meio; *Lagôa Sêca* — 5: 2 avenidas, que vão até o "Carrasco", duas ruas e a estrada "São José", que abrange o Tirol, o Alecrim e o Carrasco; *Carrasco* (subúrbio) — 18; 10 avenidas, além de 4 que veem de outros bairros, e 8 ruas. Dos 200 logradouros mencionados, 66 são pavimentados a paralelepípedos, 14 de pedras irregulares e 2 de macadame simples; 9 são ajardinados e 31 arborizados; 176 iluminados á eletricidade; 102 serviços de água potável canalizada, 42 de esgôtos pluviais e 92 de esgôtos domiciliários.

O serviço de bondes e de luz elétrica, pública e particular, foi inaugurado em Natal a 2 de outubro de 1911. Atualmente pertence a respectiva usina à Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil, que comprou o antigo acervo ao Estado e se encontra em sua exploração, inclusive do serviço de telefones, desde outubro de 1929, sem que tenha, até hoje, introduzido os melhoramentoos que se fazem imprenscindíveis, de acôrdo com o grande surto progressivo que, ininterruptamente, a cidade vem alcançando. Por isso, são gerais os clamores e queixas que, por tôda parte, surgem contra a C.F.L.N.B., já pelo pessimo serviço de telefones, já pela deficiência e irregularidade de horários dos meios de transportes, exclusivamente de bondes velhos.

O serviço de limpeza pública e domiciliária é feito administrativamente pela Prefeitura, que dispõe para isso de caminhões apropriados e carroças, sendo o lixo incínerado, em forno elétrico, remodelado em 1942.

Encerrando êste capítulo sôbre urbanismo, não podemos deixar de consignar, com uma referência especial, o magnífico serviço de esgotos de Natal, executado, conjuntamente com o de água, pelo Escritório Saturnino de Brito, mediante contrato feito pelo Interventor Mário Câmara, em 1935, e mandado realizar pela Interventoria Rafael Fernandes. Êsse modelar melhoramento foi inaugurado a 13 de maio de 1939, garantindo, à população natalense, não só uma excelente água captada de poços profundos, com todos os elementos essenciais para o uso humano, como sejam esterilidade microbiana, presença dos elementos minerais normais, limpidez e sabor agradável, como também dotando a cidade de um perfeitíssimo serviço de esgotos, com aparelhagem moderna para a depuração.

Um outro importante melhoramento com que foi beneficiada esta capital, está na construção, pelo Estado, em magnifico local, do "Grande Hotel", também inaugurado a 13 de maio de 1939, cuja exploração vem sendo feita por um particular, mediante contrato, sem rendas para os cofres estaduais, embora tenha êle custado ao erário potiguar a importância de Cr$ 1 607 856,00.

Serviços de assistência — A assistência médico-sanitária, por motivos que não cabem ser aqui apreciados, não tem acompanhado o desenvolvimento social e demográfico da capital, como era para desejar. Tôda ela é ministrada em estabelecimentos mantidos pelos governos federal e estadual e por particulares. Do município muito se tem a esperar em problema de tão marcada importância. Até o presente, sua interferência tem se feito de maneira indireta, através de subvenção a instituïções devidas à iniciativa privada, como o Dispensário Sinfrônio Barreto e o Instituto de Proteção à Infância, ou em colaboração com o Govêrno do Estado, fornecendo a Prefeitura um auxílio de Cr$ 12 000,00 para o lactáiro que funciona junto ao Centro de Saúde. Mas ainda não existe siquer um serviço para os casos de socorros de urgência, à semelhança do que se vê noutras capitais. O Govêrno Federal mantém em Natal, o Hospital Militar, inaugurado a 1.º de outubro de 1941, para as tropas do Exército aquí sediadas, e a Enfermaria que funciona anexa à Base Naval. Por parte do Govêrno do Estado, temos o hospital "São João de Deus", para tuberculosos; o hospital de Alienados; a "Colônia São Francisco de Assiz", para recolhimento sistemático de leprosos, e a Enfermaria da Fôrça Policial, que dão asistência com internamento. Fornecendo serviço de ambulatório, funciona o "Centro de Saúde de Natal", anexo ao Departamento de Saúde Pública.

Organizados, administrados e mantidos por entidades particulares, embora gosando de subvenções do Estado e da União, existem o "Hospital Miguel Couto", de clínica geral, a cargo da Sociedade de Assistência Hospitalar, e o "Hospital de Crianças", do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, ambos com internamento e ambulatório, sendo ainda para destacar o Lactário que êsse Instituto mantém, de cooperação com o Estado, para distribuïção de leite às crianças pobres; o "Educandário Osvaldo Cruz", como abrigo de filhos de hansenianos pobres recolhidos na "Colônia São Francisco de Assis", e a "Policlinica do Alecrim", da sociedade de igual nome, sòmente para serviço externo, já tendo, todavia, dado início à construção de seu hospital. O citado "Educandário" foi construído pela "Sociedade de Assistência aos Lázaros", que teve, para isso, um auxílio do Govêrno Federal na importância de Cr$ 200 000,00, tendo sido o terreno doado pelo Estado, que concorreu, igualmente, com a mão de obra para o serviço de instalação dágua e esgôto. No tocante à assistência a desvalidos, registram-se apenas , funcionando regularmente, o antigo "Orfanato João Maria", para recolhimento de meninas pobres e desamparadas, mantido pelo Estado, e o "Dispensário Sinfrônio Barreto", de iniciativa privada, que distribue esmolas, principalmente gêneros alimentícios, duas vêzes por semana, a grande número de pobres nele matriculados.

Prestando serviços de previdência e asistência social, por meio de pecúlios e auxílios para funeral, é justo mencionar a "Previdente Natalense", a mais, antiga de tôdas, no Estado, e as que são mantidas pelas Irmandade dos Passos, Cooperativa dos Funcionários Públicos, Associação de Professores e Liga Artístico-Operária, tôdas com sede nesta capital .

Cooperativismo — Em Natal funcionam as seguintes sociedades cooperativistas: a Caixa Rural e Operária de Natal, que, no gênero, é a maior instituïção no norte do país, e o Banco dos Auxiliares do Comércio, ambas operando como estabelecimentos de crédito, e como cooperativas de consumo: a Sociedade Cooperativa dos Funcionários Públicos e as cooperativas escolares dos Grupos "Augusto Severo", "Alberto Tôrres", "Frei Miguelinho", "Izabel Gondim" e "João Tibúrcio".

*Situação Cultural* — Ensino público e particular — O ensino primário, no corrente ano de 1942, está sendo ministrado em 76 estabelecimentos, sendo 31 mantidos pelo Estado e 45 por particulares, dos quais 37 são subvencionados pelo Estado, 32 pelo Estado e pela União e 1 sòmente pelo Govêrno Federal.

Os estabelecimentos estaduais são os Grupos Escolares "Augusto Severo", "João Tibúrcio", "Izabel Gondim", "Frei Miguelinho" e "Alberto Tôrres", todos localizados na Capital, assim como as Escolas Reünidas "Mascarenhas Homem" e "Oscar Vanderlei"; 9 escolas isoladas, estando 5 situadas no perímetro urbano e as outras quatro nos povoados de Ponta Negra, Redinha, Pajussára e Pirangí do Norte, e 15 do tipo chamado "operária": 8 na Cidade Alta, 5 no bairro do Alecrim, 1 no das Rocas e 1 em Pitimbú. Os 45 particulares distribuem-se pelos seguintes bairros: Cidade Alta — 9, Cidade Baixa — 3, Alecrim — 25, Petrópolis — 2 e Rocas — 6.

O município de Natal não mantém nem subvenciona nenhuma escola.

Em 1941, quando funcionaram sòmente 72 estabelecimentos, a matrícula geral do ensino primário, compreendendo os cursos complementares, foi de 7 729 alunos, dos quais 3 871 do sexo masculino e 3 858 do feminino; as freqüências médias correspondentes atingiram a 4 924, 2 357 e 2 567; as aprovações em geral chegaram sòmente ao total de 3 280, sendo 1 504 de homem e 1 776 de mulheres, e bem pequenas, relativamente, foram as aprovações em conclusão de curso: total — 861 (sexo masculino — 383 e feminino — 478).

Ministrando outras modalidades de ensino, temos os seguintes estabelecimentos: a) *Superior* — o Instituto Filosófico "São João Bosco", com seminário maior, mantido pela Pia Sociedade Salesiana; b) *Secundário*: o Ateneu Norte-Riograndense, oficial, hoje Colégio Estadual, de curso ginasial, que teve em 1941 uma matrícula geral de 644 alunos (318 homens e 326 mulheres), com as freqüências, respectivamente, de 539, 258 e 281, resultando em 501 promoções e 38 conclusões de curso, de ambos os sexos, e o particular "Colégio 7 de Setembro"; c) *Secundário e Comercial*: o "Colégio Santo Antônio" e os Ginásios da Imaculada Conceição e "Nossa Senhora das Neves", o primeiro só para homens mantido por Irmãos Maristas e os dois outros destinados ao sexo feminino, respectivamente, por "Irmãs" da Congregação Civil Brasileira de Santa Dorotéa e da Congregação Filhas do Amor Divino; d) Profissionais: a Escola Normal de Natal, para a formação de professores primários, com a matrícula geral, em 1941, de 27 alunos, a freqüência de 24 e 23 conclusões de curso, e a Escola Profissional do Alecrim, de ensino técnico-profissional, ambos mantidos pelo Estado; a Escola Industrial de Natal, custeada pelo Govêrno Federal, também de ensino técnico-profissional; a Escola de Comércio de Natal, de iniciativa privada, masculina, com cursos propedéutico e técnico; a Escola Doméstica, também particular, para formação de Donas de Casa; o Instituto de Música do Rio Grande do Norte, particular, para o ensino completo de música, e o Seminário São Pedro, mantido pela Diocese de Natal, com seminário menor. Todos os educandários citados, com exceção deste último, recebeu subvenção dos governos do Estado e da União.

*Monumentos históricos e artísticos* — Em Natal existem os que, a seguir, registramos, segundo a sua ordem cronológica:

1 — *Fortaleza dos Reis Magos*, o mais antigo, construído em 1598, sôbre os recifes à entrada da barra de Natal segundo o plano estabelecido pelo padre Gaspar de Sanipéres, da Companhia de Jesús. Nela residiam vários Capitães- Mores da Capitania, a começar por Jerônimo de Albuquerque. Em 1633 foi tomada pelos holandeses. Em 1817, num dos seus cárceres, faleceu o coronel André de Albuquerque, chefe da insurreição republicana no Rio Grande do Norte. Hoje abandonada, serve apenas de sede de um dos mais possantes faróis da costa norte do Bra-Brasil.

2 — Em antiguidade, segue-se a *Santa Cruz da Bica*, que data de 1599. E' considerada como sendo um dos marcos primordiais do planalto da cidade de Natal, fundada a 25 de dezembro daquele ano, pelo capitão mór Jerônimo dê Albuquerque. Daí, ser tido pelos historiadores conterrâneos como a nossa "mais preciosa relíquia colonial". Todos os anos, a 3 de maio, numa dupla comemoração — pela Igreja Catolica à Invenção da Santa Cruz e pela Nação á descoberta da terra brasileira — realizam-se, em tôrno da Santa Cruz da Bica, grande festividade de devoção popular.

3 — *Herma do Dr. Pedro Velho* — Homenagem póstuma ao grande conterrâneo organizador do regime republicano no Rio Grande do Norte, dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. E' um busto em bronze, sôbre um bloco de granito da Normandia, com três metros de altura e dois degraus. Uma figura de mulher. também em bronze, oferece-lhe, em nome da Pátria agradecida, um ramo de louros. Trabalho do escultor francês Edmond Badoche, executado na Fundição de Val d'Osne, foi inaugurado a 7 de setembro de 1909.

4 — *Medalhão de Nísia Floresta* — Encontra-se em uma das alamedas do jardim da "Praça Augusto Severo", tendo sido inaugurado a 19 de março de 1911. A efígie, em bronze, da notável escritora brasileira, Nísia Floresta Brasileira Augusta nascida neste Estado em 1809 e falecida em Rouen na França, a 24 de abril de 1885 pousa numa coluna de granito e constitue, igualmente, artístico trabalho do grande escultor francês Edmond Badoche .

5 — *Obelisco da Avenida Tavares de Lira* — Situado na extremidade inicial dessa avenida, todo êle de granito, numa altura de 6 metros, fora a base, com três degraus, e um sóco de 1,30 x 1,10, alí está, inaugurado em 1914, em comemoração à abertura daquele logradouro.

6 — *Estátua de Augusto Severo* — Colocada na principal arteria do jardim da praça que perpetua o nome do inolvidável aeronauta brasileiro, filho do Rio Grande do Norte, a estátua de Augusto Severo, representa, em tamanho natural, o vulto em bronze do glorioso inventor do balão "Pax". Assenta sôbre um tronco de cone em granito, vendo-se, em uma das faces do bloco, uma placa de bronze com o panorama de París e o "Pax" contornando a tôrre Eiffel, e, noutra, um medalhão com a efígie de George Sachet, mecânico do "Pax". O monumento é plano do notável escultor francês Edmond Badoche, e execução de Corbiniano Vilaça. Foi inaugurado, como homenagem póstuma do povo e do goyêrno norte-riograndenses, no dia 12 de maio de 1913.

7 — *Monumento dos Mártires de* 1817 — Consta de uma artística coluna de granito, colocada sobre pedestal, medindo cinco e meio metros de altura, com inscrições em placas de bronze, que expressam a homenagem dos norte-riograndenses aos gloriosos mártires do movimento republicano de 1817, na data centenária do fuzilamento do insigne conterrâneo, padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido na História por Frei Miguelinho, a 12 de junho de 1917, quando foi inaugurado. Está colocado na praça André de Albuquerque, defronte da Catedral.

8 — *Busto do Padre João Maria* — Sôbre elegante pedestal de granito, com a altura de quatro metros está o busto em bronze do inesquecível Padre João Maria, que durante 33 anos foi vigário de Natal, exercendo o seu apostolado como um verdadeiro Santo. Situado na praça onde morou e há de recordar sempre o saüdoso sacerdote, o monumento expressa a gratidão do povo natalense ao seu insubstituível benfeitor, tendo sido inaugurado no dia 7 de agôsto de 1921.

9 — *Monumento da Independência* — Êsse monumento, inaugurado a 7 de setembro de 1922, por iniciativa do Governador Antônio José de Melo e Sousa, está localizado no centro da "Praça 7 de Setembro", em frente ao palácio do Govêrno, e comemora a passagem do primeiro século da Independência do Brasil. Consta de duas figuras alegóricas, sôbre pedestal de granito, de base quadrangular, sendo a principal um vulto de Mulher, simbolizando a Pátria, que aponta ao povo as duas grandes datas da nossa Independência, e a outra — um Homem que, em atitude de ascenção, dirige-se à Pátria e oferta-lhe, como símbolo de vitória, um ramo de louro. E' um belo e expressivo monumento, contendo ainda inscrições e emblemas alegóricos de sentido patriótico. Concebido e executado pelo escultor pernambucano Bibiano Silva, a sua inauguração empolgou tôda a população natalense que esteve, naquela data, reünida no local, indicado, onde se realizaram imponentes festividades cívicas.

10 — *Herma de D. Pedro II* — Na passagem do primeiro centenário do nascimento de Dom Pedro II, a 2 de dezembro de 1925, foi inaugurado, com uma festividade cívico-religosa, o monumento em homenagem ao grande monarca brasileiro. Consta de um pedestal de granito azulado, de jazidas deste Estado, sôbre o qual repousa, em tamanho natural, o busto em bronze do insigne Imperador. Primeiramente situado na Cidade Alta, foi, em 1914, transferido para uma nova praça, ajardinada, que tem o nome de "D. Pedro II", no bairro do Alecrim, em frente da igreja.

11 — *Busto do Professor João Tibúrcio* — Homenagem de seus discípulos, representados pela Associação de Professores, foi erigida na praça posterior do Ateneu, onde lecionou durante mais de meio século, com inexcedível saber, a herma consagrada à memória venerada do professor João Tibúrcio da Cunha Pinheiro, falecido a 24 de junho de 1927. Êsse monumento, inaugurado com solenidade a 15 de outubro de 1928 — Dia do Professor, por decreto estadual —, consta do busto em bronze, em tamanho aumentado, do saüdoso educador conterrâneo e está colocado sôbre um sóco de granito de três metros de altura, numa base de três degraus. No ano passado (1941), foi transferido para outra praça, aquela onde o Mestre ilustre residiu por muitos anos e guarda, desde então, o seu nome.

12 — *Coluna Del Prete* — Trata-se de uma bela coluna das ruïnas do Capitólio Romano, que foi oferecida a esta cidade pelo govêrno da Italia, em sinal de reconhecimento pela recepção que tiveram nesta capital os grandes aviadores Ferranin e Del Prete, que empreenderam, em julho de 1928, o arrojado vôo transcontinental Roma-Natal, embora interrompido no município de Touros, onde foram forçados a descer. O monumento se encontra na praça que recebeu o nome de Del Prete, vítima de um desastre, no Rio, e foi inaugurado a 7 de janeiro de 1931, quando aquí se achava o general Italo Balbo, ministro da Aeronáutica italiana e comandante do célebre Cruzeiro Aéreo Transatlântico, coroado de pleno êxito. Êsse monumento, valioso pela sua origem e como obra darte, consta da referida Coluna colocada sôbre dois vistosos socos de cimento armado, que repousam numa base de concreto com três metros quadrados, estando gravadas, em ricos medalhões, inscrições comemorativas dos dois grandes feitos citados.

*Casas de diversões* — O ambiente da capital, a êsse respeito não conta com o número, a variedade e as boas instalações que seriam de desejar, em proporção com seu progresso. Possuímos o teatro "Carlos Gomes", à praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, de propriedade do Estado, inaugurado em 1904 e reconstruído em 1912, nos dois govêrnos do dr. Alberto Maranhão, e que dispõe de um total de 785 lugares, sendo 250 nas frisas e camarotes, 280 na plateia e 300 nas galerias; o cine-teatro "Rex", à avenida Rio Branco, na Cidade Alta, da emprêsa Rex, fundada em 1936, com sua lotação para 1 070 pessoas, sendo 418 nos balcões se 652 na platéia; o cine-teatro "São Pedro", de propriedade do Sr. Lauro Medeiros, sito à rua Amaro Barreto, no Alecrim, com 700 lugares; o cinema "Roial", à rua Ulisses Caldas, na cidade Alta, pertencendo à mesma forma do Rex, instalado em 1936, e compreendendo 450 lugares; e ainda o cinema "Rival", à rua Frei Miguelinho, na Ribeira fundado em 1937, com capacidade para apenas 300 pessoas.

Bares, bilhares e cafés distribuem-se, numerosamente, pela cidade.

*Turismo* — Poder-se-á dizer que um turista, em Natal, se sentiria em férias (embora excelentes férias, dadas a amenidade do clima e a tranquilidade da vida urbana), não fôssem um monumento de primacial importância, evocativo de tantas legendas históricas do passado e que realmente merece uma visita, como é a velha fortaleza dos Santos Reis Magos, à entrada da barra; as suas praias saudáveis e pitorescas, como Redinha, Praia do Meio, Areia Preta, Ponta Negra e Pirangí; seus bairros aprazíveis, principalmente o de Tiról, de tão vivo colorido natural, ao pé das dunas. Como se vê, pouco existe a atrair a curiosidade forasteira. Em relação a hotéis, salienta-se, em primeiro lugar, o "Grande Hotel", iniciativa e propriedade do Govêrno do Estado, inaugurado em 13 de setembro de 1939, com 8 apartamentos, todos com banheiros, 66 quartos e com uma capacidade de hospedagem para cem pessoas, à praça Leão XIII, seguindo-se o "Hotel Avenida", situado na Avenida Sachet, n.º 222; a "Pensão Familiar", à avenida Junqueira Aires, n.º 417; as pensões "América", "Rio Branco", "Central", à avenida Rio Branco. respectivamente, ns. 597, 521 e 461, além de outras.

*Religião* — Natal é sede de uma das três Dioceses do Estado. A mais antiga, hoje sob o munus apostólico de dom Marcolino Esmeraldo de Sousa Dantas, está constituída de 24 paroquias, com uma superfície de 24 643 km.² e uma população de 448 589 habitantes, pelo Recenseamento geral de 1940.

O município acha-se dividido em três freguesias, tôdas com sede na capital: a de Nossa Senhora da Apresentação, que data desde 1601, na Cidade; a do Bom Jesús das Dores, no bairro da Ribeira, criada a 9 de janeiro de 1932, pelo querido antistite D. Marcolino Dantas, e a de São Pedro, no Alecrim, fundada em 1919, pelo eminente Bispo D. Antonio dos Santos Cabral, hoje Arcebispo de Belo Horizonte. A paroquia de Bom Jesús das Dores estende-se a quase tôda a parte litoral do município de Ceará-Mirim, que vai do "Rio do Meio" ou "Doce", na Redinha de Dentro, à margem direita do riacho "Pratagí", numa profundidade que chega até a "Passagem de Extremos", donde desce pelo leito da Estrada de Ferro Central até o rio Potengí. Existem no município 24 templos: uma catedral, 2 matrizes e 21 capelas curadas. Anualmente celebram-se, além dos atos da Semana Santa e do mês de Maio, que se revestem de solenidade, as seguintes quatro festividades religiosas: a de N. S. da Apresentação, excelsa padroeira da Cidade, de 12 a 21 de novembro; a de Bom Jesús, orago da Ribeira, em dias de setembro; a de São Pedro, padroeiro do Alecrim, de 20 a 29 de junho, e a de Santa Terezinha do Menino Jesus, no Tirol, que, começando na última semana de setembro, termina sempre no primeiro domingo de outubro.

Em 1941, foram realizados pelas três freguesias 2 290 batizados, sendo 1 894 de crianças nascidas nêsse ano, das quais 940 do sexo mas-

culino e 954 do feminino, e 396 em anos anteriores (198 homens e igual número de mulheres) e celebrados 338 casamentos.

Do culto considerado "protestante" existem nesta capital os seguintes templos: um Adventista, um Batista, uma Assembléia de Deus, uma Assembléia de Cristo, uma "Igreja Cristã Presbiteriana", o mais antigo, e uma Presbiteriana Independente.

Adotando a doutrina da religião judaica, funciona, à rua Felipe Camarão, o Centro Israelita, que congrega os elementos da comunidade judaica, residentes nesta capital.

O culto espírita tem hoje, quase todos os seus adeptos, reünidos na Federação Espírita Rio Grandense do Norte, com sede à rua General Osório.

*Crimes e Contravenções* — No ano pretérito (1941), foram registrados no município 8 contravenções e 172 crimes, dos quais 137 contra as pessoas (4 atentados ao pudor, 8 defloramentos, 7 estupros, 4 homicídios, 100 lesões corporais, 2 raptos, 3 tentativas de homicídio e mais 9) e 35 contra a propriedade pública e, particular, sendo 14 furtos, 5 roubos, 1 peculato, 1 falência fraudulenta e 14 que não foram especificados.

*Situação Administrativa e Política* — Resumo histórico — O muncípio de Natal foi criado em 1611 pelo Governador Geral do Brasil, D. Diogo de Menezes, mediante parecer da Relação da Baía. Desde a sua fundação, a sede tem o título de Cidade de Natal, ou Cidade dos Reis, como fôra denominada em 25 de dezembro de 1599.

*Divisão administrativa* — O município consta de um único distrito administrativo.

*Povoados* — Constituindo povoados, existem no município os seguintes centros de população: Ponta Negra, Redinha e Pirangí do Norte, que são excelentes praias de veraneio.

*Finanças Municipais* — No qüinqüênio 1937/1941, foi o seguinte o movimento financeiro da Prefeitura de Natal:

| Anos | Receitas arrecadadas | Despesas efetuadas |
|---|---|---|
| 1937 ..... | Cr$ 2 220 333,50 | Cr$ 2 106 897,80 |
| 1938 ..... | Cr$ 2 043 848,80 | Cr$ 1 836 345,10 |
| 1939 ..... | Cr$ 2 037 024,30 | Cr$ 2 376 591,30 |
| 1940 ..... | Cr$ 2 065 667,00 | Cr$ 2 165 476,90 |
| 1941 ..... | Cr$ 2 406 572,00 | Cr$ 2 308 010,40 |
| | Cr$ 10 773 445,60 | Cr$ 10 703 321,50 |

Em 31 de dezembro de 1941, tinha o município uma dívida ativa de Cr$ 1 567 889,50, sendo o seu passivo, constituído de dívida consolidada, de Cr$ 160 900,00.

Na mesma data, o patrimônio líquido do município montava a Cr$ 381 600,50 .

*Rendas estaduais* — A Recebedoria de Rendas, que funciona nesta capital, como repartição arrecadadora, por parte do Estado, dentro do município, recolheu no período de 1937/1941, as seguintes importâncias: em 1937 — Cr$ .... 9 062 056,90; em 1938 — Cr$ 9 209 148,40; em 1939 — Cr$ 8 193 984,40; em 1940 — Cr$ ..... 7 824 742,50, e em 1941 — Cr$ 7 720 611,30 Total — Cr$ 42 010, 543,50.

*Justiça* — A comarca de Natal, hoje de 3.ª entrância, foi criada pelo alvará de 18 de março de 1818, com a denominação de "Comarca do Rio Grande do Norte", desmembrada da de Paraíba, tendo por sede esta cidade e por limites os mesmos da Capitania. O seu primeiro ouvidor (juiz) foi o Dr. Mariano José de Brito Lima, empossado a 28 de outubro de 1819. Pela lei n.º 272, de 23 de novembro de 1909, no segundo govêrno do Dr. Alberto Maranhão, foi criada uma 2.ª vara de direito, a 21 de julho de 1931, pelo decreto n.º 126, na Interventoria do então tenente Aluísio de Andrade Moura, sendo Secretário Geral do Estado o Dr. Nestor dos Santos Lima, foi criada uma terceira vara, e em 1940, pelo decreto-lei n.º 39, de 12 de março na administração Rafael Fernandes, uma outra, estando, assim, a comarca constituída de quatro varas — 1.ª, 2.ª, 3.ª, e 4.ª. Consta de um único têrmo, que é o próprio distrito administrativo.

O aparêlho judiciário compõe-se de 4 juízes de direito, de dois juízes municipais, de três juízes de paz, dois promotores, um adjunto de promotor e de 4 cartórios públicos: o 1.º com o serviço privativo de registro das pessoas jurídicas, o 2.º com o de registro de títulos e documentos, o 3.º com o de registro de imóveis e hipotecas, escrivania do crime e execuções criminais, e o 4.º com o de registro civil das pessoas naturais, embora todos exerçam o tabelionato e a escrivania em geral.

*Segurança Pública* — O município está dividido em 4 delegacias de Polícia, que se subdividem em 14 distritos: a 1.ª, com sede na Cidade Alta, com um único distrito; a 2.ª sediada na Ribeira (Cidade Baixa), tem os distritos da Ribeira, das Rocas e da Redinha (3); a 3.ª, cuja sede é no bairro do Alecrim, compõe-se dos distritos de Alecrim, Lagoa Sêca, Carrasco, Pitimbú, Cajupiranga e Pirangí do Norte (6), e a 4.ª com sede na bairro do Tirol, os distritos do Tirol, Petrópolis, Praia do Meio e Ponta Negra (4). Os limites dessas Delegacias e respectivos distritos foram fixados em portaria do Chefe de Polícia do Estado, datada de 10 de setembro de 1941.

A ordem pública é mantida por um Delegado da Ordem Social e Investigações, com jurisdição em todo o município, por 4 Delegados de Polícia, com sedes nas respectivas Delegacias; 14 sub-delegados, nos distritos policiais, e suplentes dos delegados e sub-delegados em número de 3 para cada distrito.

*Melhoramentos e Serviços Públicos* — Os serviços públicos executados pelo município, pode-se dizer que se limitaram à Capital e sobretudo, em calçamento de ruas. Do interior pouco ou nada se cuidou e aí está a praia da Redinha, outróra pertencente ao município de São Gonçalo, que passando, pelo decreto n.º 603, de 31 de outubro de 1938, o qual fixou a vigente divisão territorial do Estado, para o município desta capital, no intuito de que a Prefeitura natalense a dotasse de melhoramentos capazes de torná-la numa confortável estação de repouso, na época de verão, nenhum benefício recebeu, nem mesmo em relação ao seu meio de transporte, apesar de ser intenso o tráfego para alí, como via de comunicação para uma grande parte do litoral norte do Estado. Temos a citar sòmente o melhoramento da estrada para Ponta Negra e a abertura de uma outra, dalí para Pium, em 1940, numa extensão de 6 quilômetros, e a construção de uma cacimba no povoado Pirangí do Norte para abastecimento da população pobre. Fêz ainda o levantamento dos mapas do município e da capital. Não se tem, porém, descuidado a Prefeitura do sério problema do combate a saúva,

fazendo, gratuitamente, os foleamentos em casas e sítios de particulares, além dos que realiza nas avenidas, ruas e praças, assim, como da vigilância na conservação das matas de Petrópolis e Tirol, afim de evitar o avanço das dunas.

O matadouro que fica na localidade "Quintas", desapropriada para êsse fim por Cr$ .... 40 000,00, depois de quase concluído, teve outra aplicação por circunstâncias imprevistas. A sua construção, antes da atual conflagração mundial, foi orçada em 300 mil cruzeiros. A planta, organizada pela Secção de Obras da Prefeitura, consta de sala para administração, de outra para abatimento de gado vacum, suínos, caprinos e lanígeros, de 2 para depósito de carne, de 3 para tratamento de vísceras, de 2 para couros e peles, ligadas ao salão de abatimento, de outras salas para exame veterinário, caldeiras, almoxarifados, toilete, vestuário, além de bànheiros, instalações sanitárias, estrumeiras, currais, pocilgas e pavilhões para o preparo de carne de sol, etc.

Pelo Govêrno Federal foram, nêstes últimos anos, construídos o modelar quartel do 16.º R. I. e numerosas outras instalações para os diversos corpos de tropa, no momento sediadas nesta capital, em virtude das contingências do conflito em que se encontra o nosso país. A esta altura, precisamos salientar uma iniciativa que significa, ao lado de inestimável contribuïção ao sistema defensivo do nordeste, um vultoso melhoramento para a capital. Queremos referir-nos à Base Naval: localizada em Refoles, com excelentes dependências e aparelhamentos. No tocante à assistência social e médico-sanitária, foram também realizadas importantes obras, como sejam, além dos valiosos auxílios materiais para a ampliação do Centro de Saúde de Natal e para a edificação do "Educandário Osvaldo Cruz", já executadas, as construções do "Sanatório Getúlio Vargas", para tratamento de tuberculosos, e o "Preventório Gustavo Capanema", destinado ao recolhimento de filhos de tuberculosos, com a capacidade de 50 crianças e localizado no povoado de Ponta Negra.

No ano em curso (1942) adquiriram o máximo de intensidade a organização e o desenvolvimento da Base Aérea de Parnamirim, a 20 quilômetros desta capital, que há representado nesta guerra um papel de excepcional relêvo. Grande número de construções, de tôda natureza, alí se estende, formando um conjunto de ruas, nas imediações do campo de pouso. As longas e vastas pistas, tôdas de asfalto, obedecem à mais rigorosa técnica moderna. Hoje um grande núcleo de população, possue telefones automáticos, centro de diversões, igreja, hospital, cinemas, cassinos, bares e restaurantes, estabelecimentos comerciais, etc.

★

**Pelotas — (Rio Grande do Sul)**

"PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E URBANISMO" — No dia 27 de março, o Sr. Pedro Luiz Osório, no Instituto dos Economistas de Pelotas, pronunciou uma conferência sôbre o tema "Problemas de Administração Municipal e Urbanismo".

DESOBSTRUÇÃO DO ARROIO SANTA BÁRBARA — A Associação Comercial de Pelotas deliberou empregar os maiores esforços junto às autoridades competentes, com o fim de ser atacada com a maior urgência a obra de retificação e dragagem do Arroio Santa Bárbara, de conformidade com os planos já aprovados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

SEMANA DO ECONOMISTA — Como nos anos anteriores, foi comemorada, de 30 de junho até 6 de julho, a Semana do Economista, promovida pelo Instituto dos Economistas de Pelotas. Durante a semana foram pronunciadas conferências sôbre assuntos sociológicos, econômicos e administrativos, palestras e artigos pela imprensa e pelo *Boletim* do Instituto, tendo sido feita entrega, aos interessados, empregados e empregadores, de cartazes educativos, visando a proteção do trabalhador. Foi prestada também uma homenagem à memória do Sr. José Belobon, falecida no ano passado, em Pelotas, o qual foi o décano do Instituto de Ciências Econômicas de Pôrto Alegre. O banquete de confraternização da classe teve lugar a 4 de julho. Colaboraram na "Semana do Economista" as seguintes pessoas: Srs.: Vicente Russomano, Pedro Luiz Osório; Mario Birnfeld, Pedro Sousa, Palmor Carapeços, João Cunha, Almo Pereira, João Antunes, Ciro Oliveira, Osvaldo Louzada, Alvacir Colares. Alcindo Simões, Irmão Aluísio, Lindolfo Wrege, Eugênio Pereira e acadêmicos Dirceu Sousa, Aldo Melo, João Silva e Nélson Dias.

★

**Petrolina — (Pernambuco)**

AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO — Pelo decreto n.º 12 526, de 3 de junho, na pasta da Aeronáutica, o Sr. Presidente da República declarou de utilidade pública, para desapropriação, o terreno adjacente ao Aeroporto de Petrolina, necessário à sua ampliação, pertencente a Da. Ana Padilha ou a seus sucessores, com a área aproximada de 290 237 metros quadrados.

★

**Pinhal — (São Paulo)**

INAUGURAÇÃO DO MUSEU E BIBLIOTECA MUNICIPAL — A convite do prefeito, Sr. Francisco Alvares Florence, esteve em visita à cidade de Pinhal, no dia 12 de junho, o Sr. Interventor federal em São Paulo, que se fêz acompanhar de numerosa comitiva, tendo sido também convidadas figuras do alto comércio e da indústria e intelectuais. Pelo Sr. Fernando Costa foram inaugurados vários melhoramentos públicos, inclusive o Museu e Biblioteca Municipal em cuja cerimônia discursaram os srs.: Abelardo Vergueiro César, Guilherme de Almeida, Augusto Mayer, José Lins do Rego e Fidelino de Figueiredo.

No Museu foi inaugurada a sala "Cardeal Leme", que reúne objetos, retratos e outras relíquias que pertenceram ao eminente purpurado, filho de Pinhal. A bênção foi dada por D. Manuel Silveira D'Elboux, bispo auxiliar de Ribeirão Preto.

Na Biblioteca foi inaugurada uma sala com livros infantís denominada "Biblioteca Infantil D. Anita Costa".

★

**Piratiní — (Rio Grande do Sul)**

INAUGURAÇÃO DA VARIANTE DO "SERRO DA FUMAÇA" — Teve lugar no dia 4 de abril, a inauguração da variante do "Serro da

Fumaça", na estrada que liga a vila do Cancelão à cidade de Piratini. No ato da inauguração, falaram o Sr. Armando Leite Goulart, oficial administrativo do Pôsto de Higiene de Piratini e o acadêmico Paulo Lessa, congratulando-se com o Prefeito, Sr. José Maria Silveira, que respondeu agradecendo. A seguir os presentes estiveram em visita à estrada que vai de Piratini à Estação Cerrito.

★

**Pôrto Alegre — (Rio Grande do Sul)**

GEÓLOGOS AMERICANOS ESTUDAM AS JAZIDAS CARBONÍFERAS — Estiveram em Pôrto Alegre, em março, os geólogos americanos W. D. Johnst e John Maracè, que foram realizar estudos em tôrno das condições técnicas e econômicas sob as quais se processa a exploração de jazidas carboníferas do Estado.

CONSTRUÇÃO DE UM DIQUE EM TÔRNO DA CIDADE COMO SOLUÇÃO AO PROBLEMA DAS CHEIAS — Em maio, esteve em Pôrto Alegre, a convite do Prefeito local, Sr. Loureiro da Silva, e da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, o engenheiro Hildebrando de Araújo Góis, Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, com o objetivo de fazer uma série de conferências sôbre a defesa de Pôrto Alegre contra as cheias periódicas do Gaiba, problema que o Govêrno federal, em cooperação com o do Estado, está procurando resolver com as grandes obras em realização, a cargo daquele Departamento.

O engenheiro Hildebrando de Góis, a propósito dos planos que serão realizados na capital do Rio Grande do Sul, concedeu uma entrevista ao *Correio do Povo*, de Pôrto Alegre, a qual transcrevemos a seguir, dado o interêsse do tema em foco:

"Ao ser interpelado sôbre sua viagem à nossa capital, o dr. Góis mostrou-nos uma expressiva carta que recebera do dr. Loureiro da Silva, em dezembro do ano passado. Nessa missiva, o prefeito de Pôrto Alegre depois de se referir sôbre a dolorosa impressão deixada pela enchente de maio de 1941, quando as águas cobriram uma larga extensão da área habitada da cidade, pondo em perigo a vida de milhares de pessoas e afetando, severamente, o capital particular e a economia pública pelas perdas irreparáveis sofridas, ressalta a importância e o valor da obra que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento vem realizando em nossa capital, de acôrdo com o plano elaborado por seu diretor, que aquí esteve estudando detidamente o problema, em junho de 1941.

Assim, desejava o dr. Loureiro da Silva que o trabalho ora em realização fôsse amplamente ventilado perante a opinião pública, afim de que todos os interessados, técnicos e leigos, pudessem se aperceber, claramente, do empenho do govêrno federal em resolver tão magno problema.

— "Em virtude dêsse convite — diz-nos o engenheiro Hildebrando de Góis — vim a Porto Alegre. E, aquí, farei três conferências, na Sociedade de Engenharia, versando sôbre os seguintes temas: "Problemas das cheias na bacia oriental do Rio Grande do Sul", "Plano de defesa das cidades de Pôrto Alegre, Pelotas e Rio Grande" e "Problemas do pôrto da Capital riograndense". E' possivel, dado o interêsse existente nos meios técnicos locais, que eu faça ainda uma quarta palestra, sôbre as obras de saneamento da Baixada Fluminense".

*Uma muralha em tôrno da Cidade* — Prosseguindo em suas declarações, que ilustra com uma série de desenhos para melhor orientar o repórter, diz o engenheiro Hildebrando de Góis que, como é do conhecimento público, após a catastrófica cheia de maio de 1941, cujos prejuízos foram incalculáveis, o govêrno federal encarregou s.s. de estudar o problema e logo depois de aprovados os planos das obras, estas foram iniciadas, fazendo-se em tôrno de nossa capital uma verdadeira muralha, defendendo-a contra os futuros transbordamentos do Guaiba. Além dessa muralha, no curso do Guaiba e rios subsidiários, estão sendo feitos reservatórios e pequenas barragens que, além de resolver o problema das inundações, tirando aos rios o seu potencial de correnteza, vem resolver econômicamente o problema de irrigação de várias regiões que sofrem na estiagem, como ainda há pouco aconteceu, fornecendo, ainda, considerável energia elétrica. Essas regiões e os arrozais contarão com a água para o seu desenvolvimento. Para dar uma idéia da diferença de volume dágua dêsse grande rio, nas duas estações, basta dizer que êle precipita 35 000 metros cúbicos na cheia e sòmente 50 metros na sêca!

O engenheiro Hildebrando de Góis encarece, depois dêsses esclarecimentos a importância e o vulto da obra que o seu departamento está realizando em Pôrto Alegre, na qual está vivamente empenhado o presidente da República. Afirma s.s., depois, que a construção de um dique em tôrno de Pôrto Alegre é a única solução capaz para o terrível problema das cheias periódicas, depois das amargas experiências de 1928, 1936 e 1941. E' uma obra, portanto, de absoluta necessidade, da qual depende, além do sossêgo dos habitantes, a solução de vários problemas de ordem econômica. Ademais, é uma obra que virá imprimir um maravilhoso aspecto urbanístico a Pôrto Alegre, saneando e embelezando uma vasta área".

*Exposição* — Durante a permanência do eng. Hildebrando de Góis, em Pôrto Alegre, foi levada a efeito uma exposição de trabalhos gráficos sôbre as realizações técnicas do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, destacando-se a obra da Baixada Fluminense.

★

**Ribeirão Preto — (São Paulo)**

O 80.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — A cidade de Ribeirão Preto festejou no dia 23 de março o 80.º aniversário de sua fundação. Delineado o plano para a doação do local onde deveria ser erguida a ermida em homenagem a S. Sebastião do Ribeirão Preto, em 3 de março de 1863, por documento do então bispo de S. Paulo, foi riscado o terreno e iniciada a construção da ermida que marcou o início da cidade de hoje. A vila pròpriamente dita só começa a aparecer em 1870, e a cidade em 1889. O crescimento de Ribeirão Preto, porém, atinge o seu apogeu com as plantações do café em 1830, quando chegaram à localidade as grandes famílias de colonizadores, os Prado, Junqueiras, Meireles e outras. Formada por uma conglomeração de mineiros, fluminenses e paulistas do vale do Paraíba, Ribeirão Preto transforma-se em El Dorado, quando a Mogiana la chegou com os seus trilhos em 1883. Em 1900 a cidade contava pouco mais de 20 000 habitantes e o município 50 000. As plantações de café atingem no começo do século a 36 000 000 de árvo-

res, com as suas fazendas modelos, que chamam a atenção dos dirigentes do país. Hoje Ribeirão Preto é uma das principais cidades do interior paulista. Conta 81 000 habitantes, sendo que as cidades 50 000. Possui cêrca de 9 400 prédios, 14 000 alunos, matriculados em seus diversos cursos, que vão dêsde o primário até o superior. Município policultor, a estatística provou que em 1940, colheu cêrca de 150 milhões de cruzeiros, de produtos diversos. Inteiramente calçada, com ótimos edifícios, boa água, luz elétrica, está se transformando ràpidamente em centro industrial.

★

**Rio Grande — (Rio Grande do Sul)**

REÜNIÃO DE SUB-PREFEITOS — O Sr. Roque Aita Júnior, Prefeito Municipal do Rio Grande, promoveu no dia 30 de março uma reünião dos Sub-Prefeitos de todos os distritos municipais com os quais acertou medidas de ordem administrativa e de interêsse coletivo, tendo sido discutidas providências com referência ao prosseguimento do trabalho rodoviário no município, ao tabelamento de preços, à distribuïção de mudas e sementes, à instrução pública, ao censo distrital, às comunicações e transportes e vários outros assuntos de interêsse geral.

★

**Santo André — (São Paulo)**

OBRAS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA — Em março último, esteve em visita à estação para tratamento de água, destinado ao abastecimento de Santo André, a qual está sendo construída pela respectiva Municipalidade, o Interventor Fernando Costa.

De acôrdo com dados relativamente recentes, (1940), nos oitocentos quilômetros quadrados de Santo André vivem perto de cem mil pessoas sendo que só na sede do município a popoulação se eleva a cêrca de sessenta e cinco mil almas. Possue Santo André para mais de 300 indústrias, entre manufatureiras e extrativas, ocupando mais de vinte mil operários, e cobrindo uma área de mais de seiscentos mil metros quadrados. A fôrça motriz empregada por essas indústrias assim se discrimina: elétrica — 29,300 H.P.; vapor 4,151 H.P.; hidráulica — 10 H.P.

Para atender às necessidades do serviço de abastecimento de Santo André, de acôrdo com os cálculos feitos, são necessários, diàriamente 25 milhões de litros de águas, havendo dois projetos em estudo para êsse fim: o de se recorrer ao abastecimento de Rio Claro ou o de se utilizarem as represas da Light.

Os serviços de canalização, a rêde de abastecimento, os depósitos reservatórios e demais instalações exigidas para a conclusão do serviço de águas já foram pràticamente ultimados, ficando na dependência, apenas, da ligação defitiva aos mananciais.

SOCIEDADE DOS AMIGOS DE SÃO BERNARDO — Realizou-se, no dia 12 de junho, na vila de São Bernardo, a cerimônia da posse da primeira diretoria eleita da Sociedade dos Amigos de São Bernardo, recentemente fundada para defender os interêsses da localidade e pugnar pela restauração de sua autonomia administrativa. Fizeram-se ouvir na reünião os srs.: Atílio Zeboli, Atílio Miele, Armando Setti, José Luiz da Graça Veiga, José Penteado, Pedro Giannotti e Wallace Simonsen, presidente.

★

**Santo Ângelo — (Rio Grande do Sul)**

70.º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA — *Inauguração da Biblioteca Municipal* — O município de Santo Ângelo, festejou no dia 21 de março o 70.º aniversário de sua emancipação política, tendo sido inauguradas a Biblioteca Pública Municipal, que conta com 1 000 volumes, e o novo edifício da cadeia local. Por ocasião da inauguração da Biblioteca, falaram o Prefeito, sr. Policarpo Gay, e o major Quirino Nunes Pereira, um dos mais antigos habitantes do Município.

★

**Santos — (São Paulo)**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO — *Palestras pelo rádio* — O Instituto Histórico e Geográfico de Santos, vem realizando uma série de palestras pelo rádio, tendo sido levadas a efeito em maio as seguintes: pelo sr. Jaime Diniz, no dia 13, sôbre a Abolição da escravatura; Sr. Dário Ribeiro Filho, no dia 18, sôbre o Dia da Imprensa; e pelo Sr. Gervásio Bonavides, no dia 24, sôbre a Batalha de Tuiutí.

CONFERÊNCIA SÔBRE A PRAÇA MAUÁ — Reüniu-se no dia 5 de junho, o Instituto Histórico e Geográfico de Santos, tendo pronunciado uma conferência sôbre a Praça Mauá o Sr. Alfredo do Amaral Rocha, na série de palestras que o Instituto vem promovendo sôbre a história das ruas da cidade e suas denominações. No dia 12 teve lugar uma sessão solene, sendo recebida a Sra. Itací de Sousa Teles. Fêz a saüdação oficial o Sr. Ismael Alberto de Sousa.

★

**São Borja — (Rio Grande do Sul)**

O 78.º ANIVERSÁRIO DA INVASÃO DE S. BORJA — Comemorou-se no dia 10 de junho, o 78.º aniversário da invasão de São Borja, pelo exército paraguáio, comandado por Estigarríbia, na qual as armas brasileiras se cobriram de glórias. Os soldados em canoas e balsas procuraram tomar pé no local conhecido pelo nome de "Barranca Pelada", sendo repelidos pelos cem bravos do major José Rodrigues Ramos. Os invasores conseguiram desembarcar em diversos pontos, avançando até os arrabaldes da cidade, travando-se então, o combate no local onde se inaugurou naquele dia o monumento aos brasileiros que alí morreram quando lutavam pela defesa da cidade e até surgir o 1.º Batalhão de Voluntários da Pátria, que forçou os paraguáios à retirada. Tempos depois, os habitantes ergueram uma cruz de madeira, em memória dos bravos defensores que alí cairam na defesa do solo pátrio. Sôbre o monumento mandado erguer pelo general Gaspar Dutra, foi fixada a

cruz de madeira original. Nos escudos de bronze estão inscritos os nomes dos mortos e feridos que foram elogiados e condecorados pela bravura demonstrada nos combates. O ato foi presidido pelo Gal. Sousa Doca, que foi especialmente ao Rio Grande do Sul para representar o Sr. Ministro da Guerra na solenidade.

★

**São João da Boa Vista — (São Paulo)**

EMPRÉSTIMO PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DO ABASTECIMENTO DÁGUA E CANALIZAÇÃO DE ESGÔTO DA SEDE DO MUNICÍPIO — O *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, em sua edição de 28 de abril, publicou o decreto-lei n.º 32, de 22 de abril, do Prefeito Municipal de São João da Boa Vista, autorizando a Prefeitura a contrair um empréstimo da importância de Cr$ 4 323 000,00, destinado à ampliação e reforma do abastecimento de água e canalização de esgôto da sede do município e resgate do saldo do empréstimo anteriormente contratado, por escritura pública de 11 de outubro de 1911.

★

**São Luiz — (Maranhão)**

TOMBAMENTO DAS OBRAS COLONIAIS — Realizou-se no dia 31 de maio, a solenidade da instalação da Comissão Especial, designada pelo Prefeito local, para o tombamento das obras coloniais de São Luiz.

★

**São Paulo — (São Paulo)**

MONUMENTO AO DUQUE DE CAXIAS — O Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, na sessão realizada no dia 11 de março, aprovou o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de São Paulo, que autoriza a construir o Monumento ao Duque de Caxias, no largo do Paissandú.

RECENSEADA A POPULAÇÃO PARA O RACIONAMENTO — No dia 27 de junho foram realizados os trabalhos de recenseamento dos consumidores, entre a população da capital de São Paulo. Tôda a população formou, desde bem cedo, extensas filas diante dos 108 estabelecimentos de ensino em que foram instalados postos censitários. Mais de dois mil professores, 250 "Fags" da Organização Feminina Auxiliar de Guerra além de pessoas escaladas para outros serviços auxiliares, prestaram a sua cooperação. Durante os trabalhos realizados, os postos censitários atendiam em média 400 pessoas por hora.

★

**Teresina — (Piauí)**

REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PREFEITURA — Acompanhado de seus auxiliares imediatos, em maio último, esteve em visita às obras de remodelação do edifício da Prefeitura da capital do Estado, o Sr. Interventor federal no Piauí, sendo recebido pelo Prefeito, Sr. Rego Monteiro, e engenheiro Luiz Pires Chaves.

★

**Tupã — (São Paulo)**

PROJÉTO DE CRIAÇÃO DA 2.ª ZONA DISTRITAL — Pelo Sr. Interventor federal em São Paulo, foi submetido à apreciação do Departamento Administrativo do Estado o projeto de decreto-lei criando no distrito de paz de Rinópolis, município de Tupã, comarca de Pompéia, a 2.ª zona distrital (Canaan).

A 1.ª zona distrital (Rinópolis) terá as seguintes divisas com a 2.ª zona distrital (Canaan):

Começam no Ribeirão Jurema na barra do córrego Itaguí, pelo qual sobem até sua cabeceira mais ocidental, donde vão, em reta, à cabeceira do córrego Drava, no contravertente, descem pelo córrego Drava e pelo ribeirão do mesmo nome até a barra do córrego Lagoa.

A 2.ª zona distrital terá as seguintes divisas com a 1.ª zona distrital (Rinópolis):

Começam no ribeirão Drava na barra do córrego da Lagôa, sobem pelo ribeirão Drava e pelo córrego do mesmo nome até sua cabeceira mais ocidental, na contravertente do córrego Itaguí pelo qual descem até sua barra no ribeirão Jurema.

★

**Uruguaiana — (Rio Grande do Sul)**

1.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — Em fevereiro último, Uruguaiana festejou o 1.º centenário de sua fundação, o que teve lugar no dia 24 de fevereiro de 1843, por iniciativa de Domingos José de Almeida, então ministro da República Riograndense. As comemorações tiveram início no dia 22, com uma sessão cívica no Teatro Carlos Gomes, falando o Prefeito local, Sr. Francisco Maria Piquet e vários outros oradores. No dia 23, as cerimônias tiveram início pela manhã, com o hasteamento da Bandeira, tendo lugar em seguida uma grande parada militar, assistida pelo cel. Edgard Dutra, comandante da Divisão, prefeito e demais autoridades. À tarde realizou-se uma concentração na praça da Rendição, tendo como orador oficial o advogado Alberto de Lemos, representante da Liga de Defesa Nacional. Às 18 horas monsenhor Wolski celebrou solene Te Deum na catedral, com entronização da Bandeira Nacional e do pavilhão da Santa Fé. Na cripta da Catedral foi inaugurada uma placa comemorativa. O arrriamento da bandeira foi presidido pelo coronel Dutra. Às 22 horas, a prefeitura promoveu nos salões do Clube Comercial, um grande baile oficial.

A Loja Maçônica local comemorou o centenário fazendo uma grande distribuïção de víveres e dinheiro entre a gente pobre da cidade.

3.ª *Exposição de livros de autores riograndenses* — Promovido pela Academia Literária Riograndense será realizada em setembro próximo, na cidade de Uruguaiana, a 3.ª Exposição de Livros de autores riograndenses, em comemoração do 1.º centenário da fundação daquela cidade.

★

**Vacaria — (Rio Grande do Sul)**

COLÔNIA MODELO — SERVIÇOS DE ÁGUA — NOVO EDIFÍCIO PARA A PREFEITURA — Em junho último, esteve em Pôrto Alegre, o Prefeito de Vacaria, major Dorneles Filho, tendo resolvido vários assuntos que dizem respeito ao Município, inclusive a demarcação da Fazenda do Pinhal, uma questão que existe há 72 anos. Nêsse sentido, o govêrno do Estado, por intermédio da Secretaria da Agricultura, resolveu a demarcação daquela extensa glêba de terras e matos, loteando-a em colônias, nas quais serão estabelecidas quatrocentas famílias, que ocupam as terras há muito tempo e onde, sob a orientação técnica da Secretaria da Agricultura, organizar-se-á uma colônia modelo.

Outro assunto que ficou encaminhado para uma solução foi o dos serviços de água para a cidade de Vacaria. Os estudos feitos há tempos pela Secretaria das Obras Públicas se encontram em sua fase final, achando-se o expediente agora, na Diretoria das Prefeituras Municipais, onde se estuda a viabilidade de um empréstimo para atacar os serviços. A distribuição de água far-se-á através de uma usina hidráulica. Juntamente com êste expediente, também se acha na Diretoria das Prefeituras, após ter recebido parecer favorável da Secretaria das Obras Públicas, o relativo à encampação da Usina Elétrica da cidade, cujo prazo de concessão está por se esgotar. Para atender os serviços de água e luz, o município fará um empréstimo, encontrando-se os estudos preliminares em andamento.

O atual edifício da Prefeitura de Vacaria, que conta com quase cem anos de existência, está ameaçando ruir, tendo o Prefeito também tratado da construção do novo edifício. O projeto foi elaborado na Secretaria das Obras Públicas, sendo as obras orçadas em cêrca de 360 000 cruzeiros.

**O Conselho Nacional de Geografia é constituído pelo "Diretório Central" na Capital Federal, por um "Diretório Regional" em cada capital de Estado e por um "Diretório Municipal" em cada Prefeitura.**

# Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos

## Ministro Francisco José de Oliveira Viana

Incluindo o Sr. Oliveira Viana entre os grandes vultos da geografia brasileira, assim procedemos pelo que representa sua obra para aqueles que se dedicam aos estudos geográficos em nosso país.

Embora não seja um *geógrafo,* no que êste têrmo implica de especialização, e no estudo dos problemas pátrios não focalize exclusivamente o aspecto geográfico, reconheçamos, entretanto, que é inestimável sua contribuïção nêste sentido. De tal maneira, que hoje ninguém poderá mais pretender, com honestidade, tratar de geografia humana do Brasil, sem consultar os seus livros e levar em conta suas informações.

Oliveira Viana é, na verdade, um sociólogo. No Brasil contemporâneo "o maior de todos", segundo Tristão de Ataíde — e a mocidade estudiosa, sua discípula.

Investigador atento das questões sociais, nunca desprezou na marcha das pesquisas e na elaboração das teorias, os dados geográficos. Impressionou-o sempre a *terra,* com os seus acidentes, o seu clima. Homem de legítima formação rural, cuja infância transcorreu em contacto com a gleba e as distâncias, êle nunca poude esquecer essa impressão física que o cenário deixou insculpida em sua lembrança.

No livro de estréia — *Populações Meridionais do Brasil* — evidenciou a enorme importância que atribue ao *habitat,* como condicionador da história social e cultural.

"... Mesmo que fôssem homogêneos os *habitats* e idêntica por todo o país a composição étnica do povo, ainda assim a diferenciação era inevitável; porque — levando sòmente em conta os fatores sociais e históricos — é já possível distinguir, de maneira mais nítida, pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo-sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com os seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho. E', impossível confundir êsses três *habitats.* Os três grupos regionais não se distinguem, aliás, apenas em extenção; se fôsse possível sujeitá-los a um corte vertical, mostrariam igualmente diversidades consideráveis na sua estrutura íntima".

Daí em diante êle sempre dividiu, sempre *regionalizou* o Brasil, para pesquisar a ocorrência dos fenômenos sociais. Tratando de cada zona, analisa os costumes, as atividades da população, as instituïções locais, tudo relacionando com a natureza.

Comparando, por exemplo, o trabalho pastoril com o trabalho agrícola, repara que o primeiro educa o caráter para as ações agressivas, enquanto a agricultura abranda, ameiga, sensibiliza, domestica. Isto forneceu-lhe a chave para a compreensão de muitas atitudes das populações sulinas, através da evolução nacional.

Não fica nas observações locais. Considerando as relações de inter-dependência que ligam todos os fatos na vida de um povo, chega a atribuir aos fatores geográficos um papel vital na história política do Brasil. Relembremos aquí uma única frase, da *Evolução do Povo Brasileiro,* referente ao período republicano: "Livres do fascínio imperial, é a vez dos fatores geográficos reivindicarem os seus direitos".

Autoridade de incontestável mérito em questões de antropologia, seus trabalhos neste campo de estudo, embora pouco divulgados, são bem vultuosos. Seu pequeno livro *Raça e Assimilação,* obra extraordinária de síntese, de erudição e de equilíbrio, veio agitar, pela primeira vez em nosso meio, sèriamente, o problema da formação étnica. Evidenciou a importância dêsses estudos para o nosso próprio futuro de nação; porque, com as experiências já existentes, devemos regular a imigração, policiar o caldeamento interno — *construir,* enfim, o material humano porvindouro, tecendo o plasma étnico ... racionalmente.

Trabalho que se desdobra no plano da antropologia e da etnografia, interessa de maneira absoluta aos geógrafos. Divide-se em duas partes principais. Na primeira — "Os problemas da raça" — trata, em três capítulos, dos seguintes assuntos: *Raças históricas, raças nacionais e raças zoológicas; bio-tipologia* e *psicologia étnica; os tipos antropológicos e os problemas da bio-sociologia.* A parte segunda — "Os problemas da assimilação" — subdivide-se da seguinte maneira: *O "melting-pot" e os seus métodos de análise matemática; os grupos arianos ao sul e a sua tendência à assimilação; os aspectos antropológicos do "melting-pot" brasileiro ao sul.* A última edição está, ainda, enriquecida de um grande número de *notas complementares.*

*Raça e Assimilação* é uma espécie de introdução, um quase prefácio às obras de maior envergadura que o Mestre está elaborando: *O Ariano no Brasil* (biologia e mesologia da raça) e *Antropologia Social* (psicologia e sociologia da raça).

Oliveira Viana escreveu pouco até hoje. Pouco, considerando-se êsses fabricantes de livros que andam por aí, num delírio de compilações deselegantes e apressadas. Seus livros são harmoniosos, definitivos. Não os modifica nas segundas edições; pelo contrário, chama atenção para as teses, cuja veracidade a marcha do tempo comprovara. Vejamos, por exemplo, êste trecho do prefácio aposto à última edição de *Evolução do Povo Brasileiro:*

"... Êstes dez anos, decorridos depois da sua primeira edição, não trouxeram nenhum desmentido às suas afirmações; antes, as robusteceram em muitos pontos. Tôdas as tendências nele assinaladas, sociais, étnicas e políticas, se acentuaram cada vez mais: *Socialmente* — a tendência colonizadora para os chapadões centrais; *Etnicamente* — a evolução arianizante dos nossos grupos miscegêneos; *Politicamente* — a evolução para a centralização, para a ascendência do poder central".

Quase todos os livros de Oliveira Viana não nasceram de um plano preliminar, de conjunto. Surgem com o tempo, integração necessária — lógica — de estudos esparços, empreendidos com método e objetividade. Trabalhos êsses publicados primeiramente em jornais, revistas e depois, refundidos, completados, articulados com outros, compondo os livros. "Função política das populações do centro-sul", um artigo estampado na *Revista do Brasil* antes de pensar, com segurança, no lançamento de *Populações...* seria, neste livro, o último capítulo. Concluiu a obra no seu escritório de advocacia, no Rio, enchendo centenas de cartões. Monteiro Lobato, tìmidamente, resolve lançar o livro (1920); uma aventura autêntica, que arranca do editor, tempos depois, a seguinte frase: "é um êrro escrever livros grandes, no Brasil"... Mas êste grande livro, assinala o Sr. Nelson Werneck Sodré, "marca um instante nítido na evolução da mentalidade brasileira. Tem uma função de divisor de águas."

A seguir, com intervalos longos, vai produzindo outros livros, que, aos poucos, vão emitindo a seu favor um passaporte de Mestre, ante o qual abrem-se as instituïções culturais do Brasil e do estrangeiro, curvam-se atentos os discípulos, interessa-se o próprio Govêrno, através de seus órgãos técnicos.

É solicitado para mil coisas. Reconhecem seu valor, os companheiros de geração; é um intérprete das elites intelectuais.

Em 1924 escreve *O idealismo na contituïção* "a pedido ... para o depoïmento da geração republicana". Em 1927 foi encarregado pelo Instituto Histórico de escrever sôbre um período da vida imperial — daí nasceu *O Ocaso do Império.* Antes já havia sido distinguido com um convite para redigir o capítulo sôbre o processo étnico em nosso País, no grande dicionário histórico e geográfico comemorativo do centenário da nossa independência.

Com a criação do Ministério do Trabalho em 1930, o Sr. Oliveira Viana foi chamado a prestar a colaboração de sua inteligência e de sua cultura, ao novo órgão estatal. Como consultor jurídico dêste ministério desenvolveu um papel notável, orientando as novas gerações de juristas nos então desconhecidos — para nós — caminhos do direito social. Abandonou aí, por uns tempos, os velhos estudos realizados nas fontes bibliográficas francesas familiarizando-se com os tratadistas italianos e americanos, autoridades em questões trabalhistas. De outra feita já havia dado sua colaboração pessoal a um órgão público, o "Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro". Do Ministério do Trabalho êle iria ocupar uma das cadeiras de Ministro do Tribunal de Contas da República.

A vida do Autor de *Populações Meridionais do Brasil* tem singularidades. Uma delas, talvez a maior, a mais significativa, é que nunca deixou a província. Homem de formação rural "como se orgulha de ser", dir-se-ia que êle não pudera — ou desejara — afastar-se por completo da tranquilidade, do bucolismo provinciano. Sua casa em Niterói está providencialmente afastada de todos os ruídos urbanos, é o recanto ótimo para a meditação e para o trabalho intelectual. Uma vivenda simples, sem ostentações burguêsas, *brasileirissima* no seu aspeto interno. Não faltam, nem siquer, o *café* hospitaleiro oferecido ao visitante ou o gato preguiçoso descançando na cadeira. Tem sido aumentada, melhorada em suas instalações, porém, estruturalmente conserva-se a mesma que o velho Francisco José de Oliveira Viana mandara construir.

Ainda existe um outro detalhe interessante ligado a esta casa. Construiu-a o pai de Alberto de Oliveira. O laureado poeta seria um dos maiores amigos do insigne sociólogo. Oliveira Viana haveria de substituí-lo na Academia Brasileira.

.....

É do seu discurso de posse nesta instituïção o seguinte trecho:

"Talhados no bronze da mais pura e clássica linguagem, os seus poemas hão de ficar entre os mais perfeitos padrões da formosura do nosso idioma e da capacidade artística da nossa gente. Sôbre êles poderemos repetir aquela predição de Lugones a propósito da obra de Sarmiento: — *Todo acaba en tumba sobre la tierra, menos la palabra hermosa.*

.....

Manteve essas longas relações com Alberto de Oliveira como também soube ser o bom amigo de outros homens. Constitue mesmo apanágio de sua pessoa, essa capacidade de entreter amizades. Aí, como em muitas outras coisas, êle é o homem rural. Porque no campo os laços de amizade são sagrados, transmitem-se de pais a filhos, criam deveres. Oliveira Viana sabe dar a todos uma palavra de confôrto, de estímulo, de orientação. Para os moços que freqüentam sua casa êle é o mestre sereno, o guia clarividente. Para os velhos, é o quase-confessor, cuja palavra abranda as dôres morais, reanima as almas feridas. Numa noite, uma noite de domingo, cheia de estrêlas, conversavamos na sala de visitas, quando alguém se fêz anunciar. Era um conhecido escritor, um respeitável homem de letras, de cabeça tôda branca, que viera visitá-lo. Passara esta pessoa por um golpe cruel, perdendo um ente querido. Estava só e não queria recolher-se àquela noite sem sentir, pelo menos por alguns instantes, a palavra confortadora de Oliveira Viana. Foram à Cidade Antiga, divagaram sôbre *A Eneida,* falaram na Acrópole, em Esquílo. E cremos que o visitante saiu com o espírito preparado para uma noite tranquila.

Dêste dia guardamos uma substanciosa frase do Mestre. Uma frase que traduz tôda sua veneração pela cultura greco-romana. Folheando-se os têxtos dos clássicos ficaremos convencidos de que nenhum segrêdo restou para os outros homens descobrirem. E' mesmo preciso ler os filósofos gregos — disse o Professor — para ficar em dia com a física, a astronomia *modernas* —, ou de um modo geral, com a *ciência* contemporânea...

"Acredito mesmo que a humanidade já atravessou um certo período em que a *capacidade de vidência,* hoje um tesouro dos gênios, foi uma virtude de *todos* os homens. De outro modo não compreenderemos como puderam os

homens dêsse tempo, sem bastantes recursos instrumentais, descobrir certas verdades, enunciar certos princípios, aos quais o homem do século XX só poude chegar, após mil pesquisas nos seus laboratórios fáusticos"...

Essas meditações, porém, não o afastam da terra, não o divorciam do seu povo, nem de si mesmo. Entre dois conceitos profundos, êle relembra antigas superstições ouvidas na roça, ou conserva um respeito quase religioso pelos costumes tradicionais. Não permite, por exemplo, que o visitante sáia por uma porta que não seja aquela pela qual entrou.

Numa noite, jantávamos em sua residência, quando de súbito, ao estouro de uma bomba la fora, Oliveira Viana chama um garoto da cozinha; baixinho, transmite-lhe instruções e dá-lhe dinheiro. Em seguida nos explica: "lembrei-me que hoje é dia de Santo Antônio e eu nunca deixei de soltar uns fogos nesta data..."

Oliveira Viana não é católico. Não pertence à Igreja, no que isto significaria praticar o culto, submeter-se a uma disciplina religiosa. Entretanto, segue as tradições católicas de família. Sua casa tem imagens; no seu gabinete de trabalho há um grande crucifixo na parede. De fato, êle não se esquece nunca dos princípios cristãos. "Não sendo religioso" — disse nos certa vez um amigo comum — "eu tenho sempre a impressão, quando converso com êle, de que embora católico praticante, não passo de um pecador em face de sua pureza quase sôbre-humana".

Êle não chegou a conhecer bem o pai; o velho Francisco José de Oliveira Viana morrera quando o filho andava pelos dois anos. Seria educado pela sua mãe, d. Balbina Rosa de Azeredo Viana. Eram seis irmãos ao todo, dois homens e quatro mulheres.

Nascido a 20 de junho de 1883 na fazenda da família, em Saquarema, passou a infância no silêncio bucólico dêsse rincão fluminense. Entretanto, quando atingiu a idade escolar, vieram todos para a cidade. Reanimou-se a vivenda niteroiense. Daí em diante Oliveira Viana não se afastaria nunca, de maneira definitiva, desta casa.

O destino ainda teimou em levá-lo ao campo. Terminara o curso de preparatórios e deveria preencher o lugar do pai, na administração da fazenda. Ao irmão mais velho, sim, estaria assegurado o ingresso na escola superior. Aquilo era coisa determinada. Mas o jovem José Francisco tinha inclinação maior pelos livros. Trocaram-se os destinos.

Hesitou longamente entre a engenharia e o direito. Se o manuseio das leis, as leituras de Ferri, Garofalo, inclinava-o aos estudos jurídicos — os cálculos numéricos exerciam sôbre êle uma verdadeira fascinação. Acabou optando pela toga. Mas vingou-se da própria resolução, ensinando matemática, de 1906 a 1916. Lidou por muitos anos com os números.

Foi mesmo a matemática que o conduziu aos estudos sociais, pela familiarização do cérebro às ginásticas mentais e às construções teóricas. Seu contacto com a obra de Le Play e Demolins viria, justamente, completar o seu equipamento cerebral para as árduas — e apaixonantes — pesquisas no plano do social.

Dotado de uma curiosidade intelectual sem limites, entregou-se de corpo e alma, a êsses estudos. Manejando o espanhol, o francês, o inglês, o alemão, poude conhecer os maiores mestres da sociologia e ciências afins. Até agora mantém-se em dia com tudo o que se publica nesse campo, recebendo regularmente as principais revistas estrangeiras especializadas. Sua biblioteca atinge alguns milhares de volumes; entretanto, nos confessou: "teria produzido mais, se houvesse estudado menos; o importante é conhecermos as obras fundamentais em cada assunto e desprezarmos o resto"...

Mais ainda do que pela sua cultura, pelos seus livros e descobertas, admira-se o Mestre pelas virtudes pessoais, por essa soma de valores que se traduzem nesta única expressão: sua *personalidade*.

De fato, quem já teve oportunidade de conhecer a sua obra,. retendo dessa leitura a imagem de um homem bom, de gestos largos, de fisionomia serena, não se terá enganado. Êle é muito parecido com os seus livros, pelo equi-

líbrio, pela profundidade, pela extranha fôrça dos seus conceitos. Sempre que escreve procura abranger os assuntos na sua totalidade. Procura dizer *tudo*, sem dizer *muito*. Ao invés de alimentar a vaïdade de um enciclopedismo inócuo e extemporâneo, busca, pelo contrário — e apenas — o *espírito* das coisas, indo à essência dos fatos. E' um sociólogo, que merece incontestàvelmente a designação de *cientista*.

Conversando, conserva-se o mesmo. Quando esclarece um discípulo, no seu amplo gabinete de trabalho, não se contenta sòmente com as palavras, como se admitisse, no íntimo, a dúvida do interlocutor; vai aos livros, apanha volumes e mais volumes nas estantes e mostra, *documenta* as afirmativas. Caracteriza-o a preocupação de ser *honesto* nas teses que sustenta. Quase sempre evita as exposições orais; prefere indicar as fontes, às vêzes os seus próprios livros, onde as dúvidas poderão desfazer-se. Mas esta atitude não deriva de uma incapacidade de fazer considerações — defender um ponto de vista — à viva voz. Absolutamente. Se o interlocutor insiste e consegue despertar nele o *entusiasmo*, êsse entusiasmo santo que os intelectuais alimentam pelas suas idéias, pelas suas conclusões — se conseguimos isso, repetindo, então é êle que nos arrasta, é êle que nos conduz pelos caminhos maravilhosos da sabedoria até o cume da montanha azul da verdade. E como sua cultura polimórfica sugere mil coisas no decorrer do raciocínio, na marcha do pensamento, toma com exclusividade a palavra, respondendo à pergunta inocente — com uma aula. Então nos sentimos prisioneiros daqueles instantes, sem coragem e sem desejo de interrompê-lo. Sua hospitalidade não é, pois, apenas aquela que se concretiza na mesa franca, no gesto amigo e anfitriônico das recepções cavalheirescas. Vai além. E' mais sutil, mais requintada. Êle abre as portas e janelas do seu pensamento àqueles que se aproximam, colocando ao alcance de todos as áureas moedas do seu tesouro.

É uma virtude que o distingue entre tôdas: accessibilidade. Sim, não é de modo algum o acadêmico, o homem cheio de formalismos, inabordável em sua tôrre de marfim. Tampouco desce até os outros. Sua simplicidade, suas maneiras democráticas não expressam, de modo nenhum, um plebeismo de procedimento. O que permite com generosidade é que todos subam até o plano superior em que êle respira — para que a identificação espiritual condicione a confiança, torne possível a compreensão.

Sua capacidade receptiva não tem limites. Como outros grandes homens compreendeu que existe sempre algo para aprender, mòrmente com os principiantes — sobretudo com os moços. Não se enclausura nas muralhas de pedra do *seu* tempo, da *sua* geração, da *sua* ciência. Admitiu a grande verdade de que "para o espírito não existe o tempo". É universal, pelo pensamento, livre de tôdas as contingências de espaço e de tempo. Tem o cérebro sintonizado no momento que passa, à espera da onda porvindoura. A sensibilidade intelectual — antena, identifica-o com os moços, irmana-o — sempre — à geração mais nova. Encontra nesse contacto com os jovens, um modo de conservar, também, a sua mocidade; é um processo de receber as sugestões da hora presente. É como se êle folheasse um livro vivo, onde estivessem registradas as atitudes de *uma* humanidade, o retrato de *um* mundo. Reside aí o segrêdo de sua objetividade, a chave do seu poder de vislumbrar o futuro *antes dos outros*. Foi e é o pioneiro. Talvez em tôda sua existência a época em que mais viveu o *presente* seja êste presente que estamos vivendo. Isto é, a era da justiça social, da democracia orgânica, do govêrno forte. Mas não é só nos horizontes da Política que anunciou e trabalhou — doutrinando — por alguma coisa nova. Foi, sobretudo, na própria sociológia que êle desepenhou a missão espinhosa de *desbravador*. Há vinte anos, quando se dispunha a lançar o seu primeiro livro, o clima era absolutamente impróprio para os trabalhos daquele gênero. O Brasil atravessava uma crise série de bacharelismo, no que esta palavra expressa de declamação livresca, de conhecimentos superficiais. "A época" — escreve um autor, referindo-se àquele período — "é de pleno prestígio da auréola de Rui. E Rui é o verbalista, a análise superficial, o gôsto da tese acadêmica, o prazer do debate do têxto constitucional de acôrdo, apenas com o próprio têxto, a sua letra ou o seu espírito... Rui nunca desceu à pesquisa social. A sondagem vertical não o seduzia. Mas os grandes levantamentos horizontais..."

Pois bem. O jovem Oliveira Viana, contrariando o verbalismo triunfante, desejou fazer algo diferente. E' claro que teve mestre, possuiu fontes de inspiração. Mas essas fontes não exerceram nele influência absoluta, despersonalizadora; possuiu virilidade intelectual para escolher os próprios roteiros. O maior entre os seus mestres — é bom lembrar — foi Sílvio Romero. Isto nos disse em pessoa o autor de *Populações Meridionais*... Muitos o imaginam — até hoje — um discípulo fidelíssimo de Alberto Tôrres. Tal não acontece, embora revele sua obra grandes pontos de contacto com a de Tôrres. Embora seja êle mesmo partidário de muitas teorias defendidas por Tôrres. Seu parentesco com o autor de *Organização Nacional* compreende-se mais como um paralelismo de idéias — do que como uma dependência. Paralelismo que, aliás, não exclue alguns conflitos, algumas divergências. Foi até um crítico do pensamento torreano, através das colunas de *O País*, onde colaborou no princípio de suas atividades intelectuais. Mas, divergindo — e por isto mesmo, talvez — foi um grande amigo de Alberto Tôrres.

Dominou-o, desde o primeiro instante, a santa obsessão do realismo. Nada de *literaturas*, de divórcio com o meio. Devemos combater a imaginação latina, nossa tendência para devaneios, fantasias. É preciso estudar a terra e seus problemas. "Êsses povos, que assim praticam o culto conciente e sistemático da própria ilusão, estão condenados a perecer. Quem os vai eliminar são êsses rijos manipuladores de fatos e realidades, êsses povos práticos e experimentalistas, cujo esplêndido senso objetivo das cousas da vida os escuda contra as sugestões e as insídias de um certo otimismo, que ao invés de aceitar as verdades cruéis ou dolorosas para corrigí-las ou elidí-las, preferem dissimulá-las, recobrindo-as do recamo florejante das ficções amáveis".

Escreveu, de outra vez:

"O problema de nossa salvação tem que ser resolvido com outros critérios, que não os critérios até agora dominantes. Devemos doravante jogar com fatos, e não com hipóteses; com realidades, e não com ficções; e, por um esfôrço de vontade heróica, renovar nossas idéias, refazer nossa cultura, reeducar nosso caráter".

Êle alimenta pela Pátria êsses sentimentos peculiares aos homens cuja formação se processou numa sociedade, onde não se apagaram ainda as próprias tradições monárquicas.

Neste patriotismo existe um *outro lado*: É a sua afeição pelo recanto meigo da terra que o viu nascer. Refere-se com um carinho enorme à velha Província dos canaviais e dos cafezais. E' um entusiasta dos fluminenses, das qualidades eugênicas dêste povo que já deu à nacionalidade grandes estadistas, guerreiros, escritores.

Mas não é só o enamorado de sua terra e do seu povo. Não permanece nos contemplativismos inconseqüentes. No momento atual é, acima de tudo, o brasileiro que comunga com os contemporâneos, no mesmo sentimento pela defesa do nosso patrimônio. Escritor, sua pena está, de há muito, a serviço do Brasil. Pátria que êle ama com essa exaltação que só os homens do campo sabem viver.

A. M.

## BIBLIOGRAFIA DE OLIVEIRA VIANA

Observações — *Infelizmente não pudemos reunir os dados necessários para apresentar uma relação completa dos numerosos trabalhos de Oliveira Viana, saídos em jornais e revistas do Brasil e do Estrangeiro. Nosso esfôrço neste sentido esbarrou na própria impossibilidade do Mestre em nos orientar. Êle não possue, colecionadas, essas centenas de páginas soltas, balizadoras do seu roteiro intelectual. Esclareceu que nenhuma importância apresentam para os que se interessam pela sua obra, pois, os artigos que êle reputa mais substanciosos foram desenvolvidos largamente, nos livros. Os outros, justificou modestamente, são dispensáveis.*

*Seu apostolado na imprensa — poderemos esclarecer —começou num jornalzinho de Saquarema*: A Ordem. *Cêdo, em* 1908, *freqüentaria as colunas do* Diário Fluminense *e de* A Capital. *Neste último desenvolveu forte campanha doutrinária contra um certo "Partido Conservador", de orientação posi-*

*tivista. Depois vai às colunas de* A Imprensa, *de Alcindo Guanabara e às de* O País. *Publica trabalhos, a seguir, na* Revista do Brasil, *no* Correio da Manhã, *em* O Estado de São Paulo, *no* Jornal do Comércio, *na* Revista de Estudos Jurídicos *e em muitos outros órgãos da imprensa diária e periódica.*

*Hoje, embora um pouco arredio das redações, — jornalismo é dispersivo — vem escrevendo ùltimamente no diário* A Manhã. *No matutino dirigido pelo Sr. Cassiano Ricardo, Oliveira Viana tem abordado, em particular, assuntos referentes à guerra nos seus múltiplos aspectos e o papel do Brasil no após-guerra.*

Publicamos, a seguir, a ficha bibliográfica de Oliveira Viana:

1922 — *Os tipos étnicos brasileiros* — (*in Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil*) — Rio de Janeiro.

1926 — *O Ocaso do Império* — Companhia Melhoramentos de São Paulo — São Paulo.

1927 — *O crédito sôbre o café* — Rio.

1930 — *Problemas de Política Objetiva* — Companhia Editora Nacional.

1932 — *Formation étnique du Brésil Colonial* — (separata da "Revue d'Histoire des Colonies") — París.

1938 — *Evolução do Povo Brasileiro* — Companhia Editora Nacional — São Paulo e (3.ª edição). Desta edição existem traduções argentina e japonesa.

1938 — *Populações Meridionais do Brasil* — Companhia Editora Nacional — São Paulo (4.ª edição).

1938 — *Problemas de Direito Corporativo* — Livraria José Olímpio — Rio.

1938 — *Raça e Assimilação* — (3.ª edição) — Companhia Editora Nacional — São Paulo.

1939 — *As novas Diretrizes da Política Social* — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. (Ministério do Trabalho) — Rio.

1939 — *O Idealismo da Constituïção* — Companhia Editora Nacional — São Paulo (2.ª edição).

1942 — *Pequenos Estudos de Psicologia Social* — Companhia Editora Nacional — São Paulo (3.ª edição).

1942 — *O Problema Social Brasileiro e o Papel das Instituïções Sindicais e de Previdência* — (in Os Grandes Problemas Nacionais — vol. 1) Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio

*Os Imigrantes Germânicos e Slavos e sua caracterização antropológica* — (trabalho publicado na Revista de Imigração e Colonização, ano I, n.º 1).

*Os Imigrantes Semíticos e Mongois e sua Caracterização Antropológica* (trabalho publicado na Revista de Imigração e Colonização, ano I, n.º 4).

## BIBLIOGRAFIA SÔBRE OLIVEIRA VIANA

*Oliveira Viana* — Geraldo Bezerra de Menezes — (fragmento de um ensáio publicado no *Jornal do Comércio* de 22-3-42).

*O que pensa Oliveira Viana sôbre a ordem no "post-bellum"* (reportagem de Anselmo Macieira publicada na *Revista da Semana*, de 7-11-42).

*Orientação do Pensamento Brasileiro.* — Nélson Werneck Sodré — Casa Editora Vecchi Ltda. — Rio — 1942.

*Pequenos Estudos de Psicologia Social* (artigo do Sr. Elói Pontes publicado em "O Globo", de 5-8-42).

*A Obra de Oliveira Viana* — Dail de Almeida (série de artigos publicados durante o 1.º semestre de 1943 no semanário *Brasil Novo*, de Itaperuna, Estado do Rio).

*Notas bibliográficas. Oliveira Viana.* — Geraldo Bezerra de Menezes — (trabalho publicado na *Revista Mexicana de Sociologia, editada na* Capital do México).

## TÍTULOS

1906 — Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.
1916 — Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro.
1926 — Diretor do Instituto do Fomento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro.
1931 — Membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio de Janeiro.
1932 — Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho.
1933 — Membro da comissão especial de revisão à Constituïção Federal.
Ministro do Tribunal de Contas da República.

*É membro titular das seguintes instituïções culturais:*

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus congêneres do Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.
Academia Brasileira de Letras.
Academia Fluminense de Letras.
"Societé des Américanistes de París".
"Institut International d'Antropologie".
União Cultural Universal de Sevilha.
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Academia Portuguesa de História.
Academia de Ciências Sociais de Havana.
Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia, nas questões de povoamento (secção XXXII). Neste setor vem prestando uma colaboração valiosa aos trabalhos do Conselho.

*

## *Registos e comentários bibliográficos*

# Sôbre livros

JAIME CORTESÃO — *A Carta de Pero Vaz de Caminha* — Edições Livros de Portugal Ltda. — Rio de Janeiro — 1943.

Positivamente esta edição surpreende o observador. E surpreende por dois motivos: primeiro porque, sob o rótulo da famosa epístola — de texto pequeno, como todos sabem — aparece um grosso volume de 351 páginas; segundo, porque ostenta o nome de um autor (e o velho escrivão, perguntamos nós?).

Logo compreendemos as razões. O livro em boa hora lançado pelo editor Sousa Pinto, enriquecendo sua notável *Coleção Clássicos e Contemporâneos*, não é apenas uma reprodução *ipsis litteris* do pitoresco relatório firmado pelo escriba cabralino. E' algo de mais sério do que isso. Além de trazer o seu *fac-simile*, a transcrição fiel do têxto original e sua adaptação ao português contemporâneo, o presente volume contém um estudo completo do precioso documento.

*"Senhor*

*Pôsto que o Capitão-mór desta vossa frota, e assim os outros capitães escreveram a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que — para o bem contar e falar —, o saiba fazer peor que todos.*

*Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e pareceu"...*

De fato, é o maior valor desta Carta, a franqueza, quase a rudeza, com que o seu autor nos dá uma idéia da terra descoberta. Talvez, lá muito no íntimo, soubesse o *jornalista* expedicionário que não escrevia apenas ao Rei de Portugal — mas, à posteridade.

O trabalho dêsse apreciável erudito que é o Sr. Jaime Cortesão, consistiu principalmente em indicar e comentar a documentação existente sôbre a Carta, no que recebeu valiosa colaboração de diversos intelectuais — autoridades em História e Filologia, — do nosso País e de Portugal.

Seus capítulos foram rotulados da seguinte maneira, integrando a primeira parte da obra: I — A Carta de Caminha e a literatura de viagens; II — História da Carta; III — Caminha, cidadão do Pôrto; IV — O Descobrimento; V — A Terra Nova e o Homem Novo. A 2.ª parte trata da transcrição e estudo paleográfico da Carta.

O Sr. Jaime Cortesão faz observações verdadeiramente curiosas sôbre o homem e a obra. Atribue, por exemplo, grande importância ao fato de Caminha ser natural do Pôrto. Sem dúvida, êle aprendeu nesta democracia urbana — "tão característica da Europa medieval" — o sentido de tolerância, da dignidade humana e da compreensão, ainda hoje tão rara, dos homens de outra raça, de outros continentes.

Era, aliás, um dos homens mais ouvidos na Câmara do Pôrto; cujos votos e propostas às Côrtes Gerais do Reino êle ajudava a redigir; dêste modo é possível que fôsse um pouco mais do que um simples escrivão da frota de Cabral. E' possível que desempenhasse as funções de escrivão geral da Armada, o encarregado de fazer o Auto dos Descobrimentos, pondera o Autor do presente trabalho.

Lembra o sr. Cortesão, que a Histórica Missiva tem sido olhada em si e exclusivamente, como texto singular da história da geografia e da história duma nação — o que vem prejudicando sua compreensão como peça literária e como documento histórico.

"As passagens cruciais (da *Carta*) continuam obscuras. Um comentário filosófico feito por um entendido ainda hoje é imprescindível, hoje mais do que nunca" — escreveu Capistrano em 1922.

O grande historiador já emprestava então, à Carta, a importância que lhe é devida. Situava-a no lugar a que tem direito, entre os documentos vitais da Geografia e da História pátria.

Pois bem, êsse livro acaba de ser dado ao Brasil, graças à iniciativa do Editor Sousa Pinto. Com o lançamento de *A Carta de Pero Vaz de Caminha* numa edição bem feita e escrupulosamente revista, atingiram-se dois objetivos: tornar accessível ao público leitor brasileiro a epístola célebre; e sistematizar — pela primeira vez entre nós — tudo o que existe sôbre o Documento. Outrossim, tratando de um assunto relacionado tão de perto com portugueses e brasileiros, representa mais um elo nessa corrente que liga as duas pátrias no milagre de um único povo e de um único sentimento.

A.M.

★

RADLER DE AQUINO — *Tábuas naúticas e Aeronaúticas* — (Soluções uniformes e universais ultra-simplificadas) — 2.ª edição brasileira — Imprensa Naval — Rio de Janeiro, D.F. — 1943.

Há quarenta anos, atravessou os preços a primeira edição brasileira da obra com que o autor se propunha a "poupar aos navegadores o disperdício de tempo em fazer cálculos e, especialmente, para reduzir as chanças de êrro ao mínimo".

O êxito alcançado espelha-se na repetição da tiragem, mediante cinco edições inglêsas e duas americanas, antes e depois da viagem do encouraçado Minas Gerais, cujo comandante, o insigne capitão de guerra Batista das Neves, opinou em setembro de 1910:

"Tendo aparecido êste trabalho (*Altitude and Azimuth Tables*, do Sr. Capitão tenente Radler de Aquino) antes da partida dêste encouraçado do pôrto de New Castle, nomeie uma comissão de três oficiais de navio para dar parecer sôbre o seu valor e utilidade; esta comissão era composta dos Srs. Capitães tenentes Augusto César Burlamarque, Alfredo Dodsworth e Leopoldo Nóbrega Moreira.

Pela leitura do parecer, podereis verificar a opinião favorável da comissão, cabendo pela minha parte acrescentar que o uso dessas tábuas tornou-se generalizado a bordo durante a comissão, fato êste que demonstra a sua utilidade e o modo fácil e prático do seu emprêgo".

Apesar de tão elogiosa referência, firmada por especialistas que podiam aquilatar o préstimo do processo preconizado pelo autor, sòmente na década seguinte se tornou pública a decisão do almirante Alexandrino de Alencar, que a 31 de julho de 1923 oficiou ao Chefe do Estado Maior da Armada: "declaro que resolví mandar adotar oficialmente, na Marinha, as *Tábuas de Alturas e Azimutes*, do Capitão de Fragata Francisco Radler de Aquino, atendendo ao que propôs o Superintendente de Navegação, aos vários pareceres de abalizados técnicos estrangeiros e nacionais e à sua grande aceitação nas marinhas mercantes e de guerra, inglêsa, norteamericana e japonesa".

Basta o depoimento do então Ministro da Marinha, que afirmou ser o livro brasileiro adotado pelos maiores navegantes estrangeiros, antes que o Brasil lhes seguisse o exemplo, para evidenciar a sua valia, comprovada desde que apareceu em letra de fôrma.

Dispensa louvores de outra espécie.

Preencheu cabalmente a função a que se destina, e continua, por isso, tão útil como da primeira vez em que foi manuseado, senão mais, mercê dos acréscimos feitos pelo próprio Capitão de Mar e Guerra, Radler de Aquino, que lhe calculou cuidadosamente as tabelas, nesta segunda edição brasileira apresentada com maiores aproximações, tanto para uso dos nautas como dos aviadores.

V.C.F.

★

ALEXANDER MARCHANT — *Do Escambo à Escravidão* — (As relações econômicas de portuguêses e índios na colonização do Brasil — 1500 — 1580). — Cia. Editora Nacional — Rio de Janeiro — 1943— Brasiliana — vol. 225.

Estamos entre aqueles que reputam utilíssima a contribuïção dos estrangeiros ao estudo daquilo que diz respeito ao nosso desenvolvimento social e histórico. Utilíssima, justamente porque êles examinam o assunto de longe, com imparcialidade, procurando formar sôbre os fatos idéias positivas, de acôrdo com o documentário existente.

Nos compêndios de História do Brasil vulgarizados até agora, repetiam-se algumas afirmativas, improvisadas, talvez, pela fantasia dos primeiros cronistas. De tanto encontrá-las, acabamos convencidos de que correspondiam, de fato, à verdade. Umas delas é a questão do índio, sua função econômica nos primeiros tempos da colonização, sua capacidade de trabalho, seu comércio com os portuguêses. "Corrijam-se portanto, as histórias do Brasil para uso das escolas. Parafraseando Teodoro Sampaio, pode-se dizer que o índio não era tão indolente quanto se tem afirmado nem tão nômade ou amante da liberdade que não fôsse capaz de ser útil".

O autor veio, principalmente, realizar investigações muito valiosas sôbre a vida econômica do Brasil logo após a descoberta. Focaliza a proteção do índio pelo jesuíta, a divisão do território colonial em capitanias narrando, ainda, coisas pitorescas que passaram despercebidas aos historiadores. Conta-nos, por exemplo, que Cabral recebera os índios em seu navio, "numa cadeira alcatifada, em vestes de gala e um pesado colar de ouro no pescoço". Cabral esperava encontrar no Brasil um daqueles potentados de modêlo asiático, ao qual era preciso impressionar; enganara-se o navegante...

Através de suas 205 páginas, a matéria apresenta-se dividida da seguinte maneira: "Introdução; Traficantes de pau-brasil e guarda-costas; Os donatários; O governador real (Tomé de Sousa, os jesuítas e o sistema de escambo); O governador real (Duarte da Costa, Mem de Sá e os jesuítas); o govêrno real (cêrca de 1580); Apêndice; Notas bibliográficas; Fontes.

A.M.

★

PROF. OTÁVIO DOMINGUES: — *A pecuária cearense e seu melhomento.* — Of. gráficas Alba. Rio de Janeiro, 1941.

Um livro técnico é de difícil apreciação: não só requer estudos especializados como também, ao lado dos conhecimentos teóricos pròpriamente ditos, obriga a uma série de trabalhos práticos, pesquisas, observações continuadas e experimentações. Ainda há a considerar que o assunto técnico "estricto sensu", obtém um número reduzido de leitores, limitando assim, quase sempre, o propósito do autor que é o de ampliar os conhecimentos de maior número de interessados.

A técnica do Prof. Otávio Domingues, porém, podemos dizer que é diferente.

No seu belo livro, *A pecuária cearense e seu melhoramento*, não existe apenas essa preocupação de limitar o assunto a que o título se refere.

Faz o autor um estudo amplo da matéria que focaliza, sob um ponto de vista de verdadeiro pesquisador e, por êsse motivo não seria difícil afirmar que seu trabalho pode ser dividido em duas partes: a primeira é um apanhado histórico, geográfico e etnológico da vida do criador cearense; a segunda, constituída por valiosas indicações puramente pastoris.

Quando dizemos que o Prof. Otávio Domingues fêz história, geografia humana e etnologia, não fugimos da verdade: inicia o seu trabalho com um pequeno histórico sôbre a importância da pecuária no Ceará, referindo-se a sua íntima dependência com o lar sertanejo, as grandes charqueadas de Aracati que a sêca destruiu em 1792, a influência do gado na povoação do estado, as primeiras fazendas nos campos de Jaguaribe e suas apreciações são tão claras e de tão agradáveis leitura que, como num caleidoscópio, as descrições se sucedem, precisas e harmoniosamente.

Seus conhecimentos de geografia humana, perfeitamente em dia, são, também, levados em conta. Assim é que, referindo-se às regiões pastoris, explica as suas correlações com os centros populosos da orla marítima, com o sertão e com o sertão açudado, trazendo dados estatísticos fornecidos pela Diretoria de Estado de Produção do Ministério de Agricultura do Ceará, nos anos de 1920, 30, 35 e 37, sôbre a pecuária.

No entanto, um dos trechos mais vivos da sua obra são os seus estudos etnológicos: suas observações sôbre a "fazenda" tratando do aspecto externo, as terras que a circundam inteiramente abertas, reflexo da alma sertaneja, seus campos que sòmente agora estão sendo cercados, as "casas grandes" com amplos cômodos, alpendre com rêde e local onde estão pendurados os arreios e selas, laços e cordas;

o mobiliário escasso e nas proximidades da "casa grande", a "casa do vaqueiro", menor, mais pobre, coberta de palha de carnaúba, com iluminação a querosene. A particularidade dos currais serem do lado direito da casa e os chiqueiros, do lado esquerdo, posições que, sendo obedecidas, determinam a prosperidade da fazenda. A alimentação do vaqueiro, que tempera a sua energia física com carne, farinha, rapadura e leite.

Descreve detalhadamente a indumentária de couro do vaqueiro e do que é usado para o cavalo e ainda se refere a um detalhe da vida do sertanejo: sua rotina no serviço, decorrente do isolamento em que vive.

Não deixa o Prof. Otávio Domingues também de se referir às crendices que acompanham o vaqueiro, ligadas às atividades pecuárias, notadamente no que se refere à cura de certas moléstias do gado: a cura da bicheira pelo "rumo", pelo "rasto", pelo "cabêlo da rês", com acompanhamento de rezas especiais.

A segunda parte, dissemos acima, é técnica, tratando do "fator meio", isto é, os campos apropriados à criação, os vegetais aí encontrados, as formas várias de armazenar pasto bebedouros e currais assistência e higiene veterinária. Trata ainda do "fator raça", notando-se seu conhecimento profundo, sua preocupação constante na indicação de meios para uma melhoria da raça através da alimentação constante e água com abundância trazendo sugestões proveitosas praticáveis e assentadas em sólidas bases de pesquisas científicas.

É, pois, o livro do Prof. Otávio Domingues, muito mais do que diz seu modesto título: é um trabalho básico para o conhecimento da vida do vaqueiro cearense.

M.V.

★

PROF. LOURENÇO MÁRIO PRUNES: — *O Trigo* Pôrto Alegre, 1939.

A importância do cultivo da terra, para o Brasil, é matéria pacífica. As vantagens de tal trabalho não nos cumpre, aquí, enumerar; porém, nunca é demais voltar ao assunto si nos escudamos em obras certas, escritas por técnicos competentes.

E' o que acontece com o trabalho do Sr. Lourenço Mário Prunes, professor catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia de Pôrto Alegre.

Referindo-se ao valor do trigo na vida de um país, o autor frisa, na primeira parte de seu trabalho, o nascimento das lavouras, ao número das espécies vegetais, um breve histórico sôbre o início da agricultura, demorando-se, então, no estudo sôbre o trigo.

Depois de traçar a origem histórica do trigo, cujo aparecimento perde-se nas brumas da lenda, localiza aonde é produzido, fazendo uma estatística da produção mundial; mostra o seu valor alimentar e dedica algumas páginas ao sugestivo tema "a política do trigo".

Quer nos parecer, porém, que a parte mais interessante para nós é quando se refere ao trigo no Brasil: histórico, suas possibilidades para a cultura, o papel ímpar do solo rio-grandense para seu cultivo e a estatística da sua produção em 1938, são capítulos úteis e atualizados.

A seguir, o Prof. Lourenço Mário Prunes trata das condições climáticas e botânicas necessárias ao bom rendimento da semente, aos trabalhos da colheita, trilhagem e beneficiamento, passando depois a referir-se aos acidentes e moléstias que acometem o precioso alimento.

A quinta parte do seu livro, a que o autor dá o nome de "Generalidades", trata do rendimento do solo, por hectare, no Rio Grande do Sul e sugere meios para seu aumento, e em uma interessante comparação estabelece o que pode render uma fazenda de criação e uma lavoura de trigo, assegurando a vantagenm do regime agro-pecuário para as fazendas brasileiras.

Depois de elaborar um minucioso e cuidadoso orçamento para uma grande lavoura, faz observações sôbre o valor dos conhecimentos da meteorologia para o agricultor e numa relação, mostra quais os municípios rio-grandenses onde o trigo pode ser cultivado em boas condições.

Termina o seu trabalho tratando da importância que sempre dispensaram ao cultivo do trigo os poderes públicos, citando uma oportuna entrevista publicada pelo *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* de 19 de março de 1939 e concedida ao diário santa-mariense *A Razão*, pelo Interventor Federal, do Rio Grande do Sul, Coronel Cordeiro de Farias sôbre o valor da agricultura na região da fronteira, afim de que o homem se fixe à terra pelo trabalho produtivo.

Ilustra o autor o seu livro, com sugestivos gráficos que completam o texto e repousam a vista.

Deveria ser um compêndio de grande divulgação nas escolas técnicas e Faculdades, pois é baseado em conhecimentos científicos, claro, accessível e utilíssimo aos brasileiros.

M.V.

★

GILBERTO FREIRE — *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* — Edc. da Casa do Estudante do Brasil — (2.ª ed.) — Rio de Janeiro — 1942.

Para conhecer amplamente a obra e o pensamento do notável sociólogo brasileiro Gilberto Freyre recomendamos interessante estudo a êle dedicado pelo Dr. Lewis Hauke da Biblioteca do Congresso de Washington, editado em 1939 pelo Instituto das Espanhas de Nova Iorque Nesse estudo, Hauke cognomina Gilberto Freire "historiador social brasileiro", afirmando que com o andar dos tempos, algum historiador futuro poderá descobrir nas obras dêste autor um guia revelador para compreender alguns dos problema mais importantes do nosso tempo. Gilberto Freire, nascido em princípios do século presente, na Capital do Estado de Pernambuco, tem proferido várias conferências em sua pátria, nas Universidades de Lisboa e do Pôrto e no King's College. Sem levar em conta seu retumbante trabalho nos Estados Unidos da América do Norte, onde se graduou na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Columbia e foi além como professor extraordinário das Universidades de Stanford e Michigan e da já referida Universidade da Colombia, revelou-se um verdadeiro embaixador intelectual dos valores culturais de sua pátria, onde fundou na Universidade do Distrito Federal a cadeira de Antropologia social.

Chega-nos hoje, êste livro, contendo a sua conferência proferida em Recife a 2 de junho de 1940. Eis alguns de seus conceitos fundamentais. O sentimento cristão da dignidade da creatura, que se confunde com o sentido da pessoa humana, anterior ao próprio cristianismo e um dos sentimentos tradicionais é uma das realidades básicas, sem que não se explica a civilização moderna da Europa, da América, de várias outras partes do mundo. Civilização cujas deficiências são de certo enormes, civilização carente de organização em princípios mais profundos de sua economia e de sua vida sem que se justifique o abandono de tôda rotina por ventura de alguma organização com-

pletamente nova, bruscamente contrária a tudo que é sentimento, forma, e estilo da vida tradicional".

Mais adiante, já de pleno no tema de sua dissertação, denuncia as propagandas anti-luso-brasileiras que com tenacidade e falseamento realizavam os agentes nazi-fascistas. Falamos no passado, por quanto esta interessantíssima conferência foi pronunciada em 1940, quer dizer, antes que o Brasil estivesse em guerra com os países do eixo, decisão que traz a conseqüência salutar de uma vigilância maior às atividades anti-nacionais. De qualquer modo é êste livro obra de grande valor, um alerta para tôda a América, com bibliografia documental que deve ser observada com especialidade, na qual figuram, como obras de propaganda anti-luso-brasileiras (conseqüentemente, de teorias sôbre a superioridade da raça germânica e o direito ridículo às minorias nos países que generosamente acolheram estrangeiros sequiosos de pão e sossêgo), os livros intitulados *Das Deutschen Deutschtum in Lateinamerika* de Edwin Runge editado em Berlim e *Als deutscher Pfarrer und Schullerter in Suedbrasilin* por *Siegfried-Heine* também editado na Alemanha.

Esta obra, que denuncia, atividade surrepticia do imperialismo alemão, italiano e nipônico é uma galharda defesa das *Tradições democráticas e cristãs, franciscanamente cristãs, da cultura luso-brasileira, das tendências plurais universalistas e ao mesmo tempo regionalistas da mesma cultura*. E' obra digna de país tão generoso e hospitaleiro como tem sido e é, para honra da América, o imenso e magnífico Brasil (Comentário da lavra do escritor Gaston Figueira, inserto no periódico *Las Américas* n.º 5 — vl. IV — maio — 1943 — New York).

★

AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA E OTHON HENRY LEONARDOS — *Geologia do Brasil*. 2.ª edição. Refundida e atualizada, 1943. Série didática n.º 2 — Serviço de Informação Agrícola.

Para o Congresso Científico de Lisboa, realizado em 1940, foi organizado para acompanhar o mapa geológico do Brasil, um livro que recebeu o título de *Geologia do Brasil*. Esta obra foi dividida em capítulos que correspondiam às eras e períodos.

Os autores, anunciam no prefácio da presente edição que o livro é todo um convite à discussão e à crítica; entretanto, em suas linhas gerais, a obra reflete o elevado espírito científico dos mesmos. Êles próprios são unânimes em afirmar, assim como o fazem todos aqueles estudiosos das ciências naturais, que, muita coisa hoje considerada como absolutamente exata, com um estudo mais minucioso será modificada ou melhorada, devido ao progresso das ciências auxiliares que, cada dia, vêem trazer novos recursos à geologia.

A presente edição foi feita com cuidado, podendo assim os autores completar esta obra de tão grande vulto, dando maior ampliação a certos capítulos e melhorando outros, de acôrdo com os conhecimentos adquiridos últimamente.

E' de lastimar que o mapa geológico que acompanha a obra, não se ache atualizado; entretanto, tôdas as alterações a serem feitas, acham-se em mapas parciais insertos no próprio texto.

As fotografias são bem mais nítidas que ás das obras similares nacionais, as quais, por vêzes, eram mesmo ininteligíveis.

Na presente obra os autores se inspiraram no que há de mais novo em geologia no Brasil, constituindo, por isso, a última palavra. Prometem seus autores reeditar a *Geologia do Brasil*, tal como tem sido feito a geologia de *Dana*, de renome mundial, à proporção que forem sendo obtidos novos e melhores conhecimentos.

Não podendo, como bem está a merecer tão útil quão bem elaborado trabalho, fazer uma apresentação condígna da obra, passamos a informar as matérias que o seu texto encerra.

Investigações Geológicas e Mineralógicas: *Era Arqueozóica*: *Arqueano; Era Proterozóica*: *Algonquiano; Era Paleozóica*: *Cambriano; Ordoviciano; Siluriano; Devoniano; Carbonífero; Permiano; Era Mesozóica*: *Triássico; Rético; Jurássico; Cretáceo; Era Cenozóica; Terciário; Quaternário; Índice Geral*.

Para cada era há um estudo sumário encarando o seguinte:

Generalidades: *Nomenclatura cronogeológica; Divisões, Paleogeografia e Orogenia; Glaciação* (se houve); *A Vida* (*flora e fauna*).

Para cada período estudou-se o seguinte:

Generalidades: *Manifestações de vida; Paleogeografia; Ocurrências em cada Estado estudando as séries*.

A.P.D.

★

VITORINO PRATA CASTELO BRANCO — *Santos* — Associação Educacional de São Paulo — São Paulo — 1938.

A extensão territorial do Brasil, quase impõe no estudo dos seus problemas, especialmente no daqueles que dizem respeito à terra e ao homem, a aplicação do método monográfico preconizado por *Le-Play*.

Ainda não vemos possibilidades de um sério exame prospectivo a quem alargue o ângulo de visão, a ponto de querer dominar, em conjunto, todos os problemas da nacionalidade, que serão bem resolvidos na medida em que forem melhor conhecidos.

A elaboração de numerosas monografias, seguida do trabalho beneditino da separação entre o joio e o trigo, será, assim o cremos, o caminho indicado afim de conseguir o material, que os estudiosos submeterão à coordenação, para dêle extrairem a substância que oferecer.

E' pois, com prazer, que registramos o aparecimento de estudos que vão revelando a terra aos seus donos como o trabalho do Sr. Vitorino Prata Castelo Branco sôbre o Município de Santos, que vem enriquecido de sugestivas ilustrações de T. Mendonça.

Começa o autor, por traçar em linhas gerais a história da terra de Braz Cubas, em que está situado o maior pôrto brasileiro, cuja importância na vida econômica continental, é desnecessário encarecer.

Depois de descrever a situação geográfica do Município, o Sr. Castelo Branco faz uma resenha da invejável situação econômica de Santos, sem omitir informações sôbre sua vida administrativa, educacional, social, etc.

Tratando-se de um *ligeiro resumo histórico e geográfico destinado a escolas*, o trabalho do Sr. Castelo Branco sôbre a terra que já deu ao Brasil, homens da estatura de José Bonifácio, dos irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão entre outros, tem méritos para atingir o seu útil objetivo.

G.A.P.

★

R. M. KOSANKA — *The Characteristic Plant Microfossils of the Pittsburgh and Pomeroy Coals of Ohio. — In The American Michand Naturalist*, vol. 29, n.º 1, january, 1943.

Descreve o autor o microsporos que extraiu do carvão de pedra e, que pela microflora encontrada nos dois carvões, localizou estratigràficamente.

Primeiramente faz um pequeno histórico, dos estudos dos esporos no carvão de pedra do estado de Ohio, em seguida entra em considerações taxonímicas, passando após a um estudo sumário da geologia do sistema Pensilvaniano em Ohio, localizando estratigràficamente os dois carvões e comparando-os ao mesmo tempo com os padrões estratigráficos europeus e do estado de Illinois.

O carvão de Pomeroy é distinguido do de Pittsburgh por ser abundante em *Endosporites ornatus* Wilson and Coe 1940, o qual ocorre raramente no carvão de Pittisburgh, também foi anotada a presença de *Triquitrites spinosus sp. nov.* e *Punctatisporites parvipunctatus sp. nov.* o qual não foi observado no carvão de Pittsburgh. Foi notada a presença de *Loevigatosporites Thiesenii sp. nov.* e *Punctati-sporites grandiverrucosus sp. nov.* os quais não foram observados no carvão de Pomeroy.

Neste trabalho êle descreve quatro novas espécies de micrósporos reproduzindo estampas das mesmas que se acham inclusas no citado trabalho.

O índice do trabalho, em aprêço é o seguinte:

*Introduction; History of Ohio Coal Spore Studies; Taxonomic Considerations; Geology of the Pennsylvanian System in Ohio; Collections of Pittsburgh and Pomeroy Coal Seams; Methods; Descriptions of Microspores from Pittsburgh and Pomeroy Coal Seams in Ohio; Discussion; Summary.*

A.P.D.

★

PAUL RADIN — *Indians of South America* — New York, Garden City. — 1942

O livro de Paul Radin, professor de Antropologia do *Black Mountain College,* focaliza os aspectos mais interessantes dêsse vasto campo de pesquisas que é o americanismo. O especialista poderá notar deficiências, mas certo é que em capítulos de leitura extremamente agradável foram postos em realce os traços essenciais das culturas indígenas sul-americanas. Constitue, por isso, um resumo valioso para aqueles que desejem conhecer as linhas gerais do grande problema.

C.F.

★

DONALD PIERSON — *Os negros no Brasil* — Chicago, University of Chicago Press, — 1942.

Êste livro descreve os resultados dos contactos entre brancos de descendências portuguesa e negros trazidos da África, como escravos, no pitoresco pôrto do Salvador, capital do Estado da Baía, no norte do Brasil. Naquela cidade, o autor, professor de Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, procedeu a pesquisas durante um período de quase dois anos. O trabalho constitue uma valiosa contribuïção à bibliografia sôbre os contactos raciais e culturais e as relações entre as raças.

O livro principia descrevendo a cidade, de 350 000 habitantes, e a distribuïção ecológica dos mesmos, demonstrando como a organização social acompanha as linhas das classes. O autor analisa as quantidades e proveniências dos africanos trazidos para o Brasil, discutindo a miscegenação tal como esta ocorreu històricamente e como ora se está efetuando. Os portuguêses e seus descendentes se associaram livremente aos índios, no começo, e mais tarde aos negros, e o resultado é que provàvelmente mais da metade da população da cidade do Salvador é de sangue mixto. Na Baía, a miscegenação ainda se processa livremente, e não são raros os casamentos entre pessoas de raças diferentes, embora sua proporção seja mais elevada nas classes inferiores. Sugere o Dr. Pierson, embora não se possam obter dados estatísticos, que o casamento obedece menos aos limites de raça do que aos de classe, e observa que a miscegenação... "estendeu as relações pessoais ao ponto de inibirem o estabelecimento de preconceitos de casta" (p. 135). As ligações pessoais dos brancos com os pretos e mestiços é que têm facilitado o soerguimento social dêstes, de modo que, atualmente, a estrutura da sociedade baïana se caracteriza pela presença de pretos e mestiços em tôdas as camadas sociais. Como se poderia esperar, os pretos e os pardos escuros ocupam empregos em que o pagamento é inferior, e formam a absoluta maioria da classe baixa, enquanto os brancos e os mestiços mais claros, que têm as posições melhores e de mais prestígio, formam a classe superior. A posição média cabe, assim ao grupo dos mulatos.

Esta discussão é seguida de um capítulo sôbre "Ideologia de Raça e Atitudes Raciais", e por uma compreensiva descrição dos remanescentes africanos na Baía. As atitudes, as idéias e os pontos de vista africanos, de que o "candomblé" — denominação dada aos grupos de cultos africanos — constitue as mais características manifestações, merecem do autor uma descrição simpática. Êle demonstra o contraste cultural entre esta cultura afro-brasileira, com a qual se indentificam os negros, e a cultura europeia que caracteriza os brancos. Indica também como, no processo de assimilação cultural, os brancos e os negros transmitiram entre si, algo de seus respectivos padrões de cultura, porém é de opinião que os remanescentes africanos estão desaparecendo.

No capítulo final de seu livro, o Dr. Pierson apresenta uma vista panorâmica da situação racial do Brasil, a qual é exposta obedecendo a vários fatores. Primeiramente, salienta êle que os portugueses são um povo "cego às cores", que não trouxe consigo para o Brasil nenhum preconceito racial; em segundo lugar, a miscegenação, que favoreceu a origem dos mestiços, foi maior no Brasil do que em qualquer outro país; terceiro, as relações entre brancos e negros permaneceram cordiais e íntimas depois da abolição da escravatura; finalmente, diferindo do caso dos Estados Unidos, não houve período de reconstrução na história do Brasil para aumentar a distância psíquica entre as raças e para exacerbar o ódio recíproco.

O expositor, que conhece a situação brasileira, concorda com o autor quanto a ser o sentimento de classe mais importante do que o de raça, sendo aquele manifestado tanto para com os negros como relativamente aos brancos das classes inferiores. Êste fato, porém, assinala os negros como suas principais vítimas, de vez que é por êles constituído o grosso das classes inferiores. Embora a condição social de um preto ou de um mestiço possa ser melhorada pelo nascimento, pela educação ou pelo dinheiro, a côr tem alguma importância, e não deve ser deixada á margem. Não se põe em dúvida que um mestiço muito claro será considerado e geralmente tratado como branco. O mesmo, porém, não se dará com um mestiço escuro ou um preto. Embora a sua condição social não seja determinada pela côr, êle sofrerá leves e subtis preterições em determinadas circunstâncias. Estas considerações, entretanto, não modificam o fato de ser a situação brasileira descrita com grande penetração pelo Dr. Pierson Êle realizou uma obra extremamente boa, e a sua contribuïção deve ser considerada uma das melhores no terreno do contacto entre as raças e das relações raciais.

(Registo de autoria de Otavio Eduardo, da Northwesten University, publicado em "Rural Sociology" — vol. 8, n.º 1, march 1943 — North Carolina, traduzido por Édison Guerra Dias).

★

JULIAN HUXLEY — *Evolução, a moderna síntese* — Harper & Brothers, New York — U.S.A. — 1942.

Em seu primeiro capítulo o Sr. Huxley reafirma a sua convicção, freqüentemente manifestada, quanto à validade dos princípios neo-Darwinianos, que consistem das três primitivas leis de Darwin, com modificações subseqüentes, oriundas dos estudos post-Darwinianos sôbre genética. O último capítulo, o décimo, consiste em considerações acentuadamente filosóficas sôbre o progresso evolucionário, juntamente com algumas sugestões quanto a um possível futuro evolucionário.

Os capítulos II a IX abrangem uma volumosa e bem integrada massa de dados, extraídos de várias disciplinas científicas e orientados no sentido dos problemas gerais da evolução. Os resultados das pesquisas de grande número de estudos sôbre genética são discutidos nos capítulos III (O Mendelismo e a Evolução) e IV (Os sistemas genéticos e a evolução). As questões gerais em tôrno da formação das espécies são tratadas sob os títulos: "O problema das espécies: Especiação Geográfica"; "Especiação Ecológica e Genética"; e "Especiação, Evolução e Taxonomia". Os assuntos relativos a "Adaptação e Seleção" e "Tendências Evolucionárias" são tratados em capítulos separados.

Um trabalho de tal magnitude não é fácil de avaliar. O desejo sempre manifestado pelo Sr. Huxley, de inserir sua própria interpretação em dados colhidos por outros autores, poderia motivar alguns comentários desfavoráveis. Por outro lado aquele mesmo desejo acrescenta consideráveis elementos novos ao seu trabalho, dando como resultado que o livro proporciona uma perspectiva um tanto nova e extremamente estimulante dos problemas fundamentais da ciência.

E', sem dúvida, um trabalho valioso e notável, e que possìvelmente o tempo demonstrará ser uma grande contribuïção à ciência.

(Comentário de F.A.B. inserto em "Natural History", de junho de 1943, traduzido por Édison Guerra Dias).

★

R. D. GEORGE — *Minerais e Rochas* — D. Appleton-Century Co. — U.S.A. — 1942.

Como observa em seu prefácio o professor George, poucos livros examinam todo o campo do material terrestre; embora existam muitos sôbre tópicos determinados, como os minerais, as formações de minérios, as rochas e as formações destas. Neste trabalho, em um só volume de cerca de 600 páginas, o autor fêz uma nova modalidade de compilação de tais informações, para o estudante de curso superior e para o amador adiantado.

Dentre os trabalhos de vulto recentemente apresentados, é êste o único que classificou os minerais de acôrdo com os seus elementos principais ou valiosos, em lugar da usadíssima seqüência dos ácidos e sais, iniciada muito antes da obra de J. D. Dana. Depois de uma discussão, copiosamente ilustrada, dos processos de formação dos minérios e da orígem dos minerais, são-nos apresentados os numerosos minerais, sob os títulos "Ferro, aço e ligas metálicas"; "Os principais metais não-ferruginosos da indústria", "Metais Preciosos e Semi-Preciosos", etc. Uma secção tratando da determinação dos minerais antecede o último têrço do livro, que trata de rochas, citando não sòmente os seus tipos como também a maneira de sua formação. Há uma classificação segundo a utilidade, seguida de um útil glossário de têrmos que podem não ser familiares ao leitor não versado na matéria.

A despeito do que proclama ser, o trabalho é um tanto aquém da espectativa, sob dois aspectos. As numerosas ilustrações não são tão boas como poderiamos esperar, e, freqüentemente, os desenhos de cristais são toscos. A sua atmosfera, um tanto impenetrável, é suscetível de desanimar o amador, e poucos professores o adotarão para o ensino superior, pois que poucos se darão ao trabalho de seguir a seqüência estabelecida pelo autor. Embora seja uma bela e mui concentrada introdução ao estudo de todo o campo das rochas e dos minerais, é provavelmente uma dose por demais forte para o amador, conquanto seja demasiadamente generalizada para o especialista, que prefere livros sôbre rochas ou minerais com pormenores mais completos sôbre os assuntos de seu especial interêsse.

(Comentário de F. H. Pough, inserto em "Natural History", de junho de 1943, traduzido por Édison Guerra Dias).

★

M. RAYMOND TANGHE — *Initiation à la géographie humaine* — Coleção Rádio Colégio — Edições Fides — Montréal — 1943.

O autor reuniu o texto de suas conversações geográficas irradiadas pela "Rádio Canadá", no programa "Rádio Colégio".

É preciso procurar nêste livro, como nos indica o título, apenas uma iniciação e não o assunto de um tratado, que êste excederia os limites, do plano que se impôs M. Tanghe.

A obra se divide em duas partes: a influência da natureza sôbre o homem e a influência inversa do homem sôbre a natureza. Cada uma, por sua vez, se distribue em uma duzia de lições.

Depois de ter definido a geografia humana, o autor estuda as influências do clima e seus fatores principais, em seguida a água e os rios, as florestas, emfim, os dois reinos: animal e vegetal. Fá-lo, com singeleza, para se colocar, assim o parece, ao alcance de seus ouvintes. E o faz muito bem! Contudo, ser-nos-á permitido fazer-lhe um reparo, o de haver esquecido completamente o estudo do relêvo.

Sabemos, por experiência, que não é fácil fazer compreender as fórmas terrestres a jovens ouvintes; constituem elas, entretanto, a própria base de nossos conhecimentos geográficos.

Bôa parte das vicissitudes, que o homem tem encontrado na sua expansão através do mundo, provêm do fato de ter que lutar contra os obstáculos do relêvo. Em tempo de crises políticas, as montanhas lhe têm servido de defêsa, em tempo de paz, as planícies lhe ajudam a extender as culturas, as pastagens, as instalações industriais e comerciais.

O clima e seu reflexo natural na vegetação de um país, não pódem ser compreendidos, sem uma explicação fundamentada do relêvo. Será necessário, deixar êste campo de ensino, exclusivamente, aos geólogos? Não o crêmos. O geógrafo está dentro dêle quando explica o aspecto exterior da terra; a formação das montanhas e das planícies, dos terraços fluviais, das geleiras e das costas marítimas.

"Rádio Colégio" quiz, certamente, reservar êsses empolgantes temas, a outro autor que ocupará o microfone, posteriormente.

Pode-se classificar a 2.ª parte do livro de M. Tanghe, de Geografia Econômica. Estuda êle, a influência protetora do homem sôbre a floresta. Não será demasiado insistir em tal assunto, pois a conservação do patrimônio comum, do qual tiramos, no Canadá, tão abundantes recursos, deve ser uma idéia bem arraigada em nossos espíritos.

Os melhores regulamentos de conservação serão letra-morta, se os homens que vivem nas matas, não se compenetrarem da necessidade de resguardar a floresta e de cultivá-la para as gerações futuras.

Cinco lições seguintes tratam da creação e das principais culturas: plantas alimentícias e oleaginosas, têxteis, culturas exóticas. São elas breves e sugerem estudos mais completos; aquí, porém, arriscaremos uma observação! A parte reservada à lã, como substância têxtil é verdadeiramente muito sucinta sobretudo quando se habita um país como o nosso, onde as vestimentas de lã são tão úteis. Isto, sem assinalar que as lições foram proferidas durante um inverno, que não chegamos a terminar.

O autor conclue com quatro preleções sôbre os transportes e meios de comunicação, que se contam entre as melhores páginas do livro. Eis um bom trabalho, despido de qualquer pretensão, escrito em linguagem clara e precisa, que corresponde tão perfeitamente quanto possível, ao seu título. Jovens e velhos podem se iniciar na geografia, sem esfôrço.

(Registo crítico de autoria de *Benoit Brouillette*, inserto no "Bullettin des Sociétés de Géographie de Québec et de Montréal", vol. II, n.º 4, abril 1943, traduzido por G. de Almeida Pinto).

★

TEN.-CEL. LIMA FIGUEIREDO — *A Conquista do Brasil pelos brasileiros* — Biblioteca Geográfica Brasileira — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 1943.

Assinalando mais uma iniciativa do C.N.G. foi publicado, recentemente, o trabalho cujo título encima esta nota.

Trata-se de uma conferência pronunciada em Goiânia, em julho de 1942, na época de sua inauguração oficial.

Com o equilíbrio e a proficiência que lhe são peculiares, cuida o Autor da expansão do homem sôbre a base física, empurrando fronteiras, elaborando os contornos atuais do nosso País.

Não se limita, porém, a lembrar o processo histórico, revivendo, em traços gerais, o capítulo das capitanias ou a crônica pitoresca das bandeiras. Completando essa parte simplesmente descritiva demora-se, adiante, na elaboração de planos objetivos, para atingirmos o pleno domínio vertical da terra. "Depois da conquista é mister garantir a posse. Sem defesa, tudo que é belo assombra a cobiça dos aventureiros". Os trechos subordinados, respectivamente, aos títulos "Reestruturação racional do Brasil", "Nova divisão territorial" e "O Exército do Trabalho", estão repletos de idéias, sugestões merecedoras da maior atenção por parte do Govêrno.

Exalta, finalmente, a obra do interventor Pedro Ludovico, *plantador de uma cidade, exemplo de vera espiritualização da fôrça de vontade daqueles que sabem querer*.

A Biblioteca Geográfica Brasileira constituir-se-á de três séries: *A*, *B* e *C*. A penúltima, para trabalhos não ilustrados, cujos originais datilografados não excedam a 150 páginas. "A Conquista do Brasil pelos Brasileiros", incluído na série *B*, vem, pois, inaugurar a B.G.B., apresentada ao público pelo seu diretor, engenheiro Cristóvão Leite de Castro.

A.M.

★

D. G. E. DO TERRITÓRIO DO ACRE — *Tábuas Itinerárias Acreanas* — Imprensa Oficial — Território do Acre — 1943.

O Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre acaba de atender a uma sugestão do I.B.G.E., realizando e publicando as *Tábuas Itinerárias Acreanas*.

Magnífico repositório de informações, encerram uma orientação completa relativa às vias de comunicação, meios de transporte, quilometragem, horas e tudo mais, enfim, que possa interessar àqueles que desejarem percorrer — ou estudar — a região acreana.

Nosso País é muito grande. Tão grande que algumas cidades, alguns Estados, são quais terras extranhas ao habitante de outro Estado diametralmente oposto, no plano geográfico. Assim, aos brasileiros do Centro-Sul, afigura-se o longínquo Território da fronteira.

Aos nossos olhos, tal circunstância valoriza, sobremodo, a presente publicação. Transportemo-nos ao cenário geográfico local. Imaginemos a agressividade da selva, o dinamismo formidável das águas, a cilada amazônica da natureza — contra o homem. Admitamos ainda a inexistência de documentários organizados, a dificuldade de comunicações, e reconheçamos o esfôrço ingente dos que levaram ao término êsse utilíssimo trabalho.

No momento em que o Govêrno Central segue uma das mais sérias políticas nacionalizadoras jamais registradas em nossos fastos — é com entusiasmo que registramos acontecimentos como êste. Lá longe, *atrás da Hiléa*, num pedaço semi-desconhecido da Pátria, um púgilo de homens — como os fluminenses, os paulistas, os gaúchos — está integrado na mentalidade nova, trabalhando. Construindo o Brasil ainda maior de amanhã.

A. M.

**AOS EDITORES: êste "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registará ou comentará as contribuïções sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.**

# Sôbre periódicos

EMMANUEL DE MARTONNE — *Problèmes morphologiques du Brèsil Tropical atlantique. In Annales de Geographie, ns.* 277, 278 e 279 — jan-sept. — 1940 — Paris.

Sob o título de *Problèmes morphologiques du Brésil Tropical atlantique*, o Professor Emmanuel de Martonne publicou, em 1940 [1] o mais completo estudo feito até hoje sôbre a geomorfologia de uma grande região brasileira, englobando essencialmente o Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Êsse trabalho está dividido em duas partes, que são sensivelmente distintas quando se consideram os seus títulos: "I. Relief et structure" — "II. Le modelé tropical". Entretanto, a ligação entre ambas é evidente à leitura, pois, depois de realizado o estudo do que concerne à estrutura conclue-se que, as formas do relêvo estão em estreita dependência com os caracteres próprios à erosão tropical e que a maneira pela qual elas se modificam quando se vai do litoral para o interior e da planície para a montanha se explica em grande parte, por diferenças climáticas.

A tradução dêsses dois artigos será brevemente publicada pelo Conselho Nacional de Geografia e nós, aquí, apenas queremos dar as suas conclusões essenciais.

Depois de ter sublinhado a adaptação apalachiana da hidrografia à direção geral sul-oeste norte-este, nas faixas gnaissicas dobradas, que constituem as serras litorâneas (serra do Mar e Mantiqueira), De Martonne mostra que os grandes desnivelamentos são devidos a um jôgo de blocos deslocados por falhas ou flexuras, orientadas como as antigas dobras, e que têm sua vertente abrupta voltada para o Oceano enquanto que seu lado oposto desce lentamente para o interior, observam-se, entre 1 500 e 2 000 m, uma topografia de maturidade avançada. A idade desta "superfície dos Campos" como pode ser chamada, é de difícil fixação. Pode-se considerar que ela esteve em relação com os arenitos de Baurú, tendo sido devida a elevação aos movimentos terciários, ou que deriva de uma outra superfície de erosão pré-permiana cuja declividade diminuiria para o centro de um grande abaulamento.

Existe, com efeito, no Estado de São Paulo, uma superfície de erosão fossilizada pela série detrítica continental do sistema de Santa Catarina, o que levou a que lhe fôsse atribuída uma idade pré-permiana. Estende-se numa faixa larga de 10 a 20 km e tendo no mínimo 200 km de comprimento. Seu declive é forte e, prolongaria para leste, passaria acima do nível das cristas apalachianas.

Por outro lado, nas séries dobradas metamórficas algonquianas de Minas e de São Roque, a erosão diferencial permitiu o afloramento de espigões de rochas duras cuja altitude é tão pouco variável que devem ser considerados como sendo cristas apalachianas, testemunhas de uma outra superfície de erosão que recorta a superfície pre-permiana e é por conseqüência mais recente. No alto Rio Grande uma plataforma de uma estabilidade excepcional se eleva insensivelmente de 1 000 a 1 200-1 300 m. Desenvolve um relêvo de maturidade, sem dúvida desde o Terciário ou Cretáceo.

Essa "superfície de cristas médias" está, talvez, realmente ligada, à frente de arenitos réticos, cortaria, portanto, o Cretáceo e viria ligar-se ao terciário do Paraná, o que lhe valeria uma idade paleogena.

Enfim, uma quarta superfície levemente ondulada pode ser observada nas bacias dos afluentes do Paraná e reencontrada mais desenvolvida ainda, ao redor de São Paulo e na bacia superior do Paraíba. Ela se mantém a cerca de 200 ou 300 m. abaixo da superfície paleogena e, devido à sedimentação continental pliocena do Paraíba e do alto Tieté, é lógico que se lhe atribua uma idade neogena.

Dêsse modo, De Martonne foi levado a distinguir quatro superfícies de erosão o que supõe longos períodos de estabilidade.

Os movimentos importantes datam do Neogeno em que dobras de fundo afetam a antiga base, produzindo no domínio do rio Doce e do rio das Velhas uma alternância de depressões e de abaulamentos orientados N-S, como as dobras da série metamórfica de Minas Gerais e exaltando-se no maciço da Bandeira.

E' ao mesmo movimento que se deve atribuir a exaltação da Mantiqueira e da serra do Mar cujas frentes orientais se dividem e confinam com flexuras e falhas alinhadas. No Quaternário, depois dêsses movimentos, a base antiga decai para o Oceano em três degraus dos quais o último está parcialmente submerso.

O trabalho da erosão se intensifica com os movimentos de solo do Neogeno. Modelada pelos afluentes do Paraná que correm para oeste, a cuesta de Botucatú se recorta e recua para oeste, enquanto que se produzem capturas na depressão subseqüente que a bordeja a leste. A superfície fossil pré-permiana é progressivamente exhumada à medida que se avança para oeste, enquanto que a erosão ataca as suas partes orientais mais elevadas.

Enfim, De Martonne ressalta vigorosamente que sòmente no fim do Plioceno e sobretudo no Quaternário a drenagem direta se organiza para o Oceano; é o que explica que "o grande abrupto da Mantiqueira permaneça intacto"; "a captura dos antigos braços orientais do alto Tietê (Paraitinga e Paraibuna) pelo Paraiba é a mais espetacular vantagem conseguida".

Tais são as conclusões essenciais do primeiro artigo, muito mais rico em observações e sugestões do que possa aparentar essa análise.

O segundo artigo aborda um assunto que preocupa há pelo menos uma dezena de anos, aos geógrafos francêses e seu Mestre, Prof. De Martonne: as formas do modelado tropical. Os climas sensivelmente diferentes das serras litorâneas, dos planaltos interiores e da alta montanha são aí os fatores essenciais e, depois de ter estudado o seu regime, o Autor aborda as suas conseqüências.

Nas serras litorâneas, não são os "pães de açúcar" que são as formas mais importantes e sim a largura do perfil transversal dos vales "malgrado o rigor do declive das vertentes". Estas recuam paralelamente a sua superfície em lugar de formar um *V* cada vez mais aberto.

---

[1] *Annales de Géographie* — XLIX — ano I. n.º 277. janeiro-março 1940, pg. I — 27, 7 fig. d.t. 1 carta e 3 pl. fot. h. t. II — n.º 278-279, abril- setembro 1940, pg. 106 — 129, 5 fig. d.t., 4 fl. fot. h.t. Ver também: *Bulletin de l'Association de Géographes français* dezembro 1933, p. 138-145, *Sur le modelé tropical au Brèsil, Comptes Rendus des Seances de l'Académie des Sciences,* 21 março 1938, tomo 236, pg. 296.

Um outro fato capital é a ausência de acumulações de despojos pedregosos ao pé dos grandes escarpamentos em que os cones de dejeção e os terraços são muito raros. Esta zona de serras litorâneas com relêvo enérgico porém recoberto de vegetação florestal densa e submetida a um clima tropical úmido em que a ação direta da decomposição química forma uma espêssa cobertura de areia laterítica, que perde constantemente sua substância devido às ações de dissolução. O vigor da erosão na zona litorânea retira ràpidamente o manto de despojos e desnuda os gnaisses resistentes que formam os pães de açúcar.

A zona interior não tem sòmente um relêvo menos acentuado, como também se distingue a ação de uma estação sêca que produz solos detríticos menos espessos e desenvolve as carapaças de canga. A vegetação aí é menos densa do que nas florestas litorâneas; aí se vêem árvores com fôlhas caducas e adaptações xerófilas.

A erosão mecânica volta a predominar nessa zona com o seu cortejo de "gargantas, barranceiras, terraços, cones de dejeção". As terras estão particularmente excavadas desde que o homem destruiu os declives com suas excavações nos aluviões auríferos e por suas plantações de café em sulcos que seguem o maior declive das colinas.

Enfim falta o problema da alta montanha em que parece inscrita a influência das glaciações quaternárias como nas formas nivais do Itatiaia.

De Martonne foi levado a examinar as conseqüências das variações climáticas desde o Neogeno, não sòmente nas suas alternâncias de períodos frios e quentes, mas também de períodos sêcos e úmidos que afetam uns e outros os limites de altitude e de extensão para o interior das grandes massas florestais, como também certos processos de erosão. Há aí um desígnio profundo que deve prender especialmente a atenção.

Tudo está sàbiamente disposto nesses dois artigos concebidos por ocasião de curtas viagens ao Brasil, porém precisados por estudos atentos das cartas topográficas dos Serviços Geográficos do Estado Maior do Exército Brasileiro e dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Os dados da petrografia, a estratigrafia, a tectônica, os climas, a fitogeografia e até a influência das ações humanas, são utilizadas para interpretar as formas do relêvo atual e para tentar reconstituir a sua evolução. Uma carta geomorfológica a 1:1 500 000, documento científico de grande valor, permite medir o alcance das interpretações propostas.

Êste magnífico trabalho geomorfológico conduz não sòmente a conclusões originais sólidas, mas formula problemas e mostra o caminho a seguir para as pesquisas futuras. E' a obra de um geógrafo de grande experiência, mas também de um inspirador despertando vocações e estimulando os pesquisadores como o fêz sempre durante a sua longa carreira, inteiramente devotada à pesquisa e aos ensinamentos geográficos.

Na ocasião em que o Prof. De Martonne completa o seu setuagésimo aniversário, que seja permitido a um dos seus discípulos, saüdar êsse estudo sôbre os "Problemas morfológicos do Brasil tropical atlântico" como um dos trabalhos em que se traduzem o vigor e a perfeita maestria de seu pensamento de grande sábio.

F.R.

★

M. Y. WILLIAMS, F. R. S. C. — *The geologist and the Nation — In Transaction of the Royal Society of Canada* — Serie III, vol. XXXVI. May, 1942.

Neste pequeno trabalho o autor historia a formação do Serviço Geológico do Canadá e a sua evolução subseqüente, passando em revista os estudos feitos por êste Serviço. Historia por conseqüência a evolução dos estudos geológicos. Faz uma referência à Geologia na "University of Britist Columbia" mostrando o grande desenvolvimento desta cadeira nesta instituïção que foi convertida em um Departamento Agrológico, afim de incrementar a pesquisa e o estudo desta ciência.

A.J.P.D.

★

BOLETIM DO SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL — Ano I — Número I — Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — janeiro-março, 1943.

O desenvolvimento dos serviços atribuídos ao Serviço de Economia Rural, os quais se revestem de acentuada importância para a valorização do meio agrícola do país, determinou a publicação de um órgão doutrinário e informativo destinado a propagar os objetivos e as realizações daquele departamento do Ministério da Agricultura.

Na apresentação do Boletim, declara-se ter êste a missão de "pôr os interessados — o que significa administradores da causa pública ou particular, técnicos, industriais, comerciantes, agricultores, criadores e estudiosos em geral — a par dos progressos alcançados pelo S.E.R. na solução brasileira dos problemas econômicos, -sociais por êle obrigatòriamente trabalhados ou dêstes decorrentes".

O sumário dêsse primeiro número deixa ver o alto gráu do interêsse de que se revestirá a matéria do Boletim — artigos diversos sôbre cooperativismo, colônias agrícolas, problemas técnicos de produção e contabilidade e notas sôbre as diversas atividades do S.E.R. na qual se incluirão os resultados do interessantíssimo inquérito da Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais sôbre o "habitat" rural em todos os municípios brasileiros.

A publicação em aprêço inscreve-se, sem nenhuma dúvida, entre as melhores realizações do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

R. L.

★

# Sôbre mapas

ESTADO DO RIO DE JANEIRO — *Departamento Nacional do Café* — Secção de Estatística.

O Departamento Nacional do Café acaba de organizar um interessante cartograma relativo à produção cafeeira fluminense.

Aparecem as oito regiões naturais do Estado limitadas por pequenos traços e em cada uma os municípios divididos em distritos. O trabalho é colorido.

Assinalam-se ainda: as sedes municipais e distritais, as ferrovias e rodovias, os rios navegáveis, as linhas aéreas e as estações de correio e telégrafo.

Simbolos especiais indicam o número de pés da rubiacea considerada e o número de propriedades cafeeiras de cada município, bem como as usinas e os armazens dessa mercadoria

Pelo cartograma em aprêço ficamos sabendo que dos 50 municípios fluminenses, 31 entregam-se à cultura do café e das 8 regiões naturais do Estado, admitidas pelo Conselho Nacional de Geografia, só a da *Baía de Ilha Grande* não cultiva êste vegetal.

A *Região de Muriaé* coloca-se em primeiro lugar, com mais de 73 milhões de pés. Seguem-se: a *de Cantagalo*, com pouco mais de 39 milhões; a *do Alto da Serra*, com 10 milhões; a *da Baixada de Goitacazes*, com 7 milhões e pouco; e a *de Vassouras*, com um pouco mais de 6 milhões.

O número de pés de café das outras duas regiões naturais é insignificante, como era de esperar, tratando-se de zona baixa. Pouco excede a 1 milhão na *Baixada de Guanabara* e não chega a 300 000 na *de Araruana*.

Os municípios cafeeiros fluminenses podem ser distribuídos em três grupos:

1) *grandes plantadores*, com mais de 11 milhões de pés de café: *Itaperuna* (mais de ..... 35 500 000); *Bom Jesús de Itabapoana* (mais de 15 000 000) e *Bom Jardim* (quase 12 000 000);

2) *médios plantadores*, entre 5 e 9 milhões: *Cambucí* (8 850 000), *Miracema, Duas Barras; Campos, São Fidelis, Cantagalo, Santo Antônio de Pádua, Santa Maria Madalena e Itaocara;*

3) *pequenos plantadores*, de 4 milhões para baixo: *Trajano de Morais* (4 000 000 ou, talvez, pouco mais), *Valença, Sapucáia, Santa Teresa, Macaé, Sumidouro, Capivarí, Resende, Entre Rios, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Sebastião do Alto, Casemiro de Abreu, Paraiba do Sul, Barra do Piraí, Carmo, Barra Mansa, Cachoeiras e Vassouras.*

E' curioso observar que o *município de Vassouras* — o grande centro cafeeiro do Império possue cêrca de 25 000 pés apenas.

Quanto ao número das propriedades que se entregam a esta lavoura, é ainda o *município de Itaperuna* o que vem em 1.º lugar, com 2 764. Seguem-se: *Cambucí*, com 878; *São Fidelis*, com 776; *Bom Jardim*, com 761; *Santo Antônio de Pádua*, com 722; *Bom Jesús de Itabapoana*, com 651; *Santa Maria Madalena*, com 560; *Campos*, com 559; *Trajano de Morais* e *Itaocara*, com 266 cada um; *Miracema*, com 216; *Cantagalo*, com 181; *Capivarí*, com 162; *Duas Barras*, com 141. Os demais municípios cafeeiros teem menos de 100 propriedades com plantações dessa rubiácea. O *de Cachoeiras* conta apenas com uma fazenda de café e o *de Vassouras* com duas.

Há no Estado 21 usinas de beneficiar café. Localizam-se 5 no município de Itaperuna; 3, no *de Cambucí;* 2, no *de Campos* e 2 no *de Trajano de Morais*. Em cada um dos nove municípios seguintes existe 1 usina: *Bom Jesús de Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Santa Maria Madalena, Bom Jesús, Itaocara, Cantagalo, Petrópolis e Santa Teresa.*

Os armazens que recebem o café fluminense acham-se: 5, na cidade do Rio de Janeiro; 1, em *Niterói;* 1, em *Angra dos Reis*; 1, em *Barra Mansa* e 1, em *Entre Rios*.

Como se vê, o cartograma do Departamento do Café representa uma boa contribuição para aqueles que se preocupam com a geografia e o comércio do café.

O trabalho, além de útil, tem bom aspecto. Notamos, porém, que aparecem convenções que não se encontram na legenda. Há uma semi-circunferência pontilhada com centro na cidade do Rio de Janeiro, encontrada por uma outra cujo centro é Niterói, que não sabemos o que significa. Convenção idêntica aparece no sul do Estado, tendo como centro Angra dos Reis. Outra linha interrompida, bastante quebrada, vai do litoral da bala de Sepetiba até o litoral norte, um pouco ao sul da foz do Paraíba.

Nos municípios de Trajano de Morais, Duas Barras e Capivarí ocorre uma convenção que designa certo número de cafeeiros, mas não sabemos quantos. O símbolo referido tem contôrno vermelho e o fundo com a côr do município onde se encontra. Ficamos em dúvida se seria esquecimento do desenhista ou feito de propósito. Esta última hipótese é plausível em virtude de aparecerem no desenho símbolos que evidentemente correspondem a 75 000, 50 000 e 25 000 cafeeiros e que não se encontram na legenda. Mas a quanto corresponde o contôrno vermelho com o fundo da côr do município? E' impossível advinhar. E, portanto, ficamos na ignorância quanto ao número exato dos cafeeiros dos três municípios referidos.

Por isso, fomos obrigados, quando acima distribuimos os municípios cafeeiros fluminenses em três grupos, a citar o de Trajano de Morais com "4 000 000 ou, talvez, pouco mais".

Outra observação a fazer diz respeito ao título "Divisão Administrativa pelo Conselho Nacional de Geografia". Julgamos que devesse ser: "Divisão Regional" e não "Divisão Administrativa".

São êstes, pequenos reparos que apenas confirmam o quanto apreciamos o trabalho organizado pelo Departamento Nacional do Café.

C.M.C.

★

TEXTO-ATLAS DE GEOGRAFIA — *Instituto De Agostini do Brasil Ltda.*, 1943.

*O Texto-Atlas de Geografia* do Instituto De Agostini do Brasil Ltda. é de feição moderna, bem impresso e de preço accessível a todos os estudantes. Estas características fariam dêle uma obra preciosa, se não fôssem os senões apontados em seguida.

Esperávamos que a presente edição, que é a segunda, estivesse isenta de tais defeitos. No entanto, êles se reproduzem como na primeira, indicando que não houve da parte dos autores nenhum cuidado em melhorar.

Os livros e mapas escolares, sobretudo os que se destinam ao curso primário e às primeiras séries do ginasial, devem afastar as pos-

sibilidades de choques entre as suas várias páginas e as afirmativas que fará o professor que acompanha a evolução da sua disciplina.

Na obra em aprêço notamos, por exemplo, no texto referente ao "Brasil Físico", 2 948 metros para a altitude do ponto culminante do Maciço do Itatiáia; nos mapas, 2 790; e no "Resumo Estatístico Geográfico", 2 787. O ponto mais alto do Maciço Guianense aparece no mapa da "América do Sul" com 2 665 metros e grafado *Roraima;* no mapa "Brasil Físico", 2 600 e escrito do mesmo modo; no texto "Brasil Físico" já está com a forma *Roroimã*, mas ainda com 2 600 metros; no "Resumo Estatístico", 2 875 metros e *Roroimã*. O Aconcagua, segundo o texto "América do Sul", tem 6 953 metros; no mapa "América do Sul", 7 130; no mapa "Brasil Físico", 7 035.

Ao aluno atento não escapará, por certo, a divergência entre a verdadeira altitude do Pontal da Bandeira (2884 m — "Resumo Estatístico") e a afirmativa que o *Pico da Bandeira com mais ou menos 3 000 metros* de altitude é o ponto mais elevado do Brasil" (Texto do "Brasil Físico"). Note-se ainda que esta declaração vem logo depois do número 2 948 apontado para o Itatiáia.

Observará que o Caparaó é uma serra e, portanto, a redação do texto "O Brasil Oriental" está mal feita:

*"No trecho fluminense (Serra dos Orgãos, da Estrela, da Boa Vista, etc.) o ponto culminante é a Pedra Assú* (2 230m.)) *e no Distrito Federal, o Pico da Tijuca* (1 025m.). *No Espírito Santo, o Caparaó* (2 900m.)".

E, como êste, aparecem outros defeitos de redação. Transcrevamos um pedaço da página "Elementos de Astronomia":

*"A Terra é um planeta que descreve a sua órbita, de forma elítica em* 365 *dias e* 6 *horas ou um ano, chamado movimento de translação ou revolução. Possue ainda o movimento de rotação que é executado sob o seu eixo em* 24 *horas".*

No texto "O Planisfério" lemos:

"5 — *Que o Polo Norte compreende um Oceano com algumas terras e o Polo Sul um Continente eternamente gelado — a Antártica".*

Êste trecho, além de mal redigido, suscita dúvida para o aluno: o Glacial Ártico é oceano ou mar? — Esta indecisão há de surgir da comparação do texto referido com os mapas.

Por falta de revisão aparecem, tanto nos textos como nos mapas, erros de português. Enumeremos alguns: *Carangueijo* (com i); falta de crase em *"A posição dos Astros é idêntica a* (sic) *do Quarto minguante,* ambos na página "Elementos de Astronomia"; *"océano"* (acento no e), em todos os mapas onde se encontra a palavra por extenso; "Mato Grosso", no mapa "América do Sul; *ipsométricas* (sem h), na parte "Representação do relêvo: rasgos, etc." E não nos parece que a palavra "rasgo", nêste sentido, seja vocábulo português...

Os nomes geográficos ora foram simplificados, ora escritos pelo modo tradicional, ora mantiveram a forma de outras línguas. Em alguns casos a adaptação à ortografia oficial foi apenas quanto a certas letras (exemplos: *Yocoama, Iang-tse-Kiang, Bangcok*).

Há outros que traem origem italiana e espanhola. Indiquemos no "Planisfério Político": *L. Vittoria, Can. de Mozambique, El Cabo.*

O mar Vermelho foi transfomado em *Roxo,* tanto na folha do "Planisfério Político" quanto nos mapas da África e Ásia.

As Curilas tornaram-se *Curilhas.*

A "Europa Política" assinala: *La Coruñha* (com til e nh), *S. Sebastiano, Vistola, C. Lindesnaes, Tago.* Do lado da África, *Tunes.*

*Pluton* e *Neptuno* aparecem assim grafados na parte cartográfica de "Elementos de Astronomia".

Na legenda do mapa "Minerais" do Brasil lemos *manganeso.*

E, por citar êste cartograma, notemos que a letra *A* que se encontra em Minas Gerais e no Maranhão não apresenta correspondente na legenda. Supomos que se refira a bauxita.

Sempre que a cidade do Salvador aparece indicada abreviadamente, acha-se a letra *B.* Dêsse modo, o Atlas robustece a tendência errônea de enunciar "Baía" por Salvador.

Caso idêntico verifica-se com Belém e Recife, representadas por *P.* nos mapas da "Distribuïção dos Indígenas" e da "Densidade de População".

Nas cartas da América do Sul e Brasil físicos a rubrica *Catingas* corresponde ao sul do Pará e norte de Goiaz.

No "Brasil: Região Oriental", o rio Itapecurú aparece escrito *Itaricurú;* no "Brasil: Região Nordeste" a cidade piauiense transformou-se em *Campo Major* (com j) e Cururupú em *Curupurú.*

No texto "Oceania", Havaí e Sandwich dão idéia de ser duas divisões distintas da Polinésia.

No mapa "Brasil Físico" lê-se *R. Paragui* e no texto corespondente: serra *Orgão,* serra *Tumuc-Cumac.*

No texto "Brasil Econômico" também foi mal feita a revisão. Aparecem *seringueiros* (no masculino) para designar as árvores da borracha e *oleoginosos,* em vez de oleaginosos. Sob o número 7, rubrica *Cereais,* incluem-se também: feijão, mandioca, araruta, batata doce. E' uma falha de distribuïção mas que induzirá os alunos a cometerem graves erros.

O mesmo texto inclue a seguinte frase:

*Os óleos exportáveis são os de: copaiba, mamona (Amazonas, Baía, Pernambuco, Paraíba e Maranhão).*

Ora, o Amazonas não é produtor desta baga.

Êle deveria ser incluído depois de copaiba. E, na enumeração dos produtores de óleo de mamona faltam Ceará, S. Paulo e Minas Gerais, que são, juntamente com a Baía e Pernambuco, os grandes fornecedores dêste produto.

Estranhamos a ausência de uma carta da "Região Norte", quando as demais foram contempladas. E não compreendemos que se use para as regiões naturais do Brasil outros nomes que não sejam os da Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941, mandada adotar oficialmente pelo Presidente da República em 31 de janeiro de 1942.

Há ainda outros pontos que estão a exigir revisão minuciosa na próxima edição.

C.M.C.

*

*Contribuïção*

*bibliográfica especializada*

# Achegas para uma bibliografia sôbre climatologia

## III

NORMAND, C. — *The present position of seasonal weather forescasting*. Q. Journal Royal Met. Society. Jan. 1932, pg. 3.

NOTH, H. — *Wetterkunde für flieger*. Berlim, 1932.

D. NUIYAMA — *A further contribution to the theory of thunder-clouds*. Japanese Jl. of Astronomy Geophysics. Vol. IX, n.º 2. 1932, pg. 101, em que cita publicação anterior.

OBERLAND, E. — *Vergleichsmessungen der Abkühlungsgrösse in Sud-deutschen Mittelgebirge*. Deutsches Met. Jahrbuch. 1931. Wüttenberg.

OBSERVATÓRIO A. DO RIO DE JANEIRO — *Dados referentes à climatologia do Brasil, Rio*, 1913, Exposition du Caoutchouc).

OHLSEN, B. — *Met. Obs. erster Ordnung zu Caetité* (Met. Zeit., 1912 et suiv.).

OKADA, T. — *The Climate of Japan*. Bulletin of the Central Meteorological Observatory of Japan. Vol. IV, n.º 2, 1931.

OLLENDORF F. — *Theory of Lightining*. Resumo do Arch. für Elekrotekunk 27 Março 15, 1933, pg. 119, nos Sc. Abstracts Junho 1933, pg. 567.

OLIVEIRA, ÁLVARO DE — *Clima, temperatura média, estações, ventos do Brasil* (dans le Wappeus, Rio de Janeiro, 1884).

OLIVEIRA, FRANCISCO JOSE' R. DE — *Síntese potamográfica do Estado do Rio de Janeiro*. In "Anais" do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

ORLANDO, ARTUR — *Clima brasileiro*. Rio de Janeiro 1911, 3.º Congrès de Géographie.

ORSTRAND VAN, C. — *Some comments on the measurement and interpretation of deep earth temperatures* Gerl. Beit. z. Geophys. (Erganzungshefte fur Angewandte Geophys). Band 3, h. 3, 1933, pg. 261.

OSBORN, W. — *Preliminary observation to determine the ultraviolet content of South* African sunlight South African Jl. of Sience. Vol. XXVI, dez. 1929, pg. 527, Johannesburg.

OSGOOD, W. F. — *Advanced Calculus*.

OTOTZKY, P. — *Le Régine des eaux souterraines et les agents météorologiques*. Resumo extenso em francês. Rezim Podzemnich Vod. Praga, 1926, 3.ª parte.

PAIVA, T. DE — *Bibliografia do clima brasileiro*. Folheto do ex-Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1928. Rio de Janeiro.

PAOLONI, B. — *Bibliography Météorologique*. Office National Météorologique et Société Météorologique de France. París.

PAOLONI, B. — *Bibliography of Meteorological Literature*. Royal Meteorological Society, publicada semestralmente.

PAOLONI, B. — *L'indirizzo ecologico da darsi alla Meteorologia Agraria*. pg. 21, Perúgia, 1933.

PATTERSON, J. — *Airship Meteorology*. Bulletin Am. Met. Society. Jan. 1931, pg. 1, fev. 1931, pg. 27.

PATTERSON, J. — *Barometry*. Conferência realizada em N. Orleans. Dez. 28, 1931. Bull. Am. Met. Society. Out. 1932, pg. 164.

PAULA, J. M. DE — *Climatologia de Curitiba* (A Casa do Lavrador, ns. 4-5, Curitiba, 1912).

PAULO SOUSA, ANTONIETA DE — *Ligeiro estudo sôbre a serra do Mar no norte do Estado de S. Paulo*. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

PEIXOTO, AFRÂNIO — *Climat et maladies du Brésil*. Annales d'Hygiène Publique, París, 1908.

PEIXOTO, AFRÂNIO — *Climas do Brasil* — In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

PEIXOTO, AFRÂNIO — *Climate of Brazil*. Brazilian Year-book, Londres, 1908.

PEKERIS, C. L. — *The development and present estatus of the theory of the heat balance in the atmosphere*. Prof. Notes. N.º 5. 1932, do Massachussets. I. of Technology. Cambridge.

PELEIDERER, H. — *Die Abkühlungsgrösse, ihre heilklimatische Bedeutung und ihre meszmethodik*. Strahlentherapie. 40. 3. 1931, pg. 562.

PEPPLER, A. — *Energieschwankungen der nord atlantischen zirkulation und sonnenflecken* 1881-1923. Gerlands Beit. zur Geophysik. 29. 2. 1931, pg. 187.

PEPPLER, A. — *Zur Aerologie der tropischer und subtropischer Ozeans* (Pet. Mit. Gotha., 1912).

PERNTER J. M. — EXNER F. M. — *Meteorologische Optik*. Viena, 1910, Leipzig, 1922.

PERRIN, H. — *Indices d'aridité et types de végétation forestière*. Comptes Rendus Ac. des Sciences. N.º 20, vol. 192, 1931, pg. 1 271.

PESTANA, N. RANGEL — *Climat et salubrité de São Paulo*. París, 1908.

PETIT, E. — *Measurements of ultra-violet solar radiation*. The Astrophysical Journal. Abril 1932, pg. 185, Chicago.

PETITJEAN, L. — *Dix Annés de sondages à Alger., La Météorologie*. Avril-Juin 1929. pg. 214.

PETITJEAN, L. — *La frontologie en Afrique du Nord*. Beit. z. Physik der freien Atm. Vol. XIX. (Bjerknes festband). 1932, pg. 163.

PETERSEN, H. — *The contribution of radiotelegraphy to Geophysics*. Nature. Maio 6, 1933, pg. 642.

PETERSEN, H. — *Uber die ursache der engen korrelation das atmospharischen ozongehaltes zu den met. verhaltnissen*. Gerlands Beit. z. Geophysik. (Koppen band I). 32, pg. 428.

PETERS, S. P. — *Some upper air observations over lower Egypt*. Geophysical Memoir n.º 56 do Met. Office. 1932, Londres.

PETTERSSON, O. — PETTERSSON, V. — *Cartes sinoptiques trimestrielles donnant la temperature et la salinité de l'eau de surface de l'Océan Atlantique Nord*. 1930 Copenhague .

PH. D., EDWIN GRANT DEXTER — *Weather Influences, to Empirical Study of Mental and Physiological Effects of Definite Meteorological Conditions*, New York, 1904.

PIAGGIO, H. — *Differential Equations*.

PICK e BROWERING — *Aproximate equations for the determination of screen minimum temps. during radiation nights*. Met. Magazine Junho. 1929, pg. 114.

PIERRACINI, GAETANO — *Relazione della Commissione Italiana de* 1912 (partie relative aux conditions sanitaires). Bologne, 1912.

PIRATH, C. — *Die grundlagen der flugsicherung*. Munich, 1933.

PIRES, A. O. DOS SANTOS — *Noticia dos estudos e obras contra os efeitos das sêcas* (Boletim do Ministério da Indústria, Rio, 1910).

PLESMAN, A. — *The Amsterdam-Batavia weekly service*. Journal R. Aeronautical Society. Julho. 1933, pg. 601.

PLUMMER, F. — *Rainfall and Farming in the Transvaal. Part. I. A preliminary investigation into the variability of the rainfall of the Transvaal. Pretoria*, 1927.

PLUMMER, F. — *Aspects of rainfall in the Western Cape Province*. Pretoria, 1932.

POISSON, Ch. — *Un problème de Météorologie Tropicale*. Sep. da Revue des Questions Scientifiques Julho 1925. Louvain, 1925.

*Proc. of the R. Soc. of Meteorology*. London, March, 1919.
*Quarterly Journ. of the Roy Soc*. January, 1917.

QUAYLE, E. — *Further evidences of rainfall increase due to the establishment of inland evaporating areas in S. E. Australia*. Report 16th Meeting Australasian Ass. for Adv. of Science. Jan. 1923, vol. XVI, pg. 193, Wellington.

RADAU — *Rôle des Vents dans les Climats chauds*. París, 1880.

RAJEWSKY, B. — *Luftionen und ihre biologische Anwendung. Strahlentherapie*. 48. 1. 1933.

RAMANATHAN, K. R. — DESAI, B. N. — *A discussion of measurements made during the period Jan. 1930 to Feb*. 1931. Gerl. z. Geophys. Vol. 35, h 1, pg. 68, 1932.

RAMBO, BALDUINO Pe., S. J. — *Estudos fisiográficos de avião* — In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

RAY, C. L. — *Hourly rainfall probabilities at Sault, S. Marie, Michigan. Monthly Weather* Review. Julho 1927, pg. 323.

REED, W. GARDNER — *South American Rainfall Types* (Quarterly Journal, 1910).

REFSDAL, A. — *Zur thermodynamik der atmosphäre*. Geophysiske Publikasjoner. Vol. IX, n.º 12, 1932, Oslo.

*Relatório apresentado ao Observatório Astronômico do Rio de Janeiro* (Manuscrito da biblioteca do Conselho Nacional de Geografia), 1901 — Contendo as temperaturas máximas e mínimas do Brasil.

*Revista del Instituto Nacional de Agronomia de Montevidéo*. Enero 1918.
*Revue Générale des Sciences*, 15 May 1919; 15/30 — aoûte, 1915, París.

REICHELDERFER, F. W. — *Meteorological problems of rigid airships*. Monthly Weather Review. Abril 1928, pg. 142.

REICHELDERFER, F. — *Recent types of pilot ballon theodolites for us aboard ship*. Bulletin Am. Met. Society Aug. Spet. 1928, pg. 151.

RIEMANN-WEBER — *Partielle Differentialgleichngen*.

RIEMERSCHMID, G. — *Strahlungsmessungen auf dem Atlantik und in Brasilien*. Met. Zeits. Junho 1932.

ROBITZSCH, M. — *Abkühlungsgrösse, Kathathermometer und Aquivalenttemperatur*. Gerlands Beit. z. Geophysik. 25. 2. 1930, pg. 194.

ROBITZSCH, M. — *Ein neuer Vordruck fur die Auswertung aerologischer Aufstiege*. Beit. z. Physik der freien atm. 18-3-1932.

ROCHE, M. — *La houle au large des côtes ouest du Maroc*. La Météorologie J. Março 1931, pg. 122.

RODRIGUES, J. BARBOSA — *Diminution des eaux au Brésil*. Rio de Janeiro, 1904.

ROHWER, C. — *Evaporation from free water surfaces*. Tech. Bull. N.º 271. Dpt. Agriculture. Washington, 1931.

ROLF, B. — *Lancers de ballons-sondes d'Abisko de* 1921 a 1929 Med. St. Met. Hydr. Anstal Band 5. N.º 5, 1932, Estocolmo.

ROONEY W. J. — *The significance and accuracy of measurements of earth-current potentials*. Terrestrial Magn, and Atm, Electricity. Set. 1932, p. 363.

ROSSBY, C. WEIGHTMAN, R. — *Application of the Polar-front theory to a series of american weather maps*. Monthly Weather Revies. Dez. 1926, pg. 485.

ROSSBY, C. C. — *Termodynamic applied to air mass analysis*. Met. Paper Vol. I n.º 3 do Massachussets Institute of Technology. 1932.

ROTCH — *Circulation of Atmosphere in Tropical and Equatorial Regions* (Geo. Jorn. xx).

ROTHE', E. — *Aérologie et Aérodynamique*. Vol. III de seu Cours de Physique. 1928, París.

ROUCH, J. — *Coup d'oeil sur l'histoire de la Météorologie*. Révue Scientifique. 12 Set, pg. 530; 26 Set, pg. 563, París, 1931.

ROUCH, J. M. — *Les méthodes de prévision du temps*. Nova ed. 1932, Paris.

ROUCH, J. — *Manuel d'Océanographie Physique*. Paris, 1922.

RUDDER, B. DE — *Grandrisse einer Meteoropathologie des Menschen-Wetter una Jahreszeit als Kranheitsfaktoren*. Berlim, 1931.

RUSSEL, R. — *Dry climates of the United States*. 2 fasciculos. Berkeley. Califórnia. 1931 e 1932.

RUSSEL — *Moving Anticyclones in the Southern Hemisphere* (Quarterly Journal, Londres, 1893).

SABATINI, A. — Revista di Antropologia. Vol. XXIX. 1930. Roma. Vide la Meteorologia Pratica. Maio-Junho 1933, pg. 161.

SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Tableau de la Végétation primitive dans la Province de Minas Gerais* (Ann. des Sc. Nat. 1831, t. XXIV).

SCHLEE, P. — *Niederschlag, Gewitter und Bewölkung in Sudw, und in einem Teile des Atlantischen Ozeans* (Arch. der Deutschen Seewarte, 1893, III).

SCHOTT, G. — *Geographie des Atlantischen Ozeans*. Hambourg, 1912.

SALPETER, J. — *Einführung in die höhere mathematik für Naturforscher und Arzte*.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *Consultoria de Climatologia* — In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *A Previsão das sêcas do Nordeste* (Ensaios pelo método de correlações). Diretoria de Meteorologia. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1929.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *Causas prováveis das sêcas do Nordeste brasileiro* (Conferência realizada no Clube de Engenharia no dia 20 de dezembro de 1924). Diretoria de Meteorologia. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1931.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *Meteorologia Brasileira* (Esbôço elementar de seus principais problemas). Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V, Vol. XXXIII, Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, sem data.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *A Previsão do Tempo baseada em observações locais* (Indicações aceitáveis e abusões condenáveis). Diretoria de Meteorologia. Ministério da Agricultura,Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1928.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *Instruções meteorológicas*. París, 1914.

SAMPAIO FERRAZ — *Rota aérea Lisboa-Buenos Aires*. O Jornal. 29 maio 1927, Rio de Janeiro.

SAMPAIO FERRAZ — *A catástrofe do Arassuaí e os seus ensinamentos*. O Jornal. 26 de fevereiro de 1928, Rio de Janeiro.

SAMPAIO FERRAZ — *Os futuros lagos artificiais em redor de São Paulo e efeitos sôbre o clima*. O Estado de São Paulo 18 e 21 de outubro 1928, São Paulo.

SAMPAIO FERRAZ — *Proteção contra o raio*. O Estado de S. Paulo 8 e 13 de set. 1933. teorológicas. París, 1914.

SAMPAIO FERRAZ — *Seguros contra as geadas e outras adversidades meteorológicas*. O Jornal, 18 de Set. 1927, Rio de Janeiro.

SAMPAIO FERRAZ, J. de — *Ligeiro esbôço de alguns aspectos fundamentais da climatologia do Estado de São Paulo*. In Anais IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, 1942.

SAMPAIO FERRAZ — *A grande cheia do Mississipi*. O Jornal, 5 de maio 1927, Rio de Janeiro.

SAMPAIO FERRAZ — *Coussirat Araújo e a Meteorologia Brasileira*. Jornal do Comércio, 9-10 dezembro 1929, Rio de Janeiro.

SAMPAIO FERRAZ — *Instruções Meteorológicas*. 2 volumes Bruxelas, 1914.

SAMPAIO FERRAZ — *A influência das florestas sôbre as chuvas*. Revista Florestal. Vol. 2, n.º 1, 1930, pg. 11.

SAMPAIO FERRAZ — *Sir Gilbert Walker's formula for Ceara's droughts. Suggestions for its physical explanation*. The Meteorological Magazine. Maio, 1929, pg. 81.

SAMPAIO FERRAZ — *Ecologia Agrária*. Rio de Janeiro. 1930.
*Ata Phaenológica*. Nederlandsche Phaenologische Vereeninging. S-Gravenhage. 1932-3
*The Phenological Report*. Royal Meteorological Society (último volume aparecido até Março de 1934. Relatório 43.º de 1933).

SANDSTRÖM, J. W. — *Die praktische Verwendung der periodogramm Analyse*. Gerlands Beit. z. Geophysik. 38. 1. 1933, pg. 64.

SANDSTROM, J. W. — *Der Golfstrom und das Wetter*. Gerl. Beit. z. Geophysik (Koppen Band I) Vol. 32. 1931. pg. 254. Vide Beit. z. Physik der freien Atm. (Bjerknes-fetsband) Vol. 19, 1932, pg. 22.

SANDSTROM, J. W. — *Uber den Einfluss des Golfstromes auf die Wintertemperatur in Europa*. Met. Zeitschrift 43. Nov. 1926, pg. 401.

SANKARA-NARAYANAN, D. — *On the nature of the frequency distribution of precipitation in India during the Monsoon months, June to September*. Sc. Notes. Vol. V, n.º 55, 1933.

SANSON J. — *Les saisons ont-elles un cours moins regulier depuis l'extension de la T. S. S. F.? La* Science Moderne. Set. 1929, pg. 423.

SAVUR, S. R. — *A simplified method for calculating periodicities*. Indian Jl. of Physics. Vol. VI, parte VI, fevereiro 1932, pg. 527.

SAVUR, S. R. — *The seasonal Forecasting Formula used in the India Meteorological Department*. Scientific Notes. Vol. IV, n.º 37, Calcutá, 1931.

SCHAFFERS V. — *Code for protection against lightning*. Bureau of Standards. 1933, Washington.

SCHAFFERS — *Le Paratonnerrre et ses progrès récents*. 1931, Paris.

SCRERESCHEWSKY, P. — WEHRLE', P. — *Lèxique Metéorologique*. Memorial de l'Office National Mététorologique de France. 6 vols, 1929, Paris.

SCHERESCHEWSKY, P. — WEHRLE', P. — *Les Sistèmes Nuageux*. Memorial de l'Office National Mététorologique de France. 2 vols. 1923, Paris.

SERRA, ADALBERTO B. — *Secondary Circulation of Southern Brazil*. Divisão de Meteorologia. Departamento de Aeronáutica Civil. Ministério da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1938.

SIEGEL, F. — *Regenbeobachtungen im Staate Paraná und Temperaturabnahme mit der Höhe* (Met. Zeit., 1904).

SIEGEL, F. — *Resultate der Meteorologischen Beobachtungen am Observ. zu Curitiba* (Met. Zeit. 1904-14).
*Scientific American*, June 9, 1915.

SILVA, NIEPCE DA — *Contribuïção para a climatologia do Paraná*. Pluviologia do Paraná. Curitiba, 1914.

SILVADO, AMÉRICO — *Memória sôbre o Serviço Meteorológico*. Rio de Janeiro, 1890.

SCHINZE, G. — *Die praktische Wetteranalyse*. Archv der Deutschen Seewart. Vol. 52, n.º 1, 1932, Hamburgo.

SCHMID, G. — *Die Abkühlungsgrösse auf der Zugspite*. Deutsches Met. Bayern. 1932, pgs. C. 1. 42.

SCHOLZ J. — *Vereinfachter ban eines kernzähers*. Met. Zeitschrift. 49. 10. 32, pg. 381.

SCHONLAND B. — *Atmospheric Electricity*. Londres. 1932.

SCHOTT, G. — *Der Peru-Strom und seine nördl. Nachbargebiete in normaler und anormaler Ausbildung*. Annalen der Hydrog. und Maritimen Met. Fasciculos V a VII. 1931. Tradução espanhola na Memória n.º 8, 1931 do Consejo Oceanog. Ibero-Americano.

SCHOTT, G — *Winds, weather and currents on the coats of India and the law of storms*. Calcutá, 1931.

SCHOTT, G. — *Geographie des Atlantischen Ozeans*. Hamburgo, 1926.

SCHMIDT, K. — *Die Abkühlungsgrösse in Karlsruhe*. Veröff. der Bädischen Land. Abhandlungen. N.º 8, 1932. Karlsruhe.

SCHREIBER, K. — *Analyse der Wetterlage vom 4 bis 8 Januar* 1912 Archiv. der Deutschen Seewarte. Vol. 50, n.º 4, 1931.

SCHWEIDLER E., VON — *Die aufrechterhaltung der elektrischen ladung der Erde*. Hamburgo, 1932.

SCHWEIDLER — *Luftelektrizität*. Capítulo do Enführung in die Peophysik. II. Berlim, 1929.

SCRASE F. — *Lightning investigation* (in S. Africa). Nature, Jan. 7, 1933, pg. 19.

SCRASE F. — *The air-earth current at Kew Observatory*. Geophysical Memoir, n.º 58 do Met. Office, 1933.

SEKIGUTI, R. — *An attempt to detect a direct effect of the solar activity on the air temp. at some stations in the central part of Japan*. Memoir of the Imperial Marine Observatory. V, III, n.º 1, 1926, Cobe.

SEREBRENICK, SALOMÃO — *Classificação Meteorológica dos Climas do Brasil*. In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Conselho Nacional de Geografia Vol. II, 1942, Rio de Janeiro.

SERRA, A. — *O Suicídio no Rio de Janeiro*. O Jornal. 2 de junho de 1929, Rio de Janeiro.

SHAW, N. — *Forescasting Weather*. 2.ª ed. 1923. Londres.

SHAW, N. — *Note on the most recent forms of thermodynamic diagrams for the atmosphere etc*. Memorandum publicado pelo Met. Office. 1930, Londres.

SHAW, N. — *Manual of Meteorology* Vol. I. Meteorology in History. 1926, Cambridge (Vide 10).

SHAW, N. — *Manual of Meteorology*. 4 volumes, o último publicado em 1931. Cambridge University Press. Cambridge. (Vide 1).

SILVEIRA, JOÃO DIAS da — *Itatiáia* — In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

SIMPSON, G. C. — *Past Climates*. Q. Journal Royal Met. Soc. Julho de 1927, pg. 213.

SIMPSON, G. C. — *Elderto's Frequency curves and Correlation*.

SIMPSON, G. C. — *Yule's Statistics*.

SIMPSON, G. C. — *Carse and Shearer's Fourier Analysis*.

SIMPSON, G. C. — *Forsyth's Differential Equations*.

SIMPSON, G. C. — *Past Climates*. The Alexander Pedler Lecture. Londres, 1929.

SIMPSON, G. C. — *Maxwell's Heat*.

SIMPSON, G. C. — *Selberstein's Vectorial Mechanics.*

SIMPSON, G. C. — *Lamb's Hydrodynamics.*

SIMPSON, G. C. — *Some studies in terrestrial radiation.* 1927: *Further studies in terrestrial radiation* 1928: *The distribution of terrestrial radiation.* 1929. Memoirs of the Royal Met. Society ns. 16, 21 e 23 respectivamente.

SIMPSON, G. C. — *The Climate during the Pleistocene Period.* Proc. Royal Society of Edinburgh. Vol. I, parte III, (n.º 21), 1930, Edinburgo.

SIXT. ERNESTO — *Cinqüenta anos de observações em Campinas.* In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

SJÖSTRÖM, M. — *Pyrheliometric measurements of solar radiation in Upsala during the years* 1909-1922. Soc. Scient. Acta. Series 4, vol. 6, n.º 6, Upsala, 1930.

SOUSA, ANTÔNIO JOSE' ALVES de — *Regimen dos cursos de água no Brasil, pela Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura.* In Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

SOUSA, GERALDO SAMPAIO de — *Notas para estudo das ilhas da baia de Guanabara.* In Anais do IX Congresso Brsileiro de Geografia. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1942.

SOLYOM, H. L. — *The Rainfall of Southern South America* (Symons's M. M., 1914).

STEINER, L. — *Die sozialwirtschaftlichen Aufgaben und Leistungen des Deustschen öffentlichen Wetterdienstes.* Archiv der Deutschen Seewarte. Vol. 51, n.º 6, 1932.

STELANOFF, B. — *Versuch zur Darstellung einer parallen Klassifikation der Klimate und der Vegetationstypen.* Proc. Bulg. Academy Sc. Vol. 26. 1930. Sofia.

STETSON, H. T. — *The correlation of solar and lunar phenomena with the ionisation of the earth's atmosphere.* Troisieme rapport de la Commission etc. 1932. Conseil Int. de Recherches.

STORMER, C. — Hohe und farbenverteilung *der perlmutterwolken.* Geofysiske Publikasjoner Vol. IX. N.º 4. 1932. Oslo.

STUMPFF, K. — *Systematische Untersuchungen über die periodischen Eigenschaften des Luftdrucks.* Gerlands Beit. z. Geophysik. Vol. 32 (Köppen-band I), 1931.

SUNDSTROEM, E. — *Contributions to tropical physiology.* Univ. California Publ. in Physiology. Vol. 6, 1926.

SURING, R. — *Leitfaden der Meteorologie.* Leipzig, 1927.

SUTTON, L. J. — *The upper currents of the atmosphere in Egypt and the Sudan.* Physical Dpt. Paper n.º 17. 1925, Cairo.

SYMONS — *Temperature and Rainfall of Brazil.* (Symons's M. M., 1891).

SZWEIKOWSKI, N. — *Einfluss des windes auf die Verdunstung einer ebenen Flache.* Gerlands Beit. z. Geophysik. 24. 2/3, 1929, pg. 293.

TALLARICO, G. — *Una legge della natalitá in Italia.*

TAPAJOZ TORQUATO — *Apontamentos para a Climatologia do Vale do Amazonas.* Rio de Janeiro, 1889.

TAULIS, E. — *Ensayo de prevision del estado atmosferico en la region central di Chile durante el ano de* 1932 Boletim de la Sociedad Nacional de Agricultura. 1933, Santiago.

TAULIS, E. — *Estudio retrospectivo de la pluviosidade en Chile.* Santiago, 1931.

TAYLOR, GRIFFITH — *The climatic control of Australian production.* Bull n.º 11. Melbourne. (Sem indicação do ano; provàvelmente, 1917).

TAYLOR, GRIFFITHE — *The control of Settle ment by Humidity and Temperature, with* Special Reference to Amstrotion and the Empire. Melbourne, 1916.

TAYLOR, GRIFFITH — *The soils of Australia in relation to topography and climate.* Geographical Review. Jan. 1933, pg. 108.

TCHIJEVSKY, A. — *Physical factors of the historical process.* Resumo em inglês da edição russa. 1924.

THEIS, C. V. — *Some recent studies in evaporation.* Trans. Am. Geophys. Union, pg. 220, Washington, 1931.

THELLIER, O — *Mésure de la conductibilité électrique de l'air par une méthode de zero* (Variante do processo comum Gerdien). C. Rendus, n.º 22, maio 22, 1933, pg. 1 684.

TEÓFILO, RODOLFO — *História da Sêca do Ceará,* 1877-80. Fortaleza, 1883.

TEÓFILO, RODOLFO — *Sêcas do Ceará.* Fortaleza, 1901.

THORNTHWAITE, C. — *The Climates of the earth.* The Geographical Review. Vol. XXIII, Julho 1933, pg. 433, Nova Iorque.

TISHOMIROFF, E. — *A method of long-range forecasting by B. P. Multanovsky,* traduzido do russo por Covediaeff e Jacobs. 1933.

TÔRRES, F.E.M. — *Justificação das normas de chuva da rede pluviométrica brasileira.* Rio de Janeiro, 1926.

TÔRRES, F. E. M. — *Métodos de Previsão das enchentes nos rios.* Rio de Janeiro, 1931.

TÔRRES, E.F.M. — *Offices Météorologiques du Monde.* Ed. 1932, Utrecht.

TRIPP — *Shouth American Rainfall South of the Tropic* (Scott. Geo. Mag., 1889).

TUCKER W. S. — *Meteorological Acoustics.* Quarterly Journal Royal Met. Society. Julho 1933, pg. 203.

TUVE, A. M. — *The geophysical significance of radio measurements of the ionised layer.* Transactions of the American Geophysical Union. 1932, Washington.

TYLER, W. F. F. R. — *Met. Soc., ass. Inst. C. R.* — The Psycho-Physical Aspect of Climate with a Theory Concerning Intensities of Sensation — Reprited from the Journal of Tropical Medicine and Hygiene, April, 15, 1917.

USTERI, A. — *Flora der Umgebung der Stadt S. Paulo, in Brasilien* (Iéna, 1911).

UTTINGER, H. — *Starke regenfälle von kurzer dauer in Zurich* 1901-1930. Annalen der Schweizerischen Meteorologischen Zentral-Austalt. 1930, Zurich.

VÁRIOS — *Annales du Service Botanique de Tunisie*, sobretudo o fascículo 2, tomo V, 1928, Tunis.

VÁRIOS — *An inexpensive upper air temp, indicator*. Gerl. Beit. z. Geophysik, 36-1-1932, pg. 4.

VÁRIOS AUTORES — *Bulletin of the National Research Council n.º* 79. Physics of the Earth — III Meteorology. 1931, Washington.

VÁRIOS — *Changes in ionic content of air in occupied rooms ventilated by natural and by mechanical methods*. Heating. Piping and Air Conditioning. Out. 1931, pg. 865.

VÁRIOS — *Grafical thermodynamics of the free air*. Monthly Weather Review. Nov. 1926, pg. 454.

VÁRIOS — *How to use the effective temperature index and confort charts*. Heating. Pipping and Air Condicioning. Junho, 1932, pg. 433.

VÁRIOS — *Studies of ultraviolet in daylight*. 1931. Pittsburgh.

VERCELLI, F. — *L'Aria nella natura e nella vita*. Turim, 1933.

VERCELLI, F. — *Metodo generale per l'analisi delle periodicitá nei diagrammi statistici e sperimentali*. Atti della R. Ac. dei Lincei Rendiconti Vol. XI, fasc. 7, 1930, pg. 635.

VERCELLI, F. — *Nuovi esperimenti di previsioni meteorologiche*. Roma, 1923.

VIOLA, G. — *La periodicitá della temp. media annua in rapporto a quella delle macchie solari*. Atti R. A. N. dei Lincei. Rendiconti. Vol. XV, fasc. 8, 1932, pg. 674, Roma.

VORHEES, J. — *Distribution of rainfall at Knoxville, Tenn, by hours, weeks, and months o four weeks*. M. Weather Review. Set. 1928, pg. 368.

VORHEES, J. — *Notas constantes de outro trabalho no Bull. Am. Met. Society*. Maio, 1925, pgs. 77-78.

VOSS, E. LUDWIG — *As chuvas no Nordeste do Brasil* (Boletim do Ministério da Indústria e Viação, Rio, abril 1909).

VOSS, E. L. — *Beiträge zur Klimatologie des südlichen Staaten von Brasilien* (Pet. Mit. 1904).

VOSS, E. L. — *Die Niederschlagsverhältnisse von Sudamerika* (Pet. Mitt. Erg. H., 1907).

WAGEMANN, H. — *Die begründung und brauchbarkeit der Guilbertschen Regeln*. Met. Zeitschrift. 49. 7, 1932, pg. 262.

WAGEMANN, H. — *Zum problem der Wettervorhersage*. Met. Zeitschift. 49. 9. 1932, pg. 354. Notas de Schmauss, pg. 356.

WAGNER, A. — *Klimatologie der freien atmosphare*. C. R. na M. W. Review. Fev. 1932, por Ballard.

WAGNER, A. — *Untersuchungen der Schwankungen der allgemeinen zirkulation*. Geografiska Annaler. Vol. XI, h. 1, 1929, pg. 33.

WAGNER, A. — *Zur frage der Verdunstung*. Gerlonds Beitz. s. Geophysik (Köppenband III). 1931, pg. 85.

WAIT, G. — TORRESON, O — *Rate of ionisation of the atmosphere*. Nature. Março 12, 1932. (Separata.

WAIT, G. — *The Aitken pocket nuclei counter*. (discussão de dúvidas do processo) Gerlands Beit. z. Geophysik. 37. 4. 32, pg. 429.

WALKER, T. G. — *World Weather V*. Memoir n.º 36 vol. IV da Royal Met. Society 1932, pg. 66.

WALKER, T. G. — *World Weather III*. Memoir n.º 17 vol. II da Royal Met. Society 1928, pg. 106.

WALLE, PAUL — *Le climat amazonie* (Chapitre II du "Pays de l'Ornoir", París).

WALLÉN, A. — *Climate of Sweden*. Estocolmo, 1930.

WALLÉN, A. — *Facteur de pluie et indice d'aridité. Geografiska* Annaler. H. 3, 1927, pg. 225.

WALLÉN, A. — *Sur le contrôle des annonces de tempêtes. Geografiska* Annaler. N.º 3, 1921, pg. 267.

WALLÉN, A. — *Väderlekens samband med hälsotillstandet*. Medd. fr. Statens Met. Hydrografiska anstalt. B. 5, n.º 1, Estocolmo, 1928.

WALKER, G. — *Some problems of Indian Meteorology*. The Halley Lecture. 1929. Oxford.

WALKER, G. — *The Atlantic Ocean*. Quarterly II. Royal Met. Soc. Abril 1927, pg. 97.

WALTER B. — *Danger from lightning in the case of the oak and the beech*. Resumo da Phys. Zeits. 33. Abril 1. 1932, pg. 306 nos Sc. Abstracts n.º 417. Set. 1932, pg. 843.

WAN ORMAN, W. — *A preliminary meteorological survey for airship bases on the middle Atlantic seaboard*. Monthly Weather Review. Fev. 1931, pg. 57.

WAYLAND, F. J. — *African pluvial periods and prehistoric man*. Man. Vol. 88, 1929, Londres.

WARD, ROBERT DE COURCY — *A selected and annotated list of publications on general climatology*. Bul. Am. Met. Society. Abril, 1933.

WARD, ROBERT DE COURCY — *Bosquejo de Climatologia do Brasil* (Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 29, XII, 1909).

WARD, ROBERT DE COURCY — *Can the white race become acclimatized in the tropics?* Gerlands Beit. z. Geophysik (Koppen band I) 32. 1931, pg. 149.

WARD, ROBERT DE COURCY — *Climate*, cap. I London, 1908.

WARD, ROBERT DE COURCY — *Climate considerex especially in relation to man*.

WARD, ROBERT DE COURCY — *Economic Climatology of Brazil* (Bull of Geo. Soc. of Philadelphia, 1909).

WARD, ROBERT DE COURCY — *Government Meteorological Work in Brazil* (Monthly Weather Review, 1908).

WARD, ROBERT DE COURCY — *Notes on Weather and Climate made during a Summer trip to Brazil*, 1908 — (Monthly Weather Review).

WARD, R. DE C. — *Southern Campos of Brazil* (Bull. Ann. Geo. Soc., New York, 1908).

WARD, ROBERT DE COURCY — *The acclimatization of the white race in the tropics.* Smithsonian Report ror 1930, pg. 557, Wasnington.

WARD, R. DE C. — *The Economic Climatology of the Coffee District of S. Paulo* (Bull. of the Amer. Geo. Soc., 1911).

WARING, G. A. — *Suprimento dágua no nordeste do Brasil.* Rio, 1912.

WARREN-SMITH e outros — *Predicting minimum temperatures from hygrometric data.* Monthly Weather Review. Supplemento n.º 16, 1920.

WAT WATSON — *The present position of theories of the electricity of thunderstorms.* Quarterly Journal Royal Met. Soc. Abril 1931, pg. 133.

WAYLAND, E. J. — *The Cause of an Ice Age.* Q. Journal Royal Met. Soc. Julho 1931, pg. 317.

WAYMAN, J. H. — *The earth's weather.* Sem indicação de data, mas, provavelmente, de 1923, Pittsburgh.

WEATHERBURN, C. E. — *Vector Analysis*, 2 vols.

WEAVER, J. — CIEMENTS, F. E. — *Plant Ecology.* Londres, 1929.

WEBER, O. — *Die neus Organisation des Meteorologischen Dienstes in Brasilien* (Met. Zeit., 1912).

WEBER, O. B. — *Das Observatorium erster Ordnun zu Quizeramobim*, 1896-1905 (Me. Zeit., 1908).

WEBSTER, A. G. — *Partial Differential Equations.*

WEHRIE', M. — *Les problèmes météorologiques de la haute atmosphère intéressant l'aéronautique.* La Météorologie. Jan. Fev. 1933, pg. 1.

WEEKS, J. R. — *What will the winter be?.* Bulletin Am. Met. Society. Jan. 1933, pg. 17.

WEEKS, M. S. — *A new instrument for measuring cooling power; the coolometer.* Jl. Industrial Hygiene. Set. 1931, pg. 261, Baltimore.

WEIGHTMAN, R. — *A critical review of the work of the Indian Meteorological Service in Monson Predictions.* Journal of the Washington Academy of Sciences. Vol. 18, n.º 20, 1928, pg. 551, Baltimore.

WEXLER, H. — *A comparison of the Linke and Angstrom measures of atmospheric turbidity and their application to North American air masses.* Transactions of the American Geophysical Union 1933, pg. 91. 91, Washington.

WHITAKER E ROBINSON — *Calculus of Observations.*

WIESNER, J. — *Beiträge zur Kenntniss des tropischen Regens* (Sitzber. d. Wiener Akad, 1895).

WIGAND, A. — *Hochfahrten von Registrierballonen.* Beit. z. Physik der freien Atm. 17-4-1931, pg. 289.

WIGAND, A. — *Zum problem der Wettervorhersage.* Met. Zeitschrift. 50. 1. 1933, pg. 26.

WILSON, E. B. — *Advanced Calculus.*

WILSON C. T. R. — *Electricity.* The Dictionary of Applied Vol. 3, Londres, 1923.

WILLET, C. H. — *American Air Mass properties.* Paper Vol. II. N.º 2 do Massachussets Inst. of Technology. Junho 1933.

WILLS, A. P. — *Vector and Tensor Analysis.*

WOEIKOW, A. — *Der Saltzgehalt der Meere und seine Ursachen* (Pet. Mit. Gotha, 1912).

WUST, G. — *La corriente del Golfo.* resumida na Revista del Consejo Oceanog. Ibero-Americano. Fev. 1932 Original na Zeits der Gesellschaft fur Erdkunde. h. 1 e 2. 1930. Em francês, na Rev. Hydrographique. Vol. VII, n.º 1, 1931.

WUSSOW, G. — *Stark und daurregen auf frund fünfjähriger registrierungen.* Met. Zeitschrift. pg. 67, 1933. (Comunicação preliminar).

WUSSOW, G. — *Untere grenzweste dichter regenfälle.* Met. Zeitschrift. pg. 173, 1922.

YAGLOU, C. — *Physical and physiological aspects of Air Conditioning.* Heating. Piping and Air Conditioning. Jan. 1932, pg. 57, Chicago.

YULE, G. U. — *An introduction to the Theory of Statistics.* 5.ª ed. 1919, Londres.

YULE, G. U. — *Theory of Statistics.*

YVER, D. — *Rainfall of Siam. Its normal distribution and relation to Indian rainfall; possibility of forecasting monsoon rains.* Scientific Notes. Vol. IV, n.º 38, 1931, Calcutá.

YVER, D. — *Rainfall in S. Rhodesia.* Nature. Out. 1933, pg. 608.

ZACH, C — *Le Radiazioni solari — Biologia, patologia e terapia solares.* La Met. Pratica. Ns. 2 e 3. Vol. X, 1932, pgs. 65 e 106 respectivamente.

ZORELL, F. — *El Nino Strom in Jahre* 1925. Annalen der Hydrog. und Maritime Met. 1928, pg. 167.

**Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.**

*Retrospecto geográfico*

*e cartográfico*

# "Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro"

## Índice dos autores

## II

## (Anos de 1855 a 1941)

**N**

NAVARRO, SAUL DE — **Mudança de nome da nossa Capital.** Uma proposta apresentada na Sociedade de Geografia (Guanabara, em vez de Rio de Janeiro). — Tomo XXX, ano 1925, pág. 97.

NEVES, JOSÉ PAIS FALCÃO DAS — **O Rio Manso** — Exploração — 1803. Fasc. II, ano 1885, pág. 125.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio da Prata — Faróis, Bóias e Balizas.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 83.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio Grande do Sul, Província do** — Fasc. IV, ano 1887, pág. 241.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Orografia da Bacia do Prata.** Fasc. 314.º — Tomo IX, ano 1893.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Álveo — Rio da Prata.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 81.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Bacia do Prata, Rios do Prata.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 81.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Bancos, Rio da Prata.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX. ano 1893, pág. 82.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Margens do Rio da Prata.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 83.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Extensão e Limites do Rio da Prata** — Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 80.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Campos e Matas da Bacia do Prata.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 122.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Ilhas do Rio Paraná.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 82.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio Uruguai, Ilhas, Lagos.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 115.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio Uruguai.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 85.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio da Prata, seus afluentes.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 84.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio da Prata. História descritiva do rio da Prata e seus principais afluentes, navegação, etc.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 73.

NOGUEIRA, ALFREDO — **Rio da Prata. Descobrimento.** Fasc. 3.º e 4.º — Tomo IX, ano 1893, pág. 74.

NOGUEIRA, JÚLIO — **Discurso do novo sócio..., em sessão solene realizada em 28 de abril de 1921, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Problemas Brasileiros** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 63.

NORONHA SANTOS, F. A. — **A Conservatória dos Índios — Viação Férrea** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 43.

NORONHA SANTOS — **Bibliografia sôbre os limites do Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro, Impressos, Cartas topográficas, geográficas, plantas, mapas, Manuscritos.** Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 94.

NORONHA SANTOS — **Nossa Revista, A** — (Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) — Fasc. 114, tomo XV, ano 1902, pág. 3.

NORONHA SANTOS, F. A. — **A Conservatória dos Índios — Antigas e Modernas Casas de Conservatória** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 62.

NORONHA SANTOS, F. A. — **A Conservatória dos Índios — Serviços Municipais — Calçamentos — Abastecimento de Água, Iluminação Pública e Domiciliar** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 76.

NORONHA SANTOS, F. A. — **A Conservatória dos índios — Serviços Postais — Telégrafo e Telefones** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 47.

NORONHA SANTOS, F. A. — **Conservatória dos índios, A** — As antigas vias de comunicação em trechos do Vale do Paraíba — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 36.

NORONHA SANTOS — **Memórias àcêrca dos limites do Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 45.

NORONHA SANTOS, F. A. — **Conservatória dos índios, A — (Um Arraial Esquecido), Ação de municipalismo e outros fatores de desenvolvimento — O Distrito de Santo Antônio e Rio Bonito. A Freguesia de Santo Antônio do Rio Bonito** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 5, 68, 30, 23.

NUNES, FAVILA — **A população do Município Neutro**. Fasc. I, ano 1889, pág. 27.

NUNES, FAVILA — **Rio de Janeiro, o Estado do** — Divisão administrativa, Superfície, etc. Fasc. III, ano 1892, pág. 183.

NUNES, FAVILA — **Estatística do Brasil**. Fasc. IV, ano 1888, pág 1888, pág. 375.

O

OLIVEIRA BELO, S. A. e outros — **Geografia do Brasil no nosso ensino secundário, A** — Relatório apresentado à Sociedade pela Comissão designada para tratar do assunto composta do Sr. ..., Raul Correia Bandeira de Melo, Élzio Bahiense, Carlos Xavier — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

OLIVEIRA BOTELHO, JOAQUIM DE (Dr.) — **República do Uruguai**. Conferência realizada pelo sócio Dr. ..., na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 67.

OLIVEIRA BOTELHO, JOAQUIM DE (Dr.) — **Chile e a Argentina, O** — Resumo da conferência feita pelo Dr. ..., — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 89.

OLIVEIRA BOTELHO, JOAQUIM DE (Dr.) — **Brasil Central** — Resumo de conferência feita pelo Dr. ..., — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 129.

OLIVEIRA BOTELHO, J. DE (Dr.) — **Campos de Jordão**, pelo ..., — Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 112.

OLIVEIRA, CAETANO DE (Dr.) — **Laureados em Geografia — Justificação aos títulos de** — Tomo XXXI, anos 1926, 1927, pág. 102.

OLIVEIRA JÚNIOR, ANTÔNIO DOS SANTOS — **Exposição Retrospectiva do Exército** (Relatório apresentado pelo Sr. ... e General Raul Bandeira de Melo) — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 109.

OLIVEIRA, SEBASTIÃO DE ALMEIDA — **Tanabí** — Tomo XLVII, ano 1940, pág.139.

OLIVEIRA, SEBASTIÃO DE ALMEIDA — **Mouro e Árabe influindo em nossa formação** — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 67.

ORCINOLI, HENRIQUE — **Discurso de posse**. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 147.

OSÓRIO, FERNANDO LUIZ — Discurso de posse. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 159.

P

PAIS BARRETO, CARLOS XAVIER (Desembargador) — **Moreira Guimarães, discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General ...** — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

PAIS BARRETO, CARLOS XAVIER — **Discurso de posse do sócio desembargador ...** — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 79.

PAIS BARRETO, CARLOS XAVIER — **(Discurso do Desembargador ... na recepção do ministro Osvaldo Aranha)** — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 170.

PARANAGUÁ, MARQUÊS DE — **Torquato Tapajoz**. (Discurso comunicando sua morte). Fasc. 114, tomo XV, ano 1902, pág. 18.

PARANAGUÁ, CORRENTINO W. NOGUEIRA (Tenente) — **Discurso de posse do ...** — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 91.

PARIMA, BARÃO DE — **Limites do Brasil com a Venezuela**. Fasc. II, ano 1887, pág. 81.

PARSENDAS, JOÃO — **Turupí ao Balsas, A Amazônia, conferência**. Fasc. 1/4 — Tomo XVI, ano 1903, pág. 15.

PAULA FREITAS — **Exposição de Geografia Sul Americana**. Fasc. I, ano 1889, pág. 3.

PAULA FREITAS — **Limites do Brasil com a Guiana Francesa**. Refutação a Henri Condreau. Fasc. III, ano 1891, pág. 180.

PAULA FREITAS — **Meridiano inicial, O** — Fasc. II, ano 1885, pág. 161.

PAULA FREITAS, ANTÔNIO DE (Dr.) — **Limites do Brasil com a Bolívia**, 3.ª Conferência — Fasc. 1.º, tomo XIV, ano 1901, pág. 3.

PAULA FREITAS — **Limites do Brasil com a Bolívia, Barão de Tefé** — Comentário do mapa organizado pelo ... sôbre a fronteira do Brasil entre o Beni e o Javarí — Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 102.

PAULA FREITAS — **Limites do Brasil com a Bolívia** — Conferência realizada na Assembléia Geral em 20 de maio de 1902 da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 93.

PAULA FREITAS, ANTÔNIO DE — **Limites do Brasil com a Bolívia** — 1.ª Conferência — Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 36.

PAULA FREITAS, ANTÔNIO DE (Dr.) — **Limites do Brasil com a Bolívia** — 2.ª Conferência — Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 55.

PAULA FREITAS (Dr.) — **4.º Centenário da índia, O** — Notícia pelo Dr. ... — Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 5.

PAUWELS, GERALDO (Pe.) — **Bôlsa do Brasil**. (Onde se mostra claramente o rumo que tomou o dinheiro dos Acionistas da Companhia das índias Ocidentais) — Tradução de ... — Tomo XXXVIII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 36.

PEREIRA DA SILVA, RAIMUNDO — **Redivisão territorial e localização da Capital** (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão) — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

PEIXOTO AMARANTE, ANTÔNIO PLÁCIDO — **O Rio São Francisco.** Fasc. III, ano 1887, pág. 161.

PEREIRA DA SILVA, JOÃO MANUEL — Fasc. IV, ano 1891, pág. 241.

PEREIRA DA SILVA, JOÃO MANUEL — **Cristóvão Colombo e o descobrimento da América.** Fasc. I, ano 1891, pág. 22. Fasc. II, ano 1891, pág. 92.

PEREIRA DA SILVA, JOÃO MANUEL — **Fernão de Magalhães.** Fasc. III, ano 1892, pág. 161.

PICHARD, GUSTAVE — **Argentina, O Brasil e a República** — Fasc. I, ano 1886, pág. 44.

PIMENTA BUENO — **O Rio Sucuriú.** — **Exploração.** Fasc. I, ano 1885, pág. 9.

PIMENTA BUENO — **O Rio Xingú.** — **Exploração** — Fasc. III, ano 1885, pág. 235.

PIMENTEL, VALDEMIRO — **Redivisão territorial política do Brasil, comentários sôbre os projetos da** — Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 59.

PINHEIRO, CÉSAR — **Rio Negro — Vila de São Gabriel — Curiosidades naturais — Costumes das índias Juruparys, Cariumarã, Dabucurí** — Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 28.

PINHO, VANDERLEI — **Imigrantes e assimilação do imigrante estrangeiro, fixação dos** — Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 133.

PINKAS, JOÃO — **O Alto Madeira.** Fasc. IV, ano 1887, pág. 269.

PINKAS, JOÃO — **O Alto Madeira e a sua ligação ao Mamoré.** Fasc. III, ano 1885, pág. 259. Fasc. IV, ano 1885, pág. 343.

PINKAS, J. — **Volapück, o — Língua Universal.** Fasc. III, ano 1887, pág. 187.

PINKAS, J. — **Estrada de ferro do Madeira a Mamoré.** Fasc. III, ano 1886, pág. 211.

PINTO, ABEL (Dr.) — **Laureados em Geografia — Justificação aos títulos de** — Tomos XXXI, anos 1926, 1927, pág. 102.

PINTO, JOÃO MARCELINO — **Navegação do Rio Doce** — Tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 42.

PINTO, JOÃO MARCELINO — **Rio Doce, O** (Da monografia "A Costa do Estado do Espírito Santo, seus rios e ramais"). Tomo XXXV, 1932 (1.º semestre), pág. 33.

PINTO, JOÃO MARCELINO — **Vale do Rio Doce.** Tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 40.

PINTO, J. MARCELINO — **Rio Ribeira de Iguape.** Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 60.

PINTO, J. MARCELINO — **Vale Ribeira do Iguape.** Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 66.

PIRES BRANDÃO, PAULO J. — **Ouro Preto** (Conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1931) — Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 22.

PIRES BRANDÃO, PAULO JOSÉ — **Mangaratiba.** Tomo XLIII, 1936 (2º. semestre), pág. 127.

PIRES BRANDÃO, PAULO — **Cabo Frio** — Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 152.

PIRES BRANDÃO, PAULO J. — **Instituto Histórico de Ouro Preto .Têrmo de fundação do** — Tomo XXXVII, ano 1933, pág. 28.

PIRES BRANDÃO, PAULO JOSÉ — **Gago Coutinho, Saüdação ao Sr. Almirante** — Em sessão de 5-6-1929. Tomo XXXIV (1.º semestre), ano de 1929, pág. 67.

PIRES BRANDÃO, PAULO JOSÉ (Dr.) — **Folclore Americano** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246.

PIRES BRANDÃO, PAULO JOSÉ — **Expedições ao Interior do Brasil** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

PIRES BRANDÃO, PAULO JOSÉ — **Comunicações Geográficas — Geografia Econômica.** Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro em 1886 (Geografia médica)** — Fasc. 7, ano 1887, pág. 65.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro no 1.º trimestre de 1887.** (Geografia médica) — Fasc. II, ano 1887, pág. 130.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro no 2.º trimestre de 1887.** (Geografia médica) — Fasc. III, ano 1887, pág. 210.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 4.º trimestre de 1888.** (Geografia médica) — Fasc. I, ano 1889, pág. 44.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 3.º trimestre de 1888.** Fasc. IV, ano 1888, pág. 320.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 2.º trimestre de 1888.** (Geografia médica) — Fasc. III, ano 1888, pág. 229.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 1.º trimestre de 1888.** (Geografia médica) — Fasc. II, ano 1888, pág. 147.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no ano de 1887.** (Geografia médica) — Fasc. I, ano 1888, pág. 53.

PIRES FARINHA, JOÃO — **Causas dos falecimentos no Rio de Janeiro, no 3.º trimestre de 1887** (Geografia médica) — Fasc. IV, ano 1887, pág. 312.

PÔRTO, AURÉLIO — **Discurso de posse do sócio ...** — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 69.

PÔRTO CARREIRO NETO, LUIZ DA COSTA — **Discurso de posse.** — Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 141.

PROENÇA, JOÃO JUSTINO DE — **Farol de São Francisco, O.** — Fasc. I, ano 1887, pág. 22.

R

RAJA GABAGLIA, CARLOS — **Expedições ao Interior do Brasil**. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

RAJA GABAGLIA, FERNANDO — **Problemas capitais da Corografia do Brasil**. Conferência do Professor Dr. ..., na Sociedade de Geografia. Tomos XXVI, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 64.

RAMOS, MÁRIO (Major) — **Redivisão territorial e localização da Capital Federal** (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

RANGEL, ARÍ DOS SANTOS (Capitão Tenente) — **Redivisão territorial e localização da Capital Federal** (Redação final da matéria vencedora da Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão) Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

REICHARDT, H. CANABARRO — **Redivisão territorial e localização da Capital Federal** (Redação final da matéria vencedora, na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão), tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

REIS AARÃO (Dr.) — **Pesos — Medidas** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 116.

RIBEIRO, ARMANDO (Tte. Cel.) — **Redivisão territorial e localização da Capital Federal** (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 126.

RIBEIRO, JOÃO ALBERTO DE MIRANDA — **Santa Catarina, a Província de Santa Catarina em 1797** (Coleção Brasílio Machado) — Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 1.

RIO BRANCO, VISCONDE DE — **O rio dos Patos — Paraná — O Salto** — Fasc. II, ano 1886, pág. 104.

RONDON, FREDERICO AUGUSTO (Major) — **Limites Brasil-Colômbia** (Efeméride Geográfica — Comunicação feita pelo —, sôbre o reconhecimento do rio Papurí) — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 34.

RONDON, CÂNDIDO (General) — **Moreira Guimarães**, discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General ..., Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

RONDON (General) — **Mato Grosso, o Estado de — Viação da Região — Oeste do Brasil, Esquema Geral da** ..., organizada pelo ... — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 37.

RONDON, CÂNDIDO (General) — **Estado de Mato Grosso — O que êle nos oferece e o que espera de nós** — Conferência realizada pelo ..., a convite da Sociedade Rural Brasileira de S. Paulo, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 14.

ROQUETE PINTO — **Discurso do Professor** ..., no Teatro Municipal, a 12 de Outubro de 1919, na sessão realizada em homenagem ao General Rondon, tomos XXVI, XXVII, anos 1912/1922, pág. 11.

S

SALVIENSE, ÉLZIO — **A Geografia do Brasil no nosso ensino secundário** — Relatório apresentado a Sociedade pela comissão designada para tratar do assunto, composta do Sr. ..., Raul Correia Bandeira de Melo, Carlos Xavier, S. A. de Oliveira Belo, tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

SANTANA NERY — **Terreno contestado entre a França e o Brasil e a Missão Coudreau** — Fasc. III, ano 1891, pág. 193.

SANTANA NERY — **Povoamento da Amazônia, o Amazonas** — Fasc. III, ano 1887, pág. 193.

SANTIAGO, ARNALDO C. — **Antropogeografia, Minha terra à luz da** — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 49.

SANTOS, CARLOS MAXIMILIANO PEREIRA DOS — **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Reconhecimento de utilidade pública dessa Sociedade** — Decreto n.º 3 440, de 27 de Dezembro de 1917 — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 5.

SANTOS PIRES, ANTÔNIO OLINTO DOS — **Carta do Sr.** ..., representante no 8.º Congresso Internacional de Geografia, na Sessão de 4 de Março de 1905, Fasc. 1/4. Tomo XVIII, ano 1905, pág. 49.

SANTOS PIRES, ANTÔNIO OLINTO DOS e outros — **Rondon** — Parecer da comissão nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro se manifestar sôbre os trabalhos da comissão ..., Francisco Bhering, João Alberto Masô, J. Barbosa Rodrigues Júnior. Tomos XXVI, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 5.

SANTOS PIRES, ANTÔNIO OLINTO dos — **Uma excursão ao noroeste de Minas Gerais** — Conferência realizada na Sociedade de Geografia em 20 de novembro de 1915, pelo ... Tomos XXV, XXVII, anos 1912/1922, pág. 80.

SANTOS PIRES, ANTÔNIO OLINTO dos — ANTÔNIO VICENTE RIBEIRO GUIMARÃES, A. A. GOMES PEREIRA — **Mapa do Território do Acre** — Parecer sôbre o — organizado pelo Sr. Eng. João Alberto Masô, firmado pela comissão composta pelos Srs. ... Tomo XXVIII, ano 1923, págs. 111, 330.

SANTOS PIRES, ANTÔNIO OLINTO dos (Dr.) — **Geografia do Brasil, A** — Comemorativa do Centenário da Independência — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 149.

SANTOS PIRES, ANTÔNIO OLINTO DOS e outros — **Geografia do Brasil** — Relatório da Comissão Diretora da Geografia do Brasil, apresentado ao Sr. Almirante A. C. Gomes Pereira, M. D. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Francisco Jaguaribe de Matos, Lindolfo Xavier e ... Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 165.

SARINHO, JOSÉ NEGREIROS A. — **Navegação do Araguaia e Tocantins** — Fasc. II, ano 1887, pág. 124.

SÁVIO, TEMÍSTOCLES — **Atlas do Império do Brasil** — Algumas observações sôbre a segunda edição de ... de Ângelo e Paulo Robin, feitos pelo Barão de Tefé ... Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 115.

SEIDK, ROBERTO (Dr.) — **Laureados em Geografia** — Justificação aos títulos de ..., Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 102.

SENA, NÉLSON DE — **Corografia de Minas Gerais**, publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, as "Considerações", Críticas Constantes de uma carta escrita à mesma Sociedade... Tomo XXIX, ano 1924, pág. 25.

SILVA, ANTÔNIO CARLOS SIMÕENS DA — **Etnografia da Bolívia**, 2.ª Conferência publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pelo ... — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1911, pág. 188.

SILVA, ANTÔNIO CARLOS SIMÕENS DA (Dr.) — **Viagem Lacustre Etnográfica na Bolívia** — 3.ª Conferência publicada da série organizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pelo... — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1911, pág. 215.

SILVA, ANTÔNIO CARLOS SIMÕES DA — **Viagem Etnográfica da Argentina a Bolívia** — 1.ª Conferência publicada da série organizada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pelo ... — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1911, pág. 160.

SILVA, HENRIQUE (Major) — **Rio Paraná — Qual a principal cabeceira do Rio Paraná? (Suas riquezas nativas, seu futuro econômico)** — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 40.

SILVA MENDES, ANTÔNIO DA — **Discurso de posse do Professor ...** — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 87.

SILVA, PINHEIRO (General) — **Moreira Guimarães**, discurso pronunciado em diversos atos e sessões em homenagem pelo falecimento do General ... Tomo XLVII, ano 1940, pág. 3.

SILVA, SAMUEL BRASILEIRO DA — (Comandante) — **Discurso de posse do sócio ...**, — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 178.

SILVEIRA, ÁLVARO DA — **Considerações do..., sôbre o Vol. *X* da "Geografia do Brasil"**, obra publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência — Tomo XXIX, ano 1924, pág. 9.

SIQUEIRA, JOSÉ MANUEL DE — **Descoberta dos Martírios (Matos Grosso)** — Fasc. I, ano 1886, pág. 3.

SOMMIER, ALEXANDRE — **Ilhas da Micronésia, antigas possessões alemãs sob mandato japonês** — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 156.

SOMMIER, ALEXANDRE EMILIE — **Comunicações Geográficas, As — (Nascentes Principais dos Rios)** — Tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 55.

SOUSA, BERNARDINO JOSÉ DE (Dr.) — **Em 20 de Setembro de 1928** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 217.

SOUSA BRASIL, TEMÍSTOCLES DE — **Fenômenos econômicos e petróleo** — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 17.

SOUSA BRASIL, FRANCISCO DE — **Discurso de posse do sócio Professor ...**, — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 85.

SOUSA DOCA, EMÍLIO F. DE (Coronel) — **Martim Afonso de Sousa, O naufrágio de** — Tomo XLII, ano de 1936 (1.º semestre), pág. 37.

SOUSA FILHO, TARQUINO DE — **Estações Agronômicas** — Fasc. IV, ano 1888, pág. 259.

SOUSA, MÁRIO DE — **"Zoning" — Comunicações Geográficas** — Tomo XXXIII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 151.

SOUSA, MÁRIO DE — **Expedições ao Interior do Brasil** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

SOUSA, MÁRIO RODRIGUES DE — **Cruzeiro do Sul, O** — Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 121.

SOUSA, MÁRIO RODRIGUES DE — **Pesos e medidas no Brasil** — Conferência realizada na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 11 de Julho de 1925, pelo Dr. ... — Tomo XXX, ano 1925, pág. 55.

STEINEN, CARLOS VON DEN — **O Rio Xingú — Exploração** — Fasc. I, ano 1887, pág. 95. Fasc. III, ano 1888, pág. 189.

STEANS, WILLIAM JOHN — **O Vale do Rio Doce** — Fasc. III, ano 1888, pág. 213.

SUCKOW, GUSTAVO — **O Rio Branco — Exploração** — Fasc. IV, ano 1891, pág. 276.

SILVESTRE, HONÓRIO (Dr.) — **Laureados em Geografia — Justificação dos estudos de** ... — Tomo XXXI, anos 1926, 1927, pág. 102.

T

TAPAJOZ, TORQUATO — **Viagem no Amazonas. (Tabatinga, Cacuí, S. Joaquim e Macapá)** — Fasc. II, ano 1892, pág. 118.

TAPAJOZ, TORQUATO — **Amazonas** — Fasc. IV, ano 1889, pág. 221.

TAPAJOZ, TORQUATO — **As correntes do Amazonas e o fenômeno da "pororoca"** — Fasc. III, ano 1891, pág. 161.

TAPAJOZ, TORQUATO — **Amazonas e a França, O** — Fasc. IV, ano 1891, pág. 255.

TAPAJOZ, TORQUATO — **Estudo sôbre o Rio Branco, Amazonas** — (Conferência) — Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 1.

TAUMATURGO DE AZEVEDO, GREGÓRIO (Marechal) — **"Geografia do Brasil, A" — Comemorativa do Centenário da Independência** — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 149.

TAUNAY, VISCONDE DE — **Viagem ao rio Iguassú-Para** — Fasc. I, ano 188, pág. 7.

TAVARES DE LIRA, A. (Dr.) — **Rio Grande do Norte, O — Observações Meteorológicas** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 48.

TAVARES DE LIRA, A. — **Quadro demonstrativo da chuva caída em Natal, por meses, durante os anos de 1904-1909**, pelo Dr. ..., — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 50.

TAVARES DE LIRA, A. — **O Rio Grande do Norte. Posição e Limites** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 39.

TAVARES DE LIRA, A. — **Rio Grande do Norte, O** — Superfície, pelo Dr. ... — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 45.

TAVARES DE LIRA, A. — **Rio Grande do Norte, O — Clima**, pelo Dr. ... — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 46.

TAVARES, RAUL — **Discurso pronunciado pelo Ministro Almirante ..., por ocasião da sessão comemorativa do 58.º aniversário da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro** — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 3.

TAVARES, RAUL — **"Garibaldi e a Guerra dos Farrapos"** — (Comentário do Almirante...) à obra do Sr. Lindolfo Color. Tomo XLVII, ano 1940, pág. 101.

TAVARES, RAUL — (Contra Almirante). **Costa do Brasil, Corografia da — (Do Cabo de São Roque à Baía de Salvador)** — Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 90.

TAVARES, RAUL (Contra Almirante) — **Costa do Brasil, Corografia da — (Do Cabo Norte ao Maranhão)** — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 142.

TAVARES, RAUL (Contra Almirante) — **Costa do Brasil, Corografia da — (Da ilha do Maranhão ao Cabo de São Roque)** — Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semetsre), pág. 24.

TAVARES, RAUL — (Vice-Almirante) — **Costa do Brasil, Corografia da Costa do Brasil. (De Cabo Frio a Santos)** — Tomo XLV, ano 1938, pág. 53.

TÁVORA, ANTÔNIO ALVES FERNANDES (Major) — **Redivisão territorial e localização da Capital Federal (Redação final da matéria vencedora na Grande Comissão Nacional organizada para estudar a questão)** — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 124.

TEFÉ, BARÃO DE — **"Atlas do Império do Brasil"** — Algumas observações sôbre a segunda edição de ... de Ângelo e Paulo Robin, feitos pelo ... e Temístocles Sávio — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 115.

TEFÉ, BARÃO DE — **Viagem de exploração às nascentes do Javarí. Episódios** — Fasc. III, ano 1888, pág. 169.

TEFÉ, BARÃO DE — **O banco de coral no Canal dos Abrolhos** — Fasc. IV, ano 1887, pág. 261.

TEFÉ, BARÃO DE — **O Pôrto de Antonina** — Fasc. II, ano 1886, pág. 107.

TEFÉ, BARÃO DE — **Bertioga — O Pôrto de Santos** — Fasc. I, ano 1886, pág. 23.

TEFÉ, BARÃO DE — **Primitivos navegadores do Amazonas, Os** — Exploração de Pedro Teixeira. Fasc. IV, ano 1885, pág. 285.

TEFÉ, BARÃO DE — **Primitivos navegadores do Amazonas, Os — Trecho da Memória "Eldorado"** — Fasc. I, ano 1885, pág. 43.

TEFÉ, BARÃO DE — **Pôrto de Antonina, O** — Fasc. II, ano 1886, pág. 107.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. — **Estatística do Estado de Minas Gerais, Os Serviços de** — (Discurso pronunciado na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) — Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 170.

TEIXEIRA DE FREITAS, M. A. — **Estatísticas nacionais, unificação e aperfeiçoamento das** — (Indicação da autoria de ..., Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 166.

TELLS, A. — **Altura média dos Continentes** — Fasc. II, ano 189, pág. 83.

THOAR, A. — **Gran-Chaco, viagem através do — República Argentina** — Fasc. II, ano 1899, pág. 126.

TOCANTINS, A. M. GONÇALVES — **Trombetas, o rio — Exploração** — Fasc. I, ano 1891, pág. 3.

TÔRRES, HELOÍSA — **Laureados em Geografia — Justificação aos títulos de** — Tomo XXXI, ano 1926, 1927, pág. 102.

TRAVASSOS, ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA — **Sergipe, apontamentos históricos e topográficos sôbre a antiga Província de Sergipe** — Tomo XII, anos 1896 e 1897, pág. 3.

TRIBOUILLET, EDMUND FÉLIX — **Expedições ao Interior do Brasil** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

U

UBATUBA, EZEQUIEL — **Brasil futuro, O** — Conferência pronunciada pelo Dr. ..., em sessão solene de 19 de Julho de 1919, no salão da Sociedade de Geografia — Tomos XXVI, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 120.

UBATUBA, EZEQUIEL — **Brasil futuro, O — O novo Brasil** — Divisão administrativa, Conferência pelo Dr. ..., na Sociedade de Geografia — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 121.

UCHÔA, S. (General) — **Geografia — Considerações sôbre a** — Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 45.

UCHÔA CAVALCANTE, SALVADOR BARBALHO (General) — **Geografia e sua utilidade prática, concepção da** — Tomo XLIV, ano 1937, pág. 3.

UCHÔA, SALVADOR — **Lupércio Hopke culto à memória do Prof. ...** — Tomo XLVI, ano 1939, pág. 31.

URIBE, J. Uribe y (General) — **Colômbia** — Conferência realizada pelo ..., na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 80.

V

VAMPRÉ, SPENCER — **Discurso do Prof. ..., na Sociedade de Geografia e o intercâmbio cultural com as instituïções congêneres estrangeiras** — Tomo XXXVII ano 1933 (1.º semestre), pág. 92.

VASCONCELOS, DIOGO R. DE — **Botocudos, Vocabulário Comparado.** (Coleção Brasílio Machado) — 1884. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 20.

VASCONCELOS, DIOGO R. DE — **Botocudos, extratos do Relatório do engenheiro ...** — Com vocabulário — (Coleção Brasílio Machado), 1884, fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 19.

VAZ, MENDO — **Cipango — estudo publicado no Jornal do Comércio** (resumo feito na Revista da Sociedade de Geografia) — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 116.

VELARDE, JUAN FRANCISCO — **O Rio Madeira e seus afluentes** — Fasc. III, ano 1886, pág. 165.

VIEIRA DA ROSA (General) — **Santa Catarina, Geografia de** — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 81.

VILLEROY, XIMENO — **A linguagem dos Coroados Bororós** — Fasc. II, ano 1891, pág. 81.

VILLEROY, AUGUSTO XIMENO (General) — **Decreto nº 21 329 — de 27 de abril de 1932 — Aprova, para todos os efeitos, as conclusões do parecer do —, presidente da Comissão de Delegados dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sôbre os limites entre êsses dois Estados e fixa definitivamente, a linha divisória entre os referidos Estados** — Tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 106.

VINELLE, OTÁVIO — **Expedições ao Interior do Brasil** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

VINELLE, OTÁVIO — **Brasil, O** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 254.

VINELLE, OTÁVIO (Dr.) — **Comunicações Geográficas — Geografia Econômica** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

## W

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Florianópolis** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 43.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Itajaí** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 41.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Paranaguá e Antonina** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 38.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **São Francisco** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 40.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO — **A Cidade de Rio Grande, pelo ...**, anos 1912, 1922, pág. 133.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Pelotas — pelo Dr. ...** — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 139.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Bagé — Pelo Dr. ...** — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 142

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Caceguí** — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 144.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Fronteiras do Sul, As** — III Alegrete — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 100.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (D.) — **As fronteiras do Sul** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 32.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO — **Acidentes físicos da costa marítima do Brasil. Piauí** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 99.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Acidentes físicos da costa marítima do Brasil — Pará** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 94.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO — **Acidentes físicos da costa marítima do Brasil — Maranhão** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 97.

WANDECK, EUGÊNIO AUGUSTO (Dr.) — **Acidentes físicos da costa marítima do Brasil — Pelo ...** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 92.

WELLS, JAMES — **na Praça do Comércio de Londres. O Brasil** — Fasc. III, ano 1887, pág. 183.

## X

XAVIER, CARLOS e outros — **Geografia do Brasil no nosso ensino secundário, A** — Relatório apresentado à Sociedade pela comissão designada para tratar do assunto, composta do Sr. ..., Raul Correia Bandeira de Melo, Élzio Salviense. S. A. de Oliveira Belo. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

XAVIER, CÉSAR FELICIANO — **Alexandre de Gusmão — sua vida e obra** — Tomo XLVI, ano 1939, pág. 57.

XAVIER, CÉSAR FELICIANO — **Barão de Tefé, elogio geográfico histórico de Almirante** — Tomo XLV, ano 1938, pág. 73.

XAVIER, CÉSAR FELICIANO — **Cientista Andrada, patriarca da Independência Nacional, O** — Tomo XVIII, ano 1940, pág. 187.

XAVIER, LINDOLFO e outros — **Geografia do Brasil** — Relatório da Comissão Diretora da Geografia do Brasil, apresentado ao Sr. Almirante A. C. Gomes Pereira, M. D. Presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Jaguaribe de Matos e ... — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 165.

XAVIER, LINDOLFO (Prof.) — **"Geografia do Brasil, A** — Comemorativa do Centenário da Independência" — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 149.

XAVIER, LINDOLFO — **"Geografia do Brasil"** — A Grande Obra da Sociedade de Geografia pelo Secretário Geral, Professor ... Tomo XXIX, ano 1924, pág. 5.

XAVIER, LINDOLFO — **Comunicações Geográficas** — Comentário à obra do Dr. Everardo Backheuser, "Estrutura Política do Brasil" — Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 147.

XAVIER, LINDOLFO — **Palavras do Prof... na sessão inaugural do 50.º aniversário da Sociedade** (Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro) — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 123.

XAVIER, LINDOLFO — **A Catástrofe do "Santos Dumont"** — Homenagens prestadas pelos sócios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro às vítimas da ..., Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 264.

XAVIER, LINDOLFO (Prof.) — **Comunicações Geográficas — Geografia Econômica** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

XAVIER, LINDOLFO — **Revista Geográfica. Os Congressos Geográficos** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 17.

XAVIER, LINDOLFO — **Revista Geográfica — Os outros Congressos** — Tomo XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 20.

XAVIER, LINDOLFO — **Tratado da Lagoa Mirim, O** — Revista Geográfica — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 7.

XAVIER, LINDOLFO — **Conquista da África, A** — Revista Geográfica. Tomos XIX, XX, XXI — anos 1906, 1908, pág. 52.

XAVIER, LINDOLFO — **Roosevelt e Bryce** — Revista Geográfica — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 42.

XAVIER, LINDOLFO — **Expedição Railler de Baty, A** — Revista Geográfica — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1908, pág. 46.

XAVIER, LINDOLFO — **Expedição A. — Charcot,** Revista Geográfica — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1908, pág. 48.

XAVIER, LINDOLFO — **Explorações aos Polos** — Revista Geográfica — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1908, pág. 44.

XAVIER, LINDOLFO — **Conquistas pacíficas do Brasil, As** — Revista Geográfica — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 38.

XAVIER, LINDOLFO — **Obra de Rondon, A** — Revista Geográfica — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 41.

XAVIER, LINDOLFO — **O Planalto Central Brasileiro** — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 250.

XAVIER, LINDOLFO — **Revista Geográfica. — A missão da Geografia — O escapo desta resenha — Os fatos** — Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 37.

XAVIER, LINDOLFO — **Revista Geográfica** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 5.

XAVIER, LINDOLFO — **Obras de Brasileiros, Revista Geográfica** — Tomo XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 12.

XAVIER, LINDOLFO — **Melhoramentos do Brasil. Revista Geográfica** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 9.

XAVIER, LINDOLFO — **Estudos do Brasil. Revista Geográfica** — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 10.

XAVIER, LINDOLFO — **Brasil e sua contribuïção para a guerra, O** — Conferência realizada pelo Dr. ..., na Sociedade de Geografia, em 18-12-917 — Tomos XXV, XXVII, anos 1912, 1922, pág. 50.

XAVIER, LINDOLFO — **Ano de Centenário, O** — Tomo XXVIII, ano 1923, pág. 5.

XAVIER, LINDOLFO — **Bi-Centenário de Ouro Preto, O** — Revista Geográfica — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1911, pág. 21.

**O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.**

# A cartografia brasileira nos periódicos estrangeiros

## IV

## [1910 - 1926]

1910 — (1) Planta extraída do relatório de Sir John Hawkshaw. Projeto aconselhado por Sir John Hawkshaw para o pôrto de S. Luiz do Maranhão. 1:28 500. p. 10 (2) Planta extraída do relatório do Eng. H. de Morais Rego. Projeto proposto para o pôrto de S. Luiz do Maranhão pelo engenheiro civil Fábio Hostílio de Morais Rego. 1:30 000. p. 11. (3) Projeto do porto de Itaqui, Maranhão. 1:11 200. p. 15. (4) Projeto do pôrto de Itaqui, Maranhão. Planta geral do projeto. 1:5 000. p. 56. *Bol. Minist. da Viação e Obras Publ.*, 5 (1910) Ns. 5-6.

Planta do pôrto de Corumbá. 1:5 000. *Bol. Minist. da Viação e Obras Publ.*, 5 (1910) Ns. 5-6, p. 80.

Carte des chemins de fer du Brésil. ..... 1:24 000 000. *A travers le Monde*, (1910) 373.

Progrès des voies ferrées au Brésil, dans l'Argentine et en Uruguay. 1:10 000 000. *Année Cartogr.*, 20 (1910).

Vorläufige Skizze zu Col. Candido Rondons Expedition von Cuyabá nach dem Madeira. 1:7 500 000. *Petermanns Mitt.*, 56 (1910) pl. 47.

1911 — Sketch map of the approximate limestone areas of the interior of Bahia, Brazil, by J. C. Branner. 1:2 040 000. *Bull. Geol. Soc. of America*, 22 (1911) 187, pl. 14.

Brazil. Map to illustrate a paper on the geography of northeastern Bahia, by J. C. Branner, 1:2 500 000. *Geogr. Journ.*, 38 (1911) 232.

Map of coffee district of Brazil. 1:2 400 000. *Natl. Geogr. Mag.*, 22 (1911) 909.

Map of the coffee district in the state of São Paulo, Brazil... Based on a map published in 1907 by the Commissão Geographi:a e Geologica de São Paulo, scale 1:2 000 000. ..... 1:5 500 000. *Bull. Amer. Geogr. Soc.* 43 (1911) 429.

Map of a part of the iron ore district of eastern Minas Geraes. 1:1 000 000. *Bull. Pan Amer. Union*, 32 (1911) 653.

Section of Brazil covered in automobile trip. 1:6 000 000. *Bull. Pan Amer. Union*, 32 (1911) 971.

Os sambaquís na região da foz do rio Ribeira de Iguape (Estado de S. Paulo e uma primitiva linha da costa na época pleistocena, delineado por Ricardo Krone. 1:500 000. *Rev. Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo*, 16 (1911) 234, pl. 5.

Plan'-historia da cidade de São Paulo, 1800--1874, por Afonso A. de Freitas. *Rev. Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo*, 16 (1911) 474.

1911 — Mapa etnográfico do Brasil meridional, organizado por H. V. Ihering. ..... 1:5 000 000. *Rev. Museu Paulista, São Paulo*, 8 (1911) 582, pl. 7.

(1) Reiseweg und Lotungen der Deutschen Antarktischen Expedition zwischen den Azoren und Pernambuco. 1:30 000 000. p. 520. (2) Reiseweg und Lotungen der Deutschen Antarktischen Expedition zwischen Pernambuco und Buenos Aires. 1:2 000 000. p. 696. *Ann. Hydrogr. und Marit. Meteorol.*, 39 (1911).

1912 — (1) Sketch map of eastern Paraná showing localities visited by J. B. Woodworth. 1:2 450 000. p. 16. (2) Map of the Devonian area in Paraná. 1:1 560 000 p. 43. (3) Sketch map of soutreastern part of state of São Paulo. 1:2 400 000. p. 53. (4) Sketch map of Permian along railway line between Itaicy and Piracicaba, São Paulo. 1:425 000. p. 54. (5) Sketch map of the Minas-Orleans district i nthe Tuberão valley Santa Catharina. 1:1 400 000. p. 70. (6) Map of the Parahyba and Tieté rivers in São Paulo, after H. Williams. 1:3 800 000 p. 106. (7) The plateau of south Brazil, in eastern São Paulo (Relief map.) pl. 6. (8) Sketch map of the geology of southern Brazil. 1:15 000 000 pl. 15. *Bll Museum of Comp. Zool.* (Geol. and Zool. Ser.), 56, part 1 (1912).

Route of journey from Quito, Ecuador, down the Napo river to Pará, Brazil. 1:16 000 000. *Bull. Pan Amer. Union*, 35 (1912) 288.

(1) Port of Pará, sketch plans of port works and quays. 1:12 200. p. 696. (2) Port of Pará, and of the privileged zone of the port. (Scale not determined.) p. 698. Inset: Pará river, one of the mouths of the Amazon, between Pará and the Atlantic Ocean. 1:1 000 000. *Bull. Pan Amer. Union*, 35 (1912).

Map of the Madeira-Mamoré railwy. ..... 1:2 857 000. *Bull. Pan Amer. Union*, 35 (1912) 1121.

(1) Headwaters of rios Paraguay and Guaporé, Brazil, showing the independence of the streams. (1:3 150 000. p. 38. (2) Headwaters of rios São Francisco and Tocantins, Brazil, showing the connection between the two rivers. 1:2 800 000. p. 39. *Ann. New York Acad. of Sci.*, 22 (1912).

Carta etnográfica dos povos da família Ge ou Cran. 1:9 600 000. *Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brazil*, 75 (1912) part 1 205.

Relevés hydrographiques dans le passin du Xingú et du Tapajoz, Brésil. Voyage de Mlle. E. Snethlage. 1:4 000 000. *Année Cartogr.*, 22 (1912).

Iriri-Curuá-Jamanchim, Xingú-und Tapajozgebiet. Nach der Routenaufnahme, 1909, von Fräulein Dr. E. Snethlage, bearbeitet und gezeichnet von Dr. Max Mayr, München, 1911. 1:1 000 000. *Petermanns Mitt.*, 58 (1912) part 1, pl. 41.

1912 — Die deutschen Kolonien bei Pelatas im Staate Rio Grande do Sul, nach einer Zeichnung von G. J. v. Barsewisch, Kolonie São Manoel. (Scale not determined.) *Deutsche Erde*, 11 (1912) pl. 15.

1913 — Geological sketch map of the region about Natal, Rio Grande do Norte, Brazil, by Olaf. P. Jenkins. 1:300 000. *Proc. Amer. Philos. Soc.*, 52, N.º 211 (1913) pl. 22.

Map of the region between Tacna and the confluence of the rivers Abuna and Rapirran, prepared by the Bolivian Survey Commission under the directions of Commander H. A. Edwards, 1911-12. 1:500 000. *Geogr. Journ.* 42 (1913) 224.

Sketch map of the territory tributary to the Madeira-Mamoré railroad. 1:12 500 000. *Bull. Amer. Geogr. Soc.*, 45 (1913) 276.

Sketch map showing Dr. Koch-Grünberg's routhe in the northern Amazon basin and the Guiana highlands, 1911-1913. 1:12 700 000. *Bull. Amer. Geogr. Soc.*, 45 (1913) 665.

Iriri-Curuá-Jamanchim (XingK-und Tapajozgebiet). Nach der Routenaufnahme, 1909, von Fräulein Dr. E. Snerthlage, bearbeitet und gezeichnet von Dr. Max Mayr, München, 1911. 1:1 000 000. *Bol. Museu Paraense*, 7 (1910) 92.

Mapa da distribuïção geográfica das principais árvores fornecendoras de goma elástica no estado do Pará, segundo os dados fornecidos pelo Museu Goeldi e pela Secretaria da Fazenda do Estado e organizado pelos Drs. José Picanco Diniz e Jacques Huber, 2.ª edição, 1913. 1:4 358 900. *Bol. Museu Paraense*, 7 (1910) 283.

Sketch map of northeastern Brazil, 1911. 1:3 000 000. *Atti del X Congr. Internazl. di Geogr., Roma* (1913) 972.

L'heure légale au Brésil (Carte du Brésil). 1:15 000 000. *Bull. Soc. Royale de Géogr. d'Anvers*, 37 (1913) 314.

Koch-Grünbergs Reiseweise in Nordbrasilien und Venezuela (1911-1913) Vorläufige Kartenskizze. 1:6 750 000 *Zeitschr. Gesell. für Erdkunde zu Berlin*, (1913) 667.

1914 — The new river in Brazil. ..... 1:16 250 000. *Scottish Geogr. Mag.*, 30 (1914) 434.

Map of Iguazú. (Scale not determined) *Bull. Pan Amer. Union*, 39 (1914) 374.

The N. W. Amazon basin, from surveys by Hamilton Rice. 1907-8 and 1912-13. 1:1 000 000. *Geogr. Journ.*, 44 (1914) 256.

1914 — Sketch map showing the general course of the newly discovered tributary of the Madeira and the approximate route of the Roosevelt-Rondon expediton. 1:12 750 000. *Bull. Amer. Geogr. Soc.*, 46 (1914) 513.

Coast of northeastern Brazil from the Hydrographic Charts with a portion in detail from a traverse by G. A. Waring, showing, reefs. (Scale of general map, 1:5 900 000. Scale of detailed map, 1:590 000. *Amer. Journ. of Sci.*, 37 (1914) 367.

General geology of a portion of the states of Maranhão and Piauhy, Brazil, by Miguel A. R. Lisboa. 1:11,326 500. *Amer. Journ. of Sci.*, 37 (1914) 426.

Ferrocarril Central del Brasil. Construcción de la 2-da via en la Cordilhera del Mar. ..... 1:110 000. *Anal. Inst. de Ingenieros de Chile*, 14 (1914) 294.

Mapa do vale do Amazonas, com indicação das localidades onde foram feitas as colções ornitológicas do Museu Goeldi, mencionadas no Catálogo das Aves Amazônicas. About 1:12 300 000. *Bol. Museu Paraense* 8 (1911-12) 532.

(Der Roosevelt-Fluss im Stromsystem des Madeira). 1:13 000 000. *Petermanns Mitt.*, 60, part 2 (1914) 87.

Die Amazonas-Waldgebiete. Entworfen von Ludwig Koegel. 1:7 500 000. *Petermanns Mitt.*, 60, Part 2 (1914) 30.

1915 — (1) Map of Brazil, showing location of Minas Gerais iro-ore district 1:38 000 000. p. 114. (2) Map showing the location of the principal iron ore deposits in Minas Gerais. Base adapted from a map by Gonzaga de Campos. 1:1 000 000. p. 148. *Trans. Amer. Inst. of Mining Engineers*, 50 (1915).

Central Brazil and the new rio Teodoro. 1:12 000 000. *Bull. Pan Amer. Union*, 40 (1915) 672.

Map of central Minas Geraes. (1:2 200 000. *Journ. of Geol.*, 23 (1915) 347.

Brazil. Map of the rio Roosevelt, from surveys by the Roosevelt-Rondon expediton. 27th. Feb.-30th. April, 1914. 1:400 000. *Geogr. Journ*, 45 (1915) 180.

Bolivia Brazil boundary. Map of the region between Tacna and the confluence of the rivers Beni and Mamoré, prepared by the Bolivian survey commission under the direction of Commander H. A. Edwards, 1911-12-13 ..... 1:750 000. *Geogr. Journ.*, 45 (1915) 456.

1915 — Map of the rio Theodoro from the survey of the Rosevelt- Rondon expedition. 1:2 000 000. *Bull. Amer. Geogr. Soc.*, 47 (1915) 362.

1916 — (1)Distribution of Dysithamnus mentalis metalis. (About 1:23 000 000) p. 538. (2) Distribuition of Dysithamnus andrei and the D. affinis group (About 1:23 000 000) p. 553. *Bull. Amer. Museum of Nat. Hist.*, 35 (1916).

Map of the railroad system of the state of São Paulo, showing the adjacent states of Minas Geraes and Rio de Janeiro. (About ..... 1:1 900 000). *South American*, 5 (Dec. 1916) 14.

Map of Brazil showing location of the principal ports. 1:27 000 000 *South American*, 5 (Dec. 1916) 37.

Map of a part of Santa Catharina, showing route from Rio Negro to lages and return to São João. 1:1 000 000. *Bull. Museum of Comp. Zool.* (Geol. and Zool. Ser.), 56 (1912-16) 140, pl. 19.

Sketch map of the south-central part of the Amazon drainage system. 1:10 700 000. *Geogr. Rev.*, 1 (1916) 171.

(1) Mappa geral das herborizações no estado de Mato-Grosso. (About 1:7 350 000) (2) Herborizações no estado de Matto-Grosso. (About 1:7 350 000 Langsdorff e Riedel (1826-1828). (3) Itinerário, estado de Mato-Grosso. D'Orbigny (1832), Silva Manso (1830-32). Gaudichaud Beaupré (1833). (Scale not determined.) (4) (Itinerário, estado de Matto-Grosso). Herbert Smith (1886), Weddel (1844-45). (About 1:7 250 000 (5) Itinerário, estado de Mato-Grosso) Spenser Moore (1891-92), Lindman (1893-94). (About 1:7 250 000) (6) (Itinerário, estado de Matto-Grosso) Malme (1893-94, 1902, 1903), Barbosa Rodrigues (1897). (About ..... 1:7 250 000) (7) Itinerário, estado de Mato-Grosso, Julio Cesar Diogo (1908, 1909), Malme (1902-1903), C. Teodor Koch (1899), R. Pilger (1899). (Abou 1:7 250 000) (8) (Itinerário, estado de Matto Grosso) Hoehne (1908-09, 1910-12, 1913-14). (About 1:7 250 000) (9) (Itinerário, estado de Mato-Grosso) Commissão Rondon, J. Geraldo Kuhlmann. (1911-12, 1914-15). (About 1:7 250 000) (10) Viagem a Mato Grosso feita por Júlio César Diogo como membro da Commissão de Limites entre o Brasil e a Bolivia. 1908-09. 1:2 000 000 *Archiv. Museu Nacl. do Rio de Janeiro*, 19 (1916) 126.

Ceará. 1:4 348 000 Mitt. *Deutsch-Südamer. and Iber. Inst.* (1916) 51.

1917 — Map of part of Brazil showing the location of the principal manganese-ore districts. (About 1:30 000 000. *Trans. Amer. Inst. of Mining* Engineers, 56 (1917) 56.

Southern British Guiana and northern Brazil. 1:1 200 000 *Bull. Geogr. Soc. of Philadelphia,* 15 (1917) 16.

Route from Holmia in British Guiana to Mt. Roraima from a prismatic compass traverse by C. Clementi, C.M.G., 1915-1916. 1:600 000. *Timehri,* 4 (1917) 1.

1917 — Carta etnográfica da Rondônia, organizada por E. Roquette Pinto, segundo os trabalhos da commmissão Rondon e do autor. 1:3 860 000 *Archv. Museu Nacl. do Rio de Janeiro,* 20 (1917) 30.

Planta da Companhia da Cordilheira do 1 a 21 de Agôsto de 1869. 1:400 000 *Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasil,* Tomo especial (1917) part 5 328.

(1) Karte des Flusses Yuruani der auf der Nordwestseite des Roroima entspringt und mit dem Kukenáng den Caróni bildet. (2) Karte des Rio Uraricuéra. (3) Karte der Flüsse Merewari und Erebáta. (Scales not determined.) *Mitt. Geogr. Gessell, in München,* 12 (1916) pl. 8.

Reisewege der Expedition Koch-Grünberg in Nordbrasilien und Venezuela in den Jahren 1911-1913. 1:750 000. (a) São Marcos Roroima. (b) Rio Uraricuéra, (c) Rio Merewari, (d) Rio Ventuari. Inset: Uebersichtkärtchen nach Stielers Hand-Atlas, N.° 95, (Nödliches Südamerika), 1:10 000 000. *Mitt. Geogr. Gesell, in München,* 12 (1917) pl. 9.

Brandt: Die tallosen Berge in der Bucht von Rio de Janeiro. 1:30 000. *Mitt. Geogr. Gesell in Hamburg,* 30 (1917) 68, pl. 4.

1918 — (1) Section of Alto Paraná, showing new railroad. 1:2 350 000 (2) Map of La Guayra or Sete Quedas falls. 1:40 000. *South American,* 6 (Jne 1918) 22.

Map of Brazil showing the position of 32 ports. 1:40 000 000 *South American,* 6 (Oct. 1918) 9.

The river system of Brazil. (About ..... 1:5 200 000. *Scottish Geogr. Mag.,* 34 (1918) 50.

Map showing route from central Matto-Grosso to the sea via the Itapura-Corumba railway. 1:2 900 000. *Bull. Pan. Amer. Union,* 46 (1918) 760.

Brazil, Survey of the rio Negro from Manáos to São Gabriel, by A. Hamilton Rice, Jan-Mar., 1917. 1:750 000. Geogr. Journ., 52 (1918) 276.

The scene of the Canudos tragedy, Bahia state. (About 1:4 560 000) *Pan Amer. Mag.,* (June 1918) 61.

Railway systems of southern Brazil, showing connections with Uruguay, Argentine and Paraguay. 1:13 500 000. *Pan Amer. Mag.,* (Oct. 1918) 329.

Sketch-map shoving Dutch occupation of Brazil, 1630-1654. (About 1:6 000 000. *Scottish Geogr. Mag.,* 34 (1918) 44.

1919 — Estado de Pernambuco. Território da antiga comarca do rio São Francisco, pertencente à província de Pernambuco e anexado provisòriamente a Baía em 1827. (About..... 1:4 100 000. *Rev. Inst. Archeol. e Geogr. Pernambucano,* 21 (1919) 168.

Rio Grande and rio Preto. 1:2 700 000. *Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia,* 45 (1919) 152.

Distribuïção geográfica dos cervideos do Brasil. 1:48 260 000. *Rev. Museu Paulista, São Paulo,* 11 (1919) 308.

El Salto del Guayra (aus der Beschreibung von Mirko und Stevo Seljan) 1:25 000. *Phoenix,* 372.

(Die Landschaft an der Bucht von Santos) (Scale not determined) *Mitt. Geogr. Gesell, in Hamburg,* 32 (1919) 95.

Mapa geológico do Brasil organizado por John Casper Branner, published by Geological Society of America, 1919. 1:5 000 000. Insets: (1) Ilha da Trindade. 1:70 000. (2) Ilha Fernando de Noronha por John Casper Branner, 1876 1:64 000. *Bull. Geol. Soc. of America,* 30 (1919) 189.

1920 — Mapa geológico do Brasil, compilação de John Casper Branner, 1918. (About 1:20 000 0 . *Jourof Geol,* 28 (1920) 275, pl. 12.

A map of Rio de Janeiro, its famous bay and surrounding hills. 1:120 000. *Natl. Geogr. Mag.,* 38 (1920) 173.

Questão de limites entre Goiaz e Mato Grosso .Redução da "Carta da região limitrofe Goiaz-Mato Grosso organizada e desenhada na Commissão Rondon" (1920). ..... 1:3 000 000. *Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasil,* 87 (1920) 16.

(1) La dépression du bassin de l'Amazone à la bouche du Japura, par le père C. Tastevin. 1914. 1:1 350 000. p. 96, pl. 2. (2) Carte du Bas-Jurua, état des Amazones. Tribus indiennes, berges affluents, lieux habités, par le père Constant Tastevin. 1914 1:1 350 000 p. 96, pl. 3 Insets: A. Confluent du Japura. 1:1 335 000. B. Carte du moyen Jurua, par le père C. Tastevin 1:5 000 000 (3) Carte du Haut-Jurua et de ses affluents, par le père C. Tastevin. 1914. 1:1 350 000 p. 192, pl. 4. Inset: C. Esquisse du Jutahy. 1:2 380 000. *La Géographie,* 33 (1920).

(1) Geology of the Serra de Bom Successo by H. E. Williams. 1:450 000 p. 94 (2) Area of highest intensities of the Bahia earthquake of November 7, 1917. 1:800 000 p. 98, pl. 5 (3) Area affected by the Ceará earthquake of November 24, 1919. 1:3 000 000 p. 102 *Bull. Seismol.* Soc. of America, 10 (1920).

1921 — Map showing the railways of the state of São Paulo. (About 1:7 200 000 *Pan Amer. Mag.,* (March, 1921) 209.

1921 — The upper rio Negro, Casiquiare canal and the upper Orinoco. (By A. Hamilton Rice) 1:750 000. *Geogr. Journ.,* 58 (1921) 400.

Dirección General de Navegación y Puertos. Saltos del Yguazú. 1:15 000 *La Ingeniería, Buenos Aires,* 25 (1921) 110, pl. 2.

Répartition de la maladie de chagas au Brásil. 1:16,600,000. *La Géographie,* 35 (1921) 31.

Carte du territoire Caraïbe. 1:143 000. *La Géographie,* 35 (1921) 133.

Carte du Madeira 1:11 700 000. *Bull. Soc. Royale de Géogr. d'Anvers,* 41 (1921) 276.

1922 — Disputed territory (Argentina-Brazil) with relation to neighboring nations. (About 1:27 000 000. p. 17 Disputed territory (Argentina-Brazil) 1:4 500 000 p. 20. *Hispanic Amer. Hist. Rev.,* 5 (1922).

The upper rio Negro, Cassiquiare canal and the upper Orinoco, from surveys by A. Hamilton Rice (1919-1920). 1:750 000. Inset: Northwestern South America. 1:15 000 000. *Bill. Geogr. Soc. of Philadelphia,* 20 (1922) 61.

Carta geográfica do Brasil em comemoração do primeiro centenário da independência sendo Presidente da República S. Excia. Sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa ... organizada pelo Club de Engenharia do Rio de Janeiro, 1912 (Map shows "Vias Postaes") 1:7 500 000. p. 634 Same base map, showing "Vias Telegráficas". p. 689. *Bol. Minist. da Viação e Obras Publ.,* (1922).

1923 — Railroad map of Brazil, based on Vincao Ferrea de Brasil, prepared and corrected up to Dec. 31, 1920 by the government. ..... 1:26 400 000. *Journ. of Geogr.*, 22 (1923) 304.

Sketch map of Paraná basin. South America, showing distribuition of basalt frows, by Charles Lawrence Baker. 1:10 000 000. *Journ. of Geol.*, 31 (1923) 70.

Sketch map showing physical features of high plateau of Brazil. 1:12 500 000. *Scottish Geogr. Mag.*, 39 (1923) 231.

Mapa do Estado de Minas com a rêde meteorológica: Bases para os cálculos da temperatura crrespondente aos anos de 1914-21. 1:3 000 000. Isotérmicas normais, 1914-21. 1:3 000 000. Mapa pluviográfico do Estado de Minas com as curvas da chuva traçadas de acôrdo com a média de 1915 a 1921. 1:3 000 000. *Bol. Com. Geogr. e Geol. de Minas Gerais, Bol. de normais de temperatura, chuva e insolação,* 1914 a 1921, (1923) 210.

Esboço atual Monte das Tabocas. (Scale not determined) *Rev. Inst. Archeol. Hist. e Geogr. Pernambucano,* 48 (1923) 286.

1923 — The lava field of the Paraná basin. 1:14 000 000 *Zeitsch. für Vulkanologie,* 7 (1923) 202.

Natuurlijke landschaffen van Brazilie. 1:140 000 000 p. 234. (2) Oversicht van de kolonisatie in Brazilie. (About 1:38 500 000) p. 235. (3) Economisch-geographisch schetskaartje van Brazilie. Verbreiding van onderscheidene cultures. (About 1:36 500 000) p. 254. (4) Economisch-geographisch schetskaartje van Brazilie. Verbreiding van delfst offen en van enkele cultures. (About 1:36 500 000) p. 257. *Tijdschr. Econ. Geogr.*, (1923).

1924 — Basin of the Tocantins river. ..... 1:10 000 000. *Geogr. Journ.*, 63 (1924) 370.

Two rainfall maps of Brazil (1922). ..... (1:80 000 000) p. 128. (2) Rainfall map of northeastern Brazil (1922). (1:8 000 000) p. 730. *Geogr. Rev.*, 14 (1924).

1925 — Brazil. (Statistical maps) Censo de 1920. (About 1:36 000 000) (a) Produção de café. (b) Produção de algodão. (c) Produção de milho. (d) Produções de suínos. (e) Produção de arroz. (f) Produção de açucar. (g) Produção de mandioca. (h) Produção de feijão. (i) Fumo. (j) Bovinos. (k) Equinos. (l) Asininos e muares. (m) Ovinos. (n) Caprinos. *Iber. Amer. Archiv.*, I (1925) 239-252.

Parte da carta do Distrito Federal, Rio de Janeiro. Levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geográfico Militar do Brasil, 1922. ..... 1:50 000 *Petermanns Mitt.*, 71 (1925) 144, pl. 5.

Aufnahme der Flüsse Iriry, Curua, Jamanchim, Tocantins und Curuahes, ausgeführt von Dr. E. Shethlage im Jahre 1914. 1:1 000 000. *Weitschr. Gesell. für Erdkunde zu Berlin,* (1925) 400.

1926 — Map and cross sections of the environs of Barra do Corda (Southwestern Maranhão. (1:35 000) p. 183. (2) Route traverse in southern Maranhão (1:1 500 000) p. 194. *Geogr. Rev.*, 16 (1926).

Soll map of the inner Amazon basin. ... 1:15 000 000. *Geogr. Rev.*, 16 (1926) 436-437.

**A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.**

# Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

## IV

## [1828 - 1841]

**1828 — EBEL, Ernst**

Rio de Janeiro und seine Umgebungen im Jahr 1824. In Briefen eines Rigaer's — St. Petersburg, Gedruckt bey der Kayserlichen Akademie der Wissenschaften, 1828, in-8.º 2 fls. n. num. 124 pp. e 2 estampas.

**1828 — GALLÊS, M. E.**

"Du Brésil" — Paris, 1828, in-8.º.

**1828 — FELDNER, Wilhelm Christian Gotthelf von**

Reisen durch meherere Provinzen Brasiliens. Aus seinem nachgelassenen Papieren. — Liegnitz, Druck der Königl. Hof. — Buchdruckerei bei E. Doench, 1828, in-8.º peq. 2 vols.; 1.º XXVIII + 182 pp.; 2.º, 259 pp.

**1829 — KAMPEN (N. G. van)**

Over Recife de Pernambuco in Brazilie weleer Mauritsstad. — (Ext. van het Magazin voor Wetenschappen) — Amsterdam, 1829, in-8.º de 16 pp.

**1830 — NEGELHARDT, Moritz von**

"Die Lagerstätte der Diamanten." In: Pogg. Annalen der Phys. und Chemie. Vol. XX, pp. 524-539, Leipzig, 1830.

**1830 — ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von**

Brasilien, die Neue Welt, in topographischer geognes ticher, bergmännischer, naturhistoris,-cher, politischer und statistischer Hinsichet, während eines elfjähring en Aufenthaltes, von 1810 bis 1821, mit hinweisung auf die neueren Begebenheiten, beobachtet von L. W. von Eschwege. In Zwei Theilen mit Kupfern. Braunschweg. 1830.

**1830 — FRÜHBECK, F. J.**

Skizze meiner Reise nach Brasilien in Süd-Ameriua im Jahre 1817,. Wien, aus der Bchdruckerey der Witwe Stöckhobzer v. Hirschfeld, 1830.

**1830 — GAVET, (D) et BOUCHER (P)**

Jakaré-Ouassou ou les Tupinambás. Chronique Bresiliene — Paris, 1830, in-8.º.

**1830 — HAENKE, Thaddaeus**

Reliquise Haenkeanae seu descriptiones et icones planta rum, quas in America Meridionali et Boreali, in insulis Philippinis et Marianis colligit Thaddaeus Haenke regidit et in ordinem digessit Carolus Bor. Presl ... cura Musei Bohemici. Pragae, J. G. Calve, 1830-36, 2 vols.

**1830 — KARSTEN (Hermann)**

Uber das erzfuhrende Kalksteingebirge in 1827. Phisik, Klasse, Berlin, 1830. pp. 1-72. der Gegend von Tarnowitz. — Abhandl. d. K. Akademie d. Wissenschaften zu Berlin von Taf. I-III — Separata em — Neus Jahrbuch fur Mineral.

**1831 — DARWIN, Charles Robert**

Voyage dun naturaliste au tour du Monde, fait à bord du navire "le Beagle", de 1831 à 1836. (Traduction E. Barbier). — Paris, C. Reinwald et Cia &.

**1831 — DENIS-BELLEGARDE**

Resumo da História do Brasil até 1828. Traduzido de M. Denis, correto e aumentado, por H. L. de Niemayer Bellegarde. — Rio de Janeiro, na Typ. de Gueffier & Ca. 1831.

**1831 — DENIS, Ferdinand**

Voyages dans l'inteérieur du Brésil — Revue des Deux Mondes, Vol. 2.º — pp. 149-182 — Paris, 1831.

**1831 — DESBERGER, Fr. Ed.**

Über die Geralkarte von Südemerika — Geographische Anhang of Reise in Brasilien von Spix und Martius. Munchen, 1831.

**1831 — DESCOURTILZ, J. Théodore**

Oiseaux brillans du Brésil — Paris, lith. de Callier 1832, in-fol. com estampas coloridas.

**1831 — DESCOURTILZ, J. Théodore**

Ornithologie brésilienne, ou Histoire des oiseaux du Brésil, remarquables par leur plumage, leur caht, ou leurs habitudes. — Rio de Janeiro Th. Reeves, E. Rensburg, éd. Londres, de l'Imp. de Joseph Masters et Co. s. d. 4 vols. in-fol. com estampas coloridas.

**1831 — DESCOURTILZ, J. Théodore**

Description de la Brasil — de la Ville de Pernambuco. Anvers, 1630. (Texto em francez e em flamengo). 1 folha, de 0,38x0,52m. montada sôbre cartão. (Raro).

**1831 — DONNET, Gaston**

Don Pedro I und brasilien — Em — Ruckblidk. Leipzig, 1831, in-8.º.

**1831 — HARNISCH, Wilhelm**

Alexander Caldcleugh's Reisen in Südamerika, John Luccock's Streifereien im Südlichen Brasilien und des Prinzen Maximilian zu Wied-

Neuwied Reise in Brasilien. Für die Jugend und andere Leser Bearbeitet von Dr. Mit einer Karte und zwei Kupfern. — Leipzig, Verlag von Gerhard Fleischer. in Commission bei Adolf Frohberger, 1831, in-8.º, XII + 524 pp. 1 mappa e 2 estps.

**1831.—.HARNISCH, Wilhelm**

Koster's Reise im nordlichen Brasilien. — Leipzig, 1831, in-8.º.

**1832 — DRAKE, Sir Francis**

Lives and voyages of Drake, Cavendish, and Dampier, including an introd. view of the earlier discov, in the South Sea, and the history of the Bucaniers. — New York, J. J. Harper, 1832, in-16, com retr.

**1833 — DENIS, Ferdinand**

Histoire geographique du Brésil — Paris, rue et place Saint-André-des-Arts, n.º 30 — 1833, in-18, 2 volumes: 1.º, 107 pp., e 2.º, 100 pp. e 1 charta.

**1834 — DUMORTIER, B. C.**

Notice sur le genre maelenia de la famille des Orchidées. — Bruxelles, M. Hayez, 1834, in-4.º, com estampas.

**1834 — ESENBECK, C. G. Nees de**

Bambuseae Brasiliensis. Recens ... In: — Linnea, tomo IX. (1834) pg. 461.

**1834 — FOUCHER, Victor**

Code Criminel de l'empire du Brésil adopté par les Chambres législatives dans la session de 1830. — Traduit par ..... et précédé d'observations comparatives avec le Code pénal français. — Paris, Imprimerie Royale, 1834, in-8.º XL pp. prels, e 137 pp. de texto.

**1836 — DIXKINSON, Thomas**

A narrative of the operations for the recovery of the public stores and treasure sunk in H. M. S. Thetis, at Cape Frio, on the coast of Brazil, on the 5th. December, 1830. to which is prefixed a concise account of the loss of that ship. London, Longman, Rees, Orme, Brown, Green, and Longman. (Mills and Son Gough-square, Fleet-street). M.DCCC.XXXVI (1836), in-8.º, XVI pp. prels., 191 pp. de texto, 3 estampas e 2 plantas.

**1837 — FAMIN, M. C.**

Brésil par M. Ferdinand Denis. Colombie et Guyanes. — Paris, Firmin Didot Fréres, 1837, in-8.º com ests. e 2 chartas geog.

**1839 — DUARTE NUNES**

Memórias do descobrimento e fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro — 1/79. — In: Rev. do I Hist. Brasileiro, tomo I, (1839) pp. 110-208.

**1841 — GAMA, D. José de Saldanha da**

Coup d'oeil philosophique et historique sur les affaires brésiliennes avant, pendant et aprés la régéneration. Rio de Janeiro, Imp. Gueffier, 1831, in-8.º, 63 pp.

**Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sôbre a geografia do Brasil.**

# Mapoteca central do C. N. G.

## CATÁLOGO GERAL

## IV

(MAPAS DE N.os 301 a 400)

N.º 301 — Cópia do Mapa Geológico do Estado da Paraíba. Esc. 1:500 000. Dim.: 0,610 x 0,964 — Edit. Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Cópia colorida em ozalide.

N.º 302 — Cópia do Mapa Geológico do Estado de Pernambuco. Esc. 1:800 000. Dim.: 0,959 x 0,609. Editor: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorida.

N.º 303 — Cópia do Mapa Geológico do Estado de Alagoas. Esc. 1:375. Dim.: 0,962 x 0,607. Ed. Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorida — 1935.

N.º 304 — Cópia do Mapa Geológico do Estado de Sergipe. Esc.: 1: 375 000. Dim.: 0,610 x 0,952. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorida. 1935.

N.º 305 — Cópia do Mapa Geológico do Estado da Baía. Esc. 1:2 000 000. Dim.: 0,613 x 0,966. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorida.

N.º 306 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Espírito Santo. Esc.: 1:500 000. Dim.: 0,613 x 0,966. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorido. 1935.

N.º 307 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Rio de Janeiro. Esc. 1:500 000. Dim.: 0,958 x 0,608. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorido.

N.º 308 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Estado de São Paulo. Esc.: 1:1 000 000 Dim.: 0,958 x 0,612. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorido.

N.º 309 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Paraná. Esc.: 1:1 000 000. Dim.: 0,964 x 0,612. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozailde colorido.

N.º 310 — Cópia do Mapa Geológico do Estado de Santa Catarina. Esc.: 1:750 000. Dim.: 0,958 x 0,610. Edit. Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorido.

N.º 311 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Sul. Esc.: 1:250 000. Dim.: 0,946 x 0,611. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorido.

N.º 312 — Cópia do Mapa Geológico do Estado de Mato Grosso. Esc.: 1:3 000 000. Dim.: 0,601 x 0,957. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Cópia ozalide colorido.

N.º 313 — Cópia do Mapa Geológico do Estado de Goiaz. Esc.: 1:2 000 000. Dim.: 0,607 x 0,957. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Cópia ozalide colorido.

N.º 314 — Cópia do Mapa Geológico do Estado do Amazonas. Esc.: 1:3 000 000 Dim.: 0,957 x 0,608. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Cópia ozalide colorido.

N.º 315 — Cópia do Mapa Geológico do território do Acre. Esc.: 1:1 000 000. Dim.: 0,961 x 0,607. Ed.: Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Ozalide colorido. 1935.

N.º 316 — Levantamento do Rio Sapucaí, entre Pôrto Carrito e São José da Barra. Esc.: 1:25 000. Dim.: 1 000 x 0,500. Ed. Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura. Cópia ozalide colorido — 1930.

N.º 317 — Levantamento do Rio Paraibuna, entre usina dos Marmelos e corredeiras do Bonfante. Esc.: 1:25 000. Dim.: 1 000 x 0,536. Ed. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Cópia ozalide colorido — 1930.

N.º 318 — Cachoeira da usina, rio Santa Quitéria. Esc.: 1:2 000. Ed. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Cópia ozalide colorido. 1929.

N.º 319 — Carta Geral do Uruguai. Folha San Ramon. Esc.: 1:50 000. Dim.: 0,681 x 0,424. Edit. Inst. Geogr. Militar do Uruguai. Imprensa Nacional das convenções cartográficas. 1937.

N.º 320 — Carta Geral do Uruguai. Folha Cardal. Esc.: 1:50 000. Dim.: 0,690 x 0,422. Ed. Inst. Geog. Militar do Uruguai. Imprensa Nacional das convenções cartográficas. 1936.

N.º 321 — Reconhecimento de Cachoeiras no vale do Rio Grande. Esc.: 1:500 000. Dim.: 0,223 x 0,225. Ed. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Ozalide colorido. 1930.

N.º 322 — Carta Geral do Estado de Minas Gerais. Folha Ipanema. Esc.: 1:100 000. Dim.: 0,624 x 0,422 Ed. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos incorporada) São Paulo, Campinas e Rio .Das convenções cartográficas. Autor: Dep. Geogr. Geol. de Minas Gerais. 1936.

N.º 323 — Carta Geral do Estado de Minas Gerais. Folha Campanha. Esc.: 1:100 000. Dim.: 0,624 x 0,422. Ed. Secção Cartográfica da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos incorporada) São Paulo, Caieiras e Rio. Autor: Dep. Geogr. e Geol. de Minas Gerais. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 324 — Planisfero político e grandi comunicazioni Terrestre e Oceaniche. Esc.: equatorial 1:80 000 000. Dim.: 0,488 x 0,280. Autor: Instituto Geográfico de Agostini Novara (Itália) Das convenções cartográficas.

N.º 325 — Mapa de La América Latina. Esc.: 1:25 000 000. Dim.: 0,320 x 0,474. Ed. José Anesi — Buenos Aires — Autor: Instituto Geográfico de Agostini — Novara (Italia) Das convenções cartográficas.

N.º 327 — Carta geral do Estado do Rio Grande do Norte. Esc.: 1:500 000. Dim.: 0,906 x 0,505. Ed. Inspetoria de Obras Contra as Sêcas. Das convenções cartográficas. 1928.

N.º 328 — Salsos (NW) Folha — 31º35'/ — 54º15' (NW). Esc.: 1:25 000. Dim.: 0,341 x 0,392. Ed. Serviço Geográfico do Exército. Impressor: o mesmo. Autor: idem. Das convenções cartográficas.

N.º 329 —

N.º 330 — Rio-Belo Horizonte (Correio Aéreo Militar). Esc.: 1:1 000 000. Dim.: 0,180 x 0,383. Autor: Serviço Geográfico de Minas Gerais. Impressor: Secção de Cartografia da Imp. Oficial — Minas. Das convenções cartográficas.

N.º 331 — Atlas de France (Plancha n.º 1) *Base de la connaissance du sol*. Esc.: Diversas. Dim.: 0,564 x 0,411. Autor: Comité National de Géographie. Ed. Service Geographique de l'Armée. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 332 — Types des principales cartes topographiques de la France. Atlas de France (Planche n.º 2) Esc.: Diversas. Dim.: 0,564 x 0,411. Ed. Service Géographique de l'Armée. Autor: Comité National de Góographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 333 — Relief du sol. Atlas de France (Planche n.º 3) Tenilb N-O Esc.: 1:250 000. Dim.: 0,528 x 0,418. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impressor: Service Géographique de l'Armée. 1933.

N.º 334 — Relief du sol. Atlas de France (Planche n.º 4) Tenilb NE. Esc.: 1:250 000. Dim.: 0,528 x 0,418. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impressor: Service Géographique de l'Armée. 1933.

N.º 335 — Relief du sol. Atlas de France (Planchen.º 5). Tenilb SO. Esc.: 1:250 000. Dim.:0,418 x 0,528. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impressor: Service Géographique de l'armée.

N.º 336 — Relief du sol. Atlas de France (Planche n.º 6). Tenilb SE. Esc.: 1:250 000. Dim.: 0,418 x 0,528. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impressor: Service Geographique de l'Armée. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 337 — Diques Isothermes — Regimes thermiques. Atlas de France, n.º 12. Esc.: ..... 1:6 000 000. Dim.: 0,567 x 0,414. Autor: Comité Nacional de Geographie. Impressor: Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 338 — Températures Vraies. Atlas de France n.º 13. Esc.: Várias. Dim.: 0,567 x 0,414. Impressor: Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 339 — Precipitations annuelles. Atlas de France n.º 14. Esc.: Várias. Dim.: 0,559 x 0,424. Autor Comité Nacional de Géographie. Impr. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 340 — Precipitations et indices d'aridité. Atlas de France, n.º 15. Esc.: 1:6 000 000. Dim.: 0,565 x 0,404. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impr. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1937.

N.º 341 — Réseau hidrographique et régimes fluviaux. Atlas de France n.º 20. Esc.: Várias. Dim.: 0,573 x 0,424. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impr. Société Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1937.

N.º 342 — Profil en long des cours d'eau. Atlas de France n.º 21. Esc.: Várias. Dim.: 0,567 x 0,414. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Société Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 343 — Crues inondations et débits maxima. Esc.: Várias. Dim.: 0,571 x 0,421. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impr. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 344 — Bathymétrie des lacs. Esc.: Várias. Dim.: 0,566 x 0,394. Autor: Comité Nacional de Géographie. Impr. Societé Nacional de Geographie. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 345 — Mers e côtes (1) Atlas de França n.º 24. Esc.: Várias. Dim.: 0,342 x 0,566. Autor: Comité Nacional de Geographie. Impr. Société Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 346 — Mers et côtes (II) Atlas de França n.º 25. Esc.: Várias. Dim.: 0,566 x 0,402. Autor: Comité Nacional de Geographie. Impr. Société Française de Cartographie. Das convenções cartograficas. 1935.

N.º 347 — Geographie Zoologique. Esc.: Várias. Dim.: 0,566 x 0,404. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas 1936.

N.º 348 — Population Agricole — Culture du blé. Atlas de France n.º 34. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Société Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 349 — Cultures. Atlas de France. Atlas de France n.º 35. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 350 — Cultures Industrielles. Atlas de France n.º 36. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 351 — Vignobles. Atlas de France n.º 37. Esc.: 1:1 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 352 — Extension e exploitation des forêts. Atlas de France n.º 38. Esc.: Várias. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 353 — Animaux domestiques et élevage (1). Atlas de France n.º 39. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 354 — Animaux domestiques et élévage (II) Atlas de France n.º 40. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 355 — Exploitation e propriété. Atlas de France n.º 48. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,564 x 0,397. Autor: Comité Nacional de Géographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 356 — Richesses minerales comessibles. Atlas de France n.º 44. Esc.: 1:2 500 000. Dim.: 0,571 x 0,401. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 357 — Carrières principales. Atlas de France n.º 45. Esc.: Diversas. Dim.: 0,571 x 0,401. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 358 Travail des métaux Industriels. Atlas de France n.º 48. Esc.: diversas. Dim.: 0,571 x 0,422. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 359 — Industries Textiles. Atlas de France n.º 49. Esc.: diversas. Dim.: 0,571 x 0,422. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 360 — Pêche Maritime. Atlas de France n.º 53. Esc.: diversas. Dim.: 0,566 x 0,412. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 361 — Reseaux Routier. Esc.: diversas. Dim.: 0,566 x 0,412. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 362 — Trafic Routier. Atlas de France n.º 55. Esc.: diversas. Dim.: 0,594 x 0,412. Autor: Comité Nacional de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1934.

N.º 363 — Voies navigables. Atlas de France n.º 56. Esc.: diversas. Dim.: 0,571 x 0,406. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 364 — Chemins de fer. Atlas de France n.º 57. Esc.: diversas. Dim.: 0,571 x 0,406. Autor. Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 365 — Trafic des chemins de fer. Atlas de France n.º 58. Esc.: Diversas. Dim.: 0,567 x 0,407. Autor: Comité National de Geographie. Impr. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 366 — Ports maritimes. Atlas de France n.º 59. Esc.: 1:30 000. Dim.: 0,567 x 0,407. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé National de Cartographie. 1934.

N.º 367 — Télécomunications. Atlas de France n.º 61. Esc.: diversas Dim. 0,567 x 0,407. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 368 — Tourisme. Atlas de France n.º 62. Esc.: diversas. Dim.: 0,507 x 0,375. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 369 — Commerce Extérieur. Esc.: Diversas. Dim.: 0,365 x 0,407. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé National de Cartographie. Das convenções cartográficas.

N.º 370 — Divisions administratives. Atlas de France n.º 69. Esc.: diversas. Dim.: 0,567 x 0,403. Autor: Comité National de Geographie. Imp.: Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 371 — Opinions politiques. Atlas de France n.º 71. Esc.: diversas. Dim.: 0,563 x 0,397. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 372 — Densité de la Population en 1931. Atlas de France n.º 72. Folha NE. Esc.: ..... 1:1 250 000. Dim.: 0,534 x 0,422. Autor: Comité Nacional de Géographie. Das convenções cartográficas. 1931.

N.º 373 — Densité de la population en 1931. Atlas de France n.º 73. Folha NE. Esc.: ..... 1:1 250 000. Dim.: 0,533 x 0,423. Autor: Comité National de Geographie. Das convenções cartográficas. 1931.

N.º 374 — Densité de la population en 1931. Folha SO. Atlas de France n.º 74. Esc.: ..... 1:1 250 000. Dim.: 0,533 x 0,423. Autor: Comité National de Geographie. Das convenções cartográficas. 1931.

N.º 375 — Densité de la population en 1931. Folha SE. Atlas de France n.º 75. Esc.: ..... 1:1 250 000. Dim.: 0,533 x 0,421. Autor: Comité National de Geographie. Das convenções cartográficas. 1931.

N.º 376 — Variation de la population. Atlas de France n.º 76. Esc.: 1:6 000 000 Dim.: 0,533 x 0,421. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. 1933.

N.º 377 — Mouvement de la population. Atlas de France n.º 77. Esc.: 1:8 000 000. Dim.: 0,533 x 0,421. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 378 — Population étrangère. Migrations intérieures. Atlas de France, n.º 78. Esc.: Diversas. Dim.: 0,533 x 0,421. Autor: Comité National de Geographie. Imp. Societé Française de Cartographie. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 379 — Município de Belo Horizonte. Folha n.º 1. Esc.: 1:50 000. Dim.: 0,335 x 0,208. Autor: Secretaria da Agricultura. Imp. O mesmo. 1936.

N.º 380 — Município de Belo Horizonte. Folha n.º 2. Esc.: 1:50 000. Dim.: 0,335 x 0,208. Autor Secretaria da Agricultura. Imp. O mesmo. 1936.

N.º 381 — Município de Belo Horizonte. Folha n.º 3. Esc.: 1:50 000. Dim.: 0,335 x 0,208. Autor: Secretaria da Agricultura. 1936.

N.º 382 — Município de Belo Horozinte. Folha n.º 4. Esc.: 150 000. Dim.: 0,335 x 0,208. Autor: Secretaria da Agricultura. Data: 1936.

N.º 383 — Vale do rio Itajaí. Esc.: 1:400 000. Dim.: 0,565 x 0,482. Autor Departamento de Estatística. Imp.: cópia em ozalide. 1937.

N.º 384 — Estudo para a carta do Estado de São Paulo. Folha Baurú. Esc.: 1:100 000. Dim.: 0,515 x 0,563. Imp. Cópia ozalide.

N.º 385 — Carta geral do Uruguai. Folha Florida. Esc.: 1:50 000. Dim.: 0,586 x 0,428. Autor: Instituto Geográfico Militar. Imp. Imprensa Nacional. Das convenções cartográficas. 1937.

N.º 386 — Carta dos excursionistas. Sexta secção. Pouso Sêco. Rio de Janeiro. Esc.: ..... 1:400 000. Dim.: 0,566 x 0,198. Autor: Comissão Geográfica e Geológica. Imp. Litografia Ipiranga. Das convenções cartográficas.

N.º 387 — Carta dos excursionistas. Quinta secção. Estudo de São Paulo. Esc.: 1:200 000. Dim.: 0,549 x 0,781. Autor: Instituto Astronômico e Geográfico de São Paulo. Imp. Litografia Ipiranga. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 388 — Carta dos excursionistas. Quarta secção. Estado de São Paulo. Esc.: 1:200 000. Dim.: 0,802 x 0,387. Autor: Instituto Astronômico e Geográfico de São Paulo. Imp. Litografia Ipiranga. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 389 — Carta dos excursionistas. Terceira secção. Estado de São Paulo. Esc.: 1:200 000. Dim.: 0,622 x 0,676. Autor: Instituto Astronômico e Geográfico de São Paulo. Imp. Litografia Ipiranga. Das convenções cartográficas. 1933.

N.º 390 — Carta dos excursionistas. Segunda Secção. Estado de São Paulo. Esc.: 1:200 000. Dim.: 0,631 x 0,582. Autor: Instituto Astronômico e Geográfico de São Paulo. Imp. Litografia Ipiranga. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 391 — Carta dos excursionistas. Primeira secção. Estado de São Paulo. Esc.: ..... 1:200 000. Dim.: 0,593 x 0,583. Autor: Instituto Astronômico e Geográfico de São Paulo. Imp. Litografia Ipiranga. Das convenções cartográficas. 1935.

N.º 392 — Brasilian Guayana. Upper Rio Branco and the Rio Uraricuera and Parima. Folha n.º 1. Esc.: 1:750 000. Dim.: 0,436 x 0,444. Autor: Expedição Hamilton. 1924-1925.

N.º 393 — Brasilian Guayana. Upper Rio Branco and the Rio Uraricuera and Parima. Esc.: 1:750 000. Dim. 0,501 x 0,444. Autor: Expedição Hamilton Rice. 1924-1925. Cópia fotográfica.

N.º 394 — Brasilian Guayana. Survey of the Lower Rio Branco and the Rio Branco. Exc.: 1:750 000. Dim.: 0,501 x 0,444. Autor: Expedição Hamilton Rice. 1924-1925. Cópia fotográfica.

N.º 395 — Planta da cidade e pôrto de Vitória. Esc.: 1:150 000. Dim.: 0,900 x 0,468. Autor: J. Figueira. Imp. Cia. & Melhoramentos de São Paulo. Das convenções cartográficas. 1936.

N.º 396 — Mapa do Estado de Santa Catarina. Esc.: 1:800 000. Dim.: 0,747 x 0,536.

N.º 397 — S.A.I.C.V.O.P. Folha Baía. Esc.: — Dim.: 0,567 x 0,465. Autor: Diretoria dos Serviços Geográficos. Imp. Gráfica Amazônia. Baía. Das convenções cartográficas.

N.º 398 — Rodovias do Estado da Baía. Esc.: 1:2 000 000. Dim.: 0,522 x 0,603. Autor: Diretoria de Viação. Das convenções cartográficas.

N.º 400 — Mapa de la republica argentina. Esc.: 1:10 000 000. Dim.: 0,308 x 0,456. Autor: Instituto Geográfico de Agostini — Novara — (Itália). Das convenções cartográficas.

**Concorra para que o Brasil seja cartogràficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.**

*Lista de publicações*

# Biblioteca Central do C. N. G.

## Publicações entradas durante o ano de 1942

## IV

MAURICÉA, Cristóvão de — *Nomes Geográficos Aborígenes* — 16 x 12 cm. — Edição de Fran. de Sousa Pinto — Rio de Janeiro — 1939 — 53/XXI páginas.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de — *Um soldado do Reino e do Império* — (Vida do Marechal Calado) — Volume L da Biblioteca Militar — Rio de Janeiro — 1942 — 148 páginas.

MELO JÚNIOR, José Lino — *Geologia da costa nordeste da Baía* — Departamento Nacional da Produção Mineral (Divisão de Geologia e Mineralogia) — Ministério da Agricultura — Com um mapa da região fora do texto — 23 x 16 cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1940 — 12 páginas.

MELO, Joaquim de — Um Decênio de Defesa do Açúcar — 23 x 16 cm. — Edição do Instituto do Açúcar e do Alcool — Separata do "Anuário Açucareiro" — 1941 — Composto e impresso nas oficinas da Gráfica Rio — Arte — Rio de Janeiro — 1942 — 45 páginas.

Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: Causas da crise e tentativas de reação — Efeitos contraproducentes — Em cifras os serviços e realizações da defesa — Exportação do açúcar para o exterior — Fator de organização e progresso da indústria açucareira — Novos rumos da política açucareira.

MELO BARRETO, Henrique L. de — *Regiões Fitogeográficas de Minas Gerais* — 23 x 15 cm. — Oficinas Gráficas do Departamento de Estatística — Belo Horizonte — 1942 — 27 páginas.

Sumário: Região dos Campos — Região das Catingas — Região dos Cocais — Região das Matas Costeiras — Região dos Pinhais — Região das Vasantes — Formações Ruderais.

MENDES, Armando — *Vocabulário Amazônico* — Estudos — 19 x 13 cm. — Sociedade Impressora Brasileira — São Paulo — 1942 — 15 páginas.

MENDONÇA, Renato — *Um Diplomata na Côrte de Inglaterra — O Barão do Penedo e sua época* — 19 x 13 cm. — Vol. 219 da série 5 — Brasiliana — Edição ilustrada da Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — 475 páginas.

Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: do Penedo a Olinda — A América para os Americanos — A navegação do Amazonas — A questão Christie.

MENDONÇA AZEVEDO, José — *Ensino Progressivo de Corografia do Brasil* — Edição ilustrada com vários mapas e texto explicativo — Composto e impresso nas oficinas gráficos do "Jornal do Brasil" — Rio 26 páginas.

MESQUITA, José de — *A chapada cuiabana* — Seu passado — Seu presente — As possibilidades de seu futuro — (Ensáio de geografia humana e econômica da zona de Serra-acima) — Oferecido ao IX Congresso Bras. de Geografia — 22 x 15 cm. — Edição ilustrada com um croquis da Chapada e regiões circunvizinhas — Escolas Profissionais Salesianas — Cuiabá — M.G. — 1941 — 16 páginas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — *A Questão Ortográfica* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1942 — 9 páginas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — *Limites Brasil- Suriname* — Com uma carta geográfica da fronteira entre o Brasil e Suriname, contendo todos os trabalhos da Comissão Mista Brasileira. Neerlandeza Demarcadora, durante os anos de 1935-1938, escala ..... 1:300.000 — Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré — Belém — Pará — 24 páginas.

MIRANDA CARVALHO, Renato de —*Coordenadas Geográficas da Quadrícula do Brasil* — Com prefácio do eng. Gérson de Faria Alvim — Boletim n.º 95 do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura — (Serviço Geológico e Mineral) — Composto e impresso nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola — Rio — 1940 páginas.

MISSÕES DOMINICANAS — *Gorotirés* — Prelazia de Conceição do Araguaia — 24 x 16 cm. — Est. Artes Graf. C. Mendes Júnior — Rio de Janeiro — 1936 — 89 páginas.

MOHR, W. — *Estudos sôbre as flores de Pirêtro do Rio Grande do Sul* — Boletim n.º 86, julho de 1941 — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Rio Grande do Sul — 24 x 16 cm. — Pôrto Alegre — R.G.S. — 1941 — 20 páginas.

MONBEIG, Pierre — *O estudo geográfico das cidades* — (Separata da "Revista do Arquivo" n.º LXIII) — 23 x 16 cm. — Edição do Departamente de Cultura — São Paulo — 1941 — 38 páginas.

MONBEIG, Pierre — *Ensaios de geografia humana brasileira* — Livraria Martins Editora — São Paulo — 1940 — 289 páginas.

MONTEIRO DE BARROS, Romualdo — *Tipos humanos no Brasil"* — (Conferência realizada na Sociedade Legião Brasileira de Ribeirão Preto) — 24 x 16 cm. — Composto e impresso na Tipografia Lídio Valada — Ribeirão Preto — São Paulo — 1940 — 35 páginas.

MORAIS, Eduardo Afonso de — *Noções de Geografia* — Oficinas Gráficas "Folha de Minas" — Belo Horizonte — Com fotografias e gráficos — 102 páginas.

MONTENEGRO, J. Arthur — *Notas para a Carta Geográfica do Rio Grande d Sul* — Livraria Americana — Rio Grande — 1895 — 59 páginas.

MORAES, Luiz Carlos de — *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* — 20 x 14 cm. — Edição da Livraria Globo — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — 1935 — 228 páginas.

MOITINHO DORIA, Dr. Antônio — *Pela Formação Nacional* — (Conferência) Biblioteca da Liga da Defesa Nacional — Rio de Janeiro — 1929 — 111 páginas.

MOURÃO, Mário — *O Macroorganismo no Reumatismo, e a sua cura hidromineral em Poços de Caldas* — Poços de Caldas — 1942 — 16 páginas.

NABUCO, Carolina — *História Literária dos Estados Unidos* — Publicação do Instituto Brasil-Estados Unidos — Rio de Janeiro — 24 páginas.

NETSCHER, P. M. — *Os holandeses no Brasil* — (Notícia histórica dos países baixos e do Brasil no século XVII — Tradução de Mário Sete) — 19 x 13 cm. — Vol. 220 da série 5.ª — Brasiliana — Edição da Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 289 páginas.

Destacam-se do seu sumário os seguintes capítulos: Origem da colônia do Brasil e viagens dos holandeses à América do Sul antes da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, Expedições ao Brasil. Domínio Holandês nêsse país até a chegada do Conde João Maurício de Nassau — Rápida decadência da colônia depois da partida do Conde João Maurício. O Brasil abandonado pelos holandeses.

..... *Nosso Mundo* — Geografia elementar em desenhos — Coleção Seth — 5.ª edição — Com ilustrações cartográficos — 27 x 18 cm. — Oficinas de I — Amorim & Cia. Ltda. — Rio de Janeiro — 1940 — 45 páginas.

NUNES PEREIRA, Altamirando — *Aspectos Meridionais do Brasil* — Estante Guairacá — Estudos Nacionais — n.º 3 — 19 x 14 cm. — Edição ilustrada — Editora Guaíra Limitada — Curitiba — 1942 — 279 páginas.

Sumário: Destacam-se os seguintes capítulos: Definição política do Território — Definição Geográfica — Aspecto — Climatologia — Geologia — Geologia Econômica — Zoologia — Fitogeografia — Orografia — Hidrografia — O Paraná em 1853.

N. VIEIRA, G. Veloso — *Aspectos Econômicos da Ovinocultura Riograndense* — (Conferência realizada na Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul por iniciativa da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio) — 23 x 16 cm. — Edição ilustrada com gráficos — R. G. do Sul — 1942 — 22 páginas.

O opúsculo, que é o Boletim n.º 92 — janeiro — 1942 — da Secção de Informações e Propaganda Agrícola da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, encerra, em resumo, o seguinte: População ovina e produção de lã no R. Grande do Sul em 1940 — Contém um mapa da distribuïção do rebanho ovino do Estado do Rio Grande do Sul 1940/41.

OLIVEIRA VIANA — *Pequenos Estudos de Psicologia Social* — 19 x 13 cm. — Vol. 216 da série 5.ª — Brasiliana — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — 294 páginas.

Contém o seguinte sumário: o meio social — o meio político — O meio sertanejo — o meio e o homem.

OLIVEIRA, Pe. Filadelfo Jonatas de — *Registo de fatos históricos de Laranjeiras* — 24 x 16 cm. — Casa Ávila Editora — Aracajú — Sergipe.

OLIVEIRA, Sebastião Almeida — *"Tanabi"* — (Separata do volume XXXVI, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) — Oficina Gráfica Paulista — São Paulo — 4 páginas.

OLIVEIRA FREITAS, Osorio Tuiutí de — *A Invasão de S. Borja* — Edição da Livraria Globo — 1935 — 166 páginas.

PÁDUA, Ciro T. de O negro em São Paulo. — 23 x 16 cm. — Dep. de Cultura — 1941 — 10 páginas.

PAES BARRETO, Carlos Xavier — *O município do Rio Formoso* — Of. do "Diário da Manhã" — Vitória — Espírito Santo — 1927 — 39 páginas.

PAIVA, Glycon de — *Alto Rio Branco* — "Boletim" n.º 99 do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura (Divisão de Geologia e Mineralogia) — Edição ilustrada com fotografias e várias plantas, mapas e perfis, fora do texto — 23 x 16 cm. — Composto e impresso nas oficinas do Serviço de Informações Agrícola — Rio de Janeiro — 1940 — 44 páginas.

PAIVA, Glycon de — Jorge Muños Reys e Guillermo Mariaca M. — *Geologia da faixa subandina da Bolívia* — Com vários mapas e perfis fora do texto — Boletim n.º 101 do Departamento Nacional da Produção Mineral — (Divisão de Geologia e Mineralogia) — do Ministério da Agricultura— Composto e impresso nas oficinas gráficas da Papelaria Mendes — Rio — Edição ilustrada com várias fotografias — 83 páginas.

PAIVA, Tancredo de Barros — *Bibliografia Étnica-linguística brasiliana*. Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1932 — 400 páginas.

PALHA, Frei Luiz — *Índios Curiosos...* — 23 x 16 cm. — Composto e impresso nas oficinas da Gráfica Olímpica — Edição ilustrada com fotografias — Rio de Janeiro — 1942 — 42 páginas. Em resumo, o volume contém o seguinte: Lendas — Costumes e língua.

PALHA, Frei Luiz, O. P. — *Ensáio de Gramática e vocabulário da Lingua Karajá* — Falada pelos índios remeiros do rio (Araguaia" — 23 x 16 cm. — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro — 1942 — 42 páginas.

PALMA, Muniz — *O Município de Itaituba* — Tip. Guttenberg — Belém — Pará — 1906 — 123 páginas.

PARANÁ, Sebastião — *O Brasil e o Paraná* — 19 x 13 cm. — Leopoldino Rocha — Curitiba — 1915 — 87 páginas.

PAULA CIDADE, Cel. F. de — *Notas de geografia Militar Sul-Americana* — 2.ª edição — Volumes XXXIII e XXXIV — Biblioteca Militar — 16 x 24cm. — Sem indicação da casa impressora — Rio de Janeiro — 1940 — 346 páginas.

PAULA CIDADE, F. de (Coronel) e CORREIA, Jonas (Ten.Cel.) — *Barão do Rio Branco* — 19 x 12 cm. — Departamento de Imprensa e

Propaganda — Rio de Janeiro — 1941 — 125 páginas. Traços biográficos de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco — A Casa residencial — Rio Branco, modelo de boa linguagem — Rio Brancos nos Arquivos e na história pròpriamente dita — A atuação de Rio Branco no plano Militar e diplomático — O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Rio Branco — Rio Branco e o Exército — A historiografia militar — Rio Branco escritor clássico.

PAULA FERREIRA, Francisco de — *Métodos de Pesquisa Social* — (Separata da Revista do Arquivo n.º LXIX) — 23 x 16 cm. — Departamento de Cultura — São Paulo — 1940 — 92 páginas.

PAIVA, Eng.º Glycon de — *Código de taxionomia estratigráfica* — 16 x 23 cm. — Divisão de Geologia e Mineralogia — 1940 — 28 páginas.

PALMA MUNIZ, Jão de —*O Outeiro de Maracá-Assú é a Serra de Parintins* — Conferência no Instituto Histórico e Geográfico do Pará — Imprensa Oficial do Estado — Belém — 1919 — 29 páginas.

PARANAGUÁ, Nogueira (Dr.) — *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo Interior do País* — Impressões de Viagem — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1905 — 213 páginas.

PAZ, Ataliba de F. — *O problema do trigo no Rio Grande do Sul e a ação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio* — Pôrto Alegre — R. G. do Sul — 1939 — 16 páginas.

PAZ, Ataliba de F. — *Discurso pronunciado pelo agrônomo... no ato inaugural da 3.ª Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, em Santa Maria,* em 10-11-1939 — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio — Rio Grande d Sul — 1940 — 12 páginas.

PENNA, Belisário — *Saneamento do Brasil* (2.ª edição) — Jacinto Ribeiro dos Santos — Rio de Janeiro — 1923 — 356 páginas.

PEIXOTO, Afrânio — *Castro Alves o Poeta e o Poema* — (vol. 212 da Série 5.ª Brasiliana — 19 x 13 cm. — Com ilustrações fotográficas — Companhia Editora Nacional — São Paulo — 1942 — O Poeta — O Poema — 33 páginas.

PEREGRINO JÚNIOR — *Matupá — Tipos e Costumes da Amazônia* — Edições L. C. — Rio de Janeiro — 1933 — 209 páginas.

PEREGRINO JÚNIOR, — *Alimentação, problema nacional* — 22 x 18 cm. — Com ilustrações fotográficas — Oficina Gráfica Mauá Ltda. — Rio — 1942 — 132 páginas. Inventário bibliográfico — Um manual de alimentação — Educação alimentar no Brasil.

PEREIRA DA CÂMARA, Mário L. — *Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas,* M. D. Presidente da República, pelo Interventor do Rio Grande do Norte — Imprensa Oficial — Natal — Rio Grande do Norte — 1935 — 148 páginas.

PELUSO JR., Vitor A. — *Rio do Sul* — Publicação n.º 26 do Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina — 24 x 16 cm. — Imprensa Oficial de Santa Catarina 1942 — 132 páginas. A obra, que é muito bem ilustrada, contém os seguintes capítulos: Posição, configuração, confrontações e limites. — Divisão, superfície e população — Origem do povoamento — Evolução social e política — A sede municipal — Aspecto e relêvo do solo — Hidrografia — Clima — Riquezas naturais — Lavoura e criação — Indústrias — Comunicações e transportes — Crédito e previdência. Propriedade territorial — Comércio — Situação Social — Situação cultural — Situação administrativa e política.

PEREGRINO, Umberto — *Técnica e Cultura — Reflexões sôbre Euclides da Cunha* — Volume avulso da Biblioteca Militar — (Discurso pronunciado pelo 1.º tenente , ao tomar posse da cadeira patrocinada por Euclides da Cunha, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil) — 23 x 16 cm. — Composto e impresso na Gráfica Laemmert — Rio — 1941 — 16 páginas. Contém em resumo o seguinte: Limitações da Técnica — Os valores espirituais — A Geografia Militar, sua importância, suas relações — Reflexões sôbre Euclides da Cunha — Euclides e o Exército — O Exército e "Os Sertões".

PERESTRETRELLO, Danilo — *Quinta Coluna Contra a Saúde* — Serviço Nacional de Educação Sanitária — Rio de Janeiro — 1941 — 22 páginas.

PEREIRA, Batista — *O Brasil e a raça* — Emp. Gráfica Rossetti Ltda. — São Paulo — 1928 — 152 páginas.

PERETTI, João — *Barléu e outros — ensáios críticos* — 23 x 16 cm. — Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio — Recife — 1941 — 153 páginas. Barléu — Crônica de S. Bento — O Vizinho de Nassau — Prioridade censitária de Duarte Coelho — Teles Júnior — O Gramático da Moribeca — Bento Teixeira Pinto.

PERREIRAS, Décio — Atividades de Higiene Pública no Rio de Janeiro — 1939 — 1940 — 24 x 17 cm. — Alba — Oficinas Gráficas — Rio — 1942 — 227 páginas. População do Rio de Janeiro — Nupcialidade no Rio de Janeiro (1894 a 1940) — Mortalidade materna (1903 — 1940) — Mortinatalidade no Rio de Janeiro (de 1890 a 1902 na zona urbana e, de 1903 a 1940, em todo o Distrito Federal) — Mortalidade Infantil (0 a 1 ano — 1903 a 1940) — Mortalidade e morbidade por doenças transmissíveis.

PIERSON, Donald— O Candomblé da Baía — 19 x 13 cm. — Editora Guaira Limitada — São Paulo — 1942 — 65 páginas.

PIMENTEL, Fortunato — Aspectos de Cachoeira — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — 1941 — 162 páginas.

PIMENTEL, Fortunato — *Aspectos Gerais de Caçapava* — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Tipografia Gundlach — Pôrto Alegre — 19... — 175 páginas.

PIMENTEL, Libório (Prefeito Municipal de Lagoa Vermelha) — *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias*) — (Exercício de 1940) — 23 x 16 cm. — Imprensa Oficial — Pôrto Alegre — 1941 — 74 páginas.

PIMPÃO, Hirosê — *Getúlio Vargas e o Direito Social Trabalhista* — Gráfica Guaraní Ltda. — Rio de Janeiro — 1942 — 121 páginas.

PINHO, José Wanderley de Araújo — *Testamento de Mem de Sá* — (Separata dos "Anais" do Terceiro Congresso de História Nacional) — (III Volume) — 24 x 16 cm. — Instituto Histórico — Rio de Janeiro — 1941 — 161 páginas.

PINTO, Mário da Silva — *Metalurgia do alumínio no Brasil* — 23,5 x 16 cm. — Serviço de informação Agrícola — 1940 — 55 páginas.

PINTO, Pedro A. — *Notas de História do Brasil — A Ação da Inglaterra* — (Separata da Revista Filológica, n.º 18) — 23 x 16 cm. — 23 x 16 cm. — Tipografia Batista de Sousa — Rio de Janeiro — 1942 — 8 páginas.

PIRES DO RIO, J. — *O Combustível na Economia Universal — O combustível e a Civilização* — 2.ª edição — 22 x 15 cm. Edição da Livraria José Olímpio Editora — Rio de Janeiro — 1941 — 395 páginas.

PIRES, Homero — *As influências Políticas Anglo-Americanas em Rui Barbosa* — Publicação do Instituto Brasil- Estados Unidos — Rio de Janeiro — 22 páginas.

PITTA PINHEIRO, A. S. — *Coordenação de Transporte* — (Continuação da Estrutura Econômica do Sistema Rodo-Ferroviário) — 20 x 11 cm. — Companhia Carioca de Artes Gráficas — Rio de Janeiro — 1942 — 67 páginas.

PITOMBO, Arí — *Pernambuco de Hoje* — 18 x 13 cm. — Com ilustrações fotográficas — Oficinas de O Globo — 1941 — 51 páginas.

POETZCHER, Júlio — *O Coco no mercado mundial e no Brasil* — 23 x 16 cm. — Com ilustrações fotográficas — Serviço de informações agrícola — 1941 — 41 páginas.

POLI COELHO, Tenente-Coronel Djalma — *Elongações máximas* — (Subsídio ao problema de determinação do azimute) — Publicação n.º 2 da Escola de Geógrafos do Exército — 27 x 19 cm. — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Jornal do Comércio", Rio de Janeiro — 1940 — 29 páginas.

POLI COELHO, Tenente-Coronel Djalma — *Lista de estrêlas utilizáveis na determinação simultânea da latitude e da correção do cronômetro"*. — Publicação n.º 1 da Escola de Geógrafos do Exército — 27 x 19 cm. — Composto e impresso nas oficinas gráficas do "Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1940 — 47 páginas.

PÔRTO, Rúbens — *A técnica da Imprensa Nacional* — 27 x 18 cm. — Com ilustrações fotográficas — Imprensa Nacional — 1941 — 149 páginas.

PÔRTO, Rúbens — *O homem na Imprensa Nacional* — 27 x 18,5 cm. — Com ilustrações fotográficas — Imprensa Nacional — Rio — 1941 — 182 páginas.

PÔRTO, Rúbens — *O meio na Imprensa Nacional* — 27 x 18, 5 cm. — Com ilustrações fotográficas — Imprensa Nacional — Rio — 1941 — 256 páginas.

PRAT, Fr. André, — *Notas históricas sôbre as missões carmelitanas no extremo Norte do Brasil* — 23 x 16 cm. — 1941 — 328 páginas.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Diretoria de Obras Públicas — (Divisão de Projetos de Viação) — *Endereços das referências de nível do Distrito Federal* — 16 x 22 cm. — Edição mimeografada — Rio de Janeiro — 1939 — 133 fôlhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA — (Estado do Rio) — *Dados e Informações sôbre Itaperuna* — (Publicado por ocasião das festas comemorativas do cincoentenário da instalação do Município) — Edição ilustrada — 44 páginas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS — *Manaus* — (Àlbum organizado na administração do Prefeito Antônio Botelho Maia) — Edição do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado do Amazonas — Oficinas Gráficas de Almeida Marques & Cia. — Com ilustrações — 88 páginas.

**Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil**

# Leis e Resoluções

## *Legislação federal*

### Ementário dos decretos-leis baixados no mês de junho de 1943

**Decreto-lei n.º 5 536, de 1 de junho de 1943.** Aprovado o Acôrdo Telegráfico entre o Brasil e Portugal, firmado no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1943.

"Diário Oficial" de 3/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 537, de 1 de junho de 1943.** Altera disposições do decreto-lei n.º 3 333, de 6 de junho de 1941, do decreto-lei n.º 4 296, de 13 de maio de 1942 e do decreto-lei n.º 4 646, de 2 de setembro de 1942.

"Diário Oficial" de 3/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 538, de 1 de junho de 1943.** Autoriza a revisão da taxa anual por prédio esgotado por "The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited", no Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 3/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 539, de 2 de junho de 1943.** Regulamenta o quadro de Oficiais Mecânicos criado pelo decreto-lei n.º 3 810, de 10 de novembro de 1941.

"Diário Oficial" de 4/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 540, de 2 de junho de 1943.** Considera "Dia do índio" a data de 19 de abril.

"Diário Oficial" de 4/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 541, de 3 de junho de 1943.** Altera a redação do art. 2.º do decreto-lei n.º 5 239, de 10 de fevereiro de 1943.

"Diário Oficial" de 5/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 542, de 3 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr$ 2 480 500,00 para atender às despesas com as obras e instalações no Instituto Nacional de Óleos.

"Diário Oficial" de 5/6/943.

**Decreto-lei n.º 5.543, de 3 de junho de 1943.** Abre ao Ministério de Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 64 680,60 para pagamento de serviços prestados a Companhia Ferroviária Este Brasileiro.

"Diário Oficial" de 5/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 544, de 3 de junho de 1943.** Dispõe sôbre a permuta, com o Estado de Mato Grosso do próprio nacional por área de terreno, que menciona situados na cidade de Cuiabá, capital do mesmo Estado e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 545, de 4 de junho de 1943.** Estabelece as medidas destinadas à regularização da vida escolar de alunos que freqüentam ou hajam freqüentado curso superior não reconhecido e bem assim de diplomados por curso superior igualmente não reconhecido.

"Diário Oficial" de 7/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 546, de 4 de junho de 1943.** Estende ao Estado da Baía, as medidas de fiscalização sôbre mercadorias em trânsito por estrada de rodagem na forma estabelecida no decreto 19 827, de 2 de abril de 1931.

"Diário Oficial" de 7/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 547, de 4 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 3 107,10 para pagamento de vencimentos.

"Diário Oficial" de 7/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 548, de 4 de junho de 1943.** Considera computável, para todos os efeitos, o tempo de desempenho de determinadas funções exercidas por oficiais agregados em Estradas de Ferro arrendadas aos Estados.

"Diário Oficial" de 7/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 549, de 4 de junho de 1943.** Dispõe sôbre o Comando do Destacamento Misto de Guarnição com sede em Fernando Noronha.

"Diário Oficial" de 7/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 550, de 4 de junho de 1943.** Dispõe sôbre matrícula nas Escolas de Ensino Superior dos alunos que terminaram o curso das Escolas Preparatórias.

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 551, de 4 de junho de 1943.** Concede isenção de impostos e taxas aos postos de gasolina autorizados a comprar qualquer espécie de quantidade de borracha no período compreendido entre 15 e 30 do mês de junho de 1943, denominado "Mês Nacional da Borracha".

"Diário Oficial" de 7/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 552, de 7 de junho de 1943.** Autoriza nova prorrogação do contrato de exploração do serviço da loteria federal.

"Diário Oficial" de 9/6/943.

**Decreto-lei n.º 5.553, de 7 de junho de 1943.** Cria na Comissão de Marinha Mercante sub-comissão e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 554, de 7 de junho de 1943.** Autoriza doação de terras ao município de Júlio de Castilhos.

"Diário Oficial" de 9/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 555, de 8 de junho de 1943.** Equipara as emprêsas de Mineração de fosfatos naturais às de que trata o decreto-lei n.º 3 553, de 25 de agôsto de 1941, que dá nova redação ao art. 76 do Código de Minas.

"Diário Oficial" de 10/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 556, de 8 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ 45 000,00 para as despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestar serviços no estrangeiro.

"Diário Oficial" de 10/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 557, de 8 de junho de 1943.** Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas, a construir uma estrada de rodagem de Anápolis a São José do Tocantins e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 10/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 558, de 8 de junho de 1943.** Cria o Serviço de Documentação da Marinha.

"Diário Oficial" de 10/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 559, de 9 de junho de 1943.** Estende ao Serviço Especial de Saúde Pública, o regime estabelecido pelo decreto-lei n.º 3 672, de 1 de outubro de 1941.

"Diário Oficial" de 10/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 560, de 9 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 4 000 000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica.

"Diário Oficial" de 9/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 561, de 9 de junho de 1943.** Prorroga o mandato da Comissão Censitária Nacional.

"Diário Oficial" de 11/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 562, de 9 de junho de 1943.** Dispõe sôbre a aplicação de créditos orçamentários e adicionais destinados às Colônias Agrícolas Nacionais e Núcleos Coloniais.

"Diário Oficial" de 11/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 563, de 9 de junho de 1943.** Modifica a tabela de despachos de mercadorias para transportes por navegação de cabotagem.

"Diário Oficial" de 11/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 564, de 10 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr$ 27 022,00 para pagamento de honorários e custas aos Juízes de Casamento.

"Diário Oficial" de 11/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 565, de 10 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito suplementar de Cr$ 150 000,00 à verba que especializa.

"Diário Oficial" de 12/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 566, de 10 de junho de 1943.** Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Çr$ 80 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 12/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 567, de 10 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr$ 22 500,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 12/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 568, de 10 de junho de 1943.** Concede isenção de impostos e taxas ao Serviço Especial de Saúde Pública.

"Diário Oficial" de 23/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 569, de 10 de junho de 1943.** Isenta de emolumentos consulares as embarcações empregadas no transporte de mercadorias pelo rio Uruguai.

"Diário Oficial" de 12/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 570, de 10 de junho de 1943.** Dispõe sôbre a coordenação dos orçamentos e balanços das entidades autárquicas federais.

"Diário Oficial" de 15/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 571, de 10 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 836 210,00 à adoção que especifica.

"Diário Oficial" de 12/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 572, de 10 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 80 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 12/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 573, de 14 de junho de 1943.** Dispõe sôbre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

"Diário Oficial" de 16/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 574, de 14 de junho de 1943.** Altera o efetivo a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n.º 4 754, de 29 de setembro de 1942.

"Diário Oficial" de 16/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 575, de 14 de junho de 1943.** Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 10 292,00 para pagamento de gratificação adicional.

"Diário Oficial" de 16/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 576, de 14 de junho de 1943.** Assegura direito a emprêgo aos ex-empregados dos bancos cuja liqüidação foi determinada pelo decreto-lei n.º 4 612, de 24 de agôsto de 1942 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15/6/943.

**Decreto-lei n.º 4 657, de 4 de setembro de 1942.** Lei de Introdução do Código Civil.

"Diário Oficial" de 17/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 577, de 15 de junho de 1943.** Funda as carreiras de Médico Psiquiatra dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 578, de 15 de junho de 1943.** Concede pensão especial a Isabel Rolim Lana.

"Diário Oficial" de 17/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 579, de 15 de junho de 1943.** Concede pensão especial a Hormina Alves Silva.

"Diário Oficial" de 17/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 580, de 16 de junho de 1943.** Aprova o Acôrdo Sul-Americano de Radiocomunicações, firmado em Buenos Aires em 1935, revisto no Rio de Janeiro de 1937 e em Santiago do Chile a 17 de janeiro de 1940.

"Diário Oficial" de 18/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 581, de 17 de junho de 1943.** Dispõe sôbre o financiamento dos algodões da safra de 1943.

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 582, de 17 de junho de 1943.** Institue uma "Cota Especial" sôbre algodão.

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 583, de 17 de junho de 1943.** Modifica a seriação de rubricas do vigente Orçamento Geral da República.

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 584, de 17 de junho de 1943.** Prorroga o prazo para apresentação de relatórios relativos à execução do "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional" no exercício de 1943.

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 585, de 17 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 635 354,80 para regularização de juros da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 586, de 17 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr$ 900 000,00 para pagamento do vapor Itassucê".

"Diário Oficial" de 19/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 473, de 11 de maio de 1943.** Institúe o salário adicional para a indústria e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 587, de 18 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00 para serviços de drenagem e estudos do rio Jacuí.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 588, de 18 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr$ 1 000 000,00 para pagamento de subvenção à Comissão Executiva de Pesca e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 589, de 18 de junho de 1943.** Transfere gratuitamente à Paróquia de Nossa Senhora do Bonsucesso da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a propriedade plena do imóvel que menciona situado na Capital Federal, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 590, de 18 de junho de 1943.** Transfere de Fernando Noronha para Vitória — Estado do Espírito Santo — a sede do 1.º Grupo Independente de Artilharia.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 591, de 18 de junho de 1943.** Transfere de Fernando Noronha para Campina Grande — Estado da Paraíba do Norte — a sede do 31.º Batalhão de Caçadores.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 592, de 18 de junho de 1943.** Aprova o contrato sôbre Saneamento do vale do Rio Doce e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 593, de 18 de junho de 1943.** Cria cargo de Promotor Público e função gratificada de sub-procurador no Quadro da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

**Decreto-lei n.º 5 594, de 18 de junho de 1943.** Aumenta o Quadro de Estado Maior do Exército de dois Generais de Divisão.

"Diário Oficial" de 22/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 595, de 21 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 906,40 para pagamento de gratificação de Magistério.

"Diário Oficial" de 23/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 596, de 21 de junho de 1943.** Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 11 000,00 para despesas a cargo da Estrada de Ferro Maricá.

"Diário Oficial" de 23/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 597, de 21 de junho de 1943.** Torna extensivas aos militares da Aeronáutica as vantagens de que tratam os decretos-leis ns. 4 819, de 8 de outubro de 1942 e 5 479, de 12 de maio de 1943.

"Diário Oficial" de 23/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 598, de 21 de junho de 1943.** Modifica o decreto-lei n.º 5 317, de 11 de março de 1943, na parte referente ao imposto sôbre calçados.

"Diário Oficial" de 23/6/943.

**Decreto-lei n.º 5 599 de 21 de junho de 1943.** Cria uma Contadoria Seccional junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda e uma função gratificada no Quadro Permanente (Q.P.) do Ministério da Fazenda.

"Diário Oficial" de 23/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 600 de 21 de junho de 1943.** Altera dispositivos do decreto-lei n.º 4 178 de 13 de março de 1942.

"Diário Oficial" de 2/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 601 de 21 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 2 000 000,00 para despezas com a propaganda das "Obrigações de Guerra".

"Diário Oficial" de 23/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 602 de 21 de junho de 1943.** Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr$ 22 261 700,00 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 23/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 603 de 22 de junho de 1943.** Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 604 de 22 de junho de 1943.** Abre crédito suplementar ao Conselho Federal do Comércio Exterior.

"Diário Oficial" de 24/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 605 de 22 de junho de 1943.** Altera sem aumento de despeza, o anexo 3 do Orçamento Geral da República.

"Diário Oficial" de 24/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 606 de 22 de junho de 1943.** Dispõe sôbre o serviço do Registo Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 607 de 22 de junho de 1943.** Dispõe, sôbre organização de Serviços de Ensino e Orientação Profissional nas Estradas de Ferro administradas pela União e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 608 de 22 de junho de 1943.** Abre, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 9 600,00 para pagamento de gratificação de magistério.

"Diário Oficial" de 24/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 609 de 23 de junho de 1943.** Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Chile firmado em Santiago do Chile, a 18 de novembro de 1941.

"Diário Oficial" de 25/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 610 de 23 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 1 653,30, para pagamento de gratificação de magistério.

"Diário Oficial" de 25/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 611 de 23 de junho de 1943.** Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 27 340 000,00 para ligações ferroviárias.

"Diário Oficial" de 25/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 612 de 24 de junho de 1943.** Altera disposições do decreto-lei n.º 4 902 de 31 de outubro de 1942 e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 613 de 24 de junho de 1943.** Abre pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr$ 20 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 614 de 24 de junho de 1943.** Dispõe sôbre as taxas de água e esgotos do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 615 de 24 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 300 000,00 para atender a despesas do Serviço de Águas e Esgotos.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 616 de 24 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr$ 22 950,00 para pagamento ao Instituto da Imaculada, desta Capital.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 617 de 24 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr$ 75 000,00 para pagamento de subvenção.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 618 de 24 de junho de 1943.** Dilata o prazo de que trata o art. 1.º do decreto-lei n.º 3 182 de 9 de abril de 1941, para o **Bank of London and South America**, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 619 de 24 de junho de 1943.** Dilata o prazo de que trata o art. 2.º § 2 do decreto-lei n.º 4 841 de 17 de outubro de 1942, para o registo de seringalistas e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 620 de 24 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr$ 51 300,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 621 de 24 de junho de 1943.** Altera as carreiras de Guarda-livros e Contador do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 622 de 24 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 310.00 cruzeiros, para despezas com o Serviço de Reembolso Postal.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 623 de 24 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr$ ..... 250 000,00, à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 624 de 24 de junho de 1943.** Cria função gratificada no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 625 de 28 de junho de 1943.** Dispõe sôbre as promoções de oficiais no Exército.

"Diário Oficial" de 30/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 626 de 28 de junho de 1943.** Suspende, pelo prazo de seis (6) meses, a cobrança dos direitos e taxas que recaem sôbre o sal estrangeiro.

"Diário Oficial" de 30/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 627 de 28 de junho de 1943.** Cria funções gratificadas no Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 30/6/43.

**Decreto-lei n.º 5 628 de 29 de junho de 1943.** Dispõe sôbre o aproveitamento dos Radio-amadores como reserva das Fôrças Armadas.

"Diário Oficial" de 1/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 629 de 29 de junho de 1943.** Dispõe sôbre a arrecadação e venda de salvados constituídos por borracha e seus artefatos e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 630 de 29 de junho de 1943.** Transforma a Diretoria da Justiça e do Interior, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em Departamento do Interior e da Justiça, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 631 de 29 de junho de 1943.** Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr$ 150 000,00 para atender às despezas com a comemoração do 1.º centenário do selo postal brasileiro.

"Diário Oficial" de 1/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 632 de 29 de junho de 1943.** Substitue o item II do art.º 2.º do decreto-lei n.º 5 223 de 25 de janeiro de 1943.

"Diário Oficial" de 1/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 633 de 30 de junho de 1943.** Altera dispositivos do decreto-lei n.º 5 164 de 31 de dezembro de 1942.

"Diário Oficial" de 2/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 634 de 30 de junho de 1943.** Dispõe sôbre a remuneração dos despachantes aduaneiros.

"Diário Oficial" de 2/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 635 de 30 de junho de 1943.** Dispõe sôbre a não realização em 1943, da sexta sessão ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística.

"Diário Oficial de 2/7/43.

**Decreto-lei n.º 5 636 de 30 de junho de 1943.** Cria o Centro de Instrução Especializada, com sede na Capital Federal.

"Diário Oficial" de 2/7/43.

**Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 — Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Decretos-leis

**Decreto-lei n.º 5 540, de 2 de junho de 1943**

*Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, e tendo em vista que o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, reünido no México, em 1940, propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o "Dia do Índio", decreta:

Art. 1.º E' considerado — "Dia do Índio" — a data de 19 de abril.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Apolônio Sales*
*Osvaldo Aranha*

(D.O. 4-6-943)

★

**Decreto-lei n.º 5 555, de 8 de junho de 1943**

*Equipara as emprêsas de mineração de fosfatos naturais às de que trata o decreto-lei n.º 3.553, de 25 agôsto de 1941, que dá nova redação ao art. 76, do Código de Minas.*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o art. 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º As emprêsas que têm por objeto a lavra e a industrialização de fosfatos naturais para transformá-las em fosfatos solúveis destinados à lavoura nacional, ficam equiparadas às de que trata o decreto-lei n.º 3.553, de 25 de agôsto de 1941, para poderem ser autorizadas admitir sócios ou acionistas estrangeiros, por decreto do Presidente da República, desde que a sua administração se constitua de brasileiros natos, na sua maioria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Apolônio Sales*

(D.O. 10-6-943)

★

**Decreto-lei n.º 5 558, de 8 de junho de 1943**

*Cria o Serviço de Documentação da Marinha.*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Marinha, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, o Serviço de Documentação (S.D.M.), que compreenderá:

Secção da História Marítima do Brasil;
Biblioteca da Marinha;
Arquivo Histórico;
Revista Marítima Brasileira.

Art. 2.º Fica extinta a 4.ª Divisão (EM-4) do Estado Maior da Armada.

Art. 3.º Dentro de 30 dias após a publicação dêste decreto-lei, será expedido o respectivo Regulamento.

Art. 4.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Henrique A. Guilhem.*

(D.O. 10-6-943)

★

**Decreto-lei n.º 5 561, de 9 de junho de 1943**

*Prorroga o mandato da Comissão Censitária Nacional.*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, e

Considerando o que lhe propõe o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à vista de uma representação da Comissão Censitária Nacional, encarregada de asistir os trabalhos do Recenseamento Geral de 1940, decreta:

Artigo único. Nos têrmos do art. 7.º do decreto-lei n.º 969, de 21 de dezembro de 1938, fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1944, o mandato da Comissão Censitária Nacional, mantida a sua atual composição e revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Alexandre Marcondes Filho.*

(D.O. 11-6-943)

**Decreto-lei n.º 5 573, de 14 de junho de 1943**

*Dispõe sôbre o pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º O pronunciamento do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, nas matérias de sua competência legal, será exercido:

I — Pelo plenário respectivo, nos casos em que tal pronunciamento deva traduzir-se por:

*a*) projeto de decreto-lei;

*b*) resolução ou sugestão de medidas de carater geral;

*c*) manifestação de natureza judicativa;

*d*) parecer relativo a encampação ou a declaração de caducidade;

*e*) projeto de decreto, sôbre o estabelecimento compulsório de novas instalações, ou sôbre ampliação compulsória das existentes;

*f*) resolução relativa a execução compulsória de modificação de instalações; e

*g*) proposta relativa a intervenção administrativa ou a transferência comercial de emprêsa a nacionais.

II — pelo presidente respectivo, nos demais casos.

Art. 2.º O disposto neste decreto-lei aplica-se aos processos atualmente em andamento no C.N.A.E.E.

Art. 3.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Apolônio Sales*

(D.O. 16-2-943)

★

**Decreto-lei n.º 5 587, de 18 de junho de 1943**

*Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito de Cr$ 1.000.000,00 para serviços de dragagem e estudos do rio Jacuí.*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o art. 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com fundamento no decreto-lei n.º 2 667, de 3 de outubro de 1940, o crédito especial de um milhão de cruzeiros (Cr$ 1 000 000,00), para atender às despesas (Obras, Desapropriação e Aquisição de Imóveis) com os Serviços de dragagem e estudos do rio Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul, na conformidade do orçamento aprovado pelo decreto n.º 12 424, de 17 de maio do corrente ano.

Art. 2.º Êste decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*João de Mendonça Lima.*
*A. de Sousa Costa.*

(D.O. 21-6-943)

★

**Decreto-lei n.º 5 592, de 18 de junho de 1943**

*Aprova o contrato sôbre o saneamento do Vale do Rio Doce e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o contrato relativo ao saneamento do Vale do Rio Doce, assinado a 10 de fevereiro de 1943, entre o govêrno do Brasil e o govêrno dos Estados Unidos da América.

Art. 2.º As despêsas com a execução do contrato, no ano de 1943, serão atendidas pela Verba 3 — Serviços e Encargos; Cosignação I — Diversos; Subconsignação 36, item 04-06, alínea *a*, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde para o corrente exercício (anexo n.º 13, artigo 3.º do decreto-lei n.º 5 120, de 19 de dezembro de 1942).

Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde providenciará para que seja depositada no Banco do Brasil, à disposição do Serviço Especial de Saúde Pública, a contribuïção financeira a que é obrigada a União.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Gustavo Capanema*
*A. de Sousa Costa*
*Osvaldo Aranha*

(D.O. 21-6-953)

★

**Decreto-lei n.º 5 631, de 29 de junho de 1943**

*Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr$ 150 000,00 para atender às despesas com a comemoração do 1.º centenário do sêlo postal brasileiro*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ 150 000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros), para atender às despesas com a comemoração do primeiro centenário do sêlo postal brasileiro.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*João de Mendonça Lima.*
*A. de Sousa Costa*

(D.O. 1-7-943)

★

**Decreto-lei n.º 5 635, de 30 de junho de 1943**

*Dispõe sôbre a não realização, em 1943, da sexta sessão ordinária dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 180 da Constituïção, e

Considerando que as Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, na conformidade do disposto nos respectivos regulamentos, reünem-se, conjuntamente, na Capital Federal, a 1 de julho de cada ano;

Considerando, porém, a proposta apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos têrmos do que deliberaram o Diretório Central e a Junta Executiva Central daqueles Conselhos, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para 1 de julho de 1944 a instalação conjunta da 6.ª sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Alexandre Marcondes Filho*

(D. O. 2-7-943)

*

# Decretos

**Decreto n.º 11 784, de 4 de março de 1943**

*Concede reconhecimento aos cursos de geografia e história, matemática e física, mantidos pela Faculdade de Filosofia de São Bento, com sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo.*

O Presidente da República, resolve, nos têrmos do art. 23 do decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, conceder reconhecimento aos cursos de geografia e história, matemática e física, mantidos pela Faculdade de Filosofia de São Bento, com sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Gustavo Capanema*

(D.O. 24-6-943)

*

**Decreto n.º 12 585, de 16 de junho de 1943**

*Declara a Inspetoria de Serviços Públicos do Estado de São Paulo "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 74, alínea "a", da Constituïção e nos têrmos do art. 1.º, e seu § 1.º, do decreto-lei n.º 5 287, de 26 de fevereiro de 1943, decreta:

Art. 1.º A Inspetoria de Serviços Públicos (I.S.P.) da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo é declarada "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (C.N.A.E.E.).

Art. 2.º A I.S.P. funcionará como órgão técnico regional do C.N.A.E.E., para o Estado de São Paulo, cabendo-lhe relativamente aos assuntos de águas e energia elétrica do mesmo Estado:

I — Instruir os processos que lhe forem enviados pelo C.N.A.E.E.

II — Efetuar por iniciativa própria, submetendo-os ao C.N.A.E.E., ou por solicitação dêste último, os estudos e trabalhos julgados convenientes e oportunos, particularmente os concernentes ao decreto-lei n.º 4 295, de 13 de maio de 1942, e respectivos decretos regulamentares.

III — Colaborar com a Divisão Técnica do C.N.A.E.E. na execução de levantamentos estatísticos.

Art. 3.º Os ofícios, requerimentos, memoriais, recursos, contestações ou quaisquer documentos dirigidos ao C.N.A.E.E., com referência a assuntos de águas e energia elétrica no Estado de São Paulo, poderão ser entregues à I.S.P., que o sinstruirá convenientemente, antes de os encaminhar.

Parágrafo único. Quando a entrega de ofícios, requerimentos, memoriais, recursos, contestações ou quaisquer outros documentos ao C.N.A.E.E. estiver sujeita a prazos prefixados, e for feita através da I.S.P., a data do protocolo da respectiva entrada nesta última ter-se-á como data de entrega dos mesmos ao C.N.A.E.E.

Art. 4.º Para os efeitos do art. 3.º do decreto n.º 10 563, de 2 de outubro de 1942, relativo aos racionamentos de energia elétrica em caráter corretivo, fica o Inspetor da I.S.P. considerado autoridade regional competente.

Art. 5.º Ao Presidente do C.N.A.E.E. incumbirá expedir as instruções complementares que forem necessárias para a execução dêste decreto.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Apolônio Sales*

(D.O. 18-6-943)

*

**Decreto n.º 12 747, de 30 de junho de 1943**

*Cria a Comissão do Plano Rodoviário Nacional*

O Presidente da República, usando da atribuïção que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituïção, e tendo em vista o que dispõe a lei 467, de 31 de julho de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério da Viação e Obras Públicas, uma Comissão incumbida de promover todos os estudos necessários à elaboração do Plano Rodoviário Nacional constituída do Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, como presidente, do representante do Estado Maior do Exército designado pelo Ministro da Guerra, do Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, do Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Inspetor Federal de Obras Contra as Sêcas e do representante da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais designado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Êste decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*João de Mendonça Lima.*
*Alexandre Marcondes Filho*
*Eurico G. Dutra*

(D.O. 2-7-943)

*

# ATOS DIVERSOS

## Presidência da República

### COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

**Portaria n.º 77, de 3 de junho de 1943**

*Organiza a expedição Rocandor-Xingú*

O coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuïções que lhe confere o decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942 e devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Considerando a necessidade de se criar vias de comunicação com o Amazonas através do interior do país;

Considerando a necessidade de se explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões cabeceiras do rio Xingú, atualmente das mais desconhecidas da terra;

Considerando que esta exploração constitue um passo decisivo para a realização do programa do Govêrno, sintetizado na Marcha para o Oeste, resolve;

I. Organizar a expedição Roncador — Xingú com os seguintes objetivos:

*a*) Partindo da cidade de Leopoldina, sôbre o Rio Araguaia, em Goiaz, seguir na direção geral de Noroeste rumo a Santarém, sôbre o Amazonas.

*b*) Procurar o ponto mais favorável sôbre o Rio das Mortes e fundar estabelecimento de colonização.

*c*) Continuar a marcha galgando a serra do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apôio para o prosseguimento da expedição e exploração do território.

*d*) Invernar nesse local preparando o campo de aviação, e iniciando trabalhos agrícolas e de construção.

II. Um segundo escalão da expedição deverá partir de Leopoldina, logo que seja atingido o objetivo na serra do Roncador com os elementos necessários para melhorar os caminhos e fixar, no mínimo, 200 (duzentas) famílias por ano.

III. Serão regulamentadas com o Govêrno de Mato Grosso as condições de colonização e policiamento da região.

IV. O chefe da expedição deverá apresentar, o relatório da mesma, bem como a lista do material necessário.

V. Resoluções posteriores regularão os detalhes no decorrer dos trabalhos da expedição. — *João Alberto.*

(D.O. 4-6-943)

*

**Portaria n.º 87, de 21 de junho de 1943**

*Cria a Comissão de Recenseamento dos Consumidores, no município de São Paulo.*

O coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuïções que lhe confere o decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e

Considerando a necessidade de levantar o cadastro da população consumidora do município de São Paulo;

Considerando a situação decorrente da guerra e que a cada momento, poderá ser imposta uma restrição no consumo de gêneros alimentícios;

Considerando ainda o interêsse que existe para a população de se amparar de preferência as crianças, no caso de restrição de consumo de gêneros de alimentação;

Resolve:

Art. 1.º Criar a Comissão de Recenseamento dos Consumidores, composta de seis membros, nomeados pelo coordenador da Mobilização Econômica.

Art. 2.º Caberá à Comissão;

*a*) levantar o cadastro dos consumidores no município de São Paulo;

*b*) fixar as unidades de consumo, de acôrdo com o produto que tiver de ser racionado.

*c*) propor ao coordenador as medidas que se tornarem necessárias para regulamentar a maneira de se proceder o racionamento de gêneros alimentícios. — *João Alberto.*

(D.O. 24-6-943)

*

### DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

**Portaria n.º 144**

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, no uso das atribuïções que lhe são conferidas pelo art. 69, item XXII, do regimento aprovado pelo decreto número

11 101, de 11-12-42, resolve designar Fernando Segismundo Esteves para professor de História e Geografia Brasileira do Curso de Preparação e Seleção para os candidatos à viagem ao Estrangeiro a que se refere a portaria n.º

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1943. — *Luiz Simões Lopes.*

(D.O. 11-6-943)

★

**Portaria n.º 150**

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, resolve aprovar as Instruções destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1943. — *Luiz Simões Lopes.*

*Instruções a que se refere a portaria n.º* 150, *de* 9 *de junho de* 1943, *e que regulam o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Meteorologista do Ministério da Agricultura.*

No concurso serão observadas as seguintes condições:

1. Nacionalidade — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.

2. Sexo — Só poderão inscrever-se candidato do sexo masculino.

3. Idade — Mínima: 18 anos completos; máxima: 38 anos.

4. Serviço militar — O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição prova de quitação com o serviço militar.

5. Provas — As provas do concurso serão de seleção (eliminatórias) e de habilitação.

6. Provas de seleção — As provas de seleção serão as seguintes:

*a*) prova de sanidade e capacidade física que terá por fim verificar que o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo por anomalia morfológica ou funcional;

*b*) prova escrita de Matemática, constante de resolução de questões objetivas, com emprêgo obrigatório da régua de cálculo, quando exigido, sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Equação e sistemas de equações do primeiro grau. Resolução gráfica e analítica.

2. Potências e raízes. Cálculo dos radicais. Expoentes fracionários e negativos.

3. Equação do 2.º grau. Resolução gráfica e analítica. Propriedade das raízes.

4. Estudo das principais funções. Representação gráfica dessas funções. Trinômio do 2.º grau; sua variação.

5. Inequações do 1.º e 2.º graus. Equações biquadradas e equações irracionais.

6. Progressões aritméticas e geométricas. Propriedades. Interpolação.

7. Estudo da função exponencial e sua representação gráfica. Logarítmos. Propriedades. Tábuas.

8. Análise combinatória. Binômio de Newton. Probabilidades.

9. Limites. Derivados das funções algébricas e transcedentes. Derivadas logarítmicas. Máxima e mínima.

10. Estudo das séries. Desenvolvimento em série. Série de Taylor e Mac Laurin. Método dos coeficientes a determinar.

11. Problema inverso da derivação. Primitivas e imediatas.

12. Relações métricas no tringulo, no círculo e nos polígonos regulares.

13. Circunferência. Cálculo de "pi" (perímetro e isoperímetro).

14. Área das figuras geométricas. Volume e superfície dos sólidos (prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera).

15. Introdução ao cálculo vetorial. Grandezas escalares e grandezas vetoriais. Produto escalar e produto vetorial. Noções de projeção.

16. Funções circulares; variações transformações e reduções. Relações fundamentais da trigonometria retilínea. Funções circulares da soma de arcos. Valores aproximados das funções trigonométricas. Tábuas. Equações trigonométricas. Resoluções de triângulos quaisquer.

Esta prova valerá até cem pontos. Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

*c*) *Prova escrita de Física*, constante de relução de questões práticas e teóricas sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Sistemas C.G.S. e M.T.S. — grandezas fundamentais e derivadas.

2. Temperatura, termômetros. Dilatação dos sólidos e líquidos. Dilatação dos gases.

3. Calorimetria. Calor específico dos sólidos e líquidos. Calor específico dos gases. Densidade dos gases.

4. Propagação do calor. Condutibilidade, irradiação, convecção.

5. Fusão, solidificação; calor de fusão. Vaporização: tensão de vapores. Evaporação, ebulição. Calor de vaporização. Hiprometria.

6. Dissolução: estudo das soluções.

7. Gases perfeitos. Transformação isotérmica e adiabática. Fórmula e representação gráfica. Ponto crítico. Liquefação dos gases.

8. Princípios fundamentais da termodinâmica. Eqüivalente mecânico do calor. Máquinas térmicas, rendimentos. Refrigeração.

9. Movimento vibratório. Equação do movimento, representação gráfica. Velocidade de propagação. Composição de movimentos vibratórios.

10. Propagação ondulatória nos meios elásticos. Interferências; reflexão.

11. Energia radiante. Movimentos periódicos. Intervalo visível; limites dos comprimentos de onda do espectro luminoso.

12. Propagação da luz. Difração. Sombras. Interferência.

13. Ótica geométrica. Raio luminoso. Reflexão. Refração. Dispersão de luz. Espectroscópios.

14. Dupla refração. Polarização da luz.

15. Visão. Aparelhos fotográficos e de projeção. Lupas; lunetas, telescópio.

16. Iman. Lei das atrações e repulsões. Campo de fôrça magnética. Imantação. Unidades do sistema C.G.S.

17. Magnetismo terrestre, bússolas.

18. Eletrostática; experiências fundamentais. Lei de Coulomb. Indução eletrostrática. Campo de fôrça eletrostática. Noção de potencial. Capacidade; condensadores. Unidades do sistema C.G.S. e unidades práticas.

19. Eletrodinâmica; corrente elétrica. Fôrça eletromotriz de origem química.

20. Eletrólise; leis de Faraday. Medida da intensidade de uma corrente. Pilhas e acumuladores.

21. Lei de Ohm; lei de Joule; energia da corrente elétrica.

22. Medida de uma resistência. Unidades C.G.S. e unidades práticas.

23. Campo magnético de uma corrente elétrica. Ações recíprocas entre imans e correntes. Unidades C.G.S. e unidades práticas.

24. Eletro-imans. Aparelhos de medida.

25. Indução eletromagnética. A máquina dinamo-elétrica. Corrente alternada. Transformador. Aplicações.

26. Descarga através dos gases, ionização. Raios catódicos. Natureza corpuscular da eletricidade. O efeito térmico-iônico. Raios X.

27. Ondas hertzianas. Telegrafia e telefonia sem fio; princípios de emissão e recepção.

Esta prova valerá até cem pontos. Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

*d*) *prova escrita de Meteorologia,* constante de resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa:

1. Actinometria. Variações diurna e anual da radiação solar. Absorção do calor pela atmosfera. Medidas actinométricas. Constante solar. Actinômetros diversos. Distribuïção geográfica da radiação solar.

2. Temperatura do ar. Variação diurna e anual da temperatura. Fatores que influem nessas variações. Variação vertical da temperatura. Redução da temperatura ao nível médio do mar. Distribuïção geográfica da temperatura, particularmente no Brasil. Linhas isotérmicas. Temperaturas extremas observadas. Influência da temperatura sôbre os fenômenos da vegetação. Temperatura do solo e das águas.

3. Densidade do ar. Importância da densidade do ar em aviação. Cálculo da densidade do ar. Variação da densidade do ar em altura.

4. Pressão atmosférica. Variações diurna e anual da pressão. Variação da pressão com a altura. Redução da pressão ao nível médio do mar. Fórmula de Laplace. Cálculo das alturas por meio das observações barométricas. Distribuïção geográfica das pressões particularmente no Brasil. Isobaras.

5. O vento. Suas causas. Cálculo do vento médio e vento predominante. Variação diurna da direção e velocidade do vento. O vento em altura; variações de sua velocidade e direção em altura. Circulação geral da atmosfera.

6. Evaporação e umidade atmosférica. Fórmulas psicrométricas. Variações diurna e anual da tensão do vapor dágua e da umidade relativa. Variação da umidade em altura. Distribuïção geográfica da umidade, particularmente no Brasil.

7. Condensação do vapor dágua .Formação e clasificação das nuvens e dos nevoeiros. Variações diurna e anual da nebulosidade. Hidrometeoros. Classificação das chuvas. Distribuïção geográfica das chuvas e da nebulosidade, particularmente no Brasil.

8. Fenômenos óticos da atmosfera. Côr do céu, Arco-iris, Corôas e Halos. Eletricidade atmosférica. Auroras Boreais.

9. Física da atmosfera. Sua composição e movimentos. Estabilidade e instabilidade do ar, efeitos devidos à radiação direta. Convecção. O aquecimento e o resfriamento do ar pelo movimento sôbre a terra. A formação da chuva. Inversões. Brisa terrestre, marítima e de montanha. Monções.

10. A relação entre o vento e a distribuïção das pressões. Gradiente. Vento de gradiente e vento geostrófico. Formas das isobares. Cartas do tempo. Confecção e traçado.

11. Meteorologia sinótica. Massa de ar. Frentes em geral. Convergência. O problema geral das depressões e anticiclones. Depressão frontal. Formação de uma depressão em uma frente. Oclusão de uma depressão. Famílias das depressões frontais. Frentes secundárias. Tipos de depressões. Depressões térmicas. Depressões devidas a instabilidade vertical. Depressões orográficas. Depressões tropicais. Tornados. Anticiclones — Propriedade dos anticiclones em geral. Anticiclones frios. Anticiclones quentes.

12. Previsão do tempo. Tipos de previsão. Previsão local. Previsão de rota. A periodicidade em meteorologia. Influências cósmicas. Previsões a longo prazo.

13. Clima. Elementos climáticos. Clima solar e clima físico. Zonas climáticas. Zonas da luz, de temperatura de vento e de chuva. Fatores climáticos: latitude, distribuïção de terra e mar, altitude, revestimento, barreiras montanhosas, correntes oceânicas. Mudanças dos climas. Os climas do Brasil.

Esta prova valerá cem pontos. Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

*e*) *prova prática de Observação Meteorológica,* na qual o candidato deverá demonstrar conhecimento geral do princípio de funcionamento, da unidade de medida e da precisáó de cada instrumento — de acôrdo com o seguinte programa:

1. Exigências fundamentais para a localização do pôsto meteorológico. Escolha dos instrumentos e do local para instalação. Horas de observação. Pressão atmosférica. Reduções das leituras barométricas. Barômetro de estações. Instalação, manejo e modo de observação. Unidades absolutas da pressão. Barômetros aneróides e registadores. Cálculo e valores horários. Termômetro hipsométrico, caracteristica e tendência barométrica.

2. Temperatura e umidade do ar. Indicações gerais para observação dos termômetros, Abrigos termométricos. Termômetro em funda. Termômetros extremos. Psicrômetro de aspiração. Reduções psicométricas. Termômetros para temperaturas do solo e das águas. Higrômetros de condensação. Termômetros e psicrô metros registadores. Cálculo de valores horários.

3. Medida das precipitações. Dias de chuva e de neve. Pluviômetros diversos. Pluviômetros registadores. Cálculos horários.

4. Medida de evaporação. Evaporômetros. Nebulosidade. Nuvens. Medida de nebulosidade. Formas das nuvens. Atlas internacional de nuvens. Movimento das nuvens. Nefoscópios. Nefômetros e nefelômetros.

5. Duração da insolação. Heliógrafos. Direção e velocidade do vento. Catavento e anemômetro. Vento médio e predominante. Cálculos. Escala Beaufort. Observação dos fenômenos diversos. Nevoeiro. Brumas. Visibilidade. Orvalho. Diáfanômetros. Geadas. Tempestades e trombas dágua.

6. Fenômenos óticos. Arco-iris. Corôas. Halos. Telegramas e radiotelegramas meteorológicos. Coletivos, diários e mensais. Códigos internacionais.

7. Sondagens aerológicas. Processos diversos. Sondagens de balão piloto. Principios e cálculo de sondagem. Sondagem de avião. Cortes e gráficos de sondagens. Meteorógrafo. Sondagens de papagaio. Cálculo.

8. Estatistica meteorológica. Cálculo das médias e normais. Séries meteorológicas. Registo meteorológico.

Esta prova valerá até cem pontos. Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

7. *Prova de habilitação* — A prova de habilitação será escrita e constará de:

*a*) resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de geografia do Brasil e de cosmografia:

1. Esfera celeste. Tempo verdadeiro, médio e sideral.

2. Coordenadas geográficas. Primeiro meridiano. Diferença de hora. Determinação do meridiano: processos elementares.

3. Principais constelações do hemisfério sul. Descrição e situação.

4. Bases da cartografia.

5. Orientação seus processos.

6. Relêvo e estrutura do solo brasileiro.

7. Climas: estudo particularizado.

8. As grandes bacias.

9. Litoral brasileiro.
10. Estudo particularizado das regiões brasileiras (norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste — *Diário Oficial* de 4-2-43).
11. Meios e vias de comunicação e transporte: viação aérea, férrea, rodoviária, marítima e fluvial.
12. Explorações minerais.

*b*) resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de estatística:

1. Distribuïção de freqüência e representação tabular.
2. Representação gráfica. Gráficos em barras, curvas e setores. Histograma e polígono de freqüência.
3. Cartogramas. Eixo polar.
4. Fenômenos cíclicos.
5. Medidas de tendência central e de posições relativas. Média aritmética, moda e mediana. Propriedades da média aritmética. Quartís e percentís.
6. Medidas de dispersão e assimetria. Desvio médio e desvio padrão. Coeficiente de variação.
7. Números índices.
8. Correlação.
9. Previsão. Perioridicidade.

*c*) tradução, sem auxílio de dicionário, de um trecho em francês ou inglês, à escolha do candidato, extraído de livro ou revista técnica.

Esta prova valerá até cem pontos assim distribuídos:

*a*) questões de cosmografia e geografia do Brasil, até — 50 pontos.
*b*) questões de estatística, até — 30 pontos.
*c*) tradução, até — 20 pontos .

8. Nota final — A nota final do candidato será a média ponderada dos graus obtidos nas diversas provas, observados os seguintes pesos:

Matemática — 3.
Física —3.
Meteorologia (escrita) — 5.
Observação meteorológica — 5.
Prova de habilitação — 1.

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver, por essa forma, nota final igual ou superior a sessenta.

Em caso de empate, será observada a seguinte ordem de preferência para o desempate:

*a*) melhor resultado na prova escrita de meteorologia;
*b*) melhor resultado na prova prática de observação meteorológica;
*c*) melhor resultado na prova escrita de matemática, e
*d*) melhor resultado na prova escrita de física.

9. Observações gerais — *a*) A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso. tais como aquí se acham estabelecidas; *b*) o concurso será válido por dois anos, a partir da data da sua homologação pelo Departamento Administrativo do Serviço Público; e *c*) os casos omissos serão resolvidos pelo diretor da Divisão de Seleção.

D.S. do D.A.S.P., em 9 de junho de 1943. — *Murilo Braga* diretor da Divisão de Seleção.

★

### Portaria n.º 158

O presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público resolve, aprovar as Instruções destinadas a regular o concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Calculista, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1943 — *Luiz Simões Lopes.*

*Instruções a que se refere a portaria n.º 158, de 14 de junho de 1943, e que regulam o concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Calculista do Ministério da Agricultura.*

No concurso serão observadas as seguintes condições:

1. Nacionalidade — O candidato deverá ser brasileiro nato ou naturalizado na forma da lei.
2. Sexo — Poderão inscrever-se candidatos de ambos os sexos.
3. Idade — Mínima: 18 anos; máxima: 38 anos.
4. Serviço Militar — o candidato do sexo masculino deverá apresentar, no ato da inscrição, prova de quitação com o serviço militar.
5. Provas — As provas do concurso serão de seleção, eliminatórias e de habilitação.
6. Provas de Seleção — As provas de seleção serão as seguintes:

*a*) *prova de sanidade e capacidade física,* que terá por fim verificar que o candidato não apresenta doenças transmissíveis, alterações orgânicas ou funcionais dos diversos aparelhos e sistemas, bem como contra-indicação para o exercício do cargo, por anomalia morfológica ou funcional;

*b*) prova escrita de Matemática e Estatística, compreendendo:

I — resolução de questões objetivas com emprêgo obrigatório da régua de cálculo, quando exigido, sôbre assunto do seguinte programa de Matemática:

1) Operações fundamentais sôbre números inteiros e fracionários.
2) Números complexos.
3) Sistema legal de unidade de medida; medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, tempo e ângulo (decreto n.º 4 257, de 16-6-939).
4) Quadrado e raiz quadrada.
5) Razões e proporções; regra de três, porcentagem; divisão proporcional; juros simples.
6) Equações e sistemas de equação do primeiro grau. Resolução gráfica e analítica.
7) Potências e raízes. Cálculo dos radicais. Expoentes fracionários e negativos.
8) Equação do 2.º grau. Resolução gráfica e analítica.
9) Progressões aritméticas e geométricas. Propriedades.
10) Estudo da função exponencial $Y = a^x$ e sua representação gráfica. Logarítmos: propriedades. Uso das tábuas.
11) Relações métricas nos triângulos e no círculo.
12) Áreas de figuras geométricas.
13) Funções circulares; variações, transformações e reduções. Relacões fundamentais da trigonometria retilínea. Funções circulares da soma e diferença de dois arcos. Multiplicação e divisão de arcos. Valores aproximados das funções trigonométricas. Equações trigonométricas.
14) Resoluções de triângulos.

II — Resolução de questões objetivas sôbre asuntos do seguinte programa de Estatística:

1) Distribuïção de freqüência a representação tabular.
2) Gráficos em curvas, barras e setores. Histograma e polígono de freqüência.
3) Média aritmética e geométrica; moda e mediana.
4) Quartís e percentís.
5) Desvio padrão. Números índices.

Esta prova valerá até cem pontos, assim distribuïdos:

Questões de Matemática, até... 60 pontos
Questões de Estatística, até .... 40 pontos

Só será considerado habilitado nesta prova o candidato que obtiver nota igual ou superior a sessenta pontos.

7. Provas de habilitação — As provas de habilitação serão as seguintes:

*a*) escrita de Noções de Física e Geografia, compreendendo:

I — resolução de questões objetivas sôbre asuntos do seguinte programa de Noções de Física:

1. Medida das grandezas e aparelhos de Medida,
2. Sistemas C.G.S. e M.T.S.
3. Pêso e massa. Densidade.
4. Mecânica dos fluidos.
5. Termometria e calorimetria.
6. Higrometria.
7. Noções de Meteórologia e climatologia.
8. Eletrologia. Magnetismo e Eletro- magnetismo.

II — Resolução de questões objetivas sôbre assuntos do seguinte programa de Noções de Geografia:

1. Esfera celeste. Tempo verdadeiro, médio e sideral.
2. Coordenadas geográficas. Primeiro meridiano. Diferença de hora.
3. Climas do Brasil.
4. Principais bacias; estudo sumário.
5. Meios e vias de comunicação e transporte: viação férrea, aérea, fluvial, marítima e rodoviária.
6. Litoral brasileiro: descrição e portos. Brasil. Atual divisão territorial: regiões norte, nordeste, este, sul e centro-oeste. (*Diário Oficial* de 4 de fevereiro de 1942).

Esta prova valerá até cem pontos, assim distribuídos:

| | |
|---|---|
| Questões de Física, até ..... | 50 pontos |
| Questões de Geografia, até ..... | 50 pontos |

*b*) Prova prática compreendendo:

1) *observação climatológica* sôbre temperatura do ar, pressão atmosférica, umidade, vento, chuva e nebulosidade.

2) feitura de relatório sucinto das observações feitas, com desenvolvimento dos cálculos respectivos para resolução das questões formuladas, sendo vedada qualquer comunicação aos examinadores relativa ao resultado dos cálculos e observações.

Esta prova valerá até cem pontos, assim distribuídos:

| | |
|---|---|
| Observação climatológica, até .. | 50 pontos |
| Relatório, até ..... | 50 pontos |

8. Nota final — A nota final do candidato será a média ponderada das notas obtidas nas diferentes provas, observados os seguintes pesos:

| | |
|---|---|
| Matemática e Estatística ..... | 3 |
| Noções de Física e Geografia .... | 1 |
| Observação climatológica e relatório ..... | 1 |

Só será considerado habilitado o candidato que obtiver, por essa forma, nota final igual ou superior a sessenta pontos. Em caso de empate, será observada a seguinte ordem de preferência para o desempate:

*a*) melhor resultado na prova de Matemática e Estatística.

*b*) melhor resultado no prova de Observação climatológica.

9. Observações Gerais:

*a*) a inscrição implicará no conhecimento das presentes instruções por parte do candidto e o compromisso tácito de aceitar as condições do concurso, tais como aquí se acham estabelecidas;

*b*) a correção de linguagem será considerada em tôdas as provas;

*c*) o concurso será válido por dois anos, a partir da data de sua homologação pelo Departamento Administrativo do Serviço Público;

*d*) os casos omissos serão resolvidos pelo diretor da Divisão de Seleção.

D.S. do D.A.S.P. em 11 de junho de 1943. — *Murilo Braga,* diretor de Divisão.

(D.O. 16-6-943)

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Exposição de motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

G.M. 681 — Entre as grandes realizações que surgiram depois do movimento de 1930, tornando efetiva uma das mais antigas aspirações nacionais, avulta a traduzida na criação do Código de Minas (decreto n.º 24 642 de 10-7-1943), monumento legislativo que tornou possível dar às riquezas do nosso sub-solo o grande desenvolvimento que ora se processa e dia a dia mais se acentua em quase todo o território nacional.

Lei emanada dos poderes discricionários, de que ficou investido o Chefe do Govêrno Provisório, precedeu, na data, apenas de alguns dias a Constituïção de 16 de julho de 1934. Como, porém, só tenha sido publicada a 20 dêsse mês, ao entrar em vigor já encontrou em plena vigência aquela Carta política, com cujos dispositivos, pela redação, dos textos correspondentes, nem sempre estava na íntima concordância que se fazia necessária, forçando, assim, o Govêrno a dar-lhe interpretação, quando chamado a aplicá-los em casos ocorrentes.

No período constitucional de 16 de julho de 1934 a 9 de novembro de 1937 cogitou o Parlamento da votação de um novo diploma, em que desaparecessem as dúvidas de ordem constitucional que a aplicação do primitivo vinha levantando na prática.

Sobrevindo o Estado Novo e tendo V. Excia. concordado com a reforma, preparada, aliás, por uma comissão, foi baixado o segundo Código de Minas (decreto-lei n.º 1 895, de 28 de janeiro de 1940), com o qual se pensou corrigir os defeitos do anterior, então já alterado em muitos de seus dispositivos por leis avulsas.

A prática tem demonstrado, entretanto, que o novo Código ainda tem falhas a eliminar, resultantes, na sua maioria, da defeituosa redação do texto, de pouca clareza, infelizmente, o mais o é em se tratando de uma de tamanha magnitude.

E não é só, pois contém êle, além disso, disposições restritivas de direitos assegurados na própria Carta Constitucional, entre os quais sobressai o de propriedade, sem que possam, sequer, ser justificados pelo interêsse social em conflito com o individual.

E V. Excia. já tem tido oportunidade de decidir casos em que, à sombra daqueles dispositivos, espertos aproveitadores têm procurado tirar partido da deficiente redação dos textos, com sacrifício de direitos individuais legítimos, que, por deverem ficar sob proteção do Estado, têm sido reconhecido por V. Excia. nas suas decisões.

Urge, pois, uma providência que venha pôr têrmo a êsse grave inconveniente, do qual tem resultado os mais sérios conflitos entre as partes além de penosas situações para a administração.

E a experiência por mim adquirida no exercício das funções da pasta convenceu-me de que só uma revisão cuidadosa, que escoime o

Código atual dos defeitos que lhe dificultam a aplicação, assim na forma como na essência, é capaz de atender a êsse imperativo do interêsse público, em face do qual encareço a V. Excia. a indispensável autorização para proceder a essa revisão, ficando, porém, desde já assentado que, ao proprietário do solo será assegurado o direito de preferência na exploração das minas e jazidas minerais, ou o de participação nos lucros da exploração caso não queira ou não possa realizá-la por conta própria.

Participação nos lucros deve ser também assegurada ao descobridor dessas preciosas riquezas do nosso sub-solo, sempre que ocorrer a circunstância de usar o proprietário do seu direito de preferência.

Concordando V. Excia. com o que ora alvitro peço, ainda, autorização para designar uma comissão de três membros, que se incumbirá dêsse trabalho revisionista, cumprindo-lhe apresentar o texto revisto no prazo de 120 dias, para ser convertido em lei com as modificações que o elevado senso jurídico e larga visão administrativa de V. Excia. houverem por bem fazer.

Aproveito o ensejo para reafirmar a Vossa Excelência, os meus protestos do mais profundo respeito.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1943 — *Apolônio Sales.*

Aprovado. Em 1-6-43.

GETÚLIO VARGAS

(D.O. 7-6-943)

★

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Portaria 367, de 14 de junho de 1943

*Designa membro para o Conselho Técnico -administrativo da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.*

O ministro de Estado da Educação e Saúde de acôrdo com o art. 29 do decreto número 19 851, de 11 de abril de 1931, resolve designar o professor Rômulo Soares da Fonseca para exercer as funções de membro do Conselho Técnico-administrativo da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1943. — *Gustavo Capanema.*

(D.O. 29-6-943)

★

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

### DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO

### Portaria n.º 130, de 22 de dezembro de 1942

O diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, no exercício de suas atribuïções e de acôrdo com o que dispõe o número 1 do art. 4.º do decreto n.º 23 067 de 11 de agôsto de 1933, resolve aprovar as instruções anexas, criando a Comissão de Melhoramentos da Rêde Hidrográfica do Rio Grande do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, em substituïção à Comissão de Estudos e Obras da Lagoa Mirim. — *Frederico César Burlamaqui,* diretor.

*Instruções para a "Comissão de Melhoramentos da Rêde Hidrográfica do Rio Grande do Sul*

Art. 1.º A Comissão de Estudos e Obras da Lagoa Mirim fica com as suas atribuïções ampliadas para tôda a rêde hidrográfica do Estado, passando a denominar-se "Comissão de Melhoramentos da Rêde Hidrográfica do Rio Grande do Sul".

*Das atribuïções e dos estudos*

Art. 2.º Serão objeto de estudos da "C.M.R.H." os rios formadores da rêde hidrográfica do Rio Grande do Sul, tendo em vista as suas condições de navegabilidade, competindo-lhe, além de outros encargos que lhe possam ficar afetos, as seguintes atribuïções:

1) levantamentos topo-hidrográficos;
2) observações hidrográficas;
3) observações astronômicas;
4) observações meteorológicas;
5) observações geológicas;
6) serviços de estatística;
7) limpeza e desobstrução de rios;
8) serviços de dragagem;
9) obras de regularização;
10) obras de defesa de margens;
11) obras de acostagem.

1) — *Levantamentos topo-hidrográficos*

*A) Triangulação*

*a*) extensão

A triangulação acompanhará o contôrno do rio, o mais possível, localizando-se os vértices nas suas duas margens.

*b*) ângulos.

Para boa conformação dos triângulos limitaremos os ângulos aos valores máximos de 120º e mínimos de 30º.

Em cada um dos triângulos serão lidos todos os três ângulos com uma leitura simples feita com um aparelho *"Zeiss"* ou *"Wild"* de aproximação 1'.

Serão tolerados fechamentos de triângulos de 1' de aproximação.

Os valores dos ângulos serão anotados em cadernetas para cálculo isolado de cada um dos triângulos.

*c*) Base de partida.

Será medida em terreno escolhido, paralélamente ao curso do rio. Seu comprimento deve ser pouco maior do que a largura do rio no trecho em que for medida. A medição se fará depois de alinhada e piqueteada de 20 em 20m, com uma trena de aço e uma série de 4 leituras, tomando-se a média aritmética. Após a medição far-se-á o nivelamento de todos os topos de piquetes para cálculo de redução ao horizonte. Será anotada a temperatura, por ocasião das medições, para a devida correção de dilatação.

*d*) Base de verificação.

De 10 em 10 quilômetros deverá ser medida uma base de verificação.

*c*) Base de fechamento.

Será medida como a de partida.

*f*) Vértices.

1. Os vértices de tôdas as bases serão de concreto com tubo central de ferro galvanizado de 1 1/4", cravado conforme a natureza do terreno, até mais ou menos 1,50m — com afloramento de aproximadamente 0,50m.

2. Os demais vértices serão feitos em estacas de madeira fortes e bem cravadas.

3. O emprêgo de mangrulhos ficou condicionado às contingências locais.

*g*) Orientação.

1. Nas duas bases de partida e chegada, serão feitas as observações astronômicas, para determinação do meridiano.

2. Nas bases intermediárias determinar-se-ão apenas os azimutes.

*h*) A triangulação será desenhada por coordenadas.

*B*) *Levantamentos topográficos*

*a*) Serão feitos com medições diretas ou indiretas, conforme as circunstâncias o exigirem.

*b*) Os polígonos deverão partir e fechar nos vértices da triangulada.

*c*) Serão levantados detalhes de afluentes, e amarração de cidades e povoações.

*d*) Os levantamentos por intersecção serão determinados por operadores estacionados de preferência nos vértices da triangulada.

*C*) *Nivelamento.*

*a*) Será feito um nivelamento de precisão em uma das margens, referido sempre que possível aos alinhamentos e vértices da triangulada.

As visadas não deverão ultrapassar 150 m.

O nivelamento deverá ser referido ao zero hidrográfico adotado.

Serão feitos RN em cada uma das bases de partida, verificação e chegada, nos topos dos tubos dos vértices.

O contranivelamento deve diferir no máximo com a precisão de 1/2 cm/km.

*b*) Para um perfeito conhecimento altimétrico das margens serão feitas secções transversais na extensão conveniente, pelos vértices da triangulada.

*D*) *Levantamentos hidrográficos*

*a*) Consistirá em linhas de sondagens aproximadamente normais ao curso do rio, tiradas pelos vértices da triangulação em prolongamento das secções transversáis feitas nas margens.

*b*) Nos trechos em que interessarem maiores detalhes, levantar-se-ão linhas de sondagem intermediárias.

*c*) O espaçamento das prumadas será condicionado à escala da planta.

*d*) As sondagens serão tôdas reduzidas ao zero hidrográfico que se adotar e que será transportado para jusante ou para montante com os cuidados usuais da técnica.

2) *Observações hidrográficas*

*a*) Hidrográfia.

1) Determinação da descarga de cada rio.

Será feita em trechos retilíneos e de secção definida, em diversas épocas do ano correspondendo às fases de cheia e estiagem, adotando-se os processos usuais.

2. Determinagão de descarga sólida.

Será medida em diversos pontos do rio especialmente na foz e por ocasião das enxurradas.

*b*) Hidrometria.

Serão instaladas ao longo do rio tantas escalas hidrométricas quantas forem necessárias ao perfeito estudo do nível das águas, tôdas relacionadas, ao mesmo zero adotado como plano de referência. As observações de altura serão feitas diàriamente, de hora em hora, ou com menores intervalos se as condições o exigirem, sendo convenientemente registradas para o traçado dos perfís instantâneos nas faces de cheia e de estiagem.

3) *Observações astronômicas*

Construção das seguintes determinações, com o emprêgo de qualquer método usual:

*a*) do meridiano;
*b*) da declinação;
*c*) da longitude;
*d*) da latitude.

4) *Observações meteorológicas*

Serão instalados postos meteorológicos em terrenos desabrigados, adequados, constando de um pluviômetro, um termobarógrafo e um anemógrafo ou anemômetro, registadas as observações em quadros especiais.

5) *Observações geológicas*

Consistirão no reconhecimento da constituïção geológica dos terrenos sulcados pelo rio.

1. Nos terrenos marginais, o reconhecimento poderá consistir na observação das camadas expostas nos barrancos.

2. Em pontos de interêsse, realizar-se-ão sondagens atingindo a profundidades de acôrdo com a necessidade de conhecimento dos terrenos. Essas sondagens serão amarradas à triangulação e desenhados seus perfís.

3. Nos terrenos submersos, as sondagens poderão ser feitas com sonda geológica ou com um cano de ferro provido de abertura latèral.

6) *Serviços de Estatística*

Serão colhidos os elementos necessários à apuração das seguintes estatísticas:

*a*) Estatística de navegação, quanto ao número de embarcações que trafegam pelo rio nas diversas épocas do ano;

*b*) Estatística do tráfego, quanto à tonelagem transportada mensal e anualmente;

*c*) Estatística comercial, quanto à especificação dos produtos transportados;

*d*) Estatística municipal, quanto à população, produção agrícola e pastoríl, etc.

Serão ainda organizados para cada rio quadros especiais com as características das embarcações que por êle trafegam.

7) *Limpeza e desobstrução dos rios*

A limpeza e desobstrução dos rios serão feitas em todos os trechos que interessam à navegação e consistirão na retirada de tôda a vegetação marginal que retarde a corrente e dos troncos de árvores que, caídos dentro dos leitos, perturbam a navegação.

8) 9) 10) 11) — *Serviços de dragagem — Obras de defesa e acostagem*

Os serviços de dragagem, bem como quaisquer obras de defesa e acostagem serão executadas de acôrdo com os projetos organizados e aprovados.

*Organização*

Art. 3.º A Comissão de Melhoramentos da Rêde Hidrográfica do Estado do Rio Grande do Sul terá sede em Pôrto Alegre, ficará sob a direção geral de um engenheiro chefe e terá a seguinte constituïção:

Secção Técnica (S. T.)
Secção de Contabilidade (S.C.)
Secção de Expediente (S.E.)

Os serviços de campo, estudos e obras, ficarão afetos às "Residências" que serão desdobradas em "Turmas de Serviço" à medida do necessário.

As residências, serão criadas por portaria do diretor do DNPN, sendo constituídas, desde já as seguintes:

1.ª Residência — Pôrto Alegre — (1.ª R.)
2.ª Residência — Pelotas — (2.ª R)
3.ª Residência — Santa Vitória — (3.ª R).

As turmas de serviço serão criadas e extintas pelo engenheiro chefe da comissão, de acôrdo com as necessidades do serviço, sendo constituídas, desde já as seguintes:

1.ª R — Turma de Estudos do Rio Jacuí.
1.ª R — Turma de Estudos do rio Caí.
1.ª R — Turma de Estudos dos rios Sinos e Gravataí.
1.ª R — Turma de Estudos do Rio Guaíba.
2.ª R — Turma de Estudos de Pelotas.
2.ª R — Turma de Obras do rio São Gonçalo.
2.ª R — Turma de Obras do rio Arroio Santa Bárbara.
2.ª R — Turma de Estudos e Obras do rio Jaguarão.
3.ª R — Turma de Obras de Santa Vitória.
3.ª R — Turma deEstudos da Zona do Taím.
3.ª R — Turma de Obras do Taím.

*Distribuição dos encargos*

*a*) o engenheiro chefe superintenderá todos os encargos da Comissão por intermédio da três Secções que compõem o orgão central:

*b*) as residências serão subordinadas à Secção Técnica, sendo dirigidas por um engenheiro residente, designado pelo engenheiro-chefe da Comissão;

*c*) as turmas de Serviço ficarão sob o controle dos engenheiros residentes.

I — À Secção Técnica (S.T.), que será chefiada pelo engenheiro ajudante, compete:

*a*) estudar, projetar, justificar, calcular e orçar tôdas as obras e instalações necessárias aos trabalhos afetos à C.M.R.H.:

*b*) dar parecer sôbre projetos de obras submetidos à apreciação da C.M.R.H.;

*c*) organizar e submeter à devida aprovação as bases gerais para os orçamentos das obras e trabalhos a executar;

*d*) coordenar e avaliar as observações hidrométricas e meteorológicas, com elementos fornecidos pelas residências e turmas de Estudos e Obras;

*e*) organizar e conservar o arquivo de plantas da Comissão;

*f*) superintender os serviços de oficinas, quanto à conservação e reparação de aparelhagem a cargo da Comissão.

II — À Secção de Contabilidade compete:

*a*) organizar, examinar e relatar as prestações de contas de adiantamentos, apresentadas pelos responsáveis, para julgamento superior;

*b*) examinar, processar e escriturar de acôrdo com as leis e regulamentos em vigor, os documentos de despesas que sejam pagos em conta da C.M.R.H.;

*c*) extrair, mensalmente, da escrituração feita, os balancetes, demonstrações e balanços, que deverão ser remetidos às repartições competentes;

*d*) organizar e manter sempre atualizado o registo dos bens móveis e aparelhagem pertencentes à C.M.R.H.

*e*) manter sempre atualizada a legislação sôbre pessoal, bem como sôbre os elementos que digam respeito ao pessoal da Comissão.

III — À Secção de Expediente compete:

*a*) organizar e conservar o protocolo, receber, abrir, registar e processar, distribuir, protocolar e expedir a correspondência oficial da Comissão;

*b*) coligir e coordenar os elementos para o relatório anual do engenheiro-chefe;

*c*) clasificar e catalogar todos os livros e documentos, coordenando-os de forma a serem fàcilmente consultados, quando necessários;

*d*) organizar e conservar o arquivo de documentos.

*Pessoal*

Art. 4.º Serão os seguintes os cargos de direção que serão providos por funcionários do Quadro I — M.V.O.P. — designados pelo diretor do D.N.P.N.

1 — Engenheiro-chefe.
1 — Engenheiro ajudante — chefe da S.T.
1 — Chefe da S.C.
1 — Chefe da S.E.

Art. 5.º Para a chefia das residências serão admitidos engenheiros e auxiliares técnicos com as diárias regulamentares.

Art. 6.º Além dos funcionários do quadro, poderá haver na Comissão, pessoal extranumerário, contratado, mensalista, diarista e pessoal para obras, conforme seja necessário ao bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo único. O quadro do pessoal para a execução dos serviços mencionados, será preenchido à medida que o trabalho for exigido, e dentro do limite dos créditos que para os mesmos forem distribuídos, de acôrdo com a tabela do "pessoal de obras", a ser aprovada oportunamente pelo Sr. Diretor do D.N.P.N.

D.N.de Portos e Navegação, Secção do Pessoal — S.R.P. 7 — *Antônio de Góis Cavalcanti*, chefe da Secção do Pessoal (S.R.P. 7).

☞ Êste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia — Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Fco. Serrador, 5.º andar — Rio de Janeiro, D.F.

*Legislação estadual*

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## AMAZONAS

**Decreto-lei n.º 1 014, de 24 de abril de 1943**

*Abre, no orçamento vigente, o crédito especial de vinte e cinco mil cruzeiros* (Cr$ 25 000,00)

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, na conformidade do disposto no art.º 6.º, n.º IV, do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito especial de vinte e cinco mil cruzeiros (Cr$ 25 000,00), para ocorrer às despesas com a confecção e impressão em três côres, pelo Conselho Nacional de Geografia, de 5.000 exemplares da carta geográfica do Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 24 de abril de 1943. — *Álvaro Botelho Maia,* Interventor Federal; *Rui Araújo,* Secretário Geral do Estado.

(D.O. Amazonas — 24-4-943)

### Decretos

O Interventor Federal no Estado do Amazonas resolve:

NOMEAR:

De acôrdo com o art. 4.º do Decreto n.º 69, de 3 de março de 1938:

os senhores Agnelo Bittencourt, Júlio Benevides Uchôa e Jatir Pucú de Aguiar para, sem ônus para os cofres públicos, constituírem a Comissão que deverá elaborar o novo projeto do quadro territorial do Estado.

(D.O. Amazonas 2-4-943) *

★

**Decreto n.º 1 010, de 19 de abril de 1943**

*Cria a primeira escola de seringueiros do Amazonas.*

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, usando das atribuições que lhe confere o art.º 181 da Constituição Brasileira e tendo em vista a alínea I do art.º 7 do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e,

CONSIDERANDO a necessidade de metodizar os processos de extração de latex e do preparo da borracha no Amazonas,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criada a "ESCOLA DE SERINGUEIROS JOSE' CLÁUDIO DE MESQUITA" como dependência do Serviço de Fomento Agrícola do Estado.

Art. 2.º A referida escola será aparelhada convenientemente e funcionará no "Seringal Miri", com a finalidade de ministrar conhecimentos práticos e racionais do corte das seringueiras e do preparo da borracha.

Art. 3.º A Diretoria do Serviço de Fomento Agrícola fica autorizada a organizar o programa da "Escola de Seringueiros", cujo curso terá a duração de 20 dias úteis, e a conferir aos candidatos que terminarem a aprendizagem com aproveitamento o certificado de "seringueiro prático".

Art. 4.º O portador do certificado de "seringueiro prático", referido no artigo antecedente, terá, para a sua primeira colocação no interior do Estado, passagem gratuita fornecida pelo Govêrno Estadual.

Art. 5.º As despesas decorrentes dêste Decreto, no presente exercício, correrão pelas verbas normais de Serviço de Fomento Agrícola, do orçamento vigente.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 19 de Abril de 1943. — *Álvaro Botelho Maia,* Interventor Federal; *Rui Araújo,* Secretário Geral do Estado.

(D.O. Amazonas 19-4-943)

★

## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

### Parecer

I — Do processo em estudo consta o projeto de decreto-lei, encaminhado pela Interventoria Federal, que abre, no orçamento em execução, o crédito especial de dez contos de réis ..... (10:000$000), destinado ao pagamento de um Mapa do Estado, cuja confecção está sendo ultimada.

II — Consoante o decreto-lei federal n.º 2 416, de 17 de julho de 1940, está a proposta acompanhada de dados esclarecedores, inclusive de uma informação do diretor geral do Departamento Estadual de Estatística, plenamente favorável.

A iniciativa, ao que afirma o engenheiro encarregado do trabalho, é tanto mais oportuna quanto, para a mbilização eficaz das fôrças

* Reproduzido por ter sido publicado com incorreções.

econômicas produtoras do Estado, se torna mistér o conhecimento mais perfeito das regiões da hinterlândia, suas vias de comunicação e distâncias, e "pelo número de pedidos de informações geográficas que têm sido feitas por membros das Missões Econômicas Americanas, atualmente entre nós, assim como pela Missão Militar dos Estados Unidos, chefiada pelo ilustre tenente-coronel James Poole Abbot".

O pagamento, conforme proposta anexa, efetuar-se-á em duas prestações de cinco contos de réis (5:000$000), da maneira que segue: a primeira, no início dos trabalhos, e a segunda, logo em seguida à sua conclusão.

Trata-se, portanto, de assunto longamente examinado, quer pelo técnico encarregado da aludida confecção, quer pelo Departamento Estadual de Estatística, que é órgão competente para pronunciar-se a respeito.

III — Dispondo o Estado, finalmente, de recursos financeiros para atender a essa despesa, ofereço ao plenário o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS, usando das atribuïções que lhe são outorgadas pelo decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

RESOLVE:

aprovar o projeto de decreto-lei que abre, no vigente orçamento do Estado, o crédito especial de dez contos de réis (10:000$000), destinado ao custeio das despesas com a conclusão dos trabalhos de confecção do *Mapa do Estado do Amazonas*.

S.S. do Departamento administrativo do Estado do Amazonas, em Manaus, 14 de outubro de 1942. — *João Nogueira da Mata* — Relator, Vice-Presidente.

**Resolução n.º 177, de 1942**

O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO AMAZONAS, usando das atribuïções que lhe são outorgadas pelo decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

RESOLVE:

aprovar o projeto de decreto-lei que abre, no vigente orçamento do Estado, o crédito especial de dez contos de réis (10:000$000), destinado ao custeio das despesas com a conclusão dos trabalhos de confecção do *Mapa do Estado do Amazonas*.

S.S. do Departamento administrativo do Estado do Amazonas, em Manaus, 15 de outubro de 1942. — *Leopoldo Péres*, Presidente; *João Nogueira da Mata*, Relator; Vice-Presidente.

(D.O. Amazonas 1-12-943)

★

## BAÍA

**Decreto-lei n.º 12 765, de 26 de maio de 1943**

*Abre á Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de* Cr$ 3 620 000,00.

O Interventor Federal no Estado da Baía, na conformidade do disposto no art. 6.º n.º IV do Decreto-lei Federal n.º 1 202 de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto à Secretaria da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de três milhões seiscentos e vinte mil cruzeiros, (Cr$.... 3 620 000,00) para prosseguimento dos trabalhos na Estância Hidro Mineral do Cipó, assim discriminados:

| | |
|---|---|
| 1 — Para obras de urbanização ... | $ 120 000,00 |
| 2 — Para obras do Hotel ..... | $3 500 000,00 |
| Total ..... | $3 620 000,00 |

Art. 2.º Para suprir o crédito ora aberto o Govêrno utilizará os recursos previstos no n.º 2 § 3.º Art. 11 do Decreto-lei Federal 2 416 de 17 de Julho de 1940.

Palácio do Govêrno do Estado da Baía, em 26 de maio de 1943. — *Renato Aleixo*, Interventor Federal — *Osvaldo César Rios* — *Guilherme Marback*.

(D.O. Baía 27-5-943)

★

## MINAS GERAIS

**Decreto-lei n.º 918, de 5 de julho de 1943**

*Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de* Cr. 25 000 000,00.

O Governador do Estado de Minas Gerais, na conformidade do disposto no artigo, 6.º, n.º V, do decreto-lei n.º 1 202, de 18 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto à Secretaria da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr$ .... 25 000 000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para ocorrer a despesas com as obras e aparelhamento da Estância Hidro-Mineral do Araxá.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, entrando êste decreto-lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 5 de julho de 1943. — *Benedito Valadares Ribeiro, Dermeval José Pimenta, Francisco Balbino Noronha Almeida*.

(D.O. Minas Gerais 6-7-943)

★

## PARANÁ

**Decreto n.º 1 951, de 31 de maio de 1943.**

O Interventor Federal no Estado do Paraná, no uso das suas atribuïções, decreta:

Art. único — Passa a ter a seguinte redação o art. 8.º do Regulamento do Museu Paranaense, aprovado pelo decreto n.º 8 201, de 22 de fevereiro de 1939.

"O cargo de Diretor do Museu Paranaense será exercido por um dos membros do Conselho Administrativo, mediante eleição de seus pares e pelo período de um ano".

Curitiba, em 31 de maio de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

(a) *Manoel Ribas*, Cap. *Fernando Flores*.

(D.O. Paraná 4-6-943)

**Portaria n.º 32**

O Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, resolve autorizar o Estágio, no Instituto Agronômico de Campinas, do Agrônomo Carlos Bodziak Junior, Sub-Assistente da Divisão Científica de Mineralogia, Geologia e Petrografia, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura, em 16 de março de 1943. — *Agnelo Lopes*, Secretário de Estado.

(D.O. Paraná 22-3-943)

★

## SERGIPE

**Decreto de 1 de junho de 1943**

*"Nomeia membros da Comissão Técnica encarregada de estudar a revisão geral do quadro territorial do Estado".*

O Interventor federal no Estado de Sergipe, substituto, em exercício, resolve nomear o professor de História do Brasil e de Sergipe da Escola Normal Rui Barbosa, bacharel José Calasans Brandão da Silva, e o engenheiro do Departamento de Saúde Pública Francisco Manuel da Costa, para integrar a Comissão Técnica encarregada de estudar a revisão geral do quadro territorial do Estado.

Palácio do Govêno do Estado de Sergipe, Aracajú, 1 de junho de 1943, 55.º da República.

a) *Francisco Leite Neto; Arício de Guimarães Fortes.*

★

## TERRITÓRIO DO ACRE

**Portaria**

N.º 80, de 3-5-943, designando uma comissão composta dos srs. Raimundo Nobre Passos, dr. José Hermano de Vasconcelos Fernandes e dr. Antenor Cavalcanti, respectivamente diretor do Departamento de Geografia e Estatística, agrônomo padrão *K* do Departamento da Produção, e secretário geral do Govêrno do Território, para, sob a presidência do último, efetuarem os trabalhos a que se refere o ofício P/1 061 de 27 de fevereiro do corrente ano, do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, agindo de acôrdo com as instruções anexadas.

(D.O. Acre 9-5-943)

**Se precisar de alguma informação sôbre a geografia do Brasil, dirija-se ao Conselho Nacional de Geografia, que o atenderá prontamente — se a consulta não fôr de caráter sigiloso.**

*Legislação municipal*

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

**BANDEIRANTES (Paraná)**

**Decreto-lei n.º 118**

O Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, na conformdiade do disposto no artigo 5.º, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. único — O povoado, conhecido como "Galdinópolis", neste Município, desta data em diante, passa a ter a denominação oficial de "Duque de Caxias"; revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 31 de dezembro de 1942.

(a) *Dr. Domingos Macedo Soares Pereira,* Prefeito Municipal; *José César Rando,* Secretário da Prefeitura.

(D.O. Paraná 19-6-943)

★

**BELÉM (Pará)**

**Decreto n.º 736**

Jerônimo Cavalcanti, Prefeito Municipal de Belém, por nomeação do Exmo. sr. Coronel Interventor Federal neste Estado, usando das atribuïções que lhe confere a lei,

DECRETA:

Art. 1.º Fica dividida em duas zonas a cidade de Belém. A linha divisória fica estabelecida pelo eixo da avenida Assiz de Vasconcelos desde a avenida Marechal Hermes até a Praça da República e daí pelo eixo da avenida Serzedelo Corrêia até sua confluência com a avenida Padre Eutiquio, por onde continuará até o rio Guamá.

Art. 2.º Tôda a fiscalização municipal na primeira zona, ficará a cargo da 1.ª Inspetoria e a cargo da 2.ª Inspetoria ficará a fiscalização da 2.ª zona.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 6 de maio de 1943. — *Jerônimo Cavalcanti,* prefeito.

**Decreto n.º 737**

Jerônimo Cavalcanti, Prefeito Municipal de Belém, por nomeação do Exmo. Sr. Coronel Interventor Federal neste Estado, usando de suas atribuïções,

DECRETA:

Art. 1.º Fica exonerado, a pedido, do cargo de diretor da Divisão de Pronto Socorro e Ambulatório, do Serviço de Assistência Social, o dr. Alvaro Camellier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 8 de maio de 1943. — *Jerônimo Cavalcanti,* prefeito.

(D.O. Pará 14-5-943)

★

**CERRO AZUL (Paraná)**

**Decreto n.º 7**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná na conformidade do disposto no n.º II do artigo 12, do Decreto-lei Federal n.º ... 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º Fica reorganizado da seguinte forma o Diretório Municipal do Conselho de Geografia:

Presidente — O que estatue a letra a, do artigo 13, do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia;

Secretário — Renato Carneiro da Silva;

Membros vogais — Francisco Lemos Gonçalves, Dr. João Cid de Macêdo Portugal e Roberto Von Der Osten, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em 22 de fevereiro de 1943. — *Oscar Basseti, Renato Carneiro da Silva.*

(D.O. Paraná 19-6-943)

★

**MAGÉ (Rio de Janeiro)**

**Decreto-lei n.º 41, de 21 de junho de 1943**

O prefeito municipal de Magé, na conformidade do disposto no art. 5.º, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de Abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de Cr$67 366,30 (sessenta e sete mil trezentos e sessenta e seis cruzeiros e trinta centavos), para atender ao pagamento devido ao Engenheiro Civil, José de Campos Continentino, em virtude do contrato lavrado entre esta Prefeitura e aquele engenheiro, a 11 de Setembro de 1941, para execução dos serviços de levantamento da carta cadastral, confecção dos projetos completos de abastecimento de água e das redes de esgotos sanitários e de águas pluviais, bem como de elaboração do plano de urbanização da cidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Registe-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Magé, 21 de Junho de 1943. — *Valdemar de Assiz Ribeiro,* Prefeito.

(D.O. Rio de Janeiro 22-6-943)

★

**RECIFE (Pernambuco)**

**Decreto n.º 317**

O Prefeito do município do Recife, no uso de suas atribuïções,

considerando que a Comissão do Plano da Cidade, cujos trabalhos, por circuntâncias especiais, foram suspensos, necessita ser modificada para que possa melhor atender à sua finalidade;

considerando que as reformas de ordem urbanística, abertura de novas artérias, obras de atêrro, retificação de canais, construção de casas populares, etc., impõem maior atenção para que o desenvolvimento da cidade se processe em moldes capazes de evitar erros que venham a causar futuros prejuízos;

considerando que a tarefa da aludida comissão torna-se fácil, sendo mesmo, mais coordenadora, de vez que a Prefeitura já possue dois ante-projetos de plano da cidade;

considerando que os americanos, com a experiência que lhes tem proporcionado o funcionamento de mais de 1 300 comissões de plano de cidade, por espaço superior a 30 anos, aconselham não sejam elas muito numerosas, mas constituídas apenas de 7 a 15 membros, afim de não as transformar em congresso, que muito discute e nada conclue,

DECRETA:

Art. 1.º A Comissão do Plano da Cidade tem a incumbência de continuar os estudos já iniciados e organizar em definitivo o plano regulador da expansão do Recife.

Art. 2.º A Comissão será constituída dos seguintes membros: Diretor de Óbras Públicas Municipais, representantes da Secretaria de Viação, do Sindicato dos Engenheiros, do Clube de Engenharia, da Fiscalização do Pôrto do Recife, do Departamento de Saúde Pública, do Instituto Arqueológico, da Associação de Imprensa, do Estado Maior da 7.ª Região, do Departamento Nacional de Saneamento e do Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal.

Art. 3.º A Comissão funcionará sob a Presidência do Prefeito da Capital, que será membro nato, substituído nos seus impedimentos pelo Diretor de Obras Públicas Municipais.

Art. 4.º Será organizado um corpo de funcionários que servirá junto à Comissão escolhidos entre os servidores municipais, dentre os quais será designado um para servir de secretário.

Art. 5.º A Comissão, dentro do prazo de 90 dias, a contar da data de sua instalação, apresentará ao Prefeito a regulamentação dêste decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 2 de junho de 1942. — *A. de Novais Filho,* Prefeito.

(D.O. Pernambuco 3-6-942)

**Decreto n.º 356**

O Prefeito do Município do Recife, na conformidade do dispôsto no Art. 5.º, do decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. único. E' aberto um crédito especial de Cinquenta mil cruzeiros (Cr$ 50 000,00), em favor da Escola de Engenharia de Pernambuco, como auxílio à construção do seu novo edifício, revogadas as disposições em contrário.

Recife, 16 de junho de 1943. — *A. de Novais Filho,* Prefeito.

(D.O. Pernambuco 17-6-943)

**Parecer n.º 212**

O Sr. Prefeito Municipal do Recife, por intermédio do Govêrno do Estado, com o ofício n.º 734, datado de 28 de Maio p. findo, submeteu à aprovação dêste Conselho Administrativo, um projeto de decreto-lei, abrindo um crédito especial de Cr$ 50 000,00, destinado a servir como auxílio à Escola de Engenharia de Pernambuco, para a construção do seu novo prédio.

E' louvável a cooperação que a Prefeitura do Recife pretende oferecer à nossa velha escola de engenheiros. E' da técnica dos ex- alunos dêsse conceituado educandário que a nossa terra tem se utilizado para a realização do seu admirável progresso. Graças a êles dêsde muito tempo, a cidade do Recife tem podido desenvolver-se e embelzar-se sem o concurso de profissionais alienígenas.

O novo edifício que a Escola de Engenharia está construindo à rua do Hospício, para nele melhor instalar o seu aparelhamento didático, será, ainda, um ornamento a mais entre os muitos com que a arquitetura pernambucana vem enriquecendo a nossa Capital.

Opino, pois, favoràvelmente, a aprovação do projeto de auxílio financeiro com a Prefeitura do Recife, visa retribuir os bons ofícios da Escola de Engenharia e estimular o trabalho dos que se dedicam ao ensino superior entre nós.

Acho, entretanto, que a redação do projeto deve ser mais expressa e, por isso, substituída pela seguinte:

Art. único. E' aberto um crédito especial de cinquenta mil cruzeiros (Cr$ 50 000,00), em favor da *Escola de Engenharia de Pernambuco,* como auxílio à construção do seu novo edifício. Revogam-se as disposições em contrário.

C.A.E.P. 8-6-943. — *Leôncio G. Araújo.*

★

**SALVADOR (Baía)**

**Decreto-lei n.º 146**

*Auxilia o Instituto Geográfico e Histórico da Baía com a importância de* Cr$ 25 000,00.

O Prefeito do Município do Salvador, Estado da Baía:

Na conformidade do disposto no Art. 5.º do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939;

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Prefeito autorizado a auxiliar o Instituto Geográfico e Histórico da Baía, com a importância de Cr. 25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), para atender às despesas com os reparos de seu edifício-sede, bem assim, fica aberto o crédito especial da mencionada importância.

Art. 2.º A despesa decorrente do artigo anterior será suprida com os recursos previstos no item I do § 3.º do Art. 11.º das Normas de que trata o Decreto-lei Federal n.º 2 416, de 17-7-40.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal do Salvador, em 8 de junho de 1943. — *Elísio de Carvalho Lisbôa,* Prefeito, — *José Alves de Sousa,* Secretário Interino.

(D.O. Baía 11-6-943)

★

*Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*

# Conselho Nacional de Estatística
# Assembléia Geral

## Ementário das Resoluções n.os 111 a 162 aprovadas no ano de 1939

Resolução n.º 111, 4 de julho de 1939.
Presta homenagem ao organizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Resolução n.º 112, de 11 de julho de 1939.
Propõe ao Govêrno a inclusão do Delegado do Estado do Rio entre os membros da Assembléia Geral beneficiados com o auxílio previsto no art. 16 do Regulamento do Conselho.

Resolução n.º 113, de 13 de julho de 1939:
Fixa a importância destinada ao pagamento de despesas de condução e representação do Secretário Geral do Instituto.

Resolução n.º 114, de 13 de julho de 1939:
Presta homenagem à memória do estatístico Oziel Bordeaux Rêgo e manda reeditar seu parecer sôbre a reorganização da repartição federal de estatística.

Resolução n.º 115, de 14 de julho de 1939.
Recomenda a revisão do Convênio de 1931 sôbre as estatísticas educacionais.

Resolução n.º 116, de 14 de julho de 1939:
Sugere diretrizes para a racionalização do quadro dos órgãos executivos centrais do Instituto.

Resolução n.º 117, de 14 de julho de 1939:
Manifesta o aprêço do Conselho à conferência pronunciada em Recife, pelo dr. Bulhões Carvalho, em propaganda do recenseamento de 1930.

Resolução n.º 118, de 14 de julho de 1939:
Fixa o orçamento dos serviços do Instituto para 1940, na parte superintendida pelo Conselho Nacional de Estatística.

Resolução n.º 119, de 14 de julho de 1939:
Manda incluir nos anais do Instituto os principais documentos referentes às primeira iniciativas em prol da criação efetiva do sistema estatístico brasileiro.

Resolução n.º 120, de 14 de julho de 1939:
Transforma em Inspetoria Geral a atual Delegacia Geral para o Norte do país.

Resolução n.º 121, de 14 de julho de 1939:
Recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros as "Bases para a organização da Estatística", apresentadas por José Cândido Gomes ao Ministro da Agricultura em 1862.

Resolução n.º 122, de 14 de julho de 1939:
Modifica disposições da Resolução n.º 28, de 3 de julho de 1937, sôbre a leitura de Relatórios.

Resolução n.º 123, de 14 de julho de 1939:
Aprova as deliberações das Juntas Executivas do Conselho.

Resolução n.º 124, de 14 de julho de 1939:
Dá nova organização ao Corpo de Consultores Técnicos do Conselho e regula seu funcionamento.

Resolução n.º 125, de 19 de julho de 1939:
Exprime um voto de louvor à atuação do Delegado Geral do Instituto no Norte do país.

Resolução n.º 126, de 19 de julho de 1939:
Aprova as contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no período compreendido entre 1.º de julho de 1938 e 30 de junho de 1939.

Resolução n.º 127, de 19 de julho de 1939:
Formula congratulações ao Chefe da Nação e faz ponderações sôbre a política brasileira de assistência social.

Resolução n.º 128, de 19 de julho de 1939:
Manda incluir o estudo do esperanto, como idioma auxiliar da estatística brasileira, no programa do curso anual de aperfeiçoamento mantido pelo Instituto.

Resolução n.º 129, de 20 de julho de 1939:
Exprime congratulações e formula um apêlo ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Resolução n.º 130, de 20 de julho de 1939:
Formula um voto de homenagem e agradecimento ao professor Giorgio Mortara.

Resolução n.º 131, de 20 de julho de 1939:
Dispõe sôbre a composição das Comissões Técnicas para o período de 1939-40, e dá outras providências.

Resolução n.º 132, de 20 de julho de 1939:
Declara a solidariedade do Conselho Nacional de Estatística à homenagem prestada pelo Conselho Nacional de Geografia ao General Rondon.

Resolução n.º 133, de 21 de julho de 1939:
Determina um inquérito sôbre as fontes primárias da estatística brasileira, visando a respectiva racionalização.

Resolução n.º 134, de 21 de julho de 1939:
Fixa os modelos de fichas destinadas ao levantamento estatístico dos meios de transporte rodoviário, e dá outras providências.

Resolução n.º 135, de 21 de julho de 1939 :
Define os princípios fundamentais do regime atual da estatística brasileira e divulga alguns documentos que esclarecem a matéria.

Resolução n.º 136, de 21 de julho de 1939:
Dispõe sôbre a aplicação do auxílio concedido pelo Instituto aos órgãos do sistema estatístico regional.

Resolução n.º 137, de 21 de julho de 1939:
Recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros um documento sôbre a estatística policial-criminal.

Resolução n.º 138, de 22 de julho de 1939:
Manifesta o aprêço do Conselho a uma iniciativa da Junta Executiva Regional de Minas Gerais, e dá outras providências.

Resolução n.º 139, de 22 de julho de 1939:
Recomenda ao estudo dos estatísticos brasileiros as sugestões apresentadas ao Conselho Nacional de Educação pelo Diretor de Estatística do Ministério da Educação.

Resolução n.º 140, de 22 de julho de 1939:
Dispõe sôbre a elaboração do Vocabulário Brasileiro de Estatística.

Resolução n.º 141, de 22 de julho de 1939:
Dispõe sôbre a estatística policial- criminal e judiciária.

Resolução n.º 142, de 22 de julho de 1939:
Recomenda padrões para a organização da estatística policial-criminal e judiciária.

Resolução n.º 143, de 22 de julho de 1939:
Regula a coleta de dados necessários às esestatística policial-criminal e judiciária.

Resolução n.º 144, de 22 de julho de 1939:
Sugere aos Governos Federados a expedição de decreto-lei regulando a criação de Agências Municipais de Estatística, por parte das Prefeituras que ainda não o fizeram.

Resolução n.º 145, de 22 de julho de 1939:
Articula providências para sistematização dos dados concernentes às importações inter-estaduais.

Resolução n.º 146, de 22 de julho de 1939:
Provê ao estabelecimento de um sistema de classificação de mercadorias a ser utilizado na apuração da estatística do comércio inter-estadual.

Resolução n.º 147, de 22 de julho de 1939:
Dispõe sôbre o levantamento da estatística do custo de vida e a publicação do *Boletim dos Preços*.

Resolução n.º 148, de 22 de julho de 1939:
Aprova um padrão para a organização, execução e divulgação das estatísticas do tráfego rodoviário.

Resolução n.º 149, de 22 de julho de 1939:
Estabelece novas disposições sôbre a atuação do Instituto, no sentido de obter-se a publicação do Anuário Municipal de Legislação e Administração, e dá outras providências.

Resolução n.º 150, de 22 de julho de 1939:
Determina providências para a definitiva organização da Sociedade Brasileira de Estatística.

Resolução n.º 151, de 22 de julho de 1939:
Provê à organização das efemérides da estatística brasileira.

Resolução n.º 152, de 22 de julho de 1939:
Recomenda ao funcionalismo brasileiro de estatística, e especialmente aos agentes itinerantes e municipais, o estudo do Relatório a que se refere a Resolução n.º 73, da Junta Executiva Central do Conselho.

Resolução n.º 153, de 22 de julho de 1939:
Consigna um pronunciamento sôbre a construção do Palácio do Silogeu Brasileiro, como sede definitiva do Instituto.

Resolução n.º 154, de 22 de julho de 1939:
Exprime o pronunciamento do Conselho sôbre a recente criação das Colônias Militares.

Resolução n.º 155, de 22 de julho de 1939:
Manifesta o interêsse do Instituto pelo projeto relativo ao cadastro dos bens patrimoniais da União, dos Estados e dos Municípios, organizado pelo Procurador Geral do Estado de São Paulo.

Resolução n.º 156, de 22 de julho de 1939:
Manifesta os aplausos do Conselho à nova regulamentação do sistema legal de unidades de medir.

Resolução n.º 157, de 22 de julho de 1939:
Salienta a importância do *Histórico da Repartição de Estatística no Império* da lavra do bacharel Luiz Henrique Pereira de Campos.

Resolução n.º 158, de 22 de julho de 1939:
Modifica a Resolução n.º 75, de 18 de julho de 1938, que fixou disposições normativas para a apresentação tabular da estatística brasileira.

Resolução n.º 159, de 22 de julho de 1939:
Regula a utilização da franquia postal-telegráfica.

Resolução n.º 160, de 22 de julho de 1939:
Dispõe sôbre a filiação ao Instituto dos serviços estatísticos de entidades particulares ou para-estatais.

Resolução n.º 161, de 22 de julho de 1939:
Formula um pronunciamento sôbre as sugestões para um projeto de lei orgânica do Território do Acre, apresentadas pela Junta Regional daquela Unidade da Federação.

Resolução n.º 162, de 22 de julho de 1939:
Exprime votos e apelos e formula outros pronunciamentos.

*

# Junta Executiva Central

## Ementário das Resoluções n.os 85 a 103 aprovadas no ano de 1940

**Resolução n.º 85, de 2 de janeiro de 1940.**
Aprova uma iniciativa da Junta Regional de Estatística do Paraná.

**Resolução n.º 86, de 16 de fevereiro de 1940.**
Delibera sôbre o adiamento da Sessão Ordinária das Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística e sôbre o "Curso de Aperfeiçoamento" a cargo do Instituto.

**Resolução n.º 87, de 1 de março de 1940.**
Dispõe sôbre a distribuïção de auxílio aos órgãos do sistema do Instituto, no exercício de 1940.

**Resolução n.º 88, de 5 de abril de 1940.**
Dispõe sôbre a distribuïção da primeira quota de auxílio do Instituto aos órgãos regionais, em 1940.

**Resolução n.º 89, de 5 de abril de 1940.**
Discrimina o emprêgo do auxílio às repartições centrais federais no exercício de 1940.

**Resolução n.º 90, de 16 de abril de 1940.**
Reconhece a Sociedade Brasileira de Estatística como organização oficial dos estatísticos brasileiros.

**Resolução n.º 91, de 30 de abril de 1940:**
Dispõe sôbre a aplicação, no Distrito Federal, do auxílio destinado a prêmios aos Agentes Municipais de Estatística.

**Resolução n.º 92, de 17 de maio de 1940:**
Em homenagem à memória do "Fundador da Estatística Geral Brasileira", formula encarecido apêlo ao Senhor Presidente da República.

**Resolução n.º 93, de 17 de maio de 1940.**
Encaminha providências para assegurar o levantamento da estatística dos acidentes do trabalho.

**Resolução n.º 94, de 17 de maio de 1940:**
Interpreta o art. 3.º da Resolução n.º 37, desta Junta, e dá outras providências.

**Resolução n.º 95, de 31 de maio de 1940:**
Dispõe sôbre a elaboração e distribuïção do *Anuário Estatístico do Brasil*.

**Resolução n.º 96, de 4 de junho de 1940.**
Dispõe sôbre o orçamento dos serviços do Instituto superintendidos pelo Conselho Nacional de Estatística.

**Resolução n.º 97, de 4 de junho de 1940.**
Estima o quantitativo orçamentário necessário ao custeio dos serviços e trabalhos do Instituto, no exercício de 1941.

**Resolução n.º 98, de 4 de junho de 1940:**
Dispõe sôbre a aplicação da verba destinada aos prêmios aos Agentes Municipais de Estatística, em 1939, e dá outras providências.

**Resolução n.º 99, de 2 de agôsto de 1940:**
Autoriza o Presidente do Instituto a mandar inspecionar os Serviços Regionais filiados ao Conselho Nacional de Estatística e dá outras providências.

**Resolução n.º 100, de 16 de agôsto de 1940:**
Formula um agradecimento e dispõe sôbre uma homenagem ao "Fundador da Estatística Geral Brasileira", — Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho.

**Resolução n.º 101, de 20 de setembro de 1940:**
Dispõe sôbre a construção do edifício do Silogeu Brasileiro.

**Resolução n.º 102, de 4 de outubro de 1940:**
Consigna um voto de homenagem e regozijo do Instituto, pela passagem do 4.º Centenário da fundação da Companhia de Jesús.

**Resolução n.º 103, de 18 de outubro de 1940:**
Dispõe sôbre o estôrno de verbas do orçamento do C.N.E. para exercício de 1940.

**Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Praça Getúlio Vargas, 14 - Edifício Francisco Serrador - 5.º andar — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatòriamente.**

# Conselho Nacional de Geografia
# Assembleia Geral

## Ementário das Resoluções n.os 65 a 106 aprovadas no ano de 1941

Resolução n.º 65, de 9 de julho de 1941:
Elege o Corpo de Consultores Técnicos Nacionais.

Resolução n.º 66, de 9 de Julho de 1941:
Reelege os membros das Comissões Técnicas Permanentes como medida de exceção e preenche as vagas nelas existentes.

Resolução n.º 67, de 9 de julho de 1941:
Exprime congratulações pela eleição do Dr. M. A. Teixeira de Freitas para presidente do Instituto Inter-americano de Estatística.

Resolução n.º 68, de 12 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a publicação de trabalhos referentes à Geografia do Brasil, constituindo a Biblioteca Geográfica Brasileira.

Resolução n.º 69, de 12 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a publicação do trabalho intitulado *O Homem e o Brejo,* de autoria do eng.º Alberto Ribeiro Lamego.

Resolução n.º 70, de 14 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a situação dos profissionais diplomados pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

Resolução n.º 71, de 14 de julho de 1941:
Determina o concurso do Conselho na aquisição da aparelhagem técnica para as repartições geográficas integradas.

Resolução n.º 72, de 14 de julho de 1941:
Fixa um quadro de divisão regional do Brasil, para fins administrativos, promove a sua adoção pela estatística brasileira e dá outras providências.

Resolução n.º 73, de 15 de julho de 1941:
Patrocina a concessão de sede no futuro Palácio do Silogeu para as Instituïções integradas no Conselho.

Resolução n.º 74, de 15 de julho de 1941:
Determina a publicação do *Anuário Geográfico do Brasil.*

Resolução n.º 75, de 16 de julho de 1941:
Presta sentida homenagem à memória dos Membros do Conselho, falecidos durante o biênio 1939-41.

Resolução n.º 76, de 17 de julho de 1941:
Exprime pronunciamentos àcêrca do Recenseamento Geral da República de 1940.

Resolução n.º 77 de 17 de julho de 1941:
Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das Unidades Federadas Brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências.

Resolução n.º 78, de 18 de julho de 1941:
Aprova as contas do Conselho relativas ao exercício financeiro de 1.º de julho de 1940 a 30 de julho de 1941.

Resolução n.º 79, de 18 de julho de 1941:
Provê ao preparo e à distribuïção dos Diretórios Municipais de Geografia dum guia de observação geográfica.

Resolução n.º 80, de 18 de julho de 1941:
Determina a publicação dum catálogo de Coordenadas geográficas selecionadas.

Resolução n.º 81, de 18 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a adesão ao X Congresso Brasileiro de Geografia.

Resolução n.º 82, de 19 de julho de 1941:
Determina a publicação de mapas referentes às atividades Políticas da Federação.

Resolução n.º 83, de 19 de julho de 1941:
Fixa disposições àcêrca da Campanha de Levantamentos das Coordenadas Geográficas que o Conselho vem empreendendo.

Resolução n.º 84, de 19 de julho de 1941:
Promove a elaboração de estudos e pesquisas àcêrca da terminologia geográfica brasileira.

Resolução n.º 85, de 21 de julho de 1941:
Declara integral solidariedade do Conselho à participação do Instituto no "Batismo Cultural" da nova Capital de Goiaz.

Resolução n.º 86, de 21 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a organização de arquivos corográficos nas repartições regionais de Geografia.

Resolução n.º 87, de 21 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a organização do Museu de Geografia do Brasil.

Resolução n.º 88, de 21 de julho de 1941:
Institue o concurso anual de monografias referentes a aspectos da Geografia municipal, como contribuïção do Conselho aos Congressos Brasileiros de Geografia.

Resolução n.º 89, de 23 de julho de 1941:
Dispõe sôbre o orçamento do Conselho para 1942.

Resolução n.º 90, de 23 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a venda das publicações do Conselho.

Resolução n.º 91, de 23 de julho de 1941:
Determina a publicação dum Boletim de Informações, mensal.

Resolução n.º 92, de 23 de julho de 1941:
Dispõe sôbre a realização dum Curso de Cartografia, anual, destinado à especialização dos desenhistas e cartógrafos das repartições centrais e regionais integradas no Instituto.

Resolução n.º 93, de 24 de julho de 1941:
Dispõe sôbre o plano de uniformização cartográfica promovido pelo Conselho.

Resolução n.º 94, de 25 de julho de 1941: Dispõe sôbre a publicação de um trabalho na Biblioteca Geográfica Brasileira.

Resolução n.º 95, de 25 de julho de 1941: Fixa os documentos-credenciais para os delegados estaduais e dá outras providências.

Resolução n.º 96, de 25 de julho de 1941: Propõe que os relatórios a serem encaminhados à Assembléia Geral, conforme determina a Resolução n.º 26 de 19-7-938 apresentem as atividades de um exercício financeiro-administrativo.

Resolução n.º 97, de 25 de julho de 1941: Estabelece a obrigatoriedade da divulgação, entre os vários Diretórios, das Resoluções aprovadas.

Resolução n.º 98, de 25 de julho de 1941: Dispõe sôbre a grafia dos nomes geográficos estrangeiros.

Resolução n.º 99, de 25 de julho de 1941: Fixa uma clasificação das localidades brasileiras.

Resolução n.º 100, de 25 de julho de 1941: Consigna um profundo agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Resolução n.º 101, de 26 de julho de 1941: Aprova os atos do Diretório Central e dos Diretórios Regionais efetuados no período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1941.

Resolução n.º 102, de 26 de julho de 1941: Dispõe sôbre a Campanha altimétrica a cargo do Conselho.

Resolução n.º 103, de 26 de julho de 1941: Providencia sôbre a situação financeira dos Diretórios Regionais de Geografia e dá outras providências.

Resolução n.º 104, de 26 de julho de 1941: Atribue ao Diretório Central o estudo e medidas necessários sôbre a faculdade da divisão dos novos municípios e dispõe sôbre os perímetros urbanos das vilas e cidades.

Resolução n.º 105, de 26 de julho de 1941: Exprime congratulações, apelos e outros pronunciamentos relacionados com os problemas da Geografia Nacional.

Resolução n.º 106, de 26 de julho de 1941: Cria a Comissão Técnica de Oceanografia e Limnologia do Conselho.

*

# Íntegra das Resoluções n.os 9 a 11

## Resolução n.º 9, de 15 de julho de 1937

### Regula a integração, no Conselho Brasileiro de Geografia, das organizações particulares

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções, especialmente a definida no art. 3.º letra *b*, do seu Regulamento, e tendo em vista as condições estabelecidas pela Resolução n.º 18 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística,

Resolve:

Art. 1.º Qualquer organização particular, cultural ou técnica, que desenvolver no Brasil atividade de caráter geográfico, poderá integrar-se no Conselho Brasileiro de Geografia, observadas as condições da presente Resolução.

Art. 2.º A integração no C.B.G. de qualquer organização particular, cultural ou técnica, cujos trabalhos se refiram ao território brasileiro, ou a mais de um Estado, deverá ser requerida ao Presidente do Diretório Central que, depois de aprová-la, encaminhará o requerimento à Assembléia Geral, para final decisão.

Art. 3.º A integração no C.B.G. de qualquer organização particular, cultural ou técnica, cujos trabalhos se refiram apenas ao território de um Estado ou Território do Acre deverá ser requerida ao Presidente do Diretório Regional respectivo que, depois de aprová-la, encaminhará o requerimento ao Diretório Central, para final decisão.

Art. 4.º O requerimento de integração no C.B.G. de organização particular cultural deverá conter a declaração de aceitação dos compromissos decorrentes da integração e ser acompanhado de documentos que provem:

1. a sua constituïção: estatutos, sede, finalidades, registos oficiais, número de sócios e suas categorias;
2. a sua atividade cultural: produção, publicações e trabalhos realizados;
3. a extensão da sua ação: região abrangida pelos seus trabalhos ou estudos.

Art. 5.º O requerimento de integração no C.B.G. de organização particular técnica deverá conter a declaração de aceitação dos compromissos decorrentes da integração e ser acompanhado de documentos que provem:

1. a sua constituïção, civil ou comercial;
2. os serviços técnicos de caráter geográfico que mantenha;
3. as características e requisitos técnicos de tais serviços e as garantias da sua precisão;
4. a intensidade, a regularidade e a extensão territorial de tais serviços.

Art. 6.º Resolvida a integração no C.B.G. mediante "resolução" do órgão competente, o presidente do Diretório correspondente providenciará para que seja lavrado, no prazo de 30 dias, o respectivo têrmo, que assinará com o representante legal da organização particular.

Art. 7.º O têrmo de integração conterá as seguintes obrigações:

I — *Do Conselho para com a organização particular*:

1. considerá-la oficial;
2. proporcionar-lhe as facilidades ao seu alcance;
3. considerar como membros do Conselho o presidente da organização particular e os encarregados permanentes das suas atividades de caráter geográfico;
4. remeter-lhe permanentemente suas publicações, dados e informações, que possam interessar;
5. fornecer-lhe coleção, tanto quanto possível completa, das suas publicações que possam interessar.

II — *Da organização cultural integrada para com o Conselho*:

1. nos seus estudos e trabalhos, respeitar as normas adotadas pelo Conselho, que forem aplicáveis;

2. remeter três exemplares das suas publicações;
3. fornecer-lhe coleção, tanto quanto possível completa, de tôdas as suas publicações;
4. prestar colaboração ao C.B.G., dentro de suas possibilidades.

III — *Da organização técnica integrada para com o Conselho*:

1. cumprir e fazer cumprir a legislação e as resoluções do Conselho;
2. prestar a colaboração, de acôrdo com seus recursos, na forma dos entendimentos que houver com o órgão competente do Conselho;
3. submeter-se à inspecção técnica que o Diretório competente determinar;
4. remeter três exemplares dos seus trabalhos publicados e fornecer coleção, tanto quanto possível completa, das suas publicações.

Art. 8.º No têrmo da integração deverá ficar assegurado bilateralmente o direito de denúncia do acôrdo, sempre que êste deixar de convir a qualquer das partes.

Art. 9.º A juízo da Assembléia Geral ou do Diretório Central, poderá haver dispensa das formalidades previstas nos arts. 4.º e 5.º para as organizações particulares que, notòriamente, desenvolverem atividade relacionada com a Geografia.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937, ano II do Instituto. — Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

✶

## Resolução n.º 10, de 15 de julho de 1937

### Dispõe sôbre as atribuïções de caráter geográfico, que estavam afétas ao Conselho Nacional de Estatística e confirma as resoluções sôbre as mesmas tomadas

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções, e tendo em vista o disposto no art. 30.º do Regulamento,

Considerando que cumpre ao Conselho Brasileiro de Geografia preencher as finalidades do Instituto Nacional de Estatística referentes ao conhecimento do território brasileiro (art. 2.º *a*, do Regulamento);

Considerando que, anteriormente à criação do C.B.G., havia no Instituto atribuïções de caráter geográfico, relevante motivo por que foi aquele incorporado neste;

Considerando que, uma vez criado o C.B.G., lhe cumpre pronunciar-se sôbre as referidas atribuïções e sôbre as resoluções a seu respeito tomadas;

Resolve:

Art. 1.º Ao Conselho Brasileiro de Geografia ficam transferidas as atribuïções de caráter geográfico, que estavam afétas ao Conselho Nacional de Estatística, passando portanto, para a responsabilidade do C.B.G.:

a) a coleta de monografias de natureza histórica ou geográfica, de diplômas cartográficos, de dados de verificação cartográfica e levantamentos expeditos, de fotografias dos aspectos naturais, de que cogita o art. 14.º do decreto 24 609 de 6 de julho de 1943;

b) a preparação dos serviços de cartografia geográfica ou topográfica, para acompanharem as missões científicas ou técnicas que, com os seus recursos o Instituto organizar, (art. 26 do dec. 24 609);

c) a coleta de elementos para o estudo corográfico dos Municípios pelos Agentes Itinerantes, de que cogita a cláusula sétima da Convenção Nacional de Estatística (compromissos dos Governos Regionais);

d) a racionalização da divisão territorial dos Estados, Território do Acre e Distrito Federal, em seus aspectos geográficos (cláusula XIV da Convenção);

e) o preparo da Exposição anual organizada pelo Instituto, na parte referente às atividades geográficas (cláusula XXIV da Convenção);

f) a intensificação dos trabalhos cartográficos, neles compreendidos as sínteses nacionais, as cartas gerais dos Estados, os mapas municipais (cláusula XIII da Convenção);

g) as atribuïções de caráter geográfico da Secção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura, em suas relações com os demais serviços integrados no Instituto. (Resolução n.º 7, art. 2.º — IV da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística).

Art. 2.º O Conselho Brasileiro de Geografia aceita as resoluções tomadas pelo Conselho Nacional de Estatística sôbre assuntos de natureza geográfica, ficando, pois, confirmadas:

a) as deliberações constantes da resolução n.º 6, de 29 de dezembro de 1936, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que estabelece o plano do registro regular da divisão territorial e o da organização do Atlas Corográfico Municipal do Brasil;

b) as demais deliberações do Conselho Nacional de Estatística que, implícita ou explícitamente, envolverem matéria geográfica, óra da competência do Conselho Brasileiro de Geografia.

Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1937, ano II do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto e do Conselho.

✶

## Resolução n.º 11, de 15 de julho de 1937

### Expressa pronunciamentos diversos sôbre problemas e iniciativas relacionados com a Geografia Brasileira

A Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, usando das suas atribuïções;

Considerando a conveniência de se dar relêvo aos fatos importantes da Geografia Nacional;

Considerando a obrigação do Conselho manifestar-se sôbre as medidas e iniciativas, dependentes facultativamente dos Governos ou de instituïções privadas;

Considerando a necessidade do seu pronunciamento expressivo sôbre assuntos que não constituem objeto de resolução, particularmente sôbre os fatos originários da criação do Conselho, quer como instituïção articuladora

das atividades geográficas nacionais, quer como órgão representativo do Brasil na União Geográfica Internacional;

Resolve: consignar os seguintes pronunciamentos:

1.º LOUVOR

à douta Comissão de Geógrafos que, em reuniões memoráveis realizadas no Palácio do Itamaratí, promovidas pelo Ministro das Relações Exteriores, em outubro e novembro de 1936, estudou a organização do Conselho Brasileiro de Geografia e apresentou sugestões para sua instituïção e regulamentação, pelo valor do seu trabalho.

2.º CONGRATULAÇÕES

a) com o Govêrno Federal, pela iniciativa da instituïção do Conselho Brasileiro de Geografia;

b) com o Conselho Nacional de Estatística, pela incorporação do Conselho Brasileiro de Geografia no Instituto Nacional de Estatística, onde os dois Conselhos coexistem harmônicamente;

c) com os Governos Estaduais, com os de São Paulo, Minas Gerais e Baía, os quais, aparelhados com eficientes serviços geográficos, se constituïrão valiosos elementos de cooperação para o Conselho;

d) com os demais Govêrnos Estaduais, que incluíram na organização estatística as investigações territoriais;

e) com os Govêrnos Estaduais e Municipais que estão empregando esforços no sentido de aperfeiçoarem os seus trabalhos cartográficos, em cumprimento aos compromissos assumidos com o Instituto Nacional de Estatística;

f) com o Govêrno Federal e com o Conselho Florestal, pela criação e inauguração do primeiro parque nacional, Itatiáia;

g) com o Govêrno Federal, pela assinatura solene de notas, trocadas com o Govêrno da Colômbia, a 10 de Julho de 1937, que assinalam a aprovação da demarcação final das fronteiras entre os dois países;

h) com os Govêrnos do Estado de São Paulo e do Distrito Federal, pela criação, em suas Universidades, de Cursos de Formação de Professores de Geografia;

i) com o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, pela concretização, com a instituïção do Conselho Brasileiro de Geografia, de uma indicação da Assembléia inaugural do Instituto, em dezembro de 1932, nesta Capital, no sentido de se criar no Brasil uma organização oficial destinada a empreender pesquisas geográficas;

j) com o Govêrno Federal, pela inauguração do primeiro trecho eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil;

l) com os Governos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, pela recente caracterização e demarcação dos limites entre os dois Estados, e com as delegações dos dois Estados pelo brilhantismo e elevação de vistas com que desempenharam a sua árdua missão;

m) com o Govêrno do Estado de São Paulo, pela terminação das suas questões de divisas, o que importa no cumprimento integral do artigo 13.º das Disposições Transitórias da Constituïção;

n) com o Govêrno Federal, pelo resultado dos trabalhos da 2.ª Conferência Sul-Americana de Rádio-Comunicações.

3.º AGRADECIMENTOS

a) ao eminente geógrafo Emmanuel De Martonne, secretário-geral da União Geográfica Internacional, pelo grande empenho demonstrado pela adesão do Brasil á União, convidando-o pessoalmente;

b) á Academia Brasileira de Ciências, pelos esforços empreendidos para a concretização da referida adesão e pela sua interferência junto ao Governo, sugerindo a solução da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional, mediante uma organização oficial;

c) ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelos esforços empreendidos para a concretização da referida adesão;

d) à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, pelo mesmo motivo;

e) ao ilustre geógrafo Pierre Deffontaines, pelo interêsse que tomou pela Geografia do Brasil e pela sua adesão à União;

f) à Associação dos Geógrafos Brasileiros, pelo seu valioso pronunciamento a favor da criação do Conselho;

g) à Imprensa Brasileira, pelo apôio esclarecido que vem emprestando ao surto das atividades do Conselho;

h) à Asociação Brasileira de Educação, pela compreensão e realce com que acompanhou a criação do Conselho;

i) ao Instituto Geográfico De Agostini, de Novara, Italia, pela organização da Exposição de Cartografia, realizada em maio último nesta Capital.

4.º VOTOS E APÊLOS

a) aos Governos da União, dos Estados e dos Municípios para que não restrinjam os recursos ou a autoridade dos serviços oficiais existentes, com atividade de caráter geográfico, antes, os ampliem e aprimorem;

b) aos Governos dos Estados que não possuem serviços geográficos, para que os instalem com a possível presteza;

c) ao Departamento Nacional do Café, para que tenha particular interêsse pela concessão do auxílio solicitado pelo Conselho, para publicação da carta geral do Brasil ao milionésimo;

d) ao Govêrno Federal, para que tenham pleno êxito os trabalhos da Comissão encarregada dos estudos sôbre a reforma do Calendário;

e) aos Governos dos Estados, para que resolvam as questões de divisas inter-estaduais e as demarquem, quando resolvidas;

f) aos Governos Federal e Estaduais, que mantêm Escolas de Engenharia, para que sejam nelas criados cursos especiais de Engenheiros Geógrafos e Geólogos;

g) ao Conselho Florestal, para que prossiga na campanha que vem desenvolvendo no País pela conservação das florestas.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937, ano II do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente da Assembléia; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto e do Conselho.

★

# Diretório Central

## Ementário das Resoluções n.os 74 a 88 aprovadas no ano de 1941

Resolução n.º 74, de 3 de janeiro de 1941. Dispõe sôbre o encerramento do orçamento do Conselho de 1940.

Resolução n.º 75, de 3 de janeiro de 1941: Aprova as contas do Conselho relativas ao período de 1.º de julho de 1939 a 30 de junho de 1940.

Resolução n.º 76, de 20 de janeiro de 1941: Fixa o quadro do pessoal do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para o exercício de 1941.

Resolução n.º 77, de 20 de janeiro de 1941: Dispõe sôbre o plano semanal elaborado pelo Diretor da Escola de Geógrafos do Exército e aprovado pelo Ministério da Guerra.

Resolução n.º 78, de 3 de abril de 1941: Aprova a proposta do Conselho para 1942.

Resolução n.º 79, de 5 de maio de 1941: Dispõe sôbre a publicação da nova edição do volume das *Vias Brasileiras de Comunicação*, referente à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Resolução n.º 80, de 5 de maio de 1941: Autoriza a concessão dum auxílio.

Resolução n.º 81, de 19 de maio de 1941: Promove a extensão de vantagens para o delegado do Estado do Rio de Janeiro à Assembléia Geral do Conselho.

Resolução n.º 82, de 19 de maio de 1941: Exprime congratulações pela eleição do Dr. M. A. Teixeira de Freitas para Presidente do Instituto Inter-americano de Estatística.

Resolução n.º 83, de 3 de junho de 1941: Aprova a indicação de Consultores técnicos Regionais formulada pelo Diretório do Conselho no Estado de Santa Catarina.

Resolução n.º 84, de 18 de agôsto de 1941: Aprova um comissionamento e dá outras providências.

Resolução n.º 85, de 3 de outubro de 1941: Formula pronunciamentos àcêrca da participação dos Diretórios Regionais do Conselho na distribuïção do material do Serviço Nacional de Recenseamento.

Resolução n.º 86, de 3 de outubro de 1941: Fixa o programa dos trabalhos de nivelamento terrestre, para os anos de 1941 e 1942, na Campanha Altimétrica.

Resolução n.º 87, de 4 de novembro de 1941: Dispõe sôbre a utilização de saldos de verbas do orçamento vigente do Conselho.

Resolução n.º 88, de 18 de dezembro de 1941: Prorroga o prazo para a terminação dos estudos referentes à fixação do quadro regional brasileiro.

*

## Íntegra das Resoluções n.os 8 a 11

### Resolução n.º 8, de 9 de junho de 1938

### Fixa o orçamento do Conselho para 1938

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções, especialmente a que lhe é conferida pelo artigo 22.º do Regulamento do Conselho;

Considerando que a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, autorizada pelo artigo 4.º, § 2.º, alínea *a* do decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, consignou recursos ao Conselho Nacional de Geografia para o corrente exercício (inciso 5 do art. 1.º da Resolução 37, de 14 de março de 1938);

Considerando que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia atribuiu ao Diretório Central a incumbência de fixar o orçamento do Conselho para o exercício atual (Resolução 13, de 17 de julho de 1937);

Considerando que o desdobramento de determinadas verbas do Conselho dependem da fixação pela Assembléia Geral das normas relativas a diversos encargos afetos ao Conselho Nacional de Geografia;

Considerando a conveniência do Conselho Nacional de Geografia adotar, para casos análogos, as mesmas normas usadas, com resultado, pelo Conselho Nacional de Estatística;

RESOLVE:

Art. 1.º As despesas do Conselho relativas ao exercício corrente, de 1938, correrão por conta da verba de trezentos e setenta e sete contos e quatrocentos mil réis (377:400$) destacada do auxílio dado ao Instituto para o preparo do Recenseamento Geral da República, de acôrdo com os têrmos do decreto-lei n.º 237.

Art. 2.º Segundo as normas adotadas pelo Conselho Nacional de Estatística e de acôrdo com os têrmos do art. 16 do decreto 1 200, de 17 de novembro de 1936, o Conselho Brasileiro de Geografia custeará a vinda dos delegados regionais à Assembléia Geral do Conselho, competindo-lhe:

1) a aquisição das respectivas passagens, de ida e volta, a esta Capital;

2) o pagamento da ajuda de custo de um conto de réis (1:000$);

3) a concessão a cada membro da Assembléia, a quem couber ajuda de custo, a título de indenização de despesas de estada, o auxílio de seiscentos mil réis (600$), do qual será descontada uma fração de 1/20 (um vinte avos) por cada falta a reünião da Assembléia, não justificada, do delegado ou de seu substituto credenciado.

Art. 3.º As despesas do Conselho no corrente exercício obedecerão a seguinte discriminação:

VERBA I — PESSOAL

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Pagamento de ajuda de custo aos delegados à Assembléia Geral do Conselho (na forma análoga à do art. 16 do decreto n.º 1 200.... | 20:000$ | |
| 2 — Passagens para os mesmos delegados (art. 16 do decreto 1 200)..... | 15:000$ | |
| 3 — Despesas previstas no art. 2.º do decreto-lei n.º 218, de 26 de Janeiro de 1938..... | 12:000$ | |
| 4 — Gratificação de função e por serviços prestados em horas extraordinárias aos funcionários da Secretaria Geral (§ 1.º do art. 2.º do decreto 1.527, de 24 de Março de 1937)..... | 10:000$ | |
| 5 — Pessoal contratado..... | 18:000$ | |
| 6 — Assistência técnica aos sistemas regionais..... | 20:000$ | |
| 7 — Indenização de despesas de estada aos delegados à Assembléia Geral | 12:000$ | 107:000$ |

VERBA II — MATERIAL

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Móveis, máquinas, instrumentos e utensílios..... | 25:000$ | |
| 2 — Material de expediente, de consumo e congêneres..... | 10:000$ | |
| 3 — Livros e revistas técnicas..... | 10:000$ | |
| 4 — Condução, transportes e pequenas despesas..... | 2:000$ | |
| 5 — Publicações, formulários e impressos diversos..... | 25:000$ | |
| 6 — Aluguél da sede, luz e telefone.... | 10:000$ | |
| 7 — Material que o Diretório Central destinar aos Diretórios Regionais e Municipais para o início ou continuação de serviços, como auxílio..... | 15:000$ | 97:000$ |

VERBA III — ENCARGOS DIVERSOS

| | | |
|---|---|---|
| 1 — Despesas especiais relativas à execução do decreto-lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, compreendida a elaboração do Atlas Geográfico municipal (segundo as normas que a Assembléia Geral baixar)..... | 50:000$ | |
| 2 — Despesas relativas à execução do decreto-lei n.º 237, de 2 de Fevereiro de 1938 quanto aos trabalhos afetos ao Conselho Nacional de Geografia, especialmente a atualização da Carta Geográfica ao milionésimo (segundo as normas que a Assembléia Geral baixar)..... | 120:000$ | |
| 3 — Eventuais..... | 3:400$ | 173:400$ |
| TOTAL..... | | 377:400$ |

Art. 4.º O Diretório Central destinará os saldos das verbas, ora discriminadas, que porventura ocorrerem, à suplementação das verbas em *deficit*, si o houver, e depois, à constituïção de um fundo de reserva do Conselho.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo S. Guimarães*, Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 9, de 3 de agosto de 1938

### Aprova a indicação dos Consultores Técnicos Regionais formulada pelo Secretário Geral do Território do Acre

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções, especialmente a que lhe é conferida pelo parágrafo 2.º do artigo 15.º do Regulamento do Conselho;

Considerando os termos da proposta de 14 de julho de 1938 do Senhor Secretário Geral do Território do Acre, presidente nato do Diretório Regional que será constituído naquela Unidade Federada;

Considerando que, na impossibilidade do Diretório Regional ser organizado nos têrmos do artigo 12.º do Regulamento do Conselho, poderá o Govêrno da unidade política respectiva designar três vogais, dentre os Consultores Técnicos Regionais, para integrarem o Diretório Regional (parágrafo único do artigo 12.º do Regulamento do Conselho);

Considerando que a referida impossibilidade existe no Território do Acre, segundo informações do respectivo Secretário Geral, sendo assim necessária a constituïção prévia do Corpo dos Consultores Técnicos Regionais;

RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta, formulada pelo Secretário Geral do Território do Acre, dos nomes dos Senhores Mário de Oliveira, Floriano Flávio Batista, Abél Anselmo Sá Ribeiro, Júlio Alves Portela, Nélson Lemos Bastos, Roberval Pompílo Nogueira Cardozo, José Valentim de Araújo, Francisco de Oliveira Conde, Vergniaud do Vale Melo e Carlos Martins Bastos para constituírem o Corpo de Consultores Técnicos Regionais do Território do Acre.

Rio de Janeiro, 3 de agôsto de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 10, de 3 de agôsto de 1938

### Fixa provisòriamente a tabela de gratificações pelos serviços prestados pelos funcionários da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia em horas fora do expediente normal enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções;

Considerando que a resolução n.º 33 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia determina, em seu art. 6.º, que pelos serviços prestados pelos funcionários da Secretaria em horas fora do expediente normal, acrescido de uma hora, por determinação do Secretário do Conselho, serão abonados, mensalmente gratificações, de acôrdo com a tabela que será organizada.

Considerando que a organização e superintendência dos Serviços da Secretaria Geral do Conselho competem à Secção de Estatística Territorial, a qual é subordinada à Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura (§ 2.º do art. 2.º do decreto n.º 1 527);

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam adotadas para a tabela de gratificações prevista no art. 6.º da resolução n. 33 da Assembléia Geral do Conselho, enquanto não se instalar o Departamento Central de Coordenação Geográfica, as mesmas disposições atualmente em uso para a tabela análoga na Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, as quais são determinadas pelo parágrafo único do art. 400 do Código de Contabilidade da União.

Parágrafo único — De acôrdo com as referidas disposições, a remuneração por hora de serviço prestado fora do expediente normal, acrescido de uma hora, será a mesma que fôr percebida pelo funcionário em cada hora de expediente normal.

Art. 2. As despesas provenientes da presente resolução correrão por conta da sub-consignação n. 4 da verba I do orçamento do Conselho para 1938.

Rio de Janeiro, 3 de agôsto de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

*

## Resolução n.º 11, de 3 de agosto de 1938

### Concede uma gratificação de seiscentos mil réis mensais a um auxiliar da Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Norte

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuïções;

Considerando a solicitação da Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Norte do País, para que corra por conta do Conselho Nacional de Geografia a remuneração de um auxiliar, encarregado de trabalhos de caráter territorial;

Considerando que o referido auxiliar, Eng.º Oscar Carrascosa, vem auxiliando a Comissão encarregada da revisão da divisão territorial da Baía;

Considerando que, durante a execução do decreto-lei nacional n.º 311, de 2 de março de 1938, é recomendável que o Conselho Nacional de Geografia acompanhe, na medida das suas possibilidades o desenvolvimento dos trabalhos respectivos;

RESOLVE:

Art. único — Fica concedida ao Eng.º Oscar Carrascosa, auxiliar da Delegacia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Norte, e encarregado dos trabalhos relacionados com o Conselho Nacional de Geografia, que estão afétos à mesma Delegacia, a gratificação de seiscentos mil réis mensais, a partir de 1.º de junho de 1938.

Parágrafo único — As despesas provenientes da presente resolução correrão no corrente exercício, por conta da sub-consignação n.º 6 da verba II do orçamento do Conselho para 1938.

Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1938, ano 3.º do Instituto. Conferido e numerado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães,* Secretário Assistente; Visto e rubricado: *Cristóvão Leite de Castro,* Secretário Geral do Conselho; Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares,* Presidente do Instituto.

*

# Diretórios Regionais

## AMAZONAS

## Íntegra das Resoluções n.os 6 a 10

**Resolução n.º 6, de 3 de fevereiro de 1938.**

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15, de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto resolve:

Art. único. De acôrdo com a alínea *b*, do art. 3.º, do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, aceitar a colaboração, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, verbalmente proposta pelo seu Presidente, no sentido de pôr à disposição dêste Diretório o material que se acha em sua Biblioteca e Arquivo; bem assim, informações de que venha a precisar. Manaus, 3 de fevereiro de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

**Resolução n.º 7, de 3 de fevereiro de 1938.**

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15, de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; e,

Considerando que os Diretórios Municipais de Geografia, de que trata a alínea *d*, do art. 8.º, do Regulamento do Conselho precisam ser organizados e, logo, entrar na atividade que lhes compete, na endrosagem daquele Conselho, resolve:

Art. único. Fica o Presidente deste Diretório autorizado a solicitar do Govêrno do Estado a nomeação dos componentes dos Diretórios Municipais de acôrdo com o art.º 13, do Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, Manaos, 3 de fevereiro de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

**Resolução n.º 8, de 3 de fevereiro de 1938.**

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Amazonas em sua reünião hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15, de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Exetiva Central do referido Instituto, resolve:

Art. único. De acôrdo com o art. 6.º da Resolução n.º 3 de 12 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Brasileiro de Geografia, designar o Agrônomo Luiz Brandão Ventillari, membro deste Diretório, para auxiliar da Secretaria. Manaus, 3 de fevereiro de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

**Resolução n.º 9, de 3 de fevereiro de 1938.**

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15, de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; e,

Considerando que o serviço geral de estatística está quase sempre em conexão com os fatos da geografia, principalmente econômica e demográfica;

Considerando, por isso que o Departamento de Estatística do Estado pode ser um excelente cooperador da finalidade dêste Diretório, resolve:

Art. único. Solicitar do Govêrno do Estado, por intermédio de sua Secretaria Geral, a nomeação do Prof. Júlio Benevides Uchôa, encarregado daquele Departamento, para fazer parte dêste Diretório Regional de Geografia. Manaus, 3 de fevereiro de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

☆

**Resolução n.º 10, de 3 de fevereiro de 1938.**

O Diretório do Conselho Brasileiro de Geografia no Amazonas, em sua reünião de hoje, usando da faculdade que lhe confere o art. 23, do Regulamento baixado em virtude do art. 5.º, do Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovado pela Resolução n.º 15, de 16 de junho, do mesmo ano, da Junta Executiva Central do referido Instituto; e,

Considerando que o trabalho *Prontuário Bibliográfico do Amazonas,* da autoria do Prof. Agnello Bittencourt, é um grande auxiliar dos estudos desta região e do seu povo, pois, compreende uma relação minuciosa e metódica do que se tem escrito a seu respeito, resolve:

Art. único. Solicitar, do Govêrno do Estado, a impressão do livro *Prontuário Bibliográfico do Amazonas,* da autoria do Prof. Agnello Bittencourt, que declara oferecer-lhe, caso tenha êxito tal pedido, a metade da respectiva edição. Manaus, 3 de fevereiro de 1938. — *Marcionilo Lessa,* Presidente; *Agnello Bittencourt,* Secretário.

★

*Informações*

# Quadro geral da administração pública brasileira

## Administração federal

**PODER EXECUTIVO:**

Presidente da República: Dr. GETÚLIO DORNELES VARGAS.

Ministro de Estado da Aeronáutica: Dr. JOAQUIM PEDRO SALGADO FILHO.

Ministro de Estado da Agricultura: Dr. APOLÔNIO JORGE DE FARIA SALES.

Ministro de Estado da Educação e Saúde: Dr. GUSTAVO CAPANEMA.

Ministro de Estado da Fazenda: Dr. ARTUR DE SOUSA COSTA.

Ministro de Estado da Guerra: General Div. EURICO GASPAR DUTRA.

Ministro de Estado da Marinha: Vice-almirante HENRIQUE ARISTIDES GUILHEM.

Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO (Interino).

Ministro de Estado das Relações Exteriores: Dr. OSVALDO ARANHA.

Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio: Dr. ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas: General Bda. JOÃO DE MENDONÇA LIMA.

Coordenador da Mobilização Econômica: Ministro JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS.

**PODER JUDICIÁRIO:**

**Supremo Tribunal Federal:**

PRESIDENTE: Ministro Eduardo Espínola.

VICE-PRESIDENTE: Ministro José Linhares.

MINISTROS: Antônio Bento de Faria, Castro Nunes, Laudo Ferreira de Camargo, Orosimbo Nonato da Silva, Goulart de Oliveira, Aníbal Freire, Barros Barreto, Valdemar Falcão e Filadelfo de Azevedo.

PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA: Dr. Gabriel de Resende Passos.

**Supremo Tribunal Militar:**

PRESIDENTE: Amte. Raul Tavares.

MINISTROS: Gen. Raimundo Barbosa, Gen. Almério de Moura, Gen. Manuel Rabelo, Almte. João Francisco de Azevedo Milanez, Brigadeiro do Ar Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras, Dr. João Vicente Bulcão Viana, Dr. Mário Augusto Cardoso de Castro, Dr. João Pacheco de Oliveira, Dr. Washington Vaz de Melo, Gen. Div. Francisco José da Silva Júnior, Brigadeiro do Ar Heitor Varady.

PROCURADOR: Dr. Valdomiro Gomes Ferreira.

**ADMINISTRAÇÕES LOCAIS**

ALAGOAS:
Major Ismar de Góis Monteiro (Interventor).

AMAZONAS:
Dr. Álvaro Botelho Maia (Interventor).

BAÍA:
General Bda. Renato Pinto Aleixo (Interventor).

CEARÁ:
Dr. Francisco Meneses Pimentel (Interventor).

ESPÍRITO SANTO:
Dr. Jones dos Santos Neves.

GOIAZ:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira (Interventor).

MARANHÃO:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos (Interventor).

MATO-GROSSO:
Dr. Júlio Strubing Müller (Interventor).

MINAS GERAIS:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro (Governador).

PARÁ:
Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata (Interventor).

PARAÍBA:
Dr. Rui Carneiro (Interventor).

PARANÁ:
Dr. Manuel Ribas (Interventor).

PERNAMBUCO:
Dr. Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães (Interventor).

PIAUÍ:
Dr. Leônidas de Castro Melo (Interventor).

RIO DE JANEIRO:
Capitão-Tenente Ernani do Amaral Peixoto (Interventor).

RIO GRANDE DO NORTE:
General Bda. Antônio Fernandes Dantas (Interventor).

RIO GRANDE DO SUL:
General Bda. Osvaldo Cordeiro de Faria (Interventor).

SANTA CATARINA:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos (Interventor).

SÃO PAULO:
Dr. Fernando Costa (Interventor).

SERGIPE:
Cel. Augusto Maynard Gomes (Interventor).

DISTRITO FEDERAL:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth (Prefeito).

TERRITÓRIO DO ACRE:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho (Governador).

TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA.
Cel. Tristão de Alencar Araripe (Governador).

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dr. Getúlio Dorneles Vargas.

GABINETE CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: (Sede: Palácio do Catete). — Chefe do Gabinete Civil e Secretário da Presidência da República: Dr. Luiz Fernandes Vergara. — Substituto do Secretário da Presidência da República: Dr. Alberto de Andrade Queiroz. — DIRETORIA DO EXPEDIENTE: Diretor: Dr. José de Queiroz Lima. — Adjunto do Diretor: Dr. Darci Carmo Diniz.

GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Chefe do Gabinete Militar: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento — Sub-Chefe do Gabinete Militar. Cap. de Mar e Guerra Otávio Figueiredo de Medeiros.

COMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO DO MÉRITO: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva. — SECRETÁRIO: Dr. Geraldo Ildefonso Mascarenhas da Silva. — MEMBROS: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento, Dr. Gabriel de Resende Passos, Dr. Afonso Pena Júnior e Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: (Sede: Palácio do Catete). — PRESIDENTE: Dr. Getúlio Dorneles Vargas. — SECRETÁRIO GERAL: Gen. Div. Firmo Freire do Nascimento.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO: (Sede: Palácio do Trabalho, 6.º). — PRESIDENTE DO D.A.S.P.: Dr. Luiz Simões Lopes. — CONSELHO DELIBERATIVO: PRES.: Dr. Luiz Simões Lopes. — DIVISÕES DO D.A.S.P.: DIRETORES: de Organização e Coordenação: Moacir Ribeiro Briggs; — de Orientação e Fiscalização do Pessoal: Paulo de Lira Tavares; — de Estudos de Pessoal: Mário Bittencourt Sampaio; — de Seleção: Astério Dardeau Vieira; — de Aperfeiçoamento: Mário Paulo de Brito; e Encarregado do expediente da D.M.: Lucílio Briggs Brito.

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: (Sede: Palácio Itamaratí). — PRESIDENTE: Ministro Frederico Castelo Branco Clark.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR: (Sede: Av. Presidente Wilson, 231). — DIRETOR GERAL: Embaixador Ciro de Freitas Vale.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA: (Sede: Av. Graça Aranha, 39, 9.º e 10.º). — PRESIDENTE: Ten.-Cel. Mário Pinto Teixeira da Cunha.

CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO: (Sede: Av. Presidente Wilson, 164 — 9.º). — PRESIDENTE: Cel. João Carlos Barreto.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA: (Sede: Palácio Tiradentes). — DIRETOR GERAL: Capitão Amílcar Dutra de Menezes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: (Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º). — PRESIDENTE: Embaixador José Carlos de Macedo Soares. — SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — DIRETOR DA SECRETARIA: Dr. Alberto Martins.

COLÉGIOS DIRIGENTES:

Conselho Nacional de Estatística:
Sede: Pr. Mauá, 7 — 11.º.
SECRETÁRIO GERAL: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas.
Conselho Nacional de Geografia:
Sede. Praça Getúlio Vargas, 14-5.º.
SECRETÁRIO GERAL: Dr. Cristóvão Leite de Castro.

Comissão Censitária Nacional:
Sede: Av. Pasteur, 404.
PRESIDENTE: Dr. José Carneiro Filipe.

ÓRGÃOS TÈCNICAMENTE SUBORDINADOS:

Serviço Nacional de Recenseamento:
Sede: Av. Pasteur, 404.
DIRETOR: Dr. José Carneiro Filipe.

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Av. Graça Aranha, 26, 10.º).
DIRETOR: Dr. Heitor Bracet.

Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda. R. Luiz de Camões, 68).
DIRETOR: Dr. João de Lourenço.

Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura. Av. Presidente Wilson).
DIRETOR: Dr. Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima.

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Palácio do Trabalho).
DIRETOR: Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda.

Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica. Praça Getúlio Vargas, 14 - 5.º:
DIRETOR: Eng. Cristóvão Leite de Castro.

Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação e Saúde. Pr. Mauá, 7, 11.º).
DIRETOR: Dr. M. A. Teixeira de Freitas.

Tribunal de Contas: Sede: Avenida Almirante Barroso, 81). — PRESIDENTE: Dr. Rubem Machado da Rosa. — VICE-PRESIDENTE: Dr. Bernardino José de Sousa.

## MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho.

GABINETE DO MINISTRO: Sede: Rua México, 74-7.º — Telefone: 42-4661.
Chefe do Gabinete: Ten. Cel. Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.
Consultor Jurídico: Dr. Valdemar da Silva Moreira.

ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA: Sede: Rua México, 74-8.º — Telefone: 42-8333.
Chefe do Estado Maior da Aer.: Maj. Brig. do Ar Armando T. Trompowsky de Almeida.

1.ª ZONA AÉREA: Sede: Belém.
Comandante: Cel. Av. Antônio Apel Neto.

2.ª ZONA AÉREA: Sede: Recife.
Comandante: Brig. do Ar Eduardo Gomes.

3.ª ZONA AÉREA: Sede: Distrito Federal — Telefone: 29-0029.
Comandante:

4.ª ZONA AÉREA: Sede: São Paulo.
Comandante: Brig. do Ar. Gervásio Duncan de Lima Rodrigues.

5.ª ZONA AÉREA: Sede: Pôrto Alegre.
Comandante: Cel. Av. Fábio de Sá Earp.

DIRETORIA DA AERONÁUTICA CIVIL: Sede: Ponta do Calabouço — Telefone: 42-8723.
Diretor Geral: Dr. Adroaldo Junqueira Aires.

DIRETORIA DE OBRAS: Sede: Telefone: 42-5173.
Diretor Geral: Dr. César Grilo.

DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS: Sede: Rua México, 74-7.º — Telefone: 42-5810.
Diretor Geral: Brig. do Ar Eduardo Gomes.

DIRETORIA DO MATERIAL: Sede: Rua Visconde de Itaboraí, 80-1.º — Telefone: 43-0438.
Diretor Geral: Cel. Av. Engenheiro Ivan Carpenter Ferreira.

DIRETORIA DO PESSOAL: Sede: Rua México, 74-2.º — Telefone: 42-9423.
Diretor Geral: Cel. Av. Ajalmar Vieira Mascarenhas.

ESCOLA DE AERONÁUTICA: Sede: Marechal Hermes — Telefone: 1023.
Comandante: Cel. Av. Henrique Raimundo Dyott Fontenele.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS: Sede: Governador — Telefone: 242.
Comandante: Cel. Av. Armando Pinheiro de Andrade.

SERVIÇO DE FAZENDA DA AERONÁUTICA: Sede: Rua México, 74 — Telefone: 42-2672.
Chefe: Cel. Int. de Aeronáutica Luiz Barreto Alves Ferreira.

SERVIÇO DE SAÚDE: Chefe: Cel. Médico Ângelo Godinho dos Santos.

SUB-DIRETORIA DE TÉCNICA AERONÁUTICA: Sede: Telefone: 42-8469.
Sub-Diretor: Ten. Cel. Av. Engenheiro Casemiro Montenegro Filho.

**Major-Brigadeiro do Ar**

Armando T. Trompowsky. Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

**Brigadeiros do Ar**

Amílcar Sérgio Veloso Pederneiras. Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Eduardo Gomes. Comandante da 2.ª Zona Aérea e Diretor de Rotas Aéreas — Sede: Base Aérea do Recife.

Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, Comandante da 4.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de São Paulo.

Ivan Carpenter Ferreira, Diretor do Material da Aeronáutica — Sede: Rua Visconde de Itaboraí, 80-1.º.

Fernando Vítor do Amaral Savaget, Membro da Comissão de Requisições.

Antônio Guedes Muniz, Diretor da Fábrica Nacional de Motores — Baixada Fluminense.

Heitor Varady, Ministro do Supremo Tribunal Militar.

**Coronéis**

Fábio de Sá Earp, Comandante da 5.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Pôrto Alegre.

Antônio Apel Neto, Comandante da 1.ª Zona Aérea — Sede: Base Aérea de Belém.

Ajalmar Vieira Mascarenhas, Diretor do Pessoal da Aeronáutica — Sede: Rua México, 74-4.º.

Carlos Pfaltzgraff Brasil. Sub-Chefe do Estado Maior da Aeronáutica — Sede: Rua México, 74-5.º.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: Sede: Rua da Misericórdia, 51.

MINISTRO DE ESTADO: Dr. Apolônio Jorge de Faria Sales.

GABINETE DO MINISTRO: Sede: Edifício do Ministério, 3.º andar.
Chefe do Gabinete: Dr. João Maurício de Medeiros.
Consultor Jurídico: Dr. Luciano Pereira da Silva.

CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS ECONÔMICAS: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Praça Quinze de Novembro.
Diretor: Dr. Heitor Vinicius da Silveira Grilo.

ESCOLA NACIONAL DE AGRONOMIA: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Valdemar Raythe de Queiroz e Silva.

ESCOLA NACIONAL DE VETERINÁRIA: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Guilherme Edelberto Hermsdorff.

INSTITUTO DE ECOLOGIA AGRÍCOLA: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Diretor: Dr. Elídio Lindolfo Velasco.

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA: Sede: Rua Jardim Botânico, 1024.
Diretor: Dr. José Hasselmann.

INSTITUTO NACIONAL DE ÓLEOS: Sede: Av. Maracanã, 252.
Diretor: Dr. Joaquim Bertino de Morais Carvalho.

LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Manuel Mendes da Fonseca.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS FRUTAS: Sede: Av. Rio Branco, 277 — 14.º-Edif. S. Borja.
Presidente: Dr. José Arruda de Albuquerque.

COMISSÃO EXECUTIVA DA PESCA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Presidente: Dr. José Arruda de Albuquerque.

COMISSÃO EXECUTIVA DOS PRODUTOS DE MANDIOCA: Sede: Ed. Esplanada — Rua México, 90-8.º.
Presidente: Dr. Diógenes Caldas.

COMISSÃO NACIONAL DO GASOGÊNIO: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Ministro da Agricultura.

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS DO BRASIL: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Presidente: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Dr. José Mariano Filho.

CONSELHO NACIONAL DE CAÇA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Presidente: Dr. Alberto Rêgo Lins.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º.
Presidente: Gen. Cândido Mariano da Silva Rondon.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: José Solano Carneiro da Cunha.

BIBLIOTECA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Urbino Viana.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado — S. Cristóvão.
Diretor: Dr. Mário de Oliveira.

DIVISÃO DE CAÇA E PESCA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Diretor: Dr. Ascânio de Farias.

DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado — S. Cristóvão.
Diretor: Dr. João Cláudio de Lima.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL: Sede: Mata Machado.
Diretor: Dr. Mário Teles da Silva.

DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: Sede: Rua Mata Machado.
Diretor: Dr. Augusto de Oliveira Lopes.

INSTITUTO DE BIOLOGIA ANIMAL: Sede: Av. Maracanã, 222.
Diretor: Dr. Argemiro de Oliveira.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Antônio José Alves de Sousa.

DIVISÃO DE ÁGUAS: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Valdemar José de Carvalho.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Avelino Inácio de Oliveira.

DIVISÃO DE GEOLOGIA E MINERALOGIA: Sede: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Aníbal Alves Bastos.

LABORATÓRIO DA PRODUÇÃO MINERAL: Séde: Av. Pasteur, 404.
Diretor: Dr. Mário Abrantes da Silva Pinto.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Carlos de Sousa Duarte.

DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Antônio Francisco Magarinos Tôrres.

DIVISÃO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Oscar Espínola Guedes.

DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO: Sede: Ed. Pedro II — Av. Graça Aranha.
Diretor: Dr. José de Oliveira Marques.

PRIMEIRA COMISSÃO ESPECIAL REVISORA DE TÍTULOS E TERRAS: Sede: Edifício do Ministério.
Presidente: Dr. Henrique Dietrich.

SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca — Pr. 15 de Novembro.
Diretor: Dr. José Arruda de Albuquerque.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Alberto Ribeiro Cerqueira Lima.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE FARINHAS: Sede: Rua México, 90-8.º.
Diretor: Dr. Álvaro Simões Lopes.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: Sede: Edifício do Ministério.
Diretor: Dr. Itagiba Barçante.

SERVIÇO DE METEOROLOGIA: Sede: Edifício do Entreposto da Pesca.
Diretor: Dr. Francisco Xavier Rodrigues de Sousa.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: Sede: Av. Graça Aranha, 15-4.º andar.
Diretor: Cel. Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos.

SERVIÇO FLORESTAL: Sede: Rua Jardim Botânico, 1008.
Diretor: Dr. João Augusto Falcão de Almeida e Silva.

SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA: Sede: Edifício do Ministério.
Superintendente: Dr. Arquimedes de Lima Câmara.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

MINISTRO DE ESTADO:
Dr. Gustavo Capanema.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Edifício Rex, 16.º — Chefe do Gabinete: Dr. Carlos Drummond de Andrade — 22-5588.

BIBLIOTECA NACIONAL:
Sede: Av. Rio Branco, 219/239. — Diretor: Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia — 22-6199.

CASA DE RUI BARBOSA:
Sede: R. São Clemente, 134. — Diretor: Dr. Américo Lourenço Jacobina Lacombe — 26-2548.

COLÉGIO PEDRO II:
INTERNATO — Sede: Campo de São Cristóvão, 177. — Diretor: Dr. Clovis do Rêgo Monteiro — 28-2538.
EXTERNATO — Sede: Av. Marechal Floriano, 80. — Diretor: Dr. Fernando Antônio Raja Gabaglia — 43-1904.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. México, 168-10.º. — Presidente: Heitor Pedro de Farias.

COMISSÃO INSPETORA DOS SERVIÇOS PSIQUIÁTRICOS:
Sede: R. México, 90-3.º — 22-4377.

COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO:
Sede: R. Álvaro Alvim, 31-19.º. — Presidente: Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo — 42-7952.

COMISSÃO DO PLANO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL:
Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 43-6520.

COMISSÃO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO:
Sede: Pr. Marechal Âncora.
Presidente: Professor Everardo Backheuser — 42-7712.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS:
Sede: Edifício Rex, 16.º. — Presidente: Ministro Gustavo Capanema — 42-9744.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Sede: R. do Ouvidor, 169-6.º. — Presidente: Dr. Reinaldo Porchat — 22-6817.

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL:
Sede: R. México, 90. — Presidente: Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva — 42-5754.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: R. Almirante Barroso, 72-3.º. — Diretor: Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá — 42-5727.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA:
Sede: Av. Rui Barbosa, 12-3.º. — Diretor: Dr. Olímpio Olinto de Oliveira — 25-5201.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
Sede: Edifício Rex, 14.º — Diretor: Dr. Abgar Renault — 42-1481.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE:
Sede: Pr. Marechal Ancora. — Diretor Geral: Dr. João de Barros Barreto — 42-0708.

DIREÇÃO NACIONAL DA JUVENTUDE BRASILEIRA:
Sede: Praia do Flamengo, 132. — Secretário Geral: Major Jair Dantas Ribeiro.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE:
Sede: Recife — Pernambuco. — Diretor: Dr. Antônio Vicente de Andrade Bezerra.

FACULDADE DE MEDICINA DA BAÍA:
Sede: Salvador — Baía. — Diretor: Dr. Edgar Rêgo Santos.

FACULDADE DE MEDICINA DE PÔRTO ALEGRE:
Sede: Pôrto Alegre — R. G. do Sul. — Diretor: Dr. Raul Moreira da Silva.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT:
Sede: Av. Pasteur, 350. — Diretor: Dr. João Alfredo Lopes Braga — 26-9512.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO:
Sede: Pr. da República, 14-1.º. — Diretor: Prof. A. Roquete Pinto — 43-9809.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS:
Sede: Pr. Marechal Ancora. — Diretor: Dr. Manuel Bergström Lourenço Filho — 42-7951.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO:
Sede: Av. Rio Branco, 219-/239. — Diretor: Dr. Augusto Meyer — 42-5254.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS:
Sede: R. das Laranjeiras, 232. — Diretor: Dr. Armando Paiva de Lacerda — 25-5730.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:
Sede: Pr. Marechal Ancora. — Diretor: Dr. Gustavo Barroso.

MUSEU IMPERIAL:
Sede: Petrópolis — Estado do Rio. — Diretor: Dr. Alcindo de Azevedo Sodré.

MUSEU NACIONAL:
Sede: Quinta da Boa Vista. — Diretora: D. Heloísa Alberto Tôrres — 28-7010.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES:
Sede: Av. Rio Branco, 199. — Diretor: Professor Osvaldo Teixeira — 42-4355.

OBSERVATÓRIO NACIONAL:
Sede: Morro de S. Januário. — Diretor: Dr. Sebastião Sodré da Gama — 28-6129.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Sede: Pr. Mauá, 7-10.º. — Diretor: Dr. Fernando Magalhães.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:
Sede: Edifício Rex, 16.º. — Diretor: Dr. Vítor Nunes Leal — 22-8335.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Sede: Pr. Mauá, 7-11.º. — Diretor: Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas — 43-0632.

SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO:
Sede: Av. Graça Aranha, 29. — Diretor: Alexandre Abbadie Faria Rosa — 42-8900.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 155-7.º. — Diretor: Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade — 42-7690.

SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA:
Sede: R. da Carioca, 45-3.º. — Diretor: Dr. Edgar Roquete Pinto — 42-3435.

UNIVERSIDADE DO BRASIL: Sede: R. do Ouvidor, 169. — Reitor: Professor Raul Leitão da Cunha — 22-0507.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTRO DE ESTADO:
Dr. Artur de Sousa Costa.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Av. Rio Branco. — Chefe: Secretário do Ministro da Fazenda: Dr. Ovídio Paulo de Meneses Gil — Tel. 43-1005.

COMISSÃO CONSTRUTORA DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA:
Sede: Av. Graça Aranha, 19 — Chefe: Dr. Arí Fontoura de Azambuja — 22-0280.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. da Candelária, 9-10.º. — Presidente: Dr. Alberto Gentile — 43-6927.

COMISSÃO DO ORÇAMENTO:
Sede: Palácio do Trabalho, 6.º. — Presidente: Dr. Luiz Simões Lopes — 42-6911.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Primeiro):
Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: José Luiz Batista.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES (Segundo):
Sede: R. da Candelária, 9-5.º. — Presidente: Cornélio Marcondes da Luz.

CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA:
Primeira Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Palvino Campos Rocha. Segunda Câmara: Sede: R. da Candelária, 9-4.º. — Presidente: Sílvio de Magalhães Figueira.

CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS:
Sede: R. da Candelária, 9-9.º. — Presidente: Dr. Artur de Sousa Costa.

CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA:
Sede: Av. Branco, 9-1.º. — Contador Geral da República: Claudionor de Sousa Lemos — 43-2318.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE COMPRAS:
Sede: Av. Graça Aranha, 62-11.º. — Diretor Geral: Dr. Fernando Martins Pereira e Sousa — 42-6140.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL:
Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Dr. Romero Estelita Cavalcante Pessoa.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO:
Diretor: Eng. Ulpiano de Barros.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

MINISTÉRIO DA GUERRA:
Sede: Quartel General do Exército — Praça da República. Ministro de Estado da Guerra e Presidente do Conselho Superior de Guerra — Gen. Div. Eurico Gaspar Dutra.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Quartel General do Exército — 9.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-0343.
Chefe: Cel. José Bina Machado.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO:
Sede: Palácio do Exército — 6.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-4169.
Chefe: Gen. Div. Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

ESCOLA DE ESTADO MAIOR:
Sede: Praia Vermelha — Telefone: 26-8320.
Comandante: Cel. Henrique Batista Duffles Teixeira Lott.

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO:
Séde: Morro da Conceição — Telefone: 43-9821.
Diretor: Gen. Div. José Antônio Coelho Neto.

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA:
Sede: Quartel General do Exército — 8.º pav. Ala Praça da República — Telefone: 43-3094.
Secretário Geral: Gen. Bda. Mário José Pinto Guedes.

INSPETORIA DA ARMA DE CAVALARIA:
Sede: Quartel General do Exército — 12.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3155.
Inspetor: Gen. Div. José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

INSPETORIA DO 1.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 16.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3244.
Inspetor: Gen. Div. Pedro Alcântara Cavalcanti de Albuquerque.

INSPETORIA DO 2.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 14.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-7499.
Inspetor: Gen. Div. Emílio Lúcio Esteves.

INSPETORIA DO 3.º GRUPO DE REGIÕES MILITARES:
Sede: Quartel General do Exército — 15.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-7044.
Inspetor: Gen. Div. Cristóvão de Castro Barcelos.

DIRETORIA DE ARMAS:
Sede: Quartel General do Exército — 5.º pav. — Telefone: 43-0463.
Diretor: Gen. Bda. Edgard Facó.

DIRETORIA DO ENSINO:
Sede: Quartel General do Exército — 10.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 47-7311.
Diretor: Gen. Bda. Isauro Reguera.

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO:
Sede: Praça General Tibúrcio.

DIRETORIA DE ARTILHARIA DE COSTA:
Sede: Quartel General do Exército — 6.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-6838.
Diretor: Gen. Bda. Sebastião do Rêgo Barros.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE ENGENHARIA:
Sede: Quartel General do Exército — 4.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-2136.
Diretor: Gen. Bda. Amaro Soares Bittencourt.

DIRETORIA DE TRANSMISSÕES:
Sede: Quartel General do Exército — 4.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-9104.
Diretor: Cel. Miguel Salasar Mendes de Morais.

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO:
Sede: Quartel General do Exército — 18.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-8788.
Diretor: Gen. Bda. Milton de Freitas Almeida.

DIRETORIA DE MATERIAL BÉLICO:
Sede: Quartel General do Exército — 7.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-3223.
Diretor: Gen. Bda. Álvaro Fiúza de Castro.

DIRETORIA DO RECRUTAMENTO:
Sede: Quartel General do Exército — Ala Marcílio Dias — 5.º pav. — Telefone: 43-7369.
Diretor: Cel. Lourival Duarte do Carmo.

DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO:
Sede: Quartel General do Exército — 6.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 23-0422.
Diretor: Gen. Intendente Emílio Fernandes de Sousa Docca.

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO:
Sede: Quartel General do Exército — 2.º pav. — Ala Praça da República — Telefone: 43-4349.
Diretor: Gen. Médico Dr. Afonso de Sousa Ferreira.

DIRETORIA DE REMONTA E VETERINÁRIA:
Sede: Quartel General do Exército — 3.º pav. — Ala Marcílio Dias — Telefone: 43-6430.
Diretor: Gen. Bda. Antônio da Silva Rocha.

### Regiões Militares

1.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Distrito Federal — Quartel General do Exército — 3.º pav.
Comandante: Gen. Div. Maurício José Cardoso:

2.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: São Paulo — São Paulo.
Comandante: Gen. Div. João Batista Mascarenhas de Morais.

3.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.
Comandante: Gen. Div. Valentim Benício da Silva.

4.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Juiz de Fora — Minas Gerais.
Comandante: Gen. Bda. Raimundo Sampaio.

5.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Curitiba — Paraná.
Comandante: Gen. Bda. José Agostinho dos Santos (Interino).

6.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Salvador — Baía.
Comandante: Gen. Bda. Dermeval Peixoto.

7.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Recife — Pernambuco.
Comandante: Gen. Div. Newton de Andrade Cavalcanti.

8.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Belém — Pará.
Comandante: Gen. Bda. Francisco da Paula Cidade.

9.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Campo Grande — Mato Grosso.
Comandante: Gen. Bda. Mário Xavier.

10.ª REGIÃO MILITAR:
Sede: Fortaleza — Ceará.
Comandante: Gen. Bda. Francisco Gil Castelo Branco.

**Estado Maior General**

GENERAIS DE DIVISÃO:

Pedro Aurélio de Góis Monteiro — Chefe do Estado Maior do Exército.

Eurico Gaspar Dutra — Ministro de Estado da Guerra.

Almério de Moura — Presidente da Comissão Central de Requisições Militares.

Raimundo Rodrigues Barbosa — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Francisco José da Silva Júnior — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Maurício José Cardoso — Comandante da 1.ª Região Militar.

Cristóvão de Castro Barcelos — Inspetor do 3.º Grupo de Regiões Militaers.

Manuel Rabelo — Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Emílio Lúcio Esteves — Inspetor do 2.º Grupo de Regiões Militares.

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — Inspetor da Arma de Cavalaria.

Júlio Caetano Horta Barbosa.

Estêvão Leitão de Carvalho — Delegado Brasileiro na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em Washington.

Pedro de Alcântara Cavalcante de Albuquerque — Inspetor do 1.º Grupo de Regiões Militares.

José Antônio Coelho Neto — Diretor do Serviço Geográfico e Histórico do Exército.

Newton de Andrade Cavalcante — Comandante da 7.ª Região Militar.

João Batista Mascarenhas de Morais — Comandante da 2.ª Região Militar.

Heitor Augusto Borges — Comandante da 5.ª Região Militar.

Valentim Benício da Silva — Comandante da 3.ª Região Militar.

Boanerges Lopes de Sousa — Comandante da 14.ª Divisão de Infantaria.

Firmo Freire do Nascimento — Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

GENERAIS DE BRIGADA:

Artur Sílio Portela — Comandante da 7.ª Divisão de Infantaria.

Isauro Reguera — Diretor do Ensino do Exército.

Raimundo Sampaio — Comandante da 4.ª Região Militar.

Mário José Pinto Guedes — Secretário Geral do Ministério da Guerra.

João de Mendonça Lima — Ministro da Viação e Obras Públicas.

Eduardo Guedes Alcoforado — Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Amaro Soares Bittencourt — Diretor de Engenharia.

Milton de Freitas Almeida — Diretor de Moto-Mecanização.

Mário Arí Pires — Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Salvador César Obino — Comandante da Artilharia Divisionária da 1.ª D. I.

Edgard Facó — Comandante da Infantaria Divisionária da 4.ª D. I.

Renato Paquet — Comandante da Infantaria Divisionária da 4.ª D. I.

Álvaro Fiúza de Castro — Diretor do Material Bélico.

Mário Xavier — Comandante da 9.ª Região Militar.

José Agostinho dos Santos — Comandante da Infantaria Divisionária da 5.ª D. I.

José Silvestre de Melo — Comandante da 2.ª Divisão de Cavalaria.

Gustavo Cordeiro de Faria — Comandante da Infantaria Divisionária da 14.ª D. I.

Euclides Zenóbio da Costa — Em Comissão nos Estados Unidos da América do Norte.

Francisco Gil Castelo Branco — Comandante da 10.ª Região Militar.

Dermeval Peixoto — Comandante da 6.ª Região Militar.

Osvaldo Cordeiro de Faria — Interventor Federal no E. do R. G. do Sul.

Anôr Teixeira dos Santos — Comandante da Artilharia Divisionária da 3.ª Região Militar.

Canrobert Pereira da Costa — Comandante da 3.ª Divisão de Cavalaria.

João Pereira de Oliveira — Comandante da Infantaria Divisionária da 2.ª D. I.

Francisco de Paula Cidade — Comandante da 8.ª Região Militar.

Ângelo Mendes de Morais.

Alcio Souto — Em Comissão nos Estados Unidos da América do Norte.

Renato Onofre Pinto Aleixo — Interventor Federal no Estado da Baía.

Odílio Denys — Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.

Newton Estillac Leal — Comandante da Infantaria Divisionária da 7.ª D. I.

OFICIAIS-GENERAIS DIRETORES DOS SERVIÇOS:

General Intendente — Emílio Fernandes de Sousa Docca — Diretor da Intendência do Exército.

General Médico — Dr. Afonso de Sousa Ferreira — Diretor de Saúde do Exército.

OFICIAIS-GENERAIS DA RESERVA CONVOCADOS PARA O SERVIÇO ATIVO:

General Bda. Sebastião do Rêgo Barros — Diretor da Artilharia de Costa.

General Bda. Antônio da Silva Rocha — Diretor de Remonta e Veterinária do Exército.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES**

MINISTRO DE ESTADO:

Dr. Alexandre Marcondes Filho (interino).

GABINETE DO MINISTRO:

Sede: Palácio Monroe — Av. Rio Branco. Chefe do Gabinete — 22-3173.

ARQUIVO NACIONAL:

Sede: Pr. da República, 26. — Diretor: Dr. Eugênio Vilhena de Morais — 22-4441.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: R. Senador Dantas, 1 — Presidente: Dr. Bento Queiroz de Barros Júnior — 43-3240.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS:
Sede: Palácio Monroe. — Presidente: Dr. Adroaldo Junqueira Aires — 22-9933-R. 18.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS:
Sede: Palácio Monroe — 42-8477.

COMISSÃO REVISORA DE DECRETOS-LEIS:
Sede: Palácio Monroe.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO:
Sede: Palácio Monroe. — Presidente. Dr. Iedo Fiúsa — 22-9933.

CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA:
Sede: R. Senador Dantas. — Consultor Geral: Dr. Hahnemann Guimarães — 42-1727.

CONSULTOR JURÍDICO:
Sede: Palácio Monroe. — Consultor Dr. Fernando Antunes — 22-6831.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: Pr. da República, 45. — Comandante: Coronel Aristarco Pessoa Cavalcante de Albuquerque — 22-4455.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇAO:
Sede: R. Senador Dantas. — Diretor Geral: Dr. Cincinato Galvão Ferreira Chaves — 42-7101.

DIRETORIA DA JUSTIÇA E DO INTERIOR:
Sede: Edifício Rex, 17.º. — Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

IMPRENSA NACIONAL:
Sede: Av. Rodrigues Alves, 1. — Diretor: Dr. Rubens d'Almada Horta Pôrto — 43-8833.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. Dom Manuel, 27/45.

JUÍZO DE MENORES:
Sede: R. dos Inválidos, 152. — Juiz: Dr. Saul de Gusmão — 42-7916.

JUSTIÇA DO TERRITÓRIO DO ACRE:
Sede: Cruzeiro do Sul — Acre.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:
Sede: Av. Rio Branco, 241.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: Edifício do Forum. R. Dom Manuel. — Procurador Geral: Dr. Romão Côrtes de Lacerda — 42-6523.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. da Relação. — Chefe de Polícia: Coronel Alcides Etchegoyen.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL:
Sede: R. Evaristo da Veiga, 78. — Comandante: General Odílio Denys.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Diretor: Dr. Augusto César Lôbo.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES:
Sede: R. São Cristóvão, 482. — Diretor Dr. Meton de Alencar Neto — 28-2378.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA:
Sede: Av. Graça Aranha, 26-10.º. — Diretor: Dr. Heitor Bracet — 42-9370.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

MINISTRO DE ESTADO:
Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Cais dos Mineiros. — Chefe do Gabinete: Capitão de Mar e Guerra Jerônimo Francisco Gonçalves — 23-2258.

SECRETARIA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério. — Diretor: Dr. Rodolfo Graça — 23-6080.

ARSENAL DE MARINHA DA ILHA DAS COBRAS:
Sede: Ilha das Cobras. — Diretor: Contra-Almirante Eng.º Naval Júlio Regis Bittencourt — 23-0551.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO:
Sede: (Entrada) Pr. Barão de Ladário. — Diretor Geral: Capitão de Mar e Guerra Oscar de Barros Cavalcante — 23-4110.

AUDITORIA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério, 7.º.
1.º Auditor: Dr. Henrique Alberto Magalhães de Almeida — 2.º Auditor: Dr. José Batista dos Santos Júnior.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E TOMBAMENTO DOS PRÓPRIOS NACIONAIS:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º.
Capitão de Mar e Guerra Francisco de Araújo Reis Viana.

COMISSÃO DE METALURGIA:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º.
Presidente: Contra-Almirante Alberto da Cunha Pinto.

CONSELHO DO ALMIRANTADO:
Sede: Edifício do Ministério, 3.º.
Presidente: Vice-Almirante Henrique Aristides Guilhem.

DIRETORIA DO ARMAMENTO DA MARINHA:
Sede: Cidade de Niterói. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Oscar Pereira de Sousa e Almeida — Niterói, 828.

DIRETORIA DE ENGENHARIA NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Almirante Luiz Pereira das Neves — 23-2070 — R.126.

DIRETORIA DO ENSINO NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério, 5.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Guilherme Reiken.

DIRETORIA DE FAZENDA DA MARINHA:
Sede: Edifício do Ministério, 2.º. — Diretor-Geral: Vice-Almirante Raimundo de Melo Braga de Mendonça.

DIRETORIA DE MARINHA MERCANTE:
Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

DIRETORIA DE NAVEGAÇÃO:
Sede: Ilha Fiscal. — Diretor Geral: Contra-Almirante Jorge Dodsworth Martins.

DIRETORIA DO PESSOAL DA ARMADA:
Sede: Edifício do Ministério, 4.º. — Diretor Geral do Pessoal: Contra-Almirante Mário Hechesher.

DIRETORIA DE SAÚDE NAVAL:
Sede: Edifício do Ministério. — Diretor Geral: Contra-Almirante Médico Dr. Heráclito de O. Sampaio.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO RIO DE JANEIRO:
Sede: R. do Rosário, 21/22. — Diretor: Capitão de Mar e Guerra Aarão Reis Filho.

ESTADO MAIOR DA ARMADA.
Sede: Edifício do Ministério. — Chefe: Vice-Almirante Américo Vieira de Melo.

TRIBUNAL MARÍTIMO ADMINISTRATIVO:
Sede: Pr. Sérvulo Dourado. — Presidente: Vice-Almirante Mário de Oliveira Sampaio.

**Relação dos almirantes em serviço ativo:**

VICE-ALMIRANTES:

Américo Vieira de Melo — Chefe do Estado Maior da Armada. João Lira, 35 — Leblon.

Mário de Oliveira Sampaio — Diretor Geral de Marinha Mercante. Pr. José de Alencar (Hotel dos Estrangeiros) Apt. 22.

Álvaro Rodrigues de Vasconcelos, À Disposição do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil — Washington, D. C. — EE. UU.

Raimundo de Melo Braga de Mendonça — Vice-Presidente da Com. Cent. de Requisições. Pr. Santos Dumont, 104 — Gávea.

Eduardo Augusto de Brito Cunha — à disposição do Ministério das Relações Exteriores. Av. N. S. de Copacabana, 1394-Ap. 8.

Guilherme Rieken — Diretor Geral do Ensino Naval. São Clemente, 139-Casa, 26.

CONTRA-ALMIRANTES:
Alberto de Lemos Bastos — Comandante Naval de Leste. Salvador — Estado da Baía.

Durval de Oliveira Teixeira — Comandante Naval do Centro. Otávio Correia, 286 — Urca.

Arí Parreiras — Chefe da Comissão de Instalação da Base Naval de Natal. Natal — Estado do Rio Grande do Norte.

Mário Hecksher — Diretor da Escola Naval. São Francisco Xavier, 312 — São Francisco Xavier.

Jorge Dodsworth Martins — Diretor Geral de Navegação. Sousa Lima, 9 apt. 64 — Copacabana.

Gustavo Goulart — Comandante Naval do Norte. Belém — Estado do Pará.

José Maria Neiva — Comandante Naval do Nordeste. Recife — Estado de Pernambuco.

Oscar de Frias Coutinho — Diretor Geral de Fazenda. Coronel Cabrita, 17 — São Cristóvão.

Luiz Augusto Pereira das Neves — Diretor Geral de Engenharia Naval. Praia de Botafogo, 148 — 6.º andar — apt. 60 — Botafogo.

Heráclito de Oliveira Sampaio — Diretor Geral de Saúde Naval. Paissandú, 239 — ap. 22 — Flamengo.

Milcíades Portela Ferreira Alves — Comandante Geral do Corpo de Fusileiros Navais. Ilha das Cobras.

Sílvio de Noronha — Comandante Naval de Mato Grosso-Ladário.

Alfredo Carlos Soares Dutra — Comandante da Fôrça Naval do Nordeste.

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:
Sede: Av. Mal. Floriano Peixoto — Palácio Itamaratí. Ministro de Estado: Dr. Osvaldo Aranha.

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO:
Sede: Palácio Itamaratí. Secretário Geral do Ministério: Embaixador Pedro Leão Veloso.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral — Mário de Castelo Branco.

DIVISÃO DO MATERIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Adriano de Sousa Quartin.

DIVISÃO DE ORÇAMENTO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Perilo Gomes.

DIVISÃO DO PESSOAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Carlos Alves de Sousa Filho.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Francisco Gualberto de Oliveira.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Luiz Camilo de Oliveira Neto.

ARQUIVO HISTÓRICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Luiz Carlos de Andrade Filho.

BIBLIOTECA:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Jango Fischer.

GABINETE FOTOSTÁTICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Encarregado: Alair Botelho.

MAPOTECA:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Murilo de Miranda Basto.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe:" Renato da Costa Almeida.

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES:
Sede: Palácio Itamaratí. Cônsul Jaime de Barros Gomes.

DEPARTAMENTO DIPLOMÁTICO E CONSULAR:
Sede: Palácio Itamaratí. Secretário Geral: Embaixador Pedro Leão Veloso.

DIVISÃO CONSULAR:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Joaquim A. de Sousa Ribeiro.

DIVISÃO DE ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Gastão Paranhos do Rio Branco.

DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Temístocles da Graça Aranha.

DIVISÃO DE FRONTEIRAS:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro Heitor Lira.

DIVISÃO DE PASSAPORTES:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Secretário Afrânio de Melo Franco.

DIVISÃO DO CERIMONIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Ministro José Roberto de Macedo Soares.

DIVISÃO ECONÔMICA E COMERCIAL:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cônsul Geral Mário Moreira da Silva.

DIVISÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA:
Sede: Palácio Itamaartí. Chefe: Ministro Acir do Nascimento Pais.

ANAIS:
Sede: Palácio Itamaratí: Redator-Chefe: Afonso Aurélio Pôrto.

CONSULTOR TÉCNICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

SERVIÇO JURÍDICO:
Sede: Palácio Itamaratí. Chefe: Consultor Jurídico — Sebastião do Rêgo Barros.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Sede: Palácio do Trabalho — Av. Aparício Borges. Ministro de Estado: Dr. Alexandre Marcondes Filho.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Palácio do Trabalho - 8.º — Telefone: 42-4700 e 42-8080, ramal 457. Consultor Jurídico: Dr. Oscar Saraiva.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:
Sede: Palácio do Trabalho - 5.º — sala 547. Presidente: Dr. Adolfo Morales de los Rios.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - — Telefone: 22-0038. Presidente: Major Felinto Müller.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 8.º — Telefone: 42-8080, ramal 259. Diretor: Dr. José Cândido de Lima Ferreira.

SERVIÇO ATUARIAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 7.º — sala 744 — Telefone: 42-8080, ramal 210. Diretor Atuário Paulo Leopoldo Pereira da Câmara.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - 4.º — Telefone: 42-8080, ramal 411. Diretor: Dr. Osvaldo Gomes da Costa Miranda.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 3.º — Telefone: 42-0841 e 42-8080, ramal 401. Diretor Geral: Dr. Francisco Antônio Coelho.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 10.º — Telefone: 42-8080, ramal 633. Diretor Geral: Dr. Henrique Dória de Vasconcelos.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Sede: Palácio do Trabalho - 11.º — Telefone: 22-0122. Diretor: Guilherme Vidal Leite Ribeiro.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho - 7.º — Telefone: 42-8080, ramal 439. Diretor Geral: Dr. Edmundo Perry.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho - — Telefone: 42-7500. Diretor Geral: Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: João Mendes da Silveira Arruda.

DIVISÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: Dr. Décio Parreiras.

DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA SINDICAL:
Sede: Palácio do Trabalho - 5.º. Diretor: Dr. José Segadas Viana.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL:
Sede: Palácio do Trabalho. Diretor: Marcial Dias Pequeno.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DA ESTIVA:
Sede: Av. Venezuela, 53 — Telefone: 43-8991. Presidente: Antônio Ferreira Filho.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 31 — Edif. dos Bancários — Telefone: 23-1941. Presidente: Dr. Aderbal Carneiro de Novais.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS:
Sede: Edifício Novo Mundo — Av. Pres. Wilson, 164 - 5.º, 6.º, 7.º, 80.º e 10.º andares — Telefone: 42-6100, ramal 35. Presidente: Dr. Plínio Reis de Cantanhede Almeida.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS:
Sede: Av. Graça Aranha, 35 — Telefone: 42-6053, ramal 7. Presidente: Dr. Helvécio Xavier Lopes.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS:
Sede: Av. Almirante Barroso, 78. Presidente: Eng. Plínio Reis de Cantanhede Almeida.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS:
Sede: Av. Rio Branco, 10 — Telefone: 23-1162. Presidente: Homero Mesquita.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO:
Sede: Rua Pedro Lessa, 27 (Esplanada do Castelo) — Telefone: 22-7731. Presidente: Dr. Júlio de Barros Barreto.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA:
Sede: Av. Venezuela, 82 — Telefone: 43-1428. Diretor: Dr. Ernesto Lopes da Fonseca.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE:
Sede: Rua Almirante Barroso, 81 - 4.º (Edif. Andorinha) — Telefone: 42-7074, ramal 1. Presidente: Dr. Carlos Gomes de Oliveira.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL:
Sede: Praça da Bandeira, 96 — Telefone: 48-1080. Diretor: Édison Pitombo Cavalcanti.

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

MINISTRO DE ESTADO:
Gen. Bda. João de Mendonça Lima.

GABINETE DO MINISTRO:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Chefe do Gabinete: Dr. Vítor Gustavo de Mascarenhas Tamon.
Consultor Jurídico: Dr. Adauto Cardoso.

COMISSÃO DE EFICIÊNCIA:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: Raul de Azeredo — 22-7876.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE:
Sede: Av. Rio Branco, 46, 2.º. — Presidente: Comandante Rodolfo Frois da Fonseca.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA:
Sede: Corumbá — Mato Grosso. — Chefe da Comissão: Luiz Alberto Whertely.

COMISSÃO DE ACERVO DA BRAZIL RAILWAY COMPANY E OUTRAS EMPRÊSAS:
Sede: Edifício da A Noite. — Superintendente: Coronel Luiz Carlos da Costa Neto.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E METALURGIA:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Presidente: General João de Mendonça Lima.

CONTADORIA GERAL DE TRANSPORTES:
Sede: R. Uruguaiana, 25. — CONSELHO ADMINISTRATIVO: Presidente: Dr. Jurandir Pires Ferreira. — CONSELHO DE TARIFAS E TRANSPORTES:

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Fernando Augusto de Almeida Brandão — 42-8395.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor Geral: Major Landry Sales Gonçalves — 42-2266. — DIRETORIAS REGIONAIS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO:
Diretor Geral: Eng. Valdemar Coimbra da Luz.
Sede: Av. Graça Aranha. 416 - 10.º.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Sede: Pr. Mauá, 7. — Diretor: Dr. Iedo Fiúsa. — 43-2065.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO:
Sede: Av. Venezuela, 238. — Diretor: Dr. Hildebrando de Araújo Góis — 43-5045.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO:
Sede: Pr. Mauá, 10. — Diretor: Dr. Frederico César Burlamaqui.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES:
Diretor: Brigadeiro do Ar Antônio Guedes Muniz.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO PARÁ:
Sede: Belém — Pará. — Diretor: Comandante Francisco Bulcão Viana.

INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS:
Sede: Av. Nilo Peçanha, 155. — Inspetor: Dr. Luiz Augusto da Silva Vieira —42-1659.

INSPETORIA GERAL DE ILUMINAÇÃO:
Sede: Av. Graça Aranha, 43. — Inspetor Geral: Dr. Francisco de Sá Lessa.

SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:
Sede: Pr. 15 de Novembro. — Diretor: Dr. Vicente de Brito Pereira Filho — 22-9230.

# Administração regional

## DISTRITO FEDERAL

PREFEITO:
Dr. Henrique de Toledo Dodsworth.

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO:
Dr. Jorge Dodsworth (secretário).

PROCURADORIA:
Dr. José Sabóia Viriato de Medeiros, procurador.

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO:
Dr. Jorge Dodsworth (Secretário Geral).

SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Cel. Jonas de Morais Correia Filho, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS:
Dr. Mário Melo, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:
Dr. Jesuíno Carlos de Albuquerque, secretário geral.

SECRETARIA GERAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Edson Junqueira Passos, secretário geral.

TRIBUNAL DE CONTAS:
Presidente: Cônego Olímpio de Melo. — Vice-Presidente: Dr. Benjamim Guilherme dos Reis Jr. — Membros: Dr. Pedro Firmeza, Dr. Francisco Antônio R. Sales Filho, Dr. Rui Carneiro da Cunha, Dr. Valdomiro de Barros Magalhães, Dr. Ivan Monteiro de Barros Lins.

## ALAGOAS

INTERVENTOR FEDERAL:
Major Ismar de Góis Monteiro.

SECRETARIA DO INTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Bel. Arí Bôto Pitombo, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA E DA PRODUÇÃO:
Agr.º Esperidião de Farias Júnior, secretário.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Bel. José Mota Maia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Pedro Barreto Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Bel. Antônio de Freitas Cavalcante, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Bel. Manuel Diegues Júnior, diretor.

DIRETORIA DA RECEITA:
Bel. Aldaberon Cavalcante Lins, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. civil Valdemar Uchoa de Oliveira, dir.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Rodrigues de Albuquerque, diretor.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Bel. José Maria Correia das Neves, diretor.

DIRETORIA GERAL DA FAZENDA:
José Marinho Júnior, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Agrônomo Alberto Araújo, diretor.

DIRETORIA REGIONAL DA DEFESA PASSIVA ANTI-AÉREA:
Dr. Lourival de Melo Mota, diretor.

SECRETARIA DA INTERVENTORIA FEDERAL:
Cap. Alves Mata, secretário.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO:
Eng. civil Antônio Mário Mafra. Superintendente.

FÔRÇA POLICIAL MILITAR:
Cel. Manuel Xavier de Oliveira. comandante.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Alexandre Nobre, presidente.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO:
Pe. Luiz Medeiros Neto, diretor.

GUARDA CIVIL:
Cap. Antônio Pantaleão Neto, comandante.

COLÔNIA EDUARDO RABELO:
Dr. Aderbal Jatobá, médico.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção Masculina):
Cirurgião-dentista Vital de Meira Barbosa, diretor.

COLÉGIO ALAGOANO (Secção feminina):
Bel. Teonilo Cravo Gama, diretor.

PROCURADORIA DA FAZENDA:
Bel. Antônio Baltasar de Mendonça, procurador.

## AMAZONAS

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Álvaro Botelho Maia.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Rui Araújo, secretário.

CÔRTE DE APELAÇÃO:
Desembargador Artur Virgílio do Carmo Ribeiro, presidente.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Antônio de Oliveira Lima, chefe.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Leopoldo Peres, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Dr. Temístocles Pinheiro Gadelha, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Júlio Benevides Uchôa, diretor.

DIRETORIA DO ARQUIVO, BIBLIOTECA E IMPRENSA PÚBLICA:
José Luiz de Araújo Neto, diretor.

DIRETORIA DO COLÉGIO AMAZONENSE:
Prof. José Rocha de Machado e Silva, diretor.

DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA:
Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, diretor.

DIRETORIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO:
Prof.ª Eunice Serrano Teles de Sousa, diretora.

FÔRÇA POLICIAL:
Tte.-Cel. João Gentil Barbato, comandante.

INSPETORIA DAS RENDAS MUNICIPAIS:
Homero de Miranda Leão, inspetor.

## BAÍA

### Interventoria

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Bda. Renato Onofre Pinto Aleixo.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:
Bel. João da Costa Pinto Dantas Júnior.

ASSISTÊNCIA MILITAR:
Major Maurino Cesimbra Tavares.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (Pres.):
Eng. Civil Arnaldo Pimenta da Cunha.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO (Dir-interino):
Bel. Joaquim Artur Pedreira Franco.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DA ESTATÍSTICA (Dir.):
Bel. Afrânio de Carvalho.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (Dir.):
Bel. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt.

### Secretaria do Interior e Justiça

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Bel. Artur César Berenguer.

PROCURADOR GERAL DO ESTADO:
Bel. Epaminondas Berbert de Castro.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Pres.):
Bel. EUVALDO LUZ.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO (Secretário):
Bel. Lafaiete Pereira Guimarães.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO (S.I.):
Bel. Ademar Correia de Meneses.

ARQUIVO PÚBLICO (Dir.):
Bel. Alfredo Vieira Pimentel.

JUNTA COMERCIAL (Dir. Sec.):
Bel. César Prisco Paraíso.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E REFORMA (Dir.):
Bel. Édison Tenório de Albuquerque.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES (Dir.):
Bel. Tarcilo Vieira de Melo.

IMPRENSA OFICIAL (Dir.):
Bel. Afonso Rui de Sousa.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO (Dir.):
Bel. Sebastião Alfredo Ramos.

### Secretaria de Educação e Saúde

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Aristides Novis.

DIRETOR DO GABINETE (Educação):
Álvaro Coelho Moreira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (Dir.):
Bel. Álvaro Augusto da Silva.

INSTITUTO NORMAL DA BAÍA (Dir.):
Eng. civil Solon Nélson de Sousa Guimarães.

COLÉGIO ESTADUAL DA BAÍA (Dir.):
Bel. Francisco da Conceição Meneses.

INSPETORIA DE MUSEU E MONUMENTOS (Insp).:
Bel. José Prado Valadares.

BIBLIOTECA PÚBLICA (Dir.):
Bel. Osvaldo Imbassaí da Silva.

ESCOLA POLITÉCNICA DA BAÍA (Dir.):
Eng. civil Arquimedes Pereira Guimarães.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE (Dir.):
Dr. Luiz Lessa.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA (Dir.):
Dr. José de Oliveira Guimarães.

HOSPITAL COUTO MAIA (Dir.):
Dr. Antônio de Assís Coelho Borges.

INSTITUTO OSVALDO CRUZ (Dir.):
Dr. Agenor Meireles.

SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO (Dir.):
Dr. Matias Mariani Bittencourt.

HOSPITAL JULIANO MOREIRA (Dir.):
Dr. João Inácio de Mendonça.

HOSPITAL SANTA TERESINHA (Dir.):
Dr. César de Araújo.

LEPROSÁRIO RODRIGUES DE MENESES (Dir.):
Dr. Francisco Mendonça.

DIVISÃO DE SAÚDE (Dir.):
Dr. Álvaro Franca Rocha.

ASSISTÊNCIA SOCIAL (Dir.):
Dr. Colombo Moreira Espínola.

### Secretaria de Segurança Pública

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Major Hoche Pulquério.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (Dir.):
Dr. Egas Moniz de Aragão.

DEPARTAMENTO CENTRAL ADMINISTRATIVO (Dir.):
Bel. Nélson de Almeida Pinto.

DELEGADO AUXILIAR:
Bel. Antônio Pereira de Matos.

DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL:
Bel. Almir B. Pinto.

INSPETOR DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Bel. Mário José Cardoso.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA:
Dr. Pedro Augusto de Melo.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO:
Eng. civil Armando Carneiro da Rocha.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL (N. Rodrigues):
Dr. Estácio Valente de Lima.

COMANDANTE DA FÔRÇA POLICIAL:
Cel. Armindo Vilaça.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Farmacêutico Francisco Ribeiro Gonçalves.

CASA DE DETENÇÃO (Dir.):
Bel. Leopoldo Braga.

**Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio**

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA I.C.:
Agr. Paulo Campos Pôrto.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO:
Hermógenes Florence Drummond.

ESCOLA DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA (Dir.):
Agr. José Carlos Ribeiro.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL (Dir.):
Agr. Nuno Dias Tavares.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO ANIMAL (Dir.):
Agr. Francisco Veloso Pondé.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E PROTEÇÃO À NATUREZA (Dir.):
Eng. civil Alfredo de Amorim Coelho.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA (Dir.):
Eng. civil Lauro de Andrade Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Agr. Valdiki Cardoso Moura.

DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Dir.):
Agr. Antônio Nonato Marques.

**Secretaria de Viação e Obras Públicas**

SECRETÁRIO DA VIAÇÃO E O. PÚBLICAS:
Eng. civil Osvaldo César Rios.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO:
Eng. civil Mário Tarquínio.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO:
Eng. civil Celso Tôrres.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGEM (Dir.):
Eng. civil Edmundo da Silva Visco.

DEPARTAMENTO DOS SERV. INDUSTRIALIZADOS:
Eng. civil Carlos Kock de Carvalho.

SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTOS (Super.):
Eng. civil Emile Tournillon.

NAVEGAÇÃO BAIANA (Super.):
Eng. civil Humberto Pacheco de Miranda.

ESTRADA DE FERRO DE NAZARÉ (Super.):
Eng. civil Manuel Cosme Coelho Borges.

NAVEGAÇÃO BAIANA DO SÃO FRANCISCO (Super.):
Eng. civil Jorge de Lacerda Kelsch.

**Secretaria da Fazenda**

SECRETÁRIO DA FAZENDA:
Bel. Guilherme C. da Rocha Marback.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO (Dir.):
Bel. Sylvio Leal Pereira da Rocha.

PROCURADOR FISCAL:
Bel. Carlos Marback de Andrade.

DIRETORIA DA RECEITA (Dir.):
Euclides Lamartine Pereira Caldas.

RECEBEDORIA DAS RENDAS (Dir.):
Farmaceutico Rodolfo Araújo Doréa.

DIRETORIA DA DESPESA (Dir.):
Luiz Soares Rosado.

INSPETORIA FISCAL DAS RENDAS:
Bel. Oscar de Cerqueira Falcão.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
João Ursecino de Figueiredo.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS (Dir.):
Eng. civil João da Mata Barros.

TESOURARIA GERAL:
Tancredo Tourinho.

**Repartições Federais**

DOMÍNIO DA UNIÃO (Chefe):
Eng. Odilon Franco Sobrinho.

ALFÂNDEGA DA BAÍA (Inspetor):
João Augusto Ataíde.

DELEGADO FISCAL:
Dr. Elpídio Boa Morte Filho.

CORREIOS E TELÉGRAFOS (Diretor):
Dr. Franklin Augusto Ramos.

CAIXA ECONÔMICA (Pres.):
Agr. João Moreira da Rocha.

DELEGADO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO:
Dr. Antônio Domingues Uchoa.

INSPETORIA DE SÊCAS (Chefe Com.):
Eng. civil Reinaldo Silva Lima.

FISCALIZAÇÃO DO PÔRTO DA BAÍA:
Eng. civil Luiz Teixeira de Carvalho.

INSP. DEFESA SANITÁRIA VEGETAL:
Agr. Pedro da Silva Lopes.

INSP. DEFESA SANITÁRIA ANIMAL:
Dr. Aloisio Lobato Vale.

SERVIÇO NACIONAL DA FEBRE AMARELA (D.R.):
Dr. Frederico Acker.

INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS:
Dr. Mário Larmo Cantição.

VIAÇÃO FÉRREA LESTE BRASILEIRO (Dir.):
Eng. civil Lauro Farani de Freitas.

CAPITANIA DOS PORTOS:
Cap. Frag. Luiz Bezerra Cavalcante.

COMANDANTE NAVAL DE LESTE:
Almte. Alberto Lemos Basto.

INSPETORIA AGRÍCOLA DA 4.ª REGIÃO:
Agr. Liberalino Sales Gadelha.

COMANDANTE DA 6.ª REGIÃO MILITAR:
Gal. Dermeval Peixoto.

**CEARÁ**

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Francisco Menezes Pimentel.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Rui de Almeida Monte, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Martins Rodrigues, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Antônio Manuel de Andrade Furtado, secretário.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:
Cap. José Barros de Campos Góis, secretário.

DIRETORIA GERAL DA AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Renato Braga, diretor.

DIRETORIA GERAL DO INTERIOR E DA JUSTIÇA:
Dr. Manuel Pio de Farias, diretor.

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA:
Dr. Antônio Catunda de Sabóia, diretor.

DIRETORIA GERAL DO TESOURO:
Dr. Mozart Catunda Gondim, diretor.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Eduardo Eleri Barreira, diretor.

DEPARTAMENTO DE CENSURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA:
Dr. Fran Martins, diretor.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA:
Dr. Ramir Valente, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Pe. José Bruno Teixeira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Tomaz Gomes da Silva, diretor.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DA RECEBEDORIA:
Dr. José Eduardo Espínola, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Paulo Torcápio Ferreira, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Híder Correia Lima, diretor.

IMPRENSA OFICIAL:
Alfeu Faria de Aboim, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
José Cândido Cavalcante Filho, presidente.

POLÍCIA MILITAR:
Dr. Manuel Cordeiro Neto, Comte. geral.

## ESPÍRITO SANTO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Jones dos Santos Neves.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Moacir Ubirajara, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Osvaldo Cruz Guimarães, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, secretário.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Américo Coelho, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Placidino Passos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Armando Rabelo, diretor.

DEPARTAMENTO GERAL DE AGRICULTURA:
Dr. Enrico I. A. Ruschi, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Jaime dos Santos Neves, diretor.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Paulo Tarso Veloso, chefe.

DIRETORIA DA CONSTRUÇÃO DO PÔRTO:
Dr. Eumenes Peixoto Guimarães, diretor.

DIRETORIA DA ESTRADA DE FERRO DE ITAPEMIRIM:
Dr. J. A. Neto Souto, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO:
Dr. Napoleão Fontenele da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS CIVÍS:
Dr. Hermes Carneiro, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS NO NORTE DO ESTADO:
Dr. Dido Fontes de Faria Brito, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS:
Edgar Ribeiro de Sousa, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Dr. Manuel de Passos Barros, diretor.

SUPERINTENDÊNCIA DO PÔRTO DE VITÓRIA:
Dr. José Tarquínio da Silva, superintendente.

## GOIAZ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Teixeira Álvares Jr., secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Dário Délio Cardoso, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Colemar Natal e Silva, procurador geral.

DIRETORIA GERAL DO D.S.P.:
Odorico Costa, diretor.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO:
Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, diretor.

DIRETORIA GERAL DE FAZENDA:
Dr. José Ludovico de Almeida, diretor.

DIRETORIA GERAL DE POLÍCIA E TRÂNSITO:
Dr. Eurico Viana, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE:
Dr. José Magalhães da Silveira, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Antônio de Queiroz Barreto, chefe.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Antônio Juruena Di Guimarães, diretor.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E CADASTRO IMOBILIÁRIO:
Dr. Humberto Ludovico de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Joaquim Câmara Filho, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Abel Soares de Castro, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO PESSOAL:
Hildebrando Veloso do Carmo, diretor.

DIRETORIA DA DIVISÃO DO MATERIAL:
Nicanor Brasil Gordo, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Garibaldi Teixeira, diretor.

DIRETORIA DO ESCRITÓRIO DE VIAÇÃO E TERRAS:
Dr. Solon Édison de Almeida.

## MARANHÃO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Secretário Geral: Dr. Albuquerque Alencar.

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Diretor: José dos Santos Carvalho.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Presidente: Dr. Djalma Caldas Marques.

DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTABILIDADE:
Diretor: Cássio Reis Costa.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Diretor: Eduardo de Pinho Castro.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Dr. Emiliano Macieira.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Diretor Geral: Antônio Jaber.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Diretor: Djalma Fortuna.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Diretor: José de Ribamar Pinheiro.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Diretor: Dr. Iberê Rodrigues da Cunha.

DIRETORIA DA FAZENDA:
Diretor: Dr. Clodoaldo Cardoso.

DIRETORIA DE FOMENTO AGRÍCOLA:
Diretor: Dr. Jaime de Brito.

DIRETORIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA:
Diretor: Dr. Cesário Veras.

DIRETORIA GERAL DA INTRUÇÃO PÚBLICA:
Diretor: Prof. Luiz Rêgo.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Procurador Geral: Dr. Édson Brandão.

## MATO GROSSO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Júlio Strubing Müller.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Ponce de Arruda, secretário.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA:
Prof. Francisco Ferreira Mendes, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Lobivar Matos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Hélio Ponce de Arruda, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Alexandre Ador Filho, chefe.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Manuel Soares de Campos, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Arquimedes Pereira Lima, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO:
Dr. Pedro Pais de Barros, diretor.

DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS:
Otávio de Vasconcelos Neves, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO:
Cel. Antônio Antero Pais de Barros, diretor.

REPARTIÇÃO DE LUZ E ÁGUA:
Dr. Alberto Aloísio Ador, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Máximo Leví, comte. geral.

## MINAS GERAIS

GOVERNADOR:
Dr. Benedito Valadares Ribeiro.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Lucas Lopes, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Cristiano Monteiro Machado, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Francisco Balbino Noronha de Almeida, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Ovídio Xavier de Abreu, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Dermeval José Pimenta.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Dr. Ciro Versiani dos Anjos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Hildebrando Clarck, diretor.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Dr. Luiz Martins Soares, chefe.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Olinto Fonseca Filho, diretor:

DIRETORIA DA RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO:
Eng. Demerval Pimenta, diretor.

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. José Alves de Castilho Júnior, diretor.

FÔRÇA PÚBLICA:
Cel. Alvino Alvim de Meneses, comandante.

## PARÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Cel. Joaquim Magalhães Cardoso Barata.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
João Guilherme Lameira Bittencourt, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Bianor Penalber, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Prof. Temístocles Santana Marques, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Adelino de Vasconcelos, diretor.

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS:
Dr. Homero Cunha, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Eusébio de Matos Cardoso, solicitador.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Amintor Virgolino Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antônio Teixeira Gueiros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS, TERRAS E AGRICULTURA:
Dr. Antônio Ferreira Celso, diretor.

SERVIÇO DE AGRICULTURA:
Dr. José Hermógenes Barras, diretor.

SERVIÇO DE ÁGUAS:
Dr. Artur Seixas, diretor.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Orlando Guilhon, diretor.

SERVIÇO DE CADASTRO RURAL:
Augusto B. de Araújo.

SERVIÇO DE OBRAS:
Antônio Gomes de Meneses, diretor.

SERVIÇO DE TERRAS:
Dr. Bertino Barbosa Lima, diretor.

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Osvaldo Viana, diretor.

MATADOURO DO MAGUARÍ:
João B. de Araújo, diretor.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI:
Dr. Carlos Estêvão de Oliveira, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Augusto Matos Pereira, presidente.

POLÍCIA MILITAR:
Cap. João Augusto da Costa, comte.

## PARAÍBA

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Rui Carneiro.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. João Henriques da Silva, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Miguel Falcão de Alves, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Samuel Vital Duarte, secretário.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Flodoardo da Silveira, presidente.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:
Severino Lucena, presidente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E RÁDIO-DIFUSÃO:
Dr. Abelardo Jurema, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Sigesmundo Costa, diretor.

DEPARTAMENTO DE MUNICIPALIDADES:
Dr. Cláudio Oscar Soares, diretor.
Interinamente: Eduardo Costa.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. José Semeão Leal, diretor.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Janduí Carneiro, diretor.
Interinamente: Dr. Plínio Espínola.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Dr. Manuel Ribeiro de Morais, chefe.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Orlando Almeida, diretor.

DIRETORIA DO FOMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. João Henriques da Silva, diretor.
Interinamente: Dr. Evandro Ribeiro.

DIRETORIA DO TESOURO:
Dr. J. de Santos Coelho, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Refarim Rodrigues Martinez, diretor.

IMPRENSA OFICIAL — "A União":
Ascendino Leite, diretor.

SERVIÇO DE ARQUIVO PÚBLICO:
Dr. Ernani Batista, chefe.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA:
Joaquim Santiago, chefe.

JUNTA COMERCIAL:
João Celso Peixoto de Vasconcelos, presidente.

ESCOLA DE AGRONOMIA DE AREIA:
Dr. J. Moreira de Melo, diretor.

POLÍCIA MILITAR:
Cel. Elias Fernandes, comandante.

## PARANÁ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Manuel Ribas.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. João de Oliveira Franco, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Capitão Fernando Flores, secretário.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA:
Dr. Ângelo Lopes, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. Agrônomo Sandoval Ribas, diretor.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS:
Eng. Odilon Mäder, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Lauro Schleder, diretor.

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE, PROTOCOLO GERAL E CONTADORIA:
Túlio de Sá Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Abílio Peixoto, diretor.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Eng. Osvaldo Lacerda, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Fausto N. Bittencourt, diretor.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO DE TRÂNSITO:
Arí Correia Lima, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Amaurí Ataíde, diretor.

INSTITUTO DE BIOLOGIA:
Dr. Marcos Enriete, diretor.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO:
Dr. Carlos Mafra Pedroso, diretor.

DIRETORIA DA DESPESA FIXA:
Hairton da Silva Pereira, diretor.

DIRETORIA DA RECEITA:
Leandro Dacheux do Nascimento Filho, diretor.

DIRETORIA DO TESOURO E PAGADORIA:
José Macedo Sobrinho, diretor.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE PARANAGUÁ:
Eng. Raul Macedo, superintendente.

ALMOXARIFADO GERAL DO ESTADO:
Rosalino Azambuja Fernandes, diretor.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO:
José de Barros Fonseca, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Frederico Faria de Oliveira, secretário.

SERVIÇO MÉDICO-LEGAL:
Dr. Alô T. Guimarães, diretor.

## PERNAMBUCO

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Agamenon Sérgio de Godói Magalhães.

SECRETARIA DA AGRICULTURA:
Dr. Manuel Rodrigues Filho, secretário.

SECRETARIA DA FAZENDA:
Dr. José Maciel do Rêgo Monteiro, secretário.

SECRETARIA DO INTERIOR:
Dr. Arnóbio Tenório, secretário.

SECRETARIA DE SEGUARNÇA PÚBLICA:
Dr. Etelvino Lins, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Gercino Malagueta Fontes, secretário.

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO CÍVICA:
Cap. Roberto Pessoa, diretor.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS COOPERATIVAS:
Dr. Costa Pôrto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
D. Maria do Carmo Pinto Ribeiro, diretora.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Paulo Acioli Pimentel, diretor.

DIRETORIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA E MUSEU:
Dr. Olímpio Costa Filho, diretor.

DIRETORA DE HIGIENE DO INTERIOR:
Dr. Lessa de Andrade, diretor.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL:
Dr. Willy Kewin, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Renato Farias, diretor.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Djalma Almir Vanderlei, diretor.

DIRETORIA DE REEDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Milton de Pontes, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO:
Dr. Francisco de Paula Dias Fernandes, diretor.

DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Maurício de Abreu, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:
Dr. Barros de Lima, diretor.

INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS:
Dr. Paulo Parísio, diretor.

FÔRÇA POLICIAL:
Cel. José Arnaldo Vasconcelos.

INSPETORIA DA POLÍCIA MARÍTIMA:
Dr. Renato Medeiros, diretor.

## PIAUÍ

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Leônidas de Castro Melo.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
Dr. João Osório Porfírio da Mota, secretário.

CHEFATURA DE POLÍCIA:
Ten.-Cel. Evilásio Gonçalves Vilanova, chefe.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Dr. Fernando Pires Leal, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. João Bastos, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Artur Passos, diretor.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Sr. Álvaro Sisifo Correia, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Anísio Martins Maia, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Paulino Pinto de Barros, diretor.

DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Raimundo de Areia Leão, diretor.

BIBLIOTECA, ARQUIVO PÚBLICO E MUSEU HISTÓRICO:
Dr. Anísio de Brito Melo, diretor.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
Dr. Agenor Barbosa de Almeida, diretor.

## RIO DE JANEIRO

INTERVENTOR FEDERAL:
Comte. Ernani do Amaral Peixoto.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Dr. Rubem de Campos Farrula, secretário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:
Dr. Rui Buarque de Nazaré, secretário.

SECRETARIA DAS FINANÇAS:
Sr. Valfredo Martins, secretário.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
Cel. Agenor Barcelos Feio, secretário.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Major Hélio de Macedo Soares e Silva, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA:
Eng. agrônomo Ademar Lopes da Cruz, diretor.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS:
Dr. Francisco Xavier Rosemburgo, diretor.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:
Dr. Raul Quaresma de Moura, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Rubem Falcão, diretor.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA:
Eng. civil Luiz de Sousa, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Francisco Stele, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Hermes Gomes da Cunha.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Adelmo de Mendonça, diretor.

DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:
Dr. Antônio Barcelos, diretor.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E INDUSTRIAIS:
Eng. civil Carlos de Albuquerque Correia Gondim, diretor.

## RIO GRANDE DO NORTE

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Antônio Fernandes Dantas.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO:
João Dionísio Filgueira, secretário.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:
Eng. Ag. Odorico Ferreira de Sousa, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Prof. Severino Bezerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Anfilóquio Câmara, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Édilson Varela, diretor geral.

DEPARTAMENTO DA FAZENDA:
Gilberto Santos Moreira, diretor geral.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Oto de Brito Guerra, diretor geral.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Alferes Galdino dos Santos Lima, diretor geral.

CHEFIA DE POLÍCIA:
Cap. Alexandre Moss Simões dos Reis, chefe.

CONTADORIA GERAL DO ESTADO:
Sr. Boanerges Leitão de Almeida, diretor.

REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DE NATAL:
Eng. Floro Dória da Costa, diretor.

SERVIÇO ESTADUAL DO ALGODÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS:
Eng. Agro. Nilo de Albuquerque Melo, diretor.

JUNTA COMERCIAL:
Sr. Felinto Elísio Manso Maciel, presidente.

## RIO GRANDE DO SUL

INTERVENTOR FEDERAL:
Gen. Bda. Osvaldo Cordeiro de Faria.

### Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Ataliba de F. Paz.

DIRETOR GERAL:
Dr. Desidério Finamor.

DIRETOR DA DIR. DE AGRICULTURA:
Dr. Álvaro Xavier.

DIRETOR DA DIR. DE IND. E COMÉRCIO:
Dr. Clândio Osório Pereira.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO MINERAL:
Dr. Pedro Barroso.

DIRETOR DA DIR. DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. Manuel Correia Soares.

DIRETOR DA DIR. DE TERRAS E COLONIZAÇÃO:
Dr. Artur Ambros.

### Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Oscar Fontoura.

DIRETOR GERAL:
Dr. Manuel L. Borges da Fonseca.

SUB-DIRETOR GERAL:
Luiz Osório de Almeida.

DIRETOR:
Trogílio Souto de Oliveira.

DIRETOR:
José Silveira.

DIRETOR:
Dr. Eduardo Gama (adido à Sec. do Interior).

DIRETOR:
Cláudio Breno de Albuquerque.

DIRETOR:
Dr. Ladário Canabarro.

DIRETOR:
Ildefonso Thielen.

DIRETOR:
Ovídio Magalhães.

INSPETOR GERAL DE FAZENDA:
Arí Mariante.

INSPETOR GERAL DO IMPOSTO SÔBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES:
Gabriel L. Gusmão.

### Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. José Coelho Pereira de Sousa.

### Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas

SECRETÁRIA DE ESTADO:
Dr. Antônio da Rocha Meireles Leite.

DIRETORIA DA VIAÇÃO FLUVIAL:
Benno Hofmann, diretor.

DIRETORIA DE ELETRICIDADE E FÔRÇAS HIDRÁULICAS:
Mário Lanes Cunha, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS:
Ciro M. da Silveira, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS DO PÔRTO E BARRA DO RIO GRANDE:
Fernando Duprat da Silva, diretor.

DIRETORIA DE SANEAMENTO E URBANISMO:
Antônio de Siqueira, diretor.

### Secretaria de Estado dos Negócios do Interior

SECRETÁRIO DE ESTADO:
Dr. Miguel Toestes.

INTERIOR:
Dr. Joaquim Guerreiro Chaves, Diretor da Diretoria do Interior e da Justiça.
Atos Damasceno Ferreira, Idem, da Diretoria do Expediente.
Carlos Augusto Mennet, Idem, da Diretoria do Pessoal.
Aristóteles Paz, Idem, da Diretoria da Despesa e Material.

EDUCAÇÃO:
Dr. Caio Brandão de Melo, Diretor Geral.
Pedro Ivo da Cunha, Diretor da Diretoria do Pessoal e Expediente.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E NORMAL:
Olga Acauã Gayer, Diretora.
Nei de Almeida Brito, Diretor da Secção Administrativa.
Marieta Cunha Silva, Diretora da Secção Técnica.

Ernesto Pelanda, Diretor de Estatística Educacional.
Dr. Emílio Kemp, Chefe do Museu Júlio de Castilhos.
Reinaldo Moura, Idem, da Biblioteca Pública.
Dante Barone, Secretário do Teatro São Pedro.
Dr. Jorge Felizardo, Superintendência do Ensino Profissional.
Dr. Ubaldino Moura, Idem, do Ensino Secundário.

UNIVERSIDADE DE PÔRTO ALEGRE:
Dr. Edgar Schneider, Reitor.
Dr. Perí Diniz, Secretário Geral.
Dr. Egídio Ferreira Pais, Faculdade de Direito.
Dr. Egydio Hervé — Escola de Engenharia.
Dr. Gaspar Dilermano Uchoa, Escola de Agronomia e Veterinária.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE:
Dr. José Bonifácio P. da Costa, Diretor Geral.
Dr. Cristiano Frederico Buys, Diretor da Divisão Técnica, efetivo. (Afastado em virtude de comissionamento em serviço do govêrno federal).
Dr. Felicíssimo Difini, Diretor técnico, interino e diretor da Divisão Administrativa, efetivo.
Dr. Francisco Salzano, Médico Assistente, efetivo, e diretor da Assistência Médico-Social, digo: diretor-administrativo, interino.
Dr. Alvorino Mércio Xavier, Diretor da Assistência Médico-Social, interino, em comissão.
Dr. Jandir Maia Fallacce, Diretor dos Serviços de Laboratórios de Saúde, efetivo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Mem de Sá, diretor.

## SANTA CATARINA

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Nereu de Oliveira Ramos.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Müllen da Silveira. presidente.

### Secretaria da Fazenda

SECRETÁRIO:
Dr. Altamiro Guimarães.

CONTADORIA GERAL DE ESTADO:
Dr. Orlando Brasil, diretor.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:
Dr. Eduardo Nicollichy.

TESOURO DO ESTADO:
Dr. Otávio de Oliveira, diretor.

### Secretaria de Justiça, Saúde e Educação

SECRETÁRIO:
Dr. Ivo d'Aquino.

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Dr. Carlos da Costa Pereira, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Elpídio Barbosa, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Vinícius Wagner, diretor.

DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA:
Dr. Arí Mafra, diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:
Dr. Edelvito C. de Araújo, diretor.

### Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura

SECRETÁRIO:
Dr. Artur Costa Filho.

DIRETORIA DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Dr. César Seára, diretor.

DIRETORIA DE ECONOMIA E ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Afonso Veiga, diretor.

DIRETORIA DE ESTRADAS DE RODAGENS:
Dr. Anes Gualberto, diretor.

DIRETORIA DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Fausto Luz, diretor.

DIRETORIA DE GEOGRAFIA E TERRAS:
Dr. José N. Born, diretor.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. Udo Deeke. diretor.

### Secretaria de Segurança Pública

SECRETÁRIO:
Cap. Antônio de Mourão Ratton.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL:
Cap. Antônio de Lara Ribas.

FÔRÇA POLICIAL DO ESTADO:
Cmt. Ten. Cel. Cantídio Quintino Regis.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E MÉDICO-LEGAL:
Dr. Fernando Wendhausenn.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. Virgílio Gualberto, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Dr. Gustavo Neves, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Heitor Blum, diretor.

## SÃO PAULO

### Interventoria federal

INTERVENTOR FEDERAL:
Dr. Fernando Costa.

SECRETÁRIO DA INTERVENTORIA:
Dr. Nélson Luiz do Rêgo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Dr. Djalma Forjaz, Diretor geral.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:
Augusto Brant de Carvalho.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA POLICIAL:
Dr. Joaquim da Silva Prado.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Gabriel Monteiro da Silva, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Professor Cândido Mota Filho, Diretor geral.

DIVISÃO DE IMPRENSA E PROPAGANDA E RÁDIO-DIFUSÃO:
Comendador Alfredo Mário Guastini.

DIVISÃO DE TURISMO E DIVERSÕES PÚBLICAS:
Dr. Ariovaldo Teles de Meneses.

SERVIÇO DE CENSURA E PUBLICIDADE SANITÁRIA:
Professor João Batista Rocha Correia.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO:
Dr. Américo Portugal Gouveia. Diretor geral.

COMISSÃO ESTADUAL DO GASOGÊNIO:
Dr. João Luiz Meiller.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Dr. Godofredo T. da Silva Teles (Presidente).

**Secretaria da Justiça e Negócios do Interior**

SECRETÁRIO:
Dr. Abelardo Vergueiro César.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO:
Dr. Manuel Carlos Figueiredo Ferraz, presidente.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:
Dr. Benedito da Costa Neto.

DEPARTAMENTO DOS PRESÍDIOS DO ESTADO:
Professor Flamínio Favero, Diretor.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO:
Henrique de Sousa Queiroz Méier.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL:
Dr. Corí Gomes de Amorim, Diretor geral.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO:
Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro.

PROCURADORIA JUDICIAL DO ESTADO:
Dr. Dario Sebastião Oliveira Ribeiro.

PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO E CADASTRO DO ESTADO:
Dr. Messias Junqueira, substituto.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO:
Dr. Orlando Almeida Prado.

**Secretaria da Segurança Pública**

SECRETÁRIO:
o da Saúde, respondendo pelo expediente.

DIRETOR GERAL:
Dr. Alfredo Issa Assaly.

GABINETE DE INVESTIGAÇÕES:
Dr. Francisco de Assís Carvalho Franco.

DIRETORIA DO SERVIÇO DO TRÂNSITO:
Dr. Aguinaldo de Góis.

**Secretaria da Educação e Saúde Pública**

SECRETÁRIO:
Teotônio Monteiro de Barros Filho.

DEPARTAMENTO DE PROFILAXIA DA LEPRA:
Dr. Sales Gomes Júnior.

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS:
Dr. Pedro Augusto da Silva.

INSTITUTO BUTANTÃ:
Dr. Flávio Oliveira Ribeiro da Fonseca.

SERVIÇO DE MEDICINA SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Dr. João Pereira Pinto.

INSTITUTO DE HIGIENE:
Dr. Geraldo H. de Paula Sousa.

INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO:
Dr. Alípio Leme de Oliveira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
Cap. Sílvio Magalhães Padilha.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. Israel Alves dos Santos.

ENSINO PROFISSIONAL:
Prof. Horácio Augusto da Silveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO:
Reitor, Jorge Americano.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO:
Dr. Samuel B. Pessoa.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:
Dr. Joaquim Carvalho Parreiras.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:
José Maria Reys.

**Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio**

SECRETÁRIO:
Dr. Paulo de Lima Correia.

DIRETOR GERAL:
Dr. José de Paiva Castro.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:
Edmundo Rodrigues Jordão.

DIRETORIA DO EXPEDIENTE:
Vítor de Carvalho.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA:
Darcy Bloem.

DIRETORIA DE PUBLICIDADE AGRÍCOLA:
Dr. Cristóvão Bezerra Dantas.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL:
Dr. Teodureto Leite de Almeida Camargo.

DIVISÃO DE ENGENHARIA RURAL:
Dr. Antenor Pinto da Silveira, Engenheiro chefe.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL:
Plínio Pompeu Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DA AGRICULTURA:
Dr. Henrique da Rocha Lima.

SERVIÇO FLORESTAL:
Dr. José de Camargo Cabral.

DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA:
Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto.

INSTITUTO DE BOTÂNICA:
Dr. Frederico Carlos Hoehne.

SERVIÇO DE SERICICULTURA:
Dr. Mário Garnero.

SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:
Dr. Clovis de Morais Pisa, Superintendente.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO:
Dr. Otacílio Tomanik.

ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA "JOSÉ BONIFÁCIO":
Dr. Jaime de Andrade Algodoal.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO:
Dr. Valdemar Lefèvre.

**Secretaria da Viação e Obras Públicas**

SECRETÁRIO:
Dr. Luiz Anhaia Melo.

DIRETORIA GERAL:
Dr. Francisco Gayotto.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE:
Silas Botelho.

DIRETORIA DE VIAÇÃO:
Manuel Grilo Neto.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Francisco José Longo.

INSPETORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:
Otávio Ferraz Sampaio.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM:
Ariovaldo Viana.

REPARTIÇÃO DE ÁGUAS E ESGOTOS DA CAPITAL:
Plínio Penteado Whitaker.

**Secretaria da Fazenda e Tesouro do Estado**

SECRETÁRIO:
Dr. Coriolano de Araújo Góis.

DIRETOR GERAL:
Américo Portugal Gouveia (Em comissão no Departamento do Serviço Público).
Substituto: Lupércio Chagas.
Sub-Diretor Geral: Lupércio Chagas.
Substituto: Oto Fonseca.

DIRETOR ADMINISTRATIVO:
José Marcos dos Santos.

DIRETORIA DE CAIXAS ECONÔMICAS:
Dr. Hugo de Andrade Só.

DIRETORIA DE TOMADAS DE CONTAS:
Dona Erotides Luz.

DEPARTAMENTO DA RECEITA:
Dr. Bernardo Freire Viana.

DEPARTAMENTO DA DESPESA:
Sílvio Whitaker Leite Penteado.

DEPARTAMENTO DE CAIXAS, VALORES E CONTAS:
Amintas Carvalho Macedo.

PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO:
Dr. Raul Romeu Loureiro.

CONTADORIA CENTRAL DO ESTADO:
Professor Francisco Dauria.

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS:
Artur Diederichsen.

DIVISÃO DO PESSOAL:
Eurico Mendes (Substituto).

**SERGIPE**

INTERVENTOR FEDERAL:
Cel. Augusto Maynard Gomes.

SECRETARIA GERAL:
Dr. Francisco Leite Neto, secretário.

CONSELHO ADMINISTRATIVO:
Dr. Álvaro Fontes da Silva, presidente.

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO:
Dr. Urbano Lima Neto, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
João Carlos de Almeida, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA:
Luiz Pereira de Melo, diretor.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES:
Dr. Francisco Moreira Sousa.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA:
Dr. Nilson de Freitas Guimarães, diretor.

CHEFIA DA POLÍCIA:
Dr. Pedro Vieira de Matos, chefe.

DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS:
Dr. José Rolemberg Leite, diretor

BIBLIOTECA PÚBLICA:
Sr. Alfredo Pinto, diretor.

CONSULTORIA JURÍDICA:
Dr. Antônio Manuel de Carvalho Neto, consultor.

FÔRÇA POLICIAL:
Cap. Bernardino Dantas, comandante.

IMPRENSA OFICIAL:
Sr. Exupéro Monteiro, diretor.

TESOURO:
Sr. Sálvio de Oliveira, diretor.

**TERRITÓRIO DO ACRE**

GOVERNADOR:
Cel. Luiz Silvestre Gomes Coelho.

SECRETARIA:
Dr. Antenor Cavalcante, secretário.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:
Sr. João Coelho de Miranda Fonseca, diretor.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Sr. Humberto Soares da Costa, diretor.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA:
Raimundo Nobre Passos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO:
Dr. Paulo de Carvalho Fontes, diretor.

DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO:
Dr. Pimentel Gomes, diretor.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE:
Dr. Vágner Brasiliense Eleutério, diretor.

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA:
Dr. Antenor Cavalcante, diretor.

*

# Administração municipal (*)

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Alagoas**

ÁGUA BRANCA — Miguel Tôrres Filho.
ANADIA — Jorge Pinto Dâmaso.
ARAPIRACA — Manuel de Farias Leal.
ATALAIA — Álvaro Calheiros Leite (Bel.).
CAPELA — Clódio Rodrigues de Araújo (Bel.).
CORURIPE — Augusto Gama.
IGREJA NOVA — Carlos do Vale Ferro.
LEOPOLDINO — Amadeu Aguiar.
LIMOEIRO — Luiz de Castro Fonseca.
MACEIÓ — Francisco Ábdon de Arroxelas.
MARAGOGÍ — José Jorge de Faria Sales (Bel.).
MARECHAL DEODORO — Antônio Paranhos.
MARECHAL FLORIANO — Mário de Mendonça Mendes.
MATA GRANDE — Antônio Neto de Andrade.
MURICÍ — Francisco de Paula Acioli Filho (Bel.).
PALMEIRA DOS ÍNDIOS — José Pinto de Barros.
PÃO DE AÇÚCAR — Augusto Freitas Machado.
PASSO DE CAMARAGIBE — Dr. Alfredo Costa Farias.
PENEDO — Bel. Alfredo Gaspar de Oliveira Mendonça.
PIASSABUSSÚ — Afonso Gonçalves Jaime Galvão
PILAR — Francisco de Holanda Cavalcante Filho.
PÔRTO CALVO — João Pinto de Vasconcelos.
PÔRTO DE PEDRAS — José de Morais Mendonça.
PÔRTO REAL DO COLÉGIO — Boaventura Vieira Dantas.
QUEBRANGULO — Eliseu Teixeira Cavalcante.
RIO LARGO — Venceslau José Batista (Bel.).
SANTANA DO IPANEMA — Adauto de Barros Rêgo (interino).
SÃO JOSÉ DA LAJE — Mário Guimarães (Dr.).
SÃO LUIZ DO QUITUNDE — Aurélio de Oliveira Buarque.
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS — José Teixeira Neto (Dr.).
TRAIPÚ — Gonçalo Meneses Tavares.
UNIÃO — Antonino Tertuliano de A. Lins (Bel )
VIÇOSA — Dr. José Maria de Melo.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Amazonas**

BARCELOS — Ris Ricardo França das Neves.
BARREIRINHA — Vicente Correia Lima.
BENJAMIM CONSTANT — Nélson Noronha.
BOA VISTA — Capitão Temístocles Henriques Trigueiro.
BÔCA DO ACRE — Atílio Nery.
BORBA — Agrônomo Oséias Martins.
CANUTAMA — Teófilo Narciso de Mesquita.
COARÍ — Cap. Alexandre Montoril.
CARAUARÍ — Alfredo Marques da Silveira.
CODAJAZ — Almir Rodrigues da Fonseca.
FONTE-BOA — Francisco Barnabé Gomes.
HUMAITÁ — Agrônomo Francisco Fiúsa Lima.
ITACOATIARA — Dr. Francisco Couto Vale.
ITAPIRANGA — Perseverando da Trindade Garcia.
JOÃO PESSOA — Florentino de Almeida.
LÁBREA — João Lopes da Silva.
MAUÉS — Raimundo Gomes de Albuquerque.
MANAUS — Dr. Antovila Mourão Vieira.
MANACAPURÚ — Dr. Henock Reis.
MANICORÉ — José de Alencar Dias Pinto.
MOURA — Leônidas Pimentel.
PÔRTO VELHO — Boemundo Álvares Afonso.
PARINTINS — Cap. Pedro Ferreira de Sousa.
BÔCA DO ACRE — Atílio Cândido Neri.
SÃO PAULO DE OLIVENÇA — Alcides Raposo da Câmara.
SÃO GABRIEL — Rodolfo Lopes Gonçalves.
TEFÉ — Cleto Marques Praia.
URUCARÁ — Omar Rodrigues Bento.
URUCURITUBA — Teodoro Monteiro dos Santos.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Baía**

AFONSO PENA — João Antônio Coni Filho.
ALAGOINHAS — Antônio Martins de Carvalho Júnior.
ALCOBAÇA— João Garcia de Azevedo.
AMARGOSA — Dr. Raul Paranhos Dias dos Santos.
ANCHIETA — Arnulfo Soares.
ANDARAÍ — João Esteves do Socorro.
ANGICAL — Eduardo Mariani Passos.
ARATUÍPE — João Ricardo Filho, substituto interino — João da Costa Almeida Filho.
AREIA — Dr. André Lírio.
BAIXA GRANDE — Isalino de Queiroz Matos.
BARRA — Ciríaco Dias da Costa.
BARRA DA ESTIVA — Carlos Gomes Fernandes.
BARREIRAS — Alfredo Mariano Jacobina.
BELMONTE — José de Faria.
BOA NOVA — Querubim Cana Brasil.
BONFIM — José Gabriel Gonçalves Tôrres.
BOM JESÚS DA LAPA — Dr. Manuel Cícero de Magalhães.
BOM SUCESSO — Vital Xavier Gomes.
BREJÕES — Mário Meireles.
BROTAS — Nestor Rodrigues Coelho.
BRUMADO — Marcolino Risério de Moura.
CACHOEIRA — Dr. Alexandre Coelho Baía.
CACULÉ — Miguel Antônio Fernandes.
CAITETÉ — Antônio Vieira.
CAIRÚ — Raul de Figueiredo Miranda.
CAMAMÚ — Agnelo da Rocha Lira.
CAMASSARÍ — Eng.º Mário Beléns Pinto.
CAMPO FORMOSO — Dr. Ulisses Gonçalves da Silva
CANAVIEIRAS — Josias Teixeira.
CAPIVARÍ — José Silvany Pacheco Sampaio, substituto interino — Abelardo Sampaio Lopes.
CARAVELAS — Dr. Sócrates Ramos.
CARINHANHA — José Oliveira Lisboa.
CASA NOVA — Raimundo Santos.
CASTRO ALVES — Joaquim A. de Castro Neto.
CATÚ — Elias Medeiros.
CHIQUE-CHIQUE — Ten. Antônio Justiniano de Sousa.
CÍCERO DANTAS — Raimundo Nonato de Andrade.
CIPÓ — Eng.º Helenauro Soares Sampaio.
CONCEIÇÃO DO COITÉ — Luiz Amâncio Moreira.
CONCEIÇÃO DA FEIRA — Aristides Cardoso Filho.
CONDE — João Batista Bezerra de Almeida.
CONDEÚBA — Antônio Ferreira da Silva, substituto interino — Lucrécio Barbosa da Silva.
CONQUISTA — Dr. Luiz Regis Pacheco Pereira.
CORAÇÃO DE MARIA — Pedro de Freitas Barros.
CORRENTINA — Félix Joaquim de Araújo.
COTEGIPE — José Paraguassú Guerreiro.
CRUZ DAS ALMAS — Dr. Luiz Elói Passos.
CURAÇÁ — Raul Crispiniano Coelho.
DJALMA DUTRA — Joaquim Antônio da Rocha.
ENCRUZILHADA — Dr. Ramiro Evrágio Soeiro.

---

* Falta a indicação do Estado do Maranhão.

ENTRE RIOS — Moacir Bastos Rabelo.
ESPLANADA — Dr. Ladislau Cavalcante.
EUCLIDES DA CUNHA — José Camerino de Abreu.
FEIRA DE SANTANA — Dr. José Berbert Tavares.
GEREMOABO — Vicente de Paula Costa.
GLÓRIA — Adelino Ferreira Filho.
GUANAMBÍ — José Ferreira Costa.
ILHÉUS — Eng.º Eunápio Peltier de Queiroz.
INHAMBUPE — Dr. Manuel José de França.
IPIRÁ — José Luiz dos Santos.
IRARÁ — Augusto Vital Graça (interino).
IRECÊ — Renério Justiniano Dourado.
ITABERABA — Eng.º José Dias Laranjeiras.
ITABUNA — Eng.º Francisco Ferreira da Silva.
ITACARÉ — Dr. Lodônio Ferreira da Cruz.
ITAMBÉ — Dr. Aparício Couto Moreira.
ITAPARICA — Eng.º Fernando Passos Marques.
ITAPICURÚ — Boaventura da Silva Caldas.
ITAPIRA — Agr.º Cledenor Sousa Soares.
ITAQUARA — Antônio Piton Barreto.
ITIRUSSÚ — Geir Magalhães.
ITIÚBA — Dr. Heitor de Sousa Dantas.
ITUASSÚ — Sílvio Avelino dos Anjos.
JACARACÍ — Mozart Davi.
JACOBINA — Dr. José Pinho de Freitas.
JAGUAQUARA — Everaldo de Sousa Santos.
JAGUARARÍ — Custódio Barbosa.
JAGUARIPE — Anfilóquio Barbosa Castro.
JANDAÍRA — Antônio Deoclécio Dantas.
JEQUIÉ — Eng.º Eliézer de Sousa Santos.
JEQUIRIÇÁ — Afonso Sampaio.
JUAZEIRO — Aprígio Duarte Filho.
LAJE — Dr. Samuel Novais Figueira.
LENÇÓIS — Arnulfo Morais.
LIVRAMENTO — Ursino Tanajura Meira.
MACAÚBAS — José Plínio do Rêgo.
MARACÁS — Sinobelino Meira da Silveira.
MARAGOGIPE — Oscar Guerreiro.
MARAÚ — Moisés Vivas (interino).
MATA DE SÃO JOÃO — Mário Veloso Moreira.
MONTE ALEGRE — Patrício Francelino da Silva.
MONTE ALTO — Sebastião Rocha.
MONTE SANTO — César Belarmino Cordeiro de Matos.
MORRO DO CHAPÉU — José Modesto de Sousa (interino).
MUCUGÊ — Antonito Pina Medrado.
MUCURÍ — Etore José Fontes Gazzinelli.
MUNDO NOVO — Dr. Adalberto de Cerqueira Campos.
MURITIBA — Dr. Valdir Almeida.
MUTUÍPE — Rodolfo Gil Rebouças.
NAZARÉ — Salatiel Edgar Ribeiro (interino).
NILO PEÇANHA — Querubim Barbosa Rocha.
OLIVEIRA DOS BREJINHOS — João Neri Santana.
PALMEIRAS — Agripino Batista da Silva.
PARAMIRIM — Dr. Aurélio Justiniano Rocha.
PARIPIRANGA — Ismael Querino da Trindade.
PILÃO ARCADO — Agesislau Gomes de Queiroz.
POÇÕES — Dr. Francisco Peixoto Júnior.
POJUCA — Antônio Mota.
POMBAL — Manuel Américo do Passo.
PÔRTO SEGURO — Dr. Manuel Ribeiro Coelho.
PRADO — Algeziro Moura.
QUEIMADAS — Antônio Nascimento dos Santos.
REMANSO — Dercílio Castelo Branco.
RIACHÃO DE JACUÍPE — Dr. João Oliveira Campos.
RIACHO DE SANTANA — Porfírio Castro.
RIO BRANCO — Alcides de Oliveira Dourado.
RIO DE CONTAS — Emiliano Ramos Cordeiro.
RIO NOVO — Dr. Agostinho Cardoso Pinheiro.
RIO PRETO — Abidiel dos Reis, substituto interino — Dorgival Nascimento.
RIO REAL — Dr. Domingos de Andrade Passo.
RUI BARBOSA — Cícero Alencar de Sousa.
SALVADOR — Eng. Elísio de Carvalho Lisboa.
SANTANA — João Alkmim.
SANTA CRUZ CABRÁLIA — Capitão José Isidro de Sousa.
SANTA INEZ — Gervásio Rocha Barbosa.
SANTA LUZIA — José Marques de Sousa.
SANTA MARIA — Bel. Clovis de Araújo Castro.
SANTARÉM — Querubim Leite.
SANTA TERESINHA — Armando Messias de Figueiredo.
SANTO AMARO — Dr. Olívio Gonçalves Martins.
SANTO ANTÔNIO DE JESÚS — Dr. Gorgônio Araújo.
SANTO ESTÊVÃO — Dr. Osvaldo Cerqueira da da Silva.
SANTO INÁCIO — Ten. Ladislau Reis de Sousa.
SÃO FILIPE — Julindo Cristóvão de Oliveira Costa.
SÃO FÉLIX — Dr. Júlio Ramos de Almeida.
SÃO FRANCISCO — Édison Martins Peralva.
SÃO GONÇALO — Oscar Peixoto de Lacerda.
SÃO MIGUEL — Antônio dos Santos Neri.
SÃO SEBASTIÃO — Moisés Cerqueira de Oliveira.
SAÚDE — Edgar Agnelo Pereira.
SEABRA — Francisco Rodrigues da Costa.
SENTO SÉ — Antônio Nunes Sento Sé.
SERRINHA — José Vilalva Ribeiro.
SOURE — José Ferreira da Silva.
TAPEROÁ — Guilherme da Cunha Bittencourt.
TUCANO — Dr. Teotônio Martins de Almeida.
UAUÁ — Rafael da Silva Borges.
UNA — Edgar da Mata Pires.
URANDÍ — Hugolino Pereira Rodrigues.
VALENÇA — Dr. Adelino Gonçalves de Amorim.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Ceará**

ACARAÚ — Raimundo Rocha.
AFONSO PENA — Celso de Castro.
AQUIRAZ — Agrício Correia Lima.
ARACATÍ — João Pôrto Caminha — licenciado.
ARACOIABA — Eduardo de Castro e Silva.
ARARIPE — José Loiola de Alencar.
ASSARÉ — Raimundo Claraval Catonho.
AURORA — Antônio Temístocles da Silveira.
BAIXIO — Luiz Bezerra da Silva.
BARBALHA — Dr. Antônio Lírio Callou.
BATURITÉ — Francisco das Chagas Tito.
BOA VIAGEM — Cap. Raimundo Ferreira do Nascimento.
BREJO SANTO — José Matias Sampaio.
CACHOEIRA — Antônio Cornélio Pinheiro Landim.
CAMOCIM — João da Silva Ramos.
CAMPO GRANDE — Dr. Antônio de Amorim Zinet.
CAMPOS SALES — José Augusto Sobrinho.
CANINDÉ — Luiz Magalhães Vieira.
CARIRÉ — Raimundo Elísio da Frota Aguiar.
CASCAVEL — Luiz Benício de Sampaio.
CEDRO — Capitão José Ponce Leão.
CRATEÚS — Antônio de Melo Rosa.
CRATO — Alexandre Arrais de Alencar.
FORTALEZA — Dr. Raimundo de Alencar Araripe.
FRADE — Raimundo Adauto Pinheiro.
GRANJA — Francisco Gonzaga de Sousa.
GUARANÍ — Renato Pessoa de Alencar.
IBIAPINA — Vicente Monte Aragão.
ICÓ — Raimundo Raul Correia Lima.
IGUATÚ — Dr. Manuel Carlos de Gouveia.
INDEPENDÊNCIA — Luiz Nogueira Mota.
IPÚ — Dr. Francisco das Chagas Pinto.
IPUEIRAS — Raul Catunda Fontenele.
ITAPIPOCA — Porfírio Lima Filho.
JAGUARIBE — Altamiro de Carvalho.
JARDIM — José Caminha de Anchieta Gondim.
JUAZEIRO — Possidônio Benn.
LAVRAS — Dr. Vicente Férrer Augusto Lima.
LIMOEIRO — Custódio Saraiva de Meneses.
MARANGUAPE — João Facundo Barbosa.
MARIA PEREIRA — Anacleto Odolino de Araújo Chaves.

MASSAPÊS — Demerval Carneiro de Vasconcelos.
MAURITÍ — José Luiz de Andrade.
MILAGRES — Aluísio Franklin do Nascimento.
MISSÃO VELHA — Raimundo Gonçalves de Lucena.
MORADA NOVA — Eduardo Girão Sobrinho.
NOVA RUSSAS — Antônio Carvalho.
PACATUBA — Francisco das Chagas Albuquerque Sousa.
PACOTÍ — Alarico Ribeiro Guimarães.
PALMA — Antônio Teles Dourado.
PEDRA BRANCA — João Lins de Sousa.
PENTECOSTE — José Ribeiro Guimarães.
PEREIRO — Humberto Queiroz.
QUIXADÁ — Elizer Forte Magalhães.
QUIXARÁ — Enoque Rodrigues.
QUIXERAMOBIM — Dr. Pedro Teles de Meneses.
REDENÇÃO — Valdemar César do Nascimento.
RUSSAS — Manuel Matoso Filho.
SABOEIRO — Manuelito Cândido dos Santos.
SANTA CRUZ — Agrípio Soares.
SANTANA — João Adeodato de Vasconcelos.
SANTANÓPOLE — Aprígio Cruz.
SANTA QUITÉRIA — Francisco de Assís Lôbo.
SÃO BENEDITO — Francisco Júlio Felizola.
SÃO FRANCISCO — Manuel Luiz da Rocha.
SÃO GONÇALO — Adelino da Cunha Alcântara.
SÃO MATEUS — Lauro Alves de Oliveira.
SÃO PEDRO — Carlos José de Morais.
SENADOR POMPEU — José Linhares de Vasconcelos.
SOBRAL — Vicente Antenor Ferreira Gomes.
SOURE — Fausto Dario Sales.
TAMBORIL — Vicente Alves do Vale.
TAUÁ — Sebastião Marques.
TIANGUÁ — Joaquim Florêncio de Sousa.
UBAJARA — José de Oliveira Vasconcelos.
UNIÃO — Adolfo Rocha.
URUBURETAMA — Júlio Costa Ribeiro.
VÁRZEA ALEGRE — Vicente Honório.
VIÇOSA — Antônio Plutarco de Lima.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Espírito Santo**

AFONSO CLÁUDIO — Aderbal Galvão.
ALFREDO CHAVES — Lauro Ferreira da Silva Pinto.
ALEGRE — Dr. Messias L. de Oliveira Chaves
ANCHIETA — Agostinho Ferreira dos Santos.
BAIXO GUANDÚ — Manuel Milagres Ferreira.
CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM — Dr. Fernando de Abreu.
CACHOEIRO DE SANTA LEOPOLDINA — César Müller.
CARIACICA — Álvaro Gimenez.
CASTELO — Mário Correia Lima.
COLATINA — Dr. Paulo de Vasconcelos.
CONCEIÇÃO DA BARRA — Vandelino de Matos Lima.
DOMINGOS MARTINS — Otaviano Santos.
ESPÍRITO SANTO — Eugênio P. de Queiroz.
FUNDÃO — Jonas Farias.
GUARAPARÍ — Celso Bastos Couto.
ICONHA — Bel. Sinval Vieira.
ITAGUASSÚ — Antônio Martinho Barbosa.
ITAPEMIRIM — Jorge Alves Brumana.
JOÃO PESSOA — Jasson Martins de Araújo.
MUNIZ FREIRE — Dr. Evandro Peres Domingues.
PAU GIGANTE — Aryton Osvaldo Bonesi.
RIO NOVO — José Braz Mendonça.
RIO PARDO — Alfredo Antônio.
SANTA CRUZ — Dr. Antônio Luiz da Costa.
SANTA TERESA — José da Silva Rosa Bonfim.
SÃO JOÃO DO MUQUÍ — Avides Fraga.
SÃO JOSÉ DO CALÇADO — Ataulfo Virgílio Lôbo.
SÃO MATEUS — Oto de Oliveira Neves.
SERRA — Dr. Alceu Moreira Pinto Aleixo.
SIQUEIRA CAMPOS — José Horta Araújo.
VIANA — Luiz Lírio.
VITÓRIA — Dr. Américo Polí Monjardim.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Goiaz**

ANÁPOLIS — J. Câmara Filho.
ANICUNS — Almir Turisco de Araújo.
ARRAIAS (Via Palma) — Beatriz Alves Rêgo.
BELA VISTA — Sebastião Lôbo.
BOA VISTA (Via Boa Vista) — Francisco da Silva Queiroz.
BONFIM — Misach Ferreira Júnior.
BURITÍ ALEGRE — Beltrão Martins Ferreira.
CALDAS NOVAS — Luiz José Pereira.
CAMPO FORMOSO — José da Costa Pereira.
CATALÃO — Dr. Francisco Balduino Santa Cruz.
CAVALCANTE (Via Formosa) — Cícero Santos Costa.
CORUMBÁ — André Gaudie F. Curado.
CORUMBAÍBA — Dr. Juvenil Amaral.
CRISTALINA — José Leão de Sousa Pereira.
DIANÓPOLIS (Via Palma) — Veríssimo Teixeira da Mata.
FORMOSA — Dr. Amaro Juvenal de Almeida.
GOIANDIRA — Ildefonso Teles.
GOIATUBA — Orlando Rodrigues Borges.
GOIÂNIA — Prof. Venerando de Freitas Borges.
GOIAZ — Prof. Divino de Oliveira.
INHUMAS — Dr. José de Aimatél e Silva.
IPAMERÍ — Dr. Antônio R. Gomes da Frota.
ITABERAÍ — Dr. Filemon Justiniano Ribeiro.
JARAGUÁ — Antônio de Castro Ribeiro.
JATAÍ — Dr. Júlio Cunha.
MINEIROS — Pedro Arantes.
MORRINHOS — Dr. Guilherme Xavier de Almeida.
NATIVIDADE (Via Peixe) — Oscar Muniz.
PALMA (Via Palma) — André Rodrigues de Araújo.
PALMEIRAS — Dr. Floresto Scarpelli.
PARAÚNA — Epifânio José Bezerra.
PEDRO AFONSO (Via Pedro Afonso) — Pedro Tavares dos Reis.
PEIXE (Via Peixe) — Benevenuto de Queiroz.
PILAR — José Pereira Dutra.
PIRENÓPOLIS — José Augusto Curado.
PIRES DO RIO — Dr. Taciano Gomes de Melo.
PLANALTINA — João Carlos de Alarcão.
PONTALINA — Olivero de Mendonça Ribeiro.
PÔRTO NACIONAL (Via P. Nacional) — Osvaldo Aires da Silva.
POSSE (Via Formosa) — Dr. Arquimedes Vieira de Brito.
POUSO ALTO — Dr. Hermínio Alves de Amorim
RIO BONITO — Dr. Plínio Gayer.
RIO VERDE — Célio Borges Leão.
SANTA MARIA DO ARAGUAIA (Via P. Afonso) — Clotário Nogueira.
SANTANA — Osvaldo Leal de Albuquerque.
SANTA LUZIA — Epaminondas Roriz.
SANTA RITA DO PARANAÍBA — Dr. José Gomes de Lira.
SÃO DOMINGOS (Via Palma) — Domingos Jacinto Pinheiro.
SÃO JOSÉ DO TOCANTINS — José Pereira Filho.
SÃO VICENTE (Via Boa Vista) — Deoclécio de Almeida Valente.
SÍTIO D'ABADIA (Via Formosa) — José Iram Guimarães.
TAGUATINGA (Via Palma) — Camilo Godinho.
BALIZA — Alfredo Carlos da Rocha.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Mato Grosso**

AQUIDAUANA — Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha.

ALTO ARAGUAIA — Cacildo Hugueney.
ALTO MADEIRA — Francisco Gomes Sobrinho.
ARAGUAIANA — Elisário José de Faria.
BELA VISTA — João Antônio José Maria Caporossi.
CAMPO GRANDE — Demóstenes Martins.
CORUMBÁ — Artur Afonso Marinho.
CUIABÁ — Manuel Miraglia.
CÁCERES — Dr. Luiz Marques Ambrósio.
DOURADOS — Álvaro Brandão.
DIAMANTINO — Caetano Dias da Silva.
ENTRE RIOS — Oclécio de Sousa Barbosa.
GUARAJÁ-MIRIM — Dr. Carlos Rocha Leal.
HERCULÂNEA — Viriato da Cruz Bandeira.
LAJEADO — Clovis Hugueney.
LIVRAMENTO — Emiliano Monteiro da Silva.
MARACAJÚ — João Pedro Fernandes.
MIRANDA — Nagib Ourives.
MATO GROSSO — Manuel Domingues Júnior.
NIOAQUE — Antônio Francisco Xavier.
PARANAÍBA — Vladislau Garcia Gomes.
PONTA PORÃ — Lídio Lima.
PÔRTO MURTINHO — Mário Teixeira Codorniz.
POXORÉU — Luiz Coelho de Campos.
POCONÉ — Dr. Cid Nunes da Cunha.
ROSÁRIO OESTE — Manuel Loureiro.
SANTO ANTÔNIO — Acindino Pinto Duarte.
TRÊS LAGOAS — Rosário Congro.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Minas Gerais**

ABAETÉ — Antônio Domício Valadares Vasconcelos.
ABRE CAMPOS — Dr. Sertório de Amorim e Silva.
ÁGUAS BELAS — Bel. Josino Abrantes.
AIMORÉS — Dr. Américo Brasil Martins da Costa.
AIURUOCA — Dr. Antônio Guimarães.
ALÉM PARAÍBA — Luiz de Marca.
ALFENAS — Salomão Barroso (em comissão).
ALPINÓPOLIS — Bel. José de Carvalho Faria.
ALTO RIO DOCE — Maurino Dias do Nascimento.
ALVINÓPOLIS — Bel. Manuel de Araújo Pôrto.
ANDRADAS — Farmc. José Teixeira Magalhães.
ANDRELÂNDIA — Dr. José Gustavo Alves.
ANTÔNIO DIAS — Farmc. Valdemir de Castro.
ARAGUARÍ — Dr. José Jeová Santos.
ARARÍ — Mário Roquete.
ARASSUAÍ — Farmc. Franklin Fulgêncio Alves Pereira.
ARAXÁ — Álvaro Cardoso de Meneses.
AREADO — Dr. Joaquim Ribeiro Pereira.
ARCEBURGO — Adolfo de Sousa Caldas.
ARCOS — Dr. João Vaz Sobrinho.
ASTOLFO DUTRA — Olinto Almada.
BAEPENDÍ — Antônio Alves Ferreira.
BAMBUÍ — Farmc. Sinfrônio Tôrres.
BARBACENA — Bel. José Francisco Bias Fortes.
BARRA LONGA — Bel. Benedito Vasconcelos Lanna.
BELO HORIZONTE — Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.
BELO VALE — Joaquim Rodrigues da Silva.
BETIM — Raul Saraiva Ribeiro (em comissão).
BIAS FORTES — Bel. Carlos Frederico Lacerda de Araújo César.
BICAS — Geraldo Mosqueira Machado (em comissão).
BOA ESPERANÇA — Dr. Joaquim Vilela.
BOCAIUVA — João Procópio de Carvalho.
BOM DESPACHO — Farmc. Flávio Xavier Lopes Cansado Filho.
BOM JARDIM — Américo Ferreira Pena.
BORDA DA MATA — Raul de Andrade Cobra.
BOM SUCESSO — José Vanderlei Lara.
BONFIM — Emílio Curtiss Lima.
BOTELHOS — Dr. César Monerat Lutterbach.
BRASÍLIA — Manuel Gonçalves Passos.
BRAZÓPOLIS — Dr. Ataliba de Morais.
BRUMADINHO — Dr. Mário Albergaria Santos.
BUENO BRANDÃO — Bel. Roberto Iemini F.º.
BUENÓPOLIS — Herculino França (em comissão).
CABO VERDE — Álvaro Brasiliense Fernandes.
CACHOEIRAS — Domiciano Machado Homem.
CAETÉ — José Nunes Melo Júnior.
CAMANDUCAIA — Benedito Silva Santos.
CAMBUÍ — José Francisco Nascimento (em comissão).
CAMBUQUIRA — Dr. José Ribeiro Laje.
CAMPANHA — Dr. Manuel Valadão.
CAMPESTRE — Benedito Jorge (interino).
CAMPINA VERDE — Dr. Nicodemos de Macedo.
CAMPO BELO — Dr. Antônio de Bastos Garcia (interino).
CAMPO FORMOSO — Dr. Vicente Ribeiro do Vale.
CAMPOS GERAIS — Farmc. Jorge de Paula Meinberg.
CANDEIAS — Dr. Zoroastro Marques da Silva.
CAPELINHA — Jacinto José Ribeiro.
CAPETINGA — José do Nascimento Pimenta.
CARANDAÍ — Dr. Abeilard Rodrigues Pereira Filho.
CARANGOLA — Dr. Valdemar Soares — substituto Dr. Valdemar de Oliveira Resende.
CARATINGA — Bel. José Augusto Ferreira Filho.
CARLOS CHAGAS — Álvaro Faria Vieira.
CARMO DA CACHOEIRA — Farmc. Amintas de Oliveira Vilela.
CARMO DA MATA — Joaquim Afonso Rodrigues.
CARMO DO PARANAÍBA — Farmc. Misael Luiz de Carvalho.
CARMO DO RIO CLARO — Dr. Casimiro de Sena Madureira.
CÁSSIA — Dr. Luciano de Melo Batista.
CATAGUASES — Dr. Joaquim Martins da Costa Cruz.
CAXAMBÚ — Bel. Renato Maurício Silva (em comissão).
CLÁUDIO — Farmc. Custódio Costa.
CONCEIÇÃO — Raul de Almeida Costa.
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS — Antônio Nassif Mizziara.
CONCEIÇÃO DO RIO VERDE — Pedro Magalhães Carneiro.
CONGONHAS DO CAMPO — Dr. Alberto Teixeira dos Santos F.º.
CONQUISTA — Carício Borges.
CONSELHEIRO LAFAIETE — Dr. Mário Rodrigues Pereira.
CONSELHEIRO PENA — Dr. Sebastião Anastácio de Paula.
CORAÇÃO DE JESÚS — Caetano Gonçalves de Macedo.
CORDISBURGO — Dr. José Maria Gordiano dos Santos.
CORINTO — Altino de Matos Filho.
COROMANDEL — Dr. Ermiro Rodrigues Pereira.
CRISTINA — Bel. José de Resende Ferraz.
CURVELO — Eng.º Viriato Mascarenhas Gonzaga (interino).
DELFIM MOREIRA — Joaquim Honório de Melo.
DELFINÓPOLIS — Manuel Leite Lemos.
DIAMANTINA — Bel. Luiz Kubitschek Figueiredo.
DIVINO — Dr. Júlio Alves de Sousa.
DIVINÓPOLIS — Bel. Antônio Gonçalves de Matos.
DIVISA NOVA — Farmc. Lázaro Magalhães Rabelo.
DOM JOAQUIM — Valdemar Teixeira.
DOM SILVÉRIO — Farmc. Antônio Nunes Pinheiro Sobrinho.
DORES DE CAMPOS — Ildefonso Augusto da Silva.
DORES DO INDAIÁ — Cornélio Caetano da Silva Guimarães.
ELÓI MENDES — João Batista Ximenes.
ERVAL — Paulo Vieira de Vasconcelos.

ESPERA FELIZ — Joaquim Cabral.
ESPINOSA — José Cangussú.
ESTRÊLA DO SUL — Lírio do Vale Brasileiro.
EXTREMA — Farmc. Olinto Soares.
FERROS — Dr. Júlio de Alvarenga Drumond.
FORMIGA — Carlos Camarão.
FORTALEZA — João de Almeida.
FRANCISCO SÁ — Sr. Antônio Tenório.
FRANCISCO SALES — Dr. José Penha Vilela.
FRUTAL — Dr. Sandoval Henrique de Sá.
GIMIRIM — José Bartolomeu de Oliveira.
GLÓRIA — Cel. Teodoro Pereira do Vale.
GOVERNADOR VALADARES — Eng.º Moacir Paleta de Cerqueira Laje (em comissão).
GRÃO MOGOL — Bel. Lauro Pires de Carvalho (Bel. Antônio Tenório — interino).
GUANHÃES — Jovino de Barros.
GUAPÉ — José Cândido dos Passos Maia.
GUARANÉSIA — Dr. Sílvio Gonçalves.
GUARANÍ — Oscar Alves Vieira.
GUARARÁ — Bertoldo Garcia Machado.
GUAXUPÉ — Bel. Antônio Costa Monteiro.
GUIA LOPES — Vicente Rafael Picardi.
GUIRICEMA — Luiz Coutinho.
IBIRACÍ — Timóteo Joaquim de Andrade.
IBIÁ — Dr. Getúlio Portela (em comissão).
INDIANÓPOLIS — Dr. Geraldo Cardoso de Miranda.
INHAPIM — Dr. Guilhermino de Oliveira.
IPANEMA — Dr. Cornélio da Silva Araújo.
ITABIRITO — Dr. José Raimundo Soares Silva.
ITAJUBÁ — Alcides Faria.
ITAMBACURÍ — Bel. Ademar Dias Duarte.
ITAMARANDIBA — Jonas Câmara.
ITAMONTE — Dr. Arlindo Carneiro Pinto.
ITANHANDÚ — Dr. Delfim Pinho Filho.
ITAPECERICA — Dr. Flávio de Oliveira Morais.
ITAÚNA — Dr. Lincoln Nogueira Machado.
ITUIUTABA — Bel. Jaime Veloso Meinberg.
JABOTICATUBAS — João B. Santos Viana.
JACUÍ — João Alves de Vasconcelos (interino).
JACUTINGA — Floriano Sareti.
JANUÁRIA — Sisenando de Oliveira Itabaiana.
JEQUERÍ — Dr. Artur Damásio, licenciado — Dr. Amador Ubaldo Ribeiro — (em comissão).
JEQUITINHONHA — Bel. Hildebrando Martins da Silva.
JOÃO PINHEIRO — Antônio Pereira de Andrade.
JOÃO RIBEIRO — Dr. Américo Cirilo (em comissão).
JUIZ DE FORA — José Celso Valadares Pinto.
LAJINHA — Eurico Machado de Oliveira.
LAGOA DA PRATA — Paulo Fernandes Lobato.
LAGOA DOURADA — Ernesto Resende.
LAGOA SANTA — Dr. Lindouro Avelar.
LARANJAL — Leandro Afonso Rodrigues.
LAMBARÍ — Dr. João Lisboa Júnior.
LAVRAS — Dr. Jacinto Escorza.
LEOPOLDINA — Francisco de Andrade Bastos.
LIMA DUARTE — Nominato de Paiva Duque.
LIBERDADE — Dr. Pitágoras Barbosa Lima (em comissço, subst. José Romano Filho).
LUZ — Alexandre S. de Oliveira Du.
MACHADO — João Vieira da Silva.
MALACACHETA — José Abrantes Reis.
MANGA — Domiciano Pastor Filho — substituto Anfrísio Lima.
MANHUASSÚ — Bel. José Feres.
MAR DE ESPANHA — Ademar Martins.
MANHUMIRIM — Manuel Nunes da Rosa.
MARIANA — Dr. Josafá Macedo — substituto Dr. Celso Arinos Mota.
MARIA DA FÉ — Dr. José Zaroni, substituto.
MARTINHO CAMPOS — Dr. Olavo Alves Pinto.
MATEUS LEME — Miguel Alves de Andrade.
MATIAS BARBOSA — Olívio de Albuquerque Castro.
MATIPÓ — Dr. Orlando de Abreu Costa.
MEDINA — Dr. Max Veloso Machado — substituto Querubim Cirino da Silva Matos.
MERCÊS — Alziro Augusto Mendes.
MESQUITA — Onésimo Soares Camargo.
MINAS NOVAS — Dr. Francisco Badaró Júnior.
MIRAÍ — Dr. Henrique Alves Pereira.
MONTE ALEGRE — Dr. Nicando Parreira — substituto Leonardo Alessandre.
MONTE AZUL — Leví de Sousa e Silva.
MONTE BELO — Francisco Venceslau dos Anjos.
MONTE CARMELO — Dr. Geraldo de Campos Valadares.
MONTE SANTO — Dr. Pedro Paulino da Costa.
MONTES CLAROS — Dr. Alfeu Gonçalves de Quadros.
MONTE SIÃO — Farmc. Mário Zucato.
MURIAÉ — Bel. Geraldo Starling Soares.
MUTUM — Bel. Artur Eutrópio.
MUZAMBINHO — Dr. José Januário de Magalhães.
NEPOMUCENO — Dr. Rubens Ribeiro.
NOVA ERA — Farmc. Nélson de Lima Bruzzi.
NOVA LIMA — Bel. Manuel Franzen de Lima.
NOVA PONTE — Otávio Veiga.
NOVA RESENDE — Bel. José Gonçalves de Resende.
OLIVEIRA — Bel. Jaime Pinheiro de Almeida.
OURO FINO — Dr. Francisco Bueno Brandão.
OURO PRETO — Dr. Washington de Araújo Dias — Substituto José da Costa Carvalho Filho.
PALMA — José Barbosa do Amaral.
PARACATÚ — Romualdo Ulhoa Tomba.
PARÁ DE MINAS — Francisco Valadares Ribeiro.
PARAGUASSÚ — Dr. Cristiano Otoni do Prado.
PARAISÓPOLIS — Eng.º Joubert Guimarães.
PARAOPEBA — Dr. Guilherme Mascarenhas Dale.
PARREIRAS — Bel. Uriel de Resende Alvim.
PASSA QUATRO — Artur Tibúrcio Ribeiro.
PASSA TEMPO — Bolivar de Andrade.
PASSOS — Dr. Lourenço Ferreira de Andrade.
PATOS — Clarimundo José da Fonseca Sobr.º
PATROCÍNIO — Dr. José Garcia Brandão.
PEÇANHA — Antônio Augusto da Cunha Pereira (em comissão).
PEDRA BRANCA — Dr. Carlos Ribeiro Filho.
PEDRO LEOPOLDO — Dr. Cristiano Otoni Gonçalves Ferreira.
PEQUÍ — Dr. Oscar Barbosa.
PERDIZES — Dr. João Afonso Sobrinho.
PERDÕES — Samuel Alvarenga.
PIRANGA — João Vilela Soares da Fonseca.
PIRAPETINGA — José Ferreira de Sousa.
PIRAPORA — Arnaldo Gonzaga — substituto Cícero Passos.
PITANGUÍ — Dr. Antônio Malheiros Fiúsa.
POÇOS DE CALDAS — Bel. Joaquim Justino Ribeiro — int.º.
PIUÍ — Farmc. Rodolfo de Freitas Mourão (em comissão).
POMBA — Bel. José Simões de Araújo Campos.
POMPEU — Dr. Ciro de Campos Cordeiro (em comissão).
PONTE NOVA — Bel. Otávio Martins Soares.
PORTEIRINHA — Dr. Altivo de Assis Fonseca.
POTÉ — Dr. Artur Rausch.
POUSO ALEGRE — Dr. José Antônio Vasconcelos Costa.
POUSO ALTO — Farmc. Alonso Starling Filho.
PRADOS — Getúlio Silva.
PRATA — Dr. Aloísio Ribeiro da Silva.
PRESIDENTE OLEGÁRIO — Dr. Abelardo Baeta Neves.
PRESIDENTE VARGAS — Valdir Machado Laperriére.
RAUL SOARES — Dr. Durval Otávio Grossi.
RECREIO — Modesto Faria.
RESPLENDOR — Bel. Alexandre de Alencar.
RESENDE COSTA — Dr. José Vilela Costa Pinto.
RIO BRANCO — Dr. Jorge Carone.
RIO CASCA — Dr. João Camilo Teixeira Fontes.
RIO ESPERA — Teófilo Rodrigues de Miranda.
RIO NOVO — Dr. Júlio Carvalho Guilhon de Oliveira.

RIO PARDO — Odílio Tôrres Costa.
RIO PARANAÍBA — Olímpio Franklin de Castro.
RIO PIRACICABA — Farmc. Felício Araújo.
RIO PRETO — Dr. Dolor Gentil de Ramalho Pinto.
RIO VERMELHO — Dr. Paulo Penido.
SABARÁ — Dr. Homero Machado Coelho.
SABINÓPOLIS — Sebastião de Araújo Abreu.
SACRAMENTO — José Ribeiro de Oliveira.
SALINAS — Bel. Aderbal Pacífico Oliveira.
SANTA BÁRBARA — Bel. Hélio Moreira dos Santos.
SANTA CATARINA — Justino Lisboa Carneiro — substituto Pedro Caetano.
SANTA JULIANA — Farmc. José Pinheiro dos Santos.
SANTA LUZIA — Emílio Bernardo Zeymer — substituto Francisco Lucindo Júnior.
SANTA MARIA DO SUASSUÍ — Dr. Lélio Lara.
SANTA QUITÉRIA — Dr. Eusébio Dias Bicalho.
SANTA RITA DO SAPUCAÍ — Frederico de Paula Cunha.
SANTO ANTÔNIO DO AMPARO — Gustavo Martins.
SANTO ANTÔNIO DO MONTE — Dr. Osvaldo Mendonça.
SANTOS DUMONT — Jaques Gabriel Pansardi.
SÃO DOMINGOS DO PRATA — Nélson de Lelis Ferreira.
SÃO FRANCISCO — Oscar Caetano Gomes.
SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ — Dr. José Ibraim de Carvalho.
SÃO JOÃO DEL REI — Dr. Antônio das Chagas Viegas.
SÃO GOTARDO — Bento Ferreira dos Santos.
SÃO JOÃO EVANGELISTA — Dr. Ademar Pimenta Brant.
SÃO JOÃO NEPOMUCENO — Farm. Agenor Henrique Soares — subst. Dr. Geraldo Henriques Cruz.
SÃO LOURENÇO —
SÃO MANUEL — Bel. Francisco de Assís Carvalho.
SÃO ROMÃO — Saint-Clair Fernando Valadares.
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO — João Pio Figueiredo Westin.
SÃO TOMAZ DE AQUINO — Donizete Santana de Figueiredo.
SAPUCAÍ MIRIM — Vitrúvio Marcondes Pereira.
SENADOR FIRMINO — Cícero Tôrres Galindo.
SERRA NEGRA — Dr. Jorge Simão.
SERRANIA — Dr. Plínio do Prado Coutinho.
SÊRRO — Antônio Honário Pires de Oliveira.
SETE LAGOAS — Dr. José Evangelista França.
SILVESTRE FERRAZ — Dr. Altamiro Coli.
SILVIANÓPOLIS — Júlio Correia Beraldo.
SOLEDADE — Bel. Antônio José Eistemann.
TARUMIRIM — Yaeder Albergaria.
TEIXEIRAS — Dr. Cláudio José Mariano da Rocha.
TEÓFILO OTONI — Dr. Alfredo Sá (interino).
TIRADENTES — Celestino Rodrigues de Melo.
TIROS — Hélio de Resende Faria Alvim (em comissão).
TOMBOS — Francisco Inácio de Borba.
TRÊS CORAÇÕES — Farmc. Francisco Franqueira.
TRÊS PONTAS — Francisco Ximenes de Oliveira.
TUPACIGUARA — Manuel Ferreira Pontes.
UBÁ — Bel. Levindo Ozanam Coelho.
UBERABA — Carlos Martins Prates.
UBERLÂNDIA — Dr. J. A. Vasconcelos Costa.
VARGINHA — Dr. Manuel Rodrigues de Sousa.
VERÍSSIMO — Rufino Camargo Filho.
VIÇOSA — Bel. João Braz da Costa Val.
VIGIA — Dr. Acúrcio Lucena Pereira.
VIRGÍNIA — Raul da Costa Pinto.
VIRGINÓPOLIS — Francisco Coelho Sobrinho.
VOLTA GRANDE — Bernardino Rocha — substituto Vanir Lima.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Pará**

ABAETÉ — Aristides dos Reis e Silva.
ACARÁ — Anastácio Carlos Sampaio.
AFUÁ — João Lins Guedes Pereira.
ALENQUER — Amadeu Burlamaqui Simões.
ALMEIRIM — Joaquim Barreto de Almeida.
ALTAMIRA — Dr. José Porfírio de M. Neto.
AMAPÁ — Quintino Pontes Tavares.
ANAJAZ — Mário Castelo Branco Xavier.
BAIÃO — Tranquilo Agostinho de Brito.
BELÉM — Dr. Otávio Augusto de Bastos Meira (interino).
BRAGANÇA — Augusto Correia.
BREVES — Américo Carneiro Brasil.
CACHOEIRA — Luciano Pereira Gomes.
CAMETÁ — Nélson da Silva Parijós.
CAPANEMA — Jorge Travassos da Rosa.
CASTANHAL — Maximino Porpino da Silva
CHAVES — Arlindo do Amaral Cacela.
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA — Balbino Maranhão.
CURRALINHO — José Chaves de Moura.
CURUÇÁ — Cantídio Alves Guimarães.
FARO — Marcos Bentes de Carvalho.
GURUPÁ — Jacó Marcos de Aben-athar.
IGARAPÉ-ASSÚ — Germano João de Melo.
IGARAPÉ-MIRÍ — Raimundo Monteiro Lopes.
IRITUIA — Júlio de Oliveira.
ITAITUBA — Artur Carneiro Mendes.
JURUTÍ — Américo Pereira Lima.
MACAPÁ — João Ferreira Sá.
MARABÁ — João Anastácio de Queiroz.
MARACANÃ — Atanagildo Flexa.
MARAPANIM — Cizenando do Carmo Ferreira.
MAZAGÃO — Francisco Domingos de Oliveira.
MOCAJUBA — Manuel de Melo Pompeu.
MOJÚ — Manuel Salomão Cardoso.
MONTE ALEGRE — Dr. Edward Catete Pinheiro.
MUANÁ — Antônio da Costa Azevedo.
ÓBIDOS — Ildefonso Almeida.
OEIRAS — Júlio Monteiro Guedes.
ORIXIMINÁ — Helvécio Imbiriba Guerreiro.
OURÉM — Raimundo Orlando Guilhon.
PONTA DE PEDRAS — Volfando Fontes da Silva.
PORTEL — Raimundo Ferreira Guedes.
PÔRTO DE MOZ — Dr. Michel Melo e Silva.
PRAINHA — Antônio de Queiroz Teixeira.
SALINAS — Francisco Rodrigues de Assís.
SANTA ISABEL — Dr. Carlos Miguel Damous.
SANTARÉM — Mário de Freitas Guimarães.
SÃO CAETANO DE ODIVELAS — Inácio de Oliveira Santos.
SÃO DOMINGOS DO CAPIM — Raimundo Magno Camarão.
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ — Bernardo José de Carvalho.
SOURE — Dr. Francisco de Castro Ribeiro.
VIGIA — Manuel de Sousa Leal.
VISEU — Demétrio Lauro Juvenal Tavares.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado da Paraíba**

ALAGOA GRANDE — Telésforo Onofre.
ANTENOR NAVARRO — Antônio Espínola Pessoa.
ARARUNA — Dr. Hermano Sá Neto.
AREIA — Dr. Antônio Farias.
BANANEIRAS — Antônio Miranda.
BONITO — José Morais.
BREJO DO CRUZ — Capitão Severino Lira.
CABACEIRAS — Severino Pereira Castro.
CAIÇARA — Alfredo José da Costa.
CAJAZEIRAS — Juvêncio Carneiro.
CAMPINA GRANDE — Vergniaud Vanderlei.
CATOLÉ DO ROCHA — Aristeu Formiga.

CONCEIÇÃO — Dr. João Loureiro.
CUITÉ — Antônio Coutinho.
ESPERANÇA — Severino Costa
ESPÍRITO SANTO — Israel Meira Lima.
GUARABIRA — Sebastião Duarte.
INGÁ — Francisco Lucas Rangel.
ITABAIANA — José Augusto Pinto Ribeiro.
JATOBÁ — Antônio Andrade Neto.
JOÃO PESSOA — Francisco Cícero Melo Filho.
JUAZEIRO — Clovis Nóbrega.
LARANJEIRAS — Arlindo Colaço.
MAMANGUAPE — Dr. José Fernandes.
MONTEIRO — Alcindo Meneses.
PATOS — Pedro Tôrres.
PIANCÓ — Antônio Montenegro.
PICUÍ — Cel. José Maurício da Costa.
PILAR — Duarte de Almeida e Albuquerque.
POMBAL — José Gregório Medeiros.
PRINCESA ISABEL — Dr. Armando Caminha.
SANTA LUZIA — Dr. Ercílio Rodrigues.
SANTA RITA — Diógenes Chianca.
SÃO JOÃO DO CARIRÍ — Tertuliano de Brito.
SAPÉ — Osvaldo Pessoa.
SERRARIA — Valdemar Leite.
SOUSA — Eronides Ramos.
TAPEROÁ — Capitão Irineu Rangel.
TEIXEIRA — Delfino Costa.
UMBUZEIRO — Dr. Joaquim Montenegro.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Paraná**

ANTONINA — Cap. Custódio Rapôso Neto.
ARAUCÁRIA — Agr. Rubens Dória de Oliveira.
BANDEIRANTES — Bel. Domingos Macedo S. Pereira.
BOCAIUVA — Bel. Anísio Luz.
CAMBARÁ — Dr. Alceu Marques Ladeira.
CAMPO LARGO — Bel. Murilo Camargo.
CARLÓPOLIS — Bel. Júlio Rocha Xavier.
CASTRO — Vespasiano Carneiro de Melo.
CÊRRO AZUL — Prof. Oscar Bassetti.
CLEVELÂNDIA — Ten. Luiz Santos.
CORNÉLIO PROCÓPIO — Bel. Francisco Ferreira Pimpão.
CURITIBA — Eng. Rosaldo Gomes de Melo Leitão.
FOZ DO IGUASSÚ — Major Artur Borges Maciel.
GUARAPUAVA — Henrique Santos.
IMBITUVA — Lauro Santos Correia.
IPIRANGA — Agr. Sílvio Silvestre Staffi.
IRATÍ — Tte. Manuel Alves do Amaral.
JACARÉZINHO — Agr. João Aguiar.
JAGUARIAÍVA — Cap. Aderbal Fortes de Sá.
JOAQUIM TÁVORA — Dr. Alfredo Gabriel.
LAPA — Bel. Peregrino Dias Rosa Filho.
LONDRINA — Major Miguel Balbino Blasi.
MALÉ — Agr. Osvaldo Lombardi Dias.
MORRETES — Aguilar de Morais.
PALMAS — Rutílio Ribas.
PALMEIRA — João Guedes.
PARANAGUÁ — Paulo Cunha Franco.
PIRAÍ — Bernardo Barbosa Miléu.
PIRAQUARA — Vet. Válter Costa Lopes.
PONTA GROSSA — Albarí Guimarães.
PRUDENTÓPOLIS — Dr. Geraldo Ribeiro de Carvalho.
REBOUÇAS — Altair Bittencourt.
RESERVA — Tte. Lázaro Nini de Campos.
RIBEIRÃO CLARO — Eunino Correia de Oliveira.
RIO AZUL — Vicente Bufrem.
RIO NEGRO — Raul de Almeida.
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — Tapir Lopes.
SÃO JERÔNIMO — Heitor Lôbo.
SÃO JOÃO DO TRIUNFO — Anfrísio F. de Siqueira.
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — Francisco Querino dos Santos.
SÃO MATEUS — Eng. Domingos Cunha Maciel.
SENGÉS — Jesué Jorge.
SERTANÓPOLIS — Bel. Vespertino Fereira Pimpão.
SIQUEIRA CAMPOS — Armindo Saldanha.
TEIXEIRA SOARES — Tte. Dr. Lázaro Nini de Campos.
TIBAGÍ — Guataçara Borba Carneiro.
TOMAZINA — Ranulfo Moura.
UNIÃO DA VITÓRIA — Ivaí Martins.
VENCESLAU BRAZ — Agr. Mário Bastos.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Pernambuco**

AFOGADOS DE INGAZEIRA — Sebastião de Siqueira Bitú (Secretário, Resp. pelo Exped.).
ÁGUA PRETA — Cap. Francisco Flávio Ibraim de Lira.
ÁGUAS BELAS — Jacó Rodrigues de Melo.
ALAGOA DE BAIXO — Bel. Reginaldo Fernandes Martins.
ALIANÇA — Lourival da Silva Marques.
ALTINHO — Rubens Lemos Barbosa da Silva.
AMARAGÍ — Dr. Plínio Alves de Araújo.
ANGELIM — Francisco da Costa Lima.
BARREIROS — João Coimbra Neto.
BEBEDOURO — João Guilherme de Azevedo Lira.
BELÉM — Jáder de Alemão Cisneiros.
BELMONTE — Afonso Alves de Carvalho.
BELO JARDIM — Artur Pais.
BEZERROS — Romeu Cavalcante de Góis.
BOA VISTA — Florêncio de Barros Filho.
BODOCÓ — Otacílio Rodrigues do Nascimento.
BOM CONSELHO — Major José Pedro da Silva.
BOM JARDIM — Manuel Gonçalves Souto Maior.
BONITO — Major Alfredo d'Agostini.
BUIQUE — José Nunes Vanderlei.
CABO — Dr. Manuel Clementino Cavalcante de Albuquerque.
CABROBÓ — Pedro de Barros Vanderlei Ramos.
CANHOTINHO — Coronel João Nunes.
CARPINA — Major Carlos Afonso de Melo.
CARUARÚ — Manuel Afonso Pôrto Filho.
CATENDE — Bel. Melquíades de Albuquerque Montenegro.
CORRENTES — Major Davino Ribeiro de Sena.
CUSTÓDIA — Ernesto de Queiroz.
ESCADA — Álvaro Xavier Sampaio.
EXÚ — Jerônimo de Sousa Neto.
FLORES — Benedito de Sousa Dantas.
FLORESTA — José Ribeiro Lins.
GAMELEIRA — Manuel Albuquerque Araújo.
GARANHUNS — Dr. Celso Galvão.
GLÓRIA DE GOITÁ — Júlio Carneiro da Silva.
GOIANA — Manuel Simões de Gouveia (Secretário, Resp. pelo Expediente).
GRAVATÁ — Gustavo Veloso Borba.
IGARASSÚ — Tenente Coronel Martiniano de Barros Correia.
IPOJUCA — Pedro de Sousa Leão.
ITAPARICA — José Barreto de Araújo.
JABOATÃO — Bel. Carlos Barbosa da Paz Portela.
JOÃO ALFREDO — Severino Adrião Gomes da Silva.
JUREMA — João Alves Pereira.
LAGOA DOS GATOS — José Geraldo de Carvalho.
LEOPOLDINA — Milton Caldas de Meneses.
LIMOEIRO — Dr. José Donino da Costa Lima.
MACAPÁ — Vicente Ferreira de Andrade Cavalcante.
MADRE DE DEUS — Dirceu Valença de Oliveira.
MARAIAL — Péricles Bezerra de Almeida.
MORENO — Henrique Barbosa da Paz Portela.
MOXOTÓ — José Mariano da Nóbrega.
NAZARÉ — Major Severino Mendes de Araújo Pereira.
OLINDA — Bel. Valfrido Patrício Advíncula.
OURICURÍ — José de Oliveira Pessoa.
PALMARES — Pedro Afonso de Medeiros.
PANELAS — José Rufino de Melo e Silva.
PAUDALHO — Dr. João Alves da Luz.
PAULISTA — Cap. José Primo de Oliveira.

PEDRA — Américo Luiz Soares.
PESQUEIRA — Bel. João de Arruda Marinho dos Santos.
PETROLINA — Dr. Pacífico da Luz.
QUEIMADAS — Lupércio Borba Pereira Lima.
QUIPAPÁ — Manuel Gadelha Ribeiro.
RECIFE — Dr. Antônio Novais Filho.
RIBEIRÃO — Mário José de Carvalho.
RIO BRANCO — Tenente Olímpio Marques de Oliveira.
RIO FORMOSO — Amaro Tavares de Albuquerque.
SALGUEIRO — Luiz Soares Diniz.
SÃO BENTO — Antônio Félix da Silva.
SÃO CAETANO — Severiano Ramos.
SÃO GONÇALO — Dr. José Araújo Lima.
SÃO JOAQUIM — Pedro Sérgio de Meneses.
SÃO JOSÉ DO EGITO — Tenente Raimundo Virgolino Urtiga.
SÃO LOURENÇO — Anacleto Alves da Silva.
SERRA TALHADA — José Bené de Carvalho.
SERRINHA — Francisco Filgueira Sampaio.
SERINHAEM — Oscar Cardoso da Fonte.
SURUBIM — Nélson Barbosa.
TAMBÉ — Bel. Simplício Tavares de Melo.
TAQUARETINGA — Severino Cordeiro de Arruda.
TIMBAÚBA — Álvaro Xavier de Morais Coutinho.
TRIUNFO — Luiz Maia.
VERTENTES — Pedro Alcides de Figueiredo Lima.
VICÊNCIA — Geminiano da Cunha Pedrosa.
VITÓRIA — José Aragão Bezerra Cavalcante.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Piauí**

ALTO LONGÁ — Isaac Vilanova e Silva.
ALTOS — Lourenço Saraiva Barbosa.
AMARANTE — Enoque Cícero e Silva.
APARECIDA — Antenor Alves Pereira da Rocha.
BARRAS — José Fortes.
BATALHA — Clovis Melo.
BELÉM — Joaquim Barbosa de Almeida.
BOA ESPERANÇA — Antônio Diniz Chaves.
BOM JESÚS — Dario Martins de Araújo Costa.
BURITÍ DOS LOPES — Dácio Almeida.
CAMPO MAIOR — Nei Baumann.
CANTO DO BURITÍ — José Vicente de Moura.
CASTELO — José Cardoso de Sá.
CORRENTE — Dr. Augusto Nogueira Paranaguá.
FLORIANO — Dr. Osvaldo da Costa e Silva.
GILBUÉS — Alcides Mendes da Rocha.
JAICÓS — Frutuoso Jusselino da Silveira.
JERUMENHA — Sebastião Martins de Carvalho.
JOÃO PESSOA — Joaquim Gonçalves Cordeiro.
JOSÉ DE FREITAS — Antônio da Costa Carvalho.
LUIZ CORREIA — Manuel Galvão.
MIGUEL ALVES — Joaquim Dias de Santana.
OEIRAS — Orlando Barbosa de Carvalho.
PARANAGUÁ — Júlio Borges de Macedo.
PARNAÍBA — Dr. Mirocles Campos Veras.
PATROCÍNIO — Helí Bezerra.
PAULISTA — Raimundo Coelho Damasceno.
PEDRO II — Tertuliano Milton Brandão.
PERIPERÍ — Nélson Coelho de Resende.
PICOS — Adalberto de Moura Santos.
PIRACURUCA — Antônio José de Sousa.
PÔRTO ALEGRE — João Francisco de Carvalho.
PÔRTO SEGURO — Raimundo Augusto da Rocha.
REGENERAÇÃO — Francisco de Paula Teixeira Nunes.
RIBEIRO GONÇALVES — Leôncio Dias de Medeiros.
SANTA FILOMENA — Enéias Maia.
SÃO BENEDITO — Gonçalo Benício.
SÃO JOÃO DO PIAUÍ — Raimundo Pereira de Sousa.
SÃO MIGUEL DO TAPUIO — Manuel Evaristo de Paiva.
SÃO PEDRO — João Claro de Sousa.
SÃO RAIMUNDO NONATO — Francisco Antônio da Silva.
SIMPLÍCIO MENDES — José Severiano da Costa Andrade.
SOCORRO — Dr. Clovis Lopes.
TERESINA — Dr. Lindolfo Rêgo Monteiro.
UNIÃO — Felinto do Rêgo Monteiro.
URUSSUÍ — Cícero Coelho.
VALENÇA — Janime Martins Nogueira.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado do Rio de Janeiro**

ANGRA DOS REIS — Dr. Moacir de Paula Lôbo.
ARARUAMA — Antônio Joaquim Alves Branco.
BARRA DO PIRAÍ — Dr. Paulo da Silva Fernandes.
BARRA MANSA — Dr. Joaquim de Almeida Matos.
BOM JARDIM — Major José Nobre de Araújo.
BOM JESÚS DO ITABAPOANA — José de Oliveira Borges.
CABO FRIO — Adolfo Berenger Júnior.
CACHOEIRAS — Mozart Janot.
CAMBUCÍ — Dr. José Batista dos Santos.
CAMPOS — Dr. Salo Brand.
CANTAGALO — Dr. Paulo Barreira de Faria.
CAPIVARÍ — Antônio Borges Alfradique.
CARMO — Luiz de Moura Pinheiro.
CASIMIRO DE ABREU — Dr. Valdemar Pimentel Maia Bittencourt.
DUAS BARRAS — Manuel Lutterbach Nunes.
ENTRE RIOS — Dr. Válter Gomes Franklin.
ITABORAÍ — Dr. Celso Rocha Nogueira da Silva.
ITAGUAÍ — Vicente Cicarino.
ITAOCARA — Dr. Carlos Moacir de Faria Souto.
ITAPERUNA — Dr. Raul Travassos da Rosa.
MACAÉ — Dr. Télio Barreto.
MAGÉ — Valdemar de Assis Ribeiro.
MANGARATIBA — Dr. Murilo Cabral da Silva.
MARICÁ — Dr. Orlando de Barros Pimentel.
MIRACEMA — Altivo Mendes Linhares.
NITERÓI — Dr. Francisco de Almeida Brandão Júnior.
NOVA FRIBURGO — Dante Laginestra.
NOVA IGUASSÚ — Eng. Bento Santos de Almeida
PARAÍBA DO SUL — José Gonçalves Pinto de Resende.
PARATÍ — Jair Araújo.
PETRÓPOLIS — Dr. Márcio de Melo Franco Alves.
PIRAÍ — Otávio Teixeira Campos.
RESENDE — Dr. Otacílio de Freitas Assunção.
RIO BONITO — Celso Peçanha.
RIO CLARO — Oscar R. Ramagem.
SANTA MARIA MADALENA — Astolfo Erves de Castro.
SANTA TERESA — Mário Augusto Rodrigues.
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — Otávio Denys Filho.
SÃO FIDÉLIS — Ernesto Duarte Machado da Silva.
SÃO GONÇALO — Dr. Nélson Correia Monteiro.
SÃO JOÃO DA BARRA — Mauro Luiz dos Santos.
SÃO PEDRO D'ALDEIA — Manuel Pereira Nunes.
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — José Lengruber.
SAPUCAIA — Paulino Fernandes da Silva.
SAQUAREMA — Segisfredo Rodrigues Bravo.
SUMIDOURO — Dr. Antônio Tôrres de Lima Júnior.
TRAJANO DE MORAIS — Dr. Augusto Lengruber.
TERESÓPOLIS — Dr. Lauro Antunes Pais de Andrade.
VALENÇA — Dr. Osvaldo da Cunha Fonseca.
VASSOURAS — José Henrique Saião Alves Branco.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Rio Grande do Norte**

ACARÍ — Edmundo Gurgel.
ALEXANDRIA — Manuel Emídio de Sousa.
ANGICOS — Baltasar da Costa Pereira.
APODÍ — Origenes Monte.
AREIA BRANCA — Francisco Ferreira de Araújo.
ARÊS — Major Napoleão de Carvalho Agra.
ASSÚ — Manuel Pessoa Montenegro.
AUGUSTO SEVERO — Luiz de França Tito Jácome.
BAIXA VERDE — Cap. Severino Elias Pereira.
CAICÓ — Aldo Medeiros.
CANGUARETAMA — Otávio de Araújo Lima.
CARAÚBAS — Aproniano Martins de Sá.
CEARÁ MIRIM — Tte. Cel. Jacinto Tavares Ferreira.
CURRAIS NOVOS — Dr. José Bezerra de Araújo.
FLORES — Antônio Pereira de Meneses.
GOIANINHA — Jerônimo Cabral Pereira Fagundes.
JARDIM DO SERIDÓ — Pedro Isidro de Medeiros.
JUCURUTÚ — Francisco Baldomero Chacon.
LAJES — Francisco de Oliveira Cabral.
LUIZ GOMES — João Germano da Silveira.
MACAÍBA — Major Genésio Lopes da Silva.
MACAU — João Fernandes de Melo.
MARTINS — Antônio Marcelino de Sousa Martins.
MOSSORÓ — Pe. Luiz Mota.
NATAL — Dr. José Augusto Varela.
NOVA CRUZ — Mário Manso.
PAPARÍ — 1.º Tte. José Evangelista da Silva.
PARELHAS — Florêncio Luciano.
PATÚ — Ten. Álvaro Nunes.
PAU DOS FERROS — Francisco Fernandes Sena.
PEDRO VELHO — Manuel Gadelha de Freitas.
PORTALEGRE — Manuel de Freitas Nobre.
SANTA CRUZ — Odorico Ferreira de Sousa.
SANTANA DO MATOS — Asclepíades Fernandes.
SANTO ANTÔNIO — Lindolfo Gomes Vidal.
SÃO GONÇALO — Major José Vitoriano de Medeiros.
SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ — Áureo Tavares de Araújo.
SÃO MIGUEL — 1.º Ten. Adauto Rodrigues da Cunha.
SÃO TOMÉ — Francisco Sérgio de Paiva.
TAIPÚ — Rosendo Leite da Fonseca.
SERRA NEGRA — Descartes Mariz.
TOUROS — Manuel Herôdoto de Miranda.

☆

**Relação dos prefeitos municipais do Estado do Rio Grande do Sul**

ALEGRETE — Bel. Eurípedes Brasil Milano.
ALFREDO CHAVES — Rogério Galeazzi.
ANTÔNIO PRADO — Felisbino Monteiro.
ARROIO GRANDE — Oscar Carpes.
ARROIO DO MEIO — Bel. Jaime Trindade Coimbra.
BAGÉ — Dr. Jerônimo Mércio Silveira.
BENTO GONÇALVES — Bel. J. M. de Almeida Dentice.
BOM JESÚS — Eng. Ag. Leônidas Coelho de Sousa.
CAÇAPAVA — João Faria de Oliveira Lima.
CACHOEIRA — Ciro da Cunha Carlos.
CAÍ - Bel. Egídio Michaelsen.
CAMAQUÃ — Celestino Franco Coutinho.
CANDELÁRIA — Albino Lenz.
CANGUSSÚ — Dr. Jaime Faria.
CANOAS — Eng.º Agr.º Aloísio Palmeiro de Escobar.
CARAZINHO — Albino Hillebrand.
CAXIAS — Bel. Dante Marcucci.
CRUZ ALTA — Pacífico Dias da Fonseca.
D. PEDRITO — Floribal de Oliveira Jardim.
ENCANTADO — Adalberto Pio Souto.
ENCRUZILHADA — Honório F. de Carvalho.
ERVAL — Aquiles Araújo Abreu.
ESTRÊLA — Bel. Cláudio de Toledo Mercio.
FARROUPILHA — Antônio Pedroso Pinto.
FLORES DA CUNHA — Oto Bélgio Trindade.
GARIBALDI — Olinto Fagundes de Oliveira Freitas.
GENERAL CÂMARA — Orfelino de Azambuja Reichel.
GETÚLIO VARGAS — Bel. Leonel Flores da Rosa.
GRAVATAÍ — Arí Tubs.
GUAÍBA — Bel. Nazário Leitão dos Santos.
GUAPORÉ — Manuel Francisco Guerreiro.
IJUÍ — Bel. Emílio Martins Buhrer.
IRAÍ — Eng.º Álvaro Rodrigues Leitão.
ITAQUÍ — Otávio Silveira.
JAGUARÃO — Carlos Alberto Ribas.
JAGUARÍ — Cap. Dormilindo de Oliveira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Bel. Jerônimo Teixeira de Oliveira.
JÚLIO DE CASTILHOS — Aristides de Morais Gomes.
LAGOA VERMELHA — Libório Pimentel.
LAJEADO — Eng. Ag. Juvenal José Pinto.
LAVRAS — Pedro da Costa Lima.
LIVRAMENTO — Dr. Crisanto de Paula Dias.
MONTENEGRO — Carlos Correia da Silva.
NOVO HAMBURGO — Nelson Toohey Schneider.
OSÓRIO — Israel Mariense de Lemos.
PALMEIRA — Felício Augusto de Almeida.
PASSO FUNDO — Bel. Vítor Oscar Graeff.
PELOTAS — Bel. J. J. de Albuquerque Barros.
PINHEIRO MACHADO — Euclides Fernandes Costa
PIRATINÍ — Bel. José Maria da Silveira.
PÔRTO ALEGRE — Bel. José Loureiro da Silva.
PRATA — Adolfo Schneider.
QUARAÍ — Bento Lima Júnior.
RIO GRANDE — Bel. Roque Aita Júnior.
RIO PARDO — Ernesto Protásio Wunderlich.
ROSÁRIO — Rafael Barcelos Gonçalves.
SANTA CRUZ — Dario de Azevedo Barbosa.
SANTA MARIA — Miguel de Andrade Neves Meireles.
SANTA ROSA — Cap. Pautílio Palhares.
SANTA VITÓRIA DO PALMAR — Eng.º Guilherme de Sousa Castro.
SANTIAGO — Sílvio Ferreira de Aquino.
SANTO ÂNGELO — Policarpo Gay.
SANTO ANTÔNIO — Teodorico Francisco Machado da Silva.
S. BORJA — Manuel Luiz Fagundes.
S. FRANCISCO DE ASSÍS — Dr. João de Sousa Fraga.
S. FRANCISCO DE PAULA — Alziro Tôrres Filho.
SÃO GABRIEL — Antônio Coimbra Gonçalves.
SÃO JOSÉ DO NORTE — Bel. Oto Brodt Filho.
S. LEOPOLDO — Teodomiro Pôrto da Fonseca.
S. LOURENÇO — Nestor Jost.
S. LUIZ GONZAGA — Gustavo Langsch.
S. PEDRO — Eduardo Lima Filho.
S. SEPÉ — João Carlos Osório Tôrres.
S. VICENTE — Dr. Marcolino Teixeira de Morais.
SARANDÍ — Eng.º Volmar Franco.
SOBRADINHO — Dr. Totilas Carvalho.
SOLEDADE — Maj. Otávio Paixão Coelho.
TAPES — Fernando Fernandes Chagas.
TAQUARA — Francsico Holmer.
TAQUARÍ — Bel. Nestor Azambuja Guimarães.
TÔRRES — Israel Mariense de Lemos.
TRIUNFO — Dr. Hermes Silveira de Ávila.
TUPANCIRETÃ — Dr. J. Pereira Melo.
URUGUAIANA — Francisco Maria Piquet.
VACARIA — Sátiro Dorneles de Oliveira Filho.
VENÂNCIO AIRES — Bel. Flávio Mena Barreto Matos.
VIAMÃO — Dr. Carlos Velho Monteiro.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Santa Catarina**

ARARANGUÁ — Ten. Rui Stockler de Sousa.
BIGUASSÚ — Antônio de Pádua Pereira.
BLUMENAU — Dr. Afonso Rabe.
BOM RETIRO — Arno Oscar Meyer.
BRUSQUE — Rodolfo Gerlach.
CAÇADOR — Alfredo Fróis.
CAMBORIÚ — Aurélio José Francisco.
CAMPO ALEGRE — Bento de Amorim.
CAMPOS NOVOS — Gasparino Zorzi.
CANOINHAS — Alinor Vieira Côrte.
CONCÓRDIA — Dogolio Goss.
CRESCIUMA — Elias Angeloni.
CRUZEIRO — Newton da Luz Macuco.
CURITIBANOS — Salomão Carneiro de Almeida.
FLORIANÓPOLIS — Dr. Rogério Vieira.
GASPAR — João dos Santos.
HAMÔNIA — Rodolfo Koffke.
IMARUÍ — Pedro Bittencourt.
INDAIAL — João Maria de Araújo.
ITAJAÍ — Francisco de Almeida.
ITAIÓPOLIS — João Francisco de Assís.
JAGUARUNA — Ten. Leônidas Ramos Jr.
JARAGUÁ — Ten. Leônidas Cabral Herbster.
JOINVILLE — Arnaldo Moreira Douat.
LAJES — Vidal Ramos Júnior.
LAGUNA — Giocondo Tasso.
MAFRA — Pedro Kuss.
NOVA TRENTO — Irineu Busnardo.
ORLEANS — José Antunes Matos.
PALHOÇA — Ten. Euclides Simões de Almeida.
PARATÍ — Itamar Cordeiro.
PÔRTO BELO — Heronido Conceição.
PÔRTO UNIÃO — Ten. Mário Fernandes Guedes.
RIO DO SUL — Roberto Machado.
RODEIO — Silvio Scooz.
SÃO BENTO — Joaquim de Sales.
SÃO FRANCISCO — Flodoardo Nóbrega.
SÃO JOAQUIM — Ercílio Vieira Amaral.
SÃO JOSÉ — Pedro Mayvorne.
TIJUCAS — Valério Teodoro Gomes.
TIMBÓ — Teodolindo Pereira.
TUBARÃO — Marcolino Cabral.
URUSSANGA — Zeferino Burigo.
XAPECÓ — Lucínio Córdova.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Estado de Sergipe**

ANÁPOLIS — Dr. Marcos Ferreira.
AQUIDABÃ — Odon Figueiredo.
ARACAJÚ — José Garcês Vieira.
ARAUÁ — Antônio Francisco do Nascimento.
BUQUIM — Pedro Simões Freire.
CAMPO DO BRITO — José de Oliva Freire.
CAMPOS — José Joviniano dos Santos.
CANOBA — João Alves de Resende.
CAPELA — Dr. Edélsio Vieira de Melo.
CARMO — José de Aguiar Lemos.
CEDRO — Miguel Seixas.
CRISTINA — Lourival Alves Costa.
DIVINA PASTORA — Carlos Vieira de Melo.
ESPÍRITO SANTO — Vilobaldo Araújo Góis.
ESTÂNCIA — Dr. Arquibaldo Ribeiro da Silveira.
GARARÚ — Nélson Resende Albuquerque.
ITABAIANA — Manuel Francisco Teles.
ITABAIANINHA — Joaquim Martins Fontes.
ITAPORANGA — Dr. Alberto de Oliveira Freire.
JABOATÃO — Antônio Sá Travassos.
JAPARATUBA — José de Matos Teles.
LAGARTO — Manuel Emílio.
LARANJEIRAS — Dr. Francisco Alberto B. Azevedo.
MARUIM — Dr. Gonçalo Prado Rolemberg.
MURIBECA — Manuel Gomes de Sá.
NEÓPOLIS — Eng. Mário Gonçalves.
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA — Ulisses Alves de Oliveira.
NOSSA SENHORA DAS DORES — José Barreto de Sousa.
PÔRTO DA FÔLHA — Cap. Manuel Ramos.
PROPRIÁ — Martinho Dias Guimarães.
RIACHÃO — Horácio Dantas Góis.
RIACHUELO — Tasso Sobral Garcês.
RIBEIRÓPOLIS — Francisco Sobral.
ROSÁRIO — Otacílio Vieira de Melo.
SALGADO — José Barreto Góis.
SANTA LUZIA — Adelson Silveira Lima.
SANTO AMARO — Alon de Matos Teles.
SÃO CRISTÓVÃO — José Pereira Dantas.
SÃO FRANCISCO — José Machado Tojal.
SÃO PAULO — Maurício Etinger.
SIRIRÍ — Aurélio de Meneses Barreto.
SOCORRO — José de Melo Meneses.

☆

**Relação nominal de Municípios e prefeitos do Estado de São Paulo**

ÁGUAS DA PRATA — João Batista de Figueiredo Costa.
AGUDOS — Padre João Batista de Aquino.
ALTINÓPOLIS — Paulo Garcia Palma.
AMERICANA — Dr. João de Castro Gonçalves.
AMPARO — Dr. Homero Pimentel.
ANÁPOLIS — Guido Trevisan.
ANDRADINA — Evandro Calvoso.
ANGATUBA — Juvenal Vieira de Morais.
APARECIDA — Américo Alves Pereira Filho.
APIAÍ — Alberto Dias Batista.
ARAÇATUBA — Célio de Araújo Cintra.
ARARAQUARA — Dr. Camilo Gavião Sousa Neves.
ARARAS — Inácio Zurita Júnior.
AREIAS — Joaquim Irineu de Andrade.
ARIRANHA — Gabriel Hernandes.
ASSÍS — Dr. Licurgo de Castro Santos.
ATIBAIA — João Batista Conti.
AVAÍ — João Pereira Novo Filho.
AVANHANDAVA — Adalgiso Martins Ferreira.
AVARÉ — Dr. Diamantino Monteiro da Gama.
BANANAL — Olegário Ramos.
BARIRÍ — Dr. Sadí Fernandes da Silva.
BARRA BONITA — Inimá Barreto.
BARREIRO — José Martins Freire.
BARRETOS — Fábio Junqueira Franco.
BATATAIS — Dr. José Arantes Junqueira.
BAURÚ — Ernesto Monte.
BEBEDOURO — Joaquim Alves Guimarães.
BELA VISTA — Arlindo Eiras.
BERNARDINO DE CAMPOS — Francisco Bressani da Cunha.
BIRIGÜÍ — Dr. Tomaz de Figueiredo Magalhães
BOA ESPERANÇA — Mário Franco do Amaral.
BOCAINA — Guilherme Giraldo Ferreira Campanha.
BOCAIÚVA — Paulo Barbosa Ferraz.
BOFETE — Francisco Gorga.
BOITUVA — Floriano Peixoto Vilaça.
BORBOREMA — Joaquim Martins de Carvalho.
BOTUCATÚ — Dr. João Maria de Araújo Júnior.
BRAGANÇA — Dr. José de Aguiar Leme.
BRODOSQUI — Valter Barreto da Costa.
BROTAS — Dr. Lingard Miller Paiva.
BURÍ — Jaime Duarte Tavares.
CABREÚVA — Roque de Mesquita Camargo.
CAÇAPAVA — Dr. Rosalvo de Almeida Teles — ef. José Teles Pereira — com.
CACHOEIRA — Agostinho Vicente de Freitas Ramos.
CACONDE — Sebastião Ferreira Barbosa.
CAFELÂNDIA — Luiz Siqueira Mateus.
CAJOBÍ — João Rimoli Neto.
CAJURÚ — Dr. Edmundo Gomes de Queiroz.
CAMPINAS — Dr. Lafaiete Álvaro de Sousa Camargo.
CAMPO LARGO — João Batista da Costa.
CAMPOS DO JORDÃO — Dr. Lourival Francisco dos Santos.
CANANÉIA — Juvenal da Silva Fraga.
CÂNDIDO MOTA — Manuel Fernandes Barreira.

CAPÃO BONITO — Virgílio Lírio de Almeida.
CAPIVARÍ — Mário Bernardino de Campos.
CARAGUATATUBA — Joaquim Evilásio do Amaral.
CASA BRANCA — João de Pádua Lima.
CATANDUVA — João Lunardelli.
CEDRAL — João Gonçalves Leite.
CERQUEIRA CÉSAR — Alcebíades Lemos de Moura Leite .
CHAVANTES — João Carneiro Filho.
COLINA — Luiz Lemos de Toledo.
CONCHAS — José Gorga.
COROADOS — João Lorenzetti.
COTIA — Derval Ferreira da Rosa Aquino.
CRAVINHOS — Dr. José Eduardo Vieira Palma.
CRUZEIRO — Carlos Ribeiro de Sousa.
CUNHA — Antônio Acácio Cursino.
DESCALVADO — Amazilio Pozzi.
DOIS CÓRREGOS — Mário de Campos.
DOURADO — Trajano Penteado.
DUARTINA — Dr. Lindolfo Alves.
FARTURA — Hipólito de Almeida Melo.
FERNANDO PRESTES — Altino Pereira Martins.
FORMOSA — Benedito Carlos de Oliveira.
FRANCA — Dr. João Ribeiro Conrado.
GÁLIA — Antônio Nora.
GARÇA — Durval Alves de Sousa.
GETULINA — Francisco Moreira de Matos Filho.
GLICÉRIO — Estácio Nunes da Silva.
GRAMA — João Machado.
GUAÍRA — Gabriel Garcia Leal.
GUARÁ — Lincoln de Andrade Junqueira.
GUARARAPES — Luiz Lincoln de Oliveira.
GUARAREMA — Francisco Leite Sobrinho.
GUARATINGUETÁ — Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes.
GUAREÍ — Adalberto Rocha.
GUARIBA — Bento Carlos Botelho do Amaral.
GUARUJÁ — Dr. Ernani Botto de Barros.
GUARULHOS — José Maurício de Oliveira.
IACANGA — Artur Salgado.
IBIRÁ — Godofredo Pagliusi.
IBITINGA — Valdomiro Ribeiro dos Santos.
IGARAPAVA — José Basile.
IGUAPE — Hermelino França Júnior.
INDAIATUBA — Sebastião Nicolau.
IPAUSSÚ — Dr. José Cunha.
IPORANGA — Rafael Déscio Júnior.
ITABERÁ — Alfredo F. de Oliveira.
ITAÍ — Pedro Paulo da Costa.
ITAJOBI — José Odorico Monteiro Salgado.
ITANHAÉN — Jorge Rossmann.
ITAPECIRICA — Tte.-cel. Luiz Tenório de Brito.
ITAPETININGA — Dr. Antônio de Almeida Leme Júnior.
ITAPEVA — Joaquim Bento de Oliveira Neto.
ITAPIRA — Dr. Hortêncio Pereira da Silva.
ITÁPOLIS — Lucilo Alves Pôrto.
ITAPORANGA — Jorge Zimermann.
ITAPUÍ — Dr. José Miraglia.
ITARARÉ — Eugênio Dias Tatit.
ITATIBA — Evaristo Silva.
ITATINGA — Joaquim Pinto de Araújo Novais.
ITIRAPINA — Luiz Ramos da Silva Veiga.
ITÚ — Dr. Mário Costa de Oliveira.
ITUVERAVA — Dr. Gilberto Ribeiro Barbosa.
JABOTICABAL — Dr. Valdomiro Vieira Marcondes.
JACAREÍ — Antônio Alves de Carvalho Rosas.
JACUPIRANGA — Raul Ferreira Machado.
JAMBEIRO — Antônio de Castro Leite.
JARDINÓPOLIS — Eurico Alves de Resende.
JAÚ — Dr. Antônio Neves de Almeida Prado.
JOANÓPOLIS — Felício Fernandes Nogueira.
JOSÉ BONIFÁCIO — Carlos Neri da Costa.
JUNDIAÍ — Manuel Aníbal Marcondes.
JUQUERÍ — Benedito Fagundes Marques.
LARANJAL — José Alves Lima.
LEME — Dr. Sebastião Jair Mourão.
LENÇÓIS — Antônio Leão Tocci.
LIMEIRA — Arí Leví Pereira.
LINDÓIA — Dr. Eduardo de Barros Martins.
LINS — Dr. Urbano Teles de Meneses.
LORENA — Luiz de Castro Pinto.
MARACAÍ — Juversino Cunha.
MARÍLIA — Nélson de Carvalho.
MARTINÓPOLIS — Dr. João Grande de Melo.
MATÃO — José Bartolomeu Ferreira.
MINEIROS — Francisco Zanzini.
MIRASSOL — Dr. Anísio José Moreira.
MOCOCA — Dr. Carlos Lima Dias.
MOGÍ DAS CRUZES — Armindo Faustino de Melo.
MOGÍ GUASSÚ — Dr. Valdomiro Girard Jacó.
MOGÍ MIRIM — Ataliba Silveira Franco.
MONTE ALTO — Manuel Tomaz de Carvalho Lima.
MONTE APRAZÍVEL — Basileu Estrêla.
MONTE AZUL — Sebastião Lima Brito.
MONTE MOR — Amadeu Ginefra.
MORRO AGUDO — Afonso Ricci.
MUNDO NOVO — Dr. Átila Ferreira Vaz.
NATIVIDADE — Higino Miranda de Faria.
NAZARÉ — Valabonso Cândido Ferreira.
NOVA GRANADA — Dr. Inácio de Negreiros Rinaldi (ef.) Argemiro Gusmão (int.)
NOVO HORIZONTE — Jonas Junqueira.
NUPORANGA — Francisco Barbosa da Silva.
ÓLEO — Salustiano Marques do Vale.
OLÍMPIA — Dr. Paulo Furquim.
ORLÂNDIA — Édison Leite de Morais.
OURINHOS — Dr. Hermelino Agnes de Leão.
PALESTINA — Abraão Scaff.
PALMEIRAS — Sílvio Dias de Arruda.
PALMITAL — Ciro Pereira Leite.
PARAGUASSÚ — Antenor Teixeira de Assunção.
PARAÍBUNA — Dr. Jorge Washington de Camargo.
PARNAÍBA — Benedito de Oliveira Pedroso.
PATROCÍNIO DO SAPUCAÍ — Esmeraldo Nunes Monteiro.
PAULO DE FARIA — Dr. Luiz Antônio Penteado de Castro.
PEDERNEIRAS — Dr. Osní Fleurí da Silveira.
PEDREGULHO — Válter Balieiro.
PEDREIRA — Pedro Alvarenga.
PENÁPOLIS — Graciliano de Oliveira.
PEREIRA BARRETO — Arlindo Custódio Leite.
PEREIRAS — Antônio Felli.
PIEDADE — Armando Osvaldo de Carvalho.
PILAR — Eugênio Teodoro Sobrinho.
PINDAMONHANGABA — João Romeiro Filho.
PINDORAMA — Jorge Miguel Attab.
PINHAL — Dr. Francisco Álvares Florence.
PINHEIROS — Sebastião Novais.
PIQUETE — José Monteiro de Brito Júnior.
PIRACAIA — Silvino Júlio Guimarães Júnior.
PIRACICABA — Jorge Pacheco e Chaves.
PIRAJÚ — Dr. Edmundo Ortiz de Camargo.
PIRAJUÍ — Dr. Inácio Meireles Bastos.
PIRAMBÓIA — Ângelo Cosentino.
PIRANGÍ — Dr. Clementino Canabrava Filho.
PIRASSUNUNGA — Dr. Manuel de Castro Mendes.
PIRATININGA — Francisco Senise.
PITANGUEIRAS — José Dantas de Mendonça Uchoa.
POMPÉIA — Dr. Flávio de Faria Jordão.
PONTAL — José Leonel Pupo.
PORANGABA — Domingos Manuel de Miranda.
PÔRTO FELIZ — José Pais da Mota.
PÔRTO FERREIRA — Dr. Nicolau de Vergueiro Forjaz.
POTIRENDABA — Danilo Galeazzi.
PRAINHA — Joaquim Dias Ferreira.
PRESIDENTE ALVES — José Helene.
PRESIDENTE BERNARDES — Alfredo Westin Júnior.
PRESIDENTE PRUDENTE — Dr. Domingos Leonardo Ceravolo.
PRESIDENTE VENCESLAU — Dr. Francisco de Campos Lima.
PROMISSÃO — Arnaldo Andrade.
QUATÁ — Dr. Lourenço Dessimoni.
QUELUZ — Francisco Tomaz da Silva.
RANCHARIA — Dr. Benedito Martins Barbosa.
REDENÇÃO — José Brasiliano de Alvarenga.
REGENTE FEIJÓ — João Batista Berbet.

RIBEIRA — Frederico Dias Batista.
RIBEIRÃO BONITO — Paulo Dias de Aguiar.
RIBEIRÃO PRETO — Dr. Fábio de Sá Barreto.
RIO CLARO — Dr. Solon Rêgo Barros.
RIO DAS PEDRAS — Luiz de Arruda Leite.
RIO PRETO — Dr. Hernani Domingues.
SALESÓPOLIS — Antônio Camargo Primo.
SALTO — João Batista Ferrari.
SALTO GRANDE — Serafim Duarte Correia.
SANTA ADÉLIA — Daniel de Carvalho.
SANTA BÁRBARA — Plácido Ribeiro Ferreira.
STA. BÁRBARA DO RIO PARDO — Luiz Gonzaga Lino de Campos.
SANTA BRANCA — Tancredo Galvão Trigueirinho.
STA. CRUZ DO RIO PARDO — Dr. Leônidas Camarinha.
SANTA ISABEL — Francisco Beraldo.
SANTA RITA — Urbano de Sousa Meireles Filho.
SANTA ROSA — João Bueno dos Reis.
SANTO ANASTÁCIO — Flamínio Barbosa Ferraz.
SANTO ANDRÉ — Dr. José de Carvalho Sobrinho.
SANTO ANTÔNIO D'ALEGRIA — Antenor Ferreira Nobre.
SANTOS — Antônio Gomide Ribeiro dos Santos.
SÃO BENTO DE SAPUCAÍ — Augusto Marcondes de Azeredo.
SÃO CARLOS — Sabino de Abreu Camargo.
SÃO JOÃO DA BOA VISTA — Henrique Cabral de Vasconcelos.
SÃO JOAQUIM — Roberto Resende Junqueira.
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — Dr. Pedro Popini Marcarenhas.
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO — Aurino Vilela de Andrade.
SÃO LUIZ DO PARAÏTINGA — Benedito Pião Sobrinho.
SÃO MANUEL — Dr. José do Amaral Wagner.
SÃO MIGUEL ARCANJO — Luiz Valio
SÃO PAULO — Dr. Francisco Prestes Maia.
SÃO PEDRO — Carlos Mauro.
SÃO PEDRO DO TURVO — Alcindo Chaves.
SÃO ROQUE — Dr. João Gabriel Pinto da Costa.
SÃO SEBASTIÃO — Armando Datino.
SÃO SIMÃO — Dr. Áulio Lousada Veloso.
SÃO VICENTE — Dr. Polidoro de Oliveira Bittencourt.
SARAPUÍ — Felismino Vieira.
SERRA AZUL — Galdino Taveiros.
SERRA NEGRA — Joaquim de Araújo Almeida.
SERTÃOZINHO — Manuel de Freitas Machado.
SILVEIRAS — Roberto de Miranda Alves.
SOCORRO — Alfredo de Oliveira Santos Júnior.
SOROCABA — Antônio César do Nascimento Filho.
TABAPUÃ — Dr. Paulo Guzzo.
TABATINGA — João Machado.
TAMBAÚ — José Carlos de Melo.
TANABÍ — Manuel Garcia de Oliveira.
TAPIRATIBA — Herconides Martins de Oliveira.
TAQUARÍ — Trajano Gabriel.
TAQUARITINGA — Carlos de Oliveira Novais.
TATUÍ — Antônio Tricta Júnior.
TAUBATÉ — Dr. Antônio de Oliveira Costa.
TIETÊ — Olegário Camargo.
TORRINHA — Antônio Amalfi.
TREMEMBÉ — Dr. Hipólito José Ribeiro.
TUPÃ — Dr. Gil Junqueira Meireles.
UBATUBA — Deolindo de Oliveira Santos.
UCHOA — João Reverendo Vidal.
UNA — João Carlos Marcondes.
VALPARAÍSO — Oscar de Arruda.
VARGEM GRANDE — Edmundo Dante Calió.
VERA CRUZ — Valdomiro Freire.
VIRADOURO — Fábio Ralston.
XIRIRICA — Antônio Avelino Cunha.

☆

**Relação nominal dos prefeitos municipais do Território do Acre**

BRASÍLIA — Francisco Custódio Freire, eng. agrônomo.
CRUZEIRO DO SUL — Farmacêutico Mário Lobão.
FEIJÓ — Sr. Raimundo Augusto de Araújo.
RIO BRANCO — Major Manuel Fontenele de Castro.
SEABRA — Manuel Vieira da Cunha.
SENA MADUREIRA — João Câncio Fernandes.
XAPURÍ — Agr. Francisco Coelho Filho.

**Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sôbre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.**